

**PROSPECTO PRELIMINAR DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE
AÇÕES DE EMISSÃO DA**



P E R E N C O



PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia de Capital Autorizada
CNPJ/MF nº 12.592.795/0001-53
Rua Lauro Müller, 116 - 1.301 (PARTE), Botafogo
Rio de Janeiro, RJ

408.568 Ações

Valor da Distribuição: R\$725.208.200,00
Código ISIN das Ações: BRPEOGACNOR3
Código de negociação na BM&FBOVESPA: PEOG3

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$1.550,00 e R\$2.000,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado fora desta faixa indicativa.

A **Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.** ("Companhia"), em conjunto com o **Banco Itaú BBA S.A.** ("Coordenador Líder" ou "Itaú BBA"), o **Banco BTG Pactual S.A.** ("BTG Pactual") e o **Banco Morgan Stanley S.A.** ("Morgan Stanley") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BTG Pactual, os "Coordenadores da Oferta" estão realizando uma oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 408.568 (quatrocentos e oito mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia ("Ações") nos termos descritos abaixo ("Oferta").

A Oferta compreenderá a distribuição pública de Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), ("Instituições Consorciadas"), e em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta".

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados *non U.S. persons*, com base no *Regulation S* ("Regulamento S") editado ao amparo do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN nº 2.689") e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325") ou da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei nº 4.131" e "Investidores Institucionais Estrangeiros", respectivamente), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *United States Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Os esforços de colocação das Ações junto a investidores institucionais estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital Corp e Morgan Stanley & Co. LLC. (em conjunto, os "Agentes de Colocação Internacional").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, conforme definido abaixo) poderá ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 15%, ou seja, até 61.285 (sessenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder ("Agente Estabilizador"), a qual será destinada a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). Conforme o Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a BM&FBOVESPA ("Contrato de Colocação"), o Agente Estabilizador terá o direito exclusivo por um período de até 30 (trinta) dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação seja tomada em comum acordo entre o Coordenador Líder e os demais Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, conforme definido a seguir) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 81.714 (oitenta e um mil, setecentos e quatorze) ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Na emissão das Ações pela Companhia, haverá exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

Não foi e nem será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R\$1.550,00 e R\$2.000,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa ("Preço por Ação"). O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva de Ações no Período de Reserva, e (ii) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores da Oferta Institucional, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores da Oferta Institucional. Os Investidores Institucionais Locais interessados que aderirem à Oferta de Dispersão não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores da Oferta Institucional apresentarão suas ordens firmes de subscrição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações.

Poderá ser aceita a participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, exceto pelos Coordenadores da Oferta, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Não são admitidos qualquer Pedido de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Dispersão e/ou intenção de investimento realizados por Investidores da Oferta Institucional que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores ("Pessoas Vinculadas"), sendo tal Pedido de Reserva e/ou intenção de investimento, conforme o caso, automaticamente, cancelado pela Instituição Participante da Oferta.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões ⁽²⁾⁽³⁾	Recursos Líquidos ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Por Ação	1.775,00	71,00	1.704,00
Oferta	725.208.200,00	29.008.328,00	696.199.872,00
Total	725.208.200,00	29.008.328,00	696.199.872,00

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta. Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

⁽³⁾ Sem dedução das despesas da Oferta e sem considerar Comissão de Incentivo.

⁽⁴⁾ Para informações sobre remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 73 deste Prospecto.

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2011, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJIA") em 13 de maio de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal Valor Econômico em 25 de maio de 2011. A emissão das Ações, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia e o Preço por Ação serão aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente arquivada na JUCERJIA e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e DOERJ no dia útil seguinte.

É admissível o recebimento de reservas para a subscrição das Ações a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, as quais somente serão confirmadas aos subscritores no início do período de distribuição.

A OFERTA FOI REGISTRADA NA CVM SOB O Nº CVM/SRE/REM/[+]/[+] EM [+]/ DE [+]/ DE 2011.

"O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição e integralização das Ações. Ao decidir subscrever e integralizar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – Nossos Principais Fatores de Risco" E "Fatores de Risco Relacionados à Oferta", A PARTIR DAS PÁGINAS 34 e 94, RESPECTIVAMENTE, DESTA PROSPECTO E TAMBÉM OS ITENS "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADORES DA OFERTA

COORDENADOR LÍDER E AGENTE ESTABILIZADOR



Morgan Stanley

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA E A COMPANHIA	1
DEFINIÇÕES.....	3
GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS.....	13
CONSIDERAÇÕES E ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO.....	18
NOTA DE ADVERTÊNCIA AOS INVESTIDORES RELACIONADA AOS RECURSOS POTENCIAIS	20
SUMÁRIO DA COMPANHIA.....	21
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA.....	34
RESUMO DO ESTUDO DE VIABILIDADE E OUTRAS INFORMAÇÕES.....	38
RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	46
SUMÁRIO DA OFERTA	54
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	68
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	89
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA	90
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA.....	94
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA.....	98
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	99
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	101
CAPITALIZAÇÃO	102
DILUIÇÃO	103
2. ANEXOS	105
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA.....	109
ESTUDO DE VIABILIDADE E RESPECTIVA TRADUÇÃO JURAMENTADA	367
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....	597
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVA A OFERTA.....	621
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO A SER REALIZADA PARA APROVAR O PREÇO DE EMISSÃO DAS AÇÕES.....	629
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	633
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	637
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	639
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE 13 DE SETEMBRO DE 2010 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	643
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	657
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA. REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, INCLUINDO INFORMAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E SOBRE O PERÍODO DE 3 DE JANEIRO DE 2008 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2008, E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	703
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA. REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 E RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	747

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA E A COMPANHIA

- Definições
- Glossário de Termos Técnicos
- Considerações sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro
- Sumário da Companhia
- Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia
- Resumo do Estudo de Viabilidade e Outras Informações
- Resumo das Informações Financeiras
- Sumário da Oferta
- Informações Sobre a Oferta
- Operações Vinculadas à Oferta
- Apresentação dos Coordenadores da Oferta
- Fatores de Risco Relacionados à Oferta
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores
- Destinação dos Recursos
- Capitalização
- Diluição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Neste Prospecto, os termos “Companhia”, “Perenco Brasil”, ou “nós” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. Abaixo, seguem outras definições relevantes:

Acionista Controlador	Perenco Brazil Limited, nosso acionista controlador direto.
Ações	As ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de nossa emissão, que serão distribuídas na Oferta, excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, salvo se de outra forma for mencionado.
Ações Adicionais	Lote adicional de até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), ou seja, de até 81.714 (oitenta e um mil, setecentos e quatorze) de ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderão ser subscritas no âmbito da Oferta, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações Suplementares	Lote suplementar de até 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), ou seja, de até 61.285 (sessenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderá ser distribuído mediante o exercício da Opção de Ações Suplementares, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária.
AGOE	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Agente Estabilizador	Itaú BBA.
Agentes de Colocação Internacional	Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital Corp e Morgan Stanley & Co. LLC., considerados em conjunto.
Análise Horizontal ou AH	Variação do período, indicada em porcentagem de determinada linha do balanço patrimonial ou do resultado.
Análise Vertical ou AV	Quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo; quando relativa à conta do passivo ou do patrimônio líquido no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do passivo e patrimônio líquido.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	O anúncio informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado imediatamente após a distribuição das Ações, nos termos do artigo 29 e Anexo V da Instrução CVM nº 400.
Anúncio de Início	O anúncio informando acerca do início do Período de Colocação das Ações, a ser publicado em 04 de julho de 2011, nos termos do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM nº 400.

Auditores ou Auditores Independentes ou Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	Comunicado a ser publicado em 16 de junho de 2011 e republicado em 24 de junho de 2011, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo o recebimento de Pedido de Reservas, durante o Período de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM nº 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BR GAAP ou Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e regulamentos da CVM e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON, pelo CFC e pelo CPC.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
Cláusula Compromissória	De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia ou Perenco Brasil	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.

Conselheiro Independente	Conforme o regulamento do Novo Mercado, o Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia, em magnitude que implique a perda de independência; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição).
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações de Emissão da Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A., a ser celebrado entre nós, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato a ser celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular o esforço de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A., a ser celebrado entre nós, o Agente Estabilizador e a Companhia.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado entre nós, o Acionista Controlador, os Administradores e a BM&FBOVESPA em 31 de maio de 2011, contendo obrigações relativas à listagem das ações da Companhia no Novo Mercado, cuja eficácia somente terá início a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores ou Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, BTG Pactual e Morgan Stanley, conjuntamente.

Corretoras	Instituições intermediárias autorizadas a atuar na BM&FBOVESPA contratadas para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações da Oferta junto a Investidores da Oferta de Dispersão.
COPOM	Comitê de Política Monetária do Banco Central.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Início de Negociação	Dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação	Data em que ocorrerá a liquidação física e financeira, com entrega das Ações aos investidores, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data em que ocorrerá a liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data do exercício da Opção das Ações Suplementares.
D&M	DeGolyer and MacNaughton.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
E&P	Exploração e produção.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social em vigor da Companhia, aprovado em assembleia geral extraordinária em 14 de junho de 2011.
Estudo de Viabilidade ou Estudo D&M	Considerados conjuntamente, os relatórios de avaliação volumétrica e econômica do recursos potenciais da Perenco Brasil Ltda., assinados em 23 de março de 2011 e 26 de abril de 2011, respectivamente, ambos com data-base de 31 de dezembro de 2010, preparados pela DeGolyer and MacNaughton, anexos a este Prospecto.
Euros, euros ou €	Moeda adotada por determinados países da União Europeia.
<i>Final Offering Memorandum</i>	Documento definitivo a ser utilizado nos esforços de colocação das Ações no exterior.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, datado desta data, anexo a este Prospecto, elaborado nos termos da Instrução CVM 480.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
Grupo Perenco	Sociedades sob controle comum da Perenco.
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i> , órgão responsável por desenvolver as normas contábeis internacionais.

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	Normas Internacionais de Relatório Financeiro – “ <i>International Financial Reporting Standards</i> ” emitidas pelo IASB.
Índice BOVESPA	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na BM&FBOVESPA, constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
Instituição Financeira Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instituições Consorciadas	Corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas junto à BM&FBOVESPA que foram contratadas para participar da Oferta, por meio da assinatura de Termos de Adesão.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores e Corretoras, quando referidos em conjunto.
Instrução CVM 325	Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.
Investidores da Oferta de Dispersão	Investidores Institucionais Locais que realizem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, observados, ainda, o valor mínimo de pedido de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e o valor máximo de R\$1.000.000,00 (um milhão) por Investidor da Oferta de Dispersão, no âmbito da Oferta de Dispersão.
Investidores da Oferta Institucional	Investidores Institucionais, que não sejam Investidores da Oferta de Dispersão, compreendendo Investidores Institucionais Locais cujos valores de investimento excedam R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), bem como Investidores Institucionais Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei nº 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A do <i>Securities Act</i> , em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados <i>non U.S. persons</i> , com base no Regulamento S, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ou da Lei nº 4.131.
Investidores Institucionais Locais	Investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil que sejam pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
N.A.	Não aplicável.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.

Oferta

Distribuição pública primária das Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e coordenada pelos Coordenadores da Oferta com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A, bem como de outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Dispersão ("Instituições Consorciadas").

Simultaneamente serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados *non U.S. persons*, com base no *Regulation S* ("Regulamento S") editado ao amparo do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ou da Lei nº 4.131 ("Investidores Institucionais Estrangeiros"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *United States Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a nós e os Agentes de Colocação Internacional.

Oferta de Dispersão

Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações objeto da Oferta (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, caso alocadas) realizada prioritariamente junto a Investidores da Oferta de Dispersão que realizem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, observando-se, ainda, alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações.

Oferta Institucional

Oferta pública de distribuição das Ações realizada junto a Investidores da Oferta Institucional. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas aos Investidores da Oferta Institucional, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo, portanto pedidos de reserva ou limites máximos de investimento, observando-se, ainda, alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações.

Offering Memoranda

Preliminary Offering Memorandum e *Final Offering Memorandum*, quando referidos conjuntamente.

OGX

OGX Petróleo e Gás Ltda.

Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada por nós ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para distribuição das Ações Suplementares, sendo destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Agente Estabilizador, no prazo de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Dispersão, firmado por Investidores da Oferta de Dispersão.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400: (i) nossos administradores ou controladores, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.
Perenco	Perenco S.A., sociedade constituída nas Bahamas, nossa controladora indireta.
Perenco Brasil Ltda.	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., nossa única subsidiária.
Período de Colocação	Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente a data de publicação do Anúncio de Início, para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Reserva	Prazo para Investidores da Oferta de Dispersão efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 24 de junho de 2011 a 30 de junho de 2011, inclusive.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações, incluindo as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data da publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.

Preço por Ação	<p>Preço de subscrição das Ações no âmbito da Oferta, definido após a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores da Oferta Institucional. Os Investidores Institucionais Locais interessados que aderirem à Oferta de Dispersão não participarão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores da Oferta Institucional apresentarão suas ordens firmes de subscrição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Após a publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações, permanecendo vedados quaisquer desdobramentos das Ações por um período de 18 (dezoito) meses a partir da data de publicação do Anúncio de Encerramento. Durante este período, as Ações somente poderão ser negociadas em lotes de 100 ações e seus múltiplos.</p>
Preliminary Offering Memorandum	Documento preliminar a ser utilizado nos esforços de colocação das Ações no exterior.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores da Oferta Institucional, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores Institucionais Locais interessados que aderirem à Oferta de Dispersão não participarão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	<i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.

Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos controladores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de listagem do Novo Mercado editado pela BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Regulamento S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterada.
Statoil	Statoil ASA.
Vale	Vale S.A.
Valor Total da Oferta	R\$725.208.200,00, considerando o preço de R\$1.775,00 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

2P	É a soma das reservas provadas e prováveis, que equivale ao cenário de melhor estimativa.
Acumulação	É utilizada para identificar um corpo individual de petróleo móvel. Uma acumulação conhecida (aquela que contém reservas de recursos contingentes) deve ter sido perfurada por um poço. O poço deve ter mostrado claramente a existência de petróleo móvel por fluxo até a superfície ou pelo menos alguma recuperação de uma amostra de petróleo através do poço. Entretanto, dados de perfil ou testemunho do poço podem caracterizar uma acumulação desde que haja boa analogia com outra acumulação adjacente conhecida e geologicamente comparável.
Agregação estatística	É o processo de agregar probabilisticamente distribuições que representem estimativas de quantidade de recursos a nível de reservatório, prospecto ou portfólio. A soma aritmética produz resultados diferentes.
Águas profundas	Lâmina D'água a 1.500 metros.
Águas rasas	Lâmina D'água de 400 metros ou menos.
Águas ultraprofundas	Lâmina D'água com mais de 1.501 metros.
API	<p>É a escala hidrométrica utilizada para medir a densidade relativa do petróleo criada pelo <i>American Petroleum Institute</i>. A ANP classifica os diferentes tipos de petróleo da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">• Petróleo leve: possui API maior que 31;• Petróleo médio: possui API entre 22 e 31;• Petróleo pesado: possui API entre 10 e 22;• Petróleo extrapesado: possui API menor que 10.
Bacia sedimentar ou bacia	Depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não.
BBL ou barril de óleo	Um barril " <i>stock tank</i> ", medida-padrão de volume de petróleo correspondente a 158,98 litros.
Bloco ou bloco exploratório	Parte de uma bacia sedimentar formada por um prisma vertical, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração e produção de óleo e gás natural.
BOE ou barril de óleo equivalente	Medida de volume de gás natural/condensados, convertido para barris de petróleo, utilizando-se um fator de conversão de 6 pés cúbicos de gás natural para um Barril de Óleo.

boepd	Barris de Óleo Equivalente por dia.
bpd	Barris por dia.
Campo	Área produtora de óleo e gás natural a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variadas, abrangendo instalações e equipamentos destinados a produção.
Estimativa alta	Estimativa alta é a quantidade P_{10} . P_{10} significa que há pelo menos 10% de que uma quantidade estimada, como, por exemplo, o volume de recursos potenciais ou valor associado, será igualado ou excedido.
Estimativa baixa	Estimativa alta é a quantidade P_{90} . P_{90} significa que há pelo menos 90% de que uma quantidade estimada, como, por exemplo, o volume de recursos potenciais ou valor associado, será igualado ou excedido.
Estimativa média	De acordo com os padrões da indústria do petróleo, a estimativa média é a probabilidade ponderada, que tipicamente varia entre P_{45} e P_{15} , dependendo do volume de recursos potenciais ou volumes associados. Portanto, a probabilidade de um prospecto exploratório ou acumulação conter uma quantidade igual ou maior do que o volume médio probabilisticamente ponderado está entre 45% e 15%. A estimativa média é a estimativa probabilística preferida de volumes de recursos.
<i>Farm-in/Farm-out</i>	Processo de aquisição parcial ou total dos direitos de concessão detidos por outra empresa. Em uma mesma negociação, a empresa que está adquirindo os direitos de concessão está em processo de <i>farm-in</i> e a empresa que está vendendo os direitos de concessão está em <i>farm-out</i> .
FPSOs	Unidades flutuantes de produção, armazenamento e descarga.
Hidrocarbonetos	Composto constituído basicamente por carbono e hidrogênio. O óleo, o condensado e o gás natural são hidrocarbonetos.
<i>Lead</i>	Um <i>lead</i> é um prospecto pouco definido e requer dados e/ou avaliações adicionais para ser classificado como um prospecto exploratório. Um exemplo de <i>lead</i> seria uma estrutura geológica com fechamento mal definido mapeada através da utilização de dados sísmicos regionais esparsos em bacia que contenha rochas geradoras e reservatórios razoáveis. Um <i>lead</i> pode ou não ser elevado à categoria de prospecto exploratório, dependendo dos resultados de definições técnicas adicionais.
Melhor estimativa (mediana)	Estimativa alta é a quantidade P_{50} . P_{50} significa que há pelo menos 50% de que uma quantidade estimada, como, por exemplo, o volume de recursos potenciais ou valor associado, será igualado ou excedido.

MMbbl	Milhões de barris.
MMbpd	Milhões de barris por dia.
MMBOE	Milhões de barris de óleo equivalente.
Offshore	Localizado no mar.
Óleo	Porção do petróleo existente na fase líquida nas condições originais do reservatório e que permanece líquida nas condições de pressão e temperatura da superfície.
Óleo leve	Classificação de natureza relativa, não padronizada, associada ao grau de API.
Óleo originalmente <i>in place</i> (OOIP)	Volume original total de óleo em um reservatório. Este volume é maior do que o volume da reserva de óleo, já que compreende tanto o óleo recuperável quanto o não recuperável.
Onshore	Localizado em terra.
Operador	Empresa legalmente designada para conduzir e executar todas as operações e atividades na área de concessão, de acordo com o estabelecido no contrato de concessão entre a ANP e o concessionário.
Petróleo	Composto de ocorrência natural consistindo na mistura de hidrocarbonetos encontrada no subsolo, em rochas sedimentares, nas fases gasosa, líquida e sólida, geralmente acompanhada de impurezas. Compreende o óleo cru, condensado e gás natural. É importante ressaltar que para a ANP, a definição é: O petróleo é todo hidrocarboneto líquido em seu estado natural (por exemplo, petróleo bruto e condensados) que não tem gás, ou seja, ele permanece no estado líquido sob pressão e temperatura em condições de superfície.
Probabilidade Geológica (P_g)	É definida como a probabilidade de descobrir reservatórios que produzam petróleo a uma vazão mensurável. P_g é estimada através da quantificação da probabilidade de cada um dos seguintes fatores geológicos individuais: trapa, geração, reservatório e migração. O produto destas quatro probabilidades ou fatores de risco é computado como P_g .
Probabilidade de Sucesso Econômico (P_e)	É definida como a probabilidade de que uma dada descoberta será economicamente viável. Leva em conta a probabilidade geológica, TEFS, a probabilidade de TEFS, os custos de capital, despesas operacionais, o plano de desenvolvimento proposto, o modelo econômico (a análise do fluxo de caixa), e outros negócios e fatores econômicos.
Probabilidade de TEFS (P_{TEFS})	É definida como a probabilidade de se descobrir uma acumulação maior que o TEFS. A probabilidade de TEFS pode ser determinada a partir da distribuição de recursos potenciais brutos.

Prospecto exploratório	Um prospecto é uma acumulação potencial mapeada por geólogos e geofísicos onde se estima probabilisticamente que exista uma acumulação comercial de óleo e/ou gás natural e que esteja pronta para ser perfurada. Os cinco elementos necessários (geração, migração, reservatório, selo e trapeamento) para que exista a acumulação devem estar presentes, caso contrário não existirá acumulação ou a acumulação será sub-comercial.
PSDM	Migração em profundidade pós-stack (<i>Post Stack Depth Migration – PSDM</i>), uma forma de processamento de dados sísmicos.
PSTM	Migração em tempo pós-stack (<i>Post Stack Time Migration – PSTM</i>), uma forma de processamento de dados sísmicos.
Recursos potenciais	Quantidade de petróleo estimada, como potencialmente recuperável, a partir de acumulações ainda não descobertas.
Recursos potenciais brutos	Representa a totalidade dos recursos potenciais.
Recursos potenciais líquidos	Representa a participação da Companhia nos recursos potenciais.
Recursos potenciais riscados	Recursos potenciais ajustados pela probabilidade de sucesso geológico.
Reservas	São as quantidades de petróleo, que se antecipa, serem comercialmente recuperáveis através da implementação de projetos de desenvolvimento em acumulações conhecidas, a partir de uma data, em condições definidas.
Reservas possíveis	São as reservas adicionais que a análise dos dados de geociências e engenharia indica apresentarem probabilidade menor de serem recuperáveis do que as reservas prováveis.
Reservas provadas	São as quantidades de petróleo que, através de análises de dados de geociências e engenharia, podem ser estimadas com razoável certeza, de serem comercialmente recuperáveis a partir de uma determinada data, em reservatórios conhecidos e em conformidade com normas governamentais, métodos operacionais e condições econômicas determinadas.
Reservas prováveis	São as quantidades de petróleo que, através de análises de dados de geociências e engenharia, estima-se que tenha a mesma chance (50% / 50%) de serem recuperadas ou não serem recuperadas.
Reservatório ou depósito	Configuração geológica (estrutura) dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não.

Simulações de Monte Carlo

É uma abordagem para realizar análise de risco em qualquer projeto com dados de entrada incertos. Geralmente, os números são selecionados a partir de dados de entrada representativos e depois usados em cálculos iterativos (que requerem muitos cálculos) para encontrar o intervalo de resultados mais prováveis. A incerteza no resultado também fornece uma medida da validade do modelo. A técnica é aplicada para carteira de investimentos financeiros e análise de risco de investimentos, bem como para aplicações científicas. O Método de Análise de Monte Carlo é utilizado no campo de petróleo para estimar os riscos envolvidos em novos projetos exploratórios, avaliação de programas de desenvolvimento e avaliação da validade dos modelos de reservatórios.

Soma aritmética

É o processo de somar um conjunto de números que representam estimativas de quantidades e de recursos no reservatório, no prospecto exploratório ou no portfólio. A agregação estatística leva a resultados diferentes.

TEFS ou limite econômico de tamanho de campo

O limite econômico de tamanho de campo (*Threshold Economic Field Size* – TEFS) é o montante mínimo de petróleo produzível necessário para recuperar o total do dispêndio de capital empregado para determinar que um prospecto exploratório tem um valor presente potencial acima de zero utilizando o cenário de preço médio. Tais dispêndios incluem investimentos necessários para determinar e comprovar a viabilidade comercial da produção e para executar perfurações de delineamento ou de confirmação. Todos os custos geológicos, geofísicos, aluguéis e/ou contratos de aquisição de áreas e outros custos prévios de delineamento de área estão igualmente incluídos nas estimativas do TEFS. Assim sendo, sempre que tal metodologia for empregada para estimar o TEFS, não haverá necessidade de qualquer provisão adicional para os custos de desenvolvimento do campo.

Truncado

A estimativa média truncada corresponde ao valor resultante esperado calculado a partir do truncamento da distribuição de recursos pelo Limite Econômico do Tamanho de Campo. Essa distribuição truncada origina uma nova série de medidas estatísticas. Para informações adicionais, veja o Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto.

Unitização

Processo de unificação de bloco, definido no art. 27 da Lei do Petróleo, relativo à individualização da produção, no caso de um local que possua uma jazida de petróleo ou gás natural e se estenda por dois ou mais blocos contíguos, cujos direitos de exploração e produção pertençam a concessionários diferentes.

CONSIDERAÇÕES E ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto, assim como o Estudo de Viabilidade e o Formulário de Referência anexos, contêm estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções “Sumário da Companhia”, “Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia”, e “Resumo do Estudo de Viabilidade e Outras Informações”, páginas 21, 34 e 38 deste Prospecto, e nos itens 4.1, 7 e 10 do Formulário de Referência anexo este Prospecto.

As estimativas e perspectivas para o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios e operações. Embora acreditemos que essas considerações sobre estimativas e perspectivas futuras sejam baseadas em assunções razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são elaboradas levando em consideração as informações atualmente disponíveis para nós. Muitos fatores importantes, além dos fatores discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os nossos resultados tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- conjuntura econômica, política e de negócios;
- volatilidade dos preços do óleo e do gás natural;
- descoberta e desenvolvimento das reservas de óleo e gás natural;
- investimentos correntes ou projetados, bem como outros custos, obrigações e receitas;
- regulamentação governamental atual e futura da indústria do óleo e do gás natural;
- mudanças nas leis ambientais;
- incertezas inerentes à precisão de nossos recursos potenciais;
- suspensão ou intervenção nas concessões ou autorizações de exploração concedidas pelo governo brasileiro;
- concorrência;
- nossa capacidade para descobrir, adquirir ou obter acesso a outros blocos e a explorar com sucesso os nossos atuais recursos potenciais e contingentes;
- a disponibilidade de equipamentos e infraestrutura de perfuração produção e transporte de óleo e gás natural;
- inflação, desvalorização e valorização do real e flutuações das taxas de juros;
- desastres naturais, operações militares, atos terroristas, guerras ou embargos;
- capacidade para obter financiamentos;
- nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações financeiras e condições de financiamento;
- alterações em nossos custos e despesas, inclusive custos de serviços e custos operacionais;
- o custo e a disponibilidade de coberturas de seguro adequadas;
- outros fatores apresentados na seção “Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia”, na página 34 deste Prospecto, e nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto; e
- outros fatores que possam afetar nossa situação financeira, liquidez e demonstrações de resultados.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “entende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem nós, nem o Coordenador Líder, assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a se concretizar, muitas das quais estão além da nossa capacidade de controle ou previsão. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

ESTUDO DE VIABILIDADE DA COMPANHIA

O Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto foi preparado por exigência da regulamentação brasileira e não segue as regulamentações de quaisquer outras jurisdições. A nossa Administração acredita que o Estudo de Viabilidade foi preparado em bases razoáveis, refletindo, atualmente, as melhores estimativas e julgamentos disponíveis, e apresentam, de acordo com o seu melhor conhecimento e opinião, a expectativa do plano de ação da Companhia. Entretanto, estas informações não são fatos e não se deve considerá-las como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros. Os leitores deste Prospecto são advertidos para não depositar confiança indevida nas informações financeiras projetadas.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não compilou, examinou ou executou quaisquer procedimentos com respeito às informações financeiras projetadas usadas para preparar o Estudo de Viabilidade nem tampouco expressou sua opinião ou de qualquer forma passou informações contidas no Estudo de Viabilidade, e não assume nenhuma responsabilidade por, e negam qualquer associação, com estas informações financeiras projetadas.

Nenhum outro auditor independente, nem os Coordenadores da Oferta ou os Agentes de Colocação Internacional, compilaram, examinaram ou adotaram quaisquer procedimentos com respeito às informações financeiras projetadas usadas para preparar o Estudo de Viabilidade.

NOTA DE ADVERTÊNCIA AOS INVESTIDORES RELACIONADA AOS RECURSOS POTENCIAIS

Este Prospecto utiliza a expressão “recursos potenciais” para descrever as quantidades de petróleo que são potencialmente recuperáveis a partir de acumulações ainda por serem descobertas. Os recursos potenciais somente poderão ser classificados como recursos contingentes ou reservas caso a existência dos hidrocarbonetos em volumes economicamente viáveis seja comprovada através da perfuração de poços.

A expressão “recursos potenciais” expressa um elevado grau de incerteza quanto a sua real existência. Não existe garantia de que qualquer parcela dos recursos potenciais será descoberta e, se descoberta, se poderá ser economicamente viável.

Assim sendo, os investidores são advertidos a não assumir que a totalidade ou que qualquer parcela dos recursos potenciais da Companhia existe e poderá ser economicamente viável.

A precisão das estimativas de recursos potenciais depende de uma série de fatores, premissas e variáveis. Consequentemente, a mensuração dos recursos potenciais não é precisa e está sujeita a revisão. Além disso, o uso de diferentes premissas ou critérios no cálculo dessa estimativa pode levar a resultados distintos.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário é apenas um resumo de nossas informações. As informações contidas nesta seção são consistentes com as informações completas sobre nós que estão no Formulário de Referência. Leia-o antes de aceitar a Oferta.

Visão Geral

Somos uma companhia brasileira independente de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural e qualificada pela ANP para atuar em águas profundas e ultraprofundas (classificação como Operador A) na nona rodada de licitação.

Nossa atual carteira compõe-se de cinco blocos exploratórios *offshore* de águas profundas, localizados na bacia *offshore* brasileira do Espírito Santo, que acreditamos serem de grande potencial, com uma área total de 3.623,08 km² (895.279 acres). A área agregada de nossos cinco blocos exploratórios é equivalente em tamanho a aproximadamente 155 blocos *offshore* de águas profundas do Golfo do México e 20 blocos de águas rasas no Brasil. Nossos blocos exploratórios contêm prospectos com recursos potenciais líquidos não riscados médios de petróleo estimados em 2,162 bilhões de *bbl* e recursos potenciais líquidos riscados médios de petróleo estimados em 645 milhões de *bbl*, de acordo com a D&M. Obtivemos esses blocos na nona rodada de licitação promovida pela ANP, de cada um dos quais somos operadores e detemos participação de 50%, em parceria com a OGX, que detém os 50% remanescentes de participação em cada bloco.

Realizamos campanhas sísmicas 2D e 3D abrangentes, consistindo na aquisição de 1.831 km de dados sísmicos 2D em 2008, 1.900 km² de dados sísmicos 3D em 2009 e 1.350 km² de dados sísmicos 3D em 2010. Baseados na análise desses dados, acreditamos que nossos blocos exploratórios possuem potencial suficiente para desenvolvermos significativamente nossos negócios no curto prazo, oferecendo uma quantidade de prospectos em fase adiantada de avaliação (pronto para serem perfurados), que são vizinhos e geologicamente análogos aos campos onde já existe produção, tais como o campo de petróleo leve de Golfinho, operado pela Petrobras. Acreditamos, ademais, que nossos blocos exploratórios proporcionam uma sólida plataforma de crescimento no médio e no longo prazo, incluindo potencial significativo de reservas no sub-sal.

Operamos exclusivamente no Brasil, e pretendemos continuar investindo em nossos programas de exploração, envolvendo a perfuração de dois poços pioneiros em águas profundas neste ano, e buscando oportunidades de crescimento por meio de participação nas futuras rodadas de licitação da ANP, além de consórcios, acordos de aquisições seletivas e de farm-in, em novas oportunidades tanto *onshore* e *offshore*. Buscaremos essas alternativas mediante investimentos realizados de forma disciplinada, valendo-nos de nossa qualificação prévia como operador em águas profundas e dos exaustivos trabalhos técnicos preparatórios realizados até o momento em nossos blocos exploratórios.

Atualmente, somos uma controlada indireta da Perenco e o veículo exclusivo pelo qual o Grupo Perenco participará de atividades de exploração e produção no Brasil. O Grupo Perenco é um grupo econômico de capital fechado e independente que atua na exploração e produção de petróleo, com portfólio diversificado de mais de 160 ativos de E&P localizados em 16 países em cinco continentes. O Grupo Perenco atua nesse setor há mais de 25 anos, tendo crescido a ponto de se tornar um importante grupo internacional independente em termos de reservas 2P e de produção. Em 2010, o Grupo Perenco produziu em média 252.800 *boepd* (brutos) como operador e 176.500 *boepd* (líquidos). Em 31 de dezembro de 2010, as reservas líquidas 2P auditadas do Grupo Perenco eram de aproximadamente 913 milhões de *boe*, de acordo com a Netherland, Sewell and Associates, Inc. Ver abaixo "O Grupo Perenco", na página 32 deste Prospecto.

Nossa administração e equipe técnica no Brasil possuem grande experiência e um profundo conhecimento do setor de E&P no Brasil e no exterior, sendo altamente qualificadas e de sólida reputação. Tratam-se de profissionais experientes no setor brasileiro de petróleo e gás, que ocuparam posições-chave no Grupo Perenco, na Petrobras e em outras empresas multinacionais de sucesso na atuação em E&P no Brasil e no exterior.

Contratamos a D&M, consultoria líder em certificação de reservas do setor de petróleo e gás natural, para a elaboração de Estudo de Viabilidade sobre nossos blocos exploratórios. Vide a seção “Resumo de Estudo de Viabilidade e Outras Informações”, na página 38 deste Prospecto, bem como o Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto. Baseado em informações contidas no Estudo de Viabilidade, nossos blocos exploratórios potencialmente compreendem recursos potenciais líquidos não riscados médios de petróleo estimados em 2,162 bilhões de *bbl*, e recursos potenciais líquidos riscados médios de petróleo estimados em 645 milhões de *bbl*. Com base nas características geológicas dos prospectos identificados em nossos blocos exploratórios, acreditamos que os recursos potenciais, caso descobertos, consistem principalmente de petróleo, e não de gás natural, conclusão esta confirmada pelo Estudo de Viabilidade.

O quadro abaixo apresenta os prospectos e os recursos potenciais estimados de nossos blocos exploratórios em 31 de dezembro de 2010, com base nas informações constantes do Estudo de Viabilidade.

Bloco Exploratório	Área Bruta (km²)	Participação da Perenco Brasil Ltda.⁽¹⁾	Prospectos Identificados	Estimativas de Recursos Potenciais Líquidos Riscados Médios⁽³⁾
		(%)		(milhões de <i>bbl</i>)
ES-M-416.....	725,73	50	3	133,4
ES-M-418.....	725,73	50	1	116,6
ES-M-472.....	724,62	50	3	320,7
ES-M-529.....	723,50	50	3	74,0
ES-M-531.....	723,50	50	— ⁽²⁾	— ⁽²⁾
Total	3.623,08	N/A	10	644,7

⁽¹⁾ Todos os blocos exploratórios são operados pela Perenco Brasil Ltda.

⁽²⁾ Nenhum identificado até o momento; trabalhos exploratórios no bloco ainda estão em curso.

⁽³⁾ Estimativa preparada por nós, baseada no Estudo de Viabilidade, calculada pela multiplicação da estimativa dos recursos potenciais líquidos médios de cada prospecto exploratório pela chance estimada de sucesso geológico, ou P_g , e, posteriormente, pela soma dos resultados obtidos em cada prospecto exploratório.

Nossas Operações

A Perenco iniciou suas atividades no Brasil em 2007, quando obteve da ANP a qualificação de Operador A para a nona rodada de licitação, que autoriza seu titular a operar em águas profundas e ultra-profundas, e também em terra e em águas rasas. Essa classificação atraiu a OGX, que naquele momento detinha a classificação de Operador B para operar em terra e em águas rasas, a se associar à Perenco na licitação de blocos de águas profundas na nona rodada de licitação da ANP. Nossa parceria com a OGX obteve cinco blocos exploratórios de águas profundas na Bacia do Espírito Santo naquela rodada de licitação.

Como resultado do êxito na implementação da estratégia inicial do Grupo Perenco de entrada no Brasil, a Perenco Brasil Ltda. foi constituída em 2008 como uma controlada da Perenco, com o objetivo principal de explorar, desenvolver e produzir recursos de hidrocarboneto no Brasil, considerado capaz de proporcionar oportunidade significativa de crescimento. A Perenco Brasil Ltda. é, atualmente, nossa controlada.

Detemos 50% de participação, e somos o único operador, nos blocos exploratórios ES-M-416, ES-M-418, ES-M-472, ES-M-529 e ES-M-531, com uma área total de exploração de 3.623,08 km² (895.279 acres), sendo que a OGX detém os 50% de participação remanescente. Detemos essas participações de acordo com os termos dos contratos de concessão, firmados entre a Perenco Brasil Ltda., OGX e a ANP, todos datados de 12 de março de 2008, e dos contratos de consórcio, entre a Perenco Brasil Ltda. e a OGX, datados de 13 de março de 2008. Para mais informações sobre os contratos de concessão, ver os itens 7.5 e 9.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Trabalhos Exploratórios Executados até o Momento

A área dos nossos cinco blocos exploratórios é equivalente a aproximadamente 155 blocos *offshore* de águas profundas do Golfo do México e a 20 blocos de águas rasas no Brasil. Realizamos campanhas abrangentes de aquisição de dados sísmicos 2D e 3D associadas a técnicas de processamento sísmico de alta tecnologia em nossas áreas de exploração. Nossa primeira campanha, que cumpriu nossos compromissos mínimos de trabalho sísmico exigidos pela ANP em nossos blocos, consistiu na aquisição e processamento de 1.831 km de dados sísmicos 2D, em dezembro de 2008, e de 1.900 km² de dados sísmicos 3D, entre janeiro e março de 2009. Nossa interpretação desses dados reiterou a expectativa de significativo potencial exploratório em nossas áreas e identificou dez prospectos exploratórios, dos quais quatro estão atualmente prontos para serem perfurados. Para definir locações adicionais a serem perfuradas, realizamos posteriormente uma segunda campanha de aquisição de dados sísmicos acima de nosso compromisso mínimo de trabalho, com foco nos blocos ES-M-472, ES-M-529 e ES-M-531, que consistem em 1.350 km² de dados sísmicos 3D, entre março e maio de 2010. As atividades de exploração estão em curso nesses blocos, inclusive no ES-M-531, para desenvolver os atuais seis prospectos mapeados até estarem prontos para serem perfurados, assim como para identificar novos prospectos. Até a presente data, sete novos *leads* já foram mapeados.

Assim sendo, estamos finalizando a negociação para a contratação de uma sonda de perfuração para perfurar os dois primeiros prospectos, com previsão de início em setembro de 2011, sendo um no bloco ES-M-416 e outro no ES-M-418. Estas perfurações cumprirão o restante do nosso compromisso mínimo de trabalho com a ANP nesses blocos. Esperamos que os resultados dessas perfurações estejam disponíveis até o final deste ano.

O gráfico abaixo mostra o histórico dos trabalhos de exploração nos nossos blocos.

EVENO	DETALHE	BLOCOS	2008	2009	2010	2011	2012
TEMPO CONCESSÃO		TODOS	1º Período				
AQUISIÇÃO SISMICA	VITORIA 2D	ES-M-472, 529 & 531		1831 km			
	VITORIA 3D	ES-M-416, 418 & 472		1900 km ²			
	TRINDADE 3D	ES-M-472, 529 & 531			1350 km ²		
PROCESSAMENTO SISMICA	VITORIA 2D	ES-M-472, 529 & 531		PSTM			
	VITORIA 3D	ES-M-416, 418 & 472	PSTM		PSDM		
	TRINDADE 3D	ES-M-472, 529 & 531			PSTM	PSDM	
ESTUDOS DE EXPLORAÇÃO	GEOLOGICO	TODOS					
	GEOFISICO	TODOS					

Como operador diligente, e em consonância com as rigorosas e abrangentes políticas de gerenciamento de riscos e objetivos do Grupo Perenco, os elevados padrões de saúde, segurança e de meio ambiente são primordiais em todas as nossas atividades.

A Bacia do Espírito Santo

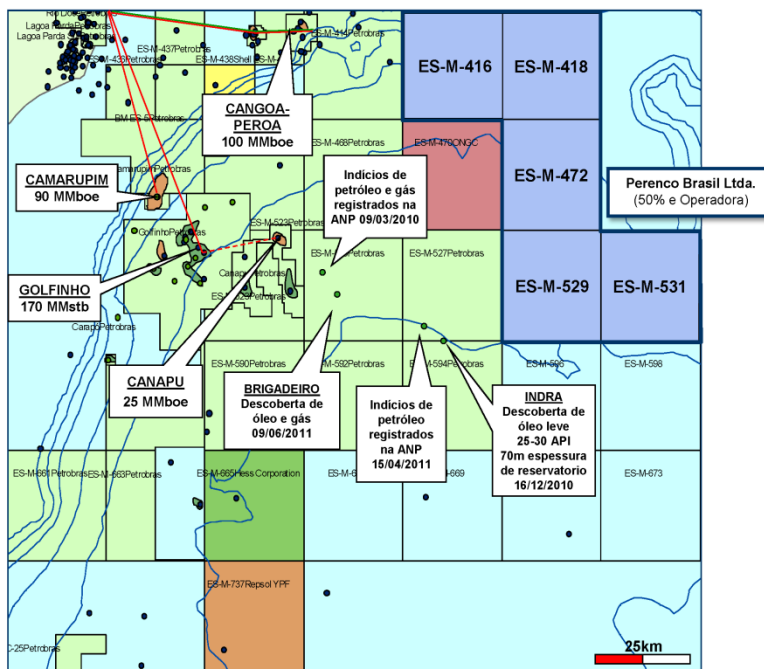
Com base nos dados da ANP de 31 de dezembro de 2010, a Bacia do Espírito Santo foi a segunda bacia mais produtiva do Brasil no ano de 2010, com uma produção diária média de 119.838 boe.

A Bacia do Espírito Santo está situada nos setores *onshore* e *offshore* do Estado do Espírito Santo, no sudeste brasileiro. Em sua totalidade, a bacia cobre uma área de aproximadamente 42.000 km², com menos de 10% dessa área no setor *onshore* da bacia, e tem um sistema petrolífero comprovado abastecido pelas rochas geradoras marinhas de pós-sal da formação Urucutuca. Os reservatórios-alvo são plataformas sedimentárias do Cretáceo ao Terciário e arenitos turbidíticos de águas profundas contemporâneos das descobertas na bacia. Os selos são proporcionados em toda a estratigrafia pelos folhelhos marinhos da formação Urucutuca.

As atividades exploratórias na Bacia do Espírito Santo começaram em fins dos anos 50, e até os anos 90 concentravam-se na sua parte *onshore*, que é composta principalmente de estratigrafia do pré-sal. No decorrer dos anos 90, tiveram início as atividades de exploração em águas profundas da bacia, resultando em uma série de descobertas importantes de petróleo leve e gás. As primeiras grandes descobertas na parte *offshore* foram os campos de Peroá e Congoá, descobertos pela Petrobras em 1988 e em 1996 respectivamente. De 1997 a 2007, a Petrobras descobriu quatro outros campos importantes de petróleo leve e gás: Golfinho, Canapu, Camapurim e Carapó. A produção desses campos teve início em 2006, 2010 e 2009, respectivamente. A produção de petróleo é carregada *offshore* e o gás natural transportado para terra através da infraestrutura desenvolvida para interligar as plataformas às plantas de processamento de gás natural *onshore*.

Atualmente, atividades relevantes de exploração estão sendo realizadas também por outros operadores na Bacia do Espírito Santo, incluindo no pré-sal. A Petrobras anunciou descobertas de petróleo leve com a perfuração de poços de pré-sal abaixo dos campos de petróleo pesado de Baleia Franca, Baleia Azul e Jubarte. Em dezembro de 2010, a Petrobras, como operadora, juntamente com a Statoil, fez outra descoberta de petróleo leve nos reservatórios de pós-sal do prospecto de Indra, localizado aproximadamente a 15 quilômetros das nossas áreas de exploração, ratificando a nossa expectativa de alto potencial de petróleo leve e de gás natural na bacia. Em abril de 2011, a Petrobras comunicou à ANP a descoberta de indícios de petróleo no poço 1BRSA906ESS, localizado no bloco BM-ES-22, adjacente à descoberta de Indra.

O mapa a seguir mostra um esboço da localização dos campos e blocos exploratórios na Bacia do Espírito Santo.



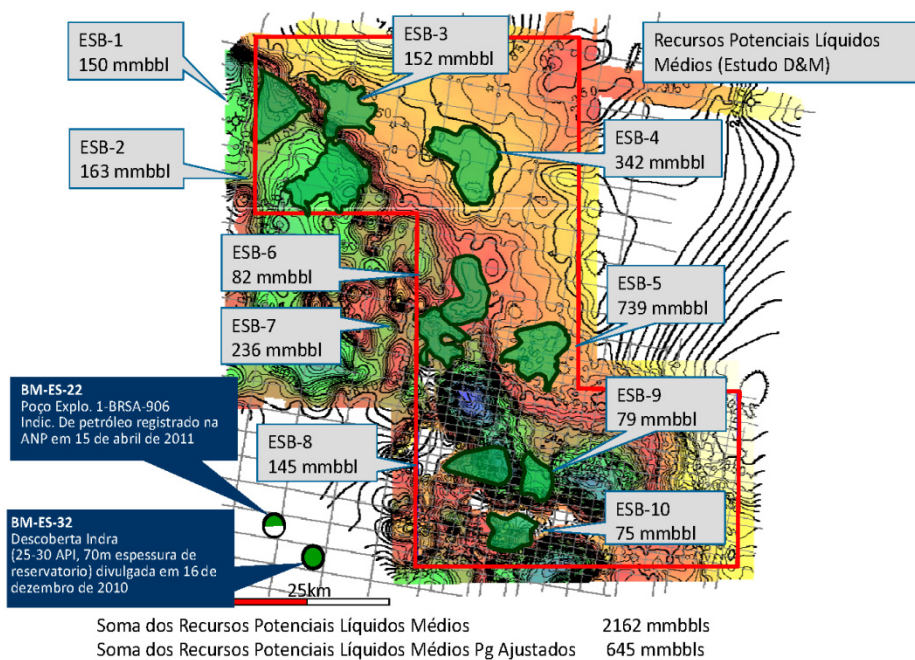
Fonte: WoodMackenzie, ANP e Companhia.

Recursos Potenciais

Até a data deste Prospecto, identificamos dez prospectos exploratórios nas nossas áreas de concessão. Com base nas informações do Estudo de Viabilidade, nossos blocos exploratórios contêm recursos potenciais líquidos não riscados médios estimados em 2,162 bilhões de *bbl* e recursos potenciais líquidos riscados médios estimados em 645 milhões de *bbl*. Com base nas características geológicas dos prospectos identificados em nossos blocos exploratórios e nos poços perfurados nas proximidades, acreditamos que esses recursos potenciais, caso descobertos, consistam principalmente de petróleo, em linha com o Estudo de Viabilidade.

Nossos blocos exploratórios estão situados em águas profundas, que variam de aproximadamente 100 a 2.000 metros. O primeiro período exploratório desses blocos expira em 11 de março de 2012. Estamos finalizando a negociação para a contratação de uma sonda de perfuração e planejamos perfurar dois poços pioneiros antes do final de 2011, sendo um no bloco ES-M-416 e outro no ES-M-418. Esses poços cumprirão nossos programas exploratórios mínimos do primeiro período de exploração. Pretendemos expandir o programa exploratório com a perfuração de poços pioneiros adicionais no período de 2012 a 2014.

O mapa a seguir mostra o local dos prospectos exploratórios identificados nos nossos blocos.



Fonte: Dados do Estudo D&M, ANP e Companhia.

O quadro abaixo mostra as quantidades estimadas dos recursos potenciais e P_g associados para os nossos blocos exploratórios, conforme estimado no Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto.

Resumo dos Recursos Potenciais Líquidos de Petróleo							
Prospecto	Bloco	Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média	Probabilidade	P_g - ajustado
						Sucesso Geológico (P_g)	Estimativa média
						(Decimal)	(MMbbl)
ESB-1	ES-M-416	84,414	139,043	227,001	149,658	0,269	40,291
ESB-2	ES-M-416	69,804	142,500	299,724	163,209	0,261	42,678
ESB-3	ES-M-416	58,628	127,675	281,523	152,365	0,331	50,395
ESB-4	ES-M-418	204,033	325,608	501,469	342,069	0,341	116,585
ESB-5	ES-M-472	388,260	690,591	1.142,486	739,403	0,308	227,837
ESB-6	ES-M-472	35,863	71,766	137,392	81,624	0,371	25,884
ESB-7	ES-M-472	73,414	192,849	456,737	236,188	0,284	66,959
ESB-8	ES-M-529	43,605	113,950	283,616	144,556	0,236	34,151
ESB-9	ES-M-529	23,607	64,188	156,988	78,559	0,284	22,271
ESB-10	ES-M-529	22,959	62,932	139,167	74,510	0,236	17,603
Agregado Estatístico		1.673,660	2.124,002	2.729,973	2.162,141	0,298	644,654
Soma Aritmética.....		1.004,588	1.931,102	3.626,103	2.162,141	0,298	644,654

Acreditamos, com base em nosso extenso trabalho exploratório e no Estudo de Viabilidade, que nossos blocos exploratórios potencialmente contenham múltiplos prospectos com elevado potencial para descobertas de petróleo, com o potencial para aumentar significativamente o valor dos nossos ativos no curto prazo. Além disso, nossa área de exploração contém significativo potencial de sub-sal, alvo da nossa mais recente campanha sísmica 3D. Os dados finais obtidos a partir dessa aquisição sísmica serão utilizados para reavaliar sete *leads* identificados nos nossos blocos exploratórios, com possibilidade de aumentar os recursos potenciais e a probabilidade de sucesso geológico.

Nossos Pontos Fortes

Extenso portfólio propenso a petróleo, que acreditamos ser de alta qualidade e ter elevado potencial para descobertas, localizado em área comprovada de hidrocarbonetos.

Nosso portfólio consiste em cinco blocos exploratórios em águas profundas, localizados na Bacia do Espírito Santo. Acreditamos que essas áreas são de alta qualidade, com múltiplos prospectos com elevado potencial para descobertas de petróleo leve pelas seguintes razões:

- *Sua localização na bacia do Espírito Santo.* Em dezembro de 2010, a bacia era a segunda bacia mais produtiva do Brasil, com produção média diária de 119.838 boe, de acordo com a ANP. No período de 1996 a 2007, a Petrobras descobriu cinco importantes campos de petróleo leve e gás condensado na bacia – os campos de Peroá-Cangoá, Golfinho, Canapu, Camapurim e Carapó – nos quais a produção foi iniciada a partir 2006. A bacia tem um sistema petrolífero comprovado, abastecido por fonte marinha do pós-sal Urucutuca, e uma infraestrutura disponível para atender a produção.
- *Proximidade com recentes descobertas de petróleo leve.* Nossos blocos exploratórios são vizinhos e geologicamente análogos ao campo de produção de petróleo leve de Golfinho. Além disso, em dezembro de 2010, a Petrobras e a Statoil anunciaram mais uma descoberta de petróleo leve nos campos de pós-sal no prospecto de Indra, que está localizado a aproximadamente 15 km de distância a oeste de nossas áreas de exploração. Em abril de 2011, a Petrobras comunicou à ANP a descoberta de indícios de petróleo no poço 1BRSA906ESS, localizado no bloco BM-ES-22, adjacente à descoberta de Indra. Este fato ratifica nossa percepção sobre o alto potencial de petróleo leve nessa parte da bacia. Em decorrência disso, acreditamos que o sucesso da exploração de nossos blocos poderia, no curto prazo, resultar na descoberta de volumes consideráveis de petróleo leve, consoante com a tendência de recentes descobertas e campos produtores.

- *Grande área abrangida pelas concessões atuais.* Nossos cinco blocos exploratórios de águas profundas representam atualmente uma área total de 3.623,08 km² (895.279 acres). Cada concessão é aproximadamente 31 vezes maior do que um bloco de águas profundas no Golfo do México. Já identificamos nessas áreas exploratórias dez prospectos e antevemos potencial de prospectos adicionais significativos, além dos sete *leads* já mapeados, incluindo o sub-sal, que foi objeto da nossa campanha sísmica mais recente. A maior parte das regiões produtivas na margem brasileira do Atlântico tem agrupamentos de campos e, sendo este o caso em nossos blocos, haverá potencial significativo de ganho, proporcionando um sólido programa de crescimento no médio e no longo prazo.

Acreditamos que nossos blocos exploratórios tenham potencial para descobertas expressivas, incluindo um número de prospectos que consideramos prontos para serem perfurados.

Acreditamos que nossos blocos exploratórios tenham potencial para descobertas significativas no curto prazo, inclusive para projetos com prospectos prontos para serem perfurados, que podem reduzir o risco de nosso portfólio. Baseados nas informações fornecidas pelo Estudo de Viabilidade, nossos cinco blocos exploratórios tem recursos potenciais líquidos não riscados médios de petróleo de 2,162 bilhões de *bbf* e recursos potenciais líquidos riscados médios de petróleo de 645 milhões de *bbf*. Quatro dos dez prospectos exploratórios estão em estágio avançado de avaliação (pronto para perfuração) e esperamos perfurar um poço em dois desses prospectos antes do final de 2011. Adicionalmente, após o processamento dos dados adquiridos em nossa campanha sísmica 3D em 2010, esperamos ter mais prospectos prontos para perfuração. Isso proporcionará a oportunidade de perfurarmos mais poços antes de expirar o segundo período de exploração, em março de 2014. De acordo com o nosso plano de negócios, nossa produção de petróleo poderá se iniciar em 2016.

Obtivemos estrategicamente blocos atrativos e posicionamos nosso negócio para usufruir da oportunidade ímpar oferecida pelo setor brasileiro de E&P.

Acreditamos que o Brasil tenha extensas bacias sedimentares sub-exploradas, e esteja na iminência de um aumento significativo e sustentável de reservas e produção, além da camada pré-sal. Nosso foco no Brasil posicionou nosso negócio de forma a desempenhar papel importante nesse crescimento. Obtivemos estrategicamente concessões e direitos para operar nossos cinco blocos com alto potencial exploratório na Bacia do Espírito Santo. Nossa experiência aumentará a possibilidade de obtermos êxito nas novas rodadas de licitação, inclusive naquela anunciada pela ANP para ocorrer no mês de setembro de 2011. Obtivemos a qualificação de Operador A na nona rodada de licitação da ANP, que foi uma importante vantagem competitiva, na medida que nos permitiu participar sem limitações operacionais, inclusive em terra, em águas rasas, profundas e ultra-profundas. A obtenção dessa qualificação licitações futuras facilitará nossa parceria com outras companhias. Empresas que pretendam participar de futuras rodadas de licitação da ANP em águas profundas, mas que não possuam a classificação de Operador A, terão que se associar com operadores para que possam competir. Com a classificação de Operador A, temos condições privilegiadas para nos aproveitarmos de parcerias com empresas, de forma igual ou semelhante à nossa bem sucedida atual parceria com a OGX. Além disso, somos capazes de aproveitar ao máximo a experiência técnica e o conhecimento local da nossa equipe gerencial e as amplas relações do Grupo Perenco em outros países. Em vista disso, acreditamos estar bem posicionados para utilizar nosso conhecimento e experiência para sermos bem sucedidos na identificação e no acesso às novas oportunidades de E&P no Brasil, assim repetindo no Brasil o exitoso crescimento do Grupo Perenco em outras regiões.

Contamos com uma dedicada e experiente equipe administrativa em conjunto com uma equipe técnica altamente especializada e capacitada no Brasil.

Nossas equipes gerencial e técnica possuem experiência significativa e profundo conhecimento do setor de E&P no Brasil e na esfera internacional, são altamente qualificadas e com importante histórico na criação de negócios e atuação de sucesso. Nossa equipe gerencial, em especial, apresentou programas de trabalho, administrou a estrutura de capital de empresas e interagiu com o público investidor. Nossa equipe técnica conta com profissionais dedicados, com experiência nas áreas de geologia, geofísica, perfuração e produção, bem como nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente. Dentre eles, há profissionais experientes no setor brasileiro de petróleo e gás natural, que já ocuparam posições-chave no Grupo Perenco, na Petrobras e em outras companhias multinacionais, atuando com sucesso no E&P tanto no Brasil como no exterior. Nossa equipe participou ativamente da descoberta, do desenvolvimento e da produção de numerosos campos na margem Atlântica, dentre eles, da importante produção do pré-sal no Gabão e na República Democrática do Congo. Além disso, nossas equipes gerencial e técnica têm ampla experiência na aquisição de novos ativos, tanto através da participação nas rodadas licitatórias da ANP, como através da aquisição de ativos e de empresas e de operações de *farm-in*.

Nosso Diretor Presidente, **Cesar Dias Ramos**, trabalha há mais de 35 anos no setor de petróleo e gás natural, tendo exercido atividades técnicas, gerenciais, comerciais, de desenvolvimento de negócios e possui experiência em fusões e aquisições nas áreas de exploração, perfuração, produção, transporte, aquisição e comercialização, no Brasil e no exterior. Trabalhou por mais de 25 anos na Petrobras ocupando cargos de CEO da TBG (Bolivia to Brazil Pipeline Co.), Diretor de Gás & Energia da Petrobras Bolívia, Gerente Geral na Líbia, Gerente de Operações na Colômbia e na Argentina, Gerente de Gás na Argentina, Gerente de Novos Projetos, Gerente de Desenvolvimento de Negócios Internacionais de Exploração e Produção, e Presidente e/ou membro do Conselho de Administração de diversas companhias afiliadas da Petrobras na Argentina, Bolívia e Uruguai. Trabalhou também na Montreal Drilling Ltda. por cerca de oito anos, onde exerceu diversos cargos técnicos e gerenciais. Recentemente, atuou como Superintendente de Petróleo e Gás Natural na Empresa de Pesquisa Energética S.A. – EPE e CEO da Prest Perfurações Ltda.

Nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, **Thiago Alonso de Oliveira**, tem 19 anos de experiência na área de finanças, relações com investidores, banco de investimento e *private equity*. Anteriormente, exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Lupatech S.A. Durante sua carreira, gerenciou diversas operações no mercado de capitais superiores a R\$1 bilhão. Participou ativamente em mais de 25 aquisições de companhias em vários países, bem como de investimentos de capital no valor total aproximado de R\$1 bilhão.

Nosso Diretor de Operações, **Duncan Wallace**, atua como Gerente Geral da Perenco Brasil Ltda. desde agosto de 2008, quando da abertura dos escritórios no Rio de Janeiro e início de suas operações. Sua experiência de mais de 10 anos em vários cargos no Grupo Perenco, abrange desde um papel central na equipe de exploração responsável por descobertas bem sucedidas no Gabão e em Camarões, até o cargo de coordenador regional de projetos de geociência para o Grupo Perenco, incluindo o desenvolvimento de projetos de grandes campos no Equador, Guatemala e por todo o oeste africano, entre outros.

Nosso Diretor Técnico, **Larry Bottomley**, tem mais de 30 anos de experiência no setor, tendo ocupado vários cargos de liderança na área de exploração ao longo de sua carreira, e tem sido de suma importância na de formação e na exploração do portfólio construído para a Perenco no mundo todo, incluindo a entrada no Iraque, na Austrália e no Brasil. Participou de uma série de grandes descobertas mundiais, incluindo Franklin, na Plataforma Continental do Reino Unido, Cusiana, na Colômbia, e descobertas em águas profundas, incluindo Ursa Menor, no Golfo do México e o campo de Ceiba, na Guiné Equatorial. Tem sido responsável pelo cumprimento de programas de exploração em vários países no mundo.

Para mais informações a respeito de nossa equipe administrativa, veja o item 12 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Acreditamos que nossa dedicada e experiente equipe administrativa e nossa equipe técnica altamente especializada e capacitada são capazes de executar o nosso plano de negócios.

Podemos nos valer dos recursos técnicos e operacionais do Grupo Perenco.

Nossas equipes gerencial e técnica possuem experiência e habilidade no setor de E&P. Adicionalmente, sempre que julgarmos benéfico, podemos contar com os recursos do Grupo Perenco. Ver abaixo “O Grupo Perenco”, na página 32 deste Prospecto. Essa possibilidade pode ser importante em casos de necessidades que não possam ser atendidas, por exemplo, devido à escassez de recursos no mercado local. Como resultado, acreditamos que o nosso leque de recursos tenha uma característica diferenciada.

Podemos nos beneficiar da combinação de nosso conhecimento do setor brasileiro com a experiência do Grupo Perenco nas bacias da margem atlântica, ao longo da África Ocidental (onde operou a produção bruta de 118.100 boepd em 2010), e de suas melhores práticas de E&P em todo o mundo, compartilhadas por todo o Grupo.

Por um período de 10 anos, teremos acesso à vasta *expertise* em E&P do Grupo Perenco por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Suporte. De acordo com esse contrato, podemos solicitar ao Grupo Perenco, a nosso critério, determinados serviços técnicos, em condições equitativas e de mercado.

Adicionalmente, celebramos o Acordo de Coordenação com o Grupo Perenco, de acordo com o qual seremos o veículo exclusivo pelo qual o Grupo Perenco conduzirá seu negócio de E&P de petróleo e gás natural no Brasil. Para mais informações, veja abaixo “Contrato de Prestação de Serviços de Suporte e Acordo de Coordenação Societária” na página 32 deste Prospecto e o item 16.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Nossa Estratégia

Acreditamos que o Brasil oferece uma oportunidade ímpar de crescimento por meio de atividades de exploração, devido às extensas bacias sedimentares sub-exploradas, dentro de um ambiente comercial favorável definido pela regulamentação vigente, pelas condições macroeconômicas e por um ambiente político estável. As descobertas na camada pré-sal e o potencial significativo remanescente que vemos na região pós-sal das bacias da margem atlântica brasileira demonstram essa oportunidade. Com foco exclusivo no Brasil, nossa meta é repetir no Brasil o crescimento do Grupo Perenco em outras regiões por meio de (i) investimento no programa acelerado de exploração e desenvolvimento de outras oportunidades específicas que identificarmos nos nossos blocos e (ii) simultaneamente, buscar de oportunidades de crescimento por meio da participação em futuras licitações da ANP de blocos em terra e no mar, consórcios, acordos de aquisições seletivas e *farm-in*. Pretendemos continuar a desenvolver e aumentar nosso portfólio para alcançarmos uma posição de liderança no setor brasileiro de E&P, investindo capital de forma sustentável, rigorosa e disciplinada. Entendemos esse crescimento como resultado natural da combinação das abordagens descritas abaixo, para as quais acreditamos estar plenamente aptos para realizar na medida que as oportunidades surjam.

Executar o programa de exploração e perfuração em nossas atuais áreas de exploração de forma acelerada.

Pretendemos impulsionar o amplo trabalho realizado até o momento e implementar de forma acelerada o programa de exploração e perfuração dos nossos blocos na bacia do Espírito Santo. Dois de nossos cinco blocos exploratórios estão em um estágio avançado de avaliação (quatro prospectos prontos para serem perfurados), e esperamos perfurar neste ano um poço pioneiro em cada um desses dois blocos este ano, antes de expirar o período de exploração inicial, em março de 2012.

Concluindo os estudos de interpretação da sísmica 3D adquirida em 2010, esperamos amadurecer mais prospectos e torná-los prontos para serem perfurados. Estes dados sísmicos 3D também possibilitarão a melhor identificação do potencial exploratório e o mapeamento de prospectos adicionais. Até a presente data, sete *leads* adicionais foram identificados. Os dados finais obtidos a partir dessa aquisição sísmica serão utilizados para reavaliar e preparar os prospectos para serem perfurados na área de exploração correspondente, com o potencial de aumentar os recursos potenciais e a probabilidade de sucesso geológico. Acreditamos que isso consolidará o potencial para perfuração de poços pioneiros em nossas áreas antes de expirar o segundo período de exploração, em março de 2014.

Identificar e acessar novas oportunidades de exploração para crescimento, com investimentos feitos de forma disciplinada.

Temos como meta identificar novas oportunidades de exploração e projetos, por meio do emprego de nosso conhecimento e da metodologia de exploração característica do Grupo Perenco, que foi usada para identificar o potencial dos nossos blocos exploratórios atuais. Isso exige uma análise rigorosa de um sistema de hidrocarboneto com base em um entendimento fundamental de tal sistema, incluindo a presença e qualidade de rocha geradora, maturação do hidrocarboneto e posterior migração, distribuição e eficácia do reservatório, ocorrência de selo de fácies e capacidade para retenção de uma carga de hidrocarboneto. Pela criação de mapas com segmentos de risco comum desses elementos, podemos identificar onde eles todos se combinam para concentrar nossos esforços exploratórios. Manteremos disciplina de capital para criar valor econômico para nossos acionistas.

Acreditamos que a aplicação dessa rigorosa metodologia às bacias brasileiras, juntamente com a compreensão dos fatores-chave de sucesso de campos e poços análogos, fornece-nos uma ferramenta importante de redução de risco na busca por oportunidades de crescimento em bacias maduras e emergentes. Adicionalmente, essa metodologia nos permite concentrar esforços em áreas que consideramos de alto potencial, que acreditamos nos permitirá incrementar um portfólio equilibrado com elevado valor agregado.

Utilizaremos nosso conhecimento técnico da margem atlântica no próximo ciclo de exploração no Brasil, que se encontra fortalecido pela descoberta da camada do pré-sal e pelo interesse renovado na exploração do pós-sal. Pretendemos adquirir novos ativos que complementem e equilibrem nosso portfólio em termos de risco, custo, tamanho e retorno. Esperamos fazer isso através da participação nas futuras rodadas licitatórias da ANP e buscando consórcios, aquisições e *farm-ins*. Enquanto nosso foco principal serão as bacias da margem atlântica, onde enxergamos as melhores perspectivas de exploração, procuraremos também oportunidades nas bacias terrestres brasileiras que nos facultarão diversificar ainda mais nosso portfólio, alavancados pelo conhecimento operacional *onshore* do Grupo Perenco.

Manter nossas parcerias existentes e estabelecer parceria com agentes estratégicos do setor.

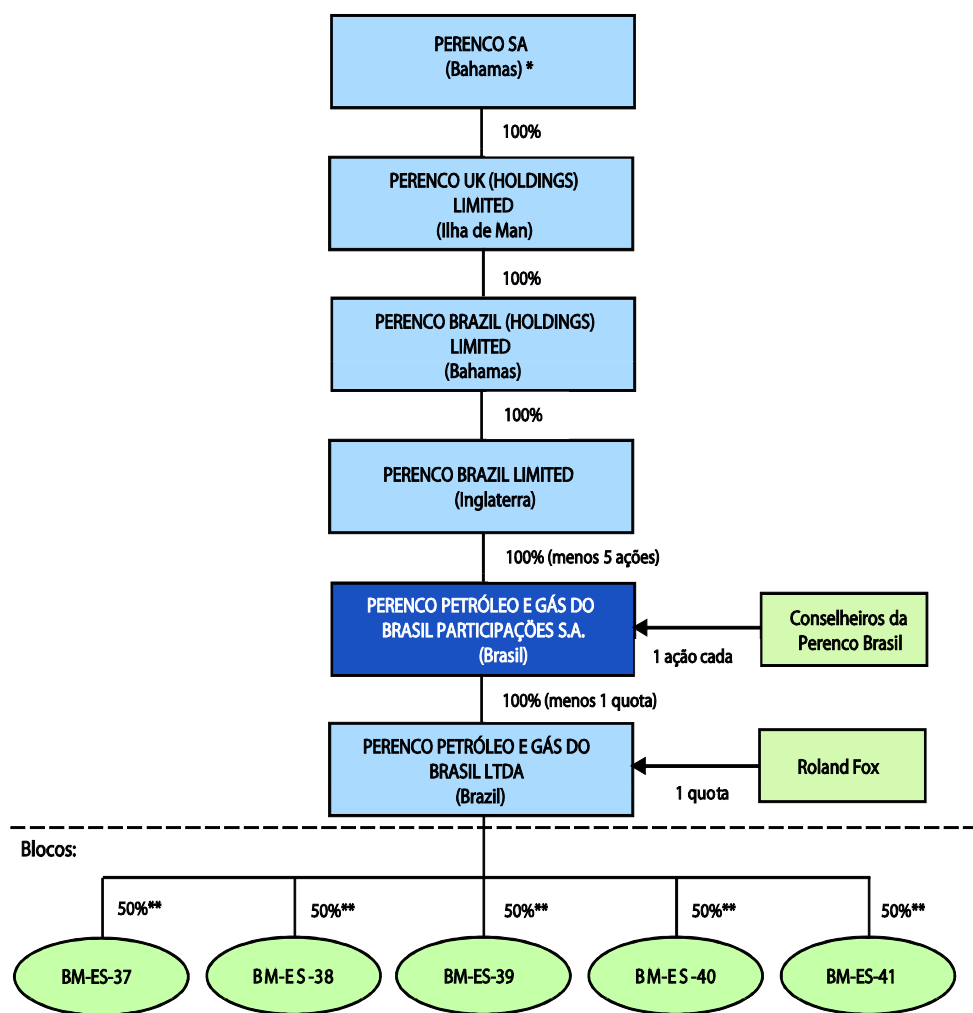
Iniciamos nossas operações no Brasil como Operador A de águas profundas e parceiros da OGX, com quem desenvolvemos um sólido relacionamento. Manteremos nossas atuais parcerias e também pretendemos identificar e concretizar novas parcerias com outros agentes estratégicos do setor de petróleo e gás natural. Mais especificamente, consideramos que a nossa qualificação como Operador A obtida na nona rodada de licitação da ANP coloca-nos em posição privilegiada para estabelecer parcerias com empresas que não possuam tal classificação. Com base em nossa experiência, acreditamos que manteremos nossa qualificação como Operador A na próxima rodada de licitação da ANP, o que, somado às parcerias mundiais da Perenco (ver abaixo "O Grupo Perenco", na página 32 deste Prospecto) pode fortalecer ainda mais o prestígio entre nossos pares como parceiro e operador preferencial em associações. Esperamos que parcerias futuras permitam trocas de conhecimento técnico com nossos parceiros, diversificar nossa exposição e reduzir riscos financeiros através de uma participação relevante em uma quantidade cada vez maior em novos projetos exploratórios.

Histórico

Somos a controlada brasileira da Perenco, a qual detém sua participação em nosso capital por meio de sua controlada indireta Perenco Brazil Limited, sociedade constituída no Reino Unido. O Grupo Perenco iniciou suas atividades no Brasil em 2007 quando obteve da ANP a qualificação de Operador A e participou da licitação de blocos de águas profundas na nona rodada de licitação realizada naquele ano, tendo obtido a concessão de cinco blocos exploratórios. Como resultado, a Perenco Brasil Ltda. foi constituída em 2008 como uma controlada da Perenco, com o objetivo principal de explorar, desenvolver e produzir hidrocarboneto no Brasil. Após a reestruturação societária preparatória para esta Oferta, fomos incorporados ao Grupo Perenco em março de 2011, e a Perenco Brasil Ltda. é agora nossa controlada. Veja o item 6.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Estrutura Societária

O gráfico a seguir mostra nossa estrutura societária simplificada na data deste Prospecto.



* A Perenco S.A. (Bahamas) tem como seu controlador final indireto o espólio do Sr. Hubert Perrodo, que, por consequência, é também nosso controlador indireto final. Para mais informações, veja os itens 8.1 e 15.1 / 15.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

** Os 50% de participação remanescentes são detidos pela OGX.

O Grupo Perenco

O Grupo Perenco é um grupo econômico de capital fechado e independente de companhias de exploração e produção de petróleo, com um portfólio diversificado de mais de 160 ativos de exploração e produção, localizados em 16 países em cinco continentes. O Grupo Perenco opera no setor de E&P há mais de 25 anos e cresceu a ponto de se tornar um importante grupo mundial independente em termos de reservas 2P e de produção. Em 2010, a Perenco produziu uma média de 252.800 *boepd* (brutos) como operador e 176.500 *boepd* (líquidos). Em 31 de dezembro de 2010, as reservas de 2P auditadas do Grupo Perenco eram de aproximadamente 913 milhões de *boe*, de acordo com a Netherland, Sewell and Associates, Inc.

O crescimento do Grupo Perenco tem sido impulsionado pela combinação de aquisições de ativos de produção em operação, com foco contínuo na identificação de oportunidades atraentes de exploração e desenvolvimento dentro de seu portfólio e em áreas próximas a infraestrutura existente. Historicamente, o elemento principal da estratégia do Grupo Perenco tem sido aplicar soluções inovadoras de engenharia para aumentar a produção e as reservas, propiciando condições para investimentos lucrativos. Nos últimos anos, com o objetivo de manter o crescimento, o Grupo Perenco ampliou sua estratégia, incluindo a aquisição de recursos descobertos e não desenvolvidos e investindo em importantes atividades exploratórias. O Grupo Perenco empreendeu esse aumento de investimento na exploração nas regiões de produção com potencial para agregar reservas substanciais onde já atuava e em novos países que a Perenco identificou com potencial significativo. Isso levou o Grupo Perenco a adquirir importantes ativos de exploração na Região Autônoma Curda do Iraque, na Austrália, no Peru, em Belize e no Brasil.

A força de trabalho do Grupo Perenco, altamente qualificada e experiente, composta de mais de 5.200 empregados dos quais mais de 3.100 são empregados diretos, tem sólida experiência tanto em administrar operações de forma eficiente, como em identificar e realizar oportunidades de investimento para reforçar e aumentar as reservas e a produção do grupo. Os membros da equipe do Grupo Perenco têm participado ativamente de descobertas significativas, bem como do desenvolvimento, da administração e da otimização da produção em diversos locais.

O Grupo Perenco opera quase todos os seus ativos, e também opera ativos por conta de subsidiárias das seguintes empresas multinacionais e estatais, principais atuantes do setor de petróleo: Petrobras, Total S.A., Chevron Corporation, Ecopetrol S.A., Kosmos Energy Ltd., Centrica PLC, INPEX Corporation, Tullow Oil Plc, Svenska Petroleum Exploration AB, Mitsubishi Corporation, Mitsui Oil Exploration Co., Egyptian General Petroleum Holding Corporation, Türkiye Petrolleri Anonim Ortakligi (Turkish Petroleum Corporation) and Société Nationale des Pétroles du Congo. Tais atividades demonstram que o Grupo Perenco aplica e está comprometido com os mais elevados padrões internacionais de saúde, segurança e meio ambiente e de responsabilidade social, e é um operador e parceiro preferencial. O Grupo Perenco também operou para a Exxon Mobil Corporation, Royal Dutch Shell plc. e Petróleos de Venezuela S.A. – PDVSA.

Contrato de Prestação de Serviços de Suporte e Acordo de Coordenação com o Grupo Perenco

Celebramos o Contrato de Prestação de Serviços de Suporte, vigente a partir de 1º de abril de 2011 pelo prazo de 10 anos, nos termos do qual temos direito de requisitar, a nosso critério, determinados serviços técnicos do Grupo Perenco, o qual prestará tais serviços em condições equitativas e de mercado. Os serviços cobertos pelo Contrato de Prestação de Serviços de Suporte incluem, dentre outros, suporte nas áreas de geociência, engenharia e aquisições e suporte operacional. Os preços serão acordados mutuamente, de acordo com os custos acrescidos de 10% e cobrados de forma economicamente eficiente para ambas as partes, em conformidade com as práticas e preços de mercado, levando-se em conta todos os fatores relevantes, incluindo impostos, encargos e taxas aplicáveis, descontos disponíveis e preços favoráveis, uso de tecnologia, nível de experiência e qualificação necessário e programa de trabalho ao qual os serviços se referem.

Ademais, celebramos um Acordo de Coordenação com o Grupo Perenco, vigente a partir de 1º de abril de 2011, de acordo com o qual somos o único veículo pelo qual o Grupo Perenco conduzirá seus negócios de E&P de petróleo e gás natural no Brasil e não competiremos com o Grupo Perenco fora do Brasil. Para mais informações, veja o item 16.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Informações Adicionais

Nossa sede está localizada no Edifício Torre do Rio Sul, Rua Lauro Muller, 116 – 1301 (parte), Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil, e o número do telefone do departamento de relações com investidores é (55) 21 3043 0100. Nosso *website* é www.perenco-brasil.com/ri. As informações disponíveis em nosso *website*, ou que podem ser acessadas pelo nosso *website*, não são incorporadas por referência, nem integram, este Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

Esta seção contempla, por exigência do inciso IV, parágrafo 3º, do artigo 40, da Instrução CVM 400, apenas alguns dos fatores de risco relacionados à Companhia. Esta seção não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar em sua totalidade antes de subscrever as Ações no âmbito da Oferta.

Assim, antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações, recomendamos a leitura cuidadosa de todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência anexo a este Prospecto, em especial o item 4 "Fatores de Risco" e o item 5 "Riscos de Mercado", em que poderão ser avaliados todos os riscos aos quais a Companhia está exposta. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Ações. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência.

Áreas existentes ou futuras que a Companhia decida perfurar poderão não produzir petróleo ou gás natural, ou nossas descobertas poderão ser, em quantidades ou qualidade, inviáveis do ponto de vista comercial.

Nossos prospectos exploratórios atuais estão localizados dentro de nossos blocos em áreas que nossos geocientistas acreditam, baseados em informações sísmicas e geológicas disponíveis, haver indícios de presença de petróleo ou gás natural. Esses prospectos estão em vários estágios de avaliação, sendo que alguns estão prontos para a perfuração e outros exigirão mais processamento de dados sísmicos e interpretação antes que um plano de perfuração possa ser implementado. No entanto, mesmo quando adequadamente utilizados e interpretados, dados sísmicos 2D e 3D e técnicas de visualização são apenas ferramentas utilizadas para auxiliar os geocientistas na identificação de estruturas de subsuperfície e hidrocarbonetos e não permitem que o intérprete saiba se os hidrocarbonetos estão presentes nessas estruturas. Não é possível prever antes da perfuração e dos testes se um dado prospecto exploratório produzirá petróleo ou gás natural em quantidade ou qualidade suficiente para recuperar os custos da perfuração ou da conclusão, ou os custos para o prospecto exploratório se tornar economicamente viável. Independentemente da quantidade de petróleo e gás natural descoberta em nossos prospectos exploratórios, os custos de construção de infraestrutura, incluindo oleodutos ou sistemas flutuantes de produção, caso aplicáveis, e os custos com transporte podem impedir a viabilidade econômica de um prospecto exploratório.

Adicionalmente, as analogias que estabelecemos com base em dados disponíveis de outros poços, de outros prospectos mais amplamente explorados ou de campos produtivos poderão não se aplicar às áreas potenciais a serem perfuradas, e nós apenas saberemos disso na medida em que os trabalhos nos prospectos exploratórios avancem. Poderemos cancelar nosso programa de perfuração em um prospecto exploratório se dados, estudos e resultados anteriores indicarem que não há viabilidade comercial, não compensando investimentos adicionais. Se os prospectos não tiverem êxito comprovado, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados de modo substancialmente adverso.

O Estudo de Viabilidade é baseado em projeções de performance futura que podem não ser precisas.

O Estudo de Viabilidade contém projeções que são baseadas em pressuposições e expectativas atuais e em eventos futuros e tendências financeiras. Nós não podemos assegurar que essas estimativas se provarão precisas. Essas projeções foram preparadas para ilustrar, com base em premissas restritas e simplificadas, nossos recursos e custos. Adicionalmente, devido aos julgamentos subjetivos e incertezas substanciais, bem como ao fato de que as estimativas são baseadas em diversas suposições sujeitas a incertezas e contingências significativas externas ao nosso controle, não há garantia de que as estimativas ou conclusões dali resultantes serão realizadas. Os efetivos recursos, custos, fluxo de caixa, margem de lucro e exposição a risco dos nossos projetos potenciais poderão ser significativamente menos favoráveis do que aqueles projetados no Estudo de Viabilidade. Um risco inerente à estimativa de recursos potenciais é de que um poço perfurado pode não ser considerado economicamente viável. A possibilidade de não encontrar reservas é um risco intrínseco às nossas atividades. Revisões a menor dos nossos recursos prospectivos podem levar a níveis mais baixos de produção esperada no futuro, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos resultados operacionais e condição financeira. Assim, parte ou todo investimento dos nosso acionistas pode ser perdido, especialmente caso as estimativas ou conclusões incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência anexo não se concretizem. Vide “Nota de Advertência aos Investidores sobre Recursos Potenciais” na página 20 deste Prospecto.

Nossas atividades estão sujeitas à regulamentação ambiental, de segurança e saúde ocupacional, a qual pode se tornar mais rígida no futuro e causar um aumento das responsabilidades e gastos de capital, inclusive indenização e multas por danos.

Nossas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativas ao meio ambiente, segurança e saúde ocupacional. Tal normatização poderá ser alterada no futuro, inclusive para se tornar mais restritiva. O não cumprimento de tais leis e regulamentações pode sujeitar o infrator a sanções administrativas e criminais, adicionalmente à obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, a pessoas e a terceiros. Em relação à responsabilidade civil, as leis ambientais brasileiras adotam um regime de responsabilidade objetiva. De acordo com a legislação brasileira aplicável, não há limitação ao montante da indenização devida em relação à responsabilidade ambiental. Por estarmos sujeitos a responsabilidades ambientais, o pagamento de passivos ou obrigações a que podemos incorrer para reverter o dano ambiental poderia de outra forma reduzir os recursos disponíveis à Companhia ou poderia representar um efeito adverso significativo sobre nosso negócio. Se ficarmos impossibilitados de evitar ou reparar danos ambientais de modo integral, poderemos ser obrigados a suspender as operações até concluir o saneamento exigido ou, ainda, assinar um Termo de Ajustamento de Conduta. Caso venhamos a ter qualquer acidente ou causar qualquer dano de natureza ambiental, as autoridades brasileiras poderão tomar medidas especialmente rígidas contra nós, o que poderá causar um impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais ou em nossa situação financeira.

Alterações na legislação ambiental podem impactar nossos negócios e o cumprimento à nova legislação pode levar a custos significativos. Tais mudanças na legislação podem também impedir ou restringir severamente as atividades de perfuração em relação à exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas ambientalmente sensíveis. Isso pode afetar em especial os nossos blocos ES-M-415 e ES-M-418, parcialmente localizados perto do Parque Nacional de Abrolhos. Uma ação civil movida pelo Ministério Público Federal contra a ANP se refere a esses e a outros blocos nos quais não temos nenhuma participação. Várias outras empresas de petróleo operam e produzem petróleo de blocos próximos a esta área protegida. Uma decisão proferida pela Vara Federal de Eunápolis impedia a exploração de parte dos blocos encontra-se suspensa por uma decisão do tribunal de segunda instância. Para mais informações sobre esse processo, vide item 4.7 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Há uma tendência de a legislação ambiental se tornar mais rigorosa no futuro, o que pode causar um efeito adverso sobre nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Além disso, não podemos assegurar que as licenças, aprovações e autorizações pleiteadas serão conferidas a nós ou, se conferidas, serão feitas a tempo ou não estarão sujeitas a eventuais condições onerosas. Em especial, requeremos junto ao IBAMA uma licença prévia e uma licença de operação e junto à ANP a licença de exploração para iniciar a perfuração e não podemos garantir que as licenças requeridas serão concedidas antes da data prevista para o início de nossas operações de perfuração neste ano. Caso não sejamos capazes de obter as licenças, aprovações e autorizações necessárias para nossas operações, isso poderá ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e em nossa situação financeira.

Atuamos em um consórcio e podemos atuar em outros consórcios no futuro, o que pode resultar em atrasos e custos adicionais caso as partes do consórcio não entrem em acordo.

Operamos nossos cinco blocos exploratórios, que constituem atualmente a totalidade da nossa carteira, mas detemos os direitos de concessão em parceria com a OGX, cada companhia possuindo 50% dos mesmos. Além disso, uma das nossas estratégias é o estabelecimento no futuro de parcerias ou consórcios adicionais com *players* estratégicos no setor de petróleo e gás natural. Nós e os nossos parceiros de consórcios devemos cumprir as exigências de qualquer acordo operacional aplicável, ou de quaisquer outros acordos que venham a regular o relacionamento no futuro. No entanto, não podemos assegurar que nossas parcerias e consórcios serão bem sucedidas e obterão os resultados esperados.

Podemos sofrer custos inesperados ou outras perdas se um parceiro de consórcios não cumprir as suas obrigações, sem prejuízo de eventuais sanções contratuais e outros recursos, e podemos também ser objeto de reclamações por parte dos parceiros de consórcios relacionadas a eventual não-cumprimento de nossas obrigações. Nós e nossos parceiros estamos sujeitos à responsabilidade solidária associada a ações ou omissões realizadas em operações em nossos ativos. Além disso, mesmo realizando auditoria rigorosa em parceiros potenciais, não podemos garantir que não há passivos de empresas coligadas, especialmente passivos relacionados a questões tributárias, trabalhistas, ambientais e nem passivos ocultos que não tenham sido previamente identificados em auditorias realizadas por nós nas empresas ou projetos em que fizemos investimentos.

Também é possível que os nossos interesses e opiniões e os de nossos parceiros de consórcio não estejam necessariamente alinhados, mesmo que tenhamos um bom relacionamento. Não temos uma participação que nos confira o controle do consórcio com a OGX, podendo deter uma participação praticamente igual ou minoritária em futuras parcerias. Por conseguinte, o acordo operacional aplicável teria que ser usado para resolver qualquer divergência que não possa ser resolvida. Isso pode resultar em atrasos de projetos, e os eventuais custos adicionais poderiam afetar adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais.

Enquanto atualmente operamos todos os blocos de exploração na qual temos participação, no futuro, poderemos não ser a operadora de algumas de nossas propriedades. O processo de tomada de decisão em tais circunstâncias continuará ser regido pelo acordo operacional aplicável ou outro acordo, mas poderemos ter reduzida a capacidade de exercer influência sobre as operações nos prospectos operados por nossos parceiros, inclusive buscando uma de nossas estratégias-chave de negócio para minimizar o período de tempo entre a descoberta e a produção inicial.

Esses riscos podem afetar o sucesso de nossas parcerias e consórcios. Caso essas parcerias e consórcios não sejam bem sucedidas, nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Estamos sujeitos a riscos de perfuração e outros riscos operacionais, que são ampliados quando a perfuração é offshore de águas profundas.

Nosso negócio está sujeito a riscos inerentes ao setor, incluindo, dentre outros:

- estouros, abertura de crateras e explosões;
- problemas mecânicos e com equipamentos;
- fluxos descontrolados de óleos ou fluidos de poços;
- incêndios;
- perigos marítimos relacionados às operações *offshore*;
- formações com pressões anormais;
- poluição e outros riscos ambientais;
- desempenho insatisfatório de provedores terceirizados na perfuração de poços e no desempenho de outros serviços; e
- desastres naturais.

Esses riscos são especialmente graves nas perfurações e exploração em águas profundas. Qualquer desses eventos pode resultar em morte, danos materiais relevantes e danos ambientais, que podem comprometer nossas operações e causar prejuízos consideráveis. De acordo com a prática habitual do setor, manteremos seguro contra alguns, porém não todos, esses riscos e prejuízos. A ocorrência de quaisquer desses eventos, cobertos ou não por seguros, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

RESUMO DO ESTUDO DE VIABILIDADE E OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta seção apresenta um resumo do Estudo de Viabilidade preparado por especialistas no setor de petróleo, que inclui informações financeiras e operacionais, bem como determinadas projeções, incluindo informações sobre o cronograma estimado dos projetos, data de início da produção, estimativas de investimento, custos e produção. Este resumo não inclui todas as informações que o investidor deverá considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar uma decisão sobre o investimento, o investidor deverá ler este Prospecto na sua totalidade, incluindo, mas sem limitação, o Estudo de Viabilidade e o Formulário de Referência anexos a este Prospecto, as seções "Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia", "Resumo das Informações Financeiras", nas páginas 34, 46, respectivamente, deste Prospecto, os itens "4" e "5" do Formulário de Referência, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas anexas ao presente Prospecto.

O Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto referente aos recursos potenciais foi preparado de forma independente pela D&M com base nas informações financeiras projetadas e preparadas por seus especialistas. As informações financeiras projetadas utilizadas para preparar o Estudo de Viabilidade não foram elaboradas em conformidade com qualquer regulamentação de divulgação pública vigente, bem como não foram preparadas para cumprir com as normas e regulamentos de quaisquer bolsas de valores, agências ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer jurisdição, exceto a do Brasil. Nossa Administração acredita que o Estudo de Viabilidade foi elaborado refletindo, atualmente, as melhores estimativas e julgamentos disponíveis, e apresenta, de acordo com o melhor conhecimento e opinião da Administração, a expectativa do curso de ação previsto da Companhia, com base no entendimento e conhecimento de especialistas da D&M sobre os setores de óleo e gás natural. Entretanto, estas informações não são fatos e não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros, não constituindo uma garantia do nosso desempenho futuro. O Estudo de Viabilidade não abrange todas as informações que possam ser importantes para uma decisão quanto ao investimento em nossas Ações. Considerando estas incertezas, os investidores não deverão confiar somente nessas projeções para tomar uma decisão quanto ao investimento e são advertidos a analisar com cuidado as informações constantes deste Prospecto.

O investidor deverá considerar que as projeções constantes deste Prospecto refletem determinadas premissas, análises e estimativas nossas e dos especialistas que prepararam o Estudo de Viabilidade, inclusive no que se refere à receita, recursos projetados, probabilidades de sucesso, desembolsos de capital, custos de exploração, custos de desenvolvimento e aquisição, despesas operacionais, capacidade de produção e outras projeções. Nossa capacidade de obter os resultados operacionais projetados depende, entre outros fatores, do sucesso dos nossos esforços de exploração, desenvolvimento e produção. Não podemos garantir aos investidores que nossas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de óleo não serão significativa e adversamente afetadas por questões políticas, ambientais ou quaisquer outras. Não podemos garantir que as nossas operações de pesquisa, exploração, perfuração, produção e logística não serão prejudicados de maneira significativa por questões de ordem política, ambiental ou outras.

Diversas das premissas também estão relacionadas a fatores econômicos que provavelmente deverão ocorrer no Brasil e globalmente no futuro próximo e seu potencial impacto sobre os nossos negócios, bem como os fatores econômicos que provavelmente deverão ocorrer ou continuar a ocorrer no mercado mundial de óleo e gás natural. Não podemos garantir que as premissas econômicas sejam precisas ou que reflitam de forma precisa a realidade futura. Os investidores devem conduzir suas próprias análises e revisões das premissas e projeções contidas neste Prospecto.

Há diversas incertezas inerentes ao estimarmos as quantidades e a qualidade dos recursos potenciais estimados e ao projetarmos as potenciais taxas futuras de produção de óleo. Neste processo, diversos fatores relevantes podem ter sido desconsiderados ou estimados de forma equivocada. As estimativas de recursos potenciais riscados e as estimativas da vida útil de nossos prospectos exploratórios poderão ser revistas com base, entre outros fatores, na produção efetivamente verificada.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não compilou, examinou ou executou quaisquer procedimentos com respeito às informações financeiras projetadas usadas para preparar o Estudo de Viabilidade nem tampouco expressou sua opinião ou de qualquer forma passou informações contidas no Estudo de Viabilidade, e não assume nenhuma responsabilidade por, e negam qualquer associação, com estas informações financeiras projetadas.

Nenhum outro auditor independente, nem os Coordenadores da Oferta ou os Agentes de Colocação Internacional, compilaram, examinaram ou adotaram quaisquer procedimentos com respeito às informações financeiras projetadas usadas para preparar o Estudo de Viabilidade.

Estudo Técnico

Qualificações

A D&M fornece serviços de consultoria de petróleo em todo o mundo desde 1936. Os profissionais desta empresa, engenheiros, geólogos, geofísicos, petrofísicos e economistas atuam na avaliação independente de propriedades de óleo e de gás natural, avaliação de hidrocarbonetos e outros minerais, avaliações de bacias sedimentares, estudos de campo abrangentes, estudos patrimoniais e estudos de suprimentos e econômicos relacionados à indústria de energia.

Escopo de Trabalho e Metodologia

O Estudo preparado pela D&M anexo foi baseado em nossa participação em quatro blocos exploratórios localizados na Bacia do Espírito Santo, os quais fazem parte de nosso portfólio. No referido Estudo de Viabilidade, foram apresentadas estimativas de recursos potenciais totais, recursos potenciais líquidos, probabilidade de sucesso geológico e econômico, volumes de produção estimados para cada prospecto exploratório, bem como estimativas de investimentos e custos associados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de óleo.

As estimativas de recursos potenciais apresentadas neste Prospecto foram elaboradas em conformidade com o Sistema de Administração de Recursos Petrolíferos (*Petroleum Resources Management System – PRMS*), aprovado em março de 2007 pela Sociedade de Engenheiros do Petróleo (*Society of Petroleum Engineers – SPE*), Conselho Mundial de Petróleo (*World Petroleum Council – WPC*) e pela Associação Americana de Geólogos do Petróleo (*American Association of Petroleum Geologists – AAPG*). Para maiores informações, veja o Estudo de Viabilidade anexo ao presente Prospecto.

Estimativas de recursos potenciais são complexas e imprecisas e devem ser consideradas apenas como estimativas sujeitas a alterações à medida que novas informações se tornem disponíveis. Existe ainda a possibilidade de que nossas atividades exploratórias não resultem em descobertas e, mesmo que nós consigamos realizar descobertas com sucesso, não há certeza de que as mesmas sejam comercialmente viáveis de produzir qualquer parcela de nossos recursos potenciais riscados líquidos estimados. Os nossos resultados operacionais serão afetados adversamente na eventualidade de nossos recursos potenciais riscados líquidos estimados não apresentarem o retorno esperado nas reservas que sejam eventualmente exploradas.

Cálculo dos Recursos Potenciais

As estimativas de recursos potenciais foram elaboradas através de métodos padrões de geologia e de engenharia geralmente aceitos pela indústria do petróleo. O método ou a combinação de métodos utilizados na análise dos reservatórios foram baseados na experiência de reservatórios semelhantes, etapas de desenvolvimento e na qualidade do acervo de informações analisadas, conforme requerem as normas para tais avaliações.

Foram utilizados métodos probabilísticos padrões na análise de incertezas. As distribuições de probabilidade foram estimadas através de dados e informações indicativas de porosidade, saturação de petróleo e/ou gás natural, espessura do reservatório com hidrocarboneto, fator geométrico, fator de recuperação, propriedades de fluido e área produtiva para cada prospecto exploratório. Estes parâmetros foram utilizados com base em dados conhecidos, analogias, e outros métodos de estimativas padrões, incluindo toda a experiência adquirida pela D&M e levantados pelo Grupo Perenco nas áreas em questão. As medidas estatísticas que descrevem as distribuições de probabilidade desses indicativos foram identificadas e submetidas a uma Simulação de Monte Carlo, produzindo desta forma, as estimativas baixa, melhor, alta e média para os recursos potenciais totais associados a cada prospecto exploratório. A estimativa média é usada como valor esperado no resultado da análise probabilística.

A análise probabilística dos recursos potenciais riscados brutos considerou a incerteza na quantidade de óleo a ser descoberta. Para se considerar essas incertezas foram associadas aos recursos potenciais totais probabilidades geológicas e econômicas, assim como limites de descobertas economicamente viáveis, conforme descritos abaixo:

- Simulação de Monte Carlo é uma abordagem para realizar análise de risco em qualquer projeto com dados de entrada incertos. Geralmente, os números são selecionados a partir de dados de entrada representativos e depois usados em cálculos iterativos, para encontrar o intervalo de resultados mais prováveis. A incerteza no resultado também fornece uma medida da validade do modelo. A técnica é aplicada para carteira de investimentos financeiros e análise de risco de investimentos, bem como possui aplicações científicas. O Método de Análise de Monte Carlo é utilizado no campo de petróleo para estimar os riscos envolvidos em novos projetos exploratórios, avaliação de programas de desenvolvimento e avaliação da validade dos modelos de reservatórios.
- Probabilidade Geológica (P_g), é definida como a probabilidade de descobrir reservatórios que produzam petróleo a uma vazão mensurável. P_g é estimada através da quantificação da probabilidade de cada um dos seguintes fatores geológicos individuais: trapa, geração, reservatório e migração. O produto destas quatro probabilidades ou fatores de risco é computado como P_g ;
- Limite Econômico para Tamanho de Campo (*Threshold Economic Field Size – TEFS*), leva em conta o volume mínimo recuperável de petróleo e/ou gás natural necessário para se obter um valor presente potencial superior a zero utilizando o cenário de preço médio;
- Probabilidade associada ao TEFS (P_{TEFS}), definida como a probabilidade de se descobrir uma acumulação maior que o TEFS. A P_{TEFS} pode ser determinada a partir da distribuição de recursos potenciais totais;
- Probabilidade de sucesso Econômico (P_e) é definida como a probabilidade de que uma dada descoberta será economicamente viável. Leva em conta a probabilidade geológica, TEFS, a probabilidade de TEFS, os custos de capital, despesas operacionais, o plano de desenvolvimento proposto, o modelo econômico (incluindo a análise do fluxo de caixa), e outros negócios e fatores econômicos. A P_e é calculada conforme a fórmula abaixo:

$$P_e = P_g \times P_{TEFS}$$

Dessa forma, segue abaixo um sumário da estimativa média dos nossos recursos potenciais totais, recursos potenciais riscados brutos e recursos potenciais riscados líquidos, levando em conta os ajustes dos fatores P_g , P_{TEFS} e P_e , conforme o Estudo de Viabilidade preparado pela D&M:

Recursos Potenciais Truncados e Ajustados para TEFS							
Brutos							
		Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média	P_e	Estimativa Média Ajustada por P_e
		(MMbbl)	(MMbbl)	(MMbbl)	(MMbbl)	(Decimal)	(MMbbl)
ESB-1	ES-M-416	197.541	291.922	464.671	312.201	0,243	75.742
ESB-2	ES-M-416	173.290	305.758	621.194	346.708	0,236	81.858
ESB-3	ES-M-416	147.895	274.692	583.261	323.802	0,300	97.004
ESB-4	ES-M-418	475.140	680.389	1.022.540	711.534	0,307	218.468
ESB-5	ES-M-472	933.660	1.451.126	2.334.860	1.544.122	0,279	430.838
ESB-6	ES-M-472	88.822	152.547	282.999	171.738	0,288	49.381
ESB-7	ES-M-472	192.953	414.194	942.752	500.192	0,261	130.315
ESB-8	ES-M-529	114.783	246.337	587.200	307.558	0,216	66.462
ESB-9	ES-M-529	62.420	138.022	324.550	166.720	0,261	43.494
ESB-10	ES-M-529	60.832	133.931	285.478	156.642	0,219	34.319
Agregado estatístico		3.516.663	4.463.328	5.664.328	4.541.215	0,270	1.227.881
Soma aritmética		2.447.336	4.088.917	7.449.505	4.541.215	0,270	1.227.881

Recursos Potenciais Truncados e Ajustados para TEFS							
Líquidos ⁽¹⁾ para Perenco Brasil Ltda.							
		Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média	P_e	Estimativa Média Ajustada por P_e
		(MMbbl)	(MMbbl)	(MMbbl)	(MMbbl)	(Decimal)	(MMbbl)
ESB-1	ES-M-416	88.893	131.365	209.102	140.490	0,243	34.084
ESB-2	ES-M-416	77.980	137.591	279.537	156.018	0,236	36.836
ESB-3	ES-M-416	66.553	123.612	262.468	145.711	0,300	43.652
ESB-4	ES-M-418	213.813	306.175	460.143	230.190	0,307	98.311
ESB-5	ES-M-472	420.147	653.007	1.050.687	694.855	0,279	193.877
ESB-6	ES-M-472	39.970	68.646	127.349	77.282	0,288	22.221
ESB-7	ES-M-472	86.829	186.387	424.238	225.087	0,261	58.642
ESB-8	ES-M-529	51.652	110.852	264.240	138.401	0,216	29.908
ESB-9	ES-M-529	27.372	62.110	146.047	75.024	0,261	19.572
ESB-10	ES-M-529	27.070	60.269	128.465	70.489	0,219	15.443
Agregado estatístico		1.564.090	1.986.048	2.521.842	2.043.547	0,270	552.547
Soma aritmética		1.101.301	1.840.013	3.522.277	2.043.547	0,270	552.547

⁽¹⁾ Considerando 10% de royalties sobre os 50% de participação da Perenco Brasil Ltda.

Fase de Exploração

Realizamos campanhas abrangentes de aquisição de dados sísmicos 2D e 3D associadas a técnicas de processamento sísmico de alta tecnologia em nossas áreas de exploração. Nossa primeira campanha, que cumpriu nossos compromissos mínimos de trabalho sísmico exigidos pela ANP em nossos blocos, consistiu na aquisição e processamento de 1.831 km de dados sísmicos 2D, em dezembro de 2008, e de 1.900 km² de dados sísmicos 3D, entre janeiro e março de 2009. Nossa interpretação desses dados reiterou a expectativa de significativo potencial exploratório em nossas áreas de exploração e, identificou dez prospectos exploratórios, dos quais quatro estão prontos para serem perfurados. Para definir locações adicionais a serem perfuradas, realizamos posteriormente uma segunda campanha de aquisição de dados sísmicos acima de nosso compromisso mínimo de trabalho, com foco nos blocos ES-M-472, ES-M-529 e ES-M-531, que consistem em 1.350 km² de dados sísmicos 3D, entre março e maio de 2010. As atividades de exploração estão em curso nesses blocos, inclusive no ES-M-531, para desenvolver os atuais seis prospectos mapeados até estarem prontos para serem perfurados, assim como para identificar novos prospectos. Até a presente data, sete novos *leads* já foram mapeados.

Assim sendo, estamos finalizando a negociação para a contratação de uma sonda de perfuração para perfurar os dois primeiros prospectos, com previsão de início em setembro de 2011, sendo um no bloco ES-M-416 e outro no ES-M-418. Estas perfurações cumprirão o restante do nosso compromisso mínimo de trabalho com a ANP nesses blocos. Esperamos que os resultados dessas perfurações estejam disponíveis até o final deste ano.

Fase de Desenvolvimento e Produção

Os cenários de produção dos recursos potenciais apresentados no Estudo de Viabilidade são cenários de desenvolvimento conceituais assumindo descobertas de quantidades econômicas para todos os nossos dez prospectos exploratórios. Esses prospectos foram conceitualmente analisadas por planos de desenvolvimento isolados, baseados em estimativas de recursos potenciais, considerando uma participação de 50% em todos os blocos exploratórios.

As despesas operacionais, investimentos e produção associada aos recursos potenciais de petróleo previstos no Estudo de Viabilidade foram estimados com base em campos análogos disponíveis em bacias com semelhante produção e condições ambientais.

Para descobertas de petróleo economicamente viáveis, poderão ser utilizadas embarcações do tipo FPSO que variam em capacidade de produção até 200.000 de bopd. Os poços de desenvolvimento podem utilizar completação submarina e conectados à FPSO.

As potenciais despesas operacionais fixas estimadas incluem o arrendamento das FPSOs. Incluem também despesas relativas a salários de pessoal, apoio terrestre, barcos de apoio, peças de reposição e despesas de manutenção. As potenciais despesas variáveis estão relacionadas aos suprimentos de água, produtos químicos e custos relativos à intervenção nos poços (*workover*).

As potenciais despesas operacionais foram estimadas no Estudo de Viabilidade assumindo-se um custo fixo de US\$100 milhões por ano e de US\$150 milhões por ano, para uma FPSO de capacidade de processamento de até 75.000 bopd e de até 100.000 bopd, respectivamente. As potenciais despesas operacionais variáveis estão estimadas em US\$5 por Barril de Óleo, incluindo os custos de transporte do óleo.

Para obter os valores esperados de investimento, despesas operacionais e produção, deve-se aplicar uma probabilidade de sucesso que reflita o caso esperado em cada um dos projetos considerados no estudo da D&M.

Análise da Oferta e Demanda e Histórico de Preços de Óleo e Gás Natural

Para informações sobre a análise da oferta e demanda de óleo e gás natural no Brasil e no mundo, bem como históricos dos preços, veja o item 7 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Estimativa de Despesas Gerais e Administrativas

Para informações sobre a estimativa de despesas gerais e administrativas, veja o item 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Impostos, Taxas e Contribuições

Para informações relativas aos aspectos tributários aplicáveis ao setor de óleo e gás natural no Brasil e à nossa Companhia, veja os itens 7 e 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Principais Riscos Envolvidos

O investimento nas nossas Ações envolve um alto grau de risco. O investidor pode perder parte do seu investimento ou o seu investimento integral devido a qualquer um dos riscos descritos neste Prospecto, incluindo, entre outros fatores, a nossa falta de histórico operacional e as incertezas que cercam o nosso desempenho futuro, as incertezas sobre a nossa capacidade de ter os recursos necessários às nossas operações, a insuficiência de infraestrutura de logística e transporte nas regiões em que atuamos, a nossa incapacidade de obter as licenças necessárias ou celebrar parcerias estratégicas, caso deixemos de atingir os resultados e as previsões descritas neste Prospecto, a nossa incapacidade de desenvolver os recursos potenciais ou de atingir as probabilidades esperadas de sucesso, especialmente caso a nossa prospecção futura não resulte em descobertas e, mesmo que nós consigamos realizar descobertas com sucesso, não há certeza de que as mesmas sejam comercialmente viáveis.

Para informações adicionais e mais detalhadas sobre os riscos acima descritos, veja os itens “4” e 5 do Formulário de Referência anexo ao presente Prospecto.

Avaliação do investimento pelo método do Valor Presente em detrimento da Taxa Interna de Retorno

Estudo de Viabilidade da D&M foi elaborado de acordo com o Sistema de Administração de Recursos Petrolíferos (*Petroleum Resources Management System – PRMS*), aprovado em março de 2007 pela Sociedade de Engenheiros do Petróleo (*Society of Petroleum Engineers – SPE*), Conselho Mundial de Petróleo (*World Petroleum Council – WPC*) e pela Associação Americana de Geólogos do Petróleo (*American Association of Petroleum Geologists – AAPG*). Vale destacar ainda que a metodologia de avaliação utilizada pela D&M para o caso da Companhia é a mesma utilizada por esta empresa em todos os estudos por ela preparados e que calculam o valor presente potencial.

O Estudo de Viabilidade consiste na validação feita pela equipe de geólogos e geofísicos da D&M dos prospectos exploratórios da Companhia, validação esta baseada em análises probabilísticas. Os volumes de recursos potenciais recuperáveis em cada um dos dez prospectos exploratórios foram estimados através de curvas de distribuição de probabilidade, gerando estimativas de baixa, melhor, alta e média.

Em seguida, a equipe de engenharia e economia da D&M desenvolveu fluxos de caixa determinísticos para as estimativas de baixa, alta e média dos volumes prospectivos recuperáveis dos dez prospectos exploratórios, que foram conceitualmente analisados em planos de desenvolvimento isolados. Nesta análise determinística foram elaborados planos conceituais de desenvolvimento da produção para os todos os projetos, incluindo cálculos de potenciais desembolsos de capital (Capex) e despesas operacionais (Opex), possibilitando a estimativa do valor presente potencial em cada um dos projetos nas estimativas de baixa, alta e média, utilizando-se uma taxa de desconto de 10% (taxa de desconto padrão utilizada pela D&M para fins de cálculo do valor presente potencial).

O passo seguinte foi transformar essa análise determinística em uma análise probabilística, sendo que para isso calculou-se o múltiplo do valor presente potencial dividido pelo volume de óleo e produzido (Valor Presente Potencial/BOE) em cada um dos dez prospectos, considerando-se as estimativas de baixa, alta e média destes múltiplos.

Com base neste múltiplo foi (i) criada uma curva de distribuição de probabilidade para cada um dos prospectos exploratórios, e (ii) foi possível calcular o volume recuperável mínimo que cada um dos prospectos exploratórios deveria ter em caso de descoberta (TEFS) e, conseqüentemente, as curvas de probabilidade dos volumes de recursos potenciais recuperáveis, calculadas inicialmente, foram ajustadas de acordo com o volume mínimo recuperável.

Portanto, com as curvas de distribuição de probabilidade para os volumes potenciais dos recursos recuperáveis e para os múltiplos do valor presente potencial por volume produzido de óleo foi possível estimar o valor presente potencial em cada um dos prospectos exploratórios, utilizando-se a técnica de Simulação de Monte Carlo, gerando um valor presente potencial para as estimativas de baixa, melhor, alta e média.

O resultado desta simulação referente às estimativas de baixa, melhor, alta e média de cada um dos dez prospectos exploratórios está descrito na Tabela 4 do Estudo de Viabilidade da D&M, anexo a este Prospecto.

Assim, considerando (i) toda esta metodologia probabilística e determinística utilizada pela D&M na avaliação dos recursos petrolíferos e incluída no Estudo de Viabilidade para o cálculo do valor presente potencial, e (ii) que a análise feita mostra-se totalmente incompatível com uma análise de sensibilidade de taxa interna de retorno, uma vez que o método combina análises determinísticas, probabilísticas e simulações de Monte Carlo, não foi possível estimar a taxa interna de retorno.

Não obstante o acima exposto, a análise utilizada pela D&M resulta em um valor presente descontado a uma taxa de 10% (amplamente utilizada no setor) que, em última análise, indica um expressivo retorno do investimento realizado.

Adicionalmente, a apresentação do valor presente potencial no Estudo de Viabilidade traz ao investidor uma medida sobre a avaliação da Companhia, realizada por uma companhia de consultoria independente de grande renome e experiência internacional no setor de óleo e gás.

Dessa forma, o Estudo de Viabilidade, ao mesmo tempo em que acompanha a metodologia comumente utilizada no setor, atende às exigências previstas na Instrução CVM 400.

Conclusão

O Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto foi preparado de forma independente pela D&M com base nas informações financeiras projetadas e preparadas por seus especialistas. O investidor deverá considerar que as projeções constantes deste Prospecto refletem determinadas premissas, análises e estimativas nossas e dos especialistas que prepararam o Estudo de Viabilidade, inclusive no que se refere à receita, recursos projetados, probabilidades de sucesso, desembolsos de capital, custos de exploração, custos de desenvolvimento e aquisição, capacidade de produção e outras projeções.

Estas informações não são fatos e não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros, não constituindo uma garantia do nosso desempenho futuro.

O Estudo de Viabilidade, em sua seção “Resumo e Conclusões”, traz a estimativa do valor presente potencial líquido para os recursos potenciais líquidos truncados de óleo, ajustados por TEFS, utilizando-se uma taxa de desconto de 10% e os cenários abaixo descritos:

	Valor Presente (descontado a uma taxa de 10%)			
	Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média
	(em US\$ milhares)			
Recursos potenciais de óleo líquidos ajustados por TEFS, P _e , truncados.....	2.336.638	3.308.466	4.684.395	3.432.541

Dessa forma, considerando a estimativa média do valor presente potencial para os recursos potenciais e contingentes de óleo, líquidos para nós, no valor de aproximadamente US\$3,43 bilhões, conforme descrito na tabela acima, nossa Administração acredita, com base no entendimento e conhecimento de especialistas da D&M sobre os setores pertinentes ao nosso projeto, que o Estudo de Viabilidade foi elaborado refletindo, atualmente, as melhores práticas e julgamento disponíveis, e apresenta, de acordo com o melhor conhecimento e opinião da Administração, a expectativa do curso de ação previsto da Companhia e, portanto, sua viabilidade.

Declaração da Companhia e do Coordenador Líder

O Estudo de Viabilidade resumido nesta seção foi elaborado pela D&M, nos termos do artigo 32, inciso II, e item 3.7 do Anexo III, da Instrução CVM 400, e a Companhia e o Coordenador Líder declaram que concordam com o seu teor em todos os aspectos relevantes.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como o item 10 do Formulário de Referência anexo ao presente Prospecto.

Apresentação das Informações Financeiras

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 2010. A partir de 1º de março de 2011, por meio da reorganização societária descrita nos itens 6.5 e 8.3 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a Companhia passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Brasil Ltda., sociedade limitada detentora dos direitos de exploração e produção de óleo e gás natural. A participação na Perenco Brasil Ltda. é o único investimento da Companhia na data deste Prospecto.

A Companhia não possui informações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2009, e suas informações relativas ao período compreendido entre 13 de setembro (data da constituição) e 31 de dezembro de 2010 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011 não refletem, para o prazo integral, as atividades desenvolvidas pela Companhia, através de sua controlada Perenco Brasil Ltda., uma vez que a controlada foi adquirida pela Companhia em 1º de março de 2011. Sendo assim, determinadas informações financeiras históricas apresentadas neste Prospecto se referem às informações financeiras da controlada da Companhia, Perenco Brasil Ltda.

Portanto, apresentamos neste Prospecto as informações financeiras, retiradas das demonstrações financeiras listadas a seguir:

- Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas auditadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011;
- Demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao período de 13 de setembro de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010;
- Demonstrações financeiras auditadas da Perenco Brasil Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, incluindo informações sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e sobre o período de 3 de janeiro de 2008 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2008; e
- Demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Perenco Brasil Ltda. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

As demonstrações financeiras listadas acima foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB.

Os relatórios dos Auditores Independentes incluem parágrafos de ênfase. Para mais informações leia as demonstrações financeiras e o item 10.4 do Formulário de Referência, ambos anexos a este Prospecto.

Balancos Patrimoniais e Demonstrações de Resultado Companhia

Balanço patrimonial da Companhia

	Em 31 de dezembro de 2010 (em R\$ milhares)	AV	Em 31 de março de 2011 (consolidado) (em R\$ milhares)	AV
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	11.715	16%
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	2.380	3%
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	143	0%
Estoques.....	-	-	5.798	8%
Despesas antecipadas	-	-	1.774	2%
Conta corrente de blocos exploratórios	-	-	968	1%
Outros ativos circulantes	-	-	52	0%
Total do ativo circulante.....	-	-	22.830	31%
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos e cauções.....	-	-	189	0%
Imobilizado	-	-	1.214	2%
Intangível.....	-	-	49.095	67%
Total do ativo não circulante	-	-	50.498	69%
Total ativo	-	-	73.328	100%
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	-	-	2.558	3%
Provisões para gastos com exploração	-	-	3.538	5%
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	2.733	4%
Empréstimo com parte relacionada	-	-	49.987	68%
Impostos e contribuições a recolher.....	-	-	37	0%
Outros passivos circulantes.....	-	-	292	0%
Total do passivo circulante.....	-	-	59.145	80%
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.705	4%
Total do passivo não circulante	-	-	2.705	4%
Patrimônio líquido				
Capital social	-	-	12.422	17%
Prejuízos acumulados.....	-	-	(944)	(1%)
			11.478	16%
Total do passivo e do patrimônio líquido	-	-	73.328	100%

Demonstração de resultado do exercício da Companhia

	Período entre 13 de setembro e 31 de dezembro de 2010	Trimestre findo em 31 de março de 2011 (consolidado)
	(em R\$ milhares, exceto prejuízo por ação)	
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Despesas com atividades de exploração de petróleo	-	(714)
Despesas gerais e administrativas	-	(884)
Resultado operacional antes do resultado financeiro ..	-	(1.598)
Receitas financeiras.....	-	930
Despesas financeiras.....	-	(178)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(846)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	(98)
Prejuízo do período.....	-	(944)
Prejuízo por ação do capital básico e diluído em reais	(1,78)	(0,04)

Balancos Patrimoniais e Demonstrações de Resultado da Perenco Brasil Ltda.

Balanco patrimonial da Perenco Brasil Ltda.

	Em 31 de dezembro de 2010	AV	Em 31 de março de 2011	AV	AH 1T11/2010
	(em R\$ milhares)		(em R\$ milhares)		
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	254	0%	8.331	12%	-
Títulos e valores mobiliários	4.619	7%	2.380	3%	(48%)
Impostos e contribuições a recuperar.....	97	0%	143	0%	47%
Estoques	1.748	3%	5.798	8%	-
Despesas antecipadas.....	292	0%	194	0%	(34%)
Conta corrente de blocos exploratórios.....	5.249	8%	968	1%	(82%)
Outros ativos circulantes.....	27	0%	52	0%	93%
Total do ativo circulante	12.286	20%	17.866	26%	45%
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos e cauções	185	0%	189	0%	2%
Imobilizado	987	2%	1.214	2%	23%
Intangível	48.723	78%	49.095	72%	1%
Total do ativo não circulante.....	49.895	80%	50.498	74%	1%
Total ativo.....	62.181	100%	68.364	100%	10%
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores.....	5.775	9%	978	1%	(83%)
Provisões para gastos com exploração	4.462	7%	3.538	5%	(21%)
Contas a pagar com partes relacionadas.....	3.011	5%	2.733	4%	(9%)
Empréstimos com parte relacionada	0	0%	49.987	73%	-
Impostos e contribuições a recolher	1.376	2%	0	0%	(100%)
Outros passivos circulantes	136	0%	292	0%	-
Total do passivo circulante	14.760	24%	57.528	84%	-
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	3.583	6%	2.705	4%	(25%)
Empréstimos com parte relacionada	54.338	87%	0	0%	(100%)
Total do passivo não circulante.....	57.921	93%	2.705	4%	(95%)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social.....	48.966	79%	69.342	101%	42%
Prejuízos acumulados	(59.466)	(96%)	(61.211)	(90%)	3%
	(10.500)	(17%)	8.131	12%	-
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	62.181	100%	68.364	100%	10%

	Em 31 de dezembro de 2009	AV	Em 31 de dezembro de 2010	AV	AH 2010/2009
	(em R\$ milhares)		(em R\$ milhares)		
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	212	0%	254	0%	20%
Títulos e valores mobiliários.....	3.607	7%	4.619	7%	28%
Impostos e contribuições a recuperar	60	0%	97	0%	62%
Estoques.....	0	0%	1.748	3%	-
Despesas antecipadas	227	0%	292	0%	29%
Conta corrente de blocos exploratórios	3.347	6%	5.249	8%	57%
Outros ativos circulantes	79	0%	27	0%	(66%)
Total do ativo circulante.....	7.532	14%	12.286	20%	63%
Não Circulante					
Realizável a longo prazo.....					
Depósitos e cauções.....	102	0%	185	0%	81%
Imobilizado	366	1%	987	2%	-
Intangível.....	47.107	85%	48.723	78%	3%
Total do ativo não circulante	47.575	86%	49.895	80%	5%
Total ativo	55.107	100%	62.181	100%	13%
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	3.757	7%	5.775	9%	54%
Provisões para gastos com exploração	4.783	9%	4.462	7%	(7%)
Contas a pagar com partes relacionadas	559	1%	3.011	5%	-
Impostos e contribuições a recolher.....	110	0%	1.376	2%	-
Outros passivos circulantes.....	64	0%	136	0%	-
Total do passivo circulante.....	9.273	17%	14.760	24%	59%
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	2.830	5%	3.583	6%	27%
Empréstimos com parte relacionada	35.520	64%	54.338	87%	53%
Total do passivo não circulante	38.350	70%	57.921	93%	51%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	48.966	89%	48.966	79%	0%
Prejuízos acumulados.....	(41.482)	(75%)	(59.466)	(96%)	43%
	7.484	14%	(10.500)	(17%)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	55.107	100%	62.181	100%	13%

	Em 31 de dezembro de 2008	AV	Em 31 de dezembro de 2009	AV	AH 2009/2008
	(em R\$ milhares)		(em R\$ milhares)		
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	2.146	4%	212	0%	(90%)
Títulos e valores mobiliários	0	–	3.607	7%	–
Impostos e contribuições a recuperar.....	112	–	60	0%	(46%)
Estoques	0	–	0	–	–
Despesas antecipadas.....	231	–	227	0%	(2%)
Conta corrente de blocos exploratórios.....	9.981	17%	3.347	6%	(66%)
Outros ativos circulantes.....	16	0%	79	0%	–
Total do ativo circulante	12.486	21%	7.532	14%	(40%)
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos e cauções	90	0%	102	0%	13%
Imobilizado	257	–	366	1%	42%
Intangível	45.578	78%	47.107	85%	3%
Total do ativo não circulante.....	45.925	79%	47.575	86%	4%
Total ativo.....	58.411	100%	55.107	100%	(6%)
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores.....	11.485	20%	3.757	7%	(67%)
Provisões para gastos com exploração	7.455	13%	4.783	9%	(36%)
Contas a pagar com partes relacionadas.....	992	2%	559	1%	(44%)
Impostos e contribuições a recolher	73	0%	110	0%	51%
Outros passivos circulantes	22	0%	64	0%	–
Total do passivo circulante	20.027	34%	9.273	17%	(54%)
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	83	0%	2.830	5%	–
Empréstimos com parte relacionada	2.665	5%	35.520	64%	–
Total do passivo não circulante.....	2.748	5%	38.350	70%	–
Patrimônio líquido					
Capital social.....	48.966	84%	48.966	89%	0%
Prejuízos acumulados	(13.330)	(23%)	(41.482)	(75%)	–
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	35.636	61%	7.484	14%	(79%)
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	58.411	100%	55.107	100%	(6%)

Demonstração de resultado do exercício da Perenco Brasil Ltda.

	Trimestre findo em 31 de março de		
	2010	2011	AH 1T11/1T10
	(em R\$ milhares, exceto prejuízo por quota)		
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com atividades de exploração de petróleo.....	(2.617)	(1.805)	(31%)
Despesas gerais e administrativas	(669)	(1.372)	-
Outras despesas	(2)	(2)	0%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(3.288)	(3.179)	(3%)
Receitas financeiras.....	121	1.173	-
Despesas financeiras.....	(822)	(475)	(42%)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.989)	(2.481)	(38%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	220	785	-
Prejuízo do trimestre	(3.769)	(1.696)	(55%)
Prejuízo por quota do capital básico e diluído em reais.....	(0,08)	(0,03)	(63%)

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2009	2010	AH 2010/2009
	(em R\$ milhares, exceto prejuízo por quota)		
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com atividades de exploração de petróleo.....	(32.108)	(15.839)	(51%)
Despesas gerais e administrativas	(4.730)	(4.680)	(1%)
Outras despesas	(55)	(76)	38%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(36.893)	(20.595)	(44%)
Receitas financeiras.....	10.226	4.300	(58%)
Despesas financeiras.....	(1.949)	(1.937)	(1%)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.616)	(18.232)	(36%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.655)	(413)	(75%)
Prejuízo do exercício	(30.271)	(18.645)	(38%)
Prejuízo por quota do capital básico e diluído em reais.....	(0,62)	(0,38)	(39%)

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2008	2009	AH 2009/2008
	(em R\$ milhares, exceto prejuízo por quota)		
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com atividades de exploração de petróleo.....	(11.016)	(32.108)	-
Despesas gerais e administrativas	(2.794)	(4.730)	69%
Outras despesas	(49)	(55)	12%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(13.859)	(36.893)	-
Receitas financeiras.....	423	10.226	-
Despesas financeiras.....	(56)	(1.949)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.492)	(28.616)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	(1.655)	-
Prejuízo do exercício	(13.492)	(30.271)	-
Prejuízo por quota do capital básico e diluído em reais.....	(0,30)	(0,62)	-

Projeções Financeiras e Fatores que Afetam Nossas Projeções

As projeções incluídas neste Prospecto foram elaboradas com base em diversas premissas e a nossa capacidade de atingir os resultados esperados depende, de certa forma, da materialização de tais premissas. Embora acreditemos que tais premissas sejam razoáveis, a sua razoabilidade não foi examinada e atestada de forma independente, salvo na extensão indicada na seção “Resumo do Estudo de Viabilidade e Outras Informações”, na página 38 deste Prospecto.

Diversas das premissas estão relacionadas a fatores econômicos que provavelmente ocorrerão futuramente no Brasil e seu potencial impacto sobre os nossos negócios, bem como os fatores econômicos que provavelmente deverão ocorrer ou continuar a ocorrer no mercado brasileiro de óleo e gás natural. Não podemos garantir que as premissas econômicas são precisas ou que refletem com precisão as projeções futuras. Os investidores devem conduzir as suas próprias investigações e fazer suas próprias análises das projeções incluídas neste Prospecto.

Não podemos garantir que as nossas operações futuras não serão significativamente afetadas no futuro por questões de natureza política, ambiental ou outras, muitas das quais estão fora do nosso controle. Nossas estimativas acerca da nossa capacidade de produção e geração de receitas são inerentemente incertas.

Não pretendemos atualizar ou rever as projeções de forma a refletir circunstâncias verificadas após a data deste Prospecto. Tais projeções não constituem garantia do nosso desempenho futuro. O Estudo de Viabilidade anexo ao presente Prospecto não compreende todas as informações que possam ser importantes para uma decisão de investimento. Em vista de tais incertezas, os investidores não devem se basear nestas projeções para tomar a sua decisão de investimento, devendo analisar cuidadosamente as informações incluídas neste Prospecto, inclusive as nossas demonstrações financeiras e notas explicativas relacionadas.

Arredondamentos

Alguns números constantes do presente Prospecto podem não representar totais exatos em virtude de arredondamentos efetuados. Assim sendo, os resultados totais constantes de algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma aritmética dos números que os precedem.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Nossos Principais Fatores de Risco” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, a partir das páginas 34 e 94, respectivamente, bem como nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto, para melhor compreensão das nossas atividades e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Segue abaixo um resumo dos termos da Oferta:

Companhia	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Agente Estabilizador	Itaú BBA, agindo por intermédio de sua corretora Itaú Corretora de Valores S.A.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, BTG Pactual e Morgan Stanley, considerados em conjunto.
Instituições Consorciadas	Corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas junto à BM&FBOVESPA que foram contratadas para participar da Oferta, por meio da assinatura de Termos de Adesão.
Agentes de Colocação Internacional	Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital Corp e Morgan Stanley & Co. LLC., considerados em conjunto.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações de Emissão da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A., a ser celebrado entre nós, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	Placement Facilitation Agreement, contrato a ser celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular o esforço de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A., a ser celebrado entre nós, o Agente Estabilizador e a Itaú Corretora de Valores S.A.

Instituição Financeira Escrituradora

Banco Bradesco S.A.

Oferta

Distribuição pública primária das Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A, bem como de outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Dispersão ("Instituições Consorciadas").

Simultaneamente serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados *non U.S. persons*, com base no *Regulation S* ("Regulamento S") editado ao amparo do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ou da Lei nº 4.131 ("Investidores Institucionais Estrangeiros"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *United States Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a nós e os Agentes de Colocação Internacional.

Anúncio de Início

O anúncio informando acerca do início do Período de Colocação das Ações, a ser publicado em 04 de julho de 2011, nos termos do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM nº 400.

Anúncio de Encerramento

O anúncio informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado imediatamente após a distribuição das Ações, nos termos do artigo 29 e Anexo V da Instrução CVM nº 400.

Aviso ao Mercado	Comunicado a ser publicado em 16 de junho de 2011 e republicado em 24 de junho de 2011, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo o recebimento de Pedido de Reservas, durante o Período de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM nº 400.
Ações	As ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de nossa emissão, que serão distribuídas na Oferta, excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, salvo se de outra forma for mencionado.
Ações Adicionais	Lote adicional de até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), ou seja, de até 81.714 (oitenta e um mil, setecentos e quatorze) de ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderão ser subscritas no âmbito da Oferta, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações Suplementares	Lote suplementar de até 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), ou seja, de até 61.285 (sessenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderá ser distribuído mediante o exercício da Opção de Ações Suplementares, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada por nós ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para distribuição das Ações Suplementares, sendo destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Agente Estabilizador, no prazo de até 30 dias contados da Data Início de Negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta.

Preço por Ação

Preço de subscrição das Ações no âmbito da Oferta, definido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores da Oferta Institucional. **Os Investidores Institucionais Locais interessados que aderirem à Oferta de Dispersão não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.** A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores da Oferta Institucional apresentarão suas ordens firmes de subscrição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações.

Após a publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações, permanecendo vedados quaisquer desdobramentos das Ações por um período de 18 (dezoito) meses a partir da data de publicação do Anúncio de Encerramento. Durante este período, as Ações somente poderão ser negociadas em lotes de 100 ações e seus múltiplos.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores da Oferta Institucional, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400. **Os Investidores Institucionais Locais interessados que aderirem à Oferta de Dispersão não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.**

Valor Total da Oferta

R\$725.208.200,00, considerando o preço de R\$1.775,00 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta de Dispersão e da Oferta Institucional, sendo que (i) a Oferta de Dispersão será realizada junto a Investidores da Oferta de Dispersão; e (ii) a Oferta Institucional será realizada junto a Investidores da Oferta Institucional.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações serão destinadas aos Investidores da Oferta Institucional, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo, portanto, pedidos de reserva ou limites máximos de investimento, observando-se, ainda, a alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações para os Investidores da Oferta Institucional.

Oferta de Dispersão

Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações objeto da Oferta (considerando as Ações Suplementares e as Ações adicionais, caso alocadas) realizada prioritariamente junto a Investidores da Oferta de Dispersão, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e o valor máximo de R\$1.000.000,00 (um milhão), assim como a alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações por Investidor da Oferta de Dispersão, que realizem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva.

Período de Reserva

Prazo para Investidores da Oferta de Dispersão efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 24 de junho de 2011 a 30 de junho de 2011, inclusive.

Pedido de Reserva

Formulário específico celebrado em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Dispersão, firmado por Investidores da Oferta de Dispersão.

Oferta Institucional

Oferta pública de distribuição das Ações realizada junto a Investidores da Oferta Institucional. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas aos Investidores da Oferta Institucional, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo, portanto pedidos de reserva ou limites máximos de investimento, observando-se, ainda, a alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações.

Pessoas Vinculadas

Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400: (i) nossos administradores ou controladores, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.

Investidores Institucionais Locais	Investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil que sejam pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00 (trezentos mil reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A do <i>Securities Act</i> , em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados <i>non U.S. persons</i> , com base no Regulamento S, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ou da Lei nº 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores da Oferta de Dispersão	Investidores Institucionais Locais que realizem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, observados, ainda, o valor mínimo de pedido de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e o valor máximo de R\$1.000.000,00 (um milhão) por Investidor da Oferta de Dispersão, no âmbito da Oferta de Dispersão.
Investidores da Oferta Institucional	Investidores Institucionais, que não sejam Investidores da Oferta de Dispersão, compreendendo Investidores Institucionais Locais cujos valores de investimento excedam R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), bem como Investidores Institucionais Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei nº 4.131.
Período de Colocação	Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente a data de publicação do Anúncio de Início, para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.

Prazo de Distribuição

Prazo para distribuição das Ações, incluindo as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data da publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.

Regime de Colocação

Nos termos do Contrato de Colocação, as Ações objeto da Oferta serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta de forma não solidária. As Ações objeto da Oferta que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto aos Investidores Institucionais Estrangeiros serão integralmente colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta e obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Valores Mobiliários. A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação não solidária de subscrição, integralização e liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação das Ações (sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente subscritas por investidores no mercado, porém não integralizadas e liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e deferido o registro da Oferta pela CVM.

Caso as Ações (sem considerar as Ações Suplementares), subscritas por investidores não sejam totalmente integralizadas e liquidadas pelos investidores que as subscreveram até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá e liquidará, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação por eles prestada e (ii) o número de Ações efetivamente subscritas, integralizadas e liquidadas por investidores no mercado durante a Oferta. O preço de revenda de tal saldo de Ações junto ao público, pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, será o preço de mercado limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites.

Listagem na BM&FBOVESPA

As ações ordinárias de nossa emissão serão listadas na BM&FBOVESPA, sob o símbolo "PEOG3". Em 31 de maio de 2011, nós, os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, o Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor no dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início. Não foi e nem será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A., poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização de preço das Ações, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data Início de Negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, por meio de operações de compra e venda de ações, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi submetido à análise prévia e aprovação da BM&FBOVESPA e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações garantem a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sendo que cada ação corresponde a um voto;

(b) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 0,001% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da Assembleia Geral;

(c) direito de alienar as ações, nas mesmas condições asseguradas aos Acionistas Controladores, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações em oferta pública a ser realizada pelos Acionistas Controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das Ações no Novo Mercado, pelo, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionistas Controladores; e

(e) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação e, no caso das Ações do Lote Suplementar, a partir da liquidação das Ações do Lote Suplementar, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações.

Para mais informações, ver item 18.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Após a publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações, permanecendo vedados quaisquer desdobramentos das Ações por um período de 18 (dezoito) meses a partir da data de publicação do Anúncio de Encerramento. Durante este período, as Ações somente poderão ser negociadas em lotes de 100 ações e seus múltiplos.

Resolução de Conflitos

Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, Administradores e membros do conselho fiscal obrigamo-nos a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o regulamento da referida câmara, podendo as partes, nos termos do Capítulo 12 do mesmo regulamento, escolher de comum acordo outra câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

Direito de Venda Conjunta (tag along rights)

Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, a contratação da alienação de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o subscritor se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos nossos outros acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador alienante. Para maiores informações, ver item 18.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Restrição à Venda de Ações (Lock-up)

Nós, nosso Acionista Controlador, bem como cada um dos membros de nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria se comprometerão perante os Coordenadores da Oferta a celebrar os acordos de restrição à venda de ações de emissão da Companhia ("Instrumentos de Lock-up"), por meio dos quais concordarão, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda ou compra, dar em garantia ou de outra forma alienar ou adquirir, direta ou indiretamente, pelo período de seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, o nosso Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria não poderão vender ou ofertar à venda ações ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros cento e oitenta dias após o início da negociação das ações no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de cento e oitenta dias, o Acionista Controlador, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de emissão da Companhia de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; (ii) empréstimo de ações pelo nosso Acionista Controlador ao Agente Estabilizador para a realização das atividades de estabilização do preço das Ações; e (iii) nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

Capital Social

Nosso capital social atualmente é de R\$12.422.024,68, dividido em 693.422 ações ordinárias. Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, nosso capital será de R\$700.389.738,19, dividido em 1.101.990 ações ordinárias, considerando o preço de R\$1.775,00 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto e, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, será de R\$942.975.631,70, dividido em 1.244.989 ações ordinárias, considerando o preço de R\$1.775,00 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto. Para maiores informações sobre o capital social da Companhia, ver item 17 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

Destinação dos Recursos

Pretendemos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta, da seguinte forma: (i) 67% em atividades de exploração, avaliação e desenvolvimento das licenças atuais; e (ii) 33% em novos empreendimentos, como a participação em rodadas de licitação, aquisição de licenças através de *farm-in* e aquisições estratégicas.

Para informações adicionais, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 101 deste Prospecto.

Dividendos

O nosso Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendo obrigatório, em cada exercício social, aos nossos acionistas, não inferior a 0,001% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a não ser que o nosso Conselho de Administração informe à Assembléia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. Nesse caso, a distribuição do dividendo obrigatório será suspensa. Para informações adicionais, ver item 3.4 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções “Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, a partir das páginas 34 e 94 deste Prospecto, bem como os Fatores de Risco descritos nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir em nossas Ações.

Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas

Os Pedidos de Reserva recebidos de Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas, serão cancelados pela Instituição Participante da Oferta, caso haja excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400.

Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas

Serão aceitas intenções de investimento de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* até o limite de 15% das Ações inicialmente ofertadas. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

Para informações adicionais sobre os riscos da participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* ver Seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” na página 94 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não sejam Investidores Institucionais. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos do setor de atuação da Companhia que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos seus negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os Investidores Institucionais Locais interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à nós, ao setor em que atuamos, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos no Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 13 de maio de 2011 e publicada no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 25 de maio de 2011. A emissão das Ações, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia e o Preço por Ação serão aprovados pelo Conselho de Administração antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e DOERJ no dia útil seguinte.

Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)

Antes da realização da Oferta não existiam ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, 408.568 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 37,08% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, um montante de até 551.567 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 44,3% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado.

Cronograma da Oferta

Ver seção “Informações Sobre a Oferta – Cronograma da Oferta” na página 74 deste Prospecto.

Admissão à negociação das Ações objeto da Oferta

A negociação das Ações objeto da Oferta terá início no dia seguinte à publicação do Anúncio de Início.

Poder de Controle da Companhia

Antes da realização da Oferta, a Perenco Brazil Limited possuía 99,99% das nossas ações ordinárias. Após a Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a Perenco Brazil Limited possuirá 62,92% de nossas ações ordinárias, e, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, ela possuirá 55,7% de nossas ações ordinárias. Portanto, a Perenco Brazil Limited continuará a nos controlar após a realização da Oferta. Para mais informações, os investidores devem ler o item 15 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

Mecanismos de Garantia à Dispersão Acionária

Nosso Estatuto Social contém, em seu artigo 39, mecanismo que exige que qualquer acionista que já detiver ações ordinárias e venha, por meio de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, a adquirir o poder de controle da Companhia e se for o caso, tome as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% de ações em circulação, do total do capital social da Companhia, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do poder de controle da Companhia. Para maiores informações, ver item 18.2 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

Informações Adicionais

Nos termos da Instrução CVM 400, nós e o Coordenador Líder solicitamos o registro da Oferta perante a CVM, estando, portanto, a presente Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM. Adicionalmente, nós solicitamos nosso registro de companhia aberta perante a CVM, o qual se encontra em análise.

Informações adicionais sobre a Oferta poderão ser obtidas perante as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção “Informações sobre a Oferta” na página 68 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R\$12.422.024,68, totalmente subscrito e integralizado, representado por 693.422 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de mais 1.386.845 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do nosso capital social, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta:

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício das Ações Suplementares e das Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta ⁽¹⁾		Composição Após a Oferta ⁽²⁾	
	Quantidade	Valor (Em R\$)	Quantidade	Valor (Em R\$)	Quantidade	Valor (Em R\$)
Ordinárias	693.422	12.422.024,68	1.101.990	700.389.738,19	1.244.989	942.975.631,70
Total	693.422	12.422.024,68	1.101.990	700.389.738,19	1.244.989	942.975.631,70

⁽¹⁾ Considerando a colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽²⁾ Considerando a colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Na hipótese de colocação total das Ações, incluindo o exercício das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício das Ações Suplementares e incluindo as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta ⁽¹⁾		Composição Após a Oferta ⁽²⁾	
	Quantidade	Valor (Em R\$)	Quantidade	Valor (Em R\$)	Quantidade	Valor (Em R\$)
Ordinárias.....	693.422	12.422.024,68	1.163.275	804.354.636,43	1.183.704	839.010.733,46
Total.....	693.422	12.422.024,68	1.163.275	804.354.636,43	1.183.704	839.010.733,46

⁽¹⁾ Considerando a colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

⁽²⁾ Considerando a colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e incluindo as Ações Adicionais.

Principais Acionistas e Membros da Administração

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de nossa emissão e por nossos Conselheiros, bem como as ações mantidas em tesouraria, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, incluindo as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta			
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias ⁽²⁾	%
Perenco Brazil Limited	693.417	99,99	693.417	62,92%	693.417	55,70%
Administradores	5	0,01	5	0,00%	5	0,00%
Outros	–	–	408.568	37,08%	551.567	44,30%
Total	693.422	100,00%	1.101.990	100,00%	1.244.989	100,00%

⁽¹⁾ Considerando a colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽²⁾ Considerando a colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Na hipótese de colocação total das Ações, incluindo a colocação das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e incluindo as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta			
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias ⁽²⁾	%
Perenco Brazil Limited	693.417	99,99	693.417	59,61%	693.417	58,58
Administradores	5	0,01	5	0,00%	5	0,00
Outros	–	–	469.853	40,39%	490.282	41,42
Total	693.422	100,00%	1.163.275	100,00%	1.183.704	100,00%

⁽¹⁾ Considerando a colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

⁽²⁾ Considerando a colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e incluindo as Ações Adicionais.

Descrição da Oferta

A Oferta será composta por duas ofertas distintas, quais sejam (i) a Oferta de Dispersão e (ii) a Oferta Institucional, conforme definidas no item “Procedimento da Oferta” abaixo, que compreendem a distribuição pública primária das Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), bem como de outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Dispersão (“Instituições Consorciadas” e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, as “Instituições Participantes da Oferta”).

Simultaneamente serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados *non U.S. persons*, com base no *Regulation S* ("Regulamento S") editado ao amparo do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689") e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325") ou da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei nº 4.131" e "Investidores Institucionais Estrangeiros", respectivamente), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *United States Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, Itau BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital Corp e Morgan Stanley & Co. LLC. (em conjunto, os "Agentes de Colocação Internacional").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, conforme definidas abaixo) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 61.285 (sessenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, a qual será destinada exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares").

Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 81.714 (oitenta e um mil, setecentos e quatorze) ações ordinárias de emissão da Companhia nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações ("Ações Adicionais").

Na emissão das Ações pela Companhia, haverá exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos da América.

As Ações (sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma não solidária. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto aos Investidores Institucionais Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R\$1.550,00 e R\$2.000,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa (“Preço por Ação”). O Preço por Ação será apurado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores da Oferta Institucional, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores da Oferta Institucional. **Os Investidores Institucionais Locais interessados que aderirem à Oferta de Dispersão não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.** A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores da Oferta Institucional apresentarão suas ordens firmes de subscrição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações.

Será aceita a participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, exceto pelos Coordenadores da Oferta, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Após a publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações, permanecendo vedados quaisquer desdobramentos das Ações por um período de 18 (dezoito) meses a partir da data de publicação do Anúncio de Encerramento. Durante este período, as Ações somente poderão ser negociadas em lotes de 100 ações e seus múltiplos.

Montante da Oferta

O montante da Oferta é de R\$725.208.200,00, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Reserva de Capital

A totalidade do valor da emissão das Ações objeto da Oferta será alocada integralmente à conta de nosso capital social, não sendo constituídas reservas específicas.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas por nós aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos da Oferta a ser recebidos por nós. Sem considerar a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço por Ação⁽¹⁾</u> (R\$)	<u>Comissões Por Ação⁽²⁾</u>	<u>Recursos líquidos⁽¹⁾</u> (R\$)
Total	408.568	1.775,00	71,00	696.199.872,00

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Levando em consideração a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço por Ação⁽¹⁾</u> (R\$)	<u>Comissões Por Ação⁽²⁾</u>	<u>Recursos líquidos⁽¹⁾</u> (R\$)
Total	551.567	1.775,00	71,00	939.870.168,00

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Levando em consideração a colocação integral das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço por Ação⁽¹⁾</u> (R\$)	<u>Comissões Por Ação⁽²⁾</u>	<u>Recursos líquidos⁽¹⁾</u> (R\$)
Total	469.853	1.775,00	71,00	800.629.512,00

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Sem considerar a colocação das Ações Suplementares e levando em consideração as Ações Adicionais:

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço por Ação⁽¹⁾</u> (R\$)	<u>Comissões Por Ação⁽²⁾</u>	<u>Recursos líquidos⁽¹⁾</u> (R\$)
Total	490.282	1.775,00	71,00	835.440.528,00

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Custos de Distribuição

As taxas de registro na CVM relativas à Oferta, as despesas com auditores, com advogados, comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões, bem como outras despesas descritas abaixo serão arcadas por nós. Segue, abaixo, descrição dos custos da Oferta:

Custos	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽¹⁾⁽²⁾	Valor por Ação ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	4.351.249,20	0,60%	10,65	0,60%
Comissão de Colocação ⁽²⁾	13.053.747,60	1,80%	31,95	1,80%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação ⁽²⁾	4.351.249,20	0,60%	10,65	0,60%
Comissão de Incentivo ⁽²⁾	7.252.082,00	1,00%	17,75	1,0%
Total de Comissões⁽²⁾	29.008.328,00	4,00%	71,00	4,0%
Tributos (Impostos, Taxas e Outros) ⁽²⁾	3.098.288,49	0,43%	7,58	0,43%
Taxa de Registro na CVM.....	82.870,00	0,01%	0,20	0,01%
Taxa de Registro na BM&FBOVESPA.....	51.000,00	0,01%	0,12	0,01%
Despesas provenientes da Oferta				
Despesas com Auditores	1.500.000,00	0,21%	3,67	0,21%
Despesas com Advogados e Consultores.....	2.500.000,00	0,34%	6,12	0,34%
Outras Despesas	1.000.000,00	0,14%	2,45	0,14%
Total de Despesas	5.000.000,00	0,69%	12,24	0,69%
Total de Comissões e Despesas	37.240.486,49	5,14%	91,15	5,14%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem levar em consideração o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2011, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) em 13 de maio de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (“DOERJ”) e no jornal Valor Econômico em 25 de maio de 2011. A emissão das Ações, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia e o Preço por Ação serão aprovados pelo Conselho de Administração antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e DOERJ no dia útil seguinte.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em (i) investidores residentes no Brasil que sejam (a) instituições financeiras, (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização, (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar, (d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, (e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, (f) administradores de carteira e consultores mobiliários autorizados pela CVM, em relação aos seus recursos próprios, (g) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo distrito federal ou por municípios e (h) demais investidores qualificados definidos nos termos da regulamentação da CVM (“Investidores Institucionais Locais”) e (ii) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A *Securities Act*, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados *non U.S. persons*, com base no Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ou da Lei nº 4.131 (“Investidores Institucionais Estrangeiros” e, em conjunto com os Investidores Institucionais Locais, os “Investidores Institucionais”).

A Oferta é inadequada aos investidores que não sejam Investidores Institucionais. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos do setor de atuação da Companhia que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos seus negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os Investidores Institucionais Locais interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Cronograma da Oferta

Segue abaixo um cronograma das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	02 de maio de 2011
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas)	16 de junho de 2011
3.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	16 de junho de 2011
4.	Início das Apresentações de <i>Roadshow</i>	16 de junho de 2011
5.	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	16 de junho de 2011
6.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas)	24 de junho de 2011
7.	Início do Período de Reserva (incluindo Período de Reserva de Pessoa Vinculada)	24 de junho de 2011
8.	Encerramento do Período de Reserva (incluindo Período de Reserva de Pessoa Vinculada)	30 de junho de 2011
9.	Encerramento das Apresentações de <i>Road Show</i>	30 de junho de 2011
10.	Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	01 de julho de 2011
11.	Fixação do Preço por Ação	01 de julho de 2011
12.	Assinatura do Contrato de Colocação, do <i>Placement Facilitation Agreement</i> e de outros contratos relacionados à Oferta	01 de julho de 2011
13.	Registro da Oferta pela CVM	04 de julho de 2011
14.	Publicação do Anúncio de Início	04 de julho de 2011
15.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	04 de julho de 2011
16.	Início da negociação das Ações da Oferta na BM&FBOVESPA	05 de julho de 2011
17.	Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	05 de julho de 2011
18.	Data de Liquidação	07 de julho de 2011
19.	Encerramento do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	04 de agosto de 2011
20.	Data Limite de Liquidação das Ações Suplementares	09 de agosto de 2011
21.	Data Limite para Publicação do Anúncio de Encerramento	10 de agosto de 2011

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.

⁽²⁾ Para informações sobre posterior alienação de Ações da Oferta que eventualmente venham a ser liquidadas pelos Coordenadores da Oferta em decorrência do exercício da garantia firme, ver seção "Informações sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", na página 81 deste Prospecto.

Nós e os Coordenadores da Oferta realizaremos apresentações aos investidores (*roadshow*), no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Procedimento da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro de companhia aberta para a Companhia e a concessão do registro da Oferta pela CVM, a assinatura do Contrato de Colocação, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, nos termos da Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a oferta de dispersão ("Oferta de Dispersão") e a oferta institucional ("Oferta Institucional"), conforme descrito abaixo, observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado" e "Novo Mercado", respectivamente).

Oferta de Dispersão

No contexto da Oferta de Dispersão, e a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, caso alocadas), será destinado prioritariamente aos Investidores Institucionais Locais ("Investidores da Oferta de Dispersão") que realizem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, de acordo com as condições ali previstas, em caráter irrevogável e irretratável, e o seguinte procedimento (exceto pelo disposto nos itens VIII, IX e XI:

- I. Durante o Período de Reserva, cada Investidor da Oferta de Dispersão interessado em participar da Oferta de Dispersão deverá realizar reserva, em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens VIII, IX e XI abaixo, mediante preenchimento do Pedido de Reserva perante uma única Instituição Participante da Oferta, sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e o valor máximo de R\$1.000.000,00 (um milhão), assim como a alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações por Investidor da Oferta de Dispersão, sendo que tais Investidores poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesse caso, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado na hipótese de o Preço por Ação ser fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor da Oferta de Dispersão. As Instituições Participantes da Oferta poderão, a seu exclusivo critério, exigir a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para garantia do Pedido de Reserva. Dessa forma, os Coordenadores da Oferta recomendam aos Investidores da Oferta de Dispersão interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta; (b) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a necessidade de manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos por estes para a realização do Pedido de Reserva, ou, se for o caso, para realização de cadastro naquela Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

- II. Os Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço das Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações para Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas, sendo cancelados os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.
- III. Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado aos Investidores da Oferta de Dispersão, não haverá Rateio (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, sempre observada a alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 (cem) Ações. As Ações remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores da Oferta Institucional.
- IV. Caso o total de Pedidos de Reserva dos Investidores da Oferta de Dispersão exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Dispersão indicado acima, será realizado rateio entre todos os Investidores da Oferta de Dispersão, sendo que (a) até o limite de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Dispersão entre os Investidores da Oferta de Dispersão que tiverem apresentado Pedido de Reserva nos termos do item (i) acima, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total de Ações estipulada no pedido; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Dispersão remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores da Oferta de Dispersão, observando-se a alocação exclusiva de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações, e desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações ("Rateio"). Não será realizada alocação fracionária de lotes de 100 Ações destinadas à Oferta de Dispersão. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores, a quantidade de Ações destinada à Oferta de Dispersão poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores da Oferta de Dispersão possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de Rateio.
- V. Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor da Oferta de Dispersão pela Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio) e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva.
- VI. Até às 10:30 horas da Data de Liquidação, cada Investidor da Oferta de Dispersão deverá realizar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado no item V acima junto à Instituição Participante da Oferta em que tiver realizado seu respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado.

- VII. Na Data de Liquidação, após confirmado o crédito correspondente ao produto da colocação das Ações na conta de liquidação da BM&FBOVESPA e a verificação de que a Companhia, realizou o depósito das Ações junto ao serviço de custódia da BM&FBOVESPA, a BM&FBOVESPA, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor da Oferta de Dispersão o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, conforme definido abaixo, arredondado para o número inteiro de Ações imediatamente inferior, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens VIII, IX e XI abaixo e a possibilidade de Rateio prevista no item IV acima. Caso tal relação resulte em fração de lotes de 100 Ações, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de lotes de 100 Ações.
- VIII. Caso (a) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (b) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor da Oferta de Dispersão poderá desistir do Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido seu Pedido de Reserva. Em ambos os casos, o Investidor da Oferta de Dispersão poderá desistir do Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor da Oferta de Dispersão deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (vi) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária e sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso incidentes e se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva.
- IX. Caso seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor da Oferta de Dispersão, ou a sua decisão de investimento, o Investidor da Oferta de Dispersão poderá desistir do Pedido de Reserva, sem ônus. Nessa hipótese, o Investidor da Oferta de Dispersão poderá desistir do Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até às 10:30 horas do quinto dia útil subsequente à publicação do Anúncio de Início. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor da Oferta de Dispersão deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. No caso de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária e sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso incidentes e se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva.
- X. Na hipótese de haver descumprimento, por qualquer uma das Instituições Consorciadas, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas de silêncio, de emissão de relatórios e de marketing da Oferta, tal Instituição Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido, sendo que os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações serão devolvidos sem juros ou correção monetária e sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso incidentes e se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva. A Instituição Consorciada a que se refere este item X deverá informar imediatamente, sobre o referido cancelamento, os Investidores da Oferta de Dispersão de quem tenham recebido Pedido de Reserva.

- XI. Caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de rescisão do Contrato de Colocação, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta comunicará ao Investidor da Oferta de Dispersão, que com ela tenha realizado Pedido de Reserva, o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, caso incidentes e se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Os Investidores da Oferta de Dispersão deverão realizar a subscrição das Ações mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, que não sejam Investidores da Oferta de Dispersão, compreendendo Investidores Institucionais Locais cujos valores de investimento excedam R\$1.000,000,00 (um milhão de reais), bem como Investidores Institucionais Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei nº 4.131, sempre observada a alocação mínima de lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações (“Investidores da Oferta Institucional”). As Ações não destinadas à Oferta de Dispersão e as Ações destinadas à Oferta de Dispersão que não tiverem sido alocadas serão destinadas inicialmente à colocação pública junto a Investidores da Oferta Institucional, de acordo com o seguinte procedimento:

- I. Os Investidores da Oferta Institucional interessados em participar da Oferta deverão apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento.
- II. Será aceita a participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações para Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.**
- III. Caso as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de *Bookbuilding* excedam o total de Ações remanescentes após o atendimento da Oferta de Dispersão, os Coordenadores da Oferta darão prioridade aos Investidores da Oferta Institucional que, a seu exclusivo critério, melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.
- IV. Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta informarão aos Investidores da Oferta Institucional, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas e o Preço por Ação.

- V. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas na Oferta, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.
- VI. Havendo divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto e no Prospecto Definitivo ou alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta formulado pela Companhia e pelo Coordenador Líder. Se for deferida a modificação, a Oferta poderá ser prorrogada por até 90 (noventa) dias. Após a publicação do Anúncio de Retificação, a Instituição Participante da Oferta deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das ordens de investimento, de que o Investidor da Oferta Institucional está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento do Aviso de Retificação. O Investidor da Oferta Institucional terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para confirmar a manutenção do interesse na subscrição das Ações. Caso o Investidor da Oferta Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, caso incidentes e se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

A subscrição das Ações da Oferta será formalizada mediante assinatura de boletim de subscrição, cujo modelo final tenha sido apresentado à CVM.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição").

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente a data de publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações ("Período de Colocação"). A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação ("Data de Liquidação"), exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data do exercício da Opção de Ações Suplementares ("Data de Liquidação das Ações Suplementares").

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não sejam Investidores Institucionais. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos seus negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os Investidores Institucionais Locais interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos no Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado entre nós e os Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA. Contratamos cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Os Coordenadores da Oferta prestarão garantia firme de liquidação na Oferta, conforme explicado no item “Garantia Firme de Liquidação” abaixo.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional, realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes a nós e aos nossos negócios, entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações por nós, pelo Acionista Controlador e pelos membros de nossa Administração. Por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do pronunciamento IBRACON NPA nº 12 com relação aos Prospectos da Oferta.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, assumimos a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos abriga a indenizar o Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e nossos administradores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente formos condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso para nós. Para mais informações sobre os riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidos em relação aos *Offering Memoranda*, ver Seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” na página 94 deste Prospecto.

A cópia do Contrato de Colocação está disponível para consulta ou cópia nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” que se encontra na página 84 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação não solidária de subscrição, integralização e liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, das Ações efetivamente subscritas por investidores no mercado, porém não integralizadas e liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e deferido o registro da Oferta pela CVM.

Caso as Ações (sem considerar as Ações Suplementares), subscritas por investidores não sejam totalmente integralizadas e liquidadas pelos investidores que as subscreveram até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá e liquidará, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação por eles prestada e (ii) o número de Ações efetivamente subscritas, integralizadas e liquidadas por investidores no mercado durante a Oferta. O preço de revenda de tal saldo de Ações junto ao público, pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, será o preço de mercado limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites.

Segue abaixo relação das Ações objeto de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual
Coordenador Líder	136.190	33,3%
BTG Pactual.....	136.189	33,3%
Morgan Stanley.....	136.189	33,3%
Total.....	408.568	100,0%

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever Ações da Oferta nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Restrição à Negociação das Ações (*Lock-up*)

Nós, os membros da nossa Administração e o Acionista Controlador celebraremos acordos de restrição à venda de nossas ações, por meio dos quais concordamos, pelo prazo de 180 dias, contados da data da data de publicação do Anúncio de Início, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, dentro do Período de *Lock-up*, qualquer ação ou valor mobiliário conversível em, ou que represente um direito de receber nossas ações, realizar operações que tenham os mesmos efeitos ou qualquer operação de *swap*, de derivativos ou outra operação que transfira a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da titularidade das ações, independentemente se tal operação seja realizada pela entrega das ações ou qualquer valor mobiliário, dinheiro ou outra forma, ou anunciar publicamente intenção de emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar ou de outra forma alienar, ou realizar qualquer operação de *swap*, de derivativos ou outras operações, sem o consentimento prévio e por escrito dos Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, durante o Período de *Lock-up*, nós, os membros da nossa Administração e o Acionista Controlador concordamos em não exigir ou exercer qualquer direito em relação ao registro de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ou passível de permuta pelas ações de nossa emissão.

Quaisquer ações recebidas em razão do exercício das opções de compra outorgadas aos membros da nossa Administração estarão também sujeitas às referidas restrições. Não obstante as operações vedadas durante o Período de *Lock-up*, os membros da nossa Administração poderão vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta o indiretamente, as nossas ações: (i) para quaisquer de suas subsidiárias ou afiliadas; e (ii) para quaisquer familiares, instituições de caridade; organizações e *trusts* sem fins lucrativos, desde que, em ambos os casos, antes da referida transferência o cessionário concorde por escrito em estar vinculado às restrições de transferência de ações aqui mencionadas e que referida transferência não envolva qualquer valor em contrapartida.

Tal vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; e (ii) empréstimo de ações pelo Acionista Controlador ao Coordenador Líder, para a realização das atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Ainda, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Acionista Controlador da Companhia e seus Administradores não poderão, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta e, após esse período, o Acionista Controlador e os Administradores da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta.

Contrato de Estabilização

O Coordenador Líder, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização do preço das Ações no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Início de Negociação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, inclusive. As atividades de estabilização consistirão em operação de compra e venda em bolsa de nossas ações e serão regidas pelas disposições legais aplicáveis e pelo Contrato de Estabilização, o qual será aprovado previamente pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476 de 25 de janeiro de 2005, antes da publicação do Anúncio de Início.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Coordenador Líder e à CVM, nos endereços indicados na Seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 84 deste Prospecto.

Negociação na BM&FBOVESPA

Em 31 de maio de 2011, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor no dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início. As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o Código de negociação “PEOG3”, a partir do 1º dia útil após a publicação do Anúncio de Início.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é o Banco Bradesco S.A.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós e os Coordenadores da Oferta poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou cancelamento da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos por eles assumidos. Adicionalmente, nós e os Coordenadores da Oferta poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do DOERJ e do jornal Valor Econômico, veículos também utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, por meio de anúncio de retificação (“Anúncio de Retificação”). Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em caso de modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que os investidores estão cientes de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente o Investidor da Oferta de Dispersão que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. Caso o investidor não informe por escrito à Instituição Participante da Oferta sua desistência da ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou do Pedido de Reserva, conforme o caso, no prazo acima estipulado, será presumido que tal investidor manteve sua ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no Pedido de Reserva ou no boletim de subscrição, conforme o caso.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, caso incidentes e se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, caso incidentes e se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações garantem a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação corresponde a um voto;
- (b) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 0,001% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral;
- (c) direito de alienar as ações, nas mesmas condições asseguradas aos Acionistas Controladores, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);
- (d) direito de alienar as ações em oferta pública a ser realizada pelos Acionistas Controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das Ações no Novo Mercado, pelo, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionistas Controladores; e
- (e) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação e, no caso das Ações do Lote Suplementar, a partir da liquidação das Ações do Lote Suplementar, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações.

Para mais informações, ver item 18.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Após a publicação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes individuais e indivisíveis de 100 Ações, permanecendo vedados quaisquer desdobramentos das Ações por um período de 18 (dezoito) meses a partir da data de publicação do Anúncio de Encerramento. Durante este período, as Ações somente poderão ser negociadas em lotes de 100 ações e seus múltiplos.

Informações Adicionais

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações. A leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e demais riscos a ela inerentes.

Adicionalmente, recomenda-se aos Investidores Institucionais Locais que entrem em contato com a sua respectiva Instituição Participante da Oferta a fim de que obtenham informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos por estas para realização dos Pedidos de Reserva, ou se for o caso, para a realização do cadastro na referida Instituição Participante da Oferta, obedecendo aos procedimentos operacionais adotados por estas.

Para obtenção de maiores informações sobre a Oferta, bem como cópias do Contrato de Colocação, do Contrato de Estabilização e dos demais documentos relativos à oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (i) Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, Tel.: (21) 3233-8686; ou (ii) Rua Cincinato Braga, 340, São Paulo – SP, Tel.: (11) 2146-2000, ou contatar as Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo.

Instituições Participantes da Oferta

Coordenador Líder

At.: Sr. Adriano Lima Borges
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
04538-132, São Paulo, SP
Site: www.itaubba.com.br
Tel.: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107

BTG Pactual

Departamento Jurídico / Sr. Fábio Federici
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar
04538-133, São Paulo, SP
Site: www.btgpactual.com.br
Tel.: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001

Morgan Stanley

At.: Sr. Rafael Pagano
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar e 7º andar (parte)
Site: www.morganstanley.com.br
04538-132, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6099

Instituições Consorciadas

Informações das Instituições Consorciadas participantes da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA – Coordenador Líder

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, mantemos com o Coordenador Líder e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico relacionamento comercial que inclui, principalmente, a prestação de fiança bancária e a prestação de serviços bancários, descritas com maiores detalhes abaixo:

Fianças Bancárias

Na data deste Prospecto, a Perenco Brasil Ltda., sociedade por nós controlada, possui contratado com Coordenador Líder as seguintes fianças bancárias: (a) fiança bancária, no valor total de R\$269.334,00, com vencimento em 10/09/2012, cuja finalidade é garantir contrato de concessão nº 48610.001263/2008-40 BM-ES-40, relativo ao Bloco ES-M-529, celebrado em 12/03/2008, entre o consórcio Perenco OGX e a ANP, na qualidade de beneficiária da fiança bancária. A prestação da fiança bancária é garantida por uma *guarantee letter* emitida pela Companhia; (b) fiança bancária, no valor total de R\$18.468.400,00, com vencimento em 10/09/2012, cuja finalidade é garantir contrato de concessão nº 48610.001261/2008-51 BM-ES-38, relativo ao Bloco ES-M-418, celebrado em 12/03/2008, entre o consórcio Perenco OGX e a ANP, na qualidade de beneficiária da fiança bancária. A prestação da fiança bancária é garantida por uma *guarantee letter* emitida pela Companhia; (c) fiança bancária, no valor total de R\$18.468.000,00, com vencimento em 10/09/2012, cuja finalidade é garantir contrato de concessão nº 48610.001260/2008-14 BM-ES-37, relativo ao Bloco ES-M-416, celebrado em 12/03/2008, entre o consórcio Perenco OGX e a ANP, na qualidade de beneficiária da fiança bancária. A prestação da fiança bancária é garantida por uma *guarantee letter* emitida pela Companhia; (d) fiança bancária, no valor total de R\$16.650,00, com vencimento em 10/09/2012, cuja finalidade é garantir contrato de concessão nº 48610.001264/2008-94 BM-ES-41, relativo ao Bloco ES-M-531, celebrado em 12/03/2008, entre o consórcio Perenco OGX e a ANP, na qualidade de beneficiária da fiança bancária. A prestação da fiança bancária é garantida por uma *guarantee letter* emitida pela Companhia; (e) fiança bancária, no valor total de R\$377.882,40, com vencimento em 30/04/2012, cuja finalidade é garantir contrato de aluguel de imóvel; e (f) fiança bancária, no valor total de R\$213.267,00, com vencimento em 02/05/2013, cuja finalidade é garantir contrato de aluguel de imóvel.

Prestação de Serviços Bancários

Na data deste Prospecto, a Perenco Brasil Ltda. também mantém relacionamento com o Coordenador Líder através da prestação dos seguintes serviços bancários: (i) sistema eletrônico de pagamentos “SISPAG”; (ii) recebimento de títulos e tributos; e (iii) aplicação automática.

O Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico poderão (i) celebrar acordos, em condições a serem acertadas oportunamente entre as partes, para assessorar a Companhia na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da Companhia e sociedades do seu grupo econômico; (ii) celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*); e (iii) adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico e/ou fundos de investimentos geridos por tais sociedades (i) não participaram de operações de aquisição e venda de valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão nossas controladas; e (ii) com exceção da presente Oferta, não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão de sociedades do grupo econômico da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 73 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao Itaú BBA ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como Coordenador Líder da nossa Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, não mantemos relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico. Poderemos vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das atividades.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 73 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao BTG Pactual ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico e/ou fundos de investimentos geridos por tais sociedades (i) não participaram de operações de aquisição e venda de valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão nossas controladas; e (ii) com exceção da presente Oferta, não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão de sociedades do grupo econômico da Companhia.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, não mantemos relacionamento comercial relevante com o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico. Poderemos vir a contratar, no futuro, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das atividades.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 73 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao Morgan Stanley ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico e/ou fundos de investimentos geridos por tais sociedades (i) não participaram de operações de aquisição e venda de valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão nossas controladas; e (ii) com exceção da presente Oferta, não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão de sociedades do grupo econômico da Companhia.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem operações vinculadas à Oferta celebradas entre os Coordenadores da Oferta e nós, nosso Acionista Controlador ou nossa sociedade controlada. Para maiores informações sobre operações envolvendo nós e os Coordenadores da Oferta, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre Nós e as Instituições Participantes da Oferta” na página 86 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2010, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R\$210 bilhões, patrimônio líquido de R\$12,7 bilhões e lucro líquido de R\$2,8 bilhão.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (“DRs”), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa.

Em 2010, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$132,3 bilhões. No *ranking* da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, o banco fechou o ano de 2010 em segundo lugar em número de ofertas com participação no mercado de 54,5%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2010, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$23,6 bilhões. De acordo com o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no *ranking* 2010 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 23,3%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2010, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 35 transações.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Banco BTG Pactual – Coordenador

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance*. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a dezembro de 2010 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em 2009 em volume de ofertas, também de acordo com a ANBIMA. Também em 2009, como assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia, e depois como coordenador líder do *Follow-on* subsequente à fusão, recebeu o prêmio de *Follow-on* do Ano na América Latina pela LatinFinance. O BTG Pactual também recebeu o prêmio de IPO do Ano em 2009 na América Latina por sua atuação na oferta de Visanet.

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 como o “Brazil’s Equity House of the Year”. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “World’s Best Equity House” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “Equity House of the Year” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de “Best Equity House Latin America” (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” de 2003 a 2007 (Institutional Investor). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de Oferta Públicas de Renda Variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação em 2010, ficando em primeiro lugar no ranking de fusões e aquisições 2010 da Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como, por exemplo, fusão da TAM com a LAN, *joint-venture* entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer.

Banco Morgan Stanley – Coordenador

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem *prime*.

Em 1986, abriu seu capital no New York Stock Exchange – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co., originando uma das empresas globais líderes no mercado de securities, *asset management* e *credit services*. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de março de 2011, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US\$58,1 bilhões e ativos totais no valor de US\$836,2 bilhões.

Na área de *investment banking* o Morgan Stanley possui ampla experiência no mercado global de fusões e aquisições, emissão de ações e emissão de dívidas, tendo participado de inúmeras operações no Brasil e América Latina.

No mercado de emissão de ações, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no ranking de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral em 2010, de acordo com a Bloomberg. O Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global; recentemente, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como "*Americas Equity House of the Year*" em 2010 e 2009; "*Structured Equity House of the Year*" em 2010 e "*EMEA Structured Equity House of the Year*" em 2009.

O Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em duas operações de destaque em 2010 selecionadas pela IFR: (i) oferta de ações de US\$70 bilhões da Petrobrás, selecionada como "*Latin America Equity Issue of the Year*", na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global e agente estabilizador, e (ii) a oferta inicial de ações do Agricultural Bank of China, no valor de US\$22,1 bilhões, selecionada como "*Global IPO of the Year*" e "*Asia-Pacific Equity Issue of the Year*", na qual o banco atuou como *joint bookrunner*.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem no Brasil. A Morgan Stanley Corretora foi a terceira maior corretora em volume total negociado de acordo com dados oficiais da BM&FBOVESPA em 2010, tendo movimentado US\$113,3 bilhões.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das nossas Ações, os potenciais investidores devem considerar cuidadosa e atentamente todas as informações contidas neste Prospecto e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das Ações pode cair devido a quaisquer destes riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são os que temos conhecimento e acreditamos que, de alguma maneira, possam nos afetar. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações de maneira significativa.

Informações sobre os Fatores de Risco relativos ao Brasil, à Companhia e ao setor de sua atuação encontram-se no Formulário de Referência, exigido pela Instrução CVM 480. Ver seções “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Um mercado ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

Não existe, na data deste Prospecto, um mercado ativo ou líquido para as nossas ações, não sendo possível prever em que medida o interesse dos nossos investidores ocasionarão o desenvolvimento de um mercado para a negociação das suas ações na BM&FBOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2010, a capitalização de mercado da BM&FBOVESPA era de aproximadamente R\$2,6 trilhões, com um volume médio diário de R\$6,48 bilhões durante o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado. As cinco principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 36,0% do volume total de ações negociadas nessa bolsa em 2010.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelo nosso Acionista Controlador, após a conclusão da Oferta, poderão afetar negativamente o preço de mercado de nossas ações ou a percepção dos investidores sobre nossa Companhia.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, nos primeiros seis meses subsequentes à Oferta, após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, nosso Acionista Controlador e os membros da nossa administração não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nosso Acionista Controlador e nossos administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Se decidirmos emitir novas ações ou se nosso Acionista Controlador decidir vender suas ações ou, ainda, se o mercado perceber que nosso Acionista Controlador pretende alienar ações, isso poderá afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações.

Adicionalmente, nós, os membros de nossa administração e nosso Acionista Controlador, celebramos acordos de restrição à venda das ações de nossa emissão (*lock-up*) por meio dos quais nos comprometemos a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta, sujeito a determinadas exceções.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das nossas ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das nossas ações e na diluição da participação do investidor em nosso capital social.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá promover a má formação de preço ou a redução de liquidez das nossas ações.

O Preço por Ação será definido com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual poderão ser aceitas a participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares as Ações Adicionais). A participação de Investidores da Oferta Institucional que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a oferta pública de distribuição primária das nossas Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das nossas Ações no exterior, (a) nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, e (b) nos demais países (que não os Estados Unidos e Brasil), para *non-U.S. Persons*, com base no Regulamento S e na legislação do país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, para investidores que invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ou Lei nº 4.131, esforços esses que serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional. Os esforços de colocação das nossas Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção dos Investidores Institucionais Estrangeiros por incorreções relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que nós indenizemos tais Agentes de Colocação Internacional, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Nós também fazemos diversas declarações e garantias relacionadas ao nosso negócio e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Nossa eventual condenação em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá nos afetar adversamente.

Continuaremos a ser controlados pelo atual Acionista Controlador, cujos interesses poderão diferir daqueles dos investidores.

Nosso Acionista Controlador tem o poder de nos controlar, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa administração e de nossas controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por ele detidas, nos termos do nosso Estatuto Social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação de nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Após a conclusão da Oferta, o Acionista Controlador será titular de ações representando mais de 50% de nosso capital social, mesmo considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais. Enquanto o Acionista Controlador continuar a deter ou a controlar bloco significativo de direitos de voto, continuará a nos controlar. O interesse do Acionista Controlador poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas.

O investimento em nossas Ações poderá sofrer diluição no futuro em decorrência do plano de opção de compra de ações da Companhia e/ou por captação de recursos adicionais por aumento de capital.

Nossos acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2011 o plano de opção de compra de ações. As condições específicas para outorga e exercício das opções pelos beneficiários serão estabelecidas em contratos celebrados entre nós e os beneficiários. Qualquer outorga e exercício de uma opção pelos beneficiários poderá afetar o percentual de participação do investidor nas nossas Ações. Assim, o investimento em nossas Ações poderá sofrer diluição caso haja a respectiva outorga e exercício dessas opções. Da mesma forma, caso a façamos captação de recursos através de aumento de capital e o investidor não participe, seu investimento poderá sofrer diluição. Para maiores informações sobre o plano de opção de compra de ações, vide a seção “Diluição – Plano de Opção de Compra de Ações”, na página 104 deste Prospecto.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos Estados Unidos, pela União Européia e pelos mercados emergentes. A crise financeira iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 criou uma recessão global. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros. Crises nos Estados Unidos, na União Européia e nos mercados emergentes podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são altamente afetadas pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Não podemos assegurar que o mercado de capitais brasileiro continuará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das ações, bem como poderá afetar nosso futuro acesso ao mercado de capitais brasileiros e à financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado de nossas Ações.

Haverá diluição imediata do valor econômico de seu investimento.

Esperamos que o Preço por Ação exceda o valor patrimonial de nossas ações após a Oferta. Consequentemente, os investidores que adquirirem nossas Ações na Oferta irão sofrer imediata redução e substancial diluição do valor contábil de seu investimento. Para mais informações sobre a diluição gerada pela realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 103 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissor de valores mobiliários, categoria "A".
Sede	Rua Lauro Muller, 116 – 1301 (parte) CEP 22290-160 Rio de Janeiro, RJ
Prazo de Duração	Indeterminado.
Diretoria de Relações com Investidores	Thiago Alonso de Oliveira Rua Lauro Muller, 116 – 1301 (parte) CEP 22290-160 Rio de Janeiro, RJ Tel.: (21) 3043 0100 Fax: (21) 2543 6361 e-mail: ri@br.perenco.com
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Instituição Escriuradora	Banco Bradesco S.A.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código "PEOG3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Início da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico.
Site na Internet	O site da Companhia na internet é: www.perenco-brasil.com.br . As informações constantes no site da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Quaisquer informações adicionais sobre a Oferta poderão ser obtidas com: (i) a Companhia, em sua sede e em seu site www.perenco-brasil.com/ri ; (ii) o Coordenador Líder, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º andar, e em seu site www.itaubba.com/portugues/atividades/prospectos ; (iii) com o BTG Pactual, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 9º andar, e em seu site www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDelInvestimento ; (iv) com o Morgan Stanley, com escritório com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 – 6º andar, e em seu site www.morganstanley.com.br/prospectos ; (v) a BM&FBOVESPA, após a concessão do registro da Oferta pela CVM em seu site www.bmfbovespa.com.br ; e (vi) a CVM, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua 7 Setembro, 111, 5º andar, ou na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cincinato Braga, 340, 2º andar, e em seu site www.cvm.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

COMPANHIA

Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.

Rua Lauro Muller, 116 – 1301 (parte)
CEP 22290-160
Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Thiago Alonso de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Tel.: (21) 3043 0100
Fax: (21) 2543 6361
www.perenco-brasil.com

COORDENADOR LÍDER

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 4º andar
CEP 04538-133
São Paulo, SP
At.: Sr. Adriano Lima Borges
Tel.: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 9º andar
CEP 04538-133
São Paulo, SP
At.: Departamento Jurídico / Sr. Fábio Federici
Tel.: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001
www.btgpactual.com.br

Banco Morgan Stanley S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 – 6º andar
CEP 04538-133
São Paulo, SP
At.: Sr. Rafael Pagano
Tel.: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6099
www.morganstanley.com.br

CONSULTORES LEGAIS DA COMPANHIA

Em Direito Brasileiro

Lefosse Advogados

Rua Iguatemi, 151 – 14º andar
CEP 01451-011
São Paulo, SP
At.: Sr. Carlos Barbosa Melo
Tel.: (11) 3024-6100
Fax: (11) 3024-6200
www.lefosse.com.br

Em Direito Norte-Americano

Linklaters LLP

1345 Avenue of Americas
New York, NY, 10105
At.: Sr. Alberto Luzarraga
Tel.: +1 212 903 9000
Fax: +1 212 903 9100
www.linklaters.com

CONSULTORES LEGAIS DO COORDENADOR LÍDER

Em Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001
São Paulo, SP
At.: Sr. Jean Marcel Arakawa
Tel.: (11) 3147 7600
Fax: (11) 3147 7770
www.mattosfilho.com.br

Em Direito Norte-Americano

White & Case LLP

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277 – 4º andar
CEP 01452-000
São Paulo, SP
At.: Sr. Donald Baker
Tel.: (11) 3147 5600
Fax: (11) 3147 56 11
www.whitecase.com

AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Avenida Presidente Wilson, 231 – 22º andar
CEP 20030-905
Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. John Alexander Harold Auton
Tel.: (21) 3981-0500
Fax: (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços indicada na capa deste Prospecto, estimamos que os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, serão da ordem de aproximadamente (i) R\$688,0 milhões, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, (ii) R\$791,9 milhões, considerando o exercício total das Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais, ou (iii) R\$930,6, considerando o exercício das Ações do Lote Suplementar e a totalidade das Ações Adicionais.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos (após a dedução de comissões da Oferta) provenientes da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, da seguinte forma: (i) atividades de exploração, avaliação e desenvolvimento das licenças atuais; e (ii) novos empreendimentos, como a participação em rodadas de licitação, aquisição de licenças através de *farm-in* e aquisições estratégicas. A tabela abaixo resume os montantes e os percentuais aproximados das destinações:

Destinação	Percentual Estimado (%)	Valor Estimado dos Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾	
		Sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais (em R\$ milhões)	Considerando as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais (em R\$ milhões)
Atividades de exploração, avaliação e desenvolvimento das licenças atuais.....	67%	R\$461,0	R\$623,5
Novos empreendimentos, como a participação em rodadas de licitação, aquisição de licenças através de <i>farm-in</i> e aquisições estratégicas	33%	R\$227,0	R\$307,1
Total	100%	R\$688,0	R\$930,6

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Recursos líquidos (após a dedução de comissões da Oferta) provenientes da Oferta.

Para aquisição dos novos ativos consideramos três possibilidades. A primeira é a participação em novas rodadas de licitação promovidas pela ANP em parceria com outras empresas, sendo ou não o operador, ou de forma isolada. Temos interesse, principalmente, nas bacias da margem atlântica (tanto em blocos *offshore* como *onshore*), uma vez que o Grupo Perenco tem substancial experiência em exploração e produção na costa oeste da África, que é geologicamente similar à brasileira. Estamos também avaliando a entrada em novos ativos através de *farm ins* que estão sendo ofertados no mercado brasileiro que demonstrem boa relação de risco e retorno. E, ainda, estamos atentos a oportunidades de aquisição de empresas ou ativos como forma de expandir nosso portfólio.

Para essas finalidades, utilizaremos, além dos recursos obtidos na Oferta, os recursos em caixa da Companhia, bem como outras fontes de financiamento que à época se mostrem mais vantajosas.

A destinação dos recursos acima descrita está baseada nas projeções e análises de nosso plano de negócios. Mudanças das condições de mercado e do momento da destinação dos recursos poderão alterar sua destinação dos recursos estabelecida na data deste Prospecto.

Para informações adicionais a respeito do plano de negócios da Companhia, veja o item 10.10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Para informações adicionais acerca do impacto dos recursos líquidos decorrente da Oferta na nossa condição financeira, veja a seção "Capitalização", na página 102 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R\$1,00 no preço de R\$1.775,00 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços constante da capa deste Prospecto, acarretaria um acréscimo (diminuição) de aproximadamente R\$0,4 milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta nosso caixa e equivalentes de caixa consolidado, os nossos empréstimos e financiamentos consolidados totais e o patrimônio líquido consolidado em 31 de março de 2011 e conforme ajustado para refletir os recursos líquidos a serem obtidos com a Oferta, após a dedução das comissões decorrentes da mesma, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais. As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

O investidor deve ler a tabela em conjunto com a seção “Resumo das Informações Financeiras”, a partir da página 46 deste Prospecto, com o item 10.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como com as demonstrações financeiras da Companhia anexas a este Prospecto.

Em 31 de março de 2011				
	Real	Em percentagem da capitalização total	Ajustado ⁽²⁾	Em percentagem da capitalização total
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa.....	11,7		699,7	
Empréstimos e Financiamentos.....	50,0	81%	50,0	7%
Patrimônio Líquido	11,5	19%	699,4	93%
Capitalização Total ⁽¹⁾	R\$61,5	100%	R\$749,4	100%

⁽¹⁾ Corresponde à soma do total dos empréstimos e financiamentos consolidados de curto prazo e longo prazo e total do patrimônio líquido consolidado em 31 de março de 2011.

⁽²⁾ Ajustado para refletir os recursos líquidos a serem obtidos com a Oferta, após a dedução das comissões e despesas decorrentes da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria) o valor do nosso patrimônio líquido em aproximadamente R\$0,4 milhões. O valor de nosso patrimônio líquido contábil após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem desta Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores nesta Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de março de 2011, o valor do nosso patrimônio líquido consolidado era de R\$11,5 milhões e o valor patrimonial consolidado por Ação correspondia, na mesma data, a R\$16,55 por Ação. Esse valor patrimonial consolidado representa o valor contábil total de nosso patrimônio líquido consolidado dividido pelo número total de ações ordinárias de nossa emissão em 31 de março de 2011, considerando os efeitos do grupamento de ações realizado em 14 de junho de 2011.

Após considerarmos o efeito da venda das ações ordinárias de nossa emissão no contexto da Oferta a um Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, após dedução das comissões e das despesas da Oferta, de aproximadamente R\$37,2 milhões, a serem pagas por nós, e sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e a colocação das Ações Adicionais, nosso patrimônio líquido estimado em 31 de março de 2011, seria de aproximadamente R\$699,4 milhões, representando um valor de R\$634,71 por ação. Isto significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R\$618,16 para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por ação de 64,2% para novos investidores que adquirirem ou subscreverem nossas Ações no âmbito da Oferta. Esta diluição representa a diferença entre o preço por ação pago pelos investidores nesta Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de março de 2011 e considerando os impactos da realização da Oferta:

	R\$
	(exceto se em %)
Preço por Ação ⁽¹⁾	1.775,00
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 ⁽²⁾	16,55
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 ajustado pela Oferta ⁽³⁾	634,71
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ações para os atuais acionistas ⁽³⁾	618,16
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os novos investidores ⁽³⁾	1.140,29
Percentual de diluição imediata após a Oferta⁽⁴⁾.....	64,2%

⁽¹⁾ Ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Considerando o grupamento de ações realizado em 14 de junho de 2011 na proporção de 100 ações para 1 ação.

⁽³⁾ Calculado com base no ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e a colocação das Ações Adicionais.

⁽⁴⁾ O percentual de diluição por Ação para os novos investidores é calculado dividindo a diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial e será fixado com base no valor de mercado das ações de nossa emissão, auferido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do preço de emissão das Ações e das condições da presente oferta, vide a seção "Informações sobre a Oferta", na página 68 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$1.775,00, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria), após a conclusão da Oferta: (i) o valor do patrimônio líquido contábil da Companhia em aproximadamente R\$0,4 milhões; (ii) o valor do patrimônio líquido contábil por ação em R\$0,35; (iii) a diluição do valor patrimonial contábil por Ação aos investidores desta Oferta em R\$0,65 por Ação, considerando que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões relativas à Oferta a serem pagas por nós.

Após a conclusão desta Oferta, a participação dos acionistas estará sujeita a ajustes com base no preço inicial da Oferta e outros termos que serão definidos após o Procedimento de *Bookbuilding*.

O valor do nosso patrimônio líquido contábil após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas somente após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Plano de Opção de Compra de Ações

Nosso Plano de Opção de Compra de Ações foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2011 (“Plano”). No âmbito do Plano, nossos Administradores, empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle (“Beneficiários”), sujeitos a determinadas condições, podem adquirir ações de nossa emissão.

O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as restrições previstas em lei, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do Plano ou então atribuir tais funções a um Comitê da Companhia já constituído (“Comitê”).

A totalidade das opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2,5% das ações do nosso capital social total durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

As condições de aquisição de ações, conforme disposto no Plano, estarão previstas no contrato de opção a ser celebrado com cada um dos Beneficiários (“Contrato de Opção”). O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, será fixado pelo nosso Conselho de Administração, ou o Comitê, conforme o caso, e deverá corresponder ao preço médio de fechamento de nossas Ações nos 20 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com índice determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê. Excepcionalmente, para as outorgas realizadas em até 30 dias contados a partir da data da publicação do Anúncio de Encerramento, o Conselho de Administração poderá (mas não estará obrigado a) fixar o preço de exercício das opções com base no Preço por Ação da Oferta corrigido pela inflação conforme o Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer outro índice selecionado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê.

Abaixo apresentamos a **hipótese de diluição** máxima adicional, considerando a **hipótese de outorga e exercício** de todas as opções previstas no Plano, equivalente a 2,5% das ações do nosso capital social após a conclusão da Oferta (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e Ações Adicionais), ou 27.549 ações, ao Preço por Ação, equivalente ao ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto:

	R\$
	(exceto se em %)
Preço por Ação ⁽¹⁾	1.775,00
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 ⁽²⁾	16,55
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 ajustado pela Oferta e considerando a outorga e exercício da totalidade das opções previstas no Plano ⁽³⁾	662,52
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ações para os atuais acionistas, considerando a Oferta e a outorga e exercício da totalidade das opções previstas no Plano ⁽³⁾	645,97
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os novos investidores, considerando a Oferta e a outorga e exercício da totalidade das opções previstas no Plano ⁽³⁾	1.112,48
Percentual de diluição imediata para nossos investidores, considerando a Oferta e a outorga e exercício da totalidade das opções previstas no Plano	62,7%

⁽¹⁾ Ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Considerando o grupamento de ações realizado em 14 de junho de 2011 na proporção de 100 ações para 1 ação.

⁽³⁾ Calculado com base no ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e a colocação das Ações Adicionais.

Até a data deste Prospecto, nenhuma opção de compra de ação havia sido outorgada pelo nosso Conselho de Administração.

Para mais informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, ver os itens 13.4 a 13.9, do Formulário de Referência.

2. ANEXOS

- Formulário de Referência da Companhia
- Estudo de Viabilidade e respectiva tradução juramentada
- Estatuto Social da Companhia
- Ata da assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, realizada em 28 de abril de 2011, que aprova a Oferta
- Minuta da ata da reunião do Conselho de Administração a ser realizada para aprovar o preço de emissão das ações
- Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	115
---	-----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	116
2.3 - Outras informações relevantes	117

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	118
3.2 - Medições não contábeis	119
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	120
3.4 - Política de destinação dos resultados	121
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	123
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	124
3.7 - Nível de endividamento	125
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	126
3.9 - Outras informações relevantes	127

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	129
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	142
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	143
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	144
4.5 - Processos sigilosos relevantes	145
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	146
4.7 - Outras contingências relevantes	147
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	148

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	149
--	-----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	151
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	152
5.4 - Outras informações relevantes	153
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	FÍ I
6.3 - Breve histórico	FÍ Í
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	FÍ Î
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	FÎ F
6.7 - Outras informações relevantes	FÎ G
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	FÎ H
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	FÎ F
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	FÎ G
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	FÎ J
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	FJ€
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	G€H
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	G€I
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	G€Í
7.9 - Outras informações relevantes	G€Î
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	G€€
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	GFF
8.3 - Operações de reestruturação	GFG
8.4 - Outras informações relevantes	GFH
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	GFI

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	GFÍ
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	GFÌ
9.2 - Outras informações relevantes	GFJ

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	GGÈ
10.2 - Resultado operacional e financeiro	GGÍ
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	GGÌ
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	GGJ
10.5 - Políticas contábeis críticas	GGF
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	GHÍ
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	GHÌ
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	GHÏ
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	GHÌ
10.10 - Plano de negócios	GHU
10.11 - Outros fatores com influência relevante	GGG

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	GGF
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	GGG

12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	GGH
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	GGÎ
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	GGÌ
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	GGJ
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	GGÈ
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	GGF
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	GGI
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	GGÍ

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	GĪ
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	GĪ
12.12 - Outras informações relevantes	GĪ

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	GĲ
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	GĴ
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	GĶ
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	GĴ
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	GĴ
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	GĴ
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	GĴ
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	HĲ
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	HĲ
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	HĴ
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	HĴ
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	HĴ
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	HĴ
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	HĴ
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	HĴ
13.16 - Outras informações relevantes	HĴ

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	HĴ
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	HĲ
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	HĲ

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	HFH
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	HFI
15.3 - Distribuição de capital	HGF
15.4 - Organograma dos acionistas	HGG
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	HGH
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	HGI
15.7 - Outras informações relevantes	HGÍ
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	HGĀ
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	HGĪ
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	HHI
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	HHĪ
17.2 - Aumentos do capital social	HHĪ
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	HHĪ
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	HHĪ
17.5 - Outras informações relevantes	HHU
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	H €
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	H F
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	H G
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	H H
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	H I
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	H Í

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	H Î
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	H Ï
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	H Ì
18.10 - Outras informações relevantes	H J
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	H €
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	H F
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	H G
19.4 - Outras informações relevantes	H H
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	H I
20.2 - Outras informações relevantes	H Í
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	H Î
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	H Ï
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	H J
21.4 - Outras informações relevantes	H €
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	H F
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	H G
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	H H
22.4 - Outras informações relevantes	H I

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

César Dias Ramos

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Thiago Alonso de Oliveira

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	11/02/2011		
Descrição do serviço contratado	<p>Em relação à Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.:</p> <p>(i) Serviço relacionado à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e para o período de 13 de setembro de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, com emissão de relatório dos auditores independentes sobre referidas demonstrações financeiras.</p> <p>(ii) Serviço relacionado à revisão limitada das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. para o trimestre findo em 31 de março de 2011, de acordo com as normas de revisão especial emitidas pelo IBRACON e instruções da CVM, com emissão de relatório de revisão dos auditores independentes sobre referidas informações financeiras.</p> <p>Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.</p> <p>Os serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais para os exercícios e períodos listados acima para o processo de nossa abertura de capital foram contratados por nós pelo montante total de R\$980.000,00.</p> <p>Não aplicável.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável.		
Justificativa da substituição	Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
John Alexander Harold Auton	11/02/2011	888.738.037-68	Avenida Presidente Wilson, 231, 22º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20030-905

2.3 - Outras informações relevantes

Em 16 de junho de 2009 a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação dos serviços descritos a seguir:

- (i) Serviço relacionado à revisão limitada das demonstrações financeiras intermediárias da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, de acordo com as normas de revisão especial emitidas pelo IBRACON e instruções da CVM, com emissão de relatório de revisão dos auditores independentes sobre referidas demonstrações financeiras; e
- (ii) Serviço relacionado à auditoria das demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e período de 3 de janeiro de 2008 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2008, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, com emissão de relatório dos auditores independentes sobre referidas demonstrações financeiras.

Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	11.478.357,97	-39,28	0,00	0,00
Ativo Total	73.328.809,57	50,00	0,00	0,00
Resultado Líquido	-943.577,43	-89,28	0,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	69.342.297	500	0	0
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,170000	-0,178000	0,000000	0,000000
Resultado Líquido por Ação	-0,040000	-1,780000	0,000000	0,000000

3.2 - Medições não contábeis

O objeto social da Companhia é a participação em outras sociedades. A sua única controlada, Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., ainda não está gerando receitas decorrentes de seus ativos de exploração e produção de óleo e gás natural. Dessa forma, a Companhia não divulga medições não-contábeis, tais como o EBITDA.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 28 de abril de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral ordinária e extraordinária, entre outras matérias: (i) alteração na política de dividendos mínimos obrigatórios: pelo menos 0,001% do lucro líquido ajustado, seja na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações; (ii) o montante anual da remuneração global dos administradores da Sociedade para o exercício findo de 31 de dezembro de 2011, no valor de aproximadamente R\$15 milhões; (iii) abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, emissor categoria A, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009; e (iv) a reformulação do estatuto social da Companhia, com a finalidade de adequá-lo aos requisitos de companhia aberta e do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Em 20 de maio de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária certas alterações adicionais ao estatuto social da Companhia, principalmente tendo em vista os comentários recebidos da BM&FBOVESPA para adequá-lo ao Regulamento do Novo Mercado. Nessa mesma assembleia geral extraordinária os acionistas aprovaram o plano de opção de compra de ações da Companhia. Para mais informações, veja o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Em 13 de junho de 2011, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu 99 ações ordinárias de sua titularidade para cada um dos cinco membros do conselho de administração da Companhia, totalizando uma transferência de 495 ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.341.796 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de junho de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária o grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão 100:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 693.422 ações ordinárias.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. Regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais

De acordo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a assembleia geral poderá, por proposta da nossa Administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.

Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a assembleia geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

b. Regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios

O estatuto social da Companhia prevê que seus acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, uma quantia equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido anual, diminuído ou acrescido (i) da importância destinada à constituição da reserva legal; e (ii) da importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios sociais anteriores. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Caso o valor do dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar.

A assembleia geral poderá atribuir aos membros do conselho de administração e da diretoria uma participação nos lucros, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores e nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, nos casos, forma e limites legais. Caberá ao conselho de administração, observado o limite disposto pela assembleia geral, a fixação dos critérios para a atribuição da participação nos lucros aos administradores.

O conselho de administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente. No entanto, conforme mencionado acima, o conselho de administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social.

3.4 - Política de destinação dos resultados

d. Restrições à distribuição de dividendos

A Lei das Sociedades por Ações permite que suspendamos a distribuição do dividendo obrigatório caso o conselho de administração informe à assembleia geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o conselho de administração deverá apresentar à CVM justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. O estatuto social da Companhia não estabelece que o valor do pagamento dos dividendos seja corrigido por conta da inflação.

Além do descrito acima, não há outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Desde a sua constituição em 13 de setembro de 2010, a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre o capital próprio.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Desde a constituição da Companhia, em 13 de setembro de 2010, não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2011	61.850.128,42	Índice de Endividamento	5,390000000	
31/12/2010	89,28	Índice de Endividamento	2,270000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2011)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Quirografárias	59.145.000,00	2.705.000,00	0,00	0,00	61.850.000,00	
Total	59.145.000,00	2.705.000,00	0,00	0,00	61.850.000,00	
Observação						
Exercício social (31/12/2010)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Quirografárias	89,28	0,00	0,00	0,00	89,28	
Total	89,28	0,00	0,00	0,00	89,28	
Observação						

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 2010. A partir de 1º de março de 2011, por meio da reorganização societária descrita nos itens 6.5 e 8.3 deste Formulário de Referência, a Companhia passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., sociedade limitada em fase de exploração detentora de direitos de exploração e produção de óleo e gás natural. Para maiores informações sobre a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ver item 8.1 deste Formulário de Referência. A participação da Companhia na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é o único investimento da Companhia na data deste documento e, por esta razão, a Companhia não possui informações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2009, e suas informações relativas ao período compreendido entre 13 de setembro (data da constituição) e 31 de dezembro de 2010 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011 não refletem, para o prazo integral, as atividades desenvolvidas pela Companhia, através de sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., uma vez que a controlada foi adquirida pela Companhia em 1º de março de 2011.

As informações financeiras apresentadas a seguir, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, foram retiradas das demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e demonstrações financeiras auditadas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Tais demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e apresentam parágrafos de ênfase sobre continuidade, conforme descrito no item 10 deste Formulário de Referência.

a. Informações Financeiras Seleccionadas

	Última Informação Contábil (31/03/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
	(em R\$)			
Patrimônio Líquido	8.130.937,70	(10.499.466,74)	7.482.139,34	35.636.128,87
Ativo Total.....	68.364.626,01	62.184.490,25	55.105.934,97	58.412.191,14
Receita Líquida	-	-	-	-
Resultado Bruto	-	-	-	-
Resultado Líquido.....	(1.696.282,83)	(18.642.595,72)	(30.271.170,00)	(13.491.508,00)
Número de Ações, Ex-Tesouraria (unidades).....	69.342.297	48.965.797	48.965.797	48.965.797
Valor Patrimonial de Ação (Reais unidade).....	(8,53)	(4,66)	6,54	1,37
Resultado Líquido por Ação.....	(0,03)	(0,38)	(0,62)	(0,30)

b. Nível de Endividamento

Última Informação Contábil/Exercício Social	Montante total da dívida de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2011	60.233.000,00	Ativo Total	7,41	Não aplicável
31/12/2010	72.681.000,00	Ativo Total	(6,92)	Não aplicável
31/12/2009	47.623.000,00	Ativo Total	6,36	Não aplicável
31/12/2008	22.775.000,00	Ativo Total	0,64	Não aplicável

3.9 - Outras informações relevantes

c. Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Última informação contábil (31/03/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	57.528.000,00	2.705.000,00	-	-	60.233.000,00
Total.....	57.528.000,00	2.705.000,00	-	-	60.233.000,00

Observação: Para a conversão da moeda foi utilizada a cotação do dólar em 31 de março de 2011, equivalente a R\$1,62 para cada US\$1,00.

Exercício Social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	14.760.000,00	57.921.000,00	-	-	72.681.000,00
Total.....	14.760.000,00	57.921.000,00	-	-	72.681.000,00

Observação: Para a conversão da moeda foi utilizada a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2010, equivalente a R\$1,66 para cada US\$1,00.

Exercício Social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	9.273.000,00	38.350.000,00	-	-	47.623.000,00
Total.....	9.273.000,00	38.350.000,00	-	-	47.623.000,00

Observação: Para a conversão da moeda foi utilizada a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2009, equivalente a R\$1,74 para cada US\$1,00.

Exercício Social (31/12/2008)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	20.027.000,00	83.000,00	2.665.000,00	-	22.775.000,00
Total.....	20.027.000,00	83.000,00	2.665.000,00	-	22.775.000,00

Observação: Para a conversão da moeda foi utilizada a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2008, equivalente a R\$2,33 para cada US\$1,00.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. à Companhia

A Companhia é uma nova sociedade e, portanto, não tem histórico operacional próprio e seu desempenho futuro não pode ser garantido.

Em janeiro de 2008, o Grupo Perenco constituiu a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., sociedade responsável pela condução das operações do Grupo Perenco no Brasil. Em março de 2011, o Grupo Perenco adquiriu e conferiu sua participação no capital da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. à Companhia. Para maiores informações sobre a reestruturação societária da Companhia, vide item 6.3 deste Formulário de Referência. Assim, a Companhia não tem histórico operacional próprio como sociedade exploradora e produtora de petróleo e gás natural e, portanto, está sujeita a riscos, despesas e incertezas associados à implementação do nosso plano de negócios, situação que normalmente não enfrentam empresas mais maduras. Empresas em seus estágios iniciais de desenvolvimento apresentam riscos comerciais relevantes e podem sofrer perdas significativas. A Companhia enfrenta desafios e incertezas no planejamento financeiro como resultado das incertezas sobre a natureza, alcance e resultados de suas atividades futuras. Não é possível garantir a performance futura da Companhia. A Companhia pode ter dificuldade em desenvolver relações comerciais bem-sucedidas, estabelecer procedimentos operacionais, contratar pessoal, instalar e operar sistemas de gerenciamento de informações e outros sistemas, estabelecer instalações e obter licenças e aprovações regulatórias, bem como tomar outras medidas necessárias para conduzir suas atividades pretendidas. Ademais, com o aumento das atividades de exploração no Brasil, a Companhia pode ter maior dificuldade em encontrar e contratar pessoal qualificado necessário para suas operações e pode não ser bem-sucedida na implementação de suas estratégias comerciais ou na conclusão da infraestrutura necessária para o desempenho de seus negócios como planejado. Esses riscos poderiam ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Áreas existentes ou futuras que a Companhia decida perfurar poderão não produzir petróleo ou gás natural, ou suas descobertas poderão ser, em quantidades ou qualidade, inviáveis do ponto de vista comercial.

Os prospectos exploratórios atuais da Companhia estão localizados dentro de seus blocos em áreas que seus geocientistas acreditam, baseados em informações sísmicas e geológicas disponíveis, haver indícios de presença de petróleo ou gás natural. Esses prospectos estão em vários estágios de avaliação, sendo que alguns estão prontos para a perfuração e outros exigirão mais processamento de dados sísmicos e interpretação antes que um plano de perfuração possa ser implementado. No entanto, mesmo quando adequadamente utilizados e interpretados, dados sísmicos 2D e 3D e técnicas de visualização são apenas ferramentas utilizadas para auxiliar os geocientistas na identificação de estruturas de subsuperfície e hidrocarbonetos e não permitem que o intérprete saiba se os hidrocarbonetos estão presentes nessas estruturas. Não é possível prever antes da perfuração e dos testes se um dado prospecto exploratório produzirá petróleo ou gás natural em quantidade ou qualidade suficiente para recuperar os custos da perfuração ou da conclusão, ou os custos para o prospecto exploratório se tornar economicamente viável. Independentemente da quantidade de petróleo e gás natural descoberta nos prospectos exploratórios da Companhia, os custos de construção de infraestrutura, incluindo oleodutos ou sistemas flutuantes de produção, caso aplicáveis, e os custos com transporte podem impedir a viabilidade econômica de um prospecto exploratório.

Adicionalmente, as analogias que a Companhia estabelece com base em dados disponíveis de outros poços, de outros prospectos mais amplamente explorados ou de campos produtivos poderão não se aplicar às áreas potenciais a serem perfurados, e a Companhia apenas saberá disso na medida em que os trabalhos nos prospectos exploratórios avancem. A Companhia poderá cancelar seu programa de perfuração em um prospecto exploratório se dados, estudos e resultados anteriores indicarem que não há viabilidade comercial, não compensando investimentos adicionais. Se os prospectos não tiverem êxito comprovado, os negócios da Companhia, sua situação financeira e os seus resultados operacionais poderão ser afetados de modo substancialmente adverso.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da Companhia relativa às suas atividades de exploração e produção dependem da Companhia encontrar, adquirir ou ter acesso a reservas de petróleo e gás natural de forma eficiente do ponto de vista de custos.

A capacidade da Companhia de implantar a sua estratégia de crescimento e desenvolver suas atividades de exploração e produção depende do seu grau de êxito em encontrar, adquirir ou ter acesso a reservas de petróleo e gás natural. Não há garantia de que a Companhia obterá êxito na exploração, avaliação, desenvolvimento e produção comercial de petróleo e gás natural. Além disso, no caso de novas rodadas de licitações, não há garantia de que a Companhia conseguirá adquirir novos blocos de exploração a preços que sejam economicamente viáveis ou ter acesso a blocos de exploração que detenham reservas. A Companhia pode, igualmente, não obter êxito na formação da base de ativos por meio de aquisições, *trade-ins* e *farm-ins*. A ausência de êxito na implementação de sua estratégia de crescimento poderia acarretar um efeito adverso relevante em nos negócios, resultados operacionais e em nossa situação financeira da Companhia.

A Companhia poderá não alcançar seus objetivos de exploração e produção.

Há risco de que os projetos almejados pela Companhia não sejam concluídos a tempo ou dentro do orçamento planejado. Além disso, há risco de interrupção dos projetos da Companhia em razão de diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- avaria ou falha de equipamentos ou processos;
- erros da parte contratada ou da operadora;
- não cumprimento por terceiros contratados;
- disputas trabalhistas, interrupções ou reduções na produtividade;
- incapacidade de atrair um número suficiente de trabalhadores qualificados;
- atrasos na obtenção de aprovações regulatórias, ou condições por elas impostas;
- violação de exigências de licença;
- ocorrências catastróficas como incêndios, intempéries, ataques terroristas ou explosões;
- fatores relacionados ao setor ou fatores especificamente relacionados à Companhia; e
- nos termos dos contratos de concessão, se a Companhia não cumprir seus compromissos técnicos e financeiros até datas específicas, a Companhia poderá ser obrigada a devolver seus blocos exploratórios à ANP.

Em decorrência dos fatores acima expostos, a operação da Companhia pode diferir significativamente das atividades descritas neste Formulário de Referência e a Companhia pode ter que mudar os seus métodos de conduzir as suas atividades. Tais riscos poderão acarretar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia e em sua situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O estudo de viabilidade é baseado em projeções de performance futura que podem não ser precisas.

O estudo de viabilidade preparado pela DeGolyer & McNaughton a pedido da Companhia sobre as reservas de sua controlada, contém projeções que são baseadas em pressuposições e expectativas atuais e em eventos futuros e tendências financeiras. A Companhia não pode assegurar que essas estimativas se provarão precisas. Essas projeções foram preparadas para ilustrar, com base em premissas restritas e simplificadas, os recursos e custos da Companhia. Adicionalmente, devido aos julgamentos subjetivos e incertezas substanciais, bem como ao fato de que as estimativas são baseadas em diversas suposições sujeitas a incertezas e contingências significativas externas ao nosso controle, não há garantia de que as estimativas ou conclusões dali resultantes serão realizadas. Os efetivos recursos, custos, fluxo de caixa, margem de lucro e exposição a risco dos projetos potenciais da Companhia poderão ser significativamente menos favoráveis do que aqueles projetados no estudo de viabilidade. Um risco inerente à estimativa de recursos prospectivos é de que um poço perfurado pode não ser considerado economicamente viável. A possibilidade de não encontrar reservas é um risco intrínseco das atividades da Companhia. Revisões a menor dos recursos prospectivos da Companhia podem levar a níveis mais baixos de produção esperada no futuro, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e condição financeira da Companhia. Assim, parte ou todo investimento dos acionistas da Companhia pode ser perdido, especialmente caso as estimativas ou conclusões incluídas neste Formulário de Referência não se concretizem.

As atividades da Companhia demandam investimento de capital e gastos com manutenção significativos, os quais a Companhia pode não ser capaz de suportar.

O setor de petróleo e gás natural requer grande investimento de capital e a Companhia espera fazer dispêndios de capital significativos em seu negócio e nas operações de exploração e produção das reservas de petróleo e gás natural. A Companhia pretende financiar seus futuros dispêndios de capital com os recursos obtidos por meio da sua oferta pública inicial de ações (IPO), com o fluxo de caixa das operações e com contratos de financiamento futuros, que poderão incluir formas de financiamento de capital. O fluxo de caixa das operações da Companhia e o acesso ao capital estão sujeitos a uma série de variáveis, inclusive, dentre outras:

- os preços pelos quais se vendem o petróleo e o gás natural;
- nossa capacidade de localizar e adquirir reservas;
- nossa capacidade de extrair petróleo e gás natural dessas reservas;
- as condições e o momento oportuno de qualquer perfuração e outros acordos relacionados à produção que possamos vir a celebrar;
- o custo e o lapso de tempo para obtenção de aprovação e/ou concessões governamentais; e
- os efeitos da concorrência de outras empresas que operam no setor de petróleo e gás natural.

Caso a Companhia não seja capaz de gerar receita ou as receitas futuras fiquem abaixo do esperado em decorrência dos baixos preços do petróleo e do gás natural, de dificuldades operacionais, de diminuição das reservas ou por qualquer outro motivo, a Companhia poderá não ter capacidade de obter o capital necessário ao sustento de suas operações. Na medida em que os recursos gerados internamente e os recursos disponíveis no âmbito de qualquer contrato de financiamento celebrado não bastem para custear as exigências de capital da Companhia, esta necessitará de financiamento adicional, seja mediante dívida ou aumento de capital. Contudo, este tipo de financiamento poderá não estar disponível, ou se o estiver, poderá não estar disponível em termos satisfatórios. Se a Companhia deixar de gerar ou de obter capital adicional suficiente no futuro, poderá ser compelida a reduzir ou postergar seus desembolsos de capital, vender bens ou reestruturar ou refinar seu endividamento, o que poderia afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Riscos de hedging relacionados à exposição da Companhia a flutuações nas taxas de juro e na cotação de moedas e de commodities podem causar prejuízos.

A natureza das operações da Companhia resultará na exposição a oscilações nas taxas de juros e na cotação de moedas e *commodities*. A Companhia poderá utilizar instrumentos financeiros e contratos de entrega física para se proteger da exposição a tais riscos. Se a Companhia realizar operações de *hedge*, ela estará exposta a riscos de crédito em caso de não-cumprimento dos instrumentos financeiros pelas contrapartes. Caso a Companhia celebre contratos de *hedge*, ela poderá sofrer perdas financeiras se não for capaz de iniciar as operações em tempo hábil ou produzir quantidades suficientes de petróleo e/ou gás natural para cumprir as suas obrigações. E ainda, caso a Companhia celebre contratos de *hedge* e o preço do produto aumente, ela pode não se beneficiar de todo o lucro. Ademais, caso a Companhia não celebre operações de *hedge*, ela pode estar mais suscetível a reduções nos preços do petróleo e gás natural do que os seus concorrentes que realizam operações de *hedge*. Além disso, operações de *hedge* podem expor a Companhia a exigências de margem de caixa. Esses riscos podem ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental, de segurança e saúde ocupacional, a qual pode se tornar mais rígida no futuro e causar um aumento das responsabilidades e gastos de capital, inclusive indenização e multas por danos.

As atividades da Companhia estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativas ao meio ambiente, segurança e saúde ocupacional. Tal normatização poderá ser alterada no futuro, inclusive para se tornar mais restritiva. O não cumprimento de tais leis e regulamentações pode sujeitar o infrator a sanções administrativas e criminais, adicionalmente à obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, a pessoas e a terceiros. Em relação à responsabilidade civil, as leis ambientais brasileiras adotam um regime de responsabilidade objetiva, ou seja, independente de culpa, bastando a existência do nexo de causalidade entre o dano e o fato. De acordo com a legislação brasileira aplicável, não há limitação ao montante da indenização devida em relação à responsabilidade ambiental. Por estar sujeita a responsabilidades ambientais, o pagamento de eventuais passivos ou obrigações para reverter o dano ambiental poderia reduzir os recursos disponíveis à Companhia ou representar um efeito adverso significativo sobre o seu negócio. Se a Companhia ficar impossibilitada de evitar ou reparar danos ambientais de modo integral, ela pode ser obrigada a suspender as operações até concluir o saneamento exigido ou, ainda, celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta ou outros compromissos ambientais. Caso a Companhia venha a ter qualquer acidente ou causar qualquer dano de natureza ambiental, as autoridades brasileiras poderão tomar medidas especialmente rígidas contra ela, o que poderá causar um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais ou em sua situação financeira.

Alterações na legislação ambiental podem impactar os negócios da Companhia e o cumprimento à nova legislação pode levar a custos significativos. Tais mudanças na legislação podem também impedir ou restringir severamente as atividades de perfuração em relação à exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas ambientalmente sensíveis. Isso pode afetar em especial os blocos ES-M-416 e ES-M-418 da Companhia, parcialmente localizados perto do Parque Nacional de Abrolhos. Uma ação civil movida pelo Ministério Público Federal contra a ANP se refere a esses blocos e também a outros blocos nos quais a Companhia não tem nenhuma participação. Várias outras empresas de petróleo operam e produzem petróleo de blocos próximos a esta área protegida. Uma sentença proferida pela Vara Federal de Eunápolis impediu a exploração de parte dos blocos, porém encontra-se com eficácia suspensa por uma decisão do tribunal de segunda instância. Para mais informações sobre esses processos, vide Item 4.7 "Outras Contingências Relevantes", deste Formulário de Referência. Há uma tendência de a legislação ambiental se tornar mais rigorosa no futuro, o que pode causar um efeito adverso sobre os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não assegurar que as licenças, aprovações e autorizações pleiteadas serão conferidas a ela ou, se conferidas, serão feitas a tempo ou não estarão sujeitas a eventuais condições onerosas. Em especial, a Companhia requereu junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") uma licença prévia e uma licença de operação e junto à ANP a licença de exploração para iniciar a perfuração, mas não pode garantir que as licenças requeridas serão concedidas antes da data prevista para o início de suas operações de perfuração neste ano. Caso a Companhia não seja capaz de obter as licenças, aprovações e autorizações necessárias para suas operações, isso poderá ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais e em sua situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode deixar de ser classificada como Operador A em futuras rodadas de licitação da ANP.

No âmbito da nona rodada de licitação da ANP em 2007, a Perenco S.A. (Bahamas) obteve a classificação de Operador A pela ANP, o que licencia seu titular a operar em águas profundas e ultra-profundas, além de em terra e águas rasas. Os critérios para obtenção de classificação de Operador A poderão mudar no futuro. Além disso, a classificação se aplica apenas a uma rodada de licitação específica, sendo que todos os licitantes devem requerer nova classificação em outras rodadas de licitações. A Companhia não pode garantir que será classificada como Operadora A em futuras licitações.

O êxito dos negócios da Companhia depende das habilidades e conhecimentos dos integrantes da sua alta administração e da sua equipe de exploração.

A contribuição da alta administração e dos membros da equipe técnica da Companhia é um fator importante, entre outros, para o seu crescimento bem-sucedido. Os investidores em suas ações ordinárias devem confiar na capacidade, experiência, julgamento e discernimento da administração e no sucesso das equipes técnicas da Companhia na descoberta e desenvolvimento de petróleo e/ou gás natural. Se a Companhia perder qualquer um dos membros da sua alta administração ou membros de sua equipe técnica, a Companhia será obrigada a substituí-los. Não há garantia de que a Companhia será capaz de substituir esse pessoal com profissionais de calibre similar ou sem a ocorrência de qualquer atraso, o que poderia acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia, nos resultados operacionais e na sua situação financeira, bem como no preço de mercado de suas ações ordinárias.

A exploração e a produção de petróleo e gás natural envolvem riscos contra os quais as apólices de seguro da Companhia podem não fornecer cobertura adequada.

A exploração e a produção de petróleo e gás natural envolvem diversos riscos, incluindo vazamentos, explosões em oleodutos e poços de petróleo e gás natural e problemas ambientais e geológicos. Estes e outros acontecimentos ou acidentes podem causar lesões, morte e danos significativos ao meio ambiente e, como resultado, a Companhia pode enfrentar os custos relevantes associados a limpezas, reparações ou obrigações de indenização ou danos a equipamentos e responsabilidade civil. Embora os riscos relacionados à exploração e produção de petróleo e gás natural existam em todos os casos, eles aumentam quando tais operações são realizadas em águas profundas.

A Companhia não pode assegurar que: (1) será capaz de obter cobertura de seguro para tais riscos no futuro a preços razoáveis; (2) as suas apólices de seguro serão completas e adequadas para cobrir todos os danos, ou (3) qualquer recurso que a Companhia receber em relação a um risco assegurado será suficiente para cobrir todos os custos e passivos incorridos em relação a esse risco.

A Companhia atua por meio de consórcios e pode atuar em outros consórcios no futuro, o que pode resultar em atrasos e custos adicionais caso as partes dos consórcios não entrem em acordo.

Atualmente, a totalidade da carteira da Companhia é composta por 50% dos direitos de exploração nos 5 blocos exploratórios operados em parceria com a OGX Petróleo e Gás Ltda. Além disso, uma das estratégias da Companhia é o estabelecimento no futuro de parcerias ou consórcios adicionais com *players* estratégicos no setor de petróleo e gás natural. A Companhia e os seus parceiros de consórcios devem cumprir as exigências de qualquer acordo operacional aplicável, ou de quaisquer outros acordos que venham a regular o relacionamento no futuro. No entanto, a Companhia não pode assegurar que suas parcerias e consórcios serão bem sucedidos e obterão os resultados esperados.

A Companhia pode sofrer custos inesperados ou outras perdas se um parceiro de consórcios não cumprir as suas obrigações, sem prejuízo de eventuais sanções contratuais e outros recursos, e pode também ser objeto de reclamações por parte dos parceiros de consórcios relacionadas a eventual não-cumprimento de suas obrigações. A Companhia e seus parceiros estão sujeitos à responsabilidade solidária associada a ações ou omissões realizadas em operações em seus ativos. Além disso, mesmo realizando auditoria rigorosa em parceiros potenciais, a Companhia não pode garantir que não há passivos de empresas coligadas, especialmente passivos relacionados a questões tributárias, trabalhistas, ambientais e nem passivos ocultos que não tenham sido previamente identificados em auditorias realizadas pela Companhia nas empresas ou projetos em que fez investimentos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Também é possível que os interesses e opiniões da Companhia e os de seus parceiros de consórcio não estejam necessariamente alinhadas, mesmo que tenham um bom relacionamento. A Companhia não tem uma participação que a confira o controle do consórcio com a OGX, podendo deter uma participação praticamente igual ou minoritária em futuras parcerias. Por conseguinte, o acordo operacional aplicável teria que ser usado para resolver qualquer divergência que não possa ser resolvida. Isso pode resultar em atrasos de projetos, e os eventuais custos adicionais poderiam afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Enquanto atualmente a Companhia opera todos os blocos de exploração na qual tem participação, no futuro, pode não ser a operadora de algumas de suas áreas. O processo de tomada de decisão em tais circunstâncias continuará ser regido pelo acordo operacional aplicável ou outro acordo, mas a Companhia pode ter reduzida a sua capacidade de exercer influência sobre as operações nos prospectos operados por seus parceiros, inclusive buscando uma de suas estratégias-chave de negócio para minimizar o período de tempo entre a descoberta e a produção inicial.

Esses riscos podem afetar o sucesso das parcerias e consórcios da Companhia. Caso essas parcerias e consórcios não sejam bem sucedidas, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

O uso que a Companhia faz de dados sísmicos está sujeito a interpretação e pode não identificar com precisão a existência de petróleo e gás natural.

Quando devidamente utilizados e interpretados, os dados sísmicos e as técnicas de visualização são importantes ferramentas utilizadas para auxiliar os geocientistas na identificação de estruturas de subsuperfície e indicadores de hidrocarbonetos; entretanto, tais dados não permitem àquele que os interpreta saber se os hidrocarbonetos estão, de fato, presentes nessas estruturas. Consequentemente, as atividades de perfuração da Companhia podem não obter sucesso ou podem não ser economicamente viáveis e a perfuração para as atividades em uma área em particular não ter sucesso, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A existência de um contrato de prestação de serviços não garante a disponibilidade de auxílio do Grupo Perenco à Companhia.

A Companhia espera aproveitar as sinergias com outras empresas do Grupo Perenco e se beneficiar da experiência e dos serviços do Grupo Perenco durante a exploração, desenvolvimento e produção de seus projetos. A Companhia celebrou um Contrato de Prestação de Serviços de Suporte, vigente a partir de 1º de abril de 2011, para a prestação de determinados serviços técnicos pelo Grupo Perenco a ela. A prestação de tais serviços no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Suporte será feita por requisição da Companhia, em conformidade com os procedimentos ali especificados. O Contrato de Prestação de Serviços de Suporte tem duração de 10 anos. Para informações adicionais vide item 16.2 deste Formulário de Referência. Entretanto, a Perenco pode, observados os termos do referido contrato, não atender aos pedidos de assistência da Companhia, na íntegra ou de forma geral. Em particular, de acordo com o especificado no Contrato de Prestação de Serviços, os serviços prestados pelo Grupo Perenco deverão ser prestados de maneira economicamente eficiente com relação ao Grupo Perenco e à Companhia, o que não é garantido. Existem ainda determinados riscos da prestação dos serviços pelo Grupo Perenco associados à distância física e diferenças de fuso horário. Por exemplo, caso a Companhia tenha determinado problema inesperado, não há garantia de que o Grupo Perenco poderá resolver o problema de imediato. Ademais, nos termos do contrato de prestação de serviços, o valor total agregado dos serviços requeridos ao Grupo Perenco, independente da data, não deverá exceder 10% do valor total despesas (desconsiderando gastos fiscais) naquele ano fiscal pelo Grupo Perenco (incluindo parceiros e contratantes). Caso o valor agregado dos serviços requeridos ultrapasse esse limite, a Companhia pode, alternativamente, contratar terceiros, o que pode não ser viável para a Companhia. Ainda, o Contrato de Prestação de Serviços poderá ser rescindido (i) na hipótese de inadimplemento de obrigação ou, (ii) em decorrência da rescisão do Contrato de Coordenação. Adicionalmente, caso o contrato seja rescindido, a Companhia pode não ser capaz de encontrar/contratar um novo prestador de serviços em condições satisfatórias e em tempo razoável, o que poderá leva-lá a realizar esses serviços diretamente. A situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser substancialmente afetados caso não tenha acesso a esses serviços.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A rescisão do contrato de coordenação pode gerar competição com o Grupo Perenco.

A Companhia celebrou um Contrato de Coordenação, vigente a partir de 1º de abril de 2011, o qual estabelece a base sobre a qual a Companhia e o Grupo Perenco coordenarão os seus negócios. Na hipótese em que o Grupo Perenco deixar de exercer o controle da Companhia, o Contrato de Coordenação poderá ser rescindido por qualquer uma das partes. Para informações adicionais vide item 16.2 deste Formulário de Referência. Se o Contrato de Coordenação for rescindido, o Grupo Perenco e seus membros poderão tornar-se concorrentes da Companhia e adquirir participações em concessões, contratos de partilha de produção, licenças ou direitos equivalentes a esses relacionados a petróleo localizado no Brasil. A rescisão do Contrato de Coordenação pode ter um efeito relevante adverso nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Após a oferta pública inicial de ações, a Companhia continuará a ser controlada pela Perenco Brazil Limited, cujos interesses podem diferir dos interesses dos outros acionistas da Companhia.

Imediatamente após a oferta pública inicial de ações, a Perenco Brazil Limited continuará a ser capaz de exercer controle ou influência significativa sobre os negócios da Companhia, inclusive, entre outras matérias, (1) elegendo e destituindo a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia; (2) vendendo ou transferindo ações representativas do controle da Companhia de acordo com as disposições de seu estatuto social; e (3) definindo, direta ou indiretamente, o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, incluindo as operações com partes relacionadas, reestruturações societárias, aquisição e venda de ativos, incluindo a venda da totalidade ou de substancialmente a totalidade dos ativos da Companhia, o cancelamento do registro de suas ações do Novo Mercado, bem como definindo o montante e o momento oportuno da distribuição de dividendos e outras distribuições futuras.

Na conclusão da oferta, a Perenco Brazil Limited continuará a deter mais que 50% das ações ordinárias da Companhia. Enquanto continuar a deter ou controlar uma quantidade significativa de ações com direito a voto, a Perenco Brazil Limited continuará a exercer o controle. Os interesses da Perenco Brazil Limited podem diferir dos interesses dos outros acionistas da Companhia. Além disso, a Perenco Brazil Limited é, na data deste Formulário de Referência, uma companhia de capital fechado independente, sendo que os seus interesses podem diferir dos de uma companhia de capital aberto.

O acionista controlador indireto final da Companhia é um espólio.

O acionista controlador indireto final da Companhia é o espólio do Sr. Hubert Perrodo, o fundador do Grupo Perenco. Para maiores informações, veja os itens 8.1 e 15.1 deste Formulário de Referência. O Sr. Perrodo faleceu em 29 de dezembro de 2006 e a partir de então foram iniciados certos procedimentos relacionados à administração e distribuição de seus bens. Os quatro herdeiros do Sr. Perrodo são sua esposa e seus três filhos, chamados, respectivamente, Sra. Ka Yee Perrodo, Sr. Francois Perrodo, Sra Nathalie Samani (née Perrodo) e Sr Bertrand Perrodo, que tomam todas as decisões em nome do espólio. Não existe nenhum prazo específico para a conclusão da distribuição dos bens do Sr. Perrodo entre seus herdeiros no âmbito do procedimento de sucessão e, por consequência, na data deste Formulário de Referência, a participação societária que será detida por nosso futuro acionista controlador indireto final pessoa física nas empresas do Grupo Perenco é incerta, o que poderá resultar em um impacto adverso relevante em nossos negócios.

c. a seus acionistas

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Em 31 de dezembro de 2010 o valor total de capitalização das companhias listadas na BM&FBOVESPA correspondia a aproximadamente US\$1,5 trilhão, sendo que as dez maiores companhias em termos de capitalização de mercado representavam aproximadamente 46% de todo o volume de negociação das companhias listadas na BM&FBOVESPA nessa data. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender as ações da Companhia ao preço e momento desejados o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a cotação das ações ordinárias da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, o preço de ações vendidas no âmbito de uma oferta está frequentemente sujeito a volatilidade por algum tempo depois da oferta. Fatores externos ao controle da Companhia como recomendações dos analistas de mercado ou acontecimentos que afetam o seu setor e mudanças nas condições nos mercados financeiros podem ter um efeito significativo sobre o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia. Anteriormente a esta oferta, as ações da Companhia não eram negociadas em bolsa de valores. Se um mercado ativo de negociação não se desenvolver ou, se for desenvolvido, não se mantiver, a liquidez e o preço de negociação das ações da Companhia poderão ser seriamente prejudicados.

Os detentores das ações da Companhia poderão não receber dividendos.

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas de pelo menos 0,001% do lucro líquido ajustado, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos depende principalmente da apuração do lucro líquido da Companhia. Além disso, a distribuição de dividendos está sujeita à resolução do conselho de administração da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social e previsto na Lei das Sociedades por Ações. Não obstante a exigência do pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o conselho de administração da Companhia poderá decidir por não pagar dividendos aos acionistas da Companhia em determinado exercício social se julgar que tais distribuições não são compatíveis com sua situação financeira. Consequentemente, um investimento nas ações ordinárias da Companhia não garante que o investidor receberá dividendos.

O investidor sofrerá uma diluição imediata no valor contábil de seu investimento.

O preço por ação no âmbito da oferta pública de ações a ser pago pelos adquirentes de ações de emissão da Companhia nesta oferta excede o valor contábil líquido tangível por ação de seu capital social. Assim sendo, o investidor sofrerá uma redução imediata e significativa no valor contábil líquido tangível de seu investimento nas ações ordinárias da Companhia após esta oferta.

O investimento nas ações ordinárias da Companhia poderá sofrer diluição no futuro em decorrência do plano de opção de compra de ações da Companhia e/ou por captação de recursos adicionais por aumento de capital.

Os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2011 seu plano de opção de compra de ações ("Plano"). As condições específicas para outorga e exercício das opções pelos beneficiários serão estabelecidas em contratos celebrados entre a Companhia e os beneficiários. Qualquer outorga e exercício de uma opção pelos beneficiários poderia afetar o percentual de participação do investidor nas ações ordinárias da Companhia. Assim, o investimento poderá sofrer uma diluição caso haja a respectiva outorga e exercício dessas opções. Da mesma forma, caso a Companhia faça captação de recursos através de aumento de capital e o investidor não participe seu investimento poderá sofrer diluição.

Os interesses de alguns dos administradores da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações de emissão da Companhia, uma vez que sua remuneração baseia-se principalmente no plano de opção de compra de ações da Companhia.

Os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2011 um plano de opção de compra de ações, destinado aos membros da administração da Companhia, dentre outros possíveis beneficiários ("Plano"). De acordo com o Plano, os administradores, assim como os demais beneficiários, poderão receber opções para a aquisição de ações da Companhia, o que pode levá-los a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das ações da Companhia, o que, por sua vez, pode ocasionar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia. Para informações adicionais sobre o Plano, veja o item 13.4 deste Formulário de Referência.

d. a suas controladas e coligadas

Todos os fatores de risco apresentados neste item 4.1 também são aplicáveis às atividades da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., uma vez que atua no setor de exploração de produção de óleo e gás.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e. a seus fornecedores

O cronograma de desenvolvimento dos projetos de petróleo e gás natural está sujeito a atrasos e ao descumprimento do orçamento, devido à indisponibilidade ou o alto custo das plataformas de perfuração, dos equipamentos, dos suprimentos e da mão de obra e dos serviços nos campos de petróleo.

Historicamente, alguns projetos de petróleo e gás natural sofreram aumentos de custos de capital e estouro do orçamento, devido a, entre outros fatores, indisponibilidade ou alto custo das plataformas de perfuração e de outros equipamentos essenciais, dos suprimentos, do pessoal e dos serviços no campo de petróleo. O custo de construção dos projetos não está estabelecido e continua dependente de uma série de fatores, inclusive da conclusão das estimativas detalhadas de despesas e dos custos finais de contratação, engenharia e de coordenação. Não há garantia de que os cronogramas de construção e operação transcorrerão conforme planejado pela Companhia, sem atrasos ou descumprimento do orçamento. A elevação de custos dos projetos exigirá capital adicional, não havendo garantia de que este capital estará disponível no tempo necessário e a custo adequado.

O desenvolvimento dos projetos poderá ser afetado de forma adversa por um ou mais fatores geralmente associados a grandes projetos industriais, tais como:

- escassez de equipamentos, materiais e mão de obra;
- variação dos preços dos materiais de construção, em especial o aço;
- atrasos na entrega de equipamentos e materiais;
- controvérsias trabalhistas;
- acontecimentos políticos;
- bloqueios ou embargos;
- litígios;
- condições meteorológicas desfavoráveis;
- aumentos imprevistos dos custos;
- desastres naturais;
- acidentes;
- complicações de engenharia imprevistas;
- problemas ambientais ou geológicos; e
- outras circunstâncias imprevistas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos normais do setor e quaisquer desses eventos ou ocorrências imprevistas poderiam originar atrasos no desenvolvimento e na conclusão de seus projetos, bem como descumprimento de orçamento, o que poderia resultar em um efeito adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

f. a seus clientes

Não aplicável, pois a Companhia, através da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. está em fase de exploração dentro do processo de produção e, portanto, ainda não possui clientes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g. aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A Companhia está sujeita a riscos de perfuração e outros riscos operacionais, que são ampliados quando a perfuração é offshore de águas profundas.

O negócio da Companhia está sujeito a riscos inerentes ao setor, incluindo, dentre outros:

- estouros, abertura de crateras e explosões;
- problemas mecânicos e com equipamentos;
- fluxos descontrolados de óleos ou fluidos de poços;
- incêndios;
- perigos marítimos relacionados às operações *offshore*;
- formações com pressões anormais;
- poluição e outros riscos ambientais;
- desempenho insatisfatório de provedores terceirizados na perfuração de poços e no desempenho de outros serviços; e
- desastres naturais.

Esses riscos são especialmente graves nas perfurações e exploração em águas profundas. Qualquer desses eventos pode resultar em morte, danos materiais relevantes e danos ambientais, que podem comprometer as operações da Companhia e causar prejuízos consideráveis. De acordo com a prática habitual do setor, a Companhia manterá seguro contra alguns, porém não todos, esses riscos e prejuízos. A ocorrência de quaisquer desses eventos, cobertos ou não por seguros, pode ter um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

As estimativas da Companhia de recursos prospectivos de petróleo e gás natural envolvem um grau considerável de incerteza, o que poderá afetar de modo adverso a sua capacidade de gerar receita.

Estimar reservas de petróleo e gás natural é algo complexo, inerentemente impreciso e substancialmente diferente do que a estimativa de reservas comprovadas. Os recursos prospectivos são estimados mediante o uso de dados geológicos e de engenharia para determinar com um grau razoável de certeza se o petróleo ou o gás natural em potenciais acumulações é recuperável considerando as condições econômicas e operacionais existentes. Há incertezas na estimativa das quantidades de recursos prospectivos de petróleo e gás natural relativas aos preços vigentes de petróleo e gás natural aplicáveis à sua produção esperada, que poderá levar a Companhia a fazer revisões em suas atuais estimativas de recursos prospectivos. Um risco inerente aos recursos prospectivos estimados é a possibilidade de que nenhum poço seja considerado recurso prospectivo economicamente viável. Além disso, esta possibilidade de não encontrar reservas ou de encontrar reservas com baixo volume de petróleo e gás natural é intrínseca ao portfólio da Companhia. Revisões nas previsões da Companhia que indiquem uma redução em de suas estimativas de recursos prospectivos poderão ocasionar, no futuro, uma redução nos níveis das projeções previstas, o que poderia acarretar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, as analogias que a Companhia estabelece com base em dados disponíveis de outros poços, de outros prospectos mais amplamente explorados ou de campos produtivos poderão não se aplicar aos prospectos a serem perfurados. A Companhia poderá cancelar seu programa de perfuração em um prospecto exploratório se dados, estudos e resultados anteriores indicarem que não há viabilidade comercial, não compensando investimentos adicionais. Caso a Companhia cancele a perfuração, tal fato poderá levar a níveis de produção mais baixos e causar um efeito adverso sobre seus resultados operacionais e sua situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Há riscos inerentes à exploração e produção de petróleo e gás natural.

O sucesso futuro da Companhia dependerá do êxito de suas atividades de exploração e produção e da existência futura da infraestrutura que a permita aproveitar suas descobertas. As atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural estão sujeitas a numerosos riscos externos ao controle da Companhia, inclusive o risco de que a perfuração não resulte em uma produção de petróleo ou de gás natural viável do ponto de vista comercial. Blocos exploratórios localizados em águas profundas aumentam os riscos e desafios técnicos nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. As decisões da Companhia, de comprar, pesquisar, desenvolver ou de outra forma explorar potenciais campos ou propriedades dependerão, em parte, de análises geofísicas e geológicas, da avaliação de dados sísmicos obtidos por meio de análises geofísicas e geológicas, de dados de produção e de estudos de engenharia, cujos resultados são, frequentemente, inconclusivos ou passíveis de interpretações variadas.

Além disso, a negociabilidade da produção de petróleo e gás natural prevista nos projetos da Companhia será afetada por numerosos fatores externos ao seu controle. Dentre esses fatores, mas sem se limitar aos mesmos, estão as variações nos preços do mercado, a proximidade e capacidade dos oleodutos e gasodutos, a disponibilidade de instalações de processamento e refinamento, a disponibilidade de equipamentos e a regulamentação governamental (inclusive, sem limitação, a regulação de preços, impostos, *royalties*, produção permitida, importação e exportação de petróleo e de gás natural e proteção ambiental). O efeito desses fatores, individual ou coletivamente considerados, não poderá ser previsto com exatidão, mas poderá resultar em um não retorno inferior ao capital investido.

No caso do Brasil, o setor de petróleo e gás natural ainda está em desenvolvimento e poderia ser exposto de forma desproporcional aos impactos de atrasos na produção ou fechamentos causados por interrupções, restrições de estoque e de capacidade na rede de transporte do petróleo e do gás natural produzidos. A ausência de meios satisfatórios de transporte pode tornar difícil o acesso ao mercado de petróleo e gás natural e atrasar a produção, estando pendente a implementação de tais meios de transporte.

Mesmo que projetos se desenvolvam e se tornem operacionais, não há garantia de que os mesmos venham a produzir petróleo e gás natural nas quantidades ou pelos custos previstos, ou que seus projetos não tenham a produção interrompida, total ou parcialmente, em determinadas circunstâncias. Projetos podem se tornar dispendiosos em decorrência de uma elevação dos custos operacionais para produzir petróleo e gás natural. Os custos operacionais reais poderão diferir, substancialmente, daqueles estimados. Além disso, é possível que outras adversidades, tais como intensificação do rigor das leis, da regulação ambiental e de segurança e nas políticas visando o cumprimento das mesmas, e das demandas por danos à propriedade ou às pessoas em consequência das operações dos nossos projetos venham acarretar custos e responsabilidades consideráveis, atrasos, incapacidade de concluir os projetos ou seu abandono, o que poderá resultar em um efeito adverso relevante nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia.

O setor de petróleo e gás natural, inclusive a aquisição de áreas para fins de exploração, é altamente competitivo.

Os setores brasileiro e internacional de petróleo e gás natural são altamente competitivos em todos os aspectos, inclusive na pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de suprimento, na aquisição de direitos de concessão sobre blocos exploratórios e na distribuição e comercialização de derivados de petróleo. A Companhia atua em um ambiente altamente competitivo no que se refere à aquisição de áreas para fins exploratórios e à contratação e manutenção de pessoal treinado. A capacidade da Companhia de adquirir campos potenciais adicionais e de descobrir e desenvolver reservas no futuro dependerá de sua capacidade de avaliar e selecionar áreas adequadas e de consumir transações em um ambiente altamente competitivo. Há também intensa competição por capital disponível para investimento no setor de petróleo e gás natural. Em decorrência desses e de outros fatores, talvez a Companhia não consiga competir com sucesso em um setor altamente competitivo, o que poderá acarretar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Participantes do setor de petróleo e gás natural estão sujeitos a leis e regulamentações complexas que podem afetar o custo, a forma ou a viabilidade de realização do negócio da Companhia.

As atividades de exploração e produção no setor de petróleo e gás natural estão sujeitas a diversas leis e regulamentações federais, estaduais, municipais e internacionais. A Companhia pode ser obrigada a realizar grandes gastos para cumprir regulamentações governamentais, especialmente no que se refere aos seguintes assuntos:

- licenças, aprovações e permissões para operações de perfuração, desenvolvimento, produção, transporte e estocagem;
- relatórios de operações;
- espaçamento dos poços;
- unitização de acumulações de petróleo e gás natural;
- tributação; e
- regras de caráter local.

Segundo estas leis e regulamentações, a Companhia poderá ser responsabilizada por lesões pessoais, danos à propriedade e outros danos na ocorrência de tais circunstâncias. O não cumprimento dessas leis e regulamentações poderá levar também a suspensão ou o cancelamento das suas operações, sujeitando-a a penalidades administrativas, civis e penais. Ademais, essas leis e regulamentações podem sofrer modificações, não havendo garantia de que tais alterações não elevarão os custos de forma significativa. Quaisquer responsabilidades, penalidades, suspensões, cancelamentos ou alterações regulatórias poderiam acarretar um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia e em seus resultados operacionais.

Uma redução considerável ou prolongada dos preços do petróleo e do gás natural poderá impactar a Companhia de modo adverso.

O preço que a Companhia receberá por sua produção de petróleo e gás natural impactará expressivamente a sua receita, lucratividade, acesso ao capital e a taxa de crescimento futuro. Historicamente, os mercados de petróleo e gás natural têm se demonstrado voláteis e, provavelmente, permanecerão voláteis no futuro. Os preços que a Companhia receberá por sua produção e os níveis da sua produção dependem de numerosos fatores externos ao seu controle. Estes fatores incluem, sem limitação, os seguintes:

- alterações na oferta e na demanda global de petróleo e gás natural;
- ações praticadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (“OPEP”);
- condições econômicas mundiais;
- condições políticas e econômicas, inclusive embargos, em países produtores de petróleo ou que afetem outros países;
- atividades de produção de petróleo, especialmente no Oriente Médio, África, Rússia e na América do Sul;
- o nível da atividade mundial de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- o nível dos estoques mundiais de petróleo e de gás natural;
- condições meteorológicas e outros desastres naturais;
- avanços tecnológicos que afetem o consumo de energia;
- regulamentações governamentais nacionais e estrangeiras;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- proximidade e capacidade dos oleodutos e gasodutos e de outras instalações de transporte;
- o preço e a disponibilidade das ofertas de petróleo e gás natural dos concorrentes em áreas de mercado cativas; e
- o preço e a disponibilidade de combustíveis alternativos.

A Companhia não poderá prognosticar os preços futuros. Preços mais baixos do petróleo e do gás natural poderão não apenas reduzir suas receitas por unidade, mas também o volume de petróleo e de gás natural que a Companhia poderá produzir de forma economicamente viáveis. Uma redução expressiva ou prolongada dos preços do petróleo e do gás natural poderá nos afetar de modo significativo e adverso.

h. à regulação dos setores que em a Companhia atue

Na qualidade de concessionária, a Companhia não é proprietária de nenhuma reserva de petróleo e gás natural no Brasil.

De acordo com a legislação brasileira, a República Federativa do Brasil é a proprietária de todas as reservas de petróleo e gás natural no Brasil, e o concessionário é proprietário do petróleo e do gás natural que produzir segundo contratos de concessão com a ANP. A Companhia e os seus parceiros têm o direito de explorar suas futuras reservas por um número determinado de anos, nos termos dos contratos de concessão, que podem ser prorrogados em determinadas circunstâncias, sujeito à aprovação da ANP. Caso entidades reguladoras e órgãos governamentais imponham restrições ou impeçam a Companhia de explorar e desenvolver futuras reservas de petróleo e gás natural, a sua capacidade de gerar receitas pode ser negativamente afetada, o que terá um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

As concessões da Companhia estão sujeitas a cancelamento ou não renovação em determinadas circunstâncias.

Nos termos dos contratos de concessão firmados com a ANP, a Companhia e seus parceiros estão autorizados a explorar e desenvolver reservas de petróleo e gás natural de forma independente ou em consórcio com outras empresas habilitadas pela ANP, por um determinado período. Estas concessões podem ser prorrogadas em relação a determinados campos por períodos adicionais, desde que cumpridas certas condições, a critério da ANP. Não há garantias de que a ANP prorrogará os contratos de concessão. Operações de exploração e desenvolvimento devem ser realizadas em conformidade com os termos dos contratos de concessão, e o não cumprimento desses termos pode levar a multas, penalidades ou ao término antecipado pela ANP em certos casos, como o não cumprimento dos compromissos de caráter local. O término antecipado de uma concessão pode também ocorrer em circunstâncias como expropriação pelo governo por razões de interesse público.

No caso de término antecipado de um contrato de concessão, dependendo dos termos do contrato e da legislação brasileira, a Companhia pode não ter direito a qualquer indenização e mesmo sofrer imposição de multas e/ou outras penalidades. Dessa forma, o término antecipado ou a impossibilidade da Companhia de assegurar a prorrogação de um contrato de concessão, por qualquer motivo, poderá ter um efeito adverso relevante sobre os seus negócios.

Ademais, nos termos de cada contrato de concessão, caso a Companhia deixe de cumprir compromissos técnicos ou financeiros até determinadas datas, ela poderá ser forçada a devolver à ANP os respectivos blocos exploratórios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Para informações detalhadas sobre os contratos de concessão da Companhia vide itens 7.5 (c) e 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

A ANP pode não realizar futuras rodadas de licitação para aquisição de direitos de exploração e produção.

A ANP pode oferecer concessões de blocos exploratórios em determinadas bacias em futuras rodadas de licitação. Contudo, uma vez que os leilões para novas concessões são promovidos ao exclusivo critério do Governo Federal, tais licitações podem nunca vir a ocorrer ou podem não incluir localidades de interesse para a Companhia. Isso pode acarretar efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Ademais, as licitações estão sujeitas a risco de interrupção ou alteração dos blocos exploratórios oferecidos para concessão.

i. aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, pois a Companhia não atua em outros países além do Brasil.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia tem como prática a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultados, incluindo eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente o desenvolvimento de suas atividades ou das atividades de sua controlada. Na presente data, a Companhia não tem nenhuma expectativa de aumento e/ou redução em qualquer dos riscos mencionados na seção 4.1 acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. não figuram como parte em quaisquer processos judiciais.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. não são partes em processos de qualquer natureza cujas partes contrárias sejam seus administradores, ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou seus acionistas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia e sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. sejam partes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia e para sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

4.7 - Outras contingências relevantes

O Ministério Público Federal propôs ação civil pública em face da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em trâmite perante a Vara Federal de Eunápolis (Vara Única), para impedir qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos, inclusive a fase sísmica, bem como a licitação de novos blocos e perfuração de novos poços, em um raio de 50 km em torno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e adjacências. Houve sentença em primeira instância dando provimento ao pedido do Ministério Público Federal, cujos efeitos se encontram atualmente suspensos em razão de decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Embora não seja parte do processo, a Companhia tem interesse no feito na medida em que parte dos Blocos ES-M-416 e ES-M-418 está localizada dentro da área abrangida pela sentença de primeira instância, bem como pelo fato de que outras companhias operam e produzem óleo em blocos exploratórios em regiões próximas. A Petrobras, ANP, IBAMA e ICMBio opuseram embargos de declaração à sentença de 1ª instância, pelos quais solicitaram esclarecimento, entre outros, sobre os blocos atingidos pela sentença em questão. Os embargos de declaração foram rejeitados pelo juiz de 1ª instância. Em razão da decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal, na data deste Formulário de Referência, a ação judicial não tem impacto em relação aos blocos ES-M-416 e ES-M-418 e respectivos processos de licenciamento ambiental para perfuração de poços, conforme nosso cronograma de exploração para a área. O quadro a seguir sintetiza as principais informações acerca desse processo:

Processo nº 2006.33.10.003529-0 (Ação Civil Pública)	
a. Juízo	Vara Federal de Eunápolis.
b. Instância	1ª Instância.
c. Data de ajuizamento	12 de agosto de 2003.
d. Partes do processo	Ministério Público Federal (Autor) e Agência Nacional do Petróleo – ANP (Réu).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	(1) Proibição de qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos, incluindo a fase sísmica e (2) proibição de licitação de novos blocos exploratórios em raio de 50 km em torno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e adjacências.
f. Principais fatos	<p>Em 4 de março de 2010, foi proferida sentença em favor do MPF, provendo seu pedido principal e obrigando a ANP a (1) excluir das ofertas em licitação os blocos exploratórios que estejam em um raio de 50 km em torno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e adjacências e (2) não autorizar a abertura de novos poços na região. Ainda, a decisão declarou nulas as citações e concessões (ou parte delas) dos blocos localizados na área de exclusão proposta.</p> <p>Em abril de 2010, a ANP e a Petrobras, essa última na qualidade de litisconsorte necessária, opuseram embargos de declaração em face da sentença. Da mesma forma, foram opostos embargos de declaração pelo IBAMA, na qualidade de assistente do MPF, e ICMBio, na qualidade de terceiro interessado. Os embargos de declaração foram rejeitados pelo juiz em 14 de fevereiro de 2011.</p> <p>Em 16 de dezembro de 2010, o Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região suspendeu os efeitos da decisão de primeira instância.</p>
g. Chance de perda	Não aplicável, pois não somos parte neste processo.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Inviabilidade do exercício de atividades de E&P nos blocos ES-M 416 e ES-M 418.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a Companhia tem sede no Brasil e suas ações são custodiadas neste País.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O Governo Federal tem historicamente exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras têm um impacto direto nos negócios da Companhia e poderão ter um efeito material adverso em seus resultados operacionais e condição financeira.

As políticas econômicas do Governo Federal podem ter efeitos importantes em companhias brasileiras, incluindo a Companhia, nas condições de mercado e nos preços dos valores mobiliários brasileiros. Os negócios da Companhia, condição financeira, e resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelos, entre outros, seguintes fatores, bem como pela resposta do Governo Federal a esses fatores: desvalorização e outras flutuações na taxa de câmbio; inflação; políticas de controle cambial; instabilidade social; taxas de juros; liquidez do capital doméstico e dos mercados financeiros; política tributária; política regulatória para a indústria de óleo e gás, incluindo políticas de precificação; e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

Além disso, a recente descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural nas camadas do pré-sal levaram a mudanças substanciais na regulação de atividades de exploração e produção, tais como: (i) a Lei n.º 12.276, que autorizou o Governo Federal a conceder à Petrobras direitos de exploração e produção em área pré-determinada, garantindo retorno de no máximo 5 bilhões de barris de petróleo, que serão pagos pela Petrobras sob a forma de emissão de ações; (ii) a Lei n.º 12.304, que autorizou a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), que será responsável pela gestão dos contratos de partilha e de produção, bem como os contratos de venda, pelo Governo Federal, de petróleo, gás natural e outros fluidos hidrocarbonetos; e (iii) a Lei n.º 12.351, que introduziu o modelo de partilha de exploração e produção de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas pré-definidas, segundo a qual os blocos serão oferecidos exclusivamente para a Petrobras, ou oferecidos por meio de licitação. Considerando que tais mudanças na regulação do setor de petróleo e gás no Brasil são recentes, não podemos estimar o impacto que essas mudanças terão sobre os negócios da Companhia.

As incertezas sobre quando o Governo Federal irá implementar outras mudanças na política ou regulamentações que possam afetar quaisquer dos fatores mencionados acima ou outros fatores no futuro podem levar a incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e nos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A Companhia não pode prever quais futuras políticas fiscais, monetárias, de seguridade social, entre outras, serão adotadas pelo atual ou futuro Governo Federal brasileiro. A transição política e econômica no País com a posse em 2011, do novo governo eleito em outubro de 2010, pode ocasionar consequências adversas para a economia brasileira ou para os negócios da Companhia, resultados operacionais ou condição financeira. Tais mudanças políticas e regulatórias podem ter um efeito material adverso nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir significativamente para uma incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, afetando, conseqüentemente, de forma adversa o valor de mercado das ações e a condição financeira da Companhia.

O Brasil experimentou no passado, periodicamente, índices de inflação extremamente elevados. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no sentido de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira. Historicamente, as taxas anuais de inflação registradas no Brasil antes de 1995 foram extremamente elevadas, incluindo períodos de hiperinflação. A taxa anual de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, foi de 4,46% em 2007, 5,9% em 2008, 4,31% em 2009 e 5,91% em 2010. Para 2011, o Conselho Monetário Nacional fixou o valor central da meta da inflação em 4,5% a.a. sujeita a variações de até 2 pontos percentuais negativos ou positivos. Considerando historicamente as altas taxas de inflação, o Brasil pode sofrer com elevados índices de inflação no futuro. As baixas taxas de inflação experimentadas desde 1995 podem não continuar. Ações governamentais futuras, incluindo ações para ajustar o valor do Real, podem causar novo aumento da inflação, o que pode afetar adversamente a condição financeira da Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A instabilidade cambial pode afetar adversamente a condição financeira e resultados operacionais da Companhia, bem como o valor de mercado de suas ações ordinárias.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes ao longo de quatro décadas em relação ao Dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e políticas cambiais, incluindo variações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve significativas flutuações na taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o Dólar norte-americano e outras moedas. Por exemplo, o Real valorizou-se perante o Dólar norte-americano em 14,6%, 9,4% e 20,0% em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, como resultado da crise econômica mundial, o Real desvalorizou-se perante o Dólar norte-americano em 23,1%, fechando em 31 de dezembro de 2008 no patamar de R\$2,3145 por US\$1,00. Em 2009, o Real valorizou-se 32,7% perante o Dólar norte-americano, fechando em 31 de dezembro no patamar de R\$1,7445 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar norte-americano era de R\$1,66 por US\$1,00. Não podemos assegurar quando o Real se valorizará ou desvalorizará perante o Dólar norte-americano no futuro.

A desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano poderá: (i) criar uma pressão inflacionária adicional no Brasil levando ao aumento da taxa de juros, o que poderia afetar negativamente a economia brasileira como um todo; (ii) dificultar o acesso ao mercado financeiro internacional pela Companhia; e (iii) levar a uma intervenção do Governo Federal, inclusive políticas de recessão econômica. Da mesma forma, a valorização do Real frente ao Dólar norte-americano poderá: (i) levar a uma deterioração na conta corrente brasileira e na balança de pagamentos; e (ii) obstruir o aumento das exportações. Especificamente em relação às atividades da Companhia, essas estão sujeitas a um risco cambial relacionado aos empréstimos vinculados em moeda estrangeira, à provisão para abandono e aos custos de exploração. Ademais, na medida em que a Companhia expandir suas atividades de produção e venda de hidrocarbonetos, ela estará exposta ao risco da variação do preço do petróleo, que é afetado pela cotação do Dólar norte-americano. Qualquer das suposições acima poderá ter um efeito material adverso nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e no preço de mercado das ações ordinárias da Companhia.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos países emergentes e nos Estados Unidos da América, poderá afetar negativamente a economia brasileira e nossos negócios.

No passado, acontecimentos adversos nas condições econômicas de mercados emergentes resultaram em fluxo significativo de recursos dos mercados do Brasil para fora do país e diminuição na quantidade de capital estrangeiro investido no Brasil. A crise financeira no terceiro trimestre de 2008 deu origem à recessão global. As alterações nos preços das ações ordinárias das empresas públicas, falta de crédito disponível, reduções nos gastos, o abrandamento geral da economia global, a instabilidade cambial e pressões inflacionárias podem afetar, direta ou indiretamente, a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelos mercados internacionais e as condições econômicas em geral, especialmente as condições econômicas nos Estados Unidos da América. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, têm sido historicamente sensíveis às flutuações das taxas de juros dos EUA e ao comportamento das principais bolsas de valores dos EUA. Um aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos da América, podem reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas cambiais, taxas de juros e preços de óleo e gás, podendo representar um efeito adverso no valor de seus ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e ganhos futuros. Além disto, a Companhia está exposta ao risco de contrapartes, isto é, o risco de não recebimento de aplicações em ativos financeiros de curto prazo (Certificados de Depósito Bancário – CDBs, e operações compromissadas junto à instituições financeiras).

Tendo em vista que a controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. se encontra em fase de exploração que, portanto não gera receita, a Companhia entende que, atualmente, não há necessidade de buscar proteção especial para nenhum tipo de risco.

b. estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não adota, atualmente, estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

No futuro, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos, para gerenciar riscos relacionados às alterações nas taxas de câmbio e juros.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O gerenciamento dos riscos mencionados acima é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia versus as vigentes de mercado.

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos ainda está em fase de implementação. Atualmente a diretoria financeira, juntamente com a área jurídica, analisa os riscos periodicamente, informando à administração da Companhia.

Assim, a Companhia gerencia seus riscos de maneira contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução de suas atividades estão em linha com estratégias estabelecidas por sua administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os riscos são monitorados de forma contínua pela nossa administração, conforme indicado acima. A Companhia estima que implementará uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e controles internos para verificação da efetividade da política de gestão de riscos no decorrer de 2011.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

A Companhia tem como prática o gerenciamento contínuo dos riscos aos quais está exposta e que possa afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não indicava alterações significativas nos principais riscos de mercado, em relação ao último exercício social.

5.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes para a Companhia.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	13/09/2010
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

O Grupo Perenco iniciou suas atividades no Brasil através da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., constituída em 3 de janeiro de 2008, que tinha como objeto social a exploração, o desenvolvimento, a produção e a comercialização de óleo, gás natural e biocombustíveis, assim como a participação em outras sociedades ou consórcios. O capital social inicial da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. era R\$22.000.000,00.

Em 26 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. recebeu um aporte de capital de R\$4.965.796,73 de sua controladora à época, a Perenco S.A., sociedade constituída nas Bahamas, de forma que seu capital social passou a ser R\$26.965.796,73.

Em seguida, em 13 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e OGX Petróleo e Gás Ltda. celebraram cinco Contratos de Consórcio, referentes aos blocos exploratórios adquiridos conjuntamente, a fim de estabelecer os termos e condições associados à participação de cada uma das partes nos direitos exploratórios nas concessões.

Em 12 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., em conjunto com a OGX Petróleo e Gás Ltda., obteve a adjudicação de concessão de cinco blocos exploratórios na bacia do Espírito Santo como resultado da licitação na nona rodada da ANP.

Em 11 de abril de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. recebeu um aporte de capital de R\$22.000.000,00, de forma que seu capital social passou a ser R\$48.965.796,73. Do total do capital, R\$44,4 milhões foram utilizados para o pagamento do bônus das cinco concessões da Bacia do Espírito Santo.

Em 1º de março de 2011, os quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. aprovaram um aumento de capital no valor de R\$20.376.500,00. A totalidade deste aumento de capital foi subscrita pela Perenco S.A. (Bahamas), passando o capital social da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ser de R\$69.342.297,00.

Ainda em 1º de março de 2011, como resultado de uma reorganização societária em preparação para a abertura de capital das suas operações no Brasil, o Grupo Perenco decidiu adquirir a Companhia, anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e que fora constituída em 13 de setembro de 2010. Como parte dessa reorganização societária, entre outras providências, em 1º de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a alteração da denominação social da Companhia para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) o aumento do capital social da Companhia de R\$500,00 para R\$69,342,296, totalmente subscrito pela Perenco Brazil Limited, uma companhia controlada integralmente pela Perenco S.A., com o intuito de viabilizar a aquisição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

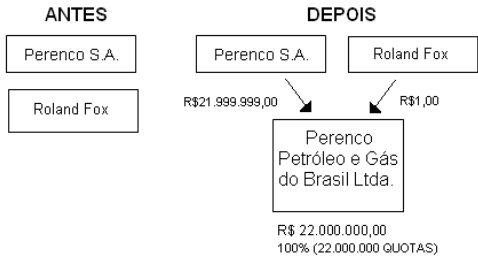
Em 1º de março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a Perenco S.A., constituída em Bahamas, pelo qual passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., tornando-se então sua quotista controladora.

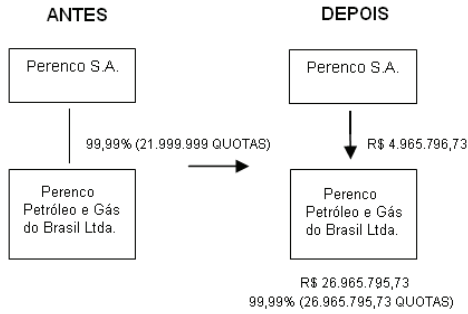
Em 31 de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária a absorção de parte dos prejuízos acumulados pela Companhia, apurados no balanço intermediário levantado em 1º de março de 2011, no valor de R\$56.920.271,32, e sua compensação contra a conta de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). A absorção desses prejuízos acumulados acarretou na redução do capital social da Companhia no valor de R\$56.920.271,32, passando o capital social de R\$69.342.296,00 para R\$12.422.024,68.

Em 13 de junho de 2011, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu 99 ações ordinárias de sua titularidade para cada um dos cinco membros do conselho de administração da Companhia, totalizando uma transferência de 495 ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.341.796 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de junho de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária o grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão 100:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 693.422 ações ordinárias.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Constituição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., controlada da Companhia.
Principais condições do negócio	A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. foi constituída em 3 de janeiro de 2008 tendo como objeto social a exploração, o desenvolvimento, a produção e a comercialização de petróleo, gás natural e biocombustíveis, assim como a participação em outras sociedades ou consórcios. O capital social inicial da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. era R\$22.000.000,00.
Sociedades envolvidas	Perenco S.A. (Bahamas) e Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alterações.
Quadro acionário antes e depois da operação	 <p>ANTES</p> <p>Perenco S.A. Roland Fox</p> <p>DEPOIS</p> <p>Perenco S.A. (R\$21.999.999,00) e Roland Fox (R\$1,00) contribuem para a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. (R\$22.000.000,00 / 100% (22.000.000 QUOTAS)).</p>

Evento	Aumento de capital da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., controlada da Companhia.
Principais condições do negócio	Em 26 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. recebeu um aporte de capital de R\$4.965.796,73 de sua controladora à época, a Perenco S.A., sociedade constituída nas Bahamas, de forma que seu capital social passou a ser R\$26.965.796,73.
Sociedades envolvidas	Perenco S.A. (Bahamas) e Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alterações.
Quadro acionário antes e depois da operação	 <p>ANTES</p> <p>Perenco S.A. (99,99% (21.999.999 QUOTAS)) possui a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</p> <p>DEPOIS</p> <p>Perenco S.A. contribui com R\$4.965.796,73 para a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. (R\$26.965.796,73 / 99,99% (26.965.795,73 QUOTAS)).</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aumento de capital da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., controlada da Companhia.
Principais condições do negócio	Em 11 de abril de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. recebeu um aporte de capital de R\$22.000.000,00, de forma que seu capital social passou a ser R\$48.965.796,73. Do total do capital, R\$44,4 milhões foram utilizados para o pagamento do bônus das cinco concessões da Bacia do Espírito Santo.
Sociedades envolvidas	Perenco S.A. (Bahamas) e Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alterações.
Quadro acionário antes e depois da operação	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>ANTES</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 80px; margin: 0 auto;">Perenco S.A.</div> <div style="margin: 5px 0;">↓ 99,99% (26.965.795,73 QUOTAS)</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 120px; margin: 0 auto;">Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</div> </div> <div style="text-align: center;"> <p>DEPOIS</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 80px; margin: 0 auto;">Perenco S.A.</div> <div style="margin: 5px 0;">↓ R\$ 22.000.000,00</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 120px; margin: 0 auto;">Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</div> <div style="margin: 5px 0;">R\$ 48.965.795,73 99,99% (48.965.795,73 QUOTAS)</div> </div> </div> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;">→</p>

Evento	Capitalização de empréstimos com partes relacionadas.
Principais condições do negócio	Em 1º de março de 2011, os quotista da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. aprovaram um aumento de capital no valor de R\$20.376.500,00, passando seu capital social ser R\$69.342.297,00.
Sociedades envolvidas	Perenco S.A. (Bahamas) e Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alterações.
Quadro acionário antes e depois da operação	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>ANTES</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 100px; margin: 0 auto;">Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</div> <div style="margin: 5px 0;">R\$48.695.796,73 99,99% (48.965.796 quotas)</div> </div> <div style="text-align: center;"> <p>DEPOIS</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 100px; margin: 0 auto;">Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</div> <div style="margin: 5px 0;">R\$69.342.297,00 99,99% (69.342.297 quotas)</div> </div> </div> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;">→</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Reestruturação societária.
Principais condições do negócio	<p>Em 1º de março de 2011, como resultado de uma reorganização societária em preparação para a abertura de capital das suas operações no Brasil, o Grupo Perenco decidiu adquirir a Companhia, anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e que fora constituída em 13 de setembro de 2010. Como parte dessa reorganização societária, entre outras providências, em 1º de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a alteração da denominação social da Companhia para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) o aumento do capital social da Companhia de R\$500,00 para R\$69,342,296 para viabilizar a aquisição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</p> <p>Em 1º de março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a Perenco S.A., constituída em Bahamas, pelo qual passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., tornando-se então sua acionista controladora.</p>
Sociedades envolvidas	Perenco Brazil Limited, Companhia e Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Após a reestruturação societária, a Perenco Brazil Limited, companhia integralmente controlada pela Perenco S.A., passou a deter 99,99% das ações da Companhia. A Perenco S.A. (Bahamas) deixou de ser quotista da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e a Companhia passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Quadro acionário antes e depois da operação	<p>ANTES</p> <p>Perenco S.A.</p> <p>99,99% (69.342.296 quotas)</p> <p>Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</p> <p>DEPOIS</p> <p>Perenco S.A.</p> <p>Perenco Brazil Limited</p> <p>R\$69.342.296,00 (99,99% das ações)</p> <p>Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.</p> <p>Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</p> <p>R\$69.342.297,00 (99,99% das quotas)</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Redução de capital social.
Principais condições do negócio	Em 31 de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária a absorção de parte dos prejuízos acumulados pela Companhia, apurados no balanço intermediário levantado em 1º de março de 2011, no valor de R\$56.920.271,32, e sua compensação contra a conta de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). A absorção desses prejuízos acumulados acarretou na redução do capital social da Companhia no valor de R\$56.920.271,32, passando o capital social de R\$69.342.296,00 para R\$12.422.024,68.
Sociedades envolvidas	Perenco Brazil Limited e Companhia.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alterações.
Quadro acionário antes e depois da operação	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>ANTES</p> <pre> graph TD A[Perenco Brazil Limited] -- "R\$69.342.296,00 99,99% (69.342.295 ações)" --> B[Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.] </pre> </div> <div style="text-align: center;"> <p>DEPOIS</p> <pre> graph TD C[Perenco Brazil Limited] -- "R\$12.422.024,68 99,99% (69.342.295 ações)" --> D[Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.] </pre> </div> </div>

Evento	Grupamento de ações ordinárias.
Principais condições do negócio	<p>Em 28 de abril de 2011, os acionistas da Companhia reunidos em assembleia geral extraordinária elegeram os cinco membros do conselho de administração da Companhia. Neste contexto, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu uma ação ordinária de sua titularidade para cada um dos membros do conselho de administração da Companhia, com exceção do Sr. Roland Fox, totalizando uma transferência de quatro ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.342.291 ações ordinárias de emissão da Companhia.</p> <p>Em 13 de junho de 2011, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu 99 ações ordinárias de sua titularidade para cada um dos cinco membros do conselho de administração da Companhia, totalizando uma transferência de 495 ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.341.796 ações ordinárias de emissão da Companhia.</p> <p>Em 14 de junho de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária o grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão 100:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 693.422 ações ordinárias.</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Sociedades envolvidas	Companhia.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A Perenco Brazil Limited passou a deter 693.417 ações ordinárias da Companhia.
Quadro acionário antes e depois da operação	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>ANTES</p> <pre> graph TD A[Perenco Brazil Limited] -- "R\$12.422.024,68 99,99% (69.342.291 ações)" --> B[Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.] </pre> </div> <div style="text-align: center;"> <p>DEPOIS</p> <pre> graph TD A[Perenco Brazil Limited] -- "R\$12.422.024,68 99,99% (693.417 ações)" --> B[Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.] C[Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.] --> D[Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.] </pre> </div> </div>

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a esta Seção 6 foram devidamente expostas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Companhia

A Companhia é uma companhia brasileira independente de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural e qualificada pela ANP para atuar em águas profundas e ultraprofundas (classificação como Operador A) na nona rodada de licitação.

A atual carteira da Companhia, através de sua controlada, compõe-se de cinco blocos exploratórios *offshore* de águas profundas, localizados na bacia *offshore* brasileira do Espírito Santo, que a Companhia acredita serem de grande potencial, com uma área total de 3.623,08 km² (895.279 acres). A área agregada dos cinco blocos exploratórios da Companhia é equivalente em tamanho a aproximadamente 155 blocos *offshore* de águas profundas do Golfo do México e 20 blocos de águas rasas no Brasil. Os blocos exploratórios da Companhia contêm prospectos com recursos potenciais líquidos não riscados médios de petróleo estimados em 2,162 bilhões de *bbl* e recursos potenciais líquidos riscados médios de petróleo estimados em 645 milhões de *bbl*, de acordo com a D&M. Esses blocos foram obtidos pela Perenco S.A. (Bahamas) na nona rodada de licitação promovida pela ANP, de cada um dos quais a controlada da Companhia opera e detém participação de 50%, em parceria com a OGX Petróleo e Gás Ltda. ("OGX"), que detém os 50% remanescentes de participação em cada bloco.

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., controlada da Companhia, realizou campanhas sísmicas 2D e 3D abrangentes, consistindo na aquisição de 1.831 km de dados sísmicos 2D em 2008, 1.900 km² de dados sísmicos 3D em 2009 e 1.350 km² de dados sísmicos 3D em 2010. Baseados na análise desses dados, a Companhia acredita que seus blocos exploratórios possuem potencial suficiente para desenvolver significativamente seus negócios no curto prazo, oferecendo uma quantidade de prospectos em fase adiantada de avaliação (pronto para perfurar), que são vizinhos e geologicamente análogos aos campos onde já existe produção, tais como o campo de petróleo leve de Golfinho, operado pela Petrobras. A Companhia acredita, ademais, que seus blocos exploratórios proporcionam uma sólida plataforma de crescimento no médio e no longo prazo, incluindo potencial significativo de reservas no sub-sal.

A Companhia opera exclusivamente no Brasil, e pretende continuar investindo em seus programas de exploração, envolvendo a perfuração de dois poços pioneiros em águas profundas neste ano, e buscando oportunidades de crescimento por meio de participação nas futuras rodadas de licitação da ANP, além de consórcios, acordos de aquisições seletivas e de *farm-in*, em novas oportunidades tanto *onshore* e *offshore*. a Companhia buscará essas alternativas mediante investimentos realizados de forma disciplinada, valendo-se de sua qualificação prévia como operadora em águas profundas e dos exaustivos trabalhos técnicos preparatórios realizados até o momento em seus blocos exploratórios.

Atualmente, a Companhia é uma controlada indireta da Perenco S.A. (Bahamas) e o veículo exclusivo pelo qual o Grupo Perenco participará de atividades de exploração e produção no Brasil. O Grupo Perenco é um grupo econômico de capital fechado e independente que atua na exploração e produção de petróleo, com portfólio diversificado de mais de 160 ativos de E&P localizados em 16 países em cinco continentes. O Grupo Perenco atua nesse setor há mais de 25 anos, tendo crescido a ponto de se tornar um importante grupo internacional independente em termos de reservas 2P e de produção. Em 2010, o Grupo Perenco produziu em média 253.000 *boepd* (brutos) como operador e 176.500 *boepd* (líquidos). Em 31 de dezembro de 2010, as reservas líquidas 2P auditadas do Grupo Perenco eram de aproximadamente 913 milhões de *boe*, de acordo com a Netherland, Sewell and Associates, Inc.

A administração e equipe técnica da Companhia no Brasil possuem grande experiência e um profundo conhecimento do setor de E&P no Brasil e no Exterior, sendo altamente qualificadas e de sólida reputação. Tratam-se de profissionais experientes no setor brasileiro de petróleo e gás, que ocuparam posições-chave no Grupo Perenco, na Petrobras e em outras empresas multinacionais de sucesso na atuação em E&P no Brasil e no exterior.

A Companhia contratou a DeGolyer & MacNaughton, consultora líder em certificação de reservas do setor de petróleo e gás natural, para a elaboração de Estudo de Viabilidade sobre seus blocos exploratórios. Baseado em informações contidas nesse Estudo de Viabilidade, os blocos exploratórios da Companhia podem potencialmente compreender recursos potenciais líquidos não riscados médios de petróleo estimados em 2,162 bilhões de *bbl*, e recursos potenciais líquidos riscados médios de petróleo estimados em 645 milhões de *bbl*. Com base nas características geológicas dos prospectos identificados em seus blocos exploratórios, a Companhia acredita, que os recursos potenciais, caso descobertos, consistem principalmente em petróleo, e não em gás natural, conclusão confirmada pelo Estudo de Viabilidade.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo apresenta prospectos e recursos potenciais estimados de nossos blocos exploratórios em 31 de dezembro de 2010, com base nas informações constantes no Estudo de Viabilidade elaborado pela DeGolyer & MacNaughton.

Bloco Exploratório	Área Bruta (km ²)	Participação da Perenco Brasil Ltda. ⁽¹⁾	Prospectos Identificados	Estimativas de Recursos Potenciais Líquidos Riscados Médios ⁽³⁾
				(milhões de bbl)
ES-M-416.....	725,73	50	3	133,4
ES-M-418.....	725,73	50	1	116,6
ES-M-472.....	724,62	50	3	320,7
ES-M-529.....	723,50	50	3	74,0
ES-M-531.....	723,50	50	-- ⁽²⁾	-- ⁽²⁾
Total	3.623,08	N/A	10	644,7

⁽¹⁾ Todos os blocos exploratórios são operados pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

⁽²⁾ Nenhum identificado até o momento; trabalhos exploratórios no bloco ainda estão em curso.

⁽³⁾ Estimativa da Companhia, baseada no Estudo de Viabilidade, calculada pela multiplicação da estimativa dos recursos potenciais líquidos médios de cada prospecto exploratório pela chance estimada de sucesso geológico, ou P_g, e, posteriormente, pela soma dos resultados obtidos em cada prospecto exploratório.

Controlada

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é uma sociedade limitada controlada pela Companhia, constituída em 3 de janeiro de 2008. Suas atividades abrangem, sujeitas à obtenção de licenças, autorizações e aprovações regulatórias, a (i) exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) importação, exportação, comercialização, distribuição, transporte e armazenamento de petróleo e gás natural, bem como de produtos derivados de petróleo; (iii) contratação de empréstimos; (iv) a prestação de garantias; e (v) participação em consórcios ou outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, independentemente de sua atividade.

Na nona rodada de licitação realizada pela ANP, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. adquiriu cinco blocos de exploração em águas profundas, obtendo 50% sobre os direitos de concessão e exploração dos blocos ES-M-416, ES-M-418, ES-M-472, ES-M-529 e ES-M-531.

Os blocos exploratórios são operados pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em parceria com a OGX Petróleo e Gás Participações S.A. Os blocos exploratórios estão localizados em águas profundas (100m – 2000m) na bacia sedimentar do Espírito Santo, sendo que cada bloco abrange uma área de aproximadamente 725 quilômetros quadrados.

Todas as concessões são válidas por um período inicial de quatro anos, onde a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. deve fazer um levantamento dos dados sísmicos e perfurar dois poços exploratórios para cumprir com o programa exploratório mínimo assumido com a ANP. Em Dezembro de 2008 a Perenco adquiriu 1831 km de dados sísmicos em 2D, e em seguida adquiriu 1900 km² de dados sísmicos 3D. A avaliação dos dados sísmicos 2D revelou o bom potencial exploratório na área e impulsionou a aquisição de 1350 km² adicionais de dados sísmicos 3D na mesma área em 2010. O processamento desses novos dados está em progresso, sob a coordenação da equipe sediada no Rio de Janeiro. A perfuração de dois poços pioneiros deverá começar no segundo semestre de 2011.

Esses blocos de exploração oferecem distintos tipos de oportunidades exploratórias, com prospectos que podem ser correlacionadas ao campo de petróleo leve de Golfinho, que entrou em operação em 2006. No mesmo alinhamento aproximado encontram-se também os campos de gás e condensado de Congoá, Peroá e Camarupim.

Recentemente houve descobertas de petróleo próximo aos blocos exploratórios da Companhia, ratificando a expectativa de alto potencial de petróleo leve e gás natural na bacia.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Grupo Perenco

O Grupo Perenco é um grupo econômico de capital fechado e independente de companhias de exploração e produção de petróleo, com um portfólio diversificado de mais de 160 ativos de exploração e produção, localizados em 16 países em cinco continentes. O Grupo Perenco opera no setor de E&P há mais de 25 anos e cresceu a ponto de se tornar um importante grupo mundial independente em termos de reservas 2P e de produção. Em 2010, a Perenco produziu uma média de 253.000 *boepd* (brutos), como operador e 176.500 *boepd* (líquidos). Em 31 de dezembro de 2010, as reservas de 2P auditadas do Grupo Perenco eram de 913 milhões de *boe*, de acordo com a Netherland, Sewell and Associates, Inc.

O crescimento do Grupo Perenco tem sido impulsionado pela combinação de aquisições de ativos de produção em operação, com foco contínuo na identificação de oportunidades atraentes de exploração e desenvolvimento dentro de seu portfólio e em áreas próximas à infraestrutura existente. Historicamente, o elemento principal da estratégia do Grupo Perenco tem sido aplicar soluções inovadoras de engenharia para aumentar a produção e as reservas, propiciando investimentos lucrativos. Nos últimos anos, com o objetivo de manter o crescimento, o Grupo Perenco ampliou sua estratégia, incluindo a aquisição de recursos descobertos e não desenvolvidos e investindo em importantes atividades exploratórias. O Grupo Perenco empreendeu esse aumento de investimento na exploração nas regiões de produção com potencial para agregar reservas substanciais onde já atuava e em novos países que a Perenco identificou com potencial significativo. Isso levou o Grupo Perenco a adquirir importantes ativos de exploração na Região Autônoma Curda do Iraque, na Austrália, no Peru, em Belize e no Brasil.

A força de trabalho do Grupo Perenco, altamente qualificada e experiente, composta de mais de 5.200 empregados, dos quais mais de 3.100 são empregados diretos, tem sólida experiência tanto em administrar operações de forma eficiente, como em identificar e realizar oportunidades de investimento para reforçar e aumentar as reservas e a produção do grupo. Os membros da equipe do Grupo Perenco têm participado ativamente de descobertas significativas, bem como do desenvolvimento, da administração e da otimização da produção em diversos locais.

O Grupo Perenco opera quase todos os seus ativos, e também opera ativos por conta de subsidiárias das seguintes empresas multinacionais e estatais, principais atuantes do setor de petróleo: Petrobras S.A., Total S.A., Chevron Corporation, Ecopetrol S.A., Kosmos Energy Ltd., Centrica PLC, INPEX Corporation, Tullow Oil Plc, Svenska Petroleum Exploration AB, Mitsubishi Corporation, Mitsui Oil Exploration Co., Egyptian General Petroleum Holding Corporation, Türkiye Petrolleri Anonim Ortaklığı (Turkish Petroleum Corporation) e Société Nationale des Pétroles du Congo. Tais atividades demonstram que o Grupo Perenco aplica e está comprometido com os mais elevados padrões internacionais de saúde, segurança, meio ambiente e responsabilidade social, e é um operador e parceiro preferencial. O Grupo Perenco também operou para a Exxon Mobil Corporation, Royal Dutch Shell plc. e Petróleos de Venezuela S.A. – PDVSA.

Os Blocos Exploratórios da Companhia

A Bacia do Espírito Santo

Com base nos dados da ANP de 31 de dezembro de 2010, a Bacia do Espírito Santo foi a segunda bacia mais produtiva do Brasil no ano de 2010, com uma produção diária média de 119.838 *boe*.

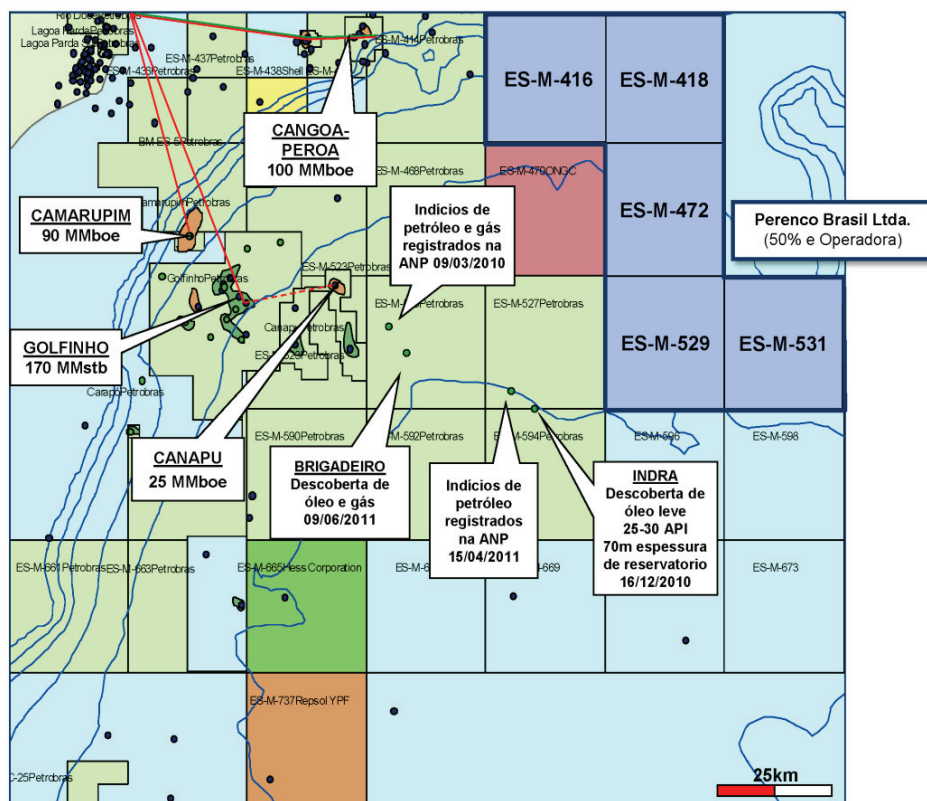
A Bacia do Espírito Santo está situada nos setores *onshore* e *offshore* do Estado do Espírito Santo, no sudeste brasileiro. Em sua totalidade, a bacia cobre uma área de aproximadamente 42.000 km², com menos de 10% dessa área no setor *onshore* da bacia, e tem um sistema petrolífero comprovado abastecido pelas rochas geradoras marinhas de pós-sal da formação Urucutuca. Os reservatórios-alvo são plataformas sedimentárias do Cretáceo ao Terciário e arenitos turbidíticos de águas profundas contemporâneos das descobertas na bacia. Os selos são proporcionados em toda a estratigrafia pelos folhelhos marinhos da Formação Urucutuca.

As atividades exploratórias na bacia do Espírito Santo começaram em fins dos anos 50, e até os anos 90 concentravam-se na sua parte *onshore*, que é composta principalmente de estratigrafia do pré-sal. No decorrer dos anos 90, tiveram início as atividades de exploração em águas profundas da bacia, resultando em uma série de descobertas importantes de petróleo leve e gás. As primeiras grandes descobertas na parte *offshore* foram os campos de Peroá e Congoá, descobertos pela Petrobras em 1988 e em 1996, respectivamente. De 1997 a 2007, a Petrobras descobriu quatro outros campos importantes de petróleo leve e gás: Golfinho, Canapu, Camapurim e Carapó. A produção desses campos teve início em 2006, 2010 e 2009, respectivamente. A produção de petróleo é carregada *offshore* e o gás natural transportado para terra através da infraestrutura desenvolvida para interligar as plataformas às plantas de processamento de gás natural *onshore*.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente, atividades relevantes de exploração estão sendo realizadas também por outros operadores na bacia do Espírito Santo, incluindo no pré-sal. A Petrobras anunciou descobertas de petróleo leve com a perfuração de poços de pré-sal abaixo dos campos de petróleo pesado de Baleia Franca, Baleia Azul e Jubarte. Em dezembro de 2010, a Petrobras, como operadora, juntamente com a Statoil, fizeram outra descoberta de petróleo leve nos reservatórios de pós-sal do prospecto de Indra, localizado aproximadamente a 15 quilômetros das áreas de exploração da Companhia, ratificando a expectativa da Companhia de alto potencial de petróleo leve e de gás natural na bacia. Em abril de 2011, a Petrobras comunicou à ANP a descoberta de indícios de petróleo, no poço 1BRSA906ESS, localizado no bloco BM-ES-22, adjacente à descoberta de Indra.

O mapa a seguir mostra um esboço da localização dos campos e blocos exploratórios na Bacia do Espírito Santo.



Fonte: WoodMackenzie, ANP e Companhia.

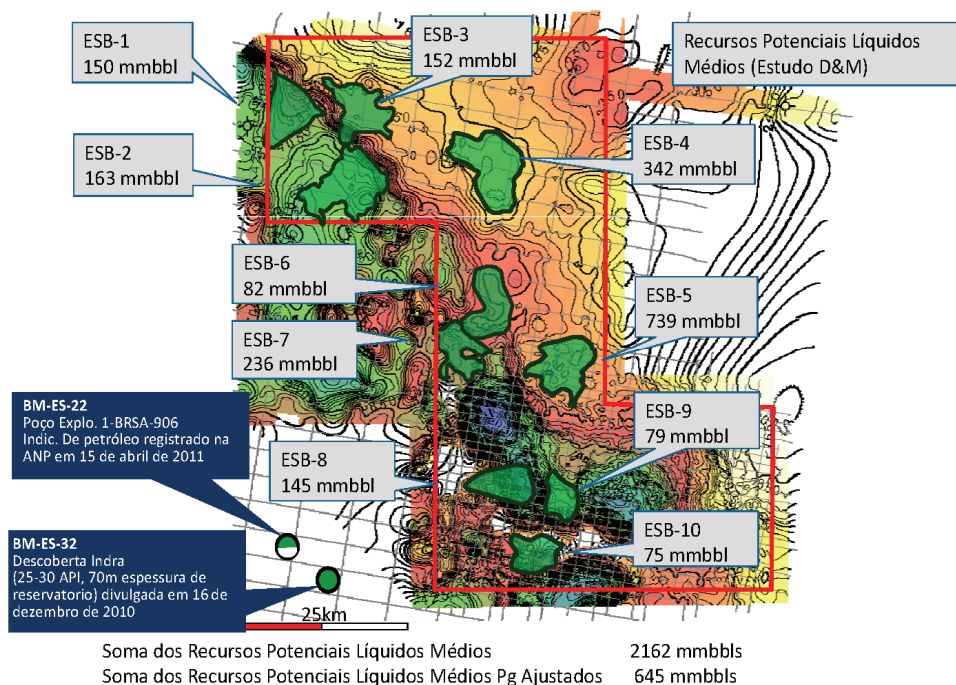
Recursos Potenciais

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia identificou 10 prospectos exploratórios em suas áreas de concessão. Com base nas informações do Estudo de Viabilidade da DeGolyer & MacNaughton, os blocos exploratórios da Companhia contêm recursos potenciais líquidos não riscados médios estimados em 2,162 bilhões de *bbt* e recursos potenciais líquidos riscados médios estimados em 645 milhões de *bbt*. Com base nas características geológicas dos prospectos identificados em nos blocos exploratórios da Companhia e nos poços perfurados nas proximidades, a Companhia acredita que esses recursos potenciais, caso descobertos, consistam principalmente de petróleo, em linha com o Estudo de Viabilidade.

Os blocos exploratórios da Companhia estão situados em águas profundas, que variam de aproximadamente 100 a 2.000 metros. O primeiro período exploratório desses blocos expira em 12 de março de 2012. A Companhia está finalizando a negociação para a contratação de uma sonda de perfuração e planeja perfurar dois poços pioneiros antes do final de 2011, sendo um no bloco ES-M-416 e outro no ES-M-418. Esses poços cumprirão os programas exploratórios mínimos da Companhia do primeiro período de exploração. A Companhia pretende expandir o programa exploratório com a perfuração de poços pioneiros adicionais no período de 2012 a 2014.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O mapa a seguir mostra o local dos prospectos exploratórios identificados nos blocos da Companhia.



O quadro abaixo mostra as quantidades estimadas dos recursos potenciais e P_g associados para os blocos exploratórios da Companhia, conforme estimado no Estudo de Viabilidade elaborado pela DeGolyer & MacNaughton.

Resumo dos Recursos Potenciais Líquidos de Petróleo							
Prospecto	Bloco	Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média	Probabilidade Sucesso Geológico (P_g)	P_g - ajustado
						(Decimal)	Estimativa média
		(MMbbl)					(MMbbl)
ESB-1	ES-M-416	84,414	139,043	227,001	149,658	0,269	40,291
ESB-2	ES-M-416	69,804	142,500	299,724	163,209	0,261	42,678
ESB-3	ES-M-416	58,628	127,675	281,523	152,365	0,331	50,395
ESB-4	ES-M-418	204,033	325,608	501,469	342,069	0,341	116,585
ESB-5	ES-M-472	388,260	690,591	1.142,486	739,403	0,308	227,837
ESB-6	ES-M-472	35,863	71,766	137,392	81,624	0,371	25,884
ESB-7	ES-M-472	73,414	192,849	456,737	236,188	0,284	66,959
ESB-8	ES-M-529	43,605	113,950	283,616	144,556	0,236	34,151
ESB-9	ES-M-529	23,607	64,188	156,988	78,559	0,284	22,271
ESB-10	ES-M-529	22,959	62,932	139,167	74,510	0,236	17,603
Agregado Estatístico		1.673,660	2.124,002	2.729,973	2.162,141	0,298	644,654
Soma Aritmética		1.004,588	1.931,102	3.626,103	2.162,141	0,298	644,654

A Companhia acredita, com base em seu extenso trabalho exploratório e no Estudo de Viabilidade elaborado pela DeGolyer & MacNaughton, que seus blocos exploratórios potencialmente contenham múltiplos prospectos com elevado potencial para descobertas de petróleo, com o potencial para aumentar significativamente o valor dos ativos da Companhia no curto prazo. Além disso, a área de exploração da Companhia contém significativo potencial de sub-sal, que é o alvo da mais recente campanha sísmica 3D da Companhia. Os dados finais obtidos a partir dessa campanha de aquisição sísmica serão utilizados para reavaliar sete *leads* identificados nos blocos exploratórios da Companhia, com possibilidade de aumentar os recursos potenciais e a probabilidade de sucesso geológico.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Operações da Companhia

O Grupo Perenco iniciou suas atividades no Brasil em 2007, quando a Perenco S.A. (Bahamas) obteve da ANP a qualificação de Operador A para a nona rodada de licitação da ANP, que autoriza seu titular a operar em águas profundas e ultra-profundas, além de em terra e em águas rasas. Essa classificação atraiu a OGX, que naquele momento detinha a classificação de Operador B para operar em terra e em águas rasas, a se associar à Perenco S.A. (Bahamas) na licitação de blocos de águas profundas na nona rodada de licitação da ANP. A parceria da Perenco S.A. (Bahamas) com a OGX obteve cinco blocos exploratórios de águas profundas na Bacia do Espírito Santo naquela rodada de licitação.

Como resultado do êxito na implementação da estratégia inicial do Grupo Perenco de entrada no Brasil, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. foi constituída em 2008 como uma controlada da Perenco S.A. (Bahamas), com o objetivo principal de explorar, desenvolver e produzir recursos de hidrocarboneto no Brasil, considerado capaz de proporcionar oportunidade significativa de crescimento. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é, atualmente, controlada da Companhia.

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. detém 50% de participação, e é a única operadora, nos blocos exploratórios ES-M-416, ES-M-418, ES-M-472, ES-M-529 e ES-M-531, com uma área total de exploração de 3.623,08 km² (895.279 acres), sendo que a OGX detém os 50% de participação remanescente. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. detém essas participações de acordo com os termos dos contratos de concessão, firmados entre a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., OGX e a ANP, todos datados de 12 de março de 2008, e dos contratos de consórcio, entre a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e a OGX, datados de 13 de março de 2008. Para mais informações sobre os contratos de concessão, ver os itens 7.5 e 9.1 deste Formulário de Referência.

Trabalhos Exploratórios Executados até o Momento

A área dos cinco blocos exploratórios da Companhia é equivalente a aproximadamente 155 blocos *offshore* de águas profundas do Golfo do México e a 20 blocos de águas rasas no Brasil. A Companhia realiza suas campanhas abrangentes de aquisição de dados sísmicos 2D e 3D associadas a técnicas de processamento sísmico de alta tecnologia nas áreas de exploração da Companhia. A primeira campanha da Companhia, que cumpriu seus compromissos mínimos de trabalhos sísmicos exigidos pela ANP em seus blocos, consistiu na aquisição e processamento de 1.831 km de dados sísmicos 2D, em dezembro de 2008, e de 1.900 km² de dados sísmicos 3D, entre janeiro e março de 2009. A interpretação desses dados reiterou a expectativa de significativo potencial exploratório em áreas da Companhia e, identificou dez prospectos exploratórios dos quais quatro estão atualmente prontos para serem perfurados. Para definir locações adicionais a serem perfuradas, a Companhia realizou posteriormente uma segunda campanha de aquisição de dados sísmicos acima do compromisso mínimo de trabalho, com foco nos blocos ES-M-472, ES-M-529 e ES-M-531 que consistem em 1.350 km² de dados sísmicos 3D, entre março e maio de 2010. As atividades de exploração estão em curso nesses blocos, inclusive no ES-M-531, para desenvolver os atuais seis prospectos mapeados até estarem prontos para serem perfurados, assim como para identificar novos prospectos. Até a presente data, sete novos *leads* já foram mapeados.

Assim sendo, a Companhia está finalizando a negociação para a contratação de uma sonda de perfuração para perfurar os dois primeiros prospectos, com previsão de início em setembro de 2011, sendo um no bloco ES-M-416 e outro no ES-M-418. Estas perfurações cumprirão o restante dos compromissos mínimos de trabalho, assumidos pela Companhia com a ANP nestes blocos. A Companhia espera que os resultados dessas perfurações estejam disponíveis até o final de 2011.

O gráfico abaixo mostra o histórico dos trabalhos de exploração nos blocos de exploração da Companhia.

EVENTO	DETALHE	BLOCOS	2008	2009	2010	2011	2012
TEMPO CONCESSÃO		TODOS	1º Período				
AQUISIÇÃO SISMICA	VITORIA 2D	ES-M-472, 529 & 531		1831 km			
	VITORIA 3D	ES-M-416, 418 & 472		1900 km ²			
	TRINDADE 3D	ES-M-472, 529 & 531			1354 km ²		
PROCESSAMENTO SISMICA	VITORIA 2D	ES-M-472, 529 & 531		PSTM			
	VITORIA 3D	ES-M-416, 418 & 472	PSTM		PSDM		
	TRINDADE 3D	ES-M-472, 529 & 531			PSTM	PSDM	
ESTUDOS DE EXPLORAÇÃO	GEOLOGICO	TODOS					
	GEOFISICO	TODOS					

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Como operador diligente, e em consonância com as rigorosas e abrangentes políticas de gerenciamento de riscos e objetivos do Grupo Perenco, os elevados padrões de saúde, segurança e de meio ambiente são primordiais em todas as atividades da Companhia.

Breve Descrição dos Blocos Exploratórios

ES-M-416

ESB-1

O prospecto ESB-1 é de uma estrutura com fechamento em três direções e acunhamento estratigráfico lateral que, em profundidade, torna-se uma estrutura com fechamento em quatro direções. Os reservatórios primários são arenitos turbidíticos de assoalho de bacia de idade Terciária a Cretácea Superior, selados por folhelhos marinhos. O prospecto ESB-1 pode ter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 150 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 27% (reservas auditadas D&M, 2011).

ESB-2

O prospecto ESB-2 é uma estrutura com fechamento nas quatro direções de múltiplos objetivos. Em profundidade, a estrutura adquire características de trapeamento estratigráfico suportado por um componente estrutural. Os reservatórios primários são arenitos turbidíticos de base do talude a assoalho de bacia, de idade Terciária a Cretácea Superior, selados por folhelhos marinhos. O prospecto ESB-2 pode ter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 163 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 26% (reservas auditadas D&M, 2011).

ESB-3

O prospecto ESB-3 é uma estrutura com múltiplos objetivos e fechada nas quatro direções. Os reservatórios primários são arenitos terciários de borda de plataforma e arenitos turbidíticos cretáceos, selados por folhelhos marinhos profundos e plataformais do Cretáceo Superior. O prospecto ESB-3 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 152 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 33% (reservas auditadas D&M, 2011).

ES-M-418

ESB-4

O prospecto ESB-4 é uma estrutura com fechamento em três direções contra falha que, em profundidade, torna-se uma estrutura com fechamento nas quatro direções. Os reservatórios primários são arenitos de borda de plataforma de idade Terciária e arenitos turbidíticos do Cretáceo Superior, selados por folhelhos marinhos profundos e de plataforma. O prospecto ESB-4 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 342 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 34% (reservas auditadas D&M, 2011).

ES-M-472

ESB-5

O prospecto ESB-5 é uma estrutura de múltiplos objetivos com fechamento em quatro direções. Os reservatórios principais são arenitos turbidíticos de base do talude e assoalho de bacia, de idade Cretácea Superior à Terciária selados por folhelhos marinhos profundos. O prospecto ESB-5 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 739 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 31% (reservas auditadas D&M, 2011).

ESB-6

O prospecto ESB-6 é uma estrutura com múltiplos objetivos, fechada nas quatro direções e localizada em uma posição estrutural mais baixa que o prospecto ESB-5. Os reservatórios primários são arenitos turbidíticos de assoalho de bacia de idade Cretácea Superior a Terciária, selados por folhelhos marinhos. O prospecto ESB-6 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 82 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 32% (reservas auditadas D&M, 2011).

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

ESB-7

O prospecto ESB-7 é uma estrutura fechada em três direções contra flanco de sal, com um *upside* estratigráfico potencial. Os reservatórios mais importante são arenitos turbidíticos de assoalho de bacia selados por folhelhos marinhos. O prospecto ESB-7 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 236 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 28% (reservas auditadas D&M, 2011).

ES-M-529

ESB-8

O prospecto ESB-8 é uma estrutura de acunhamento contra flanco salino. Os reservatórios mais importantes são arenitos turbidíticos terciários de assoalho de bacia, selados por folhelhos marinhos. O prospecto ESB-8 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 145 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 24% (reservas auditadas D&M, 2011).

ESB-9

O prospecto ESB-9 é caracterizado por um trapeamento combinado de fechamento estrutural à leste e à oeste e fechamento estratigráfico ao norte e ao sul. Os reservatórios principais são arenitos turbidíticos terciários de assoalho de bacia, selados por folhelhos marinhos. O prospecto ESB-9 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 79 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 28% (reservas auditadas D&M, 2011).

ESB-10

O prospecto ESB-10 é uma estrutura fechada nas quatro direções que se desenvolve abaixo de uma camada de sal alóctone. Os reservatórios principais são arenitos turbidíticos cretáceos selados por folhelhos marinhos. O prospecto ESB-10 pode conter potenciais recursos prospectivos líquidos médios de 75 milhões de *bb1* com uma chance de sucesso geológico de 24% (reservas auditadas D&M, 2011).

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia, por meio de sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., atua em um único segmento operacional, de exploração e produção de óleo e gás. A controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. está em fase de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P, não tendo gerado receitas decorrentes de seus ativos de produção de óleo e gás natural.

b. receita proveniente do segmento e sua participação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não registra receita operacional, pelas razões expostas no item acima, no entanto, pelo fato de que a Companhia, por meio de sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., atua em um único segmento operacional, de exploração e produção de óleo e gás, 100% da receita operacional, quando registrada, será proveniente deste segmento.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2011 ⁽¹⁾		Período encerrado em 31 de dezembro de 2010 ⁽²⁾		Período encerrado em 31 de dezembro de 2009 ⁽²⁾		Período encerrado em 31 de dezembro de 2008 ⁽²⁾	
	Prejuízo (R\$ mil)	Participação no Prejuízo	Prejuízo (R\$ mil)	Participação no Prejuízo	Prejuízo (R\$ mil)	Participação no Prejuízo	Prejuízo (R\$ mil)	Participação no Prejuízo
E&P	(944)	100%	(18.645)	100%	(30.271)	100%	(13.492)	100%
Total	(944)	100%	(18.645)	100%	(30.271)	100%	(13.492)	100%

⁽¹⁾ Informações referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

⁽²⁾ Informações referentes às demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

A Companhia, através de sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., está na fase de exploração, que compõe a parte inicial do ciclo de valor das companhias de exploração e produção do setor de petróleo e gás natural. Esse processo visa produzir e comercializar o produto e pode ser demonstrado pela figura abaixo:



Estratégia de Exploração

O crescimento do valor da companhia no setor de E&P é o principal objetivo da atividade exploratória, que é realizado através da obtenção de novas áreas e a identificação de *leads* e prospectos com o potencial de se tornarem acumulações comercialmente viáveis de recursos de hidrocarbonetos. Esses *leads* e prospectos geralmente estão associados ora a uma extensão de modelos existentes entre áreas fora de onde eles já existem, ora a modelos ainda não comprovados, e, conseqüentemente, gerando um maior risco. Por isso, para minimizar o risco, é fundamental o entendimento do sistema petrolífero, desde a formação das bacias e sua arquitetura, ao desenvolvimento dos fatores fundamentais à sua formação, incluindo a presença e a efetividade de: rocha geradora, rocha reservatório, rocha selante, migração e trapeamento dos hidrocarbonetos.

Para identificar e caracterizar possíveis sistemas petrolíferos ativos em uma região, uma sequência de análises geológicas e geofísicas é aplicada, iniciando em escala regional e progressivamente passando a uma escala maior. Isso pode ser feito através de um fluxo de trabalho sistemático para a avaliação de áreas de interesse potencial chamado de '*Play Fairway Analysis*'. Essa análise requer um entendimento dos processos das placas tectônicas, do desenvolvimento da bacia sedimentar assim como dos depósitos e subsequente modificação dos sedimentos que compõem as rochas geradoras, reservatórios e selantes, o que requer a análise dos afloramentos rochosos e dados coletados durante a perfuração de poços e a aquisição e interpretação de dados geofísicos. Os estudos e a sua subsequente interpretação são fundamentais para o entendimento do arcabouço estrutural e estratigráfico das bacias.

A análise das rochas geradoras é baseada em quaisquer afloramentos rochoso e poços existentes, que permitam a descrição de suas riquezas, e, em conjunto com modelos geológicos baseados em análogos, permite uma avaliação de suas distribuição pela bacia. Junto com dados estruturais provenientes do mapeamento sísmico e a compreensão do fluxo de calor obtida através da análise dos dados de poços, um modelo da bacia é construído e usado para a identificação de zonas onde a geração de hidrocarbonetos é efetiva ("*Hydrocarbon Kitchens*"). Essa informação combinada com o mapeamento estrutural e a identificação de sistemas de carregamento permite a determinação de vias de migração de *Hydrocarbon Kitchens*, até trapas de hidrocarbonato potenciais.

A presença e efetividade do par rocha reservatório e rocha selante é obtida através de análises diretas e/ou indiretas, com o estudo de afloramentos rochosos, análises petrofísicas de poços existentes, e o uso de mapeamento de fácies sísmicas calibradas. A combinação dessa análise permite a construção de mapas paleogeográficos que definirão a presença de potenciais reservatórios e rochas selantes. Pela avaliação de processos pós-deposicionais, como enterro, permite a modelagem do desenvolvimento e da preservação da efetividade de reservatórios e rochas selantes potenciais. A integração de mapas de reservatório e selo com os mapas estruturais, mapas de geração e de vias de migração possibilita a seleção de áreas preferenciais bem definidas que combinem a presença de rochas geradoras potenciais que podem carregar rochas reservatórias com qualidade suficiente e rochas selantes em uma estrutura que possibilite o aprisionamento do hidrocarboneto.

Uma vez definidas todas as áreas mais prospectáveis com a presença de todos os elementos do sistema petrolífero, estudos geológicos e geofísicos mais detalhados poderão ser realizados, através do emprego de dados de alta resolução (ex: sísmica 3D) e de melhor qualidade (ex: aplicação de técnicas modernas de processamento de dados sísmicos como a migração pré-empilhamento em profundidade – "PSDM"), para a identificação de prospectos individuais. Após a identificação dos prospectos, estima-se a quantidade de hidrocarbonetos presentes e a probabilidade de sucesso geológico (Pg) associado a cada um deles. O resultado é usado para classificar, comparar e tomar decisões relacionadas ao inventário de prospectos que, por exemplo, irão definir as prioridades de perfuração de poços exploratórios necessários inclusive para cumprir os programas mínimos exploratórios assumidos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Avaliação de Descobertas

Caso a perfuração do poço exploratório indique a presença de volumes representativos de hidrocarbonetos armazenados em um reservatório de boa qualidade capaz de permitir um fluxo de produção de hidrocarbonato suficiente, poços adicionais de delimitação serão perfurados com a finalidade de restringir as incertezas sobre o volume de hidrocarbonetos presentes, e assim, avaliar o potencial comercial da descoberta, ajudando a definir a estratégia mais apropriada para o desenvolvimento da sua produção. Essa fase é chamada de fase de avaliação. Os poços nessa fase serão perfurados para a definição de alguns parâmetros geológicos, inclusive a extensão areal da acumulação, possíveis contatos entre distintos tipos de hidrocarbonetos e água, restringir incertezas estruturais e localização de acumulações mais profundas. Os poços de avaliação também são comumente usados para realizar testes de formação que indicarão o potencial de produção do(s) reservatório(s) e para adquirir amostras de fluidos e dados de pressão e temperatura presentes nestas acumulações.

Desenvolvimento de Campos

Os dados adquiridos na fase de avaliação são combinados com estudos geológicos, geofísicos, de engenharia e econômicos, para gerar um Plano de Desenvolvimento. Esse plano tem como objetivo definir o desenvolvimento do campo de modo a otimizar a recuperação de hidrocarbonetos e portanto maximizar seu valor econômico. Fatores como a localização geográfica, a lâmina de água, a proximidade da infraestrutura existente, o tipo e a qualidade do hidrocarboneto e a complexidade geológica, terão um impacto significativo na estratégia, no custo e no período da produção de um campo.

Produção de hidrocarbonetos

A reserva de hidrocarbonetos é a medida do volume de petróleo e gás natural recuperável a partir de um determinado volume existente na rocha reservatório. A estimativa da produção da reserva de hidrocarbonetos envolve a análise de diversos fatores, incluindo características dos reservatórios, propriedades dos hidrocarbonetos e sua eficiência de recuperação. As características dos reservatórios incluem porosidade, permeabilidade e saturação de hidrocarbonetos. Porosidade é a razão entre o volume de vazios ou poros e o volume total, ou seja, a capacidade de armazenamento de uma rocha reservatório. Permeabilidade é a medida da facilidade com que os líquidos fluem através de poros de uma rocha reservatório. Saturação de hidrocarbonetos é a porcentagem de petróleo e gás natural em relação à água nos poros da rocha reservatório. Através de uma análise petrofísica em poços e reservatórios análogos, é efetuado um cálculo probabilístico destes parâmetros, a fim de determinar a distribuição das características do reservatório.

A propriedade dos hidrocarbonetos, incluindo grau API (*American Petroleum Institute*), razão gás/óleo e hidrocarboneto recuperável por m³, são estimados utilizando informações de dados de teste e produção de poços e o histórico de produção de campos análogos.

Finalmente, a eficiência da recuperação é estimada a partir da modelagem de múltiplos cenários de desenvolvimento que consideram (i) a pressão do reservatório e a fase de hidrocarboneto inicialmente prevista, (ii) o número de poços utilizados para a produção, (iii) o tipo de mecanismo de produção do reservatório, (iv) o tipo de métodos de recuperação secundária (se houver), e (v) a pressão esperada de abandono do reservatório.

b. características do processo de distribuição

O processo de comercialização da produção de óleo e gás natural que será realizada pela Companhia termina na entrega do óleo, gás natural e dos líquidos produzidos. Esta entrega poderá ocorrer: (i) na boca do poço, caso em que outra empresa adquira a produção no próprio local da produção; (ii) em local a ser determinado que poderá ser (a) um "city-gate" (locais ou estações utilizadas para fornecimento de gás ao mercado) no caso do gás natural; ou (b) um porto com capacidade de estocagem, o qual permita o acesso de navios petroleiros, no caso dos hidrocarbonetos líquidos.

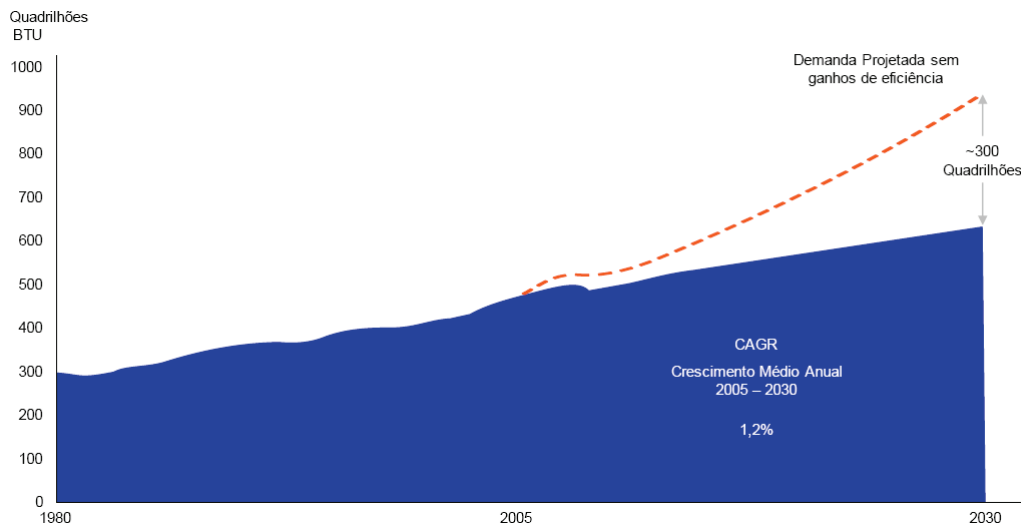
O petróleo é refinado e seus derivados posteriormente distribuídos/comercializados no mercado. No setor petrolífero, a distribuição possui regulamentação específica e abrange as atividades de comercialização de derivados de petróleo (gasolina, óleo combustível, diesel, querosene de aviação, GLP, gás natural, etc.). A distribuição de gás natural constitui monopólio dos Estados da Federação. Tal significado poderá ser diferente do que se denomina "distribuição de produtos" de determinada atividade industrial em lojas, diretamente ao consumidor ou a comerciantes, no atacado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- c. características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados.

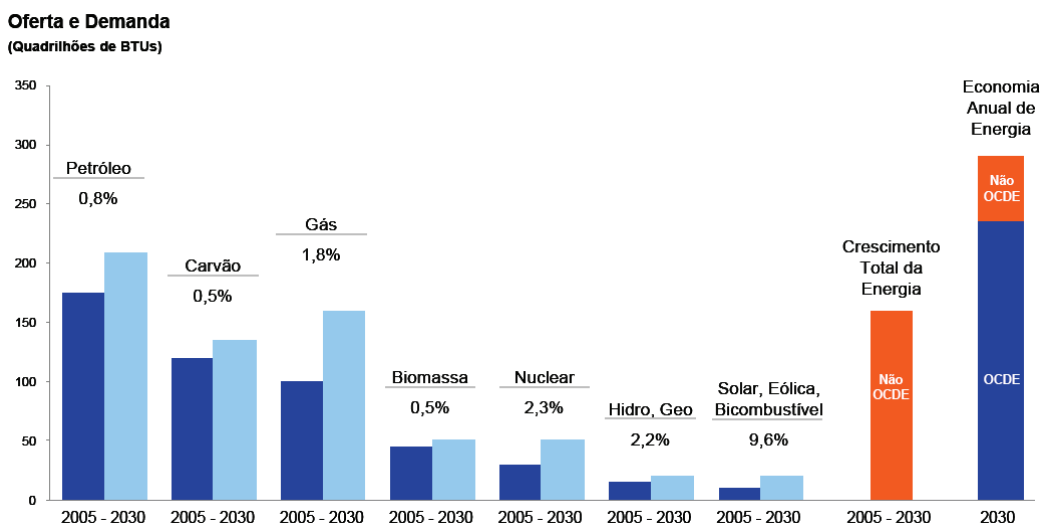
Visão Geral do Setor Mundial de Óleo e Gás Natural

Espera-se que até 2030 o crescimento da população e da economia mantenha elevado o nível de demanda por energia. Fontes de mercado estimam um crescimento aproximado da demanda por energia de 1,2% ao ano até 2030, quando o consumo mundial de energia poderá ser 35% maior do que em 2005.



Fonte: ExxonMobil – Outlook for Energy.

Combustíveis fósseis – óleo, gás natural e carvão – continuarão ser os componentes-chaves do fornecimento de energia na medida em que outras fontes de energia não oferecem a mesma disponibilidade, versatilidade, acessibilidade e escala. De acordo com a Exxon Mobil, em estudo datado de 2009, o combustível fóssil que apresentará maior crescimento de consumo será o gás natural, em razão da baixa emissão de poluentes na sua queima, de sua acessibilidade e abundância. Em 2030, espera-se que a demanda por gás natural seja 50% maior que a registrada em 2005.



Fonte: ExxonMobil – Outlook for Energy.

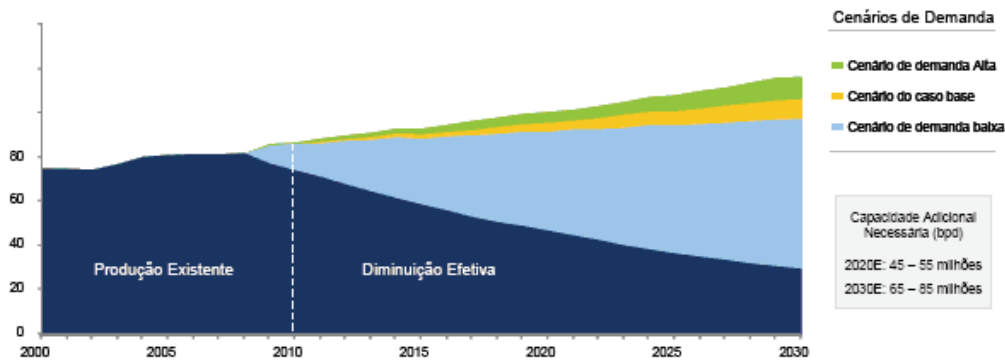
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Setor de Petróleo

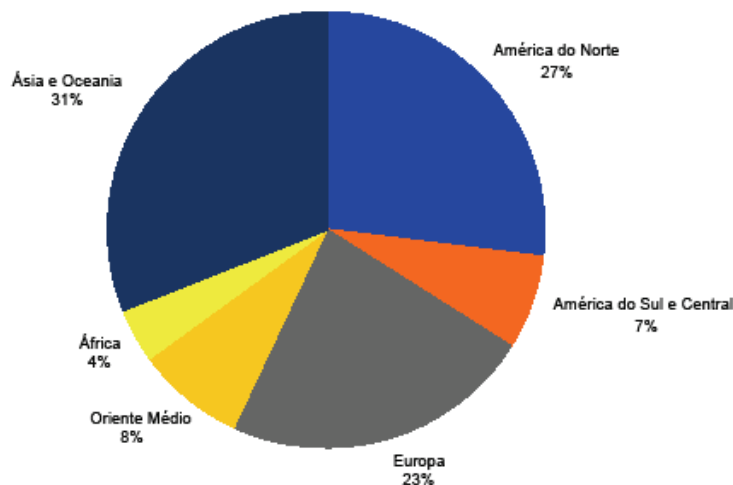
Demanda por Petróleo

A demanda mundial por petróleo cresceu de maneira consistente entre os anos de 1997 a 2007, atingindo um pico de 85,6 milhões de *boepd* em 2007 (de acordo com o estudo do BP Statistical Review of World Energy 2010). Em razão da crise financeira mundial de 2008, a demanda por petróleo caiu para 85,2 milhões *boepd* e 84,1 milhões de *boepd* em 2008 e 2009, respectivamente. De acordo com o BP Statistical Review 2010, estima-se uma recuperação dessa demanda na medida em que a economia saia da recessão, superando o aumento da capacidade. Estima-se que os cortes recentes de investimento nas atividades de *upstream* e *downstream* tenham um impacto relevante no fornecimento nos próximos três a cinco anos devido ao longo tempo necessário para que novos projetos sejam trazidos à ativa. De acordo também com a IEA, estima-se que a demanda por petróleo cresça em média 1% ao ano no período previsto, indo de aproximadamente 85 milhões de *boepd* em 2008 para 105 milhões de *boepd* em 2030. Os Estados Unidos da América permanecem como o maior consumidor de petróleo, respondendo por aproximadamente 21,7% da demanda global total em 2009, com um consumo de 18,7 milhões de *boepd*, superando o consumo de 8,6 milhões de *boepd* da China, que respondeu por 10,4% da demanda global total em 2009.

Evolução da Demanda Global por Petróleo



Distribuição Regional do Consumo de Petróleo



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2010.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A AIE (Agência Internacional de Energia) estima que a demanda de países não pertencentes à OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico superará a demanda da OCDE até 2015, em razão do grande crescimento econômico da China, que tem sido, na última década, a maior fonte de demanda por petróleo entre os países não pertencentes à OCDE.

Os dois principais fatores que influenciam a demanda por petróleo são (1) preço e (2) renda.

Preço: A sensibilidade de preço no mercado de petróleo pode variar dependendo do mercado. Por exemplo, o petróleo combustível (usado na geração de energia elétrica) possui uma flexibilidade de preço relativamente alta, o que significa que a demanda é mais sensível a oscilações de preço, uma vez que pode ser substituído com relativa facilidade por gás natural ou carvão. Por outro lado, o petróleo para transporte possui menor flexibilidade de preço, já que não existe um substituto imediato.

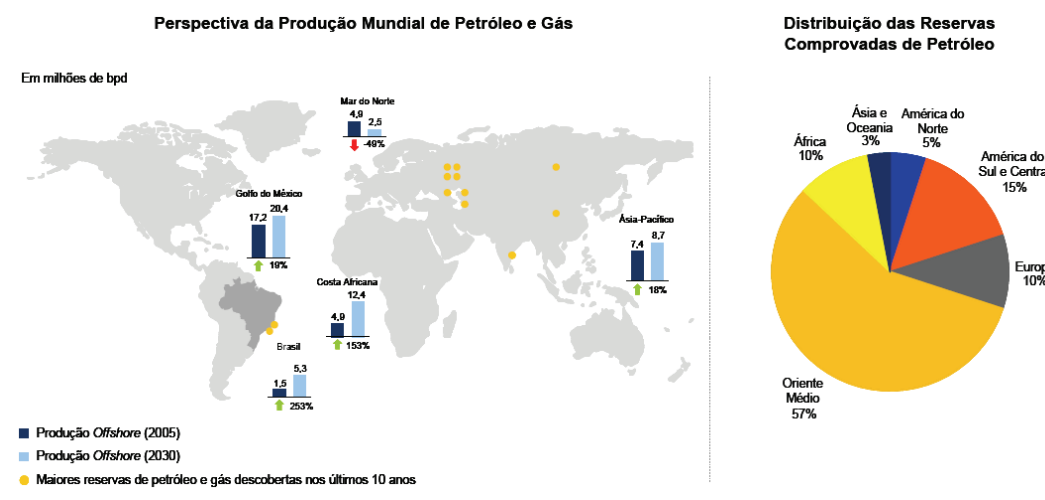
Renda: Historicamente, o principal impulsionador do crescimento da demanda de petróleo é a renda. O crescimento econômico robusto aumenta os níveis de demanda por petróleo. Este foi o caso dos Estados Unidos da América ao longo do século XX e, agora, espera-se que ocorra na China e em outros países em desenvolvimento, especialmente na medida em que cresce o uso de veículos motorizados. O crescimento econômico das economias maduras ocorreu principalmente no setor de serviços; tais economias tendem a ser menos intensas no consumo de energia, sendo que muitas atividades de produção intensivas no consumo de energia foram deslocadas para economias emergentes.

Oferta de Petróleo

De acordo com o Anuário Estatístico 2010 da ANP, os Estados Unidos da América eram o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, com uma produção de 7,2 milhões de *boepd*, atrás da Arábia Saudita (9,7 milhões de *boepd*) e da Rússia (10 milhões de *boepd*). Estes três países produzem mais de um terço do petróleo bruto mundial. O restante da produção mundial é amplamente dispersa entre mais de 50 países, nenhum dos quais individualmente responde por mais de 6% do total.

Regionalmente, o Oriente Médio domina a oferta de petróleo, com 30% do total. A segunda maior região produtora é a antiga União Soviética, composta principalmente pela Rússia, seguida pela América do Norte. Todas as demais regiões produtoras (África, América do Sul, Ásia-Pacífico) possuem níveis de produção similares, cada qual respondendo por aproximadamente 10% do total.

Atualmente, o Oriente Médio responde por quase metade das reservas mundiais de petróleo comprovadas, que atualmente correspondem a 1,3 trilhão de *bbl*, tendo crescido cerca de 23% na última década. Os membros da OPEP, são responsáveis por cerca de 41% da oferta do petróleo mundial e possuem aproximadamente 77% do total das reservas mundiais comprovadas de petróleo, de acordo com o estudo BP *Statistical Review of World Energy 2010*¹. O gráfico abaixo mostra as maiores regiões exportadoras de petróleo no mundo em 2009, comprovando a dependência dos outros países às exportações de petróleo do Oriente Médio.

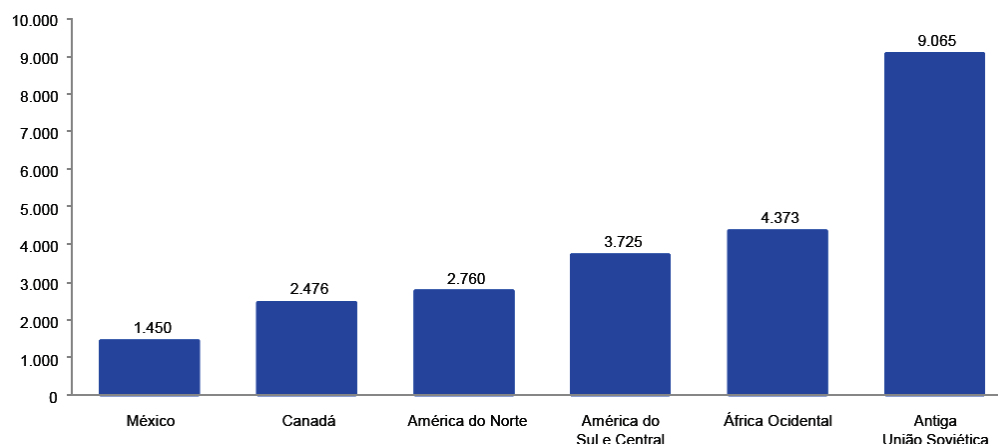


¹ BP *Statistical Review of World Energy*, p. 6 e 8.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2010 e IEA World Energy Outlook 2010.

Regiões com Exportação Líquida
(Mil boe por dia)



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2010.

O Embargo do Petróleo Árabe de 1973 levou a esforços entre países dependentes da importação de petróleo visando a criação de estoques de petróleo controlados pelo governo, conhecidos como estoques estratégicos, para atuarem como amortecedores contra interrupções severas de fornecimento. Estes estoques estratégicos, o maior dos quais é a Reserva Estratégica de Petróleo dos Estados Unidos da América, respondem por uma porção significativa dos estoques mundiais. A reserva norte-americana possui um estoque de emergência de petróleo que é o maior suprimento emergencial do mundo, com capacidade atual para manter cerca de 727 milhões de boe. A EIA publica semanalmente os níveis de estoque de petróleo, produtos petrolíferos e uso de refinaria. Tais relatórios semanais são frequentemente utilizados como indicadores para se estimar a atual capacidade ou escassez do mercado. Estes estoques estratégicos podem ser utilizados para atenuar oscilações de oferta e demanda, podendo ter um impacto significativo sobre o preço de mercado do petróleo.

O equilíbrio da oferta e demanda de petróleo é bastante influenciado pela capacidade do sistema de evitar interrupções do fornecimento e aumentos repentinos de demanda. Após a crise financeira e a redução do preço do petróleo em 2008, a OPEP retirou petróleo dos mercados mundiais em uma tentativa de regular os preços. Atualmente, a OPEP mantém níveis elevados de capacidade ociosa, a fim de regular a produção dos países membros.

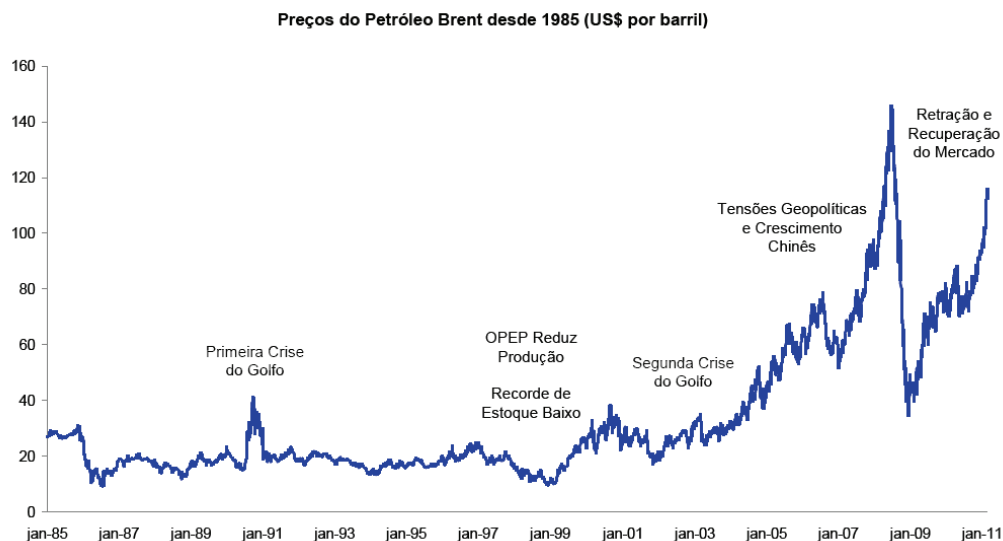
Preços Históricos

Nas últimas quatro décadas ocorreram três mudanças bruscas e duradouras do preço do petróleo, conhecidos como “choques de preço do petróleo”. Essas mudanças foram causadas por uma série de fatores políticos e econômicos, e contribuíram para alterações fundamentais na estrutura do mercado de petróleo. O primeiro choque ocorreu em 1973 com o Embargo do Petróleo Árabe. O segundo choque foi provocado, entre outros fatores, pelo início da guerra Irã/Iraque em 1980, fazendo os preços quase triplicarem. Finalmente, o terceiro choque ocorreu em 1985/86, quando a Arábia Saudita adotou um sistema de margens fixas para as refinarias, causando uma forte redução nos preços.

Nos últimos anos, ocorreram outras variações nos preços do petróleo, como, por exemplo, as elevações de preço em 1990 em decorrência da invasão do Kuwait pelo Iraque, a queda de preço devido à crise asiática e à retomada das exportações do Iraque em 1998, e uma forte alta de preço em 1999 devido a cortes de produção dos países membros da OPEP e uma forte pressão de demanda. O ano de 2008 testemunhou um aumento significativo do preço do petróleo devido à diminuição da capacidade ociosa da OPEP face ao aumento significativo da demanda. Após a crise financeira, a demanda diminuiu, assim como os preços do petróleo, levando a OPEP a reduzir a produção para estabilizar os preços. O preço do petróleo se recuperou e estava cotado entre U.S.\$70,00 e U.S.\$90,00. Recentemente, a demanda mundial por petróleo aumentou e o tumulto político na Líbia reduziu a produção em 1 milhão de boepd. O preço do petróleo está agora cotado em torno de U.S.\$120,00.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O gráfico abaixo mostra os preços históricos do petróleo até março de 2011:



Fonte: Bloomberg.

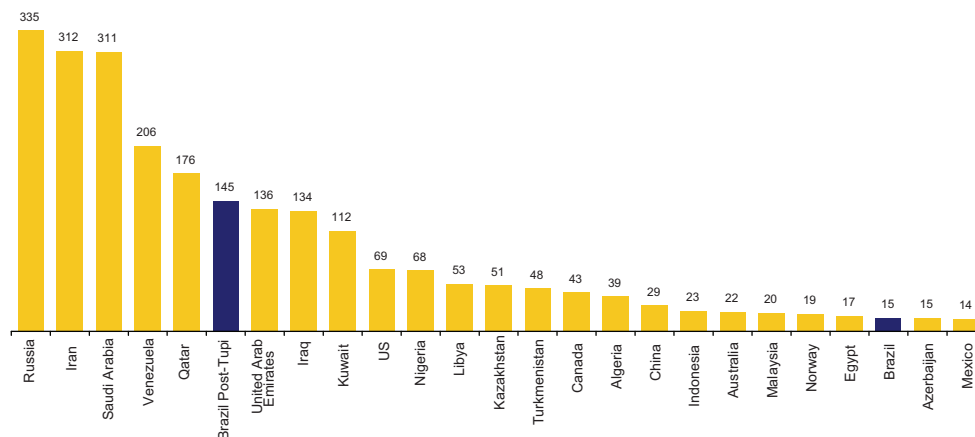
O Setor Brasileiro de Óleo e Gás Natural

Histórico Brasileiro

Segundo o *BP Statistical Review of World Energy* de 2010, as reservas de óleo e gás natural do Brasil estão entre as que apresentam maior crescimento no mundo, crescendo anualmente 7,6%, de 3,5 bilhões de *boe* comprovados em 1989 para 15 bilhões de *boe* no final de 2009. Além disso, a produção diária de óleo e gás natural no Brasil nesse mesmo período aumentou a uma taxa anual de 5,9%, de 1,2 milhão de *boepd* em 1989 para 2,1 milhões de *boepd* no final de 2009. Das reservas nacionais comprovadas de óleo e gás natural, 90% estão localizadas *offshore* (reservas marítimas) e 10% *onshore* (reservas terrestres). Além disso, 90% das reservas brasileiras provadas estão concentradas no sudeste do país, nas Bacias de Campos, Santos e do Espírito Santo.

Desde novembro de 2007, anúncios públicos relacionados às descobertas de cinco a oito bilhões de *boe* no campo de Tupi, localizado na Bacia de Santos, levaram muitos especialistas do setor a aumentar suas estimativas acerca das reservas brasileiras de óleo e gás natural, considerando o grande potencial ainda inexplorado de toda a área do pré-sal.

Classificação do potencial de óleo e gás natural pós-Tupi



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2010.

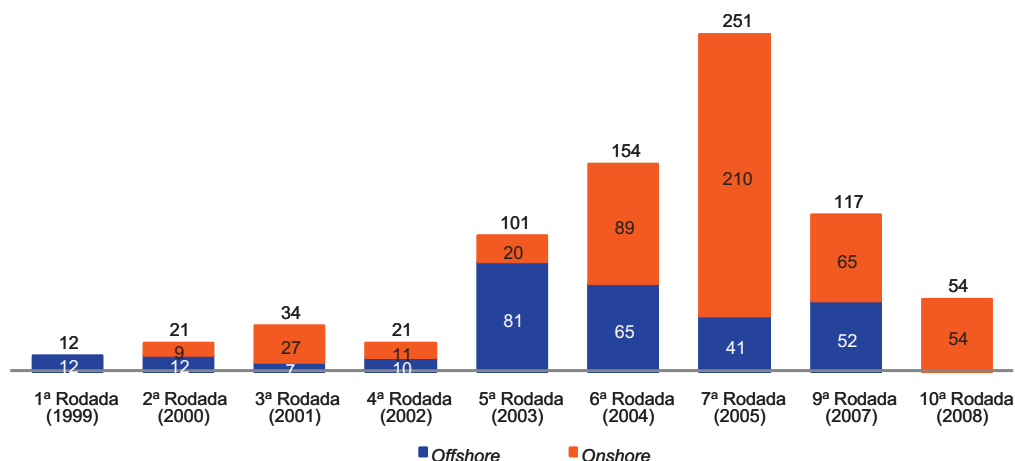
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

De acordo com a ANP, o Brasil possui aproximadamente 7,5 milhões km² (1,9 bilhão de acres) de áreas sedimentares, a maior parte das quais espalhadas por 29 principais bacias sedimentares, sendo que cerca de 2,5 milhões de km² estão localizados *offshore*. Foram outorgadas concessões para exploração e produção para menos de 4% destas áreas. Historicamente, o setor de petróleo brasileiro era controlado pela Petrobras, empresa estatal brasileira fundada em 1953. Em 1995, a Constituição Federal Brasileira foi emendada de forma a permitir que empresas públicas ou privadas atuassem na exploração e na produção de óleo e gás natural, observadas as condições estabelecidas na legislação específica que rege o setor. Em 1997, a Lei do Petróleo foi promulgada como consequência da emenda constitucional, criando a ANP para promover transparência na estrutura regulatória e realizar rodadas de licitação para novas áreas de concessão, bem como para gerir, regular e supervisionar o setor brasileiro de óleo e gás natural.

A abertura do setor de petróleo atraiu a atenção de empresas privadas. Em janeiro de 2011, 74 empresas atuavam no Brasil na exploração e produção de óleo e gás natural, sendo 38 brasileiras e as demais de vários outros países, incluindo Estados Unidos da América, Reino Unido, Canadá, Noruega, Índia, Itália, Japão, Dinamarca, Angola, Portugal, Espanha, Holanda, Coreia do Sul, França e Austrália.²

A ANP realizou até o momento dez rodadas de licitação. O gráfico abaixo indica o número de blocos exploratórios concedidos em cada rodada:

Concessões de Blocos Exploratórios Concedidas pela ANP (Nº de Blocos Exploratórios)



Fonte: ANP – Brazil Rounds.³

Reservas e Produção de Óleo e Gás Natural

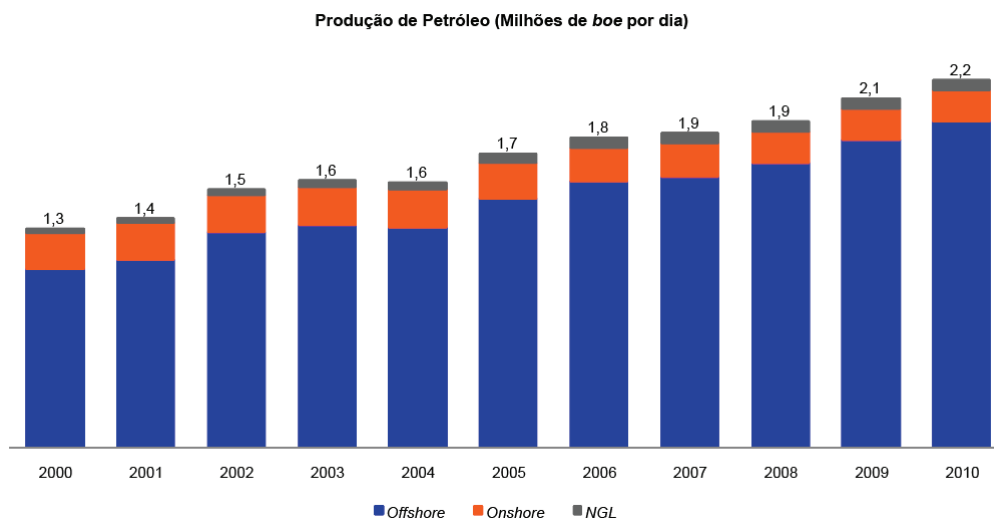
Segundo a BP Statistical Review of World Energy 2010, o Brasil possuía 15 bilhões de boe de reservas comprovadas de óleo e gás natural no final de 2009, a segunda maior da América do Sul, atrás apenas da Venezuela. As recentes descobertas no Brasil posicionaram o país como uma das áreas mais promissoras em termos de potencial de volume recuperável. A Bacia de Campos, localizada na costa sudeste, contém a maior reserva comprovada de óleo e gás natural do Brasil.

² ANP, Relação de Concessionários. Disponível em: <http://www.brazilrounds.gov.br/portugues_topo/lista_de_concessionarios.asp>.

³ ANP – Brazil Rounds. Resumo das rodadas: resultado por bloco. Disponível em: http://www.brazilrounds.gov.br/portugues_topo/resumo_geral.asp#.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A produção de óleo e gás natural no Brasil aumentou substancialmente nos últimos anos, produzindo a Bacia de Campos aproximadamente 80% da produção brasileira em 2008. Esse crescimento deverá ser mantido durante a próxima década com o aumento da produção nos principais campos e com base no desenvolvimento das descobertas mais recentes nas Bacias do Espírito Santo e de Santos.



Fonte: ANP.

Mercado de Gás no Brasil

A indústria de gás no Brasil passou por mudanças significativas na década passada. Nesse período, o gás foi o componente não-renovável do mix de energia do país que mais cresceu, tendo em vista o aumento da produção local e as importações da Bolívia, e hoje é responsável por cerca 7% da demanda total segundo o Balanço Energético Nacional de 2010, da EPE. Ainda segundo estimativas da EPE no Plano Decenal de Expansão de Energia 2019, a participação do gás natural no consumo final de energia deve chegar a 8,8% em 2019.

A capacidade brasileira de produção de gás está organizada para sustentar um rápido crescimento durante a próxima década, o que, potencialmente, irá transformar o balanço entre oferta e demanda de gás do país. O aumento do fornecimento poderá permitir ao país novas oportunidades. O gás não só poderia auxiliar a alimentar o contínuo crescimento do mercado local de gás, como, além disso, o país poderia escolher reduzir a quantidade de gás importada e, no longo prazo, tornar-se um exportador sazonal.

O crescimento deverá ser impulsionado por um aumento na produção de gás proveniente da Bacia de Santos *offshore*. No curto a médio prazo, serão os projetos de gás não associados da Petrobras, tais como Mexilhão e BS-500 Pole que vão direcionar o crescimento. No longo prazo, quantidades substanciais de gás associado proveniente das vastas reservas do pré-sal do país começarão a surgir. Além disso, ainda restam excelentes potenciais de exploração para mais descobertas de gás, tanto *onshore* como *offshore*.

O aumento local da oferta de gás, associado com a crescente base de reservas, poderá permitir a continuação do desenvolvimento do mercado local a uma taxa razoável. O crescimento do mercado local tem sido amplamente direcionado pelo aumento na demanda dos setores industrial e de geração de energia, tendo o consumo de gás natural mais que dobrado entre 2000 e 2009, segundo dados da EPE.

Geração de energia: com relação à geração de energia, a lei brasileira estipula que a geração por hidroeletricidade tem prioridade em relação a outras fontes. Isso significa que centrais térmicas são geralmente construídas para proporcionar capacidade extra, com a expectativa de crescimento constante, mas modesto.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

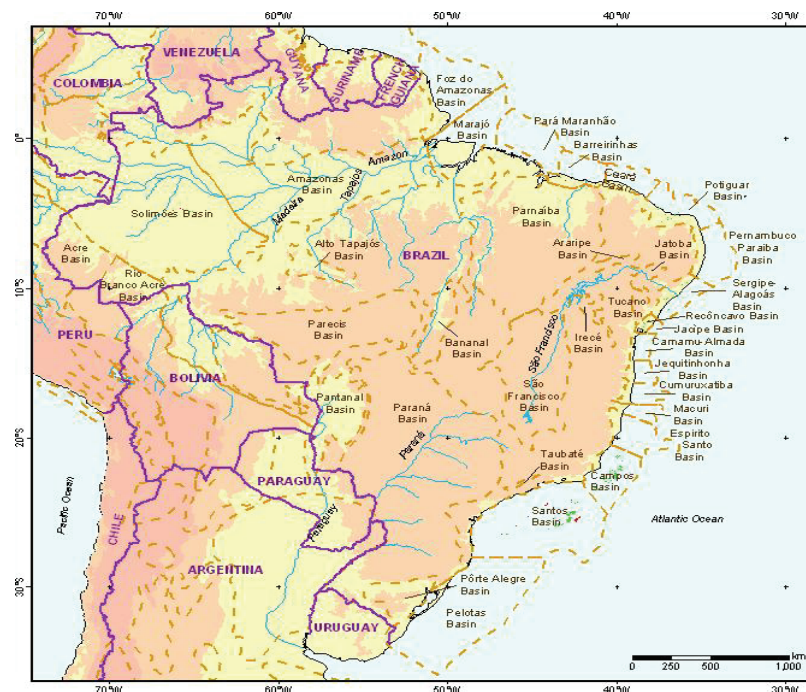
Indústria: dessa forma cabe ao setor industrial proporcionar crescimento substancial na demanda por gás. Todavia, com muitos negócios nos principais centros industriais de Rio de Janeiro e São Paulo tendo já se adaptado ao uso de gás, isso só pode ocorrer por meio de projetos industriais *greenfield*, que direcionam o crescimento futuro. Neste momento, há poucos projetos publicamente anunciados, e espera-se que a maioria do crescimento no médio prazo tenha origem em investimentos planejados da Petrobras em suas centrais de refinaria e fertilizantes. É provável que alguns incentivos de preço sejam necessários para encorajar um maior crescimento. Atualmente, os preços ao consumidor final estão em cerca de US\$8,73/mmbtu, preço médio do Leilão Eletrônico de Gás Natural realizado pela Petrobras em Novembro de 2010. Esses acordos, previstos para expirar em 2012, contêm um componente adicional no custo, componente esse que foi criado para pagar os investimentos massivos em infra-estrutura de gás que a Petrobras criou pelo país (a companhia aumentou a rede de transmissão do país de 5.500km em 2003 para mais de 9.000 km em 2010 por meio de um investimento estimado em US\$7 bilhões).

Outros: outro setor em crescimento é o de transportes. A demanda associada a veículos adaptados a gás natural (GNV) tem crescido fortemente nos últimos cinco anos, particularmente nos estados do sudeste. Mesmo que o aumento no preço do gás possa desacelerar a taxa de conversão de veículos, a expectativa é de que este mercado continue a expandir graças à melhor eficiência do combustível e à reduzida corrosão do motor com o GNV, quando comparado a misturas de gasolina e etanol. Os mercados residenciais e comerciais são pequenos, e espera-se que este continue a ser o caso, principalmente devido à falta de demanda por aquecedor.

O Brasil poderia se tornar um exportador sazonal de GNL. Isso provavelmente aconteceria durante uma temporada chuvosa, em que a vasta energia proveniente da hidroeletricidade do país esteja operando próxima à capacidade total, e também como resultado das descobertas do pré-sal. Dado que muito do abastecimento de gás do país está associado com o petróleo por natureza (i.e. o gás associado ao petróleo extraído), esse período poderia deixar o Brasil com um excesso de oferta de gás. Nessas circunstâncias, o país poderia considerar a exportação de gás, tanto para o mercado global através de GNL, como para o mercado regional através de gasodutos.

Visão Geral das Bacias Sedimentares do Brasil

Segundo a Wood Mackenzie, as áreas sedimentares brasileiras estão distribuídas por mais de 40 bacias sedimentares, sendo 29 consideradas as principais. Destas 29 maiores bacias, 15 estão localizadas *offshore*, conforme assinalado no mapa abaixo.



Fonte: Wood Mackenzie.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O arcabouço tectônico sedimentar brasileiro é formado basicamente por: (i) dois escudos cristalinos antigos, denominados Escudo das Guianas e Escudo Brasileiro; e (ii) por extensas depressões onde bacias sedimentares interiores proterozóicas e paleozóicas se formaram, principalmente as Bacias do Solimões, Amazonas, Parnaíba, São Francisco, Parecis Alto Xingu e Paraná. A evolução das bacias marítimas brasileiras foi controlada por eventos subsequentes à separação mesozóica da América do Sul da África (fase rifte), seguida da abertura do Atlântico Sul. Este evento gerou bacias denominadas do tipo rifte, contendo rochas ricas em matéria orgânica, geradoras de petróleo, depositadas em antigos lagos. Esses depósitos foram em seguida cobertos por depósitos de sal provenientes de mares rasos que intermitentemente cobriram essas bacias antes evaporar. Sobre os depósitos de sal, carbonatos foram depositados em ambiente de mar aberto e, então, recobertos por espessas seções de sedimentos clástico formados principalmente por folhelhos e arenitos, a medida que o mar se aprofundava. Na parte inicial dessa sequência, turbiditos foram depositados na camada de sedimentos subaquáticos, formando reservatórios. Os carbonatos e, mais importante, os arenitos turbidíticos depositados por extensas áreas, constituem os principais reservatórios.

As bacias marítimas são individualmente separadas por feições geológicas conhecidas como arcos, geralmente relacionados a zonas de falhamentos e a depósitos vulcânicos.

Bacia de Campos

Considerada a mais produtiva do Brasil, a Bacia de Campos respondeu por mais de 86% da produção brasileira de 2009. A Bacia de Campos está localizada predominantemente no mar, sendo que a maior parte de suas reservas fica em águas profundas. Localizada na região sudeste do Brasil, no litoral dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Bacia de Campos estende-se por uma área de cerca de 115.800 km². Ao norte, a Bacia de Campos delimita-se pelo Alto de Vitória, onde começa a Bacia do Espírito Santo, e ao sul, pelo Alto de Cabo Frio, onde começa a Bacia de Santos.

A exploração da Bacia de Campos iniciou-se com o poço 1-RJS-9-A, em fins de 1976, que deu origem ao Campo de Garoupa, com águas de 100m de profundidade. A produção comercial teve início com o poço 3-EM-1-RJS, em agosto de 1977, com produção de 10.000 *boepd* no Campo de Enchova.

A produção comercial de petróleo da Bacia de Campos teve início em agosto de 1977 nas águas rasas do Campo de Enchova. Tendo sido o primeiro campo gigante de petróleo em águas profundas brasileiras, o Albacora foi descoberto em 1984, com seus mais de 400m de profundidade. Após a descoberta seguinte, do segundo campo gigante de águas profundas, o Marlim, o foco dos trabalhos de exploração deslocou-se para as águas profundas. Em 1998, outros numerosos campos gigantes foram descobertos em águas profundas, dentre eles, Albacora Leste, Frade, Marlim Sul, Marlim Leste, Espadarte, Barracuda-Caratinga e Roncador.

Após mudança significativa na estratégia de exploração, o foco da exploração deslocou-se para as partes norte e sul da Bacia, onde ocorreram grandes descobertas, tanto em águas rasas quanto em águas profundas. Na parte norte da Bacia, a Petrobras descobriu nove novos campos (Jubarte, Cachalote, Baleia Franca, Baleia Azul, Baleia Anã, Catuá, Caxaréu, Pirambu e Mangangá), enquanto a Shell descobriu quatro (Ostra, Nautilus, Abalone e Argonauta). Na parte sul da Bacia de Campos, a Petrobras descobriu cinco outros campos (Papa-Terra, Maromba, Carataí, e Carapicu e Xerelete) e a Anadarko-Hydro e a Devon descobriram dois outros (Polvo e Peregrino, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2009, as reservas de petróleo comprovadas na Bacia de Campos foram estimadas, pela Petrobras, em 11,2 milhões de *boe* e em aproximadamente 164 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

De acordo com a ANP, a produção média diária da Bacia de Campos, em dezembro de 2010, era de aproximadamente 1.864 milhões de *boepd* e de cerca de 29,7 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

A grande quantidade de petróleo encontrada na Bacia de Campos está diretamente relacionada ao potencial de geração de hidrocarboneto de rochas geradoras do pré-sal, da idade Barremiana. As grandes acumulações da Bacia estão distribuídas entre reservatórios de idades geológicas distintas, dentre elas, as da fase rifte de *coquinas*, carbonatos marinhos da sequência transgressiva do Albiano e arenitos turbidíticos da sequência transgressiva/regressiva da sequência do Cretáceo-Terciário. Na região de águas profundas, que contém o maior volume de petróleo da Bacia, o sistema petrolífero reconhecido conecta rochas-geradoras da Formação Lagoa Feia a reservatórios de arenitos turbidíticos da sequência do Cretáceo-Terciário.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Bacia de Santos

Situada no sudeste brasileiro, ao longo da costa dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, a Bacia de Santos é considerada, do ponto de vista geológico, uma grande depressão, delimitada ao norte pelo Alto de Cabo Frio e ao sul pelo Alto de Florianópolis. Estende-se por cerca de 352.260 km² em águas profundas de 3.000m, sendo a mais extensa dentre as bacias da costa brasileira.

Além dos três campos de produção (Caravela, Merluza e Coral), a expectativa é de que a Bacia de Santos venha a ter forte impacto no mercado de óleo e gás natural brasileiros no decorrer da próxima década.

A primeira acumulação de hidrocarboneto na Bacia de Santos foi descoberta pela Pecten (campo de gás de Merluza) em 1979. Em seguida, seis outros campos de óleo e gás natural foram descobertos pela Petrobras (Tubarão, Coral, Estrela do Mar, Caravela, Caravela Sul e 1-BSS-69) até 1994. Em dezembro de 2007, 190 poços exploratórios tinham sido perfurados, 100 destes pela Petrobras.

Mais recentemente, entre 2002 e 2007, a Petrobras descobriu dez novos campos de óleo e gás natural (Cavalo-Marinho, Mexilhão, Tambaú, Uruguá, Pirapitanga, Carapiá, Tambuatá, Tupi, Carioca e Júpiter), enquanto a El Paso descobriu um campo adicional (Lagosta) e a Shell descobriu outros dois (Oliva e Atlanta).

Desde 2007, a Petrobras vem anunciando diversas descobertas importantes de campos de óleo e gás natural em águas ultra profundas na Bacia de Santos. A Petrobras confirmou ter descoberto o campo de Tupi no Bloco BM-S-11, em 8 de novembro de 2007, e calculou que o campo poderia ter reservas provadas e mais reservas prováveis recuperáveis de 5 a 8 bilhões de boe de óleo leve. Em março de 2010, a Petrobras anunciou que Tupi tinha produção potencial de 30.000 boepd. Outro possível campo gigante é o Carioca-Guará-Pão de Açúcar, descoberto a cerca de 80 km a oeste do de Tupi. Uma terceira descoberta, o campo de Júpiter, foi anunciada em 21 de janeiro de 2008, e estima-se (segundo a Petrobras) que contenha cerca de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Em setembro de 2009, a Petrobras anunciou a descoberta de óleo e de gás natural nas águas profundas de Abaré Oeste. Esse poço localiza-se no Bloco BM-S-9, próximo a outras descobertas importantes como Guará, Carioca e Iguazu. Em abril de 2009, a Petrobras anunciou a descoberta de indícios de petróleo na camada de pré-sal do poço conhecido como Corcovado-1.

Na Bacia de Santos, o primeiro campo a ser explorado foi o campo de gás de Merluza, desenvolvido pela Pecten-Shell no final dos anos 70 e durante os anos 80. Em dezembro de 2010, a produção média diária da Bacia de Santos era de 62.103 boepd e de 3,1 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. A Bacia de Santos poderia mudar significativamente o mercado de gás do Brasil.

Quatro sistemas de petróleo são conhecidos na Bacia de Santos, sendo que três deles estão relacionados a rochas geradoras de petróleo da Formação Guaratiba e (1) a reservatórios de carbonatos microbianos da Formação Guaratiba, (2) a reservatórios clásticos do Albiano e (3) a reservatórios clásticos do Superior e do Cretáceo Terciário. O quarto sistema é responsável por acumulações de hidrocarboneto no sul da bacia, estando relacionado a rochas geradoras de origem marinha dos reservatórios calcários Albo-Turonianos e dos siliciclásticos do Albiano e Cretáceo Superior.

Bacia do Espírito Santo

A atividade exploratória na Bacia do Espírito Santo teve início no final dos anos 50. Até 2001, a exploração era feita em terra, contabilizando apenas alguns resultados modestos pelos trabalhos de exploração em águas rasas. A partir de 2002, o alvo das atividades exploratórias transferiu-se para as águas profundas da Bacia, sendo feitas uma série de descobertas importantes de óleo leve e gás natural, elevando a Bacia do Espírito Santo à condição de área-chave de produção.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Localizada a leste do Brasil, estendendo-se ao longo do litoral centro-norte do estado do Espírito Santo e litoral sul do estado da Bahia, a Bacia do Espírito Santo abrange uma área sedimentar total de 129.429 km².⁴ O limite sul da Bacia do Espírito Santo é o Alto de Vitória, que a separa da Bacia de Campos, e seu limite norte é a Bacia de Cumuruxatiba na extremidade norte da Plataforma Vulcânica de Abrolhos.

A evolução tectônica sedimentar da Bacia está associada a três sequências principais: (1) a fase de rifte, relacionada com a abertura do Oceano Atlântico Sul, com siliciclásticos aluviais e flúvio-lacustres; (2) a sequência transicional, caracterizada pelos siliciclásticos e evaporitos fluviais; e (3) a sequência marinha aberta drifte, com deposição de rochas siliciclásticas e carbonadas, posteriormente recobertas por rochas siliciclásticas de águas profundas intercaladas com rochas vulcânicas, e posteriormente recobertas por uma sequência de progradação de plataforma de arenitos e carbonados. A fase de depósito de aluvião foi profundamente afetada pela tectônica do sal.

Os principais sistemas de petróleo ligam as rochosas geradoras do xisto lacustre do pré-sal e do xisto marinho albio-cenomaniano aos reservatórios do pré-sal superior, do cretáceo superior e do terciário. Em dezembro de 2010, a produção de petróleo na Bacia do Espírito Santo era de aproximadamente 58.983 bilhões de boepd e a produção de gás natural era de aproximadamente 9,7 milhões de metros cúbicos por dia.

As atividades exploratórias tiveram início em 1957 na Bacia do Espírito Santo, sendo que o campo de Mateus foi descoberto em 1969. A Bacia do Espírito Santo tornou-se a quarta bacia do Brasil a produzir petróleo, a partir de 1973. A infraestrutura de transporte dentro da Bacia começou a operar em 1981.

Mais recentemente, entre 2002 e 2007, quatro novos campos de gás natural e de óleo leve (Golfinho, Canapu, Camarupim, Peroá-Cangoá e Carapó) foram descobertos, aumentando enormemente a expectativa de novas reservas na região de águas profundas da Bacia.

Em dezembro de 2007, a Petrobras anunciou a descoberta de novos reservatórios de gás natural ao norte do campo de Camarupim. Posteriormente, em dezembro de 2008, a Petrobras descobriu uma área complementar de gás natural em Camarupim, denominada Tot. Além de Camarupim, reservas complementares foram descobertas no campo de Peroá-Cangoá, ao norte da Bacia do Espírito Santo e no campo de Golfinho. As descobertas ratificaram o grande potencial de óleo e de gás natural dessa Bacia, que pode resultar no aumento dos volumes recuperáveis aguardados nesta área.

Bacia de Camamu

A Bacia de Camamu está localizada na costa sul do estado da Bahia. A Bacia de Camamu, que cobre parcialmente a planície costeira, delimita-se ao norte com as bacias do Jacuípe e do Recôncavo pelas zonas de transferência de Itapoã e Barra, respectivamente. Ao sul, delimita-se com a Bacia do Jequitinhonha pelo Alto de Olivença. Na data deste documento, existiam sete campos de petróleo na Bacia, sendo que dois pequenos campos em terra: Morro do Barro (gás natural) e Jiribatuba (petróleo) e cinco campos offshore: Pinaúna (petróleo), Sardinha (petróleo e gás natural), Manatí (gás natural) e Camarão/Camarão Norte (óleo e gás natural). No final de 2009, quatro destes campos encontravam-se em fase de desenvolvimento – Camarão, Camarão Norte, Pinaúna e Sardinha – e três destes já se encontram em fase de produção – Jiribatuba, Manatí e Morro do Barro.⁵

Bacia do Jequitinhonha

Com uma área de aproximadamente 10.000 km², a Bacia do Jequitinhonha integra a região sul da margem continental do estado da Bahia. A origem da Bacia do Jequitinhonha relaciona-se ao processo de estiramento crustal, que culminou na ruptura do continente Gondwana e na formação do Oceano Atlântico. Sua evolução sedimentar tectônica inclui uma fase rifte, abrangendo os depósitos continentais predominantemente siliciclásticos de Formação Mariricu (Barremiano/Aptiano), e uma fase pós rifte que compreende os depósitos marinhos de formações em águas rasas e formações São Mateus e Regência (Albiano/Cenomaniano), sedimentos marinhos pelíticos das águas profundas da Formação Urucutuca e os depósitos de plataforma de formações Rio Doce e Caravelas (Neocretáceo/Terciário).

Com cerca de 27 poços exploratórios perfurados até hoje, a Bacia do Jequitinhonha apresenta indícios de hidrocarbonetos líquidos e de gases dispersos por diversos poços, mas com apenas uma acumulação de petróleo subcomercial descoberto pelo poço 1-BAS-37. Nessa acumulação, a trapa inclui reservatórios siliciclásticos (arenito e conglomerado) do Membro Mucuri, depositados sobre uma base alta e selados por camadas de evaporito do

⁴ ANP. Nona rodada de licitações – Bacia do Espírito Santo. Disponível em <http://www.anp.gov.br/BRND/round9/round9/seminario_tecnico.asp#seminario_tecnico_ambiental>.
⁵ ANP. Anuário Estatístico, 2010, p. 62 e 63.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Membro Itaúnas, ambos da Formação Mariricu. Esse poço produziu cerca de 900.000 boe e 12 milhões de metros cúbicos de gás entre 1980 e 1984.

Outras Bacias Brasileiras

Bacias Marítimas

Além das Bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo, existem outras bacias que compõem a região sedimentar brasileira. Muitas bacias ainda não foram exploradas ou estão sendo sub-exploradas, sendo consideradas bacias fronteiriças, como as Bacias de Foz do Amazonas e de Barreirinhas, na Margem Equatorial Brasileira; as bacias de Pernambuco-Paraíba e Jacuípe, na margem nordeste do Brasil; a bacia de Cumuruxatiba, na margem leste; e a bacia de Pelotas, no extremo sul do Brasil. Outro grupo de bacias, dentre elas a do Ceará, Potiguar e Sergipe-Alagoas, situadas na região nordeste da costa brasileira, são bacias produtivas em águas rasas, estando praticamente inexploradas em águas profundas (com exceção do campo de Piranema na bacia de Sergipe-Alagoas).

As bacias de Foz do Amazonas e Barreirinhas situam-se na parte noroeste da costa brasileira equatorial. Essas bacias ainda são consideradas áreas fronteiriças com riscos de exploração. A bacia Potiguar está localizada na extremidade do país, sendo uma bacia de margem tipicamente passiva que sofreu deslocamento continental e separação das placas. A bacia compreende uma área de aproximadamente 48.000 km², estendendo-se tanto sobre a terra quanto sobre o mar, estando sua maior área localizada em terra ou em águas rasas.

Bacias terrestres

As bacias terrestres brasileiras dividem-se em dois tipos principais: as bacias internas do Proterozóico-Paleozóico e as bacias costeiras do Cretáceo. Considerando as bacias internas do Proterozóico-Paleozóico, exceto a baía do Solimões (que já produz óleo e gás natural), todas as outras ainda não foram exploradas ou estão sub-exploradas (dentre elas as do Acre, Amazonas, Parnaíba, São Francisco, Paraná e as bacias de Parecis Alto Xingu). Considerando as bacias costeiras do Cretáceo, embora as bacias de Potiguar, Sergipe-Alagoas, Recôncavo e Espírito Santos sejam todas consideradas bacias maduras, muitas outras (dentre elas as bacias de Marajó, Araripe-Rio do Peixe, Tucano, São Luiz e Tacutu) ainda estão pouco ou nada exploradas.

Infraestrutura

Infraestrutura de Petróleo

Oleoduto de Petróleo

A infraestrutura de petróleo no Brasil é ainda de âmbito relativamente limitado, sendo que a maior parte da produção de petróleo no país, em especial a originária de águas profundas, é carregada nos petroleiros e embarcada diretamente em terminais costeiros e refinarias, ou exportada.

Gasoduto

Os mercados de gás natural, em comparação aos de petróleo, são em geral regionais devido às limitações de transporte, uma vez que o gás deve ser transportado por meio de gasodutos ou exige a conversão do gás natural em gás liquefeito antes de ser transportado por embarcações especiais.

Bacia de Campos – Águas Rasas

Existe uma infraestrutura de petróleo importante nas águas rasas da Bacia de Campos, sem dúvida a mais importante bacia produtiva. O petróleo produzido nessa área, nos campos mais maduros, é transportado para o litoral por oleodutos de 22 polegadas, no Campo de Garoupa, e por oleodutos de 24 polegadas, no Campo de Enchova. Os dois dutos alcançam costa nas proximidades da Barra do Furado. Nesse local, as produções dos dois oleodutos são misturadas e lançadas através de um único oleoduto de 38 polegadas até Cabiúnas, 10 km a nordeste de Macaé.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Bacia de Campos – Águas Profundas (PDET)

Um passo importante foi dado em 2007 com o Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Óleo, ou PDET. Esse projeto permitiu que uma parte do petróleo anteriormente transportado por petroleiros fosse transportada para o litoral por meio de oleodutos construídos para atender aos três campos da Bacia de Campos: Marlin Leste, Marlin Sul e Roncador. O projeto incluiu a instalação de uma plataforma fixa (conhecida como Plataforma Autônoma de Rebombeamento, ou PRA-1) localizada a 113 km da costa, em águas rasas (110 m), próxima ao campo de Garoupa. A PRA-1 centraliza petróleo de três campos, armazenando-o em um navio FSO (Cidade de Macaé MV15) situado próximo ao local em que o petróleo é então descarregado em petroleiros para viagens curtas (dois mono flutuadores fornecem capacidade extra para descarregamento, caso seja necessário). A capacidade do sistema é de 818.000 *boepd* e exigiu um investimento de capital de aproximadamente 1 bilhão de dólares norte americanos.

Bacia do Espírito Santo

Em novembro de 2007, o FPSO Cidade de Vitória iniciou as operações na Bacia do Espírito Santo. Um gasoduto dedicado de 75km estende-se do FPSO até a costa. O FPSO Cidade de Vitória viaja entre os campos de Canapu e Golfinho. Camapurim também opera com um FPSO que bombeia gás para uma PLEM, que se estende por apenas 86 metros de água, e é o ponto de venda de gás. As plataformas Peroá-Cangoá são ligadas por oleoduto, e da plataforma de Peroá, um oleoduto de 56 km transporta o fluxo de gás/condensado para a fábrica de processamento de gás de Cacimbas. A produção de petróleo de todos os campos é transportada por petroleiros.

Outras Bacias

Sistemas de oleodutos locais também ligam as bacias de Sergipe-Alagoas, Potiguar e do Recôncavo – que não estão próximas dos grandes centros de consumo – aos terminais marítimos de exportação, onde o petróleo é despachado por navio para as refinarias de Fortaleza, da Bahia e de outros estados. A Bacia de Santos atualmente não conta com infraestrutura para petróleo.

Map of Oil Infrastructure in Brazil



Fonte: Wood Mackenzie.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Concorrência

A Petrobras continua sendo a maior empresa na indústria brasileira de óleo e gás. Outras empresas que possuem uma participação relevante nessa indústria incluem a BG, Shell, Repsol, Exxon, Galp, OGX, Queiroz Galvão, Devon Energy, Chevron, Statoil, El Paso, Anadarko, ONGC e a Sonangol. O foco da Companhia são atividades de E&P (exploração e produção), e ela acredita que a presença de outras companhias nacionais e internacionais de óleo e gás natural ofereça uma oportunidade para a criação de parcerias, o que permitiria a troca de conhecimento técnico, a diversificação da exposição da Companhia e a redução de riscos financeiros ao se evitar as participações majoritárias em novos projetos de exploração.

Após o fim do monopólio da Petrobras, e, particularmente, nas rodadas de licitações realizadas pela ANP recentemente, a indústria atraiu uma quantidade significativa de novos concorrentes para o Brasil. No total, 40 companhias nacionais e internacionais participaram da décima rodada de licitação realizada pela ANP em 2008. Apesar disso, desde a realização da primeira rodada de licitação em 1999, as companhias de óleo e gás natural, exceto pela Petrobras, só atingiram fase de produção em seus blocos recentemente.

O ambiente competitivo gerado em função da Lei do Petróleo criou novas oportunidades para companhias de pequeno porte, que ganharam espaço no mercado brasileiro de E&P (exploração e produção), principalmente nas áreas terrestres, que requerem um investimento menor para competir com empresas concorrentes de maior porte. Em 31 de dezembro de 2009, 28 companhias eram proprietárias de ativos e operavam nessas bacias em terra. Nas dez primeiras rodadas de licitação, a maior parte dos 765 blocos exploratórios foram concedidos para outras empresas que não a Petrobras. A ANP incentivou a participação de empresas brasileiras nas últimas quatro rodadas de licitação, o que aumentou a concorrência entre elas. Em janeiro de 2011, 74 grupos econômicos, sendo 38 de origem brasileira, incluindo a Petrobras, atuavam no Brasil em atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Os esforços da ANP em diversificar e atrair novos concorrentes para o Brasil têm sido bem sucedidos. Diversas companhias internacionais de grande porte já estão em fase de produção, incluindo a Petrosynergy, a W. Washington, a Aurizônia e a Recônvavo E&P.

d. sazonalidade

O consumo na indústria de petróleo apresenta sazonalidade, o que poderá afetar o equilíbrio entre oferta e demanda dos produtos da Companhia. A Companhia está sujeita à sazonalidade tanto no mercado interno, quanto no exterior, o que pode influenciar particularmente a demanda por derivados de petróleo, tais como sazonalidade agrícola e as estações de inverno e verão no hemisfério norte (principalmente com relação a óleo para aquecimento, propano e querosene).

e. principais insumos e matérias-primas, informando

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia e sua controlada são partes em diversos contratos pelos quais contrata bens e serviços diversos, complementares ou acessórios à sua principal atividade, bem como aqueles destinados a suportar suas atividades administrativas. Esses contratos, quando considerados em conjunto, são relevantes para os negócios da Companhia e sua controlada. Não há, todavia, contratos relevantes de bens ou serviços com determinado fornecedor, cuja rescisão ou renegociação possa impactar substancialmente os negócios da Companhia e sua controlada.

Os principais serviços utilizados pela Companhia e sua controlada são: (i) aquisição e processamento de dados de geologia, geoquímica e geofísica; (ii) perfuração e avaliação de poços; (iii) transporte aéreo e marítimo; (iv) preparação de acessos e bases de perfuração; e (v) preparação de bases de logística e apoio.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os principais materiais e equipamentos utilizados pela Companhia estão disponíveis no Brasil, mesmo aqueles de origem estrangeira. Dentre tais materiais e equipamentos destacamos: (i) insumos para as atividades de perfuração como produtos químicos para lama de perfuração, cimento e aditivos, entre outros; (ii) tubos de revestimento e tubos de perfuração e produção; e (iii) combustíveis para embarcações.

Todos os investimentos conduzidos nas atividades de exploração e futuramente produção no Brasil devem atender às ofertas feitas pela Companhia nos leilões da ANP, quanto ao “conteúdo local” e “investimentos mínimos” comprometidos quando da aquisição dos blocos de exploração.

Os principais fornecedores de serviços da Companhia, que através da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. explora as reservas na Bacia do Espírito Santo são: (i) ANP; (ii) Westerngeco Serviços de Sísmica Ltda.; e (iii) Southern Westerngeco (sísmica). O saldo a pagar à ANP refere-se ao gasto anual pela retenção das áreas de concessão.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Para maiores informações sobre os nossos principais fornecedores, ver item “i” acima.

De maneira geral, as atividades da Companhia e sua controlada estão sujeitas a dependência de poucos fornecedores e a Companhia acredita que os contratos com fornecedores sejam em termos e condições competitivos. Alguns serviços, entretanto, são prestados por poucas empresas no Brasil, como os de aquisição sísmica e perfuração de poços. Porém, mesmo em tais casos, a Companhia acredita que não haja dependência específica ou sujeição atual ou futura a poucos fornecedores, na medida em que existe um intercâmbio comercial adequado no Brasil, o que cria condições de competição adequadas.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Em relação à volatilidade de preços ou custos dos bens e serviços, tem-se observado que os custos das atividades de exploração e produção apresentam certa correlação com os preços do petróleo no mercado internacional. Sendo esta uma indústria internacional, os prestadores de serviço internacionais tendem a ser influenciados pelos preços do mercado do petróleo.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada ainda não possuem clientes.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Ambiente regulatório brasileiro

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 177, reafirmou o monopólio da União sobre a prospecção e exploração de petróleo, recursos de gás natural e outros depósitos de hidrocarboneto fluido, bem como sobre a refinação, importação, exportação e transporte marítimo ou por gasoduto de petróleo bruto e gás natural. Na data da promulgação, em 1988, a Petrobras era a única empresa qualificada a explorar e produzir óleo e gás natural no Brasil.

Em 9 de novembro de 1995, a emenda constitucional n° 9 foi editada, nos termos da qual empresas de exploração e produção poderiam participar de contratos de concessão para explorar e produzir óleo e gás natural, sujeitas às condições previstas na legislação aplicável.

A Lei n° 9.478 de 6 de agosto de 1997, chamada de “Lei do Petróleo”, prevê:

- a criação do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- a exploração e a produção de hidrocarbonetos, a serem regulamentadas e supervisionadas pelo Governo Federal por meio de uma agência estatal normativa;
- a revogação da Lei 2.004/53, que indicava a Petrobras como o agente exclusivo para exercer o monopólio da União;
- os principais termos e condições aplicáveis aos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos; e
- as atividades desenvolvidas pela Petrobras antes da promulgação da Lei do Petróleo, conferindo à mesma (sem necessidade de procedimento licitatório) o direito de: (i) produzir com exclusividade nos campos em que já iniciara produção; e (ii) explorar as áreas nas quais pudesse demonstrar indícios da realização de investimentos e trabalhos prévios.

Em março de 2009, o Congresso Nacional promulgou uma lei que regulamenta as atividades na indústria do gás, incluindo o transporte e comercialização. A Lei do Gás criou um regime de concessão para a construção e operação de novos gasodutos, mantendo ao mesmo tempo um regime de autorização para os gasodutos sujeitos a acordos internacionais. De acordo com a Lei do Gás, após um determinado período de exclusividade as operadoras serão obrigadas a dar acesso aos gasodutos e terminais *offshore*, exceto os terminais de GNL, a terceiros, a fim de maximizar a utilização da capacidade. Autorizações anteriormente emitidas pela ANP para o transporte de gás natural permanecerão válidas por 30 anos a contar da data de publicação da Lei do Gás e as primeiras transportadoras receberem exclusividade para esses gasodutos por 10 anos. A ANP emitirá os regulamentos que regem o acesso de terceiros e remuneração do transportador, se não houver acordo entre as partes.

A Lei do Gás também autorizou alguns consumidores, que podem adquirir gás natural no mercado aberto ou obter o seu próprio abastecimento de gás natural, a construir instalações de distribuição e gasodutos para uso próprio para o caso de as distribuidoras de gás locais, controladas pelos Estados que têm o monopólio sobre a distribuição local de gás, não satisfazerem as suas necessidades de distribuição. Esses consumidores são obrigados a delegar a operação e manutenção das instalações e gasodutos a distribuidoras de gás locais, mas eles não estão obrigados a firmar acordos de fornecimento de gás com as distribuidoras de gás locais.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e BioCombustíveis (ANP)

Criada pela Lei do Petróleo, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) é uma autarquia especial integrante da Administração Pública Federal vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A função da ANP é regular e supervisionar o setor de óleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis no Brasil. Um dos principais objetivos da ANP é criar um ambiente competitivo para o setor de óleo e gás natural no Brasil, que resultaria em menores preços e melhores serviços para os consumidores brasileiros. Outras principais responsabilidades incluem (i) promover e exigir o cumprimento da regulação do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis do País, (ii) a realização de leilões ofertando blocos de exploração *onshore* e *offshore*, (iii) autorizar o transporte, a importação e a exportação, o refino e o processamento de produtos derivados do petróleo, gás natural e biocombustíveis, e (iv) fiscalizar as atividades econômicas integrantes das indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis, de acordo com o estabelecido na Lei do Petróleo, regulamentada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, nas diretrizes emanadas do CNPE e em conformidade com os interesses do País.

Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

O CNPE (*Conselho Nacional de Política Energética*) também foi criado pela Lei do Petróleo e é presidido pelo Ministro das Minas e Energia. O CNPE tem a tarefa de propor políticas nacionais de energia, criar políticas de produção de petróleo e gás natural e estabelecer as diretrizes relativas aos procedimentos licitatórios de blocos exploratórios e áreas com viabilidade reconhecida, de acordo com o estabelecido na Lei do Petróleo.

Política de Preços

Até a promulgação da Lei do Petróleo, o Governo Federal regulava todos os aspectos dos preços do petróleo e derivados no Brasil, desde o custo do petróleo importado para uso em refinaria até o preço dos produtos derivados do petróleo refinado. Após a promulgação da Lei do Petróleo em 1997, o Governo Federal alterou as suas políticas de regulamentação dos preços, tendo: (i) introduzido uma nova metodologia para determinação dos preços de derivados de petróleo destinados a seguir os preços internacionais predominantes em dólares e (ii) eliminado gradualmente os controles sobre os preços no atacado.

Desde 1º de janeiro de 2002, nos termos da Lei nº 9.990/00, o Governo Federal eliminou os controles de preços do petróleo e derivados de petróleo, exceto pelo gás natural vendido para usinas movidas a gás e GLP. Isso resultou em maior competição e ajustes adicionais nos preços, uma vez que outras empresas foram autorizadas a participar do mercado brasileiro e importar e/ou exportar petróleo, derivados de óleo e gás natural.

Em 2009, a Lei do Gás autorizou a ANP a regular os preços dos novos gasodutos sujeitos ao regime de concessão, utilizando procedimentos de "início de temporada" definido na Lei do Gás e aprovou os preços informados pelos transportadores para os gasodutos sujeitos a licenças.

Concessões

A ANP é responsável pela concessão dos direitos de exploração, de desenvolvimento e de produção de óleo e gás natural nas bacias sedimentares do Brasil por meio de um processo de licitação transparente e competitivo, conduzido nos termos dos artigos 8º e 23º da Lei do Petróleo. A única exceção foi a chamada Rodada Zero, em que foram outorgados diretamente à Petrobras contratos de concessão relativos a blocos de exploração e produção nos quais a mesma já tinha realizado atividades e/ou assumido compromissos financeiros, antes da promulgação da Lei do Petróleo. A concessão direta de tais blocos à Petrobras na Rodada Zero foi um reconhecimento das prévias atividades desenvolvidas pela empresa nessas áreas, na qualidade de única executora do monopólio estatal então existente e a preservação dos seus direitos já adquiridos durante o regime de monopólio. A ANP conduziu dez rodadas de licitação de blocos de exploração desde 1999.

A identificação e definição dos blocos a serem oferecidos se baseiam na disponibilidade de dados geológicos e geofísicos que indicam a possibilidade de hidrocarbonetos. Além disso, para fins de proteção do meio ambiente, a ANP, o Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e as agências ambientais estaduais analisam todas as áreas antes de decidir quais blocos serão oferecidos nas rodadas de licitação. Os níveis de exigência do licenciamento ambiental dos diversos blocos a serem leiloados são então publicados, permitindo que a futura concessionária inclua considerações ambientais ao determinar quais projetos irá buscar. Essas diretrizes ambientais são revisadas e atualizadas a cada rodada de licitação da ANP.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Para fins de participação nas rodadas de licitação conduzidas pela ANP, as empresas, brasileiras ou não, devem se qualificar individualmente, indicando sua capacidade técnica e financeira, bem como sua experiência anterior. As empresas podem, no entanto, apresentar suas ofertas durante o processo individualmente ou através de consórcio. No caso de formação de consórcio, a ANP exige a nomeação de uma empresa líder, designada como "operadora," que irá liderar o consórcio e será responsável pelas suas atividades, sem prejuízo da responsabilidade conjunta dos outros membros não-operacionais do consórcio. O operador deterá pelo menos 30% da concessão.

O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de um conjunto de documentos chamado "manifestação de interesse", o qual compreende as seguintes informações (juntamente com quaisquer outras informações que a companhia considere relevantes): (i) contrato/estatuto social da companhia e atas de assembleias de acionistas; (ii) procuração relativa à designação do representante da companhia junto à ANP; (iii) qualificação do representante da companhia, incluindo o número de telefone e endereço; (iv) acordo de confidencialidade, o qual deve ser celebrado com a ANP pelo representante da companhia; (v) descrição da denominação social da companhia e de quaisquer pessoas que detenham mais de 20% de seu capital votante, com a descrição das respectivas ações detidas; (vi) carta de encaminhamento assinada pelo representante da companhia, a qual deve ser entregue para atestar a veracidade de todas as informações contidas nos documentos exigidos no processo de licitação; (vii) declaração da companhia atestando que tem conhecimento das leis brasileiras que proíbem e punem comportamentos considerados prejudiciais aos objetivos do processo de licitação e que não terá quaisquer desses procedimentos; e (viii) qual função a companhia deseja desempenhar, como operadora – A, B ou C – ou como não operadora, sendo que as operadoras A estão habilitadas a apresentar propostas para todos os blocos, as operadoras B estão limitadas a blocos terrestres e em águas rasas, e as operadoras C estão restritas a blocos terrestres.

A empresa que submete uma declaração de interesse deverá efetuar o pagamento de uma taxa de participação antes do envio das suas qualificações técnicas, jurídicas e financeiras. Após o pagamento, a empresa receberá um pacote contendo todas as informações relevantes sobre as áreas de licitação, normalmente compostas de informações técnicas e sumários geológicos. A taxa de participação varia de acordo com a bacia onde os blocos estão localizados, e as empresas podem apenas apresentar ofertas para blocos localizados nos setores da bacia para aos quais as empresas efetuaram o pagamento das taxas de participação.

Caso a empresa decida prosseguir, a mesma participará de uma segunda rodada de qualificação, que levará em consideração determinadas questões técnicas, jurídicas e financeiras, que visam determinar a capacidade técnica e operacional do licitante conforme descrito abaixo:

- **Habilitação técnica:** a habilitação técnica de companhias será baseada na respectiva experiência nas atividades de exploração e produção de óleo e gás natural. A companhia poderá requerer habilitação técnica como operador ou não operador, sendo que as companhias que solicitarem habilitação como operadoras devem apresentar um resumo técnico das informações que fundamentem sua capacidade operacional. As companhias que se habilitarem como não operadores, só poderão participar de uma rodada de licitação como membro de consórcio que tenha um operador habilitado a operar o bloco em questão. As companhias poderão se habilitar como operadores A, B ou C, sendo que os operadores A têm permissão para darem lances para todos os blocos, os operadores B apenas para blocos terrestres e de água rasa, e os operadores C exclusivamente para blocos terrestres;
- **Habilitação jurídica:** o componente de habilitação jurídica requer a apresentação à ANP de documentação societária adequada. Essa documentação inclui os estatutos sociais ou contratos sociais da empresa bem como uma descrição jurídica da cadeia acionária da mesma. Empresas estrangeiras devem apresentar documentação provando que as mesmas foram validamente constituídas segundo as leis de seu país de origem e contendo compromisso de que, caso sejam vencedoras da licitação, irão constituir uma sociedade empresária com sede e administração no Brasil, incorporada segundo as leis brasileiras; e
- **Habilitação financeira:** a habilitação financeira é verificada com base no patrimônio líquido exigido, com diferentes limites correspondentes a vários níveis de habilitação. Na nona rodada de licitação, um operador A era obrigado a ter um patrimônio líquido mínimo de R\$22 milhões; um operador B era obrigado a ter um patrimônio líquido mínimo de R\$20 milhões; e um operador C de R\$1 milhão. Uma empresa com menos de R\$1 milhão de patrimônio líquido não pode dar lance a menos que seja parte de um consórcio. A habilitação financeira é verificada com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, referências bancárias, e/ou outros registros financeiros.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Caso todas as exigências sejam atendidas, a empresa será considerada como qualificada para participar da licitação e apresentar ofertas pelas áreas de licitação dentro da sua categoria.

Participações Governamentais

Com a entrada em vigor da Lei do Petróleo e das regulamentações aplicáveis emitidas pela ANP, os concessionários são obrigados a pagar ao Governo Federal o seguinte:

- bônus de assinatura;
- pagamento por ocupação e retenção da área;
- participação especial; e
- *royalties*.

O valor mínimo dos bônus de assinatura é estabelecido nas regras da licitação para as concessões a serem leiloadas, estando o valor final para pagamento baseado no valor da proposta vencedora. Os bônus de assinatura devem ser pagos no ato da assinatura do contrato de concessão com a ANP.

O pagamento a título de ocupação e retenção das áreas de concessão é determinado nas respectivas regras da licitação e deve ser pago anualmente. Para fins do cálculo desse pagamento, a ANP leva em consideração fatores como a localização e o tamanho do respectivo bloco concedido, a bacia sedimentar e as suas características geológicas. Não obstante, o artigo 28 do Decreto nº 2.705/98 estabelece requisitos mínimos e máximos para a cobrança desse valor. Tais requisitos podem variar de acordo com a fase em que o bloco concedido se encontra. Para esse fim, as fases de exploração, desenvolvimento e produção (nessa ordem) possuem requisitos crescentes.

A participação especial será devida pelas concessionárias na hipótese de obterem elevados volumes de produção e/ou rentabilidade a partir dos campos de petróleo, em conformidade com critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável. A participação especial será paga trimestralmente por campo a partir da data em que ocorrer a produção extraordinária. Quando devida, a participação especial variará entre 0% e 40% da receita líquida dependendo (i) do volume de produção, (ii) ano de início da produção e (iii) se o bloco localiza-se em terra, águas rasas ou profundas. De acordo com a Lei do Petróleo e a regulamentação aplicável editada pela ANP, a participação especial é calculada com base na receita líquida trimestral de cada campo, que consiste na receita bruta calculada utilizando-se preços de referência publicados pela ANP (que reflitam os preços internacionais e a taxa de câmbio no período) menos:

- royalties pagos;
- investimento na exploração;
- custos operacionais; e
- ajustes de amortização e tributos incidentes.

A ANP também é responsável pela determinação dos royalties mensais a serem pagos com relação à produção. Os royalties geralmente correspondem a uma porcentagem entre 5% e 10% aplicada aos preços de referência de petróleo e gás natural, conforme estabelecido no respectivo edital de licitação e contrato de concessão. Ao determinar a porcentagem dos royalties aplicáveis a um bloco específico objeto de concessão, a ANP leva em consideração, entre outros fatores, os riscos geológicos envolvidos e os níveis de produção esperados. Os royalties no Brasil consistem em uma contribuição financeira similar a um “*severance tax*”, e as respectivas reservas estão incluídas nas reservas por nós divulgadas.

A Lei do Petróleo também exige que as concessionárias de campos terrestres paguem ao proprietário das terras uma participação especial, que varia entre 0,5% e 1,0% da receita operacional líquida derivada da produção no campo.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Análise das Ofertas

Na análise das ofertas apresentadas pelas empresas interessadas, a ANP identifica a oferta mais vantajosa com base em critérios objetivos definidos no edital de convocação aplicável. A pontuação é definida para cada oferta. Na última rodada de ofertas, o critério incluía os seguintes fatores: (i) bônus de assinatura, com peso relativo de 40%; (ii) compromisso da concessionária em utilizar os fornecedores brasileiros locais de acordo com os percentuais exigidos no edital, com peso relativo de 20% (5% na fase de exploração e 15% na fase de desenvolvimento); e (iii) o Programa Exploratório Mínimo – PEM, com peso relativo de 40%.

Contratos de Concessão

Contratos de concessão para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, celebrados com a ANP, disciplinam os direitos e obrigações que regerão a relação com o licitante vencedor sobre determinados blocos de exploração.

Conforme dispõe o artigo 24 da Lei do Petróleo, os contratos de concessão serão divididos em duas fases, quais sejam, a fase de exploração, que inclui as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, e a fase de produção, que inclui as atividades de desenvolvimento.

Os contratos celebrados com a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. determinam que a fase de exploração terá o prazo de 6 (seis) anos e a fase de produção terá o prazo de 27 (vinte e sete) anos, com possibilidade de reduções ou prorrogações mediante aprovação da ANP.

As cláusulas essenciais dos contratos de concessão são aquelas dispostas no art. 43, da Lei do Petróleo, e incluem, entre outras: (i) a definição do bloco objeto da concessão; (ii) o prazo de duração da fase de exploração e as condições para sua prorrogação; (iii) o programa de trabalho e o volume do investimento previsto; (iv) a indicação das garantias a serem prestadas pela concessionária quanto ao cumprimento do contrato; (v) os procedimentos para acompanhamento e fiscalização das atividades de exploração, desenvolvimento e produção, e para auditoria do contrato; (vi) as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem internacional; (vii) os casos de rescisão e extinção do contrato; (ix) as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pela concessionária das obrigações contratuais; e (x) procedimentos relativos à transferência do contrato.

Dentre os principais direitos das concessionárias estão incluídos, entre outros, (i) o direito exclusivo de realizar as operações de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção na área de concessão; (ii) a propriedade dos volumes de petróleo e gás natural efetivamente produzidos e recebidos; (iii) o direito de dispor livremente dos volumes de petróleo e gás recebidos, respeitada a exigência, que pode vir a ser feita pela ANP, de abastecimento do mercado nacional, em caso de emergência nacional que possa colocar em risco o fornecimento de petróleo ou gás natural.

As principais obrigações das concessionárias versam sobre: (i) a assunção, em caráter exclusivo, de custos e riscos relacionados com a exploração e a produção de petróleo e gás; (ii) o cumprimento do compromisso relacionado à aquisição de ativos e serviços de fornecedores domésticos; (iii) o cumprimento das exigências pertinentes à implementação do Programa Exploratório Mínimo – PEM; (iv) a apresentação periódica de relatórios, dados e informações relevantes para a ANP; (v) os pagamentos pela participação governamental e de terceiros; e (vi) a responsabilidade pelos custos relacionados à desativação e abandono de instalações.

No que diz respeito à solução de controvérsias entre as partes, tem-se que, nos termos dos contratos de concessão celebrados com a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., na hipótese de alguma das partes considerar que não existem condições para uma solução amigável de controvérsia, esta deverá submeter referida controvérsia a processo arbitral *ad hoc*, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem), pautado nas regras da Câmara de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio, a ser conduzido por 3 árbitros, na cidade do Rio de Janeiro, sendo aplicável ao mérito a legislação brasileira.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Contratos de Consórcio

Para mitigar os riscos de exploração e maximizar o escopo do seu portfólio, diversas empresas do setor de óleo e gás natural no Brasil participam de licitações através de consórcio. O processo envolve a celebração de um acordo vinculante entre as partes antes da rodada de licitação, que descreve, dentre outros termos e condições, a pauta para estudo conjunto da área em questão e bem como as participações a serem detidas por cada um dos membros. Em geral, as partes arcam com os custos relacionados à área de concessão proporcionalmente à sua participação naquela área. A legislação brasileira também prevê responsabilidade solidária entre os membros do consórcio. Uma vez que o consórcio não corresponde integralmente uma entidade jurídica para fins da legislação fiscal brasileira, o mesmo não é considerado como contribuinte independente.

Após a rodada de licitações, seja antes ou após a assinatura do contrato de concessão entre as partes e a ANP, os membros do consórcio podem celebrar um contrato operacional (“Contratos de Consórcio”), no qual são divididas as responsabilidades e investimentos para exploração e produção do bloco. Esses acordos particulares geralmente se baseiam em um modelo padrão preparado pela Associação de Negociadores Internacionais de Petróleo – ANIP. Nos termos deste modelo, os consórcios são geridos por um comitê operacional, responsável pela supervisão e direcionamento geral das operações conjuntas e que representa a maior autoridade colegiada do consórcio.

Regime de Compartilhamento de Produção

A Lei nº 12.351, publicada em 22 de dezembro de 2010, estabeleceu um regime de exploração compartilhada dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas pré-determinadas. De acordo com esse regime, os blocos seriam ofertados ou à Petrobras, ou ao mercado por meio de um procedimento licitatório. No caso de os blocos serem oferecidos por licitação pública, o vencedor da licitação será a empresa que oferecer ao governo brasileiro a maior porcentagem de “excesso de petróleo”, que é a produção de hidrocarbonetos do que sobra depois de deduzido o “petróleo de custo”, que seriam os hidrocarbonetos dedicados à compensação dos custos de exploração e produção. Nesse modelo, os riscos da exploração são assumidos exclusivamente pela parte contratada. Se o contrato de concessão compartilhada for concedido, um consórcio seria formado entre as empresas ganhadoras da licitação, a Petrobras (como operadora e com uma participação mínima de 30%) e a PPSA.

Outra criação da Lei nº 12.351/2010 foi um fundo para administrar recursos do governo para participação nos mercados de petróleo, gás natural e outras atividades relacionadas a hidrocarbonetos de outras fontes. Tais recursos serão aplicados em projetos públicos e programas de combate à pobreza, desenvolvimento da educação, cultura, ciência e tecnologia, e sustentabilidade ambiental.

Contratos de Farm-In/Farm-Out

As empresas do setor de óleo e gás natural podem ceder suas participações em um determinado bloco de exploração, no todo ou em parte, por meio de contratos conhecidos como contratos de *farm-out*, ou contratos de participação. Os contratos de *farm-out* têm sido aprovados pela ANP desde que as partes estejam habilitadas. Os termos e as condições prevêm o percentual correspondente de participação no bloco de exploração nos termos da cessão e precisam ser aprovados pela ANP. Até a data deste Formulário de Referência a Companhia e sua controlada não possuem contratos desta natureza.

Rodadas de Licitação Anteriores

Após a abertura do mercado a participantes estrangeiros e a criação da ANP em 1997, o Brasil conduziu até a presente data, dez rodadas de licitação de periodicidade quase anual. Devido ao sucesso exploratório na Bacia de Campos, as rodadas por vezes atraíram interesse significativo e grandes bônus de assinatura.

A Perenco S.A., controladora indireta da Companhia participou, juntamente com a OGX Petróleo e Gás Ltda., da nona rodada de licitação da ANP, conduzida no dia 27 de novembro de 2007, quando 271 blocos distribuídos por nove bacias, totalizando, aproximadamente, 73.079 km² foram leiloados. As seguintes bacias foram incluídas: Campos, Santos, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo e Rio do Peixe.

Previamente à nona rodada de licitação, a ANP anunciou que 41 blocos de exploração próximos ao campo de Tupi, localizado na camada pré-sal ao longo da costa desde os estados do Espírito Santo até Santa Catarina, estariam fora da rodada de licitação. Dos 41 blocos, 26 estavam localizados na Bacia de Santos, 13 na Bacia de Campos e dois na Bacia do Espírito Santo.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Como resultado da participação bem sucedida da Perenco S.A., controladora indireta da Companhia na nona rodada de licitação da ANP, adquiriu o direito de concessão de cinco blocos de exploração na Bacia do Espírito Santo.

Futuras Rodadas de Licitação da ANP

A ANP pretende continuar a oferecer concessões para exploração de blocos em bacias determinadas em futuras rodadas de licitação, incluindo a décima primeira rodada, já anunciada para ocorrer em setembro de 2011. O sucesso da exploração recente e a maior participação de novas empresas na nona rodada de licitações sugerem que os processos de licitação se tornarão mais competitivos. No entanto, as rodadas de licitações da ANP podem estar sujeitas a riscos de interrupção ou mudança nos blocos de exploração oferecidos, como ocorrido nas rodadas oitavo e nona, respectivamente. O risco de interrupção e de mudança é agravada pelo fato de as licitações serem decididas pelo CNPE, o qual determina as políticas da energia do Brasil e a conveniência de se realizar rodadas de licitações.

Como resultado das descobertas na camada pré-sal, o Congresso Nacional aprovou três (Lei nº 12.276/2010, Lei nº 12.394/2010, e Lei nº 12.351/2010), dos quatro projetos de leis, que alteraram a atual estrutura jurídica do petróleo e instituindo um regime de partilha de produção, que irá coexistir com o regime de concessão atual. O regime de partilha de produção proposto prevê a possibilidade de concessão direta de blocos à Petrobras. Mesmo na realização de um processo licitatório, para as áreas do pré-sal e outras áreas consideradas estratégicas, o regime de partilha de produção prevê a participação obrigatória da Petrobras como operadora em todos os contratos de partilha de produção, com um mínimo de participação de 30% no consórcio, o que poderia afetar a capacidade da Companhia e sua controlada de obterem novas áreas nas camadas de pré-sal.

Importação e Exportação

A ANP monitora a exportação de petróleo, gás natural e derivados de petróleo. As importações estão sujeitas aos seguintes controles governamentais: (i) Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, responsável pela supervisão dos registros e procedimentos de licenciamento; (ii) Banco Central do Brasil, que aprova os pagamentos de importações financiadas; e (iii) Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, que supervisiona o desembaraço aduaneiro dos produtos importados. As importações estão ainda sujeitas à prévia autorização por escrito e sujeitas às normas de controle de qualidade da ANP.

A ANP tem poderes para conceder autorizações para aos exportadores de petróleo e seus derivados, bem como gás natural e condensado.

Aspectos Fiscais Relevantes sobre Atividades Upstream

O sistema especial alfandegário de mercadorias a ser utilizado nas atividades de petróleo e gás no Brasil, ou REPETRO, visa principalmente reduzir a carga tributária sobre empresas envolvidas na exploração e na extração de óleo e gás natural, por meio de isenção ampla de impostos federais devidos sobre a importação de determinados equipamentos (plataformas, equipamentos subaquáticos, dentre outros), sujeita ao cumprimento das exigências legais aplicáveis. Para se beneficiar do REPETRO, as mercadorias devem ser importadas numa base temporária e são emprestadas ou arrendadas de uma entidade estrangeira e a titularidade deverá permanecer com a entidade estrangeira.

Em 2007, a legislação relativa à imposição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre equipamentos importados para o Brasil nos termos do sistema REPETRO foi substancialmente modificada (Acordo ICMS No. 130/07). Essa regulamentação permite aos estados brasileiros reduzirem a base fiscal do ICMS referente às mercadorias adquiridas nos termos do sistema REPETRO para a fase de produção e fase de exploração.

De acordo com a legislação atualmente em vigor, o ICMS sobre combustíveis derivados do petróleo é auferido no ponto de venda, e não ao nível de produção. Consequentemente, o imposto é principalmente cobrado nos Estados onde são efetuadas as vendas de combustível.

Nos termos da Lei do Petróleo e legislação subsequente, Lei nº 10.336/01, o Governo Federal estabeleceu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), um tributo sobre o consumo devido pelos produtores, misturadores e importadores sobre as compras e vendas de petróleo e combustíveis a um percentual determinado para cada produto com base na unidade de medida normalmente utilizada para tais produtos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Lei de Capitalização da Petrobras

Recentemente, em 30 de junho de 2010, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei n.º 12.276, que autorizou o Governo Federal a conceder à Petrobras direitos de exploração e produção em área pré-determinada, garantindo retorno de no máximo 5 bilhões de barris de petróleo, que serão pagos pela Petrobras sob a forma de emissão de ações.

A Lei n.º 12.276 também autorizou o Governo Federal a subscrever uma quantidade adicional de ações do capital social da Petrobras, a serem pagas com títulos emitidos pelo Governo Federal. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, todos os acionistas da Petrobras terão direito de preferência em relação a estas ações da Petrobras.

Pré-Sal Petróleo S.A.

Em 02 de agosto de 2010 foi aprovada a Lei nº 12.304, que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), que será responsável pela gestão dos contratos de partilha e de produção, bem como dos contratos de comercialização, pela União, de petróleo, gás natural e outros fluidos hidrocarbonetos da área do pré-sal. Essa nova empresa, no entanto, não será responsável pela execução, direta ou indiretamente, das atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo.

A PPSA representará a União em contratos de partilha, sendo parte em todos os consórcios estabelecidos para a execução de tais contratos, tendo direito de voto e poder de veto, e exercendo a administração e controle dos custos oriundos dos contratos de partilha de produção. A PPSA realizará atividades em conjunto com a ANP, a qual supervisionará todos os regimes de produção, e com o CNPE, que será responsável por estabelecer diretrizes a serem aplicadas ao setor de petróleo e gás natural, inclusive dentro do escopo da nova estrutura regulatória.

Regime de Partilha de Produção

Em 22 de dezembro de 2010, foi promulgada a Lei nº 12.351, introduzindo um modelo de partilha de produção para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas pré-definidas, segundo a qual os blocos serão oferecidos exclusivamente para a Petrobras, ou oferecidos por meio de licitação. No caso de esses blocos serem oferecidos em licitações, o vencedor da licitação será a empresa que oferecer ao Governo brasileiro o maior percentual de “excedente em óleo”, que é a produção de hidrocarbonetos de um campo após deduzidos os “custos em óleo” (hidrocarbonetos dedicados ao reembolso dos custos de exploração e de produção) e de pagamento de *royalties*. De acordo com esse modelo, todos os riscos de exploração serão assumidos exclusivamente pela contratada e o petróleo e gás natural produzidos nesses blocos estarão sujeitos ao modelo de partilha de produção. Caso um acordo de partilha de produção seja concedido por meio de licitação, o consórcio será formado obrigatoriamente entre a(s) licitante(s) vencedora(s), a Petrobras (como operadora e com uma participação mínima de 30%) e a PPSA.

Os direitos de exploração e produção de blocos a serem outorgados para concessão nos termos desse regime serão concedidos à Petrobras, em regime de exclusividade, ou oferecidos em licitações. O vencedor da licitação será a empresa que oferecer ao Governo Federal o maior percentual de “excedente em óleo”, que representa o total de produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos de um determinado campo depois de deduzido o “custo em óleo” (custos de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, conforme definido no acordo de partilha de produção, a ser reembolsado à contratada, em caso de descoberta comercial) e de pagamentos de *royalties*. De acordo com esse modelo, todos os riscos de exploração devem ser suportados pela contratada, e o petróleo e o gás natural produzidos nesses blocos estarão sujeitos ao modelo de partilha de produção e, após o pagamento de *royalties*, serão divididos em “excedente em óleo” e “custo em óleo”. O excedente em óleo é parte da produção que será de propriedade do contratante, enquanto o custo em óleo será o reembolso das despesas incorridas pelo contratante durante as fases de exploração, desenvolvimento, produção e de abandono.

A Lei nº 12.351 também criou um Fundo Social para gerir, os recursos oriundos das participações governamentais relacionadas às atividades de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. Tais recursos serão aplicados em projetos públicos e programas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, cultura, ciência, tecnologia e sustentabilidade ambiental.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

b. política ambiental da Companhia e sua controlada e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Política Ambiental da Companhia e sua controlada

Redução de Danos ao Meio Ambiente

De acordo com a política internacional do Grupo Perenco, a Companhia e sua controlada estão comprometidas a reduzir os danos ao meio ambiente e dá a devida importância à necessidade de diminuir a emissão de gases poluentes na atmosfera. Assim, toda a equipe da Companhia e sua controlada trabalham para alcançar esse objetivo.

Quanto aos impactos decorrentes das atividades, a Companhia e sua controlada avaliam frequentemente suas consequências no meio ambiente e, sempre que necessário, zelam pela aplicação das medidas de controle adequadas. Todavia, a Companhia e sua controlada preferem trabalhar com a prevenção e sabem que manter a integridade física de suas instalações é maneira eficaz de evitar vazamentos, ainda que acidentais, de substâncias poluidoras. Por tais razões, a Companhia e sua controlada investem e adotam as melhores tecnologias disponíveis e economicamente viáveis para reduzir o impacto causado, sem comprometer sua eficiência energética.

A Companhia e sua controlada mantêm o compromisso de relatar e investigar todos os incidentes, tomando as medidas adequadas para impedir que novamente aconteçam. Para otimizar sua atuação, a Companhia e sua controlada realizam auditorias de todas as atividades, usando os resultados para direcionar as ações de melhoria de desempenho.

A Companhia e sua controlada pretendem conduzir suas iniciativas de responsabilidade ambiental em linha com as políticas do Grupo Perenco a partir do início de suas atividades de exploração e produção.

Custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental

Desde a sua constituição, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou R\$2.629.307,91 de custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental, que incluem custos com licenciamento, pesquisa sísmica, estudos ambientais, elaboração de relatórios ambientais, entre outros.

Política ambiental no Brasil

A fim de proteger o meio ambiente, a ANP, o IBAMA e os Órgãos Ambientais Estaduais analisam todas as áreas disponíveis antes de decidir quais blocos serão ofertados nas rodadas de licitação. As exigências ambientais para os blocos a serem licitados são então publicadas, permitindo aos interessados efetuar uma avaliação mais objetiva dos riscos ambientais associados para determinar quais projetos estarão dispostos a executar.

Os custos envolvidos no atendimento da conformidade legal ambiental são decorrentes da elaboração dos estudos prévios que subsidiam a emissão da licença, custos com a licença em si, bem como, aqueles decorrentes do atendimento das condicionantes, tais como a implementação dos controles ambientais operacionais: padrões de descarte, gerenciamento dos resíduos, monitoramento ambiental e o pagamento da denominada "compensação ambiental". Tendo em vista que as atividades de E&P da Companhia encontram-se em fase de exploração, não incorre em gastos relacionados ao cumprimento da regulamentação ambiental nos últimos exercícios sociais. A Companhia e sua controlada já adotaram medidas com vistas à obtenção de licenças e autorizações necessárias para a implementação de seus projetos no Brasil.

Em suas atividades a serem desenvolvidas nas bacias brasileiras, a Companhia, sua controlada e demais empresas de serviços contratadas seguem tanto a regulamentação local quanto as práticas internacionais da indústria.

Responsabilidade Ambiental no Brasil

As atividades desenvolvidas pela Companhia e sua controlada estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas contra a Companhia e sua controlada por eventual inobservância da legislação. O Ministério Público também atua como ente competente na fiscalização de cumprimento da legislação ambiental e poderá nos questionar por meio da instauração de inquérito civil ou nos ajuizar ação civil pública, no caso de eventual inobservância dos requisitos legais vigentes.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com as leis ambientais brasileiras, os danos ambientais representam responsabilidade direta e indireta, objetiva e solidária. Isso significa que a obrigação de recuperar ou indenizar pelos danos ambientais poderá afetar a todos que, direta ou indiretamente, são responsáveis por tais danos, independentemente de culpa. Dessa forma, caso qualquer dano ambiental seja causado devido às atividades que realizamos, diretamente ou por meio de companhias ou pessoas terceirizadas, poderemos ser responsáveis pela recuperação de tais danos. A legislação ambiental também prevê a possibilidade de ultrapassar o vínculo corporativo com a controladora, sempre que representar um obstáculo para a recuperação dos danos causados à qualidade do meio ambiente.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores da Companhia e de sua controlada, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Licenciamento Ambiental

As atividades potencialmente poluidoras, tais como aquelas relacionadas à extração de óleo e gás estão sujeitas à obtenção de licenças ambientais. O processo regular para obter uma licença ambiental no Brasil compreende três etapas: (i) a Licença Prévia – LP, que é concedida durante o estágio preliminar de planejamento do empreendimento e fornece (a) aprovação para localização e concepção do empreendimento, (b) a viabilidade ambiental do empreendimento, e (c) os requisitos básicos a serem atendidos durante as fases subsequentes de implementação do empreendimento; (ii) a Licença de Instalação – LI, que autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelas autoridades; e (iii) a Licença de Operação – LO, que autoriza a operação do empreendimento, após o efetivo cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças descritas acima e confirmação pelas autoridades de que as medidas de controle ambiental requeridas para a operação tenham sido cumpridas. No caso da atividade de exploração de óleo e gás a ser exercida em plataformas, as Resoluções CONAMA n.ºs 23/94 e 350/04 trazem peculiaridades a serem observadas pelo empreendedor, especialmente concernentes à obtenção das licenças que são inerentes à perfuração, à produção para pesquisa e às pesquisas sísmicas.

O licenciamento ambiental das atividades concernentes ao setor de óleo e gás está sujeito, entre outros estudos, à elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”), bem como à adoção de medidas de mitigação e compensação de impactos causados pelo empreendimento. Para compensação, a regulamentação ambiental impõe ao empreendedor a obrigação de alocar fundos para a implementação e manutenção de unidades de conservação em um montante, no máximo, 0,5% dos custos estimados para a implantação do empreendimento, em valor a ser arbitrado pelo órgão ambiental licenciador nos termos da metodologia trazida pelo Decreto Federal n.º 6.848/2009. Adicionalmente, de acordo com a Resolução CONAMA n.º 306/2002, as plataformas de petróleo e suas instalações de suporte estão sujeitas a auditorias ambientais independentes obrigatórias e periódicas.

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais ou de indenizar por tais danos, a não obtenção das licenças ambientais necessárias ou o não cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis, poderá sujeitar os infratores à penalidades administrativas, de acordo com as legislações federal, estaduais e municipais, que podem incluir notificações, multas, interdição temporária ou permanente da atividade, embargo, demolição, suspensão de subsídios de agências públicas e fechamento temporário ou permanente do empreendimento.

Antes da 9ª Rodada de Licitações, quando a Bacia do Espírito Santo foi levada a leilão, a Agência Nacional de Petróleo fez uma consulta formal ao IBAMA e as OEMAS, com base na Resolução CNPE n.º 008 de 21.07.03, que preconiza, de acordo com seu “Art. 2º – A Agência Nacional do Petróleo – ANP, deverá: Inciso V – Selecionar áreas para licitação, adotando eventuais exclusões por restrições ambientais, sustentadas em manifestação conjunta da ANP, do IBAMA e de Órgãos Ambientais Estaduais”.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., controlada da Companhia, possui cinco contratos de concessão para exploração de reservas de petróleo e gás na Bacia do Espírito Santo, conforme descritos no item 9.1 (b) deste Formulário de Referência. Tais contratos de concessão são fundamentais para as atividades da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Contratos de Concessão

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., controlada da Companhia é parte de cinco contratos de concessão para exploração de blocos de petróleo. Em 12 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. firmou os seguintes contratos de concessão junto à ANP: Concessão BM-ES-41, referente ao bloco ES-M-531 (com área de 723.49660 km²), Concessão BM-ES-38, referente ao bloco ES-M-418 (com área de 725.72837 km²), Concessão BM-ES-37, referente ao bloco ES-M-416 (com área de 725.72837 km²), Concessão BM-ES-40, referente ao bloco ES-M-529 (com área de 723.49660 km²), e Concessão BM-ES-39, referente ao bloco ES-M-472 (com área de 724.61928 km²). Todas as áreas estão localizadas na Bacia do Espírito Santo em *offshore* setor SES-AP1.

Cada contrato de concessão têm vigência de até 33 anos, compreendendo duas fases: (1) exploração; e (2) produção. A fase de exploração pode durar até seis anos, divididos em dois períodos, enquanto a fase de produção, que inclui a etapa de desenvolvimento, pode durar até 27 anos em relação a cada área (os prazos poderão ser reduzidos ou prorrogados, de acordo com os termos dos referidos contratos).

Os principais termos e condições dos contratos de concessão estão previstos no Artigo 43 da Lei do Petróleo, e incluem: (1) a definição do bloco objeto da concessão; (2) prazo de duração da fase de exploração e produção e as condições para a sua prorrogação; (3) o programa de trabalho e o volume de investimento previsto; (4) as obrigações do concessionário quanto às participações; (5) a indicação das garantias a serem prestadas pelo concessionário quanto ao cumprimento do contrato, inclusive quanto à realização dos investimentos ajustados para cada fase; (6) a especificação das regras sobre devolução e desocupação de áreas, inclusive retirada de equipamentos e instalações, e reversão de bens; (7) os procedimentos para acompanhamento e fiscalização das atividades de exploração, desenvolvimento e produção, e para auditoria do contrato; (8) a obrigatoriedade de o concessionário fornecer à ANP relatórios, dados e informações relativas às atividades desenvolvidas; (9) os procedimentos relacionados com a transferência do contrato; (10) as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem internacional; (11) os casos de rescisão e extinção do contrato; e (12) as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pelo concessionário das obrigações contratuais.

Os direitos e obrigações das partes estão definidos no contrato de concessão e na regulamentação emitida pela ANP. Dentre os principais direitos da concessionária estão: (1) a exclusividade para perfuração e produção na área de concessão; (2) a propriedade do petróleo e gás produzidos na área de concessão; (3) o direito de vender o petróleo e o gás natural produzido; e (4) o direito de exportar o petróleo e o gás natural, desde que as empresas se enquadrem nas exigências da legislação específica. Entretanto, o contrato de concessão prevê que, no caso de risco de haver falta de abastecimento de combustível no Brasil, a ANP poderá determinar que os concessionários satisfaçam prioritariamente as necessidades do mercado interno.

Entre as principais obrigações da concessionária estão: (1) a de assumir os custos e riscos inerentes a exploração de produção de petróleo e gás natural, incluindo a responsabilidade sobre os danos ambientais; (2) o de cumprimento das exigências relativas à aquisição de ativos e serviços dos fornecedores internos; (3) o de cumprimento das exigências relativas à execução do programa exploratório mínimo imposto ao vencedor da oferta; (4) as atividades para conservação dos reservatórios; (5) a apresentação dos relatórios periódicos para a ANP; (6) o pagamento das taxas de participação ao governo; (7) a responsabilidade sobre os custos associados ao abandono e desativação das instalações; e (8) adotar as melhores práticas da indústria internacional do petróleo e obedecer as normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, dentre outros.

Em razão dos contratos de concessão, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. precisa fornecer à ANP garantias financeiras de diversas naturezas, sendo as principais cartas de crédito irrevogáveis, seguro-garantia, contrato de hipoteca e contrato de penhor de óleo para os casos de não cumprimento com as exigências do contrato de concessão. O compromisso financeiro agregado relacionado à primeira fase do programa mínimo de exploração de todos os contratos de concessão é de aproximadamente R\$37.000.000,00. O montante de garantias financeiras para a segunda fase do programa será determinado anteriormente ao início da referida fase, de acordo com as práticas de mercado vigentes.

Ademais, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. deve manter uma cobertura de seguro abrangente durante a vigência dos contratos de concessão com relação a ativos, pessoal, operação e execução, proteção ambiental, devolução da área concedida, desativação e abandono das áreas concedidas, bem como a remoção e reversão dos ativos. Tais apólices de seguro, que devem incluir uma cláusula de sub-rogação em benefício da ANP, serão contratadas quando requeridas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. apresentou sua proposta para o programa de trabalho e investimento, englobando o programa exploratório mínimo a ser cumprido pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. na fase de exploração, sob pena de execução das garantias financeiras, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. Para fins de cumprimento do programa exploratório mínimo, podem ser utilizados dados não exclusivos como sísmica 2D e 3D, geoquímica, reprocessamento de dados sísmicos em profundidade do tipo PSDM e eletromagnético de fonte controlada. As garantias financeiras apresentadas à ANP para cobrir o primeiro período de exploração somam R\$106.848.000,00, valor este englobando a totalidade dos contratos de concessão em que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é signatária. Foram pagos à ANP R\$88.800,000,00 a título de bônus de assinatura.

Cada contrato de concessão pode ser rescindido nos seguintes casos: (1) expropriação pelo governo em razão de interesse público (de acordo com a Constituição Federal); (2) cassação da concessão relevante (nos termos da legislação aplicável); ou (3) inadimplemento pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. das obrigações estabelecidas nos contratos de concessão relevantes, considerando que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda tenha deixado de remediar tal inadimplemento dentro de período requerido pela ANP, que deve ser pelo menos 90 dias. Se o inadimplemento não for considerado grave pela ANP, não foi causado por negligência, ou se a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. realizar medidas diligentes para sanar a o inadimplemento, a ANP poderá impor sanções administrativas ou pecuniárias ao invés de rescindir o contrato. As obrigações contratuais que não possam ser cumpridas em razão de força maior não serão interpretadas como inadimplemento, no entanto serão tomadas medidas específicas para este caso. Os contratos de concessão também podem ser rescindidos em casos de falência, insolvência ou requerimento de recuperação judicial.

Qualquer conflito decorrente do contrato de concessão ou a ele relacionado deverá ser submetido a um procedimento de arbitragem “*ad hoc*” pelas partes. A arbitragem será realizada por três árbitros, na cidade do Rio de Janeiro, no idioma português, em conformidade com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) e o Regulamento da Corte de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio.

A Lei do Petróleo e o contrato de concessão determinam que a devolução das áreas concedidas, assim como a reversão de bens associados, não implicará em ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP, nem conferirá ao concessionário qualquer direito de indenização pelos serviços performados, poços perfurados ou não ou bens móveis. Assim, todos e quaisquer bens móveis e imóveis, principais e acessórios, integrantes da área de concessão, cujos custos de aquisição são dedutíveis de acordo com as regras aplicáveis para o cálculo da participação especial⁶ e que, a critério exclusivo da ANP, sejam necessários para permitir a continuidade das operações ou sejam passíveis de utilização de interesse público, reverterão à posse e propriedade da União e à administração da ANP. O concessionário assumirá, por sua conta exclusiva, a remoção dos equipamentos e bens da área de concessão que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. deverá pagar as seguintes participações governamentais e de terceiros por cada contrato de concessão:

- a) *royalties* no montante correspondente a 10% (dez por cento) da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área da concessão, a partir da data de início da produção nesta área;
- b) participação especial no montante definido no Decreto No. 2.705, de 3 de agosto de 1998;
- c) pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão: (i) na fase de exploração, no montante de R\$778,76 (setecentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos) por quilometro quadrado ou fração da área de concessão, com o aumento previsto em função da prorrogação da fase de exploração de acordo com o disposto no Decreto No. 2.705, de 3 de agosto de 1998; (ii) no período de desenvolvimento da fase de produção, no montante de R\$1.557,52 (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos); e (iii) na fase de produção, R\$7.787,60 (sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos); e
- d) pagamento aos proprietários da terra afetada pelas operações nas áreas de concessão equivalente a 1% (um por cento) da produção de petróleo ou gás natural, de acordo com a legislação brasileira aplicável.

⁶ A participação especial é a compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade e é calculada com percentuais variados aplicados sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Nos termos dos contratos de concessão, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. se comprometeu a adquirir bens e serviços de fornecedores brasileiros da seguinte forma:

- a) Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a fase de exploração, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 70% (setenta por cento) em relação às operações em terra, 51% (cinquenta e um por cento) em relação às operações em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros e 37% (trinta e sete por cento) em relação às operações em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do conteúdo local contratado na fase de exploração, é obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e sub-itens especificados na planilha fornecida pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
- b) Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a etapa de desenvolvimento, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 77% (setenta e sete por cento) em relação às operações em terra, 63% (sessenta e três por cento) em relação às operações em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros, e 55% (cinquenta e cinco por cento) em relação às operações em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do conteúdo local contratado na fase de desenvolvimento, é obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e sub-itens especificados na planilha fornecida pela Companhia.
- c) Todas as suas controladas, conforme aplicável, deverão cumprir com todas as obrigações referentes aos contratos de concessões acima descritos.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia, através de sua controlada, encontra-se em fase de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P e, portanto ainda não possui receita.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em outros países além do Brasil.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em outros países além do Brasil.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não temos nenhuma relação de longo prazo relevante além daquelas descritas neste Formulário de Referência.

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia apresenta a seguir outras informações que considera relevantes para a leitura e o entendimento das informações contidas neste Formulário de Referência, especialmente relacionadas as suas atividades.

Contratos Relevantes

Concessões de Exploração e Produção

Os contratos de concessão da Companhia para desenvolver as atividades de exploração e produção de óleo e gás nos cinco blocos exploratórios que tem direito são objeto de concorrência pública de acordo com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. Os cinco contratos de concessão foram celebrados entre a Companhia e a ANP – Agência Nacional de Petróleo, obedecendo a condições específicas previstas na regulamentação do segmento de óleo e gás.

Os cinco contratos de concessão foram firmados pela Companhia para que esta pudesse exercer as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nos blocos licitados e arrematados. Para informações adicionais sobre os contratos de concessão da Companhia, veja os itens 7.5 (c) e 9.1.(b) “Concessões”, deste Formulário de Referência.

Contratos de Consórcio ANP

Em cumprimento ao disposto na Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997 (“Lei do Petróleo”) e nos contratos de concessão da Companhia, em 15 de fevereiro de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. constituiu, em conjunto com a OGX Petróleo e Gás do Ltda., os consórcios que executarão as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nos cinco blocos exploratórios da Companhia, na forma prevista na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e na Lei do Petróleo, através da celebração de cinco contratos de consórcio, os quais encontram-se devidamente arquivados junto à Agência Nacional do Petróleo (“ANP”). Os contratos de consórcio estabelecem que cada consorciada terá uma participação proporcional de 50% nos direitos e obrigações referentes a receitas, lucros, prejuízos, despesas, tributos ou obrigações provenientes resultantes das atividades de exploração e produção de óleo e gás previstas nos contratos de concessão, sendo que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. foi eleita líder do consórcio, em razão de sua classificação como operadora A pela ANP, incumbindo a ela, portanto, a representação do consórcio perante a ANP. Os contratos de consórcio têm prazo de vigência indeterminado, sendo facultado às consorciadas rescindir o contrato uma vez integralmente cumpridas suas respectivas obrigações nos contratos de concessão.

Joint Operating Agreements

Além dos contratos de consórcio descritos acima, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e a OGX Petróleo e Gás Ltda. celebraram cinco *joint operating agreements* (contratos de operação conjunta) em 13 de março de 2008, relacionados aos cinco blocos exploratórios da Companhia localizados na Bacia do Espírito Santo. Os *joint operating agreements* estabelecem os direitos e obrigações da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e da OGX Petróleo e Gás Ltda. nos termos dos cinco contratos de concessão, relativos à exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural nos cinco blocos exploratórios da Companhia, em conformidade com o contrato de consórcio celebrado em 15 de fevereiro de 2008. Os *joint operating agreements* determinam os direitos e obrigações das partes relativas à exploração conjunta, a avaliação, o desenvolvimento, a produção e a disponibilidade dos hidrocarbonos encontrados na área de concessão, dentre outras matérias. O adimplemento das respectivas obrigações das partes é garantido por suas respectivas controladoras.

Nos termos dos *joint operating agreements*, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e a OGX Petróleo e Gás Ltda. detém, respectivamente, um participação de 50% nos direitos e obrigações relativos às concessões. Ademais, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. foi expressamente designada operadora líder das operações, incumbindo a ela a administração e execução de todas as funções e obrigações delineadas nos *joint operating agreements* e de concessão. Os *joint operating agreements* requerem que seja constituído um comitê de operação, composto por um representante e eventual substituto de cada uma das partes, o qual será responsável pela supervisão e autorização das operações compartilhadas. Ainda, cada um dos *joint operating agreements* regula a proposta e a aprovação de programas de trabalhos, orçamentos e gastos, a determinação de descobertas comerciais, a implementação, desenvolvimento e a produção de óleo e gás, a duração das fases de exploração, e operações exclusivas em determinadas situações. Adicionalmente, o contrato possui cláusulas referentes às hipóteses de rescisão, troca de controle, direito de se retirar do consórcio, indenização e confidencialidade. Os *joint operating agreements* são regidos pelas leis da Inglaterra.

7.9 - Outras informações relevantes

Os *joint operating agreements* se extinguirão: (i) caso não exista mais do que uma concessionária participando do consórcio; (ii) caso os respectivos contratos de concessão forem extintos; (iii) se todos os equipamentos e propriedades privadas utilizadas na operação sejam vendidos ou removidos; ou (iv) mediante acordo entre as partes. No entanto, algumas cláusulas relativas à desistência de alguma parte e à indenização permanecerão em vigor até o cumprimento de todas as obrigações e até que sejam resolvidas quaisquer disputas.

Contrato de Coordenação

A Companhia e sua controladora indireta Perenco S.A. (Bahamas) celebraram um contrato de coordenação, com vigência a partir de 1º de abril de 2011, que estabelece a coordenação dos interesses das companhias envolvidas a fim de evitar, principalmente, disputas internas dentro do Grupo Perenco. O contrato de coordenação busca alinhar os interesses da Companhia com os de sua controladora indireta, a Perenco S.A. Nesse sentido, o contrato estabelece que a Perenco S.A., suas subsidiárias e afiliadas, não deverão adquirir uma participação em qualquer concessão, contrato de produção compartilhada, licenças ou direitos equivalentes em ativos relacionados ao setor de petróleo no Brasil, assim como a Companhia, suas subsidiárias e afiliadas não deverão adquirir uma participação em qualquer concessão, contrato de produção compartilhada, licenças ou direitos equivalentes em ativos relacionados ao setor de petróleo fora do Brasil, de forma a evitar a competição entre a Companhia e sociedades do Grupo Perenco. No entanto, o contrato permite que o Grupo Perenco adquira, direta ou indiretamente, entidade que detenha ativos localizados no Brasil ou um conjunto de ativos que compreenda ativos localizados no Brasil, incluindo participação em concessões, em contratos de compartilhamento de produção e em licenças ou direitos equivalentes em ativos relacionados ao setor de petróleo, caso a aquisição de tais ativos esteja incluída em uma operação maior que inclua outros ativos, desde que: (i) os ativos no Brasil que participem da operação representem, direta ou indiretamente, no máximo 25% do total de ativos do negócio a ser adquirido; (ii) os ativos no Brasil que participem da operação não representem mais de 50% do valor de mercado da Companhia na data de celebração do contrato de aquisição dos ativos em questão; (iii) caso a operação não seja uma aquisição de participação societária, a aquisição dos ativos no Brasil seja uma condição para a realização da operação; e (iv) seja garantido à Companhia o direito de adquirir os ativos localizados no Brasil, sujeito a determinadas condições estabelecidas no contrato. A Perenco S.A. terá o mesmo direito no caso da Companhia participar de uma transação maior que inclua ativos localizados fora do Brasil. O contrato de coordenação tem prazo de vigência indeterminado e poderá ser rescindido mediante notificação por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência caso o Grupo Perenco não mais detenha o controle da Companhia. Para informações adicionais sobre operações com partes relacionadas, ver item 16.2, deste Formulário de Referência.

Contrato de Prestação de Serviços

A Companhia e sua controladora indireta Perenco S.A. (Bahamas) celebraram um contrato de prestação de serviços corporativos, com vigência a partir de 1º de abril de 2011, para que a controladora indireta auxilie a Companhia na condução de suas atividades. O contrato de prestação de serviços estabelece que a Companhia poderá requerer por meio de uma ordem de trabalho, a prestação de serviços pela Perenco S.A. relacionados à atividade da Companhia. O serviço a ser prestado deverá ser especificado na ordem de trabalho, a qual passará a integrar o contrato como seu anexo. Ademais, nos termos do contrato de prestação de serviços, o valor total agregado dos serviços requeridos ao Grupo Perenco, independente da data, não deverá exceder 10% do valor total de despesas (desconsiderando gastos fiscais) naquele ano fiscal pelo Grupo Perenco (incluindo parceiros e contratantes). Caso o valor agregado dos serviços requeridos ultrapasse esse limite, a Companhia pode, alternativamente, contratar terceiros, o que pode não ser viável para a Companhia. Como garantia deste contrato ambas as partes deverão contratar, minimamente, os seguros obrigatórios por força de lei brasileira e internacional, relacionados à prestação do serviço. Para informações adicionais sobre operações com partes relacionadas, ver item 16.2, deste Formulário de Referência.

Contrato para o Processamento de Dados Sísmicos

Em cumprimento às exigências relativas ao programa exploratório mínimo previsto nos contratos de concessão celebrados entre a Agência Nacional de Petróleo e a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., esta última celebrou quatro contratos entre 2009 e 2010 com a Fugro Brasil – Serviços Submarinos e Levantamentos Ltda., a CGG do Brasil Participações Ltda., a Western Geco Serviços de Sísmica Ltda. e a Southern Westergenco SRL, em um valor agregado de R\$95.555.293,23, por meio dos quais essas empresas realizarão o levantamento, o processamento e conduziram a análise de dados sísmicos na Bacia do Espírito Santo, onde estão localizados os blocos exploratórios da Companhia.

7.9 - Outras informações relevantes

Contratos para a Aquisição de Materiais Relacionados a Atividades Petrolíferas

Entre 2010 e 2011, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. celebrou cinco contratos de compra de materiais a serem utilizados em atividades petrolíferas desenvolvidas pela Companhia nos cinco blocos exploratórios que detêm participação, tais como tubos, equipamentos, maquinário, materiais técnicos, ferramentas e manuais, com a Vetco Gray Óleo e Gás Ltda (GE Oil & Gas), a Hess Brasil Petróleo Ltda., a V&M do Brasil S.A. e a BG E&P Ltda., num valor agregado de R\$10.688.918,08.

Contratos de Licenciamento e Manutenção de Softwares

Entre 2010 e 2011, a controlada da Companhia celebrou dois contratos de licenciamento e manutenção de softwares a serem utilizados em atividades petrolíferas, com a Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda. e a Senergy Software Limited.

Responsabilidade Social

A Companhia e sua controlada são comprometidas com a responsabilidade social e seguem a política do Grupo Perenco para atender seus objetivos quanto a este tema. As metas de responsabilidade social da Companhia são: (i) contribuir positivamente para o desenvolvimento das comunidades locais; (ii) respeitar as diferentes culturas e os direitos dos indivíduos; (iii) promover e manter altos padrões de honestidade, integridade e ética.

A política de responsabilidade social do Grupo Perenco sempre observa os seguintes critérios: (i) cumprir as leis do país em que opera; (ii) promover que todos os funcionários, inclusive os terceirizados, tenham ciência do comprometimento do Grupo Perenco com a responsabilidade social; (iii) manter altos padrões éticos na interação com as comunidades locais; (iv) identificar as atividades do Grupo Perenco com as comunidades locais, levando em consideração seus costumes específicos; (v) identificar, em parceria com as comunidades locais, projetos sociais com os quais o Grupo Perenco pode contribuir positivamente. Estes podem incluir:

- Projetos de saúde pessoal e comunitária;
- Investimentos em infra-estrutura local e acesso a fontes auto-sustentáveis de energia e água;
- Projetos educativos e de amplo acesso às escolas primárias;
- Projetos que influenciem na auto-sustentabilidade das comunidades, tais como de incentivo à agricultura, pesca, micro-crédito, dentre outros.

(vi) realizar auditorias regulares de todas as nossas atividades, utilizando os resultados para a melhoria das mesmas; (vii) alocar os recursos necessários e condizentes ao cumprimento de nossa responsabilidade social; e (viii) administrar os projetos do Grupo Perenco de maneira que as expectativas das comunidades sejam atendidas.

A Companhia e sua controlada pretendem conduzir suas iniciativas de responsabilidade social em linha com as políticas do Grupo Perenco a partir do início de suas atividades de exploração e produção.

Seguros

A Companhia acredita que suas políticas em relação à cobertura de seguros são consistentes com a natureza de suas operações, com os riscos a que estão expostas na condução de suas atividades e com os padrões aplicados em todo o setor de óleo e gás. O Grupo Perenco possui uma apólice global de seguros firmados com a Lloyds que cobre as atividades de exploração e produção do Grupo Perenco. Entre os riscos cobertos pela apólice global estão os riscos relacionados a danos materiais às propriedades localizadas em terra ou mar, poços e responsabilidade civil relacionados à sua operacionalização. No entanto, tais apólices de seguros possuem limite máximo de responsabilidade, limitações à cobertura e exceções, tais como a suspensão das atividades da Companhia, poluição e contaminação gradual, deterioração gradual, confisco, expropriação, guerra, rebelião, sabotagem e terrorismo.

7.9 - Outras informações relevantes

Nos termos dos contratos de concessão relativos aos cinco blocos exploratórios da Companhia localizados na Bacia do Espírito Santo, o consórcio deverá contratar seguros com seguradoras de reputação reconhecida no mercado, as quais não limitarão a responsabilidade do consórcio perante os contratos de consórcio. Seguros próprios, seguros contratados com afiliadas, ou apólices de seguro globais deveram ser aprovadas pela ANP, a qual deverá constar como beneficiária nas apólices. A Companhia está protegida contra os principais riscos aos quais está exposta, quais sejam: (i) responsabilidade por terceiros relacionada ao dano pessoal e danos materiais à propriedade decorrentes das atividades da Companhia em até US\$150 milhões; e (ii) a perda do controle de um poço ou a necessidade de perfurá-lo novamente assim como vazamentos, poluição ou contaminação decorrentes dessas atividades, em valores de até US\$200 milhões.

A Companhia considera adequado o seu nível de cobertura considerando os custos de seguro contra os riscos cobertos e o padrão de mercado. No entanto, a Companhia não pode garantir que as apólices de seguros cobriram integralmente e adequadamente todos os custos aos quais a Companhia poderá estar sujeita no futuro.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

A Companhia faz parte do Grupo Perenco. Para maiores informações sobre o Grupo Perenco ver item 7.1 deste Formulário de Referência.

A Perenco Brazil Limited é o acionista controlador direto da Companhia e detém, na data deste Formulário de Referência 99,99% de seu capital social. A Perenco Brazil Limited é uma sociedade limitada constituída em 4 de fevereiro de 2011, sob as leis do Reino Unido.

A Companhia é indiretamente controlada pela Perenco S.A. (Bahamas), que controla as sociedades do grupo que atuam no o setor de óleo e gás do Grupo Perenco, através de três companhias *holding*. A Perenco S.A. (Bahamas) é diretamente controlada pela Perenco International Limited. Quanto à Perenco International Limited, 92,9% de seu capital social pertencem ao espólio do Sr. Hubert Perrodo, fundador do Grupo Perenco e 7,1% remanescentes pertencem à Glenmore Energy Limited, empresa 100% controlada pelo Sr. François Perrodo.

b. controladas e coligadas

A Companhia tem como única controlada a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. Para maiores informações sobre a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ver item 7.1 deste Formulário de Referência.

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia possui 99,99% do capital social da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., conforme acima descrito.

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

A Companhia é controlada diretamente por Perenco Brazil Limited, que possui 99,99% de suas ações, conforme acima descrito.

e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum, exceto conforme disposto no item "a" acima.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Tendo em vista ser facultativo, a Companhia optou, neste momento, por não divulgar o organograma do grupo econômico em que se insere.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	01/03/2011
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	<p>Em 1º de março de 2011, como resultado de uma reorganização societária em preparação para a abertura de capital das suas operações no Brasil, o Grupo Perenco decidiu adquirir a Companhia, anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e que fora constituída em 13 de setembro de 2010. Como parte dessa reorganização societária, entre outras providências, em 1º de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a alteração da denominação social da Companhia para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) o aumento do capital social da Companhia de R\$500,00 para R\$69,342,296 para viabilizar a aquisição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</p> <p>Em 1º de março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a Perenco S.A., constituída em Bahamas, pelo qual passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., tornando-se então sua acionista controladora.</p> <p>Após a reestruturação societária, a Perenco Brazil Limited, companhia integralmente controlada pela Perenco S.A., passou a deter 99,99% das ações da Companhia. A Perenco S.A. (Bahamas) deixou de ser quotista da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e a Companhia passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</p>

8.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julgemos relevantes com relação a esta Seção 8.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Imóvel	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Imóvel	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Imóvel	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	BM-ES-37 – Contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural.	Brasil	33 anos	A rescisão do contrato se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial.	O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.
Concessões	BM-ES-38 – Contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural.	Brasil	33 anos	A rescisão do contrato se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial.	O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.
Concessões	BM-ES-39 – Contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural.	Brasil	33 anos	A rescisão do contrato se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial.	O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	BM-ES-40 – Contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural.	Brasil	33 anos	A rescisão do contrato se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial.	O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.
Concessões	BM-ES-41 – Contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural.	Brasil	33 anos	A rescisão do contrato se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial.	O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	www.perenco-br.com	Internacional	Não aplicável	A perda dos direitos relativos a tal ativo está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registrada por classes diferentes; (v) por ordem judicial; e (vi) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Em caso de perda do nome do domínio a Companhia deverá cessar a utilização.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Data	Valor (Reais)		
Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	09.309.027/0001-35	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	(i) exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis; (ii) importação, exportação, refino, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo, gás natural, biocombustíveis e de todas as formas de energia, bem como de produtos derivados de petróleo; (iii) contratação de empréstimos; (iv) prestação de garantias; e (v) participação em consórcios ou outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista.	99,990000
31/03/2011	177,000000	0,000000						
31/12/2010	-240,000000	0,000000						
31/12/2009	-79,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão dos negócios da Companhia.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julgemos relevantes com relação a esta Seção 9.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis apresentadas nos itens 10.1 a 10.10 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia e compreendem, portanto, informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e informações financeiras da Companhia para o período de 13 de setembro a 31 de dezembro de 2010, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, especialmente elaboradas para fins do inciso VIII, do artigo 1º, do Anexo III, da Instrução CVM 480. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM. Conforme descrito no item 10.4 deste Formulário de Referência, tais demonstrações financeiras apresentam parágrafos de ênfase sobre continuidade, propósito da apresentação das respectivas demonstrações financeiras e práticas contábeis divergentes entre as adotadas no Brasil e as adotadas no IFRS.

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 2010. A partir de 1º de março de 2011, por meio da reorganização societária descrita nos itens 6.5 e 8.3 deste Formulário de Referência, a Companhia passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., sociedade limitada detentora dos direitos de exploração e produção de óleo e gás natural. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. atualmente se encontra na fase de exploração, não tendo iniciado produção. A participação da Companhia na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é o único investimento da Companhia na data deste documento e, por esta razão, a Companhia não possui informações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2009, e suas informações relativas ao período compreendido entre 13 de setembro (data da constituição) e 31 de dezembro de 2010 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011 não refletem, para o prazo integral, as atividades desenvolvidas pela Companhia, através de sua controlada da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., uma vez que a controlada foi adquirida pela Companhia em 1º de março de 2011.

A administração da Companhia optou por apresentar no item 10.11 deste Formulário de Referência as informações financeiras da controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e período compreendido entre 3 de janeiro de 2008 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2008. Tais informações contábeis têm o objetivo de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia e comentar sobre os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos em questão. Tais informações financeiras são derivadas das demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e demonstrações financeiras auditadas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e apresentam parágrafos de ênfase sobre continuidade, conforme descrito no item 10.4 deste Formulário de Referência.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía uma posição consolidada na conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$11,7 milhões e um ativo circulante de R\$22,8 milhões. Nesta data, apresentávamos um passivo circulante consolidado de R\$59,1 milhões e um passivo não circulante consolidado de R\$2,7 milhões.

Em 31 de março de 2011, a Companhia apresentava uma relação entre passivo total e patrimônio líquido de 5,39%. As informações na tabela abaixo refletem a relação entre o passivo total e o patrimônio líquido para os períodos indicados:

Capital	Descrição	31/03/2011		31/12/2010	
			(em R\$)		
Partes Relacionadas.....	Passivo Circulante e Não Circulante	61.850.000,00	84%	–	–
Próprio	Patrimônio Líquido	11.478.000,00	16%	–	–
Total		73.328.000,00	100%	–	–

Por fim, a Companhia destaca que não há hipóteses de resgate de ações de sua emissão, além das legalmente previstas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, mantém a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos.

A Companhia é uma *holding* e consolida o resultado de sua controlada. A controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. desenvolve apenas atividades de exploração e, portanto, ainda não esta gerando caixa, tão somente gastos com o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia financia suas atividades através de empréstimos e aportes de capital realizados pelos quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. Em 31 de março de 2011 a controlada da Companhia, Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. possuía quatro contratos de empréstimo firmados com a Perenco S.A. (Bahamas), descrito no item "f" abaixo, no valor total equivalente a US\$ 31,35 milhões. A Companhia pretende realizar uma oferta pública inicial de ações e utilizar parte dos recursos provenientes da oferta para financiar suas atividades nos próximos anos. Para maiores informações sobre as operações com partes relacionadas, ver item 16.2 deste Formulário de Referência.

Em 31 de março de 2011, o índice de endividamento da Companhia é 5,39. O total do nosso passivo, incluindo fornecedores, despesas administrativas, tributos, entre outros, era de R\$61,9 milhões, ao passo que nosso Caixa e Equivalentes de Caixa totalizava R\$11,7 milhões na mesma data.

d. fontes de financiamento de capital de giro e para investimentos de ativos não-circulantes utilizados

Até a data deste Formulário de Referência, as únicas fontes de financiamento da Companhia, através da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., foram aportes de capital e empréstimos de recursos obtidos por sua quotista Perenco S.A. (Bahamas).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez:

A principal fonte de financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes tem sido os acionistas da Companhia. A Companhia pretende realizar uma oferta pública inicial de ações que promoverá o reforço de seu capital de giro e capacidade de investimento, observado, entretanto, que o Grupo Perenco poderá continuar a financiar a Companhia no futuro. Além disto, a Companhia utilizará os recursos oriundos de suas atividades para tais fins uma vez que se torne operacional e passe a auferir receitas.

f. níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

Os contratos listados abaixo representam todos os contratos de empréstimo em vigor em 31 de março de 2011. Os valores apresentados diferem dos saldos contábeis devido ao valor justo calculado conforme a norma contábil aplicável. Para informações adicionais, vide o item 16.2 deste Formulário de Referência.

Mutuante	Mutuária	Data do contrato ⁽¹⁾	País	Moeda	Valor total devido ⁽²⁾ (em US\$ milhões)	Taxa de juros ⁽³⁾	Vencimento
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Fevereiro 2009	Bahamas	US\$	4,5	Libor + 2% a.a.	Fevereiro 2012
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Março 2009	Bahamas	US\$	4,35	Libor + 2% a.a.	Fevereiro 2012
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Julho 2009	Bahamas	US\$	3,5	Libor + 2% a.a.	Fevereiro 2012
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Fevereiro 2010	Bahamas	US\$	19,0	Libor + 2% a.a.	Fevereiro 2012
Total					31,35		

⁽¹⁾ Refere-se à data original do contrato de empréstimo. Todos esses contratos foram aditados em 31 de março de 2011.

⁽²⁾ Refere-se ao valor total efetivamente tomado pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. sob cada contrato.

⁽³⁾ A taxa de juros indicada incide sobre os valores tomados em empréstimo a partir de 1º abril de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Desde a sua constituição, em 13 de setembro de 2010, a Companhia não contraiu nenhum empréstimo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de empréstimo descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses de: (i) alteração de controle societário direto ou indireto; (ii) inadimplência das obrigações pactuadas; e (iii) insolvência da devedora.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Considerando que a totalidade dos empréstimos da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., controlada da Companhia, são provenientes de seus quotistas, os recursos são utilizados de forma a cumprir os objetivos em linha com os procedimentos internos do Grupo Perenco.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e trimestre findo em 31 de março de 2011

Considerando que: (i) a Companhia foi constituída em 13 de setembro de 2010; e (ii) após a reorganização societária realizada em 1º de março de 2011, conforme descrita no item 6.3 deste Formulário de Referência, passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e, portanto, passou a consolidar seus resultados, não é possível realizar comparações das linhas da demonstração de resultado e contas patrimoniais da Companhia referente ao período de 13 de setembro de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011, bem como não é possível apresentar as informações financeiras da Companhia para os períodos de três últimos exercícios sociais conforme previsto no Anexo 24, da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009. Desta forma, as informações financeiras apresentadas neste item “h”, resultado operacional, balanço patrimonial e fluxo de caixa da Companhia, referem-se tão somente ao período de 13 de setembro de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 e trimestre findo em 31 de março de 2011.

Contas Patrimoniais

Abaixo apresentamos as posições das principais contas patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 observando-se que as variações de todas essas contas são devidas à consolidação da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em virtude de sua aquisição pela Companhia em 1º de março de 2011.

Ativo

	Em 31 de dezembro de 2010	AV(%) ⁽¹⁾	Em 31 de março de 2011	AV (%) ⁽¹⁾
	(em R\$ milhares)		(em R\$ milhares)	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa.....	–	–	11.715	16%
Títulos e Valores Mobiliários	–	–	2.380	3%
Impostos e contribuições a recuperar	–	–	143	0%
Estoques.....	–	–	5.798	8%
Despesas antecipadas	–	–	1.774	2%
Conta corrente de blocos exploratórios.....	–	–	968	1%
Outros ativos circulantes	–	–	52	0%
Total do ativo circulante	–	–	22.830	31%
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos e cauções	–	–	189	0%
Imobilizado	–	–	1.214	2%
Intangível	–	–	49.095	67%
Total do ativo não circulante.....	–	–	50.498	69%
Total Ativo	–	–	73.328	100%

⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao ativo total.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Passivo**

	Em 31 de dezembro de 2010	AV (%)⁽¹⁾	Em 31 de março de 2011	AV (%)⁽¹⁾
	(em R\$ milhares)		(em R\$ milhares)	
Passivo				
Fornecedores.....	-	-	2.558	3%
Provisões para gastos com exploração	-	-	3.538	5%
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	2.733	4%
Empréstimos com parte relacionada.....	-	-	49.987	68%
Impostos e contribuições a recolher	-	-	37	0%
Outros passivos circulantes	-	-	292	0%
Total do passivo circulante.....	-	-	59.145	80%
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.705	4%
Total do passivo não circulante	-	-	2.705	4%
Patrimônio líquido				
Capital social.....	-	-	12.422	17%
Prejuízos acumulados	-	-	(944)	(1%)
Total do Patrimônio Líquido	-	-	11.478	16%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	-	-	73.328	100%

⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao total do passivo e patrimônio líquido.

Resultados Operacionais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidados da Companhia para os períodos indicados:

	Período findo em 31 de dezembro de 2010	Trimestre findo em 31 de março de 2011
	(em R\$ milhares)	(em R\$ milhares)
Despesas Operacionais		
Despesas com atividades de exploração de petróleo.....	-	(714)
Despesas gerais e administrativas	-	(884)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro.....	-	(1598)
Receitas Financeiras	-	930
Despesas Financeiras	-	(178)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(846)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	-	(98)
Prejuízo líquido do período.....	-	(944)

Considerando que Companhia, através de sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., desenvolve apenas atividades de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P e, portanto, não gera receita líquida ainda, não é possível apresentar análise vertical dos itens do resultado operacional relacionando-os à receita líquida.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Fluxo de Caixa****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (consolidado)**

	Período de 13 de setembro a 31 de dezembro de 2010	Trimestre findo em 31 de março de 2011
	(Em milhares de reais)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do trimestre.....	0	-944
Ajustes para reconciliar o prejuízo do trimestre com o caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	0	17
Variação cambial, líquida.....	0	-854
Despesa com juros.....	0	120
Imposto de renda diferido.....	0	98
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Titulos e valores mobiliários	0	-22
Impostos e contribuições a recuperar.....	0	-7
Conta corrente de blocos exploratórios	0	4.987
Depósito e cauções	0	-1
Outros ativos circulantes	0	81
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	0	-7.832
Provisões para gastos com exploração	0	120
Contas a pagar – Partes relacionadas.....	0	-77
Impostos e contribuições a recolher	0	-1.026
Outros passivos circulantes.....	0	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	0	-5.326
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições		
No imobilizado e intangível.....	0	-96
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	0	-96
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital.....	0	69.342
Distribuição em caixa para acionista controladora	0	-65.694
Empréstimos com parte relacionada	0	6.627
Caixa líquido oriundo da contribuição de investimento em controlada	0	6.862
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	0	17.137
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO TRIMESTRE.....		
	0	11.715
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	0	0
Caixa e equivalentes de caixa no fim do trimestre	0	11.715
	0	11.715

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma *holding* e consolida o resultado de sua controlada, além de obter receitas financeiras próprias, derivadas das aplicações financeiras de suas disponibilidades no mercado financeiro. A controlada da Companhia, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., desenvolve apenas atividades de exploração e, até o momento, possui apenas receitas financeiras de suas aplicações.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia é uma holding e consolida o resultado de sua controlada. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. atualmente desenvolve apenas atividades de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P. A Companhia acredita que não existem fatores que afetaram seu resultado operacional de maneira relevante. No entanto, uma vez iniciadas as atividades de produção de sua controlada, a Companhia acredita que os fatores apresentados abaixo poderão ter um impacto relevante sobre seus resultados:

A demanda por óleo e gás natural é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica global, principalmente no Brasil, dada a localização das operações da Companhia, e também é impactada pelo desempenho de alguns setores específicos da indústria brasileira. A Companhia acredita que uma desaceleração da atividade econômica no Brasil, assim como em outros países, afetaria a demanda por óleo e gás natural que a Companhia pretende produzir. Considerando que a Companhia desenvolve apenas atividades de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P e, portanto, ainda não gera receita, esses fatores somente impactarão a Companhia a partir do momento que iniciar as atividades de produção de hidrocarbonetos.

A Companhia espera gerar receita operacional das seguintes fontes:

- vendas domésticas de óleo e gás natural;
- exportações; e
- outras fontes, incluindo a prestação de serviços e investimentos.

A Companhia acredita que as suas despesas operacionais incluirão:

- custos de venda (insumos, seguros e custos relacionados à operacionalização dos poços);
- manutenção e reparação de equipamento e propriedades;
- depreciação e amortização de ativos fixos;
- esgotamento dos campos de petróleo;
- custos de exploração; e
- custos de transporte, de distribuição e administrativos em geral.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

A Companhia acredita que variações em sua condição financeira e resultados operacionais serão influenciadas por uma combinação de fatores, incluindo:

- o volume de óleo e gás natural produzido e vendido;
- flutuações nos preços internacionais de óleo e gás natural, os quais são expressos em dólares norte-americanos;

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- flutuações nos preços doméstico de óleo e gás natural, os quais são expressos em reais;
- variações no câmbio real/dólar norte-americano;
- o sucesso da Companhia em futuras rodadas de licitação da ANP;
- condições político-econômicas do Brasil; e
- a quantidade de tributos com os quais a Companhia terá de arcar no futuro em decorrência de suas operações, em função da sua presença no Brasil e o seu envolvimento com a indústria de óleo e gás natural.

O resultado financeiro líquido da Companhia é impactado por: (i) variações na taxa de juros que influenciam a rentabilidade dos seus recursos em caixa; e (ii) taxa de câmbio, devido ao passivo da Companhia indexado em dólares norte-americanos e euros referente principalmente em relação a contas a pagar, provisões de serviços a liquidar, empréstimos com partes relacionadas e prestadores de serviços, para os quais não existem instrumentos de proteção (derivativos ou hedges) contra eventual flutuação cambial.

Efeitos da Inflação, Taxas de Juros e Variação Cambial sobre os Resultados da Companhia

Geral

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados pelo cenário macroeconômico brasileiro. A conjuntura macroeconômica brasileira melhorou significativamente nos últimos anos. Com efeito, o boletim Focus do Banco Central - mediana das projeções de mais 100 economistas-chefes de Instituições Financeiras - vem seguidamente, há semanas, elevando as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o ano 2011. A autoridade monetária considera em seu cenário de referência um avanço de 7,3% na economia brasileira, ao invés dos 5,5% previstos no relatório de março.

Por outro lado, o BACEN vem detectando, uma pressão nos índices de preços que medem a inflação, reagindo com elevações na taxa de juros de curto prazo e, acenando com uma série de ajustes ao longo do ano. Variações dos índices de inflação afetam os custos e despesas da Companhia dado que diversos serviços e insumos que a Companhia utiliza podem ser reajustados, como é o padrão do mercado, tendo por base índices de preços, tais como o IGP-M e o IPCA. No exercício de 2010 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, essas alterações não foram relevantes nos resultados da Companhia.

Inflação e taxas de juros

A inflação e as taxas de juros podem influenciar os resultados da Companhia, pois podem gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzir ou expandir a atividade econômica ou afetar o volume de investimentos na economia. A variação dos índices de inflação também afeta as despesas da Companhia, na medida em que diversos serviços e insumos que utiliza são reajustados com base em indicadores atrelados à inflação.

O Brasil experimentou no passado, periodicamente, índices de inflação extremamente elevados. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no sentido de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira. Historicamente, as taxas anuais de inflação registradas no Brasil antes de 1995 foram extremamente elevadas, incluindo períodos de hiperinflação. A taxa anual de inflação medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, foi de 4,46% em 2007, 5,9% em 2008, 4,31% em 2009 e 5,91% em 2010. Para 2011, o Conselho Monetário Nacional fixou o valor central da meta da inflação em 4,5% a.a. sujeita a variações de até 2 pontos percentuais negativos ou positivos. Considerando historicamente as altas taxa de inflação, o Brasil pode sofrer com elevados índices de inflação no futuro. As baixas taxas de inflação experimentadas desde 1995 podem não continuar. Ações governamentais futuras, incluindo ações para ajustar o valor do Real, podem causar novo aumento da inflação, o que pode impactar a condição financeira da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Câmbio

Os investimentos em exploração da Companhia são normalmente atrelados à moeda estrangeira e, conseqüentemente, um aumento em sua atividade exploratória tende a aumentar a exposição às variações na taxa de câmbio.

A totalidade da dívida está expressa em Dólares norte-americanos. Como a moeda funcional da Companhia é o Real, as mudanças no valor do Dólar norte-americano, em relação ao Real, provocam variações no passivo, que resultam em ganhos ou perdas cambiais nos resultados financeiros, conforme detalhado nas comparações das demonstrações de resultado de cada período contidas no item 10.1 deste Formulário de Referência.

O risco da taxa de câmbio ao qual poderemos estar expostos no futuro seria derivado de eventual descasamento que pode ocorrer entre receitas e despesas em moedas diferentes, como no caso da contratação do aluguel e operação de sondas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia, através de sua controlada, atua somente no segmento de exploração e produção, ou E&P. Desde a sua constituição, nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1º de março de 2011, os quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. aprovaram um aumento de capital no valor de R\$20.376.500,00. A totalidade deste aumento de capital foi subscrita pela Perenco S.A. (Bahamas), passando o capital social da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ser de R\$69.342.297,00.

Ainda em 1º de março de 2011, como resultado de uma reorganização societária em preparação para a abertura de capital das suas operações no Brasil, o Grupo Perenco decidiu adquirir a Companhia, anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e que fora constituída em 13 de setembro de 2010. Como parte dessa reorganização societária, entre outras providências, em 1º de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a alteração da denominação social da Companhia para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) o aumento do capital social da Companhia de R\$500,00 para R\$69,342,296, totalmente subscrito pela Perenco Brazil Limited, com o intuito de viabilizar a aquisição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

Em 1º de março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a Perenco S.A., constituída em Bahamas, pelo qual passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., tornando-se então sua quotista controladora.

Em 31 de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária a absorção de parte dos prejuízos acumulados pela Companhia, apurados no balanço intermediário levantado em 1º de março de 2011, no valor de R\$56.920.271,32, e sua compensação contra a conta de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). A absorção desses prejuízos acumulados acarretou na redução do capital social da Companhia no valor de R\$56.920.271,32, passando o capital social de R\$69.342.296,00 para R\$12.422.024,68.

Em 13 de junho de 2011, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu 99 ações ordinárias de sua titularidade para cada um dos cinco membros do conselho de administração da Companhia, totalizando uma transferência de 495 ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.341.796 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de junho de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária o grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão 100:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 693.422 ações ordinárias.

Para maiores informações sobre os principais eventos societários da Companhia, ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

c. dos eventos ou operações não usuais

Desde nossa constituição, não houve qualquer evento ou operação não usual.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras listadas acima foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas as IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com as IFRS. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que os pronunciamentos, interpretações e modificações já editados ou a serem editados pelo IASB sejam também refletidos para o BRGAAP pelo CPC e aprovados pela CVM até a data da sua aplicação obrigatória.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis, uma vez que estas foram aplicadas em todos os períodos apresentados. As novas interpretações e melhorias realizadas nos pronunciamentos que entraram em vigor e 1º de janeiro de 2011 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 quando comparadas com aquelas referentes ao exercício e período findo em 31 de dezembro de 2010.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 inclui parágrafos de ênfase sobre (i) *continuidade*: a Companhia ainda não estava gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, apresentava capital circulante líquido consolidado negativo e posição patrimonial e financeira que refletia forte dependência de recursos advindos dos seus controladores no exterior na forma de empréstimos, logo as demonstrações financeiras apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Companhia e recorrente suporte financeiro dos seus controladores no exterior, (ii) *propósitos das demonstrações financeiras*: o fato que as referidas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM, e (iii) *práticas contábeis divergentes entre as adotadas no Brasil e as adotadas no IFRS*: o fato de que as demonstrações financeiras individuais intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que, no caso da Companhia, tais práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, conforme descrito na nota explicativa 2 das referidas demonstrações financeiras.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de 13 de setembro de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010 inclui parágrafo de ênfase sobre *continuidade*: a Companhia apresentava passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2010, a Companhia foi adquirida em 13 de setembro de 2010 com o propósito de ser uma sociedade veículo com fins de emissão e ações no mercado brasileiro de ações, bem como de se tornar a controladora da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., empresa detentora dos direitos de concessão e 5 blocos exploratórios na bacia do Espírito Santo e tais demonstrações financeiras foram apresentadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Companhia, o recorrente suporte financeiro dos seus acionistas e o êxito do processo de abertura de abertura de capital.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 inclui parágrafo de ênfase sobre *continuidade*: a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ainda não estava gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, apresentava passivo a descoberto, capital circulante líquido negativo e posição patrimonial e financeira que refletia forte dependência de recursos advindos dos seus controladores no exterior na forma de empréstimos, logo as demonstrações financeiras apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e recorrente suporte financeiro dos seus controladores.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

O relatório de revisão das demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Perenco Brasil Ltda. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 inclui parágrafo de ênfase sobre *continuidade*: a Perenco Brasil Ltda. ainda não estava gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, apresentava passivo a descoberto, capital circulante líquido negativo e posição patrimonial e financeira que refletia forte dependência de recursos advindos dos seus controladores no exterior na forma de empréstimos, logo as demonstrações financeiras apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Perenco Brasil Ltda. e recorrente suporte financeiro dos seus controladores.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de março de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

A Companhia considera uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar sua situação financeira e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da administração da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia realiza estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas divulgados, bem como todos os dados relacionados divulgados. Constantemente avalia suas estimativas e julgam com base outros fatores diversos que acreditam ser razoáveis diante das circunstâncias. Os resultados reais, quando efetivados podem ser diferentes daqueles estimados.

As políticas contábeis críticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia encontram-se relacionadas abaixo.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinação dos ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

A demonstração do resultado abrangente não esta sendo apresentada tendo em vista não existirem transações registradas como outros resultados abrangentes e, conseqüentemente, o prejuízo apurado no período não divergir do resultado abrangente.

Exploração e avaliação de reservas minerais

A Companhia e sua controlada, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizam critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”. Essa norma internacional permite que a administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão de área (bônus de assinatura) e respectivos gastos com sua retenção são capitalizados como ativo intangível;
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura e respectivos gastos com sua retenção são registrados na demonstração do resultado em despesas com atividades de exploração de petróleo (despesas com geologia e geofísica, sísmica, taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso, despesas com pessoal, outros).

Os atuais gastos exploratórios representados pelos bônus de assinaturas e gastos com retenção de área de concessão serão amortizados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas (se identificadas). Essas reservas serão estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia, de acordo com padrões internacionais, e serão revisadas anualmente ou quando se identificarem alterações significativas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar “fatos e circunstâncias” que ensejariam a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses ativos, sendo estes:

- Período de concessão para exploração expirou ou expirará em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não se encontram orçados ou planejados pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ou parceiro;

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais não geraram descobertas comercialmente viáveis e a Administração decidiu por descontinuar esses esforços em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existem e indicam que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com a avaliação efetuada e o estágio inicial da campanha exploratória nos blocos, a administração entende que não existe a necessidade de se efetuar provisão para realização em seus ativos exploratórios registrados como intangível.

Caixa e equivalentes de caixa

Refletem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos da data de sua contratação e com risco insignificante de mudanças de valor. Refletem valores mantidos pela administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou outros afins.

Custos de empréstimos

Os custos dos empréstimos com parte relacionada atribuíveis diretamente a aquisição de ativos não circulantes qualificáveis, os quais podem levar necessariamente um período de tempo substancial para ficarem prontos para o uso pretendido, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos com partes relacionadas ainda não despendidos com os ativos qualificáveis são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade e a Subsidiária são partes das disposições contratuais do instrumento.

I. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, quando aplicáveis, nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros tais como títulos e valores mobiliários são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem aos ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda são usualmente reconhecidas em “Outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica “Reserva de reavaliação de investimentos”. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta “Reserva de reavaliação de investimentos” é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

II. Passivos financeiros

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros gerenciados em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

- Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos com parte relacionada) são mensurados pelo valor justo na data do recebimento dos recursos e posteriormente pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

III. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar os juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita e despesas são reconhecidas com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos com parte relacionada

Empréstimos tomados com parte relacionada na controlada da Companhia são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos ao seu valor justo, utilizando técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado tendo como premissas de mercado a taxa Libor anual estimada na data do recebimento dos recursos para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em seguida, são mensurados pelo custo amortizado, acrescidos de variação cambial e juros de mercado apropriados até a data do balanço. Esses encargos financeiros são registrados na conta de resultado financeiro.

A diferença entre o valor nominal e o valor justo dos empréstimos tomados com parte relacionada no recebimento do recurso é registrada contra patrimônio líquido na conta de prejuízos acumulados na controlada da Companhia, líquida do correspondente efeito tributário (imposto de renda e contribuição social diferidos).

Na capitalização de empréstimos com parte relacionada na controlada da Companhia, quando aplicável e relevante, na data do evento, o valor justo dos empréstimos é mensurado e a diferença entre esse valor e o valor contábil pelo custo amortizado é registrada na demonstração do resultado, líquido dos correspondentes reflexos tributários diferidos.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Gastos exploratórios, tais como despesas com geologia e geofísica, sísmica, licenciamento ambiental e despesas com pessoal são registrados no resultado. As despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços de terceiros pelos seus valores brutos, deduzidos dos impostos. As receitas registradas por competência referem-se aos rendimentos auferidos das aplicações financeiras e variação cambial credora sobre os empréstimos com parte relacionada.

Tributação

A tributação sobre o lucro, quando aplicável, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Estes são reconhecidos em função de diferenças intertemporais (sistemática variação cambial por “caixa”, entre outras), prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, e quando julgados pela Administração como realizáveis (créditos fiscais diferidos). Em face do histórico de prejuízos acumulados, a administração reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social limitados apenas a 30% do saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferido decorrente de variação cambial sobre empréstimos com parte relacionada cuja liquidação tributária vem sendo efetuada pela sistemática de “caixa”. Os 30% refletem o limite de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas bases tributáveis conforme legislação tributária brasileira.

A Companhia possui como principais tributos os impostos sobre importação de serviços, principalmente referentes a partes relacionadas, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	15%
Programa de Integração Social – PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	7,6%
Imposto sobre Serviços – ISS	5%
CIDE	10%

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos aquela obrigação. Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Quando a avaliação pressupõe chances de perda prováveis são constituídas as devidas provisões relacionadas aos riscos contingenciais. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis os riscos contingenciais são divulgados em nota explicativa mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os principais objetivos dos controles internos da Companhia são; (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O Auditor Independente não realizou suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as demonstrações financeiras da Companhia. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores emitiram carta de recomendações. A nossa administração entende que os principais pontos de melhoria identificados e reportados por nossos auditores são a ausência de manuais formalizados com as práticas e políticas e procedimentos contábeis e ausência de manuais formalizados de atividades e processos de controle interno para a preparação das demonstrações financeiras. Em relação às recomendações mencionadas, a Companhia tem atuando na resolução dos pontos, e já tem implementado as recomendações recebidas.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

O Banco Itaú BBA S.A. emitiu em favor da controlada da Companhia, Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. cinco cartas-fiança a fim de atender ao disposto nos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no que diz respeito à garantia financeira exigida para fins de execução do programa exploratório mínimo. Essas cartas-fiança permaneceram em vigor até o integral cumprimento pela controlada da Companhia de todas as suas obrigações decorrentes do programa exploratório mínimo.

Atualmente, somente quatro dessas cartas-fiança permanecem em vigor tendo em vista que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. já cumpriu os requisitos do programa exploratório mínimo relativo ao Contrato de Concessão n.º ES-M-472. Ademais, a controlada da Companhia já está no processo de redução dos programas mínimos exploratórios relativos aos contratos de concessão n.ºs ES-M-529 e ES-M0531, de modo que essas cartas-fiança serão canceladas no curto prazo.

A tabela abaixo apresenta o valor inicial envolvido e o saldo existente relativo às cartas-fiança que permanecem em vigor na data deste Formulário de Referência:

<u>N.º do Contrato de Concessão</u>	<u>N.º da Operação</u>	<u>Data de Emissão</u>	<u>Montante envolvido (em R\$)</u>	<u>Saldo Existente (em R\$)</u>
ES – M – 529	100410030062500	22/03/2010	1.188.000,00	269.334,00
ES – M – 418	100410030062600	22/03/2010	23.544.000,00	18.468.400,00
ES – M – 416	100410030062700	22/03/2010	23.544.000,00	18.468.000,00
ES – M – 531	100410030062800	22/03/2010	1.188.000,00	16.650,00
Total			49.464.000,00	37.222.384,00

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, além daqueles previstos no item "a" acima.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Item não aplicável vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

b. natureza e o propósito da operação

Item não aplicável vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Item não aplicável vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Visão Geral do Plano de Negócios da Companhia

A Companhia tem como objetivo tornar-se uma das principais empresas de exploração e produção de petróleo e gás na margem brasileira do oceano Atlântico, usando para isso da experiência do Grupo Perenco na costa da África Ocidental, região na qual opera e tem produção líquida de 115.000 *boepd*. As metas de longo prazo da Companhia consistem em replicar o modelo de crescimento do Grupo Perenco ao redor do mundo, alcançando uma produção líquida de 150.000 *boepd* no Brasil ao longo de 10 anos.

Os principais investimentos previstos no plano de negócios da Companhia para o período de 2011 a 2015 estão descritos a seguir e são consistentes com o programa de exploração da Companhia:

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	(em US\$ milhões)					
Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.^(*)						
Bacia do Espírito Santo	70	100	180	150	10	590
Novos Negócios		Não diferenciado				200
Bacia do Espírito Santo						
Investimentos Exploratórios	70	100	100	70	10	350
Investimentos na Avaliação de descobertas	0	00	80	80	80	240
Novos Negócios						
Plano de negócios		Não diferenciado				200
Total		Não diferenciado				790

^(*) Inclui investimentos em exploração, em produção, serviços gerais, custos operacionais, treinamento e outros custos.

As informações apresentadas neste item refletem exclusivamente o plano de negócios para o período de 2011 a 2015, o qual foi elaborado com base em projeções, estimativas e considerações prospectivas as quais contemplam um cenário de alto sucesso. A apresentação destas informações não representa uma garantia de que conseguiremos investir estes valores, que estão sujeitos aos riscos inerentes das operações da Companhia.

Para maiores informações acerca dos fatores de risco que podem impactar as projeções da Companhia, vide os itens 4 e 5 deste Formulário de Referência que descrevem os fatores de riscos associados à atividade da Companhia e sua controlada e os riscos de mercado, respectivamente.

Custos

A Companhia estima que os custos no período de 2011 a 2015 poderiam somar cerca de US\$158 milhões (aproximadamente R\$253 milhões) por ano no período entre 2011 a 2015 e poderiam incluir:

Exploração: até US\$ 350 milhões (cerca de R\$ 560 milhões) para financiar a perfuração de até dez poços exploratórios.

Avaliação: até US\$ 240 milhões (aproximadamente R\$ 384 milhões) para perfurar até seis poços de avaliação localizados em qualquer área de descoberta importante de hidrocarboneto revelada por poços exploratórios, incluindo os testes de produção desses seis poços.

Aquisição de novos blocos exploratórios: US\$ 200 milhões (aproximadamente R\$ 320 milhões) na obtenção de novas áreas e realização de programas de trabalho de exploração relevantes, incluindo aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos e perfuração de poços exploratórios.

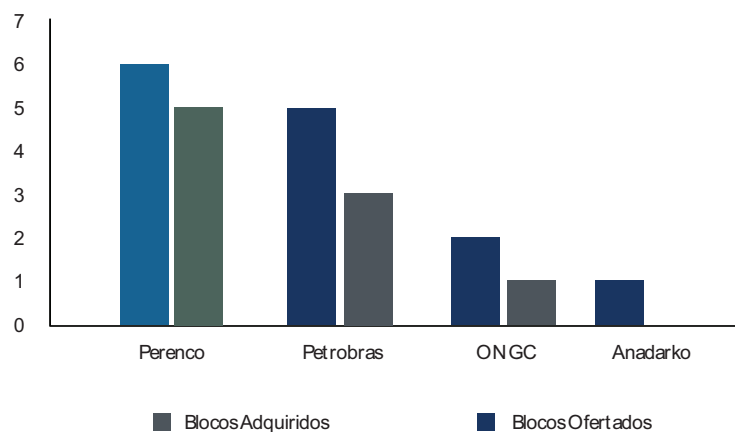
10.10 - Plano de negócios

Investimentos da Companhia

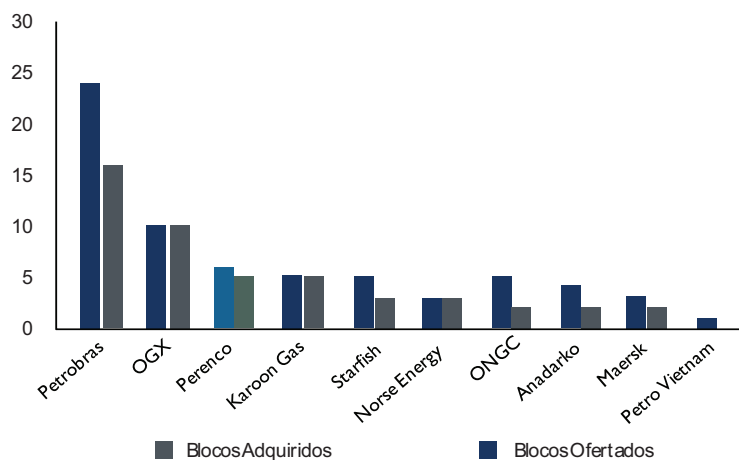
Os investimentos programados pela Companhia em conjunto com sua controlada Perenco Petróleo e Gás do Brasil S.A. são:

- **Investimentos exploratórios:** A Companhia pretende realizar investimentos em exploração e avaliação nos cinco blocos em concessão localizados na Bacia do Espírito Santo que resultam no valor total de até US\$590 milhões de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2015. Os investimentos incluem a aquisição de dados geológicos e geofísicos, seu processamento, interpretação e certificação, perfuração de poços exploratórios e de avaliação. Os poços exploratórios e de avaliação terão testes contingentes para confirmar descobertas relevantes.
- **Investimentos na aquisição de novos blocos exploratórios:** A Companhia tem a intenção de participar das próximas rodadas de licitação da ANP a fim de adquirir novos blocos exploratórios e subsequente atividade exploratória, incluindo a aquisição, o processamento e interpretação de dados sísmicos e perfuração de poços. Nesse sentido, a Companhia busca repetir o sucesso obtido na nona rodada de licitações na qual foi o participante que adquiriu em conjunto com a OGX Petróleo e Gás Ltda. o maior de número de blocos exploratórios situados em águas profundas, e a terceira colocada em termos de blocos totais licitados, conforme evidenciam os dois gráficos abaixo:

ANP 9a Rodada de Licitações – Águas Profundas



ANP 9a Rodada de Licitações – Áreas Marítimas



O objetivo da Companhia é o de compor portfólios adicionais semelhantes ao seu presente portfólio, nos quais possa criar valor pela aquisição de novos dados e pela aplicação dos métodos de estudos em exploração já utilizados nos blocos na Bacia do Espírito Santo e mundialmente pelo Grupo Perenco. Conforme demonstrado acima, a Companhia pretende utilizar, até US\$ 200 milhões nos próximos anos para implementar essa estratégia.

10.10 - Plano de negócios

A apresentação de dados históricos não é uma garantia de resultados futuros. A participação da Companhia em novas rodadas de licitação da ANP e os resultados de tal participação estão sujeitos aos riscos dos negócios da Companhia e podem não ser bem sucedidos. Para maiores informações sobre os riscos inerentes aos negócios da Companhia, veja o Item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para financiar o plano de investimento da Companhia, ela pretende contar, principalmente, com os recursos oriundos da Oferta Pública de Ações, bem como com as seguintes fontes de recursos, além da produção de petróleo esperada:

Recursos advindos da oferta pública de ações:

A Companhia pretende utilizar os recursos provenientes da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da seguinte forma: (i) atividades de exploração, avaliação e desenvolvimento das licenças atuais; e (ii) novos empreendimentos, como a participação em rodadas de licitação, aquisição de licenças através de *farm-in* e aquisições estratégicas, conforme relação a seguir:

Destinação dos Recursos da Oferta Pública	
Blocos no Espírito Santo	67%
Novos Empreendimentos	33%
Investimento Total	100%

A Companhia pretende utilizar 67% dos recursos oriundos da sua oferta pública inicial de ações, bem como os juros sobre o investimento desses recursos, para financiar o seu programa de exploração e avaliação dos seus blocos na bacia do Espírito Santo. Novos investimentos em atividades de desenvolvimento posteriores a qualquer descoberta comercial exigirão, portanto, fontes alternativas de financiamento.

Recursos em caixa:

Os recursos em caixa da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. advém de aportes de capitais e empréstimos realizados por sua controladora entre 2008 e 2010. Para maiores informações sobre operações com partes relacionadas vide o item 6.3 deste Formulário de Referência. Estes recursos foram utilizados pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para adquirir os cinco blocos exploratórios na Bacia do Espírito Santo. Os recursos disponíveis em caixa da controlada da Companhia, ao final do período findo em 31 de março de 2011 totalizavam R\$8.331.000,00.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A companhia não tem intenção de realizar desinvestimentos, nem está em processo de desinvestimento de ativos.

Vale ressaltar, no entanto, que são práticas usuais na indústria do petróleo a realização de contratos de *farm-in* e *farm-out*. A Companhia, eventualmente, pode assinar tais tipos de contratos no futuro, caso isso represente benefícios para os seus negócios e acionistas. A assinatura destes contratos, se houver, poderá representar investimentos significativos ou desinvestimentos relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Uma vez que a Administração da Companhia tenha definido as áreas com potencial favorável para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a Companhia pretende apresentar ofertas para a aquisição de direitos de concessão de blocos exploratórios nas próximas rodadas de licitação da ANP.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO OPERACIONAL DA PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

As informações contábeis apresentadas neste item 10.11, são referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e foram obtidas através das Demonstrações Financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações contábeis da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda, estão sendo apresentadas com o objetivo de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras e demonstrar o histórico das informações contábeis da Companhia, tendo em vista que a aquisição desta controlada pela Companhia ocorreu em 1º de março de 2011.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Visão Geral

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é uma sociedade limitada controlada pela Companhia, constituída em 3 de janeiro de 2008. Suas atividades abrangem, sujeitas à obtenção de licenças, autorizações e aprovações regulatórias, a (i) exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) importação, exportação, comercialização, distribuição, transporte e armazenamento de petróleo e gás natural, bem como de produtos derivados de petróleo; (iii) contratação de empréstimos; (iv) a prestação de garantias; e (v) participação em consórcios ou outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, independentemente de sua atividade.

Na nona rodada de licitação realizada pela ANP, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. adquiriu cinco blocos de exploração em águas profundas, obtendo 50% sobre os direitos de concessão e exploração dos blocos ES-M-416, ES-M-418, ES-M-472, ES-M-529 e ES-M-531.

Os blocos exploratórios serão desenvolvidos pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em parceria com a OGX Petróleo e Gás Ltda. Os blocos exploratórios estão localizados em águas profundas (100m – 2000m) nos arredores da costa da bacia do Espírito Santo, sendo que cada bloco abrange uma área de aproximadamente 725 quilômetros quadrados.

Todas as licenças são válidas por um período inicial de quatro anos. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. deverá fazer um levantamento dos dados sísmicos e perfurar dois poços exploratórios pelo menos. Recentemente, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. finalizou a aquisição de dados sísmicos em 3D correspondente a uma área de 1900 km² e dados sísmicos em 2D correspondente a uma área de 1900 km². O processamento desses dados novos está sendo realizado e coordenado em nosso escritório sediado no Rio de Janeiro. As atividades de perfuração exploratória estão sendo realizadas desde o final de 2010 até a presente data.

Esses blocos exploratórios oferecem uma enorme variedade de tipos de hidrocarbonos e tendem a se assemelhar aos campos de petróleo leve localizados no Campo de Golfinho que foi encontrado em 2006. Outros campos com características semelhantes são os campos de gás de Congoá, Peroá e Camarupim. Em 2010 foram adquiridos mais dados sísmicos em 3D correspondentes a uma área de 1350 km² e, em seguida, já em 2011, será iniciada a atividade de perfuração exploratória.

O Grupo Perenco já conduz atividades de exploração ao redor do mundo e pretende expandir seus negócios no Brasil por meio da exploração e através do desenvolvimento e produção de petróleo. Para maiores informações sobre o Grupo Perenco ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As atividades da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. relacionadas à exploração e produção de óleo e gás natural, assim como as aquisições de seus blocos exploratórios, foram suportadas por recursos aportados por quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. Em 31 de março de 2010, a estrutura de capital permanecia baseada integralmente em capital proveniente dos quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de março de 2011, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. possuía uma posição consolidada na conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$8,3 milhões e um ativo circulante de R\$17,8 milhões. Nesta data, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. apresentava um passivo circulante de R\$57,5 milhões e um passivo não circulante de R\$2,7 milhões.

Em 31 de março de 2011, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. apresentava uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 5,39%. As informações na tabela abaixo refletem a relação entre o passivo total e o patrimônio líquido para os períodos abaixo indicados:

Capital	Descrição	31/03/2011		31/12/2010		31/12/2009		31/12/2008	
		(em R\$)		(em R\$)		(em R\$)		(em R\$)	
	Passivo Circulante e Não Circulante	60.223	88%	72.681	117%	47.623	86%	22.775	39%
Partes Relacionadas....									
Próprio	Patrimônio Líquido	8.131	12%	(10.500)	-17%	7.484	14%	35.636	61%
Total		68,364	100%	62,181	100%	55,107	100%	58,411	100%

Por fim, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. destaca que não há hipóteses de resgate de quotas de sua emissão, além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência mantém a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos.

A Companhia é uma *holding* e consolida o resultado de sua controlada. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., desenvolve apenas atividades de exploração e, portanto, ainda não esta gerando caixa, tão somente gastos com o desenvolvimento de suas atividades.

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. financia suas atividades através de empréstimos e aportes de capital de seus quotistas. Em 31 de março de 2011 a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. possuía quatro contratos de empréstimo firmados com a Perenco S.A. (Bahamas), descritos no item "f" abaixo, no valor total equivalente a US\$31,35 milhões. A Companhia pretende realizar uma oferta publica de ações e utilizar parte dos recursos provenientes da oferta para financiar as atividades da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. nos próximos anos. Para maiores informações sobre as operações com partes relacionadas, ver item 16.2 deste Formulário de Referência.

Em 31 de março de 2011, o índice de endividamento da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é 7,41. O total do passivo, incluindo fornecedores, despesas administrativas, tributos, entre outros, era de R\$68,3 milhões, ao passo que nosso Caixa e Equivalentes totalizava R\$8,3 milhões na mesma data.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

d. fontes de financiamento de capital de giro e para investimentos de ativos não-circulantes utilizados

Até a data deste Formulário de Referência, as únicas fontes de financiamento da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. foram aportes de capital e empréstimos de recursos obtidos junto aos acionistas da Companhia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez:

A principal fonte de financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes tem sido os quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. A Companhia pretende realizar uma oferta pública inicial de ações que promoverá o reforço do capital de giro e capacidade de investimento da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., observado, entretanto, que o Grupo Perenco poderá continuar a financiar a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. no futuro. Além disto, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. utilizará os recursos oriundos de suas atividades para tais fins uma vez que se torne operacional e passe a auferir receitas.

f. níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

Os contratos listados abaixo representam todos os contratos de empréstimo em vigor em 31 de março de 2011. Os valores apresentados diferem dos saldos contábeis devido ao valor justo calculado conforme a norma contábil aplicável. Para informações adicionais, vide o item 16.2 deste Formulário de Referência.

Mutuante	Mutuária	Data do contrato ⁽¹⁾	País	Moeda	Valor total devido ⁽²⁾ (em US\$ milhões)	Taxa de juros ⁽³⁾	Vencimento
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Fevereiro 2009	Bahamas	US\$	4,5	Libor + 2% a.a	Fevereiro 2012
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Março 2009	Bahamas	US\$	4,35	Libor + 2% a.a	Fevereiro 2012
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Julho 2009	Bahamas	US\$	3,5	Libor + 2% a.a	Fevereiro 2012
Perenco S.A. (Bahamas).....	Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.	Fevereiro 2010	Bahamas	US\$	19,0	Libor + 2% a.a	Fevereiro 2012
Total.....					31,35		

⁽¹⁾ Refere-se à data original do contrato de empréstimo. Todos esses contratos foram aditados em 31 de março de 2011.

⁽²⁾ Refere-se ao valor total efetivamente tomado pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. sob cada contrato.

⁽³⁾ A taxa de juros indicada incide sobre os valores tomados em empréstimo a partir de 1º abril de 2011.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2011, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. não possuía nenhum empréstimo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de empréstimo descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses de: (i) alteração de controle societário direto ou indireto; (ii) inadimplência das obrigações pactuadas; e (iii) insolvência da devedora.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Considerando que a totalidade dos empréstimos da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. são provenientes de seus quotistas, os recursos são utilizados de forma a cumprir os objetivos em linha com os procedimentos internos do Grupo Perenco.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2011

Demonstrações de Resultado

	Período findo em 31 de março de		
	2010	2011	AH 2011/2010 ⁽¹⁾
	(em R\$ milhares)		(%)
Despesas Operacionais			
Despesas com atividades de exploração de petróleo.....	(2.617)	(1.805)	(31%)
Despesas gerais e administrativas	(669)	(1.372)	105%
Outras despesas	(2)	(2)	0%
Resultado Operacional	(3.288)	(3.179)	(3)%
Receita Financeira	121	1.173	-
Despesa Financeira	(822)	(475)	(42%)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.989)	(2.481)	(38%)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	220	785	-
Prejuízo líquido do período	(3.769)	(1.696)	(55%)

⁽¹⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

Considerando que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., desenvolve apenas atividades de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P e, portanto, não gera receita líquida ainda, não é possível apresentar análise vertical dos itens do resultado operacional relacionando-os à receita líquida. Desta forma, a demonstração de resultado da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 2010 foi baseada na análise horizontal que compara os dois períodos.

Despesas com atividades de exploração

As despesas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. com atividades de exploração no período de três meses findo em 31 de março de 2011 foram de R\$1,8 milhão contra R\$2,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2010, o que representou uma variação negativa de R\$812 mil ou 31%. Esta redução nas despesas com atividades de exploração, em termos de valor absoluto, é atribuído principalmente à campanha sísmica realizada em 2010. Em contrapartida em 2011 a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. apenas conclui o processamento e interpretação sísmica e prepara a campanha de perfuração prevista para o segundo semestre de 2011.

Despesas gerais e administrativas

As despesas operacionais e administrativas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. no período de três meses findo em 31 de março de 2011 foram de R\$1,4 milhão contra R\$669 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2010, o que representou uma variação positiva de R\$703 mil ou 105%. Este aumento nas despesas operacionais e administrativas, em termos de valor absoluto, é atribuído principalmente à contratação de pessoal, aluguel de imóveis e maior demanda por prestação de serviços, tais como informática e consultoria em geral.

Outras despesas

As outras despesas no trimestre findo em 31 de março de 2011 foram de R\$2 mil contra R\$2 mil no trimestre findo em 31 de março de 2010, portanto a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. não teve variação durante este período.

Resultado Operacional

Como resultado operacional no trimestre findo em 31 de março de 2011, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou um prejuízo de R\$3,2 milhões contra um prejuízo de R\$3,3 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010, o que representa uma redução de R\$109 mil ou 3%, que se deve aos fatores acima descritos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Resultado Financeiro

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou resultado financeiro líquido no trimestre findo em 31 de março de 2011 de R\$698 mil contra um resultado de R\$701 mil negativos no trimestre findo em 31 de março de 2010, o que representa uma variação positiva de R\$1,4 milhões.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima mencionado, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2011 de R\$2,5 milhões contra um prejuízo de R\$4,0 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010, o que representa uma variação positiva de R\$1,5 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesas com impostos de renda e contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2011 foram de R\$785 mil contra R\$220 mil no trimestre findo em 31 de março de 2010, o que representou um aumento de R\$565 mil. Este aumento é atribuído à variação cambial ativa positiva entre os períodos analisados.

Prejuízo do exercício

Como resultado do acima mencionado, o prejuízo líquido no período de três meses findo em 31 de março de 2011 foi de R\$1,7 milhões contra um prejuízo líquido de R\$3,8 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010, o que representou um aumento de R\$2 milhões.

Comparação entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e o período findo em 31 de março de 2011

Contas Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011:

Ativo

	Em 31 de dezembro de 2010	AV(%) ⁽¹⁾	Em 31 de março de 2011	AV (%) ⁽¹⁾	AH (%) ⁽²⁾
	(em R\$ milhares)		(em R\$ milhares)		
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	254	0%	8.331	12%	–
Títulos e valores mobiliários	4.619	7%	2.380	3%	(48%)
Impostos e contribuições a recuperar	97	0%	143	0%	47%
Estoques	1.748	3%	5.798	8%	–
Despesas antecipadas.....	292	0%	194	0%	(34%)
Conta corrente blocos exploratórios	5.249	8%	968	1%	(82%)
Outros ativos circulantes.....	27	0%	52	0%	93%
Total do Ativo Circulante	12.286	20%	17.866	26%	45%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos e cauções.....	185	0%	189	0%	2%
Imobilizado.....	987	2%	1.214	2%	23%
Intangível	48.723	78%	49.095	72%	1%
Total do Ativo não circulante	49.895	80%	50.498	74%	1%
Total do Ativo	62.181	100%	68.364	100%	10%

⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao ativo total.

⁽²⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante**Passivo**

	Em 31 de dezembro de 2010	AV(%) ⁽¹⁾	Em 31 de março de 2011	AV (%) ⁽¹⁾	AH (%) ⁽²⁾
	(em R\$ milhares)		(em R\$ milhares)		
Passivo Circulante					
Fornecedores.....	5.775	9%	978	1%	(83%)
Provisões para gastos com exploração	4.462	7%	3.538	5%	(21%)
Contas a pagar – Empresas ligadas	3.011	5%	2.733	4%	(9%)
Empréstimo com parte relacionada	0	0%	49.987	73%	–
Impostos e contribuições a recolher	1.376	2%	0	0%	(100%)
Outros passivos circulantes	136	0%	292	0%	–
Total do passivo circulante.....	14.760	24%	57.528	84%	–
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.583	6%	2.705	4%	(25%)
Empréstimos com parte relacionada.....	54.338	87%	2.705	4%	(100%)
Total do passivo não circulante	57.921	93%	2.705	4%	(95%)
Patrimônio líquido					
Capital social.....	48.966	79%	69.342	101%	42%
Prejuízos acumulados.....	(59.466)	(96%)	(61.211)	(90%)	3%
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(10.500)	(17%)	8.131	12%	–
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	62.181	100%	68.364	100%	10%

⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao total do passivo e patrimônio líquido.

⁽²⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011**Ativo circulante**

Em 31 de março de 2011, o ativo circulante era de R\$17,9 milhões, em comparação com R\$12,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 26% em 31 de março de 2011 e 20% em 31 de dezembro de 2010.

Este aumento, de R\$5,6 milhões ou 45%, decorreu principalmente do aumento da caixa e equivalentes de caixa no valor provenientes de aportes de capital, empréstimos recebidos que aumentaram o caixa e aquisição de estoque.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2011, o ativo não circulante era de R\$50,5 milhões, em comparação com R\$49,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 74% em 31 de março de 2011 e 80% em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento, de R\$603 mil ou 1%, decorreu principalmente da capitalização dos gastos com retenção de área da ANP para os cinco blocos de concessão no valor de R\$383 mil no trimestre, bem como pela aquisição de móveis, utensílios e equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros, adquiridos ao longo do primeiro trimestre de 2011.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2011, o passivo circulante era de R\$57,5 milhões, em comparação com R\$14,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 84% em 31 de março de 2011 e 24% em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento, de R\$42,7 milhões, decorreu principalmente devido à reclassificação dos empréstimos com parte relacionada do passivo não circulante para o passivo circulante.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2011, o passivo não circulante era de R\$2,7 milhões, em comparação com R\$57,9 em 31 de dezembro de 2010. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 4% em 31 de março de 2011 e 93% em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento, de R\$55,2 milhões ou 95%, decorreu principalmente devido à reclassificação dos empréstimos com parte relacionada do passivo não circulante para o passivo circulante.

Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de março de 2011, o patrimônio líquido era de R\$8,1 milhões, em comparação com R\$10,5 milhões (devedor) em 31 de dezembro de 2010. Tal variação, de R\$18,6 milhões deu-se principalmente pela capitalização de empréstimos e novo aporte de capital.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Contas Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. nas datas indicadas:

Ativo

	Em 31 de dezembro de				AH 2010/2009 (%) ⁽²⁾
	2009 (em R\$ milhares)	AV(%) ⁽¹⁾	2010 (em R\$ milhares)	AV (%) ⁽¹⁾	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	212	0%	254	0%	20%
Títulos e valores mobiliários	3.607	7%	4.619	7%	28%
Impostos e contribuições a recuperar	60	0%	97	0%	62%
Estoques	0	0%	1.748	3%	–
Despesas antecipadas	227	0%	292	0%	29%
Conta corrente de blocos exploratórios	3.347	6%	5.249	8%	57%
Outros ativos circulantes	79	0%	27	0%	(66%)
Total do ativo circulante	7.532	14%	12.286	20%	63%
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos e cauções	102	0%	185	0%	81%
Imobilizado	366	1%	987	2%	–
Intangível	47.107	85%	48.723	78%	3%
Total do ativo não circulante	47.575	86%	49.895	80%	5%
Total Ativo	55.107	100%	62.181	100%	13%

⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao ativo total.

⁽²⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante**Passivo**

	Em 31 de dezembro de				
	2009 (em R\$ milhares)	AV (%) ⁽¹⁾	2010 (em R\$ milhares)	AV (%) ⁽¹⁾	AH 2009/2010 (%) ⁽²⁾
Passivo					
Fornecedores	3.757	7%	5.775	9%	54%
Provisões para gastos com exploração	4.783	9%	4.462	7%	(7%)
Contas a pagar - Empresas ligadas	559	1%	3.011	5%	-
Impostos e contribuições a recolher	110	0%	1.376	2%	-
Outros passivos circulantes	64	0%	136	0%	-
Total do passivo circulante	9.273	17%	14.760	24%	59%
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.830	5%	3.583	6%	27%
Empréstimos com parte relacionada	35.520	64%	54.338	87%	53%
Total do passivo não circulante	38.350	70%	57.921	93%	51%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	48.966	89%	48.966	79%	0%
Prejuízos acumulados	(41.482)	(75%)	(59.466)	(96%)	43%
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7.484	14%	(10.500)	(17%)	-
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	55.107	100%	62.181	100%	13%

⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao total do passivo e patrimônio líquido.

⁽²⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

Abaixo apresentamos as comparações das principais contas patrimoniais da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo circulante era de R\$12,3 milhões, em comparação com R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 20% em 31 de dezembro de 2010 e 14% em 31 de dezembro de 2009.

Tal variação, de R\$4,75 milhões ou 63%, decorreu, principalmente, da compra de estoques, principalmente de tubos para perfuração e adiantamento a fornecedores para aquisição de tubos e cabeça de poço para as atividades de perfuração, esperada para 2011 e aumento no contas a receber da OGX, no valor de R\$1,9 milhão. Além disto, ocorreu um aumento dos títulos e valores mobiliários no valor de R\$1 milhão.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo não circulante era de R\$49,9 milhões, em comparação com R\$47,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 80% em 31 de dezembro de 2010 e 86% em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento, de R\$2,3 milhões ou 5%, decorreu, principalmente, da capitalização dos gastos com retenção de área da ANP para os cinco blocos de concessão, bem como pela aquisição de móveis, utensílios e equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros, adquiridos ao longo de 2010.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o passivo circulante era de R\$14,8 milhões em comparação com R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 24% em 31 de dezembro de 2010 e 17% em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento, de R\$5,5 milhões ou 59%, decorreu, principalmente, de contas a pagar em operações com partes relacionadas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o passivo não circulante era de R\$58 milhões em comparação com R\$38,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 93% em 31 de dezembro de 2010 e 70% em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento, de R\$19,6 milhões ou 51%, decorreu principalmente devido aos contratos de empréstimos com a Perenco S.A. (Bahamas), os quais foram captados para financiar recursos para a exploração.

Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido era de R\$10,5 milhões negativos em comparação com R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal variação, de R\$18,0 milhões, deu-se, principalmente, pela absorção do prejuízo registrado no exercício, resultando em um patrimônio líquido negativo.

Resultados Operacionais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2010	AH 2010/2009 ⁽¹⁾
	(em R\$ milhares)		(%)
Despesas Operacionais			
Despesas com atividades de exploração de petróleo.....	(32.108)	(15.839)	(51%)
Despesas gerais e administrativas	(4.730)	(4.680)	(1%)
Outras despesas	(55)	(76)	38%
Resultado Operacional antes do resultado financeiro.....	(36.893)	(20.595)	(44%)
Receitas Financeiras.....	10.226	4.300	(58%)
Despesas Financeiras.....	(1.949)	(1.937)	(199%)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.616)	(18.232)	(36%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(1.655)	(413)	(75%)
Prejuízo líquido do exercício	(30.271)	(18.645)	(38%)

⁽¹⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

Considerando que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ainda não possui receita líquida uma vez que ainda está na fase de exploração, não é possível apresentar análise vertical dos itens do resultado operacional relacionando-os à receita líquida. Desta forma, a demonstração de resultado da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 foi baseada na análise horizontal que compara os dois períodos.

Despesas com atividades de exploração

As despesas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. com atividades de exploração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$15,8 milhões contra R\$32,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o que representou uma variação positiva de R\$16,2 milhões ou 51%. Esta redução em nossas despesas com atividades de exploração ocorreu pois no exercício de 2009 a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. realizou uma campanha de aquisição sísmica em suas cinco concessões. Em contrapartida, no exercício de 2010 foi realizada aquisição sísmica para aprofundar os estudos em apenas três dos cinco blocos pertencentes à Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

Despesas gerais e administrativas

As despesas operacionais e administrativas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$4,68 milhões contra R\$4,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o que representou uma variação positiva de R\$50 mil ou 1%, mantendo-se praticamente constante.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Outras despesas

As outras despesas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$76 mil contra R\$55 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de R\$21 mil ou 38%.

Resultado Operacional

Como resultado operacional em 31 de dezembro de 2010, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou um prejuízo de R\$20,6 milhões contra um prejuízo de R\$36,9 milhões em 2009, o que representa uma redução de R\$16,3 milhões ou 44%, que se deve aos fatores acima descritos.

Resultado Financeiro

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou resultado financeiro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 de R\$2,4 milhões contra um resultado de R\$8,3 milhões em 2009, o que representa uma variação negativa de R\$5,9 milhões, ou 71%. O resultado financeiro se deve, principalmente, às variações cambiais dos empréstimos da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. com a Perenco S.A. (Bahamas). Isto porque as necessidades de financiamento se concentraram no primeiro trimestre de 2009, ocasião em que o real estava desvalorizado devido à crise econômica global de 2008, tendo apresentado valorização expressiva durante o exercício de 2009. O resultado financeiro da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. também foi positivamente impactado pelo rendimento de suas aplicações financeiras.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado do acima mencionado, registramos prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$18,2 milhões, contra um prejuízo de R\$28,6 milhões em 2009, o que representa uma redução de R\$10,4 milhões, ou 36%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesas com impostos de renda e contribuição social diferidos em decorrência das diferenças temporárias (variação cambial pelo regime caixa) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$0,4 milhão contra R\$1,6 milhões em 2009, o que representou uma redução de R\$1,2 milhão. Essa redução se deveu pelo efeito das variações cambiais ativas sobre o empréstimo terem sido inferiores no exercício de 2010.

Prejuízo do exercício

O prejuízo líquido da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$18,6 milhões contra um prejuízo líquido de R\$30,3 milhões em 2009, o que representou uma redução de R\$11,6 milhões ou 38%. Tal variação decorre principalmente da variação das despesas com atividades de exploração, conforme descrito acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Contas Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. nas datas indicadas:

Ativo

	Em 31 de dezembro de				AH 2009/2008 (%) ⁽²⁾
	2008 (em R\$ milhares)	AV(%) ⁽¹⁾	2009 (em R\$ milhares)	AV (%) ⁽¹⁾	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.146	4%	212	0%	(90%)
Títulos e valores mobiliários	0	–	3.607	7%	–
Impostos e contribuições a recuperar	112	–	60	0%	(46%)
Estoques	0	–	0	–	–
Despesas antecipadas.....	231	–	227	0%	(2%)
Conta corrente blocos exploratórios	9.981	17%	3.347	6%	(66%)
Outros ativos circulantes.....	16	0%	79	0%	–
Total do Ativo Circulante	12.486	21%	7.532	14%	(40%)
Não circulante					
Depósitos e cauções.....	90	0%	102	0%	13%
Imobilizado.....	257	–	366	1%	42%
Intangível	45.578	78%	47.107	85%	3%
Total do Ativo não circulante.....	45.925	79%	47.575	86%	4%
Total do Ativo	58.411	100%	55.107	100%	(6%)
Passivo					
Passivo Circulante					
Fornecedores.....	11.485	20%	3.757	7%	(67%)
Provisões para gastos com exploração	7.455	13%	4.783	9%	(36%)
Contas a pagar com partes relacionadas	992	2%	559	1%	(44%)
Impostos e contribuições a recolher	73	0%	110	0%	51%
Outros Passivos Circulantes.....	22	0%	64	0%	–
Total do Passivo Circulante	20.027	34%	9.273	17%	(54%)
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83	0%	2.830	5%	–
Empréstimos com parte relacionada.....	2.665	5%	35,520	64%	–
Total do passivo não circulante	2.748	5%	38.350	70%	–
Patrimônio líquido					
Capital social.....	48.966	84%	48.966	89%	0%
Prejuízos acumulados.....	(13.330)	(23%)	(41.482)	(75%)	–
Total do patrimônio líquido.....	35.636	61%	7.484	14%	(79%)
Total do passivo e patrimônio líquido	58.411	100%	55.107	100%	(6%)

⁽¹⁾ Análise Vertical – percentual em relação ao total do passivo e patrimônio líquido.

⁽²⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Abaixo apresentamos as comparações das principais contas patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo circulante era de R\$7,5 milhões, em comparação com R\$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 14% em 31 de dezembro de 2009 e 21% em 31 de dezembro de 2008.

Tal redução, de R\$5 milhões ou 40%, ocorreu principalmente devido à redução de contas a receber da conta corrente blocos exploratórios, que representa o percentual inerente à OGX Petróleo e Gás Participações S.A. nos blocos exploratórios operados pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo não circulante era de R\$47,5 milhões, em comparação com R\$45,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 86% em 31 de dezembro de 2009 e 79% em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$1,6 milhão ou 4% decorreu principalmente da capitalização dos gastos com retenção de área da ANP para o ano de 2009.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o passivo circulante era de R\$9,3 milhões, em comparação com R\$20 milhões em 31 de dezembro de 2008. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 17% em 31 de dezembro de 2009 e 34% em 31 de dezembro de 2008. Tal redução, de R\$10,7 milhões ou 54%, decorreu principalmente do pagamento dos fornecedores de sísmica em aberto em dezembro de 2008.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o passivo não circulante era de R\$38,3 milhões, em comparação com R\$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 70% em 31 de dezembro de 2009 e 5% em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$35,6 milhões, decorreu principalmente de captação de empréstimos junto a Perenco S.A. (Bahamas).

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido era de R\$7,5 milhões, em comparação com R\$35,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal redução, de R\$28,1 milhões ou 79% foi resultado do prejuízo do exercício.

Resultados Operacionais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2009	AH 2009/2008 ⁽¹⁾
	(em R\$ milhares)		(%)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com atividades de exploração de petróleo.....	(11.016)	(32.108)	—
Despesas gerais e administrativas	(2.794)	(4.730)	69%
Outras despesas	(49)	(55)	12%
Resultado Operacional	(13.859)	(36.893)	—
Receita Financeira	423	10.226	—
Despesa Financeira	(56)	(1.949)	—
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.492)	(28.616)	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	(1.655)	—
Prejuízo líquido do exercício	(13.492)	(30.271)	—

⁽¹⁾ Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os dois períodos.

Considerando que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ainda não possui receita líquida uma vez que está em fase de exploração, não é possível apresentar análise vertical dos itens do resultado operacional relacionando-os à receita líquida. Desta forma, a demonstração de resultado da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi baseada na análise horizontal que compara os dois períodos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Despesas com atividades de exploração

As despesas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. com atividades de exploração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$32,1 milhões, contra R\$11,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou um aumento de R\$21,1 milhões. Este aumento em suas despesas com atividades de exploração é atribuído, principalmente, a investimentos realizados em nosso programa de exploração de óleo e gás. A campanha sísmica da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. teve início em dezembro de 2008, portanto a maior parte desta campanha foi realizada no exercício de 2009.

Despesas gerais e administrativas

As despesas operacionais e administrativas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$4,7 milhões, contra R\$2,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou um aumento de R\$1,9 milhões ou 69%. Este aumento em suas despesas operacionais e administrativas deve-se, principalmente, ao fato de que, apesar de a constituição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ter ocorrido em janeiro de 2008, suas atividades somente tiveram início em junho de 2008. Portanto, todas as despesas gerais e administrativas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. foram concentradas a partir da metade do exercício de 2008. Em 2009, houve contratação de pessoal, consultoria, bem como a preparação da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. para o desenvolvimento de suas atividades de exploração na Bacia do Espírito Santo.

Outras despesas

As outras despesas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$55 mil contra R\$49 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou um aumento de R\$6 mil ou 12%.

Resultado Operacional

Como resultado operacional em 31 de dezembro de 2009, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou um prejuízo de R\$36,9 milhões, contra um prejuízo de R\$13,9 milhões em 2008, o que representa um aumento de R\$23 milhões ou 66%.

Resultado Financeiro

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou resultado financeiro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 de R\$8,2 milhões, contra um resultado de R\$367 mil em 2008, o que representa uma variação positiva de R\$7,8 milhões. O resultado financeiro da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. deveu-se, principalmente, às variações cambiais ativas de seus empréstimos com a Perenco S.A. (Bahamas).

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima mencionado, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. registrou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$28,6 milhões, contra um prejuízo de R\$13,5 milhões em 2008, o que representa aumento de R\$15,1 milhões, ou 112%.

10.11 - Outros fatores com influência relevante**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Despesas com impostos de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$1,6 milhões contra zero em 2008. Este aumento é atribuído ao cálculo de imposto de renda diferido incidente sobre as receitas de variação cambial que estão sendo tributadas pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. usando o regime caixa.

Prejuízo do exercício

Como resultado do acima mencionado, nosso prejuízo líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$30,3 milhões contra um prejuízo líquido de R\$13,5 milhões em 2008, o que representou um aumento de R\$16,8 milhões.

Fluxo de Caixa

Informações selecionadas das demonstrações do Fluxo de Caixa da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Trimestre findo em	Exercício Social encerrado em		
	31/3/11	31/12/10	31/12/09	31/12/08
		(R\$ milhares)		
Prejuízo do exercício/período	(1.696)	(18.645)	(30.271)	(13.492)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício/período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	51	115	82	23
Juros	376	1.346	762	11
Variação cambial, líquida	(962)	(3.460)	(8.351)	13
Outros	2	–	–	–
Imposto de renda diferido.....	(785)	413	1.655	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários.....	2.239	(1.012)	(3.607)	–
Impostos e contribuições a recuperar	(46)	(37)	52	(112)
Estoques	(4.050)	(1.748)	–	–
Conta corrente de blocos exploratórios.....	4.281	(1.902)	6.634	(9.981)
Depósito e cauções.....	(4)	(83)	(12)	(90)
Outros ativos circulantes.....	10	(13)	(59)	(224)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(3.655)	1.985	(8.080)	10.347
Provisões para gastos com exploração	(924)	(321)	(2.672)	7.455
Contas a pagar com partes relacionadas.....	(278)	2.452	(433)	992
Impostos e contribuições a recolher.....	(1.376)	1.266	37	73
Outros passivos circulantes	156	72	42	22
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(6.661)	(19.572)	(44.221)	(4.963)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições:				
No imobilizado e intangível	(1.800)	(2.319)	(1.368)	(44.720)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.800)	(2.319)	(1.368)	(44.720)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Integralização de capital	4.929	–	–	48.966
Empréstimos com parte relacionada.....	11.609	21.933	43.655	2.863
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	16.538	21.933	43.655	51.829
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO/PERÍODO	8.077	42	(1.934)	2.146
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período.....	254	212	2.146	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	8.331	254	212	2.146
	8.077	42	(1.934)	2.146

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Geral

Até 31 de março de 2011, as entradas de recursos no fluxo de caixa da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ocorreram totalmente através de recursos de seu quotista Perenco S.A. (Bahamas), decorrente de aportes de capital e empréstimos, enquanto que as saídas se referem às suas despesas operacionais como o pagamento de pessoal, fornecedores e impostos.

Atividades operacionais

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados de gastos realizados com a aquisição, processamento e interpretação sísmica, bem como os gastos com despesas administrativas de suporte.

Atividades de investimento

Os fluxos de caixa decorrentes das nossas atividades de investimento representam dispêndios de recursos feitos com a finalidade de gerar receitas e fluxos de caixa no futuro. Dentre as nossas atividades de investimento destacam-se:

- Desembolsos de caixa para aquisição de equipamentos de informática, os quais estão concentrados na aquisição de microcomputadores, notebooks e servidores;
- Desembolsos de caixa para aquisição de móveis e utensílios para as instalações; e
- Desembolso para pagamento do bônus de aquisição dos blocos exploratórios e respectivos gastos com retenção de área.

Atividades de financiamento

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento sinalizam as exigências sobre futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade. A atividade de financiamento da companhia ocorre exclusivamente dos empréstimos e aportes de capital recebidos pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. por sua quotista Perenco S.A. (Bahamas).

Liquidez e Recursos de Capital e Investimentos de Capital

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. não possui dívidas com instituições financeiras na forma de empréstimos e financiamentos, tendo sido todas suas atividades integralmente suportadas por recursos aportados pela Perenco S.A. (Bahamas) através de empréstimos e aportes de capital. Todos os empréstimos contraídos pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. com a Perenco S.A. (Bahamas) vencem em prazo médio inferior a 24 meses. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. possui o compromisso de cumprir com todas as obrigações por ela contraídas, garantindo assim ter liquidez e recursos de capital suficientes para arcar com seus investimentos e gastos.

Destacam-se no fluxo das atividades operacionais, os gastos realizados com aquisição, processamento e interpretação sísmica a fim de cumprir com o Programa Exploratório Mínimo (PEM) firmado com a ANP, programa este inteiramente cumprido com relação às atividades de sísmica.

Destacam-se no fluxo das atividades de investimento a aquisição dos Blocos Exploratórios BM-ES-37, BM-ES-38, BM-ES-39, BM-ES-40, BM-ES-41, localizados na Bacia de Espírito Santo (BM-ES) na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em consórcio com a OGX Petróleo e Gás Ltda.

Destacam-se no fluxo das atividades de financiamento, empréstimos e aportes de capital recebidos da Perenco S.A. (Bahamas), para financiar todas as atividades operacionais e de investimento.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.2 Resultado operacional e financeiro

a. resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., está em fase de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P e, até o momento, possui apenas receitas financeiras de suas aplicações.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. atualmente desenvolve apenas atividades de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. acredita que não existem fatores que afetaram seu resultado operacional de maneira relevante. No entanto, uma vez iniciadas as suas atividades de produção, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. acredita que os fatores apresentados abaixo poderão ter um impacto relevante sobre seus resultados:

A demanda por óleo e gás natural é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica global, principalmente no Brasil, dada a localização das operações da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., e também é impactada pelo desempenho de alguns setores específicos da indústria brasileira. A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. acredita que uma desaceleração da atividade econômica no Brasil, assim como em outros países, afetaria a demanda por óleo e gás natural que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. pretende produzir. Considerando que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. desenvolve apenas atividades de exploração dentro do processo de produção do setor de E&P e, portanto, ainda não gera receita, esses fatores somente impactarão a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. a partir do momento que iniciar as atividades de produção de hidrocarbonetos.

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. espera gerar receita operacional das seguintes fontes:

- vendas domésticas de óleo e gás natural;
- exportações; e
- outras fontes, incluindo a prestação de serviços e investimentos.

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. acredita que as suas despesas operacionais incluirão:

- custos de venda (insumos, seguros e custos relacionados à operacionalização dos poços);
- manutenção e reparação de equipamento e propriedades;
- depreciação e amortização de ativos fixos;
- esgotamento dos campos de petróleo;
- custos de exploração; e
- custos de transporte, de distribuição e administrativos em geral.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. acredita que variações em sua condição financeira e resultados operacionais serão influenciadas por uma combinação de fatores, incluindo:

- o volume de óleo e gás natural produzido e vendido;
- flutuações nos preços internacionais de óleo e gás natural, os quais são expressos em dólares norte-americanos;
- flutuações nos preços doméstico de óleo e gás natural, os quais são expressos em reais;
- variações no câmbio real/dólar norte-americano;
- o sucesso da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em futuras rodadas de licitação da ANP;
- condições político-econômicas do Brasil; e
- a quantidade de tributos com os quais a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. terá de arcar no futuro em decorrência de suas operações, em função da sua presença no Brasil e o seu envolvimento com a indústria de óleo e gás natural.

O resultado financeiro líquido da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. é impactado por: (i) variações na taxa de juros que influenciam a rentabilidade dos seus recursos em caixa; e (ii) taxa de câmbio, devido ao passivo da Companhia indexado em dólares norte-americanos e euros referente principalmente em relação a contas a pagar, provisões de serviços a liquidar, empréstimos com partes relacionadas e prestadores de serviços, para os quais não existem instrumentos de proteção (derivativos ou hedges) contra eventual flutuação cambial.

Efeitos da Inflação, Taxas de Juros e Variação Cambial sobre os Resultados da Companhia

Geral

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados pelo cenário macroeconômico brasileiro. A conjuntura macroeconômica brasileira melhorou significativamente nos últimos anos. Com efeito, o boletim Focus do Banco Central – mediana das projeções de mais 100 economistas-chefes de Instituições Financeiras – vem seguidamente, há semanas, elevando as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o ano 2011. A autoridade monetária considera em seu cenário de referência um avanço de 7,3% na economia brasileira, ao invés dos 5,5% previstos no relatório de março.

Por outro lado, o BACEN vem detectando, uma pressão nos índices de preços que medem a inflação reagindo com elevações na taxa de juros de curto prazo e, acenando com uma série de ajustes ao longo do ano. O desempenho da economia, evidentemente, afeta a demanda por nossos produtos e a inflação afeta nossas receitas, os custos e as margens. Variações dos índices de inflação afetam nossos custos e despesas dado que diversos serviços e insumos que utilizamos podem ser reajustados, como é o padrão do mercado, tendo por base índices de preços, tais como o IGP-M e o IPCA. No exercício de 2010 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, essas alterações não foram relevantes nos resultados da Companhia.

Inflação e taxas de juros

A inflação e as taxas de juros podem influenciar os nossos resultados, pois podem gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzir ou expandir a atividade econômica ou afetar o volume de investimentos na economia. A variação dos índices de inflação também afeta as nossas despesas, na medida em que diversos serviços e insumos que utilizamos são reajustados com base em indicadores atrelados à inflação.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

O Brasil experimentou no passado, periodicamente, índices de inflação extremamente elevados. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no sentido de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira. Historicamente, as taxas anuais de inflação registradas no Brasil antes de 1995 foram extremamente elevadas, incluindo períodos de hiperinflação. A taxa anual de inflação medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, foi de 4,46% em 2007, 5,9% em 2008, 4,31% em 2009 e 5,91% em 2010. Para 2011, o Conselho Monetário Nacional fixou o valor central da meta da inflação em 4,5% a.a. sujeita a variações de até 2 pontos percentuais negativos ou positivos. Considerando historicamente as altas taxa de inflação, o Brasil pode sofrer com elevados índices de inflação no futuro. As baixas taxas de inflação experimentadas desde 1995 podem não continuar. Ações governamentais futuras, incluindo ações para ajustar o valor do Real, podem causar novo aumento da inflação, o que pode impactar a condição financeira da Companhia.

Câmbio

Os investimentos em exploração da Companhia são normalmente atrelados à moeda estrangeira e, consequentemente, um aumento em sua atividade exploratória tende a aumentar a exposição às variações na taxa de câmbio.

A totalidade da dívida está expressa em Dólares norte-americanos. Como a moeda funcional da Companhia é o Real, as mudanças no valor do Dólar norte-americano, em relação ao Real, provocam variações no passivo, que resultam em ganhos ou perdas cambiais nos resultados financeiros, conforme detalhado nas comparações das demonstrações de resultado de cada período contidas no item 10 deste Formulário de Referência.

O risco da taxa de câmbio ao qual poderemos estar expostos no futuro seria derivado de eventual descasamento que pode ocorrer entre receitas e despesas em moedas diferentes, como no caso da contratação do aluguel e operação de sondas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos ou esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. atua somente no segmento de exploração e produção, ou E&P. Desde a sua constituição, nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1º de março de 2011, os quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. aprovaram um aumento de capital no valor de R\$20.376.500,00. A totalidade deste aumento de capital foi subscrita pela Perenco S.A. (Bahamas), passando o capital social da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ser de R\$69.342.297,00.

Ainda em 1º de março de 2011, como resultado de uma reorganização societária em preparação para a abertura de capital das suas operações no Brasil, o Grupo Perenco decidiu adquirir a Companhia, anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e que fora constituída em 13 de setembro de 2010. Como parte dessa reorganização societária, entre outras providências, em 1º de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a alteração da denominação social da Companhia para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) o aumento do capital social da Companhia de R\$500,00 para R\$69,342,296, totalmente subscrito pela Perenco Brazil Limited, com o intuito de viabilizar a aquisição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

Em 1º de março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a Perenco S.A., constituída em Bahamas, pelo qual passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., tornando-se então sua quotista controladora.

Em 31 de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária a absorção de parte dos prejuízos acumulados pela Companhia, apurados no balanço intermediário levantado em 1º de março de 2011, no valor de R\$56.920.271,32, e sua compensação contra a conta de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). A absorção desses prejuízos acumulados acarretou na redução do capital social da Companhia no valor de R\$56.920.271,32, passando o capital social de R\$69.342.296,00 para R\$12.422.024,68.

Em 13 de junho de 2011, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu 99 ações ordinárias de sua titularidade para cada um dos cinco membros do conselho de administração da Companhia, totalizando uma transferência de 495 ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.341.796 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de junho de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária o grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão 100:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 693.422 ações ordinárias.

Para maiores informações sobre os principais eventos societários da Companhia, ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

c. dos eventos ou operações não usuais

Desde a constituição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., não houve qualquer evento ou operação não usual.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas as IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com as IFRS. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que os pronunciamentos, interpretações e modificações já editados ou a serem editados pelo IASB sejam também refletidos para o BRGAAP pelo CPC e aprovados pela CVM até a data da sua aplicação obrigatória.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., uma vez que estas foram aplicadas em todos os períodos apresentados. As novas interpretações e melhorias realizadas nos pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2011 não impactaram as demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e sua controlada referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 quando comparadas com aquelas referentes ao exercício e período findo em 31 de dezembro de 2010.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e o relatório de revisão das demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 incluem parágrafos de ênfase sobre *continuidade*: a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ainda não estava gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, apresentava passivo a descoberto, capital circulante líquido negativo e posição patrimonial e financeira que refletia forte dependência de recursos advindos dos seus controladores no exterior na forma de empréstimos, logo as demonstrações financeiras apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e recorrente suporte financeiro dos seus controladores.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.5 Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em 31 de março de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. considera uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar sua situação financeira e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da administração da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. realiza estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas divulgados, bem como todos os dados relacionados divulgados. Constantemente avaliam suas estimativas e julga com base outros fatores diversos que acreditam ser razoáveis diante das circunstâncias. Os resultados reais, quando efetivados podem ser diferentes daqueles estimados.

As políticas contábeis críticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. encontram-se relacionadas abaixo.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinação dos ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real como moeda funcional e de apresentação.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada tendo em vista não existirem transações registradas como outros resultados abrangentes e, conseqüentemente, o prejuízo apurado no período não divergir do resultado abrangente.

Exploração e avaliação de reservas minerais

A Companhia e sua controlada, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizam critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 – “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”. Essa norma internacional permite que a administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão de área (bônus de assinatura) e respectivos gastos com sua retenção são capitalizados como ativo intangível;
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura e respectivos gastos com sua retenção são registrados na demonstração do resultado em despesas com atividades de exploração de petróleo (despesas com geologia e geofísica, sísmica, taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso, despesas com pessoal, outros).

Os atuais gastos exploratórios representados pelos bônus de assinaturas e gastos com retenção de área de concessão serão amortizados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas (se identificadas). Essas reservas serão estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia, de acordo com padrões internacionais, e serão revisadas anualmente ou quando se identificarem alterações significativas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar “fatos e circunstâncias” que ensejariam a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses ativos, sendo estes:

- Período de concessão para exploração expirou ou expirará em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;

10.11 - Outros fatores com influência relevante

- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não se encontram orçados ou planejados pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ou parceiro;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais não geraram descobertas comercialmente viáveis e a Administração decidiu por descontinuar esses esforços em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existem e indicam que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com a avaliação efetuada e o estágio inicial da campanha exploratória nos blocos, a administração entende que não existe a necessidade de se efetuar provisão para realização em seus ativos exploratórios registrados como intangível.

Caixa e equivalentes de caixa

Refletem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos da data de sua contratação e com risco insignificante de mudanças de valor. Refletem valores mantidos pela administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou outros afins.

Custos de empréstimos

Os custos dos empréstimos com parte relacionada atribuíveis diretamente a aquisição de ativos não circulantes qualificáveis, os quais podem levar necessariamente um período de tempo substancial para ficarem prontos para o uso pretendido, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos com partes relacionadas ainda não despendidos com os ativos qualificáveis são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade e a Subsidiária são partes das disposições contratuais do instrumento.

I. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, quando aplicáveis, nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros tais como títulos e valores mobiliários são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem aos ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda são usualmente reconhecidas em “Outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica “Reserva de reavaliação de investimentos”. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta “Reserva de reavaliação de investimentos” é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

II. Passivos financeiros

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros gerenciados em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

- Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos com parte relacionada) são mensurados pelo valor justo na data do recebimento dos recursos e posteriormente pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

III. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar os juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita e despesas são reconhecidas com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Empréstimos com parte relacionada

Empréstimos tomados com parte relacionada na controlada da Companhia são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos ao seu valor justo, utilizando técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado tendo como premissas de mercado a taxa Libor anual estimada na data do recebimento dos recursos para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a.

Em seguida, são mensurados pelo custo amortizado, acrescidos de variação cambial e juros de mercado apropriados até a data do balanço. Esses encargos financeiros são registrados na conta de resultado financeiro.

A diferença entre o valor nominal e o valor justo dos empréstimos tomados com parte relacionada no recebimento do recurso é registrada contra patrimônio líquido na conta de prejuízos acumulados na controlada da Companhia, líquida do correspondente efeito tributário (imposto de renda e contribuição social diferidos).

Na capitalização de empréstimos com parte relacionada na controlada da Companhia, quando aplicável e relevante, na data do evento, o valor justo dos empréstimos é mensurado e a diferença entre esse valor e o valor contábil pelo custo amortizado é registrada na demonstração do resultado, líquido dos correspondentes reflexos tributários diferidos.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Gastos exploratórios, tais como despesas com geologia e geofísica, sísmica, licenciamento ambiental e despesas com pessoal são registrados no resultado. As despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços de terceiros pelos seus valores brutos, deduzidos dos impostos. As receitas registradas por competência referem-se aos rendimentos auferidos das aplicações financeiras e variação cambial credora sobre os empréstimos com parte relacionada.

Tributação

A tributação sobre o lucro, quando aplicável, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Estes são reconhecidos em função de diferenças intertemporais (sistemática variação cambial por “caixa”, entre outras), prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, e quando julgados pela Administração como realizáveis (créditos fiscais diferidos). Em face do histórico de prejuízos acumulados, a administração reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social limitados apenas a 30% do saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferido decorrente de variação cambial sobre empréstimos com parte relacionada cuja liquidação tributária vem sendo efetuada pela sistemática de “caixa”. Os 30% refletem o limite de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas bases tributáveis conforme legislação tributária brasileira.

A Companhia possui como principais tributos os impostos sobre importação de serviços, principalmente referentes a partes relacionadas, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	15%
Programa de Integração Social – PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.....	7,6%
Imposto sobre Serviços – ISS	5%
CIDE	10%

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos aquela obrigação. Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Quando a avaliação pressupõe chances de perda prováveis são constituídas as devidas provisões relacionadas aos riscos contingenciais. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis os riscos contingenciais são divulgados em nota explicativa mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.6 Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiências e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os principais objetivos dos controles internos da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. são; (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O Auditor Independente não realizou suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as demonstrações financeiras da Companhia. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores emitiram carta de recomendações. A nossa administração entende que os principais pontos de melhoria identificados e reportados por nossos auditores são a ausência de manuais formalizados com as práticas e políticas e procedimentos contábeis e ausência de manuais formalizados de atividades e processos de controle interno para a preparação das demonstrações financeiras. Em relação às recomendações mencionadas, a Companhia tem atuando na resolução dos pontos, e já tem implementado as recomendações recebidas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.7 Destinação de recursos em ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

O Banco Itaú BBA S.A. emitiu em favor da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. cinco cartas-fiança a fim de atender ao disposto nos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no que diz respeito à garantia financeira exigida para fins de execução do programa exploratório mínimo. Essas cartas-fiança permaneceram em vigor até o integral cumprimento pela controlada da Companhia de todas as suas obrigações decorrentes do programa exploratório mínimo.

Atualmente, somente quatro dessas cartas-fiança permanecem em vigor tendo em vista que a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. já cumpriu os requisitos do programa exploratório mínimo relativo ao Contrato de Concessão n° ES-M-472. Ademais, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. já esta no processo de redução dos programas mínimos exploratórios relativos aos contratos de concessão n°s ES-M-529 e ES-M0531, de modo que essas cartas-fiança serão canceladas no curto prazo.

A tabela abaixo apresenta o montante envolvido e o saldo existente relativo às cartas-fiança que permanecem em vigor, na data deste Formulário de Referência.

<u>N° do Contrato de Concessão</u>	<u>N° da Operação</u>	<u>Data de Emissão</u>	<u>Montante envolvido</u>	<u>Saldo Existente</u>
			(em R\$)	(em R\$)
ES – M – 529	100410030062500	22/03/2010	1.188.000,00	269.334,00
ES – M – 418	100410030062600	22/03/2010	23.544.000,00	18.468.400,00
ES – M – 416	100410030062700	22/03/2010	23.544.000,00	18.468.000,00
ES – M – 531	100410030062800	22/03/2010	1.188.000,00	16.650,00
Total			49.464.000,00	37.222.384,00

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., além daqueles previstos no item “a” acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11.9 Comentários sobre item não evidenciado nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Item não aplicável vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

b. natureza e o propósito da operação

Item não aplicável vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Item não aplicável vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Exceto pelas projeções contidas neste Formulário de Referência elaboradas pela D&M, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de sua controlada.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como função primordial a orientação geral dos negócios da Companhia, assim como a fiscalização de seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto: (a) aprovar o planejamento anual da Companhia, estabelecendo objetivos, metas e planos de negócio para cada área de atuação da Companhia; (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (d) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembleia Geral Extraordinária, bem como determinar as situações em que deverá haver aumento do prazo de convocação, nos termos do Artigo 13, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social; (e) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício social e examinar os balancetes mensais e deliberar sobre sua submissão à assembleia geral; (f) apreciar a proposta da administração de distribuição anual de dividendos, cabendo sua aprovação final à assembleia geral; (g) deliberar sobre a constituição de subsidiárias e a associação com outras sociedades para a formação de parcerias, ou, consórcios; (h) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (i) deliberar sobre a emissão de ações da Companhia, nos termos do Artigo 5º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social; (j) aprovar a emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*), *bonds*, *notes* e quaisquer outros instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, inclusive sobre suas condições de emissão e resgate; (k) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de sua emissão, inclusive preço e prazo de integralização; (l) elaborar proposta aos acionistas sobre qualquer resgate, recompra, amortização ou outra redução do capital de qualquer ação ou bônus de subscrição ou outros títulos conversíveis em ação da Companhia; (m) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia, na forma prevista no Estatuto Social e na lei; (n) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia; (o) escolher e destituir os auditores independentes; (p) sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, conforme o artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações; (q) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado; (r) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral; (s) requerer a recuperação judicial ou extrajudicial ou a falência da Companhia; (t) deliberar sobre a criação e supressão de controladas ou subsidiárias integrais, e a participação da Companhia em outras sociedades, ou empreendimentos no País ou no exterior; (u) deliberar sobre qualquer transação ou transações sucessivas no período de 1 (um) ano cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) entre a Companhia e (i) seus Acionistas Controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado. Fica assegurado a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso; (v) aprovar a contratação de financiamentos bancários ou qualquer outra operação financeira e de crédito e, ainda, a celebração de contratos e outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público ou privado, desde que relativas à condução das atividades da Companhia, cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais); e (x) manifestar-se, favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (1) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (2) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (3) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (4) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretoria

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. Compete ainda à Diretoria: (a) solucionar as dúvidas e divergências suscitadas no exercício das competências de seus membros e conceder-lhes licenças; (b) autorizar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, dependências, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior; (c) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado, da Companhia e suas controladas; (d) apresentar anualmente ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (e) observar e fazer cumprir o Estatuto Social, bem como fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (f) representar a Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do Poder Público; (g) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos que não sejam essenciais à condução das atividades da Companhia, desde que tal aprovação não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos no Estatuto Social; (h) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo permanente da Companhia ou essenciais à condução das atividades da Companhia, desde que tal aprovação não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos no Estatuto Social; (i) aprovar a outorga de garantias a terceiros, desde que tal aprovação não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social; (j) representar a Companhia nas empresas em que detém participação societária; (k) contratar financiamentos bancários ou qualquer outra operação financeira e de crédito e ainda a celebração de contratos e outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público ou privado, desde que relativas à condução das atividades da Companhia e que a aprovação de tais atos não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social; e (l) deliberar sobre qualquer transação ou transações sucessivas no período de 1 (um) ano entre a Companhia e (i) seus Acionistas Controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária, desde que a aprovação de tal(is) ato(s) não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado. Fica assegurado a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal é um órgão societário composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, e igual número de suplentes que funcionará em caráter não permanente, de modo independente de nossa administração e de nossos auditores independentes.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente e não está instalado.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Na data deste Formulário de Referência não possuíamos mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente (CEO): deverá administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente: (i) fazer com que sejam observados o presente Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (ii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, juntamente com o relatório dos auditores independentes, bem como a proposta para alocação dos lucros auferidos no exercício fiscal precedente; (iii) elaborar e propor, para o Conselho de Administração, o orçamento anual e plurianual, os planos estratégicos, projetos de expansão e programas de investimento; (iv) coordenar a execução das operações e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração e (v) conduzir e coordenar as atividades dos Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto Social, convocando e presidindo as reuniões da Diretoria;

Diretor Técnico: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) planejar e coordenar as atividades de desenvolvimento de novos negócios, avaliando o potencial de petróleo e gás em novas áreas que sejam do interesse da Companhia; e (iii) manter a Companhia com um portfólio exploratório balanceado e robusto;

Diretor de Operações: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) planejar e coordenar as atividades de Operações e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração, assim como descobrindo e delimitando acumulações de hidrocarbonetos, de acordo com as metas da Companhia; planejar e coordenar as atividades de Reservas e Reservatórios; (iv) manter o corpo técnico treinado e motivado, com pleno acesso às tecnologias que, associadas ao conhecimento, tragam os melhores resultados para a Companhia; (v) coordenar as atividades de Desenvolvimento da Produção e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração; (iii) gerenciar a implantação dos projetos da Companhia; e (iv) planejar, coordenar, desenvolver e controlar as atividades e projetos que compõem o portfólio da Companhia de forma otimizada;

Diretor Financeiro e Administrativo: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (iii) coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de finanças de acordo com as metas estabelecidas; (iv) otimizar e gerir as informações e os resultados econômico financeiros da Companhia; (v) administrar e aplicar os recursos financeiros, a receita operacional e não operacional; (vi) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas; (vii) coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; (viii) promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia; (ix) preparar as demonstrações financeiras da Companhia; (x) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais; (xi) coordenar as atividades administrativas da Companhia, como recursos humanos, sistemas e tecnologia da informação; e (xii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente;

Diretor de Relações com Investidores: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iv) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. A função de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercida cumulativamente por qualquer outro Diretor.

e. mecanismos de avaliação dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Na data deste Formulário, a Companhia não possuía mecanismos específicos de avaliação de desempenho dos membros do nosso Conselho de Administração ou da Diretoria.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as assembleias gerais da Companhia sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado da nossa sede, e em outro jornal de grande circulação. As publicações da Companhia são atualmente feitas no DOERJ, veículo oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como no jornal "Valor Econômico", sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da assembleia geral, e a segunda convocação, com oito dias de antecedência. A convocação deverá conter a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. O Estatuto Social da Companhia prevê que, na hipótese da assembleia geral ter por objeto operações que, por sua complexidade exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas, o prazo de convocação será de até 30 dias.

A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação da primeira convocação, quando esta tiver por objeto operação que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper por até 15 dias o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral extraordinária.

b. competências

Nas assembleias gerais regularmente convocadas e instaladas, os acionistas da Companhia estão autorizados a deliberar sobre as matérias de sua competência, conforme previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia. Conforme o disposto no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral ordinária, que deverá ser realizada dentro dos quatro meses seguintes ao término de cada exercício social, tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e eleger e destituir os membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

Uma assembleia geral extraordinária pode ser realizada simultaneamente à assembleia geral ordinária. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, conforme estabelece o artigo 17 do estatuto social da Companhia compete aos acionistas da Companhia deliberar exclusivamente em assembleias gerais, sobre as seguintes matérias, dentre outras: (a) fixar os honorários globais ou individuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (b) reformar o Estatuto Social; (c) atribuição de bonificações em ações; (d) grupamento ou desdobramento de ações em que se divide o capital subscrito e integralizado; (e) qualquer regaste, recompra, amortização ou outra redução do capital de qualquer ação ou bônus de subscrição ou outros títulos conversíveis em ação da Companhia; (f) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle; (g) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como qualquer requerimento de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial; (h) deliberar sobre a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação, através de uma única operação ou série de operações relacionadas, pela Companhia, de 75% (setenta e cinco por cento) ou mais, em valor contábil, de seus ativos operacionais; ou a venda ou alienação (seja através da incorporação, consolidação ou outra forma) de uma ou mais subsidiárias da Companhia, caso 75% (setenta e cinco por cento) ou mais, em valor contábil, dos ativos operacionais da Companhia sejam detidos pela subsidiária ou subsidiárias em questão, salvo casos em que a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação seja para outra subsidiária integral da Companhia; (i) emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, observado o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (j) saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA, por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; (k) escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; (l) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (m) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estão disponíveis em nosso escritório, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 1302, Edifício Rio Sul, Botafogo, CEP 22290-160, ou nos endereços eletrônicos www.perenco-brasil.com/ri; www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesse

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação brasileira, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

A Lei das Sociedades por Ações prevê, por exemplo, que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com os quais concorrer para a formação do capital social e a aprovação de suas contas como administrador. Desta forma, os acionistas que puderem se beneficiar de modo particular, ou em situações nas quais tiverem interesses conflitantes com a Companhia não poderão exercer seu respectivo direito de voto.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais. Nossos acionistas podem ser representados na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano que seja nosso acionista ou membro da nossa Administração, por advogado ou por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

f. formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

As pessoas presentes à assembleia geral deverão provar a sua qualidade de acionista, e exibirão (i) se exigido, documento hábil de sua identidade; e (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e/ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não transmitimos ao vivo o vídeo e/ou áudio das nossas assembleias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável, uma vez que não adotamos mecanismos, além daqueles previstos em lei, destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos nossos acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	28/04/2011
		Monitor Mercantil - RJ	28/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	25/05/2011
		Valor Econômico - RJ	25/05/2011

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Freqüência das reuniões

As reuniões de Conselho de Administração da Companhia devem ser realizadas ao menos trimestralmente ou sempre que necessário.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

A Companhia não possui acordo de acionistas na data deste Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflito de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate conosco em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que contrataria com terceiros.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

De acordo com o contrato de participação do Novo Mercado e com o estatuto social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigaram-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato
			Cargo eletivo ocupado	Foi eleito pelo controlador	
CPF	Profissão		Data de posse		
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Thiago Alonso de Oliveira	40	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2011	30/04/2013	
165.902.078-60	Advogado	12 - Diretor de Relações com Investidores	28/04/2011	Sim	
Não exerce outros cargos.					
Larry Bottomley	53	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2011	30/04/2013	
000.000.000-00	Geólogo	Diretor Técnico		Sim	
Não exerce outros cargos.					
Duncan McIntosh Wallace	34	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2011	30/04/2013	
060.751.067-66	Geólogo	Diretor de Produção	28/04/2011	Sim	
Não exerce outros cargos.					
Jean Michel Yves Gabriel Runacher	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2011	30/04/2013	
061.421.817-95	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2011	Sim	
Não exerce outros cargos.					
Roland Fox	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2011	30/04/2013	
060.579.667-08	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2011	Sim	
Não exerce outros cargos.					
Jean Michel Charles Denis Jacoulot	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2011	30/04/2013	
061.421.747-48	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2011	Sim	
Não exerce outros cargos.					
Sebastião Rego Barros	71	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2011	30/04/2013	
380.380.997-53	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2011	Sim	
Não exerce outros cargos.					
César Dias Ramos	57	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2011	30/04/2013	
262.167.107-10	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	28/04/2011	Sim	
Conselheiro.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Thiago Alonso de Oliveira - 165.902.078-60

O Sr. Oliveira possui mais de 19 anos de experiência na área de finanças, relações com investidores, banco de investimento e private equity. O Sr. Oliveira obteve o grau de bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e é pós-graduado em Finanças e Administração pela EAESP / Fundação Getúlio Vargas. Anteriormente, o Sr. Oliveira atuou como Diretor-Chefe Financeiro e Diretor de Relações com Investidores na Lupatech S/A, conduzindo diversas transações no mercado de capitais, excedendo R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), através da emissão de ADRs e títulos de dívida. Durante sua carreira, gerenciou diversas operações no mercado de capitais superiores a R\$1 bilhão. Participou ativamente em mais de 25 aquisições de companhias em vários países, bem como de investimentos de capital no valor total aproximado de R\$1 bilhão. O Sr. Oliveira foi nomeado diversos vezes um dos mais importantes profissionais brasileiros em Finanças e Relações com Investidores, no Brasil e no exterior, tendo a indicação de aproximadamente 15 corretoras de primeira linha. Ainda, participou na aquisição de 17 companhias em diversos países. Previamente, trabalhou com investimentos de capital privado por aproximadamente cinco anos, em bancos de investimento por outros quatro anos e como consultor por mais três anos. Integrou diversas instituições do setor, tais como TCW - Trust Company of the West, Governança & Gestão, Banco Standard de Investimentos S/A, Banco WestLB do Brasil S/A e Price Waterhouse. Atualmente, é membro do Comitê Técnico do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores.

O Sr. Oliveira não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Larry Bottomley - 000.000.000-00

O Sr. Bottomley graduou-se em geologia pela Imperial College, Universidade de Londres, e obteve o título de Mestre em Estratigrafia, em 1985, pela Birkbeck College, Universidade de Londres. Na Perenco desde 2006, nosso Vice-Presidente de Exploração estabeleceu as operações de exploração como parte fundamental no programa de crescimento da companhia. Desenvolvendo estratégias, criou um grupo especializado na atividade e instituiu padrões técnicos, a fim de criar um portfólio em perfuração. Ainda, foi crucial na aferição do potencial de exploração que resultou na aposta da Perenco no Brasil, Iraque, Austrália, Peru e Belize, e reorganizou o programa exploratório no Gabão, Turquia e Camarões. O Sr. Bottomley também foi o responsável pela implementação do gerenciamento de riscos, através da criação de parcerias, e conduziu as operações de exploração em 12 países. Como experiência prévia, foi Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, de 2005 a 2006, e Vice-Presidente de Exploração Internacional, de 2000 a 2005, na Hunt Oil Company, onde reformulou e redirecionou o programa exploratório da Frontier. O Sr. Bottomley também foi Gerente Geral de Exploração da British-Borneo PLC e da Triton Energy Limited. Na BP, integrou o grupo de avaliação para os potenciais da América Latina (1986 e 1987), foi Geofísico Chefe e Gerente de Exploração na BP Colômbia (1987 – 1990), Consultor em Geofísica e Líder de Projeto em águas profundas no Golfo do México (1991 – 1994). No início de sua carreira, o Sr. Bottomley foi geofísico na Scott Pickford and Associates Ltd (1981 – 1983), na Getty Oil (UK) Ltd (1983 – 1984) e na Ultramar Exploration Company (UK) Ltd (1984 – 1986).

O Sr. Bottomley não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração.

Duncan McIntosh Wallace - 060.751.067-66

O Sr. Wallace graduou-se em Geociência pela Universidade de Oxford e obteve o grau de Mestre em Geologia do Petróleo da Imperial College of Science, Technology and Medicine, Universidade de Londres. O Diretor -Chefe de Operações da Companhia, o Sr. Wallace é gerente geral da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. desde agosto de 2008, em razão da criação da subsidiária brasileira, inauguração de escritórios no Rio de Janeiro e início das operações no país. O Sr. Wallace possui mais de 10 anos de experiência dentro do Grupo Perenco, desempenhando funções cruciais nas atividades de exploração no Gabão e Camarões e de coordenação de projetos regionais em geociência. Seus êxitos incluem diversos projetos de desenvolvimento para importantes campos no Equador, Guatemala e pela África Ocidental. Integrando o Grupo Perenco desde 2000, iniciou suas atividades como geólogo de exploração, principalmente na África Ocidental, sendo que seus estudos levaram à descoberta dos campos de Oba, Ompoyi e Orindi no Gabão. Em 2003 foi designado ao cargo de geólogo de desenvolvimento e operações e, além outros projetos, foi responsável pelo desenvolvimento do campo KB em Camarões e pela delimitação e desenvolvimento de novos setores do campo maduro, M'Bya, no Gabão. De 2005 a 2007, como Coordenador Regional de Geociência para a América Latina e África Ocidental, foi o responsável pela criação de planos de desenvolvimento para campos estratégicos, coordenação de estudos em geociências e monitoramento de perfuração, testes de poço e produção dos campos relevantes. No biênio 2007-2008, atuou como líder do Grupo de Estudos Pré-Projetos, sendo responsável por estudar e sugerir novas tecnologias e soluções nas operações do Grupo Perenco, de modo a facilitar o desenvolvimento econômico de campos marginais e incrementar a taxa de recuperação em campos maduros por métodos de recuperação terciária de óleo. Como experiência prévia, contribuiu para estudos geológicos na Tanzânia pela Western Geophysical.

O Sr. Wallace não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Jean Michel Yves Gabriel Runacher - 061.421.817-95

O Sr. Runacher graduou-se em Engenharia Civil, em 1967, pela Escola Nacional de Pontes e Rodovias (École Nationale des Ponts et Chaussées), na França, e obteve o título de Mestre pela Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1968. Posteriormente, em 1970, concluiu o Doutorado em Engenharia na Universidade de Grenoble. Em 1970, o Sr. Runacher passou a integrar a Coyne & Bellier (Cob), uma sociedade de engenheiros. Logo após sua contratação, em 1972 foi indicado ao cargo de Diretor Geral da Cicofrance, uma subsidiária da Cob, para a construção do Borobudur Hotel, em Jacarta. No ano seguinte, tornou-se Diretor Administrativo e Financeiro da Cob, permanecendo na função até 1980. Neste ano, desligou-se da sociedade para unir-se ao Sr. Hubert Perrodo (fundador do Grupo Perenco) e participar da criação da Techfor (uma sociedade prestadora de serviços para a indústria do petróleo), como Diretor Financeiro. Em 1987, auxiliou na criação da sociedade que, mais tarde, seria a Kelt Energy PLC, uma companhia cujas ações eram negociadas na Bolsa de Londres, assumindo os cargos de Diretor Financeiro e Diretor Geral. Após a retirada das ações da Kelt da Bolsa de Londres, em 1995, como parte de uma reestruturação do Grupo Perenco, permaneceu como Diretor-Geral Financeiro da Perenco até 2006. O Sr. Runacher ocupa posições estratégicas no Grupo Perenco até hoje. Além de ser o responsável pela Perenco Fininvest Limited, uma companhia de investimentos sob controle da Perenco, exerce as funções de conselheiro pessoal do Presidente da Perenco, de membro do Conselho de Administração da Perenco International Limited, da Perenco e de várias de suas subsidiárias.

O Sr. Runacher não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Roland Fox - 060.579.667-08

O Sr. Fox se formou em 1974 e obteve o título de Mestre pela Universidade de Cambridge em 1978. O Sr. Fox atuou como "advocate" de 1974 a 1980. Ele possui mais de 37 anos de experiência em direito, incluindo mais de 27 anos na indústria de óleo e gás. De 1980 a 1983, o Sr. Fox atuou como advogado corporativo do Grupo Unilever. Posteriormente, atuou como advogado sênior da companhia de petróleo Tricentrol PLC. O Sr. Fox passou a integrar o Grupo Perenco (na época denominada Velt Energy PLC) em 1988, exercendo, dentre outras, a função de Gerente Geral nos Estados Unidos da América e Diretor Geral da Kelt Energy PLC. Após a privatização da Kelt Energy PLC em 1995, o Sr. Fox foi designado diretor jurídico do Grupo Perenco. A título exemplificativo é responsável por todos os assuntos jurídicos relacionados ao Grupo Perenco, inclusive por supervisionar todas as suas aquisições, de bens e sociedades, nos últimos 22 anos. É membro do Conselho de Administração da Perenco International Limited, da Perenco e de várias de suas subsidiárias.

O Sr. Fox não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Jean Michel Charles Denis Jacoulot - 061.421.747-48

O Sr. Jacoulot graduou-se em Engenharia Mecânica, em 1991, pelo Instituto Francês de Petróleo, mesma instituição em que obteve o título de Mestre em Engenharia do Petróleo, em 1992. O Sr. Jacoulot possui mais de 19 anos de experiência na indústria de óleo e gás, em diversos países do mundo, inclusive na América Latina. Depois da experiência de dois anos na Venezuela e na França, pelo Instituto, entrou para a Perenco em 1995. No biênio 1995-1996, exerceu as funções de gerência das atividades no Gabão, sendo posteriormente transferido à Colômbia, onde permaneceu por três anos como Engenheiro de Projetos e Gerente de Operações. Em 1999, atuou na Venezuela a fim de estabelecer as operações da Perenco naquele país, após a aquisição de parte das atividades da BP pela companhia. Em sequência, permaneceu por dois anos como gerente geral da subsidiária venezuelana. Posteriormente, em 2002, assumiu o mesmo cargo na Guatemala, onde comandou as atividades iniciais da Perenco, após assumir as operações da Anadarko guatemalteca. Em 2003, o Sr. Jacoulot foi indicado a assumir o cargo de gerente para a área de operações da Perenco na África, período em que ficou baseado em Paris, exercendo a função até 2005. Nesse ano, Hubert Perrodo, Presidente e Fundador da Perenco, indicou o Sr. Jacoulot para a posição de diretor geral do Grupo Perenco, assumindo totalmente a função concedida pelo Sr. Perrodo em 2007. O Sr. Jacoulot ocupa o cargo de diretor geral até hoje.

O Sr. Jacoulot não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

Sebastião Rego Barros - 380.380.997-53

O Sr. Barros é um diplomata graduado pelo Instituto Rio Branco. Obteve o título de bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e estudou, ainda, Economia Internacional na Universidade de Georgetown, em Washington D.C, nos Estados Unidos da América. Em sua carreira diplomática, iniciou como Secretário da Missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas (1966 a 1969), e da Missão do Brasil junto à OEA, em Washington D.C. (1970 a 1974). Posteriormente, de 1975 a 1976, assumiu a função de Chefe da Delegação do Brasil nas Seções da Comissão de Energia da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, em Paris, e Chefe da Assessoria do Ministro das Relações Exteriores para Assuntos Econômicos e Comerciais, de 1976 a 1979. Internacionalmente, ainda atuou como Chefe da Delegação do Brasil na II Conferência de Avaliação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em Genebra (1980) e como Presidente do Comitê da Agência Internacional de Energia Atômica do Regime de Armazenamento Internacional de Plutônio, em Viena (1978-1981). No setor de energia, o Sr. Barros também chefiou o Departamento de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica do Ministério de Relações Exteriores, entre 1983 e 1985, e representou o Brasil na Conferência sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia da Organização das Nações Unidas, no período 1979-1982. Na segunda metade da década de 1980, teve suas atividades focadas no desenvolvimento de tratados e convenções mundiais sobre comércio. De 1986 a 1988, foi o representante do Brasil nas reuniões das Partes Contratantes do GATT e, no mesmo período, foi Chefe do Departamento Econômico do Ministério de Relações Exteriores. De 1988 a 1990, foi Chefe da Delegação do Brasil junto ao Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai, que transformou o antigo GATT na Organização Mundial de Comércio, e Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores. Na década de 1990, sua carreira retornou ao contexto diplomático, quando foi Embaixador perante a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, após o colapso da URSS, Embaixador na Federação Russa, Ucrânia, Bielorrússia, Armênia e Geórgia, de 1990 a 1994. De 1995 a 1999, foi Secretário Geral das Relações Exteriores e Embaixador do Brasil na Argentina no triênio subsequente. Com a virada do ano 2000, teve destacada atuação no sistema regulatório da indústria do petróleo e gás no país, assumindo o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, de dezembro/2001 a janeiro/2005. Após sua passagem pela ANP, passou a trabalhar na iniciativa privada. Desde 2005, assume a Presidência da RB Consultoria, Empreendimentos e Participações Ltda. e do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, é Presidente do Conselho Consultivo da Hispamar Satélites, desde novembro de 2007.

O Sr. Barros não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

César Dias Ramos - 262.167.107-10

O Diretor Geral da Companhia, o Sr. Ramos, graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal Fluminense e participou de diversos programas de especialização, técnicos e gerenciais. Possuindo mais de 35 anos de experiência na indústria de óleo e gás, foi responsável pelo desenvolvimento de atividades técnicas, gerenciais, comerciais, fomento de negócios e fusões e aquisições nas áreas de exploração, perfuração, produção, transporte, contratação e comercialização, no Brasil e no Exterior. O Sr. Ramos foi funcionário da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras por mais de 25 anos, onde atuou como diretor de Gás e Energia da Petrobras Bolívia, Diretor Geral da TGB (Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S/A), Gerente Geral na Líbia, Gerente de Operações na Colômbia e Argentina, Gerente de Comercialização de Gás Natural na Argentina, Gerente de Novos Empreendimentos, Gerente de Desenvolvimento de Negócios de E&P da Área Internacional e Presidente e membro de diversos Conselhos em companhias afiliadas à Petrobras na Argentina, Bolívia e Uruguai. O Sr. Ramos também trabalhou na Montreal Drilling Ltda., por aproximadamente oito anos, onde exerceu diversos cargos técnicos e gerenciais. Mais recentemente, o Sr. Ramos exerceu as funções de Superintendente de Petróleo e Gás da EPE – Empresa de Pesquisa Energética S/A e de Diretor Geral da Prest Perfurações Ltda.

O Sr. Ramos não possui qualquer condenação criminal ou administrativa capaz de impedir que exerça as funções de administração de sociedades.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possuía comitês instalados ou previstos em seu Estatuto Social.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco relacionados a administradores, controladas e controladores da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações de subordinação entre os administradores da Companhia e o Grupo Perenco.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia estuda a contratação de uma apólice de seguro do ramo de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores ou Administradores (D&O), para cobertura de pagamentos e despesas que estes venham a incorrer. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía apólice de seguro contratada.

A Companhia emitiu uma carta de indenização em favor de cada um de seus administradores, pela qual se compromete a defender, indenizar e assegurar que os mesmos estarão livres de quaisquer responsabilidades, condenações, danos, custos, perdas e despesas provenientes de atos praticados no exercício da administração, ainda que surjam após cessado o vínculo profissional. A carta de indenização é regida pela lei inglesa, que, em princípio, não limita o montante da indenização a ser paga nestes casos. Entretanto, a indenização não se aplica àqueles advindos de ações/omissões praticadas com fraude, dolo ou conduta incompatível com a função exercida ou com os interesses da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa que a Companhia adota, destacam-se as seguintes:

- capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de acionistas tem competência para: (a) fixar os honorários globais ou individuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (b) reformar o Estatuto Social; (c) atribuição de bonificações em ações; (d) grupamento ou desdobramento de ações em que se divide o capital subscrito e integralizado; (e) qualquer regate, recompra, amortização ou outra redução do capital de qualquer ação ou bônus de subscrição ou outros títulos conversíveis em ação da Companhia; (f) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle; (g) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como qualquer requerimento de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial; (h) deliberar sobre a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação, através de uma única operação ou série de operações relacionadas, pela Companhia, de 75% (setenta e cinco por cento) ou mais, em valor contábil, de seus ativos operacionais; ou a venda ou alienação (seja através da incorporação, consolidação ou outra forma) de uma ou mais subsidiárias da Companhia, caso 75% (setenta e cinco por cento) ou mais, em valor contábil, dos ativos operacionais da Companhia sejam detidos pela subsidiária ou subsidiárias em questão, salvo casos em que a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação seja para outra subsidiária integral da Companhia; (i) emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, observado o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (j) saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA, por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; (k) escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; (l) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (m) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;

12.12 - Outras informações relevantes

- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e
- resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia é atrair, reter e motivar seus empregados tidos por funcionários de alto-padrão. Desta maneira, a intenção é encorajar a participação nos negócios da Companhia e alinhar os interesses dos administradores com os dos investidores. Em nosso entendimento, as variações compensatórias previstas conseguem atingir tais objetivos a curto, médio e longo prazos.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os Conselheiros da Companhia não recebem qualquer tipo de remuneração da Companhia, exceto o conselheiro independente que recebe remuneração fixa.

Em relação à Diretoria, como regra geral, a remuneração consiste em salário fixo estabelecido pelo Conselho de Administração; bônus anual discricionário; e benefícios, tais como plano de saúde e odontológico.

Alguns de nossos Diretores, entretanto, além do indicado acima, são beneficiados com vale-refeição; veículo e acomodação no Brasil, disponibilizados pela Companhia. Ademais, podem optar pela participação no plano de participação nos lucros do Grupo Perenco denominada “Perenco Group Profit-Related Scheme”. Até a data deste Formulário de Referência, nenhum dos administradores da Companhia optou por tal plano de remuneração.

A remuneração total, e, particularmente, os salários, são baseados nas atuais práticas do mercado, e visam a promoção do trabalho em equipe e o incentivo do comprometimento individual, em razão da necessidade de atrair e reter determinados profissionais, tidos por necessários ao alcance das metas da Companhia. Os elementos de remuneração adicionais buscam a efetivação destes objetivos. Deste modo, a política de bônus anual discricionário é oferecida como forma de recompensa à dedicação individual e à contribuição específica do administrador ao crescimento da Companhia, durante determinado período. Portanto, os benefícios previstos em nossas políticas foram criados a fim de promover o bem-estar de nossos administradores e contribuir para a seguridade social dos beneficiários.

A Companhia acredita que a combinação de tais elementos encoraja a condução e gerência de nossos negócios, de maneira leal, ao alcance do sucesso, maximizando o retorno aos investidores e recompensando apropriadamente nossos administradores.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

O conselheiro independente da Companhia recebe um salário fixo como remuneração.

Diretoria

A participação de cada um dos elementos listados acima na remuneração dos diretores estatutários da Companhia obedece à porcentagem abaixo:

Elemento da Remuneração	Porcentagem prevista para o exercício corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2011
Salário Base.....	32%
Remuneração variável de curto prazo.....	68%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração total, bem como cada um de seus elementos, foram estabelecidos de acordo com as atuais práticas do mercado e o interesse da Companhia em atrair administradores de alta qualidade. Entretanto, atualmente não há quaisquer metodologias relacionadas a mecanismos de ajuste, além da garantia de que são levadas em consideração todas as leis e regulamentos aplicáveis. Nestes termos, o mercado é periodicamente monitorado, com o intuito de que seja assegurada a manutenção de oferta de remuneração competitiva pela Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia reconhece que diferentes tipos de remuneração são necessários ao alcance dos objetivos propostos pela sua política, conforme descrito acima. Cada um dos elementos de remuneração foi determinado de maneira eficaz de atingir nossas metas e alinhar os interesses de nossos administradores e investidores, para a promoção do sucesso dos resultados da Companhia, em curto, médio e longo prazos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No momento de determinação do salário fixo de nossos administradores, a Companhia adotou por critério os valores praticados no mercado, sem negligenciar os resultados da Companhia e a intenção de tornar atrativo seu plano de remuneração em comparação às demais ofertas. Os elementos variáveis de remuneração tendem a refletir a performance da Companhia no período e a levar em consideração o comprometimento individual dos administradores, incluindo o alcance de metas propostas pelos investidores e o Conselho de Administração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Tal política será desenvolvida de acordo com os princípios descritos anteriormente, a fim de que a remuneração reflita os resultados individuais e da Companhia, a curto e longo prazos. De acordo com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, a política de remuneração sofrerá modificações em razão dos resultados financeiros e do alcance de metas operacionais, dentro do programa de atividades e respectivos orçamentos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo

A política de bônus anual discricionário permite que a Companhia recompense seus administradores a curto e longo prazos, enquanto incentiva o alcance das metas propostas para a Companhia, através da bonificação por tais resultados. Considerando que os administradores da Companhia são acionistas, alguns com a oportunidade de aumentar potencialmente sua participação, tal perspectiva fomenta o desenvolvimento sustentável da Companhia, na busca por crescimento e lucratividade. Em continuidade, a união destes elementos torna-se uma importante ferramenta na manutenção de nossos administradores, assegurando a continuidade das tarefas e facilitando a implementação de planos com objetivos a serem observados a longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia estima que parte da remuneração paga à administração será feita através do Grupo Perenco.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário

Nesta data, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário específico.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00		9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	216.000,00	2.700.000,00		2.916.000,00
Benefícios direto e indireto	43.200,00	4.242.816,00		4.286.016,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.020.000,00		7.020.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	795.000,00		795.000,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	259.200,00	14.757.816,00		15.017.016,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	5	4	N/A	9
Remuneração variável de curto prazo (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	N/A	7.020.000,00	N/A	7.020.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	7.020.000,00	N/A	7.020.000,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

No âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de suas subsidiárias (“Beneficiários” e “Plano”, respectivamente) são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Opções”). A princípio, todos os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis a participar do Plano.

O Plano foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2011. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

Os Beneficiários devem celebrar com a Companhia um contrato de opção de compra de ações (“Contrato de Opção de Ações”), por meio do qual os Beneficiários têm a opção de comprar ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano. O Contrato de Opção de Ações pode prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

Caberá ao conselho de administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, o qual deverá corresponder ao preço médio de fechamento das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos 20 (vinte) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com índice determinado pelo conselho de administração.

Excepcionalmente, para as outorgas realizadas em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações ordinárias da Companhia na BM&FBOVESPA (“Anúncio de Encerramento” e “Oferta”, respectivamente), o conselho de administração poderá (mas não estará obrigado a) fixar o preço de exercício das opções com base no preço por ação a ser determinado durante a Oferta, corrigida pela inflação conforme o Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer outro índice selecionado pelo conselho de administração.

O plano prevê período de carência (*vesting period*) ao estabelecer que as opções concedidas ao Beneficiário somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente, após o decurso de 1 (um) ano da data de sua outorga e, a partir daí, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano. Caso o Beneficiário não exerça a opção em qualquer ano ou não a exerça na proporção autorizada no referido ano, tais opções não exercidas serão adicionadas às opções que se tornarão exercíveis no ano seguinte e poderão ser exercidas no futuro.

O prazo de exercício das opções será determinado pelo conselho de administração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos contados da data da outorga da opção. Após este período, as opções concedidas, mas não exercidas, perderão a validade.

b. principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados da Companhia, ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (i) atrair executivos altamente qualificados, por meio de instrumentos em linha com as melhores práticas de mercado; (ii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades controladas; e (iv) incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos executivos da Companhia, na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

c. forma como o plano contribuiu para esses objetivos

Ao possibilitar que os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de suas subsidiárias se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O oferecimento de opções estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. Atinge-se, ainda, por meio do modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses da Companhia e de seus administradores por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da Companhia. Por meio do Plano, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo. Ademais, o Plano visa possibilitar a Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da mesma, nos termos e condições previstos no Plano.

f. número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano, podem ser outorgadas aos seus participantes opções de compra de ações sobre um número de ações que não exceda 2,5% do total das ações de emissão da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada Opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima. Na data deste Formulário de Referência, esta quantia correspondia a 17.335 Opções.

h. condições de aquisição das ações

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas no Plano, e desde que respeitados os prazos mínimos estipulados nos respectivos Contratos de Opção.

i. critérios para a fixação do preço de aquisição ou exercício

A opção poderá ser exercida conforme preço a ser determinado pelo conselho de administração da Companhia, respeitado o preço mínimo do valor patrimonial por ação da Companhia, com base nas últimas demonstrações financeiras aprovadas.

Caberá ao conselho de administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, o qual deverá corresponder ao preço médio de fechamento das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos 20 (vinte) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com índice determinado pelo conselho de administração.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Excepcionalmente, para as outorgas realizadas em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações ordinárias da Companhia na BM&FBOVESPA (“Anúncio de Encerramento” e “Oferta”, respectivamente), o conselho de administração poderá (mas não estará obrigado a) fixar o preço de exercício das opções com base no preço por ação a ser determinado durante a Oferta, corrigida pela inflação conforme o Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, elaborado pela Fundação Getulio Vargas, ou qualquer outro índice selecionado pelo conselho de administração.

j. critérios para a fixação do prazo de exercício

O plano prevê período de carência (*vesting period*) ao estabelecer que as opções concedidas ao Beneficiário somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente, após o decurso de 1 (um) ano da data de sua outorga e, a partir daí, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano. Caso o Beneficiário não exerça a opção em qualquer ano ou não a exerça na proporção autorizada no referido ano, tais opções não exercidas serão adicionadas às opções que se tornarão exercíveis no ano seguinte e poderão ser exercidas no futuro.

O prazo de exercício das opções será determinado pelo Conselho de Administração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos contados da data da outorga da opção. Após este período, as opções concedidas, mas não exercidas, perderão a validade.

k. forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

l. restrições à transferência das ações

Caso, após o exercício da opção, o beneficiário pretenda, direta ou indiretamente, voluntária ou involuntariamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na disposição, direta ou indireta, onerosa ou gratuita de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de que trata o plano, o beneficiário deverá assegurar à companhia o exercício do direito de preferência na aquisição das mesmas.

As opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a qualquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de planos de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados.

Não obstante as situações previstas acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, conferir tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Órgão	Ações Ordinárias
Conselho de Administração.....	5
Diretoria	0
Total	5

O Sr. César Ramos é membro do conselho de administração da Companhia e acumula o cargo de diretor presidente da Companhia. Para os fins deste item, a ação detida pelo Sr. César Ramos foi contabilizada apenas no total de ações que compõem o conselho de administração da Companhia, de modo a evitar duplicidade.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 20 de maio de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram o plano de opção de compra de ações da Companhia, cujos termos e condições estão previstos no item 13.4 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência a Companhia não detinha opções de compra de ações em aberto para a aquisição de ações de emissão da Companhia.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não detinha opções de compra de ações em aberto para a aquisição de ações de emissão da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, visto que, embora a Companhia tenha um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 20 de maio de 2011, nenhuma opção foi exercida e nenhuma ação foi entregue até a data deste Formulário de Referência.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

O critério de precificação do valor de exercício das opções foi definido no plano de opção de compra de ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 20 de maio de 2011 (“Plano”).

O preço de exercício das opções deverá corresponder ao preço médio de fechamento das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos 20 (vinte) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com índice determinado pelo conselho de administração da Companhia ou pelo comitê previsto no Plano (conforme o caso). Excepcionalmente, para determinados casos previstos no Plano, o preço de exercício das opções deverá corresponder ao preço por ação a ser determinado durante a Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia, corrigida pela inflação conforme o Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer outro índice selecionado pelo conselho de administração da Companhia ou pelo comitê previsto no Plano (conforme o caso).

a. modelo de precificação

O modelo utilizado pela Companhia não decorre da adoção de qualquer modelo de precificação.

Os preços das opções foram definidos da forma descrita no item acima. Tendo em vista que a Companhia está elaborando sua oferta pública inicial, considera-se que os parâmetros de (i) preço por ação a ser determinado durante a Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia e (ii) preço dos 20 últimos pregões, conforme aplicáveis, sejam parâmetros razoáveis para os objetivos do Plano.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c. método utilizado e premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há previsão de exercício antecipado das opções no Plano.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável pois os preços de exercício foram e serão determinados pelo Conselho de Administração.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Os administradores da Companhia foram eleitos em 28 de abril de 2011 e, desta forma, não houve remuneração individual máxima, mínima e média para a administração nos últimos três exercícios sociais.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, visto que não há mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição de cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia estima que parte da remuneração paga à administração será feita através do Grupo Perenco. Os membros da administração da Companhia foram eleitos em 28 de abril de 2011, desta forma, ainda não mantinham relação com a Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras informações relevantes

Plano de Incentivo do Grupo Perenco (*Perenco Group Profit-Related Scheme*)

A Perenco S.A. (Bahamas) tem em vigor um programa de incentivos do qual podem participar alguns dos nossos conselheiros em virtude do seu papel nas demais empresas do Grupo Perenco. Trata-se de um programa de incentivo baseado no lucro do Grupo Perenco, através do qual o participante é premiado, de forma discricionária, com uma quantidade de pontos, cada um representando uma certa quantia em dinheiro, vinculados a lucros futuros. Cada premiação vence após três anos, e está sujeita a manutenção da relação de emprego do participante. A partir de então, o participante tem a opção de receber o pagamento ou continuar a manter o saldo dos pontos por até mais dois anos. Ao exercer a opção de receber o pagamento, o participante tem direito a um montante pecuniário (valor bruto de imposto) calculado segundo o número de pontos atribuídas como prêmio e os lucros da empresa do Grupo Perenco que premiou o participante naquele ano. Este programa de premiação com pontos, seu exercício e pagamentos associados são totalmente independentes da Companhia e não impactarão nos resultados nem nas finanças da Companhia.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desenvolvida e por localização geográfica)**

Número de empregados	31/12/2011 (estimado)	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Empregados efetivos	20	10	6	5
Estagiários	2	0	1	0
Expatriados/Estrangeiros	5	4	2	2
Total de Empregados	27	14	9	7

b. número de terceirizados (total, por empregados (total, por grupos com base na atividade desenvolvida e por localização geográfica)

Número de empregados	31/12/2011 (estimado)	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Empregados terceirizado	7	4	3	0
Estagiários	0	0	1	0
Trabalhadores temporários	0	0	0	0
Total de Empregados	7	4	4	0

c. índice de rotatividade

31/12/2011 (estimado)	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
5%	-	-	-

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Até a data deste Formulário de Referência, não a Companhia não figura como parte em quaisquer processos judiciais de natureza trabalhista.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Tendo em vista o processo de abertura de capital, os acionistas da Companhia aprovaram, em 28 de abril de 2011, a criação do conselho de administração da Companhia e a eleição de seus cinco membros.

Além disto, a Companhia contratou um novo Diretor Geral (Presidente) e um novo Diretor Financeiro e Administrativo, que também assumirá a Direção de Relações com Investidores da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

As políticas de salários e remuneração variável da Companhia visam privilegiar a meritocracia como forma de atrair, estimular, reter e valorizar nossos funcionários, permitindo a diferenciação decorrente do desempenho. Assim, a política salarial da Companhia está estruturada para oferecer equidade entre os colaboradores, plano de carreira e benefícios diretamente relacionados com o desempenho individual, de equipe e da própria Companhia.

O quadro de funcionários da Companhia é um importante pilar para a realização de nossa estratégia e nossa política de salários e de remuneração variável tem que ser igualmente competitiva e atraente. Acreditamos que funcionários qualificados e motivados são atributos essenciais para alcançarmos nossas metas estratégicas.

O plano de trabalho para recursos humanos visa a bem definir a estrutura organizacional da Companhia, levando em conta as responsabilidades distribuídas bem como definindo o perfil para executá-las. Com tais critérios, pretendemos o gerenciamento para denominações de cargos e remuneração.

A remuneração total de nossos funcionários está dividida em:

- Remuneração Fixa – balizada pelo mercado de trabalho e objetiva atrair talentos para a Companhia.
- Remuneração Variável – através da avaliação de desempenho, pode ser reconhecida pela Companhia mediante bônus de performance.

Nosso trato com os funcionários está pautado por comunicação objetiva, transparência, processos de melhoria e possíveis impactos na remuneração e administração salarial, através da política salarial.

b. política de benefícios

Com base em pesquisas de mercado, foram estabelecidos os benefícios oferecidos a nossos funcionários, que variam nos diversos níveis organizacionais e são decorrentes das responsabilidades assumidas, tendo sempre em vista as metas de recursos humanos de atrair, estimular, reter e valorizar nossos funcionários.

Em linhas gerais, os empregados têm direito aos seguintes benefícios: (i) seguro saúde; (ii) assistência funeral; (iii) assistência odontológica; (iv) vale refeição; (v) vale alimentação; e (vi) seguro de vida.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

i. grupos de beneficiários

Os acionistas da Companhia reunidos em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2011 aprovaram o plano de opção de compra de ações da Companhia (“Plano”). Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores e empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle (“Beneficiários”).

ii. condições para o exercício

Para que possam exercer as opções, os Beneficiários estarão sujeitos a condições estabelecidas no Plano e por meio do Contrato de Opção de Ações (conforme definido abaixo). Entre as condições estabelecidas pelo Plano, destacam-se: (i) cumprimento dos períodos de carência (*vesting period*) e do prazo máximo de exercício; (ii) pagamento do preço de exercício; e (iii) permanência como empregado da Companhia.

Os Beneficiários deverão celebrar com a Companhia um contrato de opção de ações (“Contrato de Opção de Ações”), por meio do qual os Beneficiários terão a opção de comprar ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano. O Contrato de Opção de Ações pode prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

iii. preços de exercício

Caberá ao conselho de administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, o qual deverá corresponder ao preço médio de fechamento das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos 20 (vinte) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com índice determinado pelo conselho de administração.

Excepcionalmente, para as outorgas realizadas em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações ordinárias da Companhia na BM&FBOVESPA (“Anúncio de Encerramento” e “Oferta”, respectivamente), o conselho de administração poderá (mas não estará obrigado a) fixar o preço de exercício das opções com base no preço por ação a ser determinado durante a Oferta, corrigida pela inflação conforme o Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer outro índice selecionado pelo Conselho de Administração.

iv. prazos de exercício

O plano prevê período de carência (*vesting period*) ao estabelecer que as opções concedidas ao Beneficiário somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente, após o decurso de 1 (um) ano da data de sua outorga e, a partir daí, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano. Caso o Beneficiário não exerça a opção em qualquer ano ou não a exerça na proporção autorizada no referido ano, tais opções não exercidas serão adicionadas às opções que se tornarão exercíveis no ano seguinte e poderão ser exercidas no futuro.

O prazo de exercício das opções será determinado pelo conselho de administração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos contados da data da outorga da opção. Após este período, as opções concedidas, mas não exercidas, perderão a validade.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Nos termos do Plano, podem ser outorgadas aos seus participantes opções de compra de ações sobre um número de ações que não exceda 2,5% do total das ações de emissão da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

As relações de trabalho da Companhia, tanto as individuais quanto as coletivas, são realizadas de forma direta e pautadas pela longevidade dos relacionamentos e em cumprimento com as normas trabalhistas em vigor. Para que possa cumprir com seus objetivos estratégicos, a Companhia gerencia seu quadro de recursos humanos em harmonia com os sindicatos. Reconhece, assim, seu papel de representante do quadro de funcionários, propiciando ambiente de liberdade sindical.

Embora não seja filiada a qualquer sindicato, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. recolhe o valor da contribuição sindical de seus empregados ao SINDIPETRO, sindicato dos exploradores e produtores de petróleo do Estado do Rio de Janeiro.

Os empregados da Companhia nunca realizaram ou ameaçaram realizar greves ou paralisações.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
Perenco Brazil Limited									
13.348.858/0001-93	Reino Unido	Não	Sim	14/06/2011					
	693.417	99,999993%	0	0,000000%	693.417	0,000000%	693.417	99,999993%	
OUTROS	5	0,000007%	0	0,000000%	5	0,000007%	5	0,000007%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL	693.422	100,000000%	0	0,000000%	693.422	0,000000%	693.422	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Perenco Brazil Limited						
CPF/CNPJ acionista 13.348.858/0001-93						
OUTROS	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Perenco Brazil (Holdings) Limited						
Commonwealth das Bahamas						
1	100,000000	0	0,000000	04/02/2011	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	1	100,000000	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Perenco Brazil (Holdings) Limited						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
OUTROS						
Perenco UK (Holdings) Limited						
	Reino Unido	Não	Sim	13/01/2010		
2	100,000000	0	0,000000	2	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
2	100,000000	0	0,000000	2	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Perenco UK (Holdings) Limited						
Composição capital social						
OUTROS	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Perenco S.A.						
09.252.188/0001-30	Commonwealth das Bahamas	Não	Sim	20/08/2008		
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	1	100,000000	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Perenco S.A.						
				09.252.188/0001-30	Composição capital social	
CPF/CNPJ acionista						
OUTROS	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Perenco International Limited						
Commonwealth das Bahamas						
97.414	100,000000	0	0,000000	28/06/2006	100,000000	
				97.414		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
97.414	100,000000	0	0,000000	97.414	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Perenco International Limited						
Espólio de Hubert Perrodo						
90.498	92,900404	0	0,000000	28/06/2006	92,900404	
			Sim			
			0,000000	90.498	92,900404	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Glenmore Energy						
6.916	7,099596	0	0,000000	28/06/2006	7,099596	
			Não			
			0,000000	6.916	7,099596	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
97.414	100,000000	0	0,000000	97.414	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %			
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Glenmore Energy						

Françóis Perrodo						
	França	Não	Sim	01/01/2003		
2	100,000000	0	0,000000	2		100,000000

Classe ação Qtde. de ações (Unidades) Ações %						
TOTAL	0	0,000000				

OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0		0,000000

TOTAL					2	100,000000

Composição capital social						

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia / Data da última alteração	14/06/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	5
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Tendo em vista ser facultativo, a Companhia optou, neste momento, por não divulgar o organograma do grupo econômico em que se insere.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordos de acionistas arquivados em nossa sede ou dos quais nosso controlador seja parte.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 1º de março de 2011, os quotistas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. aprovaram um aumento de capital no valor de R\$20.376.500,00. A totalidade deste aumento de capital foi subscrita pela Perenco S.A. (Bahamas), passando o capital social da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. ser de R\$69.342.297,00.

Ainda em 1º de março de 2011, como resultado de uma reorganização societária em preparação para a abertura de capital das suas operações no Brasil, o Grupo Perenco decidiu adquirir a Companhia, anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e que fora constituída em 13 de setembro de 2010. Como parte dessa reorganização societária, entre outras providências, em 1º de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a alteração da denominação social da Companhia para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) o aumento do capital social da Companhia de R\$500,00 para R\$69,342,296, totalmente subscrito pela Perenco Brazil Limited, com o intuito de viabilizar a aquisição da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

Em 1º de março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a Perenco S.A., constituída em Bahamas, pelo qual passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., tornando-se então sua quotista controladora.

Em 31 de março de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a absorção de parte dos prejuízos acumulados pela Companhia, apurados no balanço intermediário levantado em 1º de março de 2011, no valor de R\$56.920.271,32, e sua compensação contra a conta de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). A absorção desses prejuízos acumulados acarretou na redução do capital social da Companhia no valor de R\$56.920.271,32, passando o capital social de R\$69.342.296,00 para R\$12.422.024,68.

Em 28 de abril de 2011, os acionistas da Companhia reunidos em assembleia geral extraordinária elegeram os cinco membros do conselho de administração da Companhia. Neste contexto, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu uma ação ordinária de sua titularidade para cada um dos membros do conselho de administração da Companhia, com exceção do Sr. Roland Fox, totalizando uma transferência de quatro ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.342.291 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 13 de junho de 2011, a Perenco Brazil Limited, acionista controladora direta da Companhia, transferiu 99 ações ordinárias de sua titularidade para cada um dos cinco membros do conselho de administração da Companhia, totalizando uma transferência de 495 ações ordinárias. Desta forma, a Perenco Brazil Limited passou a deter 69.341.796 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de junho de 2011, os acionistas aprovaram em assembleia geral extraordinária o grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão 100:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 693.422 ações ordinárias.

15.7 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes para este item 15, além daquelas já destacadas.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O procedimento de tomada de decisões da Companhia para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, aprovar qualquer transação ou transações sucessivas no período de 1 (um) ano cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) entre a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada (i) seus acionistas controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária. O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de, no mínimo, 4 (quatro) membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião, ou em caso de vacância, caberá ao Presidente do Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral. As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo consideradas válidas e eficazes desde que suas atas sejam posteriormente firmadas por todos os presentes.

Estabelece a Lei das Sociedades por Ações que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Perenco S.A.	04/11/2008	2.863.750,00	0,00	Não aplicável.	1196 dias.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar gastos administrativos e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção. Esse empréstimo foi capitalizado pela Perenco S.A. na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e, portanto, não integra mais o endividamento da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo.						
Perenco S.A.	23/12/2008	2.204.000,00	0,00	Não aplicável.	1147 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar administrativos e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção. Esse empréstimo foi capitalizado pela Perenco S.A. na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e, portanto, não integra mais o endividamento da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo.						
Perenco S.A.	17/02/2009	10.444.500,00	7.329.150,00	Não aplicável.	1091 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar despesas administrativas e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo. Os valores apresentados diferem dos saldos contábeis devido ao valor justo calculado conforme a norma contábil aplicável. Para maiores informações vide Item 10.5. deste Formulário de Referência. A taxa de juros aplicável a este empréstimo é equivalente a Libor + 2% ao ano, aplicável a partir de 1º de abril de 2011. Para maiores informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.						
Perenco S.A.	24/03/2009	9.941.925,00	7.084.845,00	Não aplicável.	1048 dias	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar despesas administrativas e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo. Os valores apresentados diferem dos saldos contábeis devido ao valor justo calculado conforme a norma contábil aplicável. Para maiores informações vide Item 10.5. deste Formulário de Referência. A taxa de juros aplicável a este empréstimo é equivalente a Libor + 2% ao ano, aplicável a partir de 1º de abril de 2011. Para maiores informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.						
Perenco S.A.	24/04/2009	6.730.750,00	0,00	Não aplicável.	1025 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar administrativos e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção. Esse empréstimo foi capitalizado pela Perenco S.A. na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e, portanto, não integra mais o endividamento da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo.						
Perenco S.A.	26/05/2009	7.318.125,00	0,00	Não aplicável.	993 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar administrativos e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção. Esse empréstimo foi capitalizado pela Perenco S.A. na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e, portanto, não integra mais o endividamento da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo.						
Perenco S.A.	07/07/2009	7.015.750,00	5.700.450,00	Não aplicável.	984 dias.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar despesas administrativas e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo. Os valores apresentados diferem dos saldos contábeis devido ao valor justo calculado conforme a norma contábil aplicável. Para maiores informações vide Item 10.5. deste Formulário de Referência. A taxa de juros aplicável a este empréstimo é equivalente a Libor + 2% ao ano, aplicável a partir de 1º de abril de 2011. Para maiores informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.						
Perenco S.A.	01/02/2010	33.488.500,00	30.945.300,00	Não aplicável.	13/02/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Contrato de empréstimo para financiar despesas administrativas e de exploração.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não prevê a possibilidade de rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de longo prazo. Os valores apresentados diferem dos saldos contábeis devido ao valor justo calculado conforme a norma contábil aplicável. Para maiores informações vide Item 10.5. deste Formulário de Referência. A taxa de juros aplicável a este empréstimo é equivalente a Libor + 2% ao ano, aplicável a partir de 1º de abril de 2011. Para maiores informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.						
Perenco Holdings	01/01/2010	1.900.968,23	125.484,39	Não aplicável.	31/12/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Prestação de serviços que incluem: (i) serviços técnicos e de consultoria e outros serviços terceirizados; (ii) serviços técnicos e profissionais, como análise laboratorial, desenho industrial, interpretação geofísica e geológica, e engenharia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há disposição específica no contrato sobre rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação							
Perenco S.A.	01/04/2011	0,00	0,00	Não aplicável.	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	O contrato de coordenação corporativa busca alinhar os interesses da Companhia com os de sua controladora indireta, a Perenco S.A. O contrato estabelece a coordenação dos interesses das companhias envolvidas a fim de evitar, principalmente que a Perenco S.A. (Bahamas), suas subsidiárias e afiliadas não compitam com a Companhia em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia no Brasil. Para maiores informações sobre o contrato de coordenação ver item 7.9 deste Formulário de Referência.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Esse contrato poderá ser rescindido mediante notificação por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência caso o Grupo Perenco não mais detenha o controle da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Perenco S.A.						
	01/04/2011	0,00	0,00	Não aplicável.	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	O contato de prestação de serviços estabelece que a Companhia poderá requerer por meio de uma ordem de trabalho, a prestação de serviços pela Perenco S.A. relacionados à atividade da Companhia. O serviço a ser prestado deverá ser especificado na ordem de trabalho, a qual passará a integrar o contrato como seu anexo. Para maiores informações sobre o contrato de prestação de serviços ver item 7.9 deste Formulário de Referência.						
Garantia e seguros	Ambas as partes deverão contratar, minimamente, os seguros obrigatórios por força de lei brasileira e internacional, relacionados à prestação do serviço.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá rescindido nas seguintes hipóteses: (i) na hipótese em que a outra parte se recusa a cumprir suas obrigações, ou inadimplência, desde que o inadimplente seja notificado por escrito em até 30 (trinta) dias; ou (ii) se o contrato de coordenação, acima descrito, for rescindido. A ordem de trabalho também poderá ser rescindida na hipótese em que a ocorrência de caso fortuito, que impeça a execução dos trabalhos se prolongue por 30 (trinta) dias consecutivos.						
Natureza e razão para a operação	Perenco Holdings						
	13/03/2008	2.457.866,51	2.457.866,51	Não aplicável.	Indeterminada.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Prestação de serviços que incluem: (i) elaboração de estudos regionais; (ii) análise de oportunidades de investimento no setor de exploração e produção; e (iii) serviços de consultoria. Esses serviços devem ser requeridos anualmente pela Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., devendo essa especificar o escopo do trabalho.						
Garantia e seguros	As partes deverão contratar e manter apólices de seguros para cobrir as responsabilidades decorrentes do contrato. A apólice de seguro deve cobrir responsabilidade sobre terceiros, responsabilidade por lesão corporal (inclusive morte) e para perda ou dano de propriedade, resultantes ou relacionados ao desempenho dos serviços. Cada parte deverá indenizar a outra se houver qualquer perda ou dano decorrente de negligência de sua parte.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção	Esse contrato poderá ser rescindido: (i) por qualquer das partes mediante notificação por escrito com 6 (seis) meses de antecedência; (ii) pela Perenco Holdings na hipótese de alteração de controle da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.; e (iii) na hipótese em que o período de suspensão, em decorrência da perda dos direitos exploratórios da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. sobre uma de suas concessões, se prolongar por mais de três anos.						
Natureza e razão para a operação	-----						
Perenco Holdings	15/03/2008	961.197,04	0	Não aplicável.	31/12/2008	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Prestação de serviços que incluem: (i) serviços técnicos e de consultoria e outros serviços terceirizados; (ii) serviços técnicos e profissionais, como análise laboratorial, desenho industrial, interpretação geofísica e geológica, e engenharia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há disposição específica no contrato sobre rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação	-----						
Perenco Holdings	01/01/2009	1.368.968,23	0	Não aplicável.	31/12/2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Prestação de serviços que incluem: (i) serviços técnicos e de consultoria e outros serviços terceirizados; (ii) serviços técnicos e profissionais, como análise laboratorial, desenho industrial, interpretação geofísica e geológica, e engenharia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há disposição específica no contrato sobre rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação	-----						
Perenco (França)	15/03/2008	47.472,60	0	Não aplicável.	31/12/2008	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Objeto contrato	Prestação de serviços que incluem: (i) serviços técnicos e de consultoria e outros serviços terceirizados; (ii) serviços técnicos e profissionais, como análise laboratorial, desenho industrial, interpretação geofísica e geológica, e engenharia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há disposição específica no contrato sobre rescisão ou extinção.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Natureza e razão para a operação							
Perenco (França)	01/07/2008	577.388,50	31.695,77	Não aplicável	1/07/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Coligada da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Garantia e seguros	Cessão de empregados da Perenco (França) para trabalhar na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., de acordo com a legislação do Brasil e da França.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Na hipótese de qualquer das partes inadimplir qualquer de suas obrigações assumidas no contrato, a outra parte poderá rescindi-lo mediante notificação por escrito à parte inadimplente, no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à data de efetiva rescisão.						
Perenco (França)	01/01/2009	347.585,62	0	Não aplicável	31/12/2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Coligada da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Garantia e seguros	Prestação de serviços que incluem: (i) serviços técnicos e de consultoria e outros serviços terceirizados; (ii) serviços técnicos e profissionais, como análise laboratorial, desenho industrial, interpretação geofísica e geológica, e engenharia.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Perenco (França)	01/01/2010	439.553,28	62.043,52	Não aplicável.	Indeterminada.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Coligada da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Garantia e seguros	Prestação de serviços que incluem: (i) serviços técnicos e de consultoria e outros serviços terceirizados; (ii) serviços técnicos e profissionais, como análise laboratorial, desenho industrial, interpretação geofísica e geológica, e engenharia.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Não há disposição específica no contrato sobre rescisão ou extinção.						
Perenco S.A. (Bahamas)	01/07/2008	1.134.000,00	55.873,61	Não aplicável	01/07/2012	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora indireta da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.						
Garantia e seguros	Cessão de empregados da Perenco S.A. (Bahamas) para trabalhar na Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., de acordo com a legislação aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Na hipótese de qualquer das partes inadimplir qualquer de suas obrigações assumidas no contrato, a outra parte poderá rescindi-lo mediante notificação por escrito à parte inadimplente, no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à data de efetiva rescisão.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

A Companhia, através da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., financia suas atividades através de empréstimos e aportes de capital de seus acionistas e contrata serviços e mão-de-obra por meio de contratos de prestação de serviços. Em 31 de março de 2011 a controlada da Companhia, Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. possuía quatro contratos de empréstimo firmados com a Perenco S.A. (Bahamas), descritos no item 10.1 "f" deste Formulário de Referência, no valor total de US\$31,35 milhões. Para maiores informações sobre as operações com partes relacionadas, ver item 16.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado, segundo a qual o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Ao Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, caso seja instituído, é submetida a decisão acerca de todas as nossas operações, conforme competência descrita pelo nosso Estatuto Social vigente. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo. Em especial, o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

Concomitantemente à nossa abertura de capital, aderimos ao Novo Mercado, segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA, o que obriga a Companhia a adotar práticas de governança corporativa diferenciadas, além daquelas já exigidas pela legislação vigente.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital					
Capital Emitido					
14/06/2011	12.422.024,68	N/A	693.422	0	693.422
Tipo de capital					
Capital Subscrito					
14/06/2011	12.422.024,68	N/A	693.422	0	693.422
Tipo de capital					
Capital Integralizado					
14/06/2011	12.422.024,68	N/A	693.422	0	693.422
Tipo de capital					
Capital Autorizado					
14/06/2011	0,00	N/A	1.386.845	0	1.386.845

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/03/2011	AGE	01/03/2011	69.342.296,00	Subscrição particular	69.342.296	0	69.342.296	500,00000000	1,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Inciso I do § 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização Moeda corrente nacional.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
14/06/2011	69.342.296	0	69.342.296	693.422	0	693.422

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/03/2011	31/03/2011	56.920.271,32	0	0	0	82,00000000	0,00

Forma de restituição

NA

Razão para redução

Absorção de parte dos prejuízos acumulados pela Companhia.

17.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevante com relação a esta Seção 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O dividendo obrigatório é baseado na porcentagem do lucro líquido ajustado, não inferior a 0,001%, em vez de um valor monetário fixo por ação. De acordo com nosso Estatuto Social, no mínimo 0,001% do saldo de lucro líquido do exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de nossa liquidação, após o pagarmos todas as nossas obrigações, os nossos acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações em nosso capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em nossa Assembleia Geral poderá retirar-se de nosso quando acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. As nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação de nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária ou por meio de sorteio.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social nem as deliberações tomadas em nossa Assembleia Geral podem privar os nossos acionistas dos direitos de (i) participar dos nosso lucro sociais; (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a nossa gestão, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se do nosso quadro de acionistas nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia obriga o adquirente de nosso controle acionário a realizar, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, uma oferta pública de aquisição (“OPA”) das ações dos nossos demais acionistas, observados as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes.

Também deverá ser efetivada uma OPA nos casos em que houver a cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações ou que dêem direito à sua subscrição, que venha a resultar na alienação do nosso controle acionário, bem como na hipótese de alienação do controle de sociedade que detenha o nosso controle, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Na OPA a ser efetivada pelos acionistas ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 43 do nosso Estatuto Social.

A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser aprovada em Assembleia Geral e caso ocorra tal deliberação, seja para que as ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado, ou seja, por operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar a OPA pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico das ações, apurado em laudo de avaliação, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Caso seja deliberada a saída do Novo Mercado, seja para que as ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado, ou seja, por operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o(s) acionista(s) que detiver(em) o poder de controle da Companhia deverá(ão) efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico das ações, apurado em laudo de avaliação, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

Na hipótese em que a saída do Novo Mercado ocorrer por descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, deverá ser efetivada oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Na hipótese de não haver Acionista Controlador caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, nossos valores mobiliários não são negociados em mercado regulamentado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuíamos qualquer outro valor mobiliário emitido que não seja ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA, sob o código “PEOG3”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, uma vez que não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição por nós ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários de nossa emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julgemos relevantes com relação a esta Seção 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem planos de recompra de nossas ações já aprovados.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria nos períodos reportados.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último trimestre.

19.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julgemos relevantes com relação a esta Seção 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 28/04/2011

Cargo e/ou função A Companhia, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários com acesso a Informação Privilegiada, os Acionistas Controladores, as Sociedades Controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no Acionista Controlador ou nas Sociedades Controladas, possam ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão.

Principais características

Esclarecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo a nós, ou Informações Privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de nossa emissão, ou Valores Mobiliários, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM n.º 358/02 e das nossas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de nossos Valores Mobiliários.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; (ii) o prazo em que estiver em curso a negociação pela Companhia de valores mobiliários de sua própria emissão; (iii) o prazo em que existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia; e (iv) outras hipóteses descritas no item 20.2 deste Formulário de Referência. Os procedimentos de fiscalização da Política de Negociação da Companhia estão descrito no item 20.2 deste Formulário de Referência.

20.2 - Outras informações relevantes

Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, a Companhia optou por estabelecer, por deliberação de seu Conselho de Administração, uma Política de Negociação de Valores Mobiliários para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia determina que a ela, seus respectivos administradores, conselheiros fiscais, e funcionários com acesso a informação privilegiada, assim como seus acionistas controladores, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários (“Pessoas Vinculadas”), não poderão negociar valores mobiliários nos períodos de impedimento à negociações seguintes:

Na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoas Vinculadas que possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, até que esta o divulgue ao mercado na forma de ato ou fato relevante.

Essa regra se aplica também quando (a) estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela própria Companhia, suas sociedades controladas ou outra sociedade sob controle comum, ou (b) houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às corretoras credenciadas que negociará com valores mobiliários de sua própria emissão; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Após a Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Mesmo após a divulgação de ato ou fato relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação aplicável no período anterior caso esta possa interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo diretor de relações com investidores.

Em Período Anterior à Divulgação de Informações Trimestrais, das Demonstrações Financeiras Padronizadas e da Distribuição de Resultados

É vedada a negociação de valores mobiliários (a) pela Companhia; (b) pelos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e funcionários com acesso a informação privilegiada, e ainda, (c) por qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto ou nas sociedades controladas, que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das: (i) informações trimestrais da Companhia (ITR), e (ii) demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP), da Companhia.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia estabelece ainda que seu conselho de administração não poderá aprovar a aquisição ou a alienação, pela Companhia, de valores mobiliários de emissão da própria Companhia enquanto não forem divulgadas ao público, se for o caso, por meio da publicação de Fato Relevante, informações relativas à: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato para a transferência do controle acionário da Companhia; (ii) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia.

Por fim, a Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia determina que seus ex-administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento. Esses somente estarão autorizados a negociar valores mobiliários antes de completado o prazo de 6 (seis) meses se houver, nesse período, divulgação pela Companhia de ato ou fato relevante ao mercado e se essa negociação não puder interferir nas condições dos negócios, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, ou Instrução CVM 358, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à BM&FBOVESPA quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a nossa Companhia deve cumprir e cumpre com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto. Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à BM&FBOVESPA, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à BM&FBOVESPA o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, fazemos parte do segmento especial de listagem “Novo Mercado” de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Nesse sentido, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, devemos observar o Regulamento de Listagem no Novo Mercado, ou Regulamento do Novo Mercado, que contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto em razão da adoção das práticas de governança corporativa diferenciadas. O Regulamento do Novo Mercado, dentre as diversas obrigações que estabelece, impõe a obrigação, à companhia de capital aberto, de apresentação de demonstração de fluxo de caixa nas informações trimestrais e nas demonstrações financeiras e a divulgação de cronograma de eventos corporativos, que deve ser divulgado anualmente, até o dia 10 de dezembro do ano anterior.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação, é considerada uma informação relevante qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de nossa Assembleia Geral ou dos órgãos de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de nossa emissão; ou (iii) na determinação dos investidores sobre o exercício de quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão. Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da companhia: (i) pela companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus Diretores; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia, sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia pelas pessoas acima mencionadas no período de 15 dias anterior a divulgação das nossas informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos por nós adotados para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a nossa Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, a comunicação de informações relevantes à CVM e a BM&FBOVESPA, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecidos.

A informação relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados por nós habitualmente, podendo o anúncio conter a descrição resumida da informação relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da informação relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às bolsas de valores e a outras entidades, conforme aplicável.

A Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes estabelece como responsabilidades do nosso Diretor de Relações com Investidores:

- a) divulgar e comunicar por escrito, à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado Informação Relevante; e
- b) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais tenhamos valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

Sempre que for veiculada informação relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante deverá ser obrigatoriamente divulgada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores.

A nossa Política de Divulgação estabelece como Pessoa Vinculada, aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, inclusive nós, nossos acionistas controladores diretos e indiretos, Diretores, membros do nosso Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladoras e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à nossa Política de Divulgação e estejam obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM 358, mesmo não tendo aderido à nossa Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição ocupada em nossa Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas.

A nossa Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco o nosso interesse legítimo. Poderemos submeter à apreciação da CVM a nossa decisão de não divulgação. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, caso seja constatada oscilação atípica na cotação, preço ou volume de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, os nossos acionistas ou administradores deverão, diretamente ou por meio do nosso Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, bolsas de valores e ao público em geral.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julgemos relevantes com relação a esta Seção 21.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição de qualquer ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução de nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não celebramos contratos com nossas controladas que não os relacionados às nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julgemos relevantes com relação a esta seção 22.

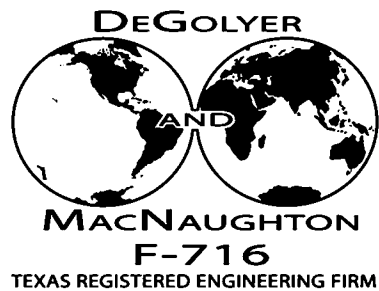
Estudo de Viabilidade e respectiva tradução juramentada

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEGOLYER AND MACNAUGHTON
5001 SPRING VALLEY ROAD
SUITE 800 EAST
DALLAS, TEXAS 75244

This is a digital representation of a DeGolyer and MacNaughton report.

This file is intended to be a manifestation of certain data in the subject report and as such are subject to the same conditions thereof. The information and data contained in this file may be subject to misinterpretation; therefore, the signed and bound copy of this report should be considered the only authoritative source of such information.



DEGOLYER AND MACNAUGHTON
5001 SPRING VALLEY ROAD
SUITE 800 EAST
DALLAS, TEXAS 75244

REPORT
as of
DECEMBER 31, 2010
on the
PROSPECTIVE RESOURCES
attributable to
CERTAIN OIL PROSPECTS
owned by
PERENCO PETROLEO E GAS DO BASIL LTDA
in the
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

TABLE of CONTENTS

	<u>Page</u>
FOREWORD	370
Scope of Investigation.....	370
Authority.....	372
Source of Information	372
DEFINITION of PROSPECTIVE RESOURCES	373
ESTIMATION of RESOURCES	377
Quantitative Risk Assessment and the Application of P_g	378
SUMMARY and CONCLUSIONS	380
GLOSSARY of PROBABILISTIC TERMS	
TABLES	
Table P1 – Prospect Portfolio Summary	
Table 1 – Estimate of the Gross Prospective Oil Resources	
Table 2 – Estimate of the Net Prospective Oil Resources	

DEGOLYER AND MACNAUGHTON
5001 SPRING VALLEY ROAD
SUITE 800 EAST
DALLAS, TEXAS 75244

REPORT
as of
DECEMBER 31, 2010
on the
PROSPECTIVE RESOURCES
attributable to
CERTAIN OIL PROSPECTS
owned by
PERENCO PETROLEO E GAS DO BASIL LTDA
in the
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

FOREWORD

Scope of Investigation

This report presents estimates, as of December 31, 2010, of the prospective petroleum resources of various prospects located in the various license blocks of Brazil. This report is being prepared on behalf of Perenco Petroleo E Gas Do Basil Ltda. (Perenco). Perenco represents that it currently owns 50-percent interest in these prospects under the terms of the exploration and production licenses issued. (Table P1).

Perenco has represented that upon completion of the primary term of any current exploration and/or production license, it intends to secure an extension or additional license for any accumulation or discovered prospect. Also, Perenco intends to proceed with development and operation of any commercially viable discovered prospect. Based on these representations, we have included as prospective resources certain quantities that, if discovered, may be produced after the expiration of the current primary license.

The prospective resources estimates presented in this report have been prepared in accordance with the Petroleum Resources Management System (PRMS) approved in March 2007 by the Society of

Petroleum Engineers, the World Petroleum Council, the American Association of Petroleum Geologists, and the Society of Petroleum Evaluation Engineers. These prospective resources definitions are discussed in detail in the Definition of Prospective Resources section of this report.

The prospective resources in this report are expressed as gross and net prospective resources. Gross prospective resources are defined as the total estimated petroleum that is potentially recoverable after December 31, 2010. Net prospective resources are defined as the product of the gross prospective resources and Perenco's net interest. The prospects are located in various license blocks of Brazil.

The prospective resources estimated herein are those quantities of petroleum that are potentially recoverable from accumulations yet to be discovered. Because of the uncertainty of commerciality and the lack of sufficient exploration drilling, the prospective resources estimated herein cannot be classified as contingent resources or reserves. The prospective resources estimates in this report are not provided as a means of comparison to contingent resources or reserves. Tables 1 and 2 summarize the estimated prospective resources for 10 prospects, as of December 31, 2010.

A possibility exists that the prospects will not result in successful discoveries and development, in which case there could be no future revenue. At the request of Perenco, no economic analysis has been performed. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

Estimates of prospective resources should be regarded only as estimates that may change as additional information becomes available. Not only are such prospective resources estimates based on that information which is currently available, but such estimates are also subject to the uncertainties inherent in the application of judgmental factors in interpreting such information. Prospective resources quantities estimates should not be confused with those quantities that are associated with contingent resources or reserves due to the additional risks involved. The quantities that might actually be recovered, should they be discovered and developed, may differ significantly from the estimates presented herein.

Authority

This report was authorized by Duncan Wallace, General Manager, Perenco.

Source of Information

In the preparation of this report we have relied, without independent verification, upon information furnished by or on behalf of Perenco with respect to the property interests to be evaluated, subsurface data as they pertain to the target objectives and prospects, and various other information and technical data that were accepted as represented. This report was based on data available as of December 31, 2010.

DEFINITION of PROSPECTIVE RESOURCES

Petroleum resources included in this report are classified as prospective resources and have been prepared in accordance with the PRMS approved in March 2007 by the Society of Petroleum Engineers, the World Petroleum Council, the American Association of Petroleum Geologists, and the Society of Petroleum Evaluation Engineers. Because of the lack of commerciality or sufficient drilling, the prospective resources estimated herein cannot be classified as contingent resources or reserves. The petroleum resources are classified as follows:

Prospective Resources – Those quantities of petroleum that are estimated, as of a given date, to be potentially recoverable from undiscovered accumulations by application of future development projects.

The estimation of resources quantities for a prospect is subject to both technical and commercial uncertainties and, in general, may be quoted as a range. The range of uncertainty reflects a reasonable range of estimated potentially recoverable quantities. In all cases, the range of uncertainty is dependent on the amount and quality of both technical and commercial data that are available and may change as more data become available.

Low, Best, High, and Mean Estimates – Estimates of petroleum resources in this report are expressed using the terms low estimate, best estimate, high estimate, and mean estimate to reflect the range of uncertainty.

A detailed explanation of the probabilistic terms used herein and identified with an asterisk (*) is included in the Glossary of Probabilistic Terms bound with this report. For probabilistic estimates of petroleum resources, the low estimate reported herein is the P_{90}^* quantity derived from probabilistic analysis. This means that there is at least a 90-percent probability that, assuming the prospect is discovered and developed, the quantities actually recovered will equal or exceed the low estimate. The best (median) estimate is the P_{50}^* quantity derived from probabilistic analysis. This means that there is at least a 50-percent probability that, assuming the prospect is discovered and developed, the quantities actually recovered will equal or exceed the best (median) estimate. The high estimate is the P_{10}^* quantity derived from probabilistic analysis. This means

that there is at least a 10-percent probability that, assuming the prospect is discovered and developed, the quantities actually recovered will equal or exceed the high estimate. The expected value* (EV), an outcome of the probabilistic analysis, is the mean estimate.

Uncertainties Related to Prospective Resources – The quantity of petroleum discovered by exploration drilling depends on the number of prospects that are successful as well as the quantity that each success contains. Reliable forecasts of these quantities are, therefore, dependent on accurate predictions of the number of discoveries that are likely to be made if the entire portfolio of prospects is drilled. The accuracy of this forecast depends on the portfolio size, and an accurate assessment of the probability of geologic success* (P_g).

Probability of Geologic Success – P_g is defined as the probability of discovering reservoirs that flow petroleum at a measurable rate. P_g is estimated by quantifying the probability of each of the following individual geologic factors: trap, source, reservoir, and migration. The product of these four probabilities or chance factors is computed as P_g .

In this report estimates of prospective resources are presented both before and after adjustment for P_g . Total prospective resources estimates are based on the probabilistic summation of the quantities for the total inventory of prospects.

Application of P_g to estimate the P_g -adjusted prospective resources quantities does not equate prospective resources with reserves or contingent resources. P_g -adjusted prospective resources quantities cannot be compared directly to or aggregated with either reserves or contingent resources. Estimates of P_g are interpretive and are dependent on the quality and quantity of data currently made available. Future data acquisition, such as additional drilling or seismic acquisition, can have a significant effect on P_g estimation. These additional data are not confined to the study area, but also include data from similar geologic settings or technological advancements that could affect the estimation of P_g .

Predictability versus Portfolio Size – The accuracy of forecasts of the number of discoveries that are likely to be made is constrained by the number of prospects in the exploration portfolio. The size of the

portfolio and P_g together are helpful in gauging the limits on the reliability of these forecasts. A high P_g , which indicates a high chance of discovering measurable petroleum, may not require a large portfolio to ensure that at least one discovery will be made (assuming the P_g does not change during drilling of some of the prospects). By contrast, a low P_g , which indicates a low chance of discovering measurable petroleum, could require a large number of prospects to ensure a high confidence level of making even a single discovery. The relationship between portfolio size, P_g , and the probability of a fully unsuccessful drilling program that results in a series of wells not encountering measurable hydrocarbons is referred to herein as the predictability versus portfolio size relationship* (PPS). It is critical to be aware of PPS, because an unsuccessful drilling program, which results in a series of wells that do not encounter measurable hydrocarbons, can adversely affect any exploration effort, resulting in a negative present worth.

For a large prospect portfolio, the P_g -adjusted mean estimate of the prospective resources quantity should be a reasonable estimate of the recoverable petroleum quantities found if all prospects are drilled. When the number of prospects in the portfolio is small and the P_g is low, the recoverable petroleum actually found may be considerably smaller than the P_g -adjusted mean estimate would indicate. It follows that the probability that all of the prospects will be unsuccessful is smaller when a large inventory of prospects exist.

Prospect Technical Evaluation Stage – A prospect can often be subcategorized based on its current stage of technical evaluation. The different stages of technical evaluation relate to the amount of geologic, geophysical, engineering, and petrophysical data as well as the quality of available data.

Prospect – A prospect is a potential accumulation that is sufficiently well defined to be a viable drilling target. For a prospect, sufficient data and analyses exist to identify and quantify the technical uncertainties, to determine reasonable ranges of geologic chance factors and engineering and petrophysical parameters, and to estimate prospective resources.

Lead – A lead is less well defined and requires additional data and/or evaluation to be classified as a prospect. An example would be a poorly defined closure mapped using sparse regional seismic data in a basin containing favorable source and reservoir(s). A lead may or may not be elevated to prospect status depending on the results of additional technical work. A lead must have a P_g equal to or less than 0.05 to reflect the inherent technical uncertainty.

Play – A project associated with a prospective trend of potential prospects, but which requires more data acquisition and/or evaluation in order to define specific leads or prospects.

ESTIMATION of PROSPECTIVE RESOURCES

Estimates of prospective resources were prepared by the use of standard geological and engineering methods generally accepted by the petroleum industry. The method or combination of methods used in the analysis of the reservoirs was tempered by experience with similar reservoirs, stage of development, and quality and completeness of basic data.

The probabilistic analysis of the prospective resources in this study considered the uncertainty in the amount of petroleum that may be discovered and the P_g . The uncertainty analysis addresses the range of possibilities for any given volumetric parameter. Low, best, high, and mean estimates of prospective resources were estimated to address this uncertainty. The P_g analysis addresses the probability that the identified prospect will contain petroleum that flows at a measurable rate.

Standard probabilistic methods were used in the uncertainty analysis. Probability distributions were estimated from representations of porosity, petroleum saturation, net hydrocarbon thickness, geometric correction factor*, recovery efficiency, fluid properties, and productive area for each prospect. These representations were prepared based on known data, analogy, and other standard estimation methods including experience. Statistical measures describing the probability distributions of these representations were identified and input to a Monte Carlo simulation to produce low estimate, best estimate, high estimate, and mean estimate prospective resources for each prospect.

Nonassociated gas is gas at initial reservoir conditions with no crude oil present in the reservoir. Gas-cap gas is gas at initial reservoir conditions and is in communication with an underlying oil zone. Solution gas is gas dissolved in crude oil at initial reservoir conditions. In known accumulations, solution gas and gas-cap gas are sometime produced together, and as a whole, referred to as associated gas. However, it is not certain whether prospective reservoirs will be gas bearing, oil bearing, or water bearing. Due to this uncertainty, prospective resources volumes are identified in this report as oil.

In this report, 10 potential accumulations are referred to as prospects to reflect the current stage of technical evaluation.

Quantitative Risk

Assessment and the Application of P_g Minimum, modal, and maximum representations of productive area were interpreted from maps, available seismic data, and/or analogy. Low, mean, and high representations for the petrophysical parameters (porosity, petroleum saturation, and net hydrocarbon thickness), and engineering parameters (recovery efficiency and fluid properties) were also made based on available well data, regional data, analog field data, and global experience. Individual probability distributions for net rock volume and petrophysical and engineering parameters were produced from these representations.

The distributions for the variables were derived from (1) scenario-based interpretations, (2) the geologic, geophysical, petrophysical, and engineering data available, (3) local, regional, and global knowledge, and (4) field and case studies in the literature. The parameters used to model the recoverable quantities were productive area, net hydrocarbon thickness, geometric correction factor, porosity, petroleum saturation, formation volume factor, and recovery efficiency. Minimum, mean, and maximum representations were used to statistically model and shape the input P_{90} , P_{50} , and P_{10} parameters. Productive area and net hydrocarbon thickness were modeled using truncated lognormal distributions. Truncated normal and triangular distributions were used to model geometric correction factor, formation volume factor, and recovery efficiency. Porosity and petroleum saturation were modeled using truncated normal distributions. Latin hypercube sampling was used to better represent the tails of the distributions.

Each individual volumetric parameter was investigated using a probabilistic approach with attention to variability. Deterministic data were used to anchor and shape the various distributions. The net rock volume parameters had the greatest range of variability, and therefore had the greatest impact on the uncertainty of the simulation. The volumetric parameter variability was based on the structural and stratigraphic uncertainties due to the depositional environment and quality of the seismic data. Analog field data were statistically incorporated to derive uncertainty limits and constraints on the net pore volume. Uncertainty associated with the depth conversion, seismic interpretation, gross sand thickness mapping, and net hydrocarbon thickness assumptions were also derived from studies of analogous reservoirs, multiple interpretative scenarios, and sensitivity analyses.

A P_g analysis was applied to estimate the quantities that may actually result from drilling these prospects. In the P_g analysis, the P_g estimates were made for each prospect from the product of the probabilities of the four geologic chance factors: trap, reservoir, migration, and source.

Estimates of gross and net prospective oil resources and the P_g estimates, as of December 31, 2010, evaluated herein are shown in Tables 1 and 2. The P_g -adjusted mean estimate of the prospective resources was then made by the probabilistic product of P_g and the resources distributions for the prospect. These results were then stochastically summed (zero dependency) to produce the total P_g -adjusted mean estimate prospective resources.

Application of the P_g factor to estimate the P_g -adjusted prospective resources quantities does not equate prospective resources with reserves or contingent resources. P_g -adjusted estimates of prospective resources quantities cannot be compared directly to or aggregated with either reserves or contingent resources. Estimates of P_g are interpretive and are dependent on the quality and quantity of data currently available. Future data acquisition, such as additional drilling or seismic acquisition can have a significant effect on P_g estimation. These additional data are not confined to the area of study, but also include data from similar geologic settings or from technological advancements that could affect the estimation of P_g .

There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

SUMMARY and CONCLUSIONS

Prospective resources in 10 oil prospects have been identified in Brazil. The prospective resources presented below are based on the statistical aggregation method. Estimates of the gross and net prospective oil resources, as of December 31, 2010, are summarized as follows, expressed in English units in thousands of barrels (10³bbl):

	<u>Low Estimate</u>	<u>Best Estimate</u>	<u>High Estimate</u>	<u>Mean Estimate</u>
Gross Prospective Resources				
Gross Prospective Oil Resources, 10 ³ bbl	3,347,320	4,248,004	5,459,945	4,324,282
Net Prospective Resources				
Net Prospective Oil Resources, 10 ³ bbl	1,673,660	2,124,002	2,729,973	2,162,141

Notes:

1. P_g has not been applied to the volumes in this table.
2. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
3. Low, best, and high estimates in this table are P₉₀, P₅₀, and P₁₀, respectively.
4. The prospective resources presented above are based on the statistical aggregation method.
5. Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
6. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

The gross and net P_g-adjusted mean estimate prospective oil resources, should these prospects result in successful discoveries and development, as of December 31, 2010, are summarized as follows, expressed in English units in thousands of barrels (10³bbl):

	<u>Mean Estimate</u>
Gross P_g-Adjusted Prospective Resources	
Gross P _g -Adjusted Prospective Oil Resources, 10 ³ bbl	1,289,308
Net P_g-Adjusted Prospective Resources	
Net P _g -Adjusted Prospective Oil Resources, 10 ³ bbl	644,654

Notes:

1. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
2. The prospective resources presented above are based on the statistical aggregation method.
3. Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
4. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

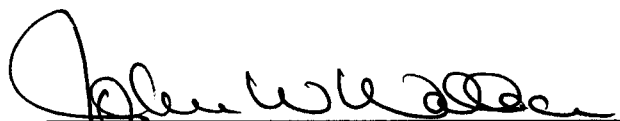
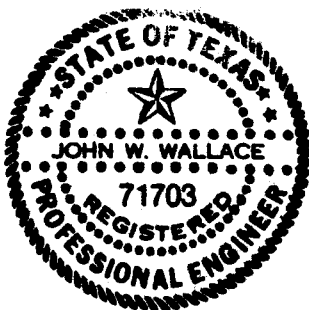
The PRMS guidelines suggest that the arithmetic summation method be used to aggregate resources quantities above the field, property, or project level. The prospective resources quantities aggregated by the arithmetic summation method for the prospects evaluated in this report are presented in the prospective resources tables bound with this report.

Submitted,



DeGOLYER and MacNAUGHTON
Texas Registered Engineering Firm F-716

SIGNED: March 23, 2011



John W. Wallace, P.E.
Executive Vice President
DeGolyer and MacNaughton

GLOSSARY of PROBABILISTIC TERMS

1C – Denotes low estimate scenario of contingent resources.

2C – Denotes best estimate scenario of contingent resources.

3C – Denotes high estimate scenario of contingent resources.

Accumulation – The term accumulation is used to identify an individual body of moveable petroleum. A known accumulation (one determined to contain reserves or contingent resources) must have been penetrated by a well. The well must have clearly demonstrated the existence of moveable petroleum by flow to the surface or at least some recovery of a sample of petroleum through the well. However, log and/or core data from the well may establish an accumulation, provided there is a good analogy to a nearby and geologically comparable known accumulation.

Arithmetic Summation – The process of adding a set of numbers that represent estimates of resources quantities at the reservoir, prospect, or portfolio level. Statistical aggregation yields different results.

Best (Median) Estimate – The best (median) estimate is the P₅₀ quantity. P₅₀ means there is a 50-percent chance that an estimated quantity, such as a prospective resources volume or associated value, will be equaled or exceeded.

Contingent Resources – Those quantities of petroleum estimated, as of a given date, to be potentially recoverable from known accumulations by application of development projects, but which are not currently considered to be commercially recoverable due to one or more contingencies.

Based on assumptions regarding future conditions and their impact on ultimate economic viability, projects currently classified as Contingent Resources may be broadly divided into three groups:

Marginal Contingent Resources – Those quantities associated with technically feasible projects that are either currently economic or projected to be economic under reasonably forecasted improvements in commercial conditions but are not committed for development because of one or more contingencies.

Sub-Marginal Contingent Resources – Those quantities associated with discoveries for which analysis indicates that technically feasible development projects would not be economic and/or other contingencies would not be satisfied under current or reasonably forecasted improvements in commercial conditions. These projects nonetheless should be retained in the inventory of discovered resources pending unforeseen major changes in commercial conditions.

Undetermined Contingent Resources – Where evaluations are incomplete such that it is premature to clearly define ultimate chance of commerciality, it is acceptable to note that project economic status is “undetermined.”

Expected Value – The expected value (EV) is the probability-weighted average of the parameter being estimated, where probability values from the probability distribution are used as the weighting factors. Parameter values (abscissa) and probabilities (ordinate) are the Cartesian pairs (e.g., gross recoverable volumes and P_{90}), which define the probability distribution. These parameters are probability-weighted and summed to yield the resulting expected value. The equation for computing the expected value is as follows:

$$EV = \sum_{i=1}^n (P_i)(V_i)$$

where: P = probability from probability distribution, ordinate
 V = parameter value, abscissa
 i = a specific value in an ordered sequence of values
 n = the total number of samples

The expected value is the algebraic sum of all of the products obtained by multiplying the parameter quantity and its associated probability of occurrence. The expected value is sometimes called the mean estimate or the statistical mean. In a probabilistic analysis, the expected value is the only quantity that can be treated arithmetically (by addition, subtraction, multiplication, or division). All other quantities, such as median (P_{50}), mode, P_{90} , and P_{10} , require probabilistic techniques for scaling or aggregation.

The probability associated with the statistical mean depends on the variance of the distribution from which the mean is calculated. The mean estimate is the statistical mean (the probability-weighted average), which typically has a probability in the P_{45} to P_{15} range. Therefore, if a successful discovery occurs, the

probability of the accumulation containing the statistical mean volume or greater is usually between 45 and 15 percent.

The expected value is the preferred quantity to use for the best estimate in probabilistic estimates of prospective resources. The P₉₀ and P₁₀ quantity is often used for the low and high estimates, respectively, of prospective resources. Aggregation or scaling of P₉₀, P₅₀, and P₁₀ quantities should be done probabilistically, not arithmetically.

Geometric Correction Factor – The geometric correction factor (GCF) is a geometry adjustment correction that takes into account the relationship of the potential fluid contact to the geometry of the reservoir and trap. Input parameters used to estimate the geometric correction factor include trap shape, length-to-width ratio, potential reservoir thickness, and the height of the potential trapping closure (potential hydrocarbon column height).

High Estimate – The high estimate is the P₁₀ quantity. P₁₀ means there is a 10-percent chance that an estimated quantity, such as a prospective resources volume or associated value, will be equaled or exceeded.

Lead – A lead is less well defined and requires additional data and/or evaluation to be classified as a prospect. An example would be a poorly defined closure mapped using sparse regional seismic data in a basin containing favorable source and reservoir(s). A lead may or may not be elevated to prospect status depending on the results of additional technical work. A lead must have a P_g equal to or less than 0.05 to reflect the inherent technical uncertainty.

Low Estimate – The low estimate is the P₉₀ quantity. P₉₀ means there is a 90-percent chance that an estimated quantity, such as a prospective resources volume or associated value, will be equaled or exceeded.

Mean Estimate – In accordance with petroleum industry standards, the mean estimate is the probability-weighted average, which typically has a probability in the P₄₅ to P₁₅ range, depending on the variance of prospective resources volume or associated value. Therefore, the probability of a prospect or accumulation containing the probability-weighted average volume or greater is usually between 45 and 15 percent. The mean estimate is the preferred probabilistic estimate of resources volumes.

Median – Median is the P_{50} quantity, where the P_{50} means there is a 50-percent chance that a given variable (such as prospective resources, porosity, or water saturation) is equaled or exceeded. The median of a data set is a number such that half the measurements are below the median and half are above.

The median is an acceptable, and one of the preferred, quantities to use for the best estimate in probabilistic estimations of prospective resources.

Migration Chance Factor – Migration chance factor ($P_{\text{migration}}$) is defined as the probability that a trap either predates or is coincident with petroleum migration and that there exists vertical and/or lateral migration pathways linking the source to the trap.

Mode – The mode (MO) is the quantity that occurs with the greatest frequency in the data set and therefore is the quantity that has the greatest probability of occurrence. However, the mode may not be uniquely defined, as is the case in multimodal distributions.

The mode is an acceptable, but not preferred, quantity to use for the best estimate in probabilistic estimations of prospective resources.

Net Entitlement Interest – A production sharing agreement (PSA) or a production sharing contract (PSC) allows a company to be reimbursed for its share of the capital and operating expenses and to share in the profits. The reimbursements and profit proceeds (less the extraordinary profits tax (EPT)) are converted to a barrel-equivalent volume by dividing by the weighted-average price of oil or gas. The ratio of this barrel-equivalent volume and the gross volume is a *net entitlement interest*. As such, the resulting entitlement interest may vary with product price, costs, timing of production, and other factors.

P_e-adjusted Mean Estimate – The P_e -adjusted mean estimate, or “economic risk-adjusted mean estimate,” is a probability-weighted average of the hydrocarbon quantities potentially recoverable if a prospect portfolio were drilled, or if a family of similar prospects were drilled. The P_e -adjusted mean estimate is a “blended” quantity. It is a mean estimation of volumetric uncertainty, geologic (P_g), and economic risk (chance). This statistical measure considers and quantifies the economic success and economic failure outcomes. Consequently, it represents the average or mean “economic” volumes resulting from economically viable drilling and exploration. The P_e -adjusted best estimate is calculated as follows:

$$P_e\text{-adjusted mean estimate} = P_e \times \text{mean estimate}$$

P_g-adjusted Mean Estimate – The P_g-adjusted mean estimate, or “geologic risk-adjusted mean estimate,” is a probability-weighted average of the hydrocarbon quantities potentially recoverable if a prospect portfolio were drilled, or if a family of similar prospects were drilled. The P_g-adjusted mean estimate is a “blended” quantity. It is a mean estimation of both volumetric uncertainty and geological risk (chance). This statistical measure considers and quantifies the geological success and geological failure outcomes. Consequently, it represents the average or mean “geologic” outcome of a drilling and exploration program. The P_g-adjusted mean estimate is calculated as follows:

$$P_g\text{-adjusted mean estimate} = P_g \times \text{mean estimate}$$

P_n Nomenclature – This report uses the convention of denoting probability with a subscript representing the greater than cumulative probability distribution. As such, the notation P_n indicates the probability that there is an *n*-percent chance that a specific input or output quantity will be equaled or exceeded. For example, P₉₀ means there is a 90-percent chance that a variable (such as prospective resources, porosity, or water saturation) is equaled or exceeded.

Play – A project associated with a prospective trend of potential prospects, but which requires more data acquisition and/or evaluation in order to define specific leads or prospects.

Potential Present Worth at 10 percent – Potential present worth at 10 percent (PPW) is defined as potential future net revenue discounted at 10 percent compounded monthly over the expected period of realization. The estimation is probabilistically modeled using distributions (except NRI, a constant) in the following equation:

$$PPW_{10} = \left[\left(P_e \times EV_t \times NRI \times \frac{PW}{BOE} \right) - (P_e \times CWCE \times NRI) \right] - (P_f \times DHC \times NRI)$$

where:

PPW ₁₀	=	potential present worth at 10 percent
P _e	=	probability of economic success
EV _t	=	mean estimate, potential gross recoverable volume, truncated, TEFS-adjusted
NRI	=	net revenue interest
PW/BOE	=	present worth at 10 percent per barrel of oil equivalent

CWCE	=	completed well cost estimate
P _f	=	probability of economic failure
DHC	=	dry hole cost estimate

Predictability versus Portfolio Size – The number of prospects in a prospect portfolio influences the reliability of the forecast of drilling results. The relationship between predictability versus portfolio size (PPS) is also known in the petroleum industry literature as “Gambler’s Ruin.” The relationship of probability to portfolio size is described by the binomial probability equation given as follows:

$$P_x^n = (C_x^n)(p)^x(1 - p)^{n - x}$$

- where: P_xⁿ = the probability of x successes in n trials
 C_xⁿ = the number of mutually exclusive ways that x successes can be arranged in n trials
 p = the probability of success for a given trial (for petroleum exploration, this is P_g)
 x = the number of successes (e.g., the number of discoveries)
 n = the number of trials (e.g., the number of wells to be drilled)
 Note: For the case of n successive dry holes, C_xⁿ and p each equals 1, so the probability of failure is the quantity (1 – p) raised to the number of trials.

Probability of Economic Failure – The probability of economic failure (P_f) is defined as the probability that a given discovery will not be economically viable. It takes into account P_g, P_{TEFS}, TEFS, capital costs, operating expenses, the proposed development plan, the economic model (discounted cash flow analyses), and other business and economic factors. P_f is calculated as follows:

$$P_f = 1 - P_e$$

Probability of Economic Success – The probability of economic success (P_e) is defined as the probability that a given discovery will be economically viable. It takes into account P_g, P_{TEFS}, TEFS, capital costs, operating expenses, the proposed development plan, the economic model (discounted cash flow analyses), and other business and economic factors. P_e is calculated as follows:

$$P_e = P_g \times P_{TEFS}$$

Probability of Geologic Success – The probability of geologic success (P_g) is defined as the probability of discovering reservoirs that flow petroleum at a measurable rate. P_g is estimated by quantifying with a probability each of the following individual geologic chance factors: trap, source, reservoir, and migration. The product of the probabilities of these four chance factors is P_g .

Probability of TEFS – The probability of threshold economic field size (P_{TEFS}) is defined as the probability of discovering an accumulation that is large enough to be economically viable. P_{TEFS} is estimated by using the prospective resources recoverable volumes distribution in conjunction with the TEFS. The probability associated with the TEFS can be determined graphically from the prospective gross recoverable volumes distribution.

Prospect – A prospect is a potential accumulation that is sufficiently well defined to be a viable drilling target. For a prospect, sufficient data and analyses exist to identify and quantify the technical uncertainties, to determine reasonable ranges of geologic chance factors and engineering and petrophysical parameters, and to estimate prospective resources. In addition, a viable drilling target requires that 70 percent of the median potential production area be located within the block or license area of interest.

Prospective Resources – Those quantities of petroleum that are estimated, as of a given date, to be potentially recoverable from undiscovered accumulations by application of future development projects.

Reservoir Chance Factor – The reservoir chance factor ($P_{reservoir}$) is defined as the probability associated with the presence of porous and permeable reservoir quality rock.

Source Chance Factor – The source chance factor (P_{source}) is defined as the probability associated with the presence of a hydrocarbon source rock rich enough, of sufficient volume, and in the proper spatial position to charge the prospective area or areas.

Standard Deviation – Standard deviation (SD) is a measure of distribution spread. It is the positive square root of the variance. The variance is the summation of the squared distance from the mean of all possible values. Since the units of standard deviation are the same as those of the sample set, it is the most practical measure of population spread.

$$\sigma = \sqrt{\sigma^2} = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}}$$

where: σ = standard deviation
 σ^2 = variance
 n = sample size
 x_i = value in data set
 μ = sample set mean

Statistical Aggregation – The process of probabilistically aggregating distributions that represent estimates of resources quantities at the reservoir, prospect, or portfolio level. Arithmetic summation yields different results.

Threshold Economic Field Size – The threshold economic field size (TEFS) is the minimum amount of the producible petroleum required to recover the total capital and operating expenditure used to establish the potential accumulation as having a potential present worth at 10 percent equal to zero using the mid-price scenario.

Trap Chance Factor – The trap chance factor (P_{trap}) is defined as the probability associated with the presence of a structural closure and/or a stratigraphic trapping configuration with competent vertical and lateral seals, and the lack of any post migration seal integrity events or breaches.

Truncated Mean Estimate – The truncated mean estimate is the resulting expected value calculated from the truncation of the resources distribution by the threshold economic field size. This truncated distribution produces a new set of statistical metrics.

Variance – The variance (σ^2) is a measure of how much the distribution is spread from the mean. The variance sums up the squared distance from the mean of all possible values of x . The variance has units that are the squared units of x . The use of these units limits the intuitive value of variance.

$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}$$

where: σ^2 = variance
n = sample size
 x_i = value in data set
 μ = sample set mean

**TABLE P1
PROSPECT PORTFOLIO SUMMARY
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL**

Prospect	Country	Basin	License Block	Ownership (decimal)	Prospect Potential Fluid	Target Zone		Water Depth (meters)
						Depth (meters)	Depth (meters)	
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	Oil	2,600-4,200		550
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	Oil	2,600-5,200		1,100
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	Oil	2,800-5,500		650
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	0.500	Oil	2,400-4,700		850
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	Oil	2,700-4,300		1,050
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	Oil	3,300-4,300		1,150
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	Oil	3,400-3,800		1,450
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	Oil	3,100-4,400		1,650
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	Oil	3,900-4,700		1,800
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	Oil	4,000-4,700		1,800

TABLE 1
ESTIMATE of the GROSS PROSPECTIVE OIL RESOURCES
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

Prospect	Country	Basin	License Block	Gross Prospective Oil Resources Summary					Probability of Geologic Success, P_g (decimal)	P_g -Adjusted Mean Estimate (10^3 bbl)
				Low Estimate (10^3 bbl)	Best Estimate (10^3 bbl)	High Estimate (10^3 bbl)	Mean Estimate (10^3 bbl)	Mean Estimate (10^3 bbl)		
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	168,827	278,085	454,002	299,315	0.269	80,582	
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	139,607	284,999	599,447	326,418	0.261	85,356	
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	117,256	255,351	563,046	304,731	0.331	100,790	
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	408,067	651,216	1,002,938	684,138	0.341	233,170	
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	776,519	1,381,182	2,284,972	1,478,807	0.308	455,674	
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	71,727	143,532	274,784	163,248	0.317	51,768	
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	146,829	385,699	913,475	472,375	0.284	133,918	
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	87,211	227,901	567,233	289,111	0.236	68,303	
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	47,215	128,376	313,976	157,118	0.284	44,543	
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	45,917	125,864	278,334	149,020	0.236	35,206	
Statistical Aggregate				3,347,320	4,248,004	5,459,945	4,324,282	0.298	1,289,308	
Arithmetic Summation				2,009,176	3,862,204	7,252,207	4,324,282	0.298	1,289,308	

Notes:

1. Low, best, high, and mean estimates follow the PRMS guidelines for prospective resources.
2. Low, best, high, and mean estimates in this table are P_{90} , P_{50} , P_{10} , and mean respectively.
3. P_g is defined as the probability of discovering reservoirs which flow petroleum at a measurable rate.
4. P_g has been rounded for presentation purposes. Multiplication using this presented P_g yields imprecise results. Dividing the P_g -adjusted mean estimate by the mean estimate yields the precise P_g .
5. Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
6. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
7. Arithmetic summation of probabilistic estimates produces invalid results except for the Mean estimate. Arithmetic summation of probabilistic estimates is presented in this table in compliance with PRMS guidelines.
8. Summations may vary from those shown here due to rounding.
9. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

TABLE 2
ESTIMATE of the NET PROSPECTIVE OIL RESOURCES
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

Prospect	Country	Basin	License Block	Net Prospective Oil Resources Summary					Probability	
				Low Estimate (10 ³ bbl)	Best Estimate (10 ³ bbl)	High Estimate (10 ³ bbl)	Mean Estimate (10 ³ bbl)	Success, P _g (decimal)	P _g -Adjusted Mean Estimate (10 ³ bbl)	
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	84,414	139,043	227,001	149,658	0.269	40,291	
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	69,804	142,500	299,724	163,209	0.261	42,678	
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	58,628	127,675	281,523	152,365	0.331	50,395	
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	204,033	325,608	501,469	342,069	0.341	116,585	
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	388,260	690,591	1,142,486	739,403	0.308	227,837	
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	35,863	71,766	137,392	81,624	0.317	25,884	
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	73,414	192,849	456,737	236,188	0.284	66,959	
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	43,605	113,950	283,616	144,556	0.236	34,151	
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	23,607	64,188	156,988	78,559	0.284	22,271	
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	22,959	62,932	139,167	74,510	0.236	17,603	
Statistical Aggregate				1,673,660	2,124,002	2,729,973	2,162,141	0.298	644,654	
Arithmetic Summation				1,004,588	1,931,102	3,626,103	2,162,141	0.298	644,654	

Notes:

1. Low, best, high, and mean estimates follow the PRMS guidelines for prospective resources.
2. Low, best, high, and mean estimates in this table are P₉₀, P₅₀, P₁₀, and mean respectively.
3. P_g is defined as the probability of discovering reservoirs which flow petroleum at a measurable rate.
4. P_g has been rounded for presentation purposes. Multiplication using this presented P_g yields imprecise results. Dividing the P_g-adjusted mean estimate by the mean estimate yields the precise P_g.
5. Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
6. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
7. Arithmetic summation of probabilistic estimates produces invalid results except for the Mean estimate. Arithmetic summation of probabilistic estimates is presented in this table in compliance with PRMS guidelines.
8. Summations may vary from those shown here due to rounding.
9. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 1

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

**TRADUÇÃO
JURAMENTADA**

Eu, abaixo assinado, Tradutor Público Juramentado, nomeado pelo Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, certifico que me foi apresentado um documento exarado em idioma **Inglês**, a fim de traduzi-lo para o vernáculo, o que fiz como segue:

TRADUÇÃO N.º 19.518-2011

DeGolyer and MacNaughton
5001 Spring Valley Road
Suite 800 East
Dallas, Texas 75244

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 2

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Esta é uma representação digital de um relatório
da DeGolyer and MacNaughton.

Este arquivo tem o objetivo de ser uma
manifestação de certos dados no relatório
em questão e como tais estão sujeitos às
mesmas condições do mesmo. As informações
e dados contidos neste arquivo poderão
estar sujeitos à interpretação errônea;
portanto, a cópia assinada e anexada a
este relatório deve ser considerada a
única fonte autorizada de tais
informações.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 3

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

DeGolyer and MacNaughton
5001 Spring Valley Road
Suite 800 East
Dallas, Texas 75244

RELATÓRIO

de

31 de DEZEMBRO de 2010

sobre

RECURSOS POTENCIAIS

atribuíveis a

ALGUNS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS de ÓLEO
de propriedade da

PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA

em

VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS

BRASIL

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 4

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

ÍNDICE

	<u>Página</u>
APRESENTAÇÃO	399
Escopo de Investigação.....	399
Autoridade.....	405
Fonte de Informações.....	405
DEFINIÇÃO de RECURSOS POTENCIAIS	406
ESTIMATIVA de RECURSOS	416
Avaliação de Risco Quantitativo e Aplicação de Pg.....	419
RESUMO e CONCLUSÕES	425
GLOSSÁRIO DE TERMOS PROBABILÍSTICOS	
TABELAS	
Tabela P1 - Resumo de Portfólio de Prospecto Exploratório	
Tabela 1 - Estimativa de Recursos Potenciais Totais de Óleo	
Tabela 2 - Estimativa de Recursos Potenciais Líquidos de Óleo	





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 5

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

DeGolyer and MacNaughton
5001 Spring Valley Road
Suite 800 East
Dallas, Texas 75244

RELATÓRIO

de

31 de DEZEMBRO de 2010

sobre

RECURSOS POTENCIAIS

atribuíveis a

ALGUNS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS de ÓLEO
de propriedade da

PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA

em

VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS

BRASIL

APRESENTAÇÃO

Escopo de Investigação Este relatório
apresenta
estimativas, de

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁶

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

31 de Dezembro de 2010, dos recursos de petróleo em potencial de vários prospectos exploratórios localizados em vários blocos licenciados do Brasil. Este relatório está sendo elaborado em nome de Perenco Petroleo E Gas Do Brasil Ltda. (Perenco). A Perenco representa atualmente 50% no interesse nestes prospectos exploratórios sob os termos das licenças de exploração e produção emitidas (Tabela P1).

A Perenco declarou que mediante a conclusão do prazo primário de qualquer licença de exploração e/ou produção atual, a mesma pretende assegurar uma prorrogação ou licença adicional para qualquer prospecto exploratório descoberto. Ainda, Perenco pretende proceder com o desenvolvimento e operação de qualquer perspectiva viável comercialmente descoberto. Com base nestas

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 7

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

declarações, nós incluímos como recursos potenciais certas quantidades que, se descoberto, podem ser produzidas após o fim da vigência da licença primária atual.

As estimativas de recursos potenciais apresentadas neste relatório foram elaboradas de acordo com o Sistema de Gerenciamento de Recursos de Petróleo (PRMS) aprovado em Março de 2007 pela Sociedade de Engenheiros de Petróleo, o Conselho Mundial de Petróleo, a Associação Americana de Geólogos de Petróleo, e a Sociedade de Engenheiros de Avaliação de Petróleo. Essas definições dos recursos potenciais são detalhadamente discutidas na seção Definição de Recursos Potenciais deste relatório.

Os recursos potenciais neste relatório são expressas como

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 8

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

recursos potenciais totais e líquidos. Recursos potenciais totais são definidos como o petróleo estimado total que seja potencialmente recuperável após 31 de Dezembro de 2010. Recursos potenciais líquidos são definidos como o produto dos recursos potenciais totais e participação líquida da Perenco. Os prospectos exploratórios estão localizados em vários blocos licenciados do Brasil.

Os recursos potenciais aqui estimados são aquelas quantidades de petróleo potencialmente recuperáveis a partir de acumulações ainda a serem descobertas. Devido à incerteza de comercialização e falta de perfuração exploratória suficiente, os recursos potenciais aqui estimados não podem ser classificados como recursos contingentes ou reservas. Os potenciais estimados neste relatório não são fornecidos

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 9

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

como um meio de comparação com recursos contingentes ou reservas. As Tabelas 1 e 2 resumem os recursos potenciais estimados para 10 prospectos exploratórios em 31 de Dezembro de 2010.

Existe uma possibilidade de que os prospectos exploratórios não resultem em descobertas e desenvolvimento exitosos, ocasião em que seria possível não haver qualquer futuras receitas. A pedido da Perenco, nenhuma análise foi realizada. Não há qualquer certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados será descoberta. Caso sejam descobertos, não há qualquer certeza de que serão viáveis comercialmente para produzir qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ¹⁰

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

As estimativas dos recursos potenciais devem ser consideradas somente como estimativas que podem modificar-se à medida que informações adicionais são disponibilizadas. Não apenas tais estimativas dos recursos potenciais são baseadas naquelas informações atualmente disponíveis, mas tais estimativas também estão sujeitas às incertezas inerentes à aplicação de fatores de julgamento na interpretação de tais informações. As estimativas de quantidades de recursos potenciais não devem ser confundidas com aquelas quantidades associadas e recursos contingentes ou reservas devido aos riscos adicionais envolvidos. As quantidades que poderiam ser de fato recuperadas, caso sejam descobertas e desenvolvidas, podem ser significativamente diferentes das estimativas aqui apresentadas.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ¹¹

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Autoridade

Este relatório foi
autorizado pelo
Sr. Duncan Wallace,
Gerente Geral,
Perenco.

Fonte de Informações

Na elaboração deste
relatório,
confiamos, sem
verificação independente, fornecidos por ou em
nome da Perenco com relação às participações
proprietárias a serem avaliadas, dados de sub-
superfície na medida em que sejam pertinentes
aos objetivos alvo e prospectos em meta, e
várias outras informações e dados técnicos que
foram aceitos conforme declarados. Este
relatório foi baseado em dados disponíveis em 31
de Dezembro de 2010.

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ¹²

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

DEFINIÇÃO DE RECURSOS POTENCIAIS

Recursos petrolíferos inclusos neste relatório são classificados como recursos potenciais e foram preparados de acordo com o PRMS aprovado em Março de 2007 pela Sociedade de Engenheiros do Petróleo, Conselho Mundial de Petróleo, a Associação Americana de Geólogos do Petróleo, e a Sociedade de Engenheiros de Avaliação do Petróleo. Por causa da falta de comercialidade ou perfuração suficiente, os recursos potenciais aqui estimados não podem ser classificados como recursos contingentes ou reservas. Os recursos petrolíferos são classificados a seguir:

Recursos potenciais - Tais quantidades de petróleo que são estimadas, a partir de uma certa data, a serem potencialmente recuperáveis

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 13

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

de acumulações não descobertas através de
futuros projetos de desenvolvimento.

A estimativa de
quantidade de volumes de recursos para um
prospecto exploratório está sujeita a incertezas
comerciais e técnicas e, geralmente, pode ser
apresentada como intervalo de valores. O
intervalo de variação de incerteza reflete um
limite razoável de volumes potencialmente
recuperáveis estimados. Em todos os casos, os
intervalos da variação de incerteza depende da
quantidade e qualidade dos dados comerciais e
técnicos que estejam disponíveis e podem mudar a
medida que mais dados tornem-se disponíveis.

Estimativas Baixas, Melhores, Altas e Médias -
Estimativas de recursos petrolíferos neste
relatório são expressas mediante a utilização
dos termos de estimativa baixa, melhor

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ¹⁴

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

estimativa, estimativa alta, e estimativa média para refletir os intervalos da variação de incerteza.

Uma explicação detalhada dos termos probabilísticos usados aqui e identificados com um asterisco (*) está incluída no Glossário de Termos Probabilísticos vinculados com este relatório. Para estimativas probabilísticas de recursos petrolíferos, a estimativa baixa é utilizada como P_{90}^* , quantidade derivada da análise probabilística. Isto significa que há pelo menos uma probabilidade de 90% de que, supondo que o prospecto exploratório seja descoberto e desenvolvido, as quantidades realmente recuperadas serão iguais ou superiores à estimativa baixa. A estimativa melhor (mediana) é utilizada como P_{50}^* , quantidade derivada de análise probabilística. Isto significa que há

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 15

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

pelo menos uma probabilidade de 50% que, supondo que o prospecto exploratório seja descoberto e desenvolvido, as quantidades realmente recuperadas serão iguais ou superiores à estimativa melhor (mediana). A estimativa alta é utilizada como P_{10}^* , quantidade derivada da análise probabilística. Isto significa que há pelo menos uma probabilidade de 10% que, supondo que o prospecto exploratório seja descoberto e desenvolvido, as quantidades realmente recuperadas serão iguais ou superiores à estimativa alta. O valor esperado* (EV), um resultado da análise probabilística, é utilizado para a estimativa média.

Incertezas Relativas a Recursos Potenciais - A
Quantidade de petróleo descoberto através de perfuração exploratória depende do número de prospectos exitosos, assim como da quantidade que cada prospecto exploratório exitoso contém.

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 16

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Previsões confiáveis destas quantidades dependem, portanto, de previsões precisas do número de descobertas que provavelmente podem ser feitas se o portfólio completo de prospectos for perfurado. A precisão desta previsão depende do tamanho do portfólio e de uma avaliação precisa da probabilidade de sucesso geológico* (P_g).

Probabilidade de Sucesso Geológico - P_g é definida como a probabilidade de descobrir reservatórios que produzem petróleo a uma vazão mensurável. P_g é estimada através da quantificação da probabilidade de cada um dos seguintes fatores geológicos individuais: trapa, geração, reservatório e migração. O produto destas quatro probabilidades ou fatores de chance é computado como P_g .

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 17

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Neste relatório, estimativas de recursos potenciais são apresentadas antes e depois do ajuste pela P_g . As estimativas de recursos potenciais totais baseiam-se na soma probabilística das quantidades para o inventário total de prospectos.

A aplicação de P_g para estimar as quantidades de recursos potenciais ajustados pela P_g não iguala recursos potenciais a reservas ou recursos contingentes. As quantidades de recursos potenciais ajustados P_g não podem ser comparados diretamente ou agregados com as reservas e/ou recursos contingentes. Estimativas da P_g são interpretativas e dependem da qualidade e quantidade dos dados atualmente disponíveis. A futura aquisição de dados, tais como aquisição sísmica ou perfuração adicional, pode ter um efeito significativo na estimativa da P_g . Estes dados adicionais não estão limitados à área de

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 18

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

estudo, mas também incluem dados de arcabouços geológicos similares ou avanços tecnológicos que poderiam afetar a estimativa de P_g .

Previsibilidade versus Tamanho de Portfólio - A precisão das previsões do número de descobertas que são prováveis de serem feitas é restringida pelo número de prospectos no portfólio de exploração. O tamanho do portfólio juntamente com a P_g são úteis na medição dos limites de confiabilidade destas previsões. Uma alta P_g que indica uma grande chance de descoberta relevante de petróleo, pode não exigir um portfólio grande para garantir que pelo menos uma descoberta será feita (supondo que a P_g não mude durante a perfuração de alguns dos prospectos). Em contraste, uma P_g baixa, que indica pouca chance de descoberta relevante de petróleo, pode exigir um grande número de prospectos para assegurar um alto nível de

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 19

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

confiança para se fazer uma única descoberta. A relação entre tamanho de portfólio, P_g e a probabilidade de um programa de perfuração totalmente malsucedido que resulte em uma série de poços não encontrando volumes relevantes de hidrocarbonetos é aqui mencionada como a relação da previsibilidade versus tamanho do portfólio* (PPS). É crucial estar ciente da PPS, já que um programa de perfuração malsucedido, que resulte em uma série de poços que não encontrem volumes relevantes de hidrocarbonetos, pode afetar adversamente qualquer esforço de exploração, resultando em um valor presente negativo.

Para um vasto portfólio de prospectos exploratórios, a estimativa média ajustada pela P_g da quantidade de recursos potenciais deverá ser uma estimativa razoável dos volumes de petróleo recuperável encontrados se todos os

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ²⁰

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

prospectos forem perfurados. Quando o número de prospectos no portfólio for pequeno e a P_g for baixa, o petróleo recuperável realmente encontrado poderá ser consideravelmente menor do que indicaria a melhor estimativa ajustada pela P_g . Segue-se que a probabilidade de que todos os prospectos sejam malsucedidos é menor quando existe um grande inventário de prospectos.

Etapa de Avaliação Técnica de Prospecto Exploratório - Um prospecto exploratório, muitas vezes, pode ser subcategorizado baseado na sua etapa corrente de avaliação técnica. As diferentes etapas da avaliação técnica relacionam-se à quantidade de dados geológicos, geofísicos, de engenharia e petrofísicos, bem como a qualidade dos dados disponíveis.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ²¹

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Prospecto Exploratório - Um prospecto exploratório é potencial acumulação que é suficientemente bem definida para ser um alvo viável para perfuração. Para um prospecto exploratório, existem suficientes dados e análises para identificar e quantificar as incertezas técnicas, para determinar limites razoáveis para fatores de chance geológica, e parâmetros petrofísicos e de engenharia e estimar os recursos potenciais.

Lead - Um *lead* é bem menos definido e requer dados adicionais e/ou avaliação para ser classificado como um prospecto exploratório. Um exemplo seria um fechamento mal definido, mapeado utilizando dados sísmicos regionais esparsos numa bacia que contenha geração e reservatórios favoráveis. Um *lead* pode ou não ser elevado ao status de prospecto exploratório, dependendo dos resultados de

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 22

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

trabalho técnico adicional. Um *lead* deve ter uma P_g igual ou menor que 0,05 para refletir a incerteza técnica inerente.

Play - Um projeto associado a uma tendência de prospectos potenciais, mas que requer mais aquisição de dados e/ou avaliação a fim de definir *leads* ou prospectos específicos.

ESTIMATIVA de RECURSOS POTENCIAIS

As estimativas de recursos potenciais foram elaborados através de métodos de engenharia e padrões geológicos geralmente aceitos pela indústria do petróleo. O método ou a combinação de métodos usados na análise dos reservatórios foram enriquecidos com a experiência com reservatórios semelhantes, a etapa de desenvolvimento e qualidade e quantidades de dados básicos.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ²³

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

A análise probabilística dos recursos potenciais neste estudo considerou a incerteza na quantidade do petróleo que pode ser descoberto, e a P_g . A análise de incerteza considera a variedade de possibilidades de qualquer parâmetro volumétrico existente. As estimativas baixas, melhores, altas, e médias de recursos potenciais foram elaboradas considerando esta incerteza. A análise de P_g considera a probabilidade de que o prospecto exploratório identificado contenha o petróleo que produza a uma vazão mensurável. A análise de P_e considera a probabilidade de que recursos potenciais sejam economicamente viáveis.

Os métodos probabilísticos padrão foram usados na análise de incerteza. As distribuições de probabilidade foram estimadas a partir de indicativas de porosidade, saturação de petróleo, espessura

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 24

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

líquida de hidrocarboneto, fator de correção geométrica*, eficiência de recuperação, propriedades de fluido, e área produtiva para cada prospecto exploratório. Estes indicativos foram preparados baseados em dados conhecidos, analogia, e outros métodos de estimativa padrão, inclusive experiência. As medidas estatísticas que descrevem as distribuições de probabilidade desses indicativos foram identificadas e submetidas a uma simulação de Monte Carlo para produzir recursos potenciais de estimativa baixa, melhor estimativa, estimativa alta e estimativa média para cada prospecto exploratório.

Gás não associado é um gás em condições iniciais de reservatório sem petróleo bruto presente no reservatório. Gás com tampão de gás é um gás nas condições iniciais do reservatório e está em comunicação com a zona de

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 25

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

óleo subjacente. Gás de solução é gás dissolvido em petróleo bruto em condições iniciais de reservatório. Em acumulações conhecidas, o gás de solução e o gás com tampão de gás são algumas vezes produzidos juntos, e, como um todo, são chamadas de gás associado. Porém, não há certeza de que o potencial reservatório seja portador de gás, óleo ou água. Por esta incerteza, os volumes de recursos potenciais são identificados neste relatório simplesmente como óleo.

Neste relatório, 10 acumulações potenciais são mencionadas como prospectos para refletir o estágio atual de avaliação técnica.

Avaliação de Risco

Quantitativo e Aplicação de P_g Indicativos

mínimos, modais e

máximos

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 26

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

da área produtiva foram obtidos de mapas, dados sísmicos disponíveis e/ou analogia. Indicativos baixos, médios e altos dos parâmetros petrofísicos (porosidade, saturação de petróleo, e espessura líquida de hidrocarboneto), dos parâmetros de engenharia (eficiência de recuperação e propriedades de fluidos) também foram obtidos baseados em dados disponíveis de poços, dados regionais, dados de campo análogos, e experiência global. As distribuições de probabilidade individual de volume líquido de rocha e de parâmetros de engenharia e petrofísica foram obtidas desses indicativos.

As distribuições das variáveis foram obtidas de (1) interpretações baseadas em cenários, (2) dados geológicos, geofísicos, petrofísicos, e de engenharia disponíveis, (3) conhecimento local, regional e

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 27

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

global, e (4) estudos de campo e casos na literatura. Os parâmetros usados para modelar os volumes recuperáveis foram a área produtiva, a espessura líquida de hidrocarboneto, o fator de correção geométrica, a porosidade, a saturação de petróleo, o fator de volume de formação e a eficiência de recuperação. Indicativos mínimos, médios e máximos foram usados para modelar estatisticamente e delimitar os parâmetros P_{90} , P_{50} e P_{10} . A Área produtiva e espessura líquida de hidrocarboneto foram modeladas usando distribuições lognormais truncadas. As distribuições triangulares e normais truncadas foram usadas para modelar o fator de correção geométrica, o fator de volume de formação e a eficiência de recuperação. A porosidade e saturação de petróleo foram modeladas usando distribuições normais truncadas. A amostragem hipercúbica latina foi utilizada para melhor representar os limites das distribuições.

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 28

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Cada parâmetro volumétrico individual foi investigado usando uma abordagem probabilística com atenção à variabilidade. Dados determinísticos foram usados para ancorar e modelar as várias distribuições. Os parâmetros de volume líquido de rocha tiveram o maior intervalo de variabilidade, e por isso tiveram maior impacto na incerteza da simulação. A variabilidade de parâmetro volumétrico foi baseada nas incertezas estratigráficas e estruturais devido ao ambiente deposicional e à qualidade dos dados sísmicos. Dados de campo análogos foram incorporados estatisticamente para obter limites de incerteza e restrições no volume líquido poroso. A incerteza associada a conversão de profundidade, interpretação sísmica, mapeamento de espessura bruta de areia, e premissas de espessura líquida de hidrocarboneto também foram obtidas de

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 29

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

estudos de reservatórios análogos, múltiplos cenários interpretativos, e análises de sensibilidade.

Uma análise P_g foi aplicada para estimar as quantidades que podem resultar de fato da perfuração destes prospectos. Na análise P_g , as estimativas P_g foram obtidas para cada prospecto exploratório através do produto das probabilidades de quatro fatores de sucesso geológicos: trapa, reservatório, migração e geração.

As estimativas de recursos potenciais líquidos e totais de óleo, e as estimativas P_g , em 31 de Dezembro de 2010, aqui avaliadas são mostradas nas Tabelas 1 a 2. A estimativa média ajustada por P_g dos recursos potenciais foi então obtida pelo produto probabilístico de P_g e das distribuições de

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 30

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

recursos para o prospecto exploratório. Esses resultados foram então somados estocasticamente (dependência zero) para obter as estimativas médias de recursos potenciais ajustadas pelo P_g .

A aplicação do fator P_g para estimar os volumes de recursos potenciais ajustados pela P_g não iguala recursos potenciais a reservas ou recursos contingentes. As estimativas ajustadas pela P_g de volumes de recursos potenciais não podem ser diretamente comparadas com ou agregadas a reservas ou recursos contingentes. As estimativas de P_g são interpretativas e dependem da qualidade e quantidade de dados atualmente disponíveis. A futura aquisição de dados, como perfuração adicional ou aquisição sísmica pode ter um efeito significativo na estimativa P_g . Esses dados adicionais não estão limitados à área do estudo, mas também incluem dados de arcabouços

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 31

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

geológicos semelhantes ou de avanços tecnológicos que possam afetar a estimativa de P_g.

Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

RESUMO e CONCLUSÕES

Recursos potenciais em 10 prospectos de óleo foram identificados no Brasil. Os recursos potenciais apresentados abaixo têm por base o método de agregação estatística. Estimativas de recursos potenciais líquidos e totais de óleo, em 31 de Dezembro de 2010, estão resumidos a seguir, expressos em milhares de barris (10³bb1):

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 32

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

	Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média
Recursos Potenciais Totais				
Recursos Potenciais				
Totais de Óleo, 10 ³ bbl	3.347.320	4.248.004	5.459.945	4.324.282
Recursos Potenciais Líquidos				
Recursos Potenciais				
Líquidos de Óleo, 10 ³ bbl	1.673.660	2.124.002	2.729.973	2.162.141

Observações:

1. P₉ não foi aplicada aos volumes nesta tabela.
2. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
3. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P₉₀, P₅₀, e P₁₀, e média respectivamente.
4. Os recursos potenciais apresentados acima são baseados no método de agregação estatística.
5. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não soluciona recursos potenciais em relação a recursos contingentes ou reservas.
6. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

Recursos potenciais
líquidos e totais de óleo p_g-ajustados médios

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 33

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

estimados, caso estas prospectivas resultarem em descobertas e desenvolvimentos exitosos, em 31 de Dezembro de 2010, estão resumidos a seguir, expressos em unidades inglêsas, em milhares de barris (10^3 bbl):

	Estimativa Média
Recursos Potenciais Totais P₂ Ajustados	
Recursos Potenciais Totais de Óleo P ₂ Ajustados, 10^3 bbl	1.289.308
Recursos Potenciais Líquidos P₂ Ajustados	
Recursos Potenciais Líquidos de Óleo P ₂ Ajustados, 10^3 bbl	644.654

Observações:

1. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
2. os recursos potenciais apresentados acima são baseados no método de agregação estatística.
3. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não soluciona recursos potenciais em relação a recursos contingentes ou reservas.
4. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

As diretrizes PRMS sugerem que o método de soma aritmética seja

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 34

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

utilizado para agregar quantidades de recursos acima do nível de campo, propriedade e projeto. As quantidades de recursos potenciais agregados pelo método de soma aritmética para os prospectos avaliados neste relatório são apresentadas nas tabelas de recursos anexadas a este relatório.

Apresentado,
(consta assinatura)
DeGOLYER and MacNAUGHTON
Texas Registered Engineering
Firm F-716

ASSINADO: 23 de Março de 2011

John W. Wallace, P.E.
Vice Presidente Senior
DeGolyer and MacNaughton

GLOSSÁRIO de TERMOS PROBABILÍSTICOS

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 35

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

1C - Denota cenário de estimativa baixa de recursos contingentes.

2C - Denota cenário de melhor estimativa de recursos contingentes.

3C - Denota cenário de estimativa alta de recursos contingentes.

Acumulação - O termo *acumulação* é usado para identificar um corpo individual de petróleo móvel. Uma *acumulação* conhecida (contem reservas ou recursos contingentes) deve ter sido penetrada por um poço. O poço deve ter demonstrado claramente a existência de petróleo móvel por fluxo até a superfície ou, pelo menos alguma recuperação de uma amostra de petróleo através do poço. Entretanto, perfis e/ou dados de testemunho do poço podem definir uma *acumulação*, desde que haja uma boa analogia a uma *acumulação* próxima conhecida geologicamente comparável.

Soma Aritmética - O processo de somar um conjunto de números que representam estimativas de quantidades e

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ³⁶

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

de recursos no reservatório, prospecto exploratório ou a nível de portfólio. A agregação estatística leva a resultados diferentes.

Melhor Estimativa (Mediana) - A melhor estimativa (mediana) é a quantidade P_{50} . O P_{50} significa que há uma chance de 50% que uma quantidade estimada, tais como, volumes de recursos potenciais ou um valor associado, será igualado ou excedido.

Recursos Contingentes - Aquelas quantidades de petróleo estimadas, a partir de uma determinada data, potencialmente recuperáveis de acumulações conhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento, mas que não são consideradas atualmente comercialmente recuperáveis devido a uma ou mais contingências.

Baseado nestas suposições referentes a condições futuras e seu impacto sobre a viabilidade econômica final, projetos atualmente classificados como Recursos Contingentes podem ser amplamente divididos em três grupos:

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 37

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Recursos Marginais Contingentes - Aquelas quantidades associadas com projetos tecnicamente viáveis que sejam atualmente econômicos como projetados para serem econômicos sob melhoramentos previstos das condições comerciais, mas não estão planejados para serem desenvolvidos devido a uma ou mais contingências.

Recursos Contingentes Sub-Marginais - Aquelas quantidades associadas com descobertas para as quais uma análise indica que o desenvolvimento de projetos tecnicamente viáveis não seriam econômicos e/ou outras contingências não seriam satisfeitas sob melhoramentos atuais ou razoavelmente previstos nas condições comerciais. Estes projetos, no entanto, devem ser retidos no inventário de recursos descobertos com a pendência de mudanças importantes imprevistas em condições comerciais.

Recursos Contingentes Indeterminados - Onde avaliações são incompletas, de forma que seja prematuro definir claramente o chance final de

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 38

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

comercialidade, final, é aceitável considerar que o status econômico do projeto seja "indeterminado".

Valor Esperado - O valor esperado (EV) é a média ponderada pela probabilidade do parâmetro que está sendo estimado, onde valores de probabilidade da distribuição de probabilidade são usados como fatores de peso. Valores do parâmetro (abscissa) e probabilidades (ordenada) são os pares Cartesianos (por exemplo, volumes recuperáveis totais e P_{90}), os quais definem a distribuição de probabilidade. Estes parâmetros são ponderados pela probabilidades e somados para obter-se o valor esperado resultante. A equação para calcular o valor esperado é a seguinte:

$$EV = \sum_{i=1}^n (P_i)(V_i)$$

onde: P = probabilidade de distribuição de probabilidade, ordenada

V = valor de parâmetro, abscissa

i = um valor específico em uma seqüência ordenada de valores

n = o número total de amostras

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 39

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

O valor esperado é a soma algébrica de todos os produtos obtidos pela multiplicação do valor do parâmetro e sua probabilidade associada de ocorrência. O valor esperado é, algumas vezes, denominado de estimativa média ou de média estatística. Em uma análise probabilística, o valor esperado é a única quantidade que pode ser tratada aritmeticamente (por adição, subtração, multiplicação ou divisão). Todas as outras quantidades, tais como mediana (P_{50}), modo, P_{90} , e P_{10} , requerem técnicas probabilísticas para ajustes ou agregação.

A probabilidade associada com à média estatística depende da variância da distribuição da qual a média é calculada. A estimativa média é a média estatística (a média ponderada pela probabilidade), a qual, tipicamente, tem uma probabilidade no intervalo de P_{45} a P_{15} . Por isto, se uma descoberta exitosa ocorre, a probabilidade da acumulação conter o volume de médio estatístico ou maior, é usualmente entre 45 e 15 por cento.

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 40

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

O valor esperado é a quantidade preferencial para ser utilizada como melhor estimativa em estimativas probabilísticas de recursos potenciais. A quantidade P_{90} e P_{10} é geralmente utilizada para estimativas baixa e alta, respectivamente, de recursos potenciais. Agregação ou ajustes de escala de quantidades de P_{90} , P_{50} , e P_{10} devem ser realizados probabilisticamente, e não aritmeticamente.

Fator de Correção Geométrico - O fator de correção geométrica (GCF) é uma correção de ajuste geométrico que leva em consideração a relação do contato potencial do fluido e a geometria do reservatório e trapa. Parâmetros de entrada usados para estimar o fator de correção geométrico incluem forma de trapa, a razão entre comprimento-largura, a espessura potencial do reservatório e altura do fechamento vertical da potencial trapa (altura da coluna potencial de hidrocarbonetos).

Estimativa Alta - A estimativa alta é a quantidade P_{10} . P_{10} significa que há uma chance de 10 por cento

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 41

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

de que uma quantidade estimada, como, por exemplo, o volume de recursos potenciais ou valor associado, será igualado ou excedido.

Lead - Um lead é bem menos definido e requer dados, informações e análises adicionais para ser classificado como prospecto exploratório. Um exemplo poderia ser um fechamento estrutural mal definido por dados sísmicos regionais esparsos numa bacia com rochas geradoras e reservatórios favoráveis. Um lead pode ou não ser elevado ao *status* de prospecto exploratório dependendo dos resultados de trabalho técnico adicional. Um lead deve ter uma P_9 igual ou menor a 0,05 para refletir a sua inerente incerteza técnica.

Estimativa Baixa - A estimativa baixa é a probabilidade P_{90} . P_{90} significa que há uma chance de 90% de que uma quantidade estimada, como, por exemplo, o volume de recursos potenciais ou valor associado, será igualado ou excedido.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 42

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Estimativa Média - De acordo com os padrões da indústria do petróleo, a estimativa média é a média probabilidade ponderada, que, tipicamente, varia entre o P_{45} e o P_{15} , dependendo da variação dos volumes de recursos potenciais ou volumes associados. Portanto, a probabilidade de um prospecto exploratório ou acumulação conter uma quantidade igual ou maior do que o volume médio ponderada probabilisticamente está usualmente entre 45 e 15 por cento. A estimativa média é a estimativa probabilística preferida de volumes de recursos.

Mediana - Mediana é o valor P_{50} , onde a probabilidade P_{50} significa que há uma chance de 50 por cento de que uma dada variável (tais como volumes de recursos potenciais, porosidade ou saturação de água) seja igualada ou excedida. A mediana de um grupo de dados é um número tal que a metade das medidas situa-se abaixo e metade acima da mesma.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 43

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

A mediana é um valor aceitável, e um dos preferidos, para a melhor estimativa em estimativas probabilísticas de recursos potenciais.

Fator de Chance de Migração - Fator de chance de migração ($P_{\text{migração}}$) é definido como a probabilidade de que uma trapa ou foi formada anteriormente ou coincidentemente com a migração de petróleo, e de que existem rotas de migração verticais e/ou laterais conectando as rochas geradoras aos reservatórios/trapa.

Modo - O modo (MO) é o valor que ocorre com maior frequência no grupo de dados e, portanto, é a quantidade que tem a maior probabilidade de ocorrer. Entretanto, o modo não deve ser unicamente definido, como no caso de distribuições polimodais.

O modo é um valor aceitável, mas não preferencial, para ser utilizado como a melhor em estimativas probabilísticas de recursos potenciais.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 44

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Direito de Participação Líquida - Um acordo de divisão de produção (PSA) ou contrato de divisão de produção (PSC) permite a uma empresa ser reembolsada por sua parte do capital e despesas operacionais e a compartilhar lucros. Os reembolsos e produtos de lucro (menos o imposto sobre lucro extraordinário (EPT)) são convertidos em um volume equivalente a barril mediante a divisão pelo preço da média ponderada de óleo ou gás. A razão deste volume equivalente a barril e volume total é um *direito de participação líquida*. Como tal, o direito de participação resultante pode variar com preço de produto, custos, tempo de produção e outros fatores.

Estimativa Média ajustada- P_e - A estimativa média ajustada- P_e , ou "estimativa ajustada para o chance econômico" é uma média ponderada de probabilidade dos volumes recuperáveis de hidrocarbonetos, se um portfólio de prospecto exploratório forem perfurados, ou se uma família de prospectos semelhantes forem perfurados. A estimativa média ajustada- P_e é um valor "mesclado". É a estimativa

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 45

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

média de incerteza volumétrica, chance econômico (chance) e geológico (P_g). Esta medida estatística considera e quantifica as possibilidades de sucesso e fracasso econômico. Conseqüentemente, representa a média ou volumes "econômicos" médios resultantes de exploração e perfuração economicamente viáveis. A melhor estimativa ajustada- P_e é calculada a seguir:

estimativa média ajustada- $P_e = P_e \times$ estimativa média

Estimativa Média ajustada- P_g - A estimativa média ajustada- P_g , ou "estimativa média ajustada a chance geológico" é uma probabilidade média ponderada dos volumes recuperáveis de hidrocarbonetos, se um portfólio de prospectos forem perfurados, ou se uma família de prospectos semelhantes forem perfurados. A estimativa média ajustada- P_g para o chance geológico P_g é um valor "mesclado". É uma estimativa média tanto pela incerteza volumétrica, como pelo chance geológico (chance). Esta medida estatística considera e quantifica as possibilidades de sucesso e fracasso geológico. Conseqüentemente, representa a média ou resultado "geológico" médio resultantes de

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 46

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

uma perfuração e programa exploratório. A estimativa média ajustada- P_g é calculada a seguir:

estimativa média ajustada- $P_g = P_g \times$ estimativa média

Nomenclatura P_n - Este relatório usa a convenção de notação da probabilidade com um subscrito representando a probabilidade subscrita. seja igualada ou excedida. Como tal, a notação P_n indica a probabilidade de que há um n por cento de chance de que uma entrada específica ou uma quantidade de saída será igualada ou excedida. Por exemplo, P_{90} significa que há uma chance de 90 por cento que uma variável (tais como recursos potenciais, porosidade ou saturação da água) seja igualada ou excedida.

Play - Um projeto associado a uma *tendência* de prospectos potenciais, mas que requer mais aquisição de dados e/ou avaliação a fim de definir *leads* ou prospectos específicos.

Valor Presente Potencial - Valor presente potencial (PPW) é definido como rendimento líquido potencial

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 47

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

futuro descontado a uma taxa de 10 por cento aplicada mensalmente sobre o período de realização esperado. A estimativa é modelada probabilisticamente, usando distribuições (exceto NRI, uma constante) na seguinte equação:

$$PPW_{10} = \left[\left(P_e \times EV_t \times NRI \times \frac{PW}{BOE} \right) - (P_e \times CWCE \times NRI) \right] - (P_f \times DHC \times NRI)$$

onde: PPW_{10} = valor presente potencial a 10 por cento

P_e = probabilidade de sucesso econômico

EV_t = estimativa média, volume recuperável total potencial, truncado, ajustado-TEFS

NRI = juros de rendimento líquido

PW/BOE = valor presente a 10% por barril de óleo equivalente

CWCE = estimativa de custo de poço concluído

P_f = probabilidade de fracasso econômico

DHC = estimativa de custo de poço seco

Previsibilidade versus Tamanho do Portfólio - O número de prospectos em um portfólio de prospectos influencia o grau de segurança da previsão dos resultados de perfuração. A relação entre previsibilidade versus tamanho do

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 48

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

portfólio (PPS) também é conhecido na indústria do petróleo como "Gambler's Ruin" [algo como Ruína do Apostador ou Jogador, literalmente]. O relacionamento entre probabilidade e tamanho de portfólio é descrita pela equação binomial dada a seguir:

$$P_x^n = (C_x^n) (p)^x (1-p)^{n-x}$$

onde: P_x^n = a probabilidade de x sucessos em n tentativas

C_x^n = o número de formas mutuamente exclusivas que x sucessos possam ser arranjados em n tentativas

p = a probabilidade de sucesso para uma dada tentativa (para exploração de petróleo, isto é P_g)

x = o número de sucessos (e.g., o número de descobertas)

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 49

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

n = o número de tentativas (e.g., o número de poços a serem perfurados)

Observação: Para o caso de n poços secos sucessivos, C_x^n e p cada uma igual a 1, para que a probabilidade de fracasso seja a quantidade $(1-p)$ elevada ao número de tentativas.

Probabilidade de Falha Econômica - A probabilidade de Falha econômica (P_f) é definida como a probabilidade na qual uma dada descoberta será economicamente viável. São considerados P_g , TEFS, P_{TEFS} , custos de capital, despesas operacionais, o plano de desenvolvimento proposto, o modelo econômico (análise de fluxo de caixa descontado) e outros fatores de negócios e econômicos. P_f é calculada como segue:

$$P_f = 1 - P_e$$

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 50

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Probabilidade de Sucesso Econômico - A probabilidade de sucesso econômico (P_e) é definida como a probabilidade na qual uma dada descoberta será economicamente viável. São considerados P_g , T_{EFS} , $P_{T_{EFS}}$, custos de capital, despesas operacionais, o plano de desenvolvimento proposto, o modelo econômico (análise de fluxo de caixa descontado) e outros fatores de negócios e econômicos. P_f é calculada como segue:

$$P_e = P_g \times P_{T_{EFS}}$$

Probabilidade de Sucesso Geológico - A probabilidade de sucesso geológico (P_g) é definida como a probabilidade de descobrir reservatórios com vazão de petróleo a uma taxa mensurável. P_g é estimada mediante a quantificação da probabilidade de cada um dos seguintes fatores de chance geológico individuais: trapa, geração, reservatório e

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁵¹

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

migração. O produto das probabilidades destes quatro fatores de chance é P_g .

Probabilidade de TEFS - A probabilidade do limite econômico para tamanho de campo (P_{TEFS}) é definida como a probabilidade de descobrir uma acumulação que seja grande o suficiente para ser economicamente viável. P_{TEFS} é estimada usando a distribuição dos volumes recuperáveis dos recursos potenciais em conjunção com a TEFS. A probabilidade associada a TEFS pode ser determinada graficamente a partir da distribuição de volumes recuperáveis totais.

Prospecto Exploratório - Um prospecto exploratório é uma acumulação potencial que é suficientemente bem definida para ser um objetivo de perfuração viável. Para um prospecto exploratório, existem suficientes dados e análises para identificar e quantificar

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 52

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

as incertezas técnicas, determinar variações razoáveis de fatores de chance geológicos e parâmetros petrofísicos, e engenharia e para estimar recursos potenciais. Além disso, um alvo de perfuração viável requer que 70 por cento da área de produção potencial mediana esteja localizada no bloco ou área de licença de participação.

Recursos potenciais - Tais quantidades de petróleo que são estimadas, para que em uma determinada data, sejam potencialmente recuperáveis de acumulações não descobertas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuros.

Fator de Chance de Reservatório - O fator de chance de reservatório ($P_{\text{Reservatório}}$) é definido como a probabilidade associada com a presença de rochas reservatório permeáveis e porosas.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 53

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Fator de Chance de Geração - O fator de chance de geração (P_{fonte}) é definido como a probabilidade associada com a presença de uma rocha geradora rica suficiente, para gerar volumes suficientes, e de estar em posição espacial para alimentar as áreas prospectáveis.

Desvio Padrão - Desvio padrão (SD) é uma medida de amplitude de distribuição. É a raiz quadrada positiva da variância. A variância é a soma do quadrado da distância da média de todos os valores possíveis. Uma vez que as unidades de desvio padrão são as mesmas das do conjunto de amostras, é a medida mais prática da distribuição de uma população.

$$\sigma = \sqrt{\sigma^2} \quad ; \quad \sigma = \sqrt{\sigma^2} = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}}$$

onde: σ = desvio padrão

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 54

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

σ^2 = variação

n = tamanho de amostra

x_i = valor em conjunto de dados

μ = média de conjunto de amostras

Agregação Estatística - O processo de agregar probabilisticamente distribuições que representem estimativas de quantidades de recursos a nível de reservatório, prospecto exploratório, ou portfólio. A soma aritmética produz resultados diferentes.

Limite Econômico para Tamanho de Campo - O limite econômico para tamanho de campo (TEFS) é a quantidade mínima de petróleo produzível necessidade para recuperar todo o investimento utilizado capital total e despesa operacional usados para estabelecer a acumulação potencial como tendo valor presente potencial igual a zero.

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 55

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Fator de Sucesso de Trapa - O fator de sucesso de trapa (P_{trapa}) é definido como a probabilidade associada à presença de configurações de fechamento estrutural e/ou trapa estratigráfica, com vedações laterais e verticais competentes, e a falta de quaisquer eventos ou quebras de integridade de vedação pós-migração.

Estimativa Média Truncada - A estimativa média truncada é o valor esperado resultante do cálculo do truncamento da distribuição de recursos pelo limite econômico para tamanho de campo. Esta distribuição truncada produz um novo conjunto de métricas estatísticas.

Variância - A variância (σ^2) é a medida de quanto a distribuição está dispersa da média. A variância é o somatório do quadrado das distâncias da média de todos os valores

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 56

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

possíveis de x . A variância possui unidades que são o quadrado de unidades de x . O uso destas unidades limita o valor intuitivo de variância.

$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}$$

onde: σ^2 = variância

n = tamanho de amostra

x_i = valor em conjunto de dados

μ = média de conjunto de amostras





TABELA P1
SUMÁRIO DO PORTFOLIO DE PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA in
 em
DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS DE ÓLEO
NOS VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS
BRASIL

Prospecto	País	Bacia	Licença Bloco	Propriedade (decimal)	Fluido Potencial do Prospecto	Profundidade da Zona Alvo (metros)	Profundidade da Água (metros)
ESB-1	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	Óleo	2,600-4,200	550
ESB-2	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	Óleo	2,600-5,200	1,100
ESB-3	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	Óleo	2,800-5,500	650
ESB-4	Brasil	Espirito Santo	ES-M-418	0.500	Óleo	2,400-4,700	850
ESB-5	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	Óleo	2,700-4,300	1,050
ESB-6	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	Óleo	3,300-4,300	1,150
ESB-7	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	Óleo	3,400-3,800	1,450
ESB-8	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	Óleo	3,100-4,400	1,650
ESB-9	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	Óleo	3,900-4,700	1,800
ESB-10	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	Óleo	4,000-4,700	1,800



Essas informações acompanham o relatório do DeGolyer e MacNaughton e são sujeitas às suas condições específicas.



TABELA 1
ESTIMATIVA DE RECURSOS POTENCIAIS
TOTALS DE ÓLEO

de
31 de DEZEMBRO de 2010

para
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA

em
DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS de ÓLEO
nos VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS
BRASIL

Resumo de Recursos Potenciais Totais de Óleo

Prospecto	País	Bacia	Licença Bloco	Estimativa Baixa (10 ⁹ bb)	Melhor Estimativa (10 ⁹ bb)	Estimativa Alta (10 ⁹ bb)	Estimativa Média (10 ⁹ bb)	Probabilidade de Sucesso, Geológico P _g (decimal)	Estimativa Média Ajustada por P _g (10 ⁹ bb)
ESB-1	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	168,827	278,085	454,002	299,315	0,269	80,582
ESB-2	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	139,607	284,999	599,447	326,418	0,261	85,356
ESB-3	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	117,256	255,351	563,046	304,731	0,331	100,790
ESB-4	Brasil	Espirito Santo	ES-M-418	408,067	651,216	1,002,938	684,138	0,341	233,170
ESB-5	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	776,519	1,391,162	2,284,972	1,478,807	0,308	455,674
ESB-6	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	71,727	143,532	274,784	163,248	0,317	51,768
ESB-7	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	146,829	385,699	913,475	472,375	0,284	133,918
ESB-8	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	87,211	227,901	567,233	289,111	0,236	68,303
ESB-9	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	47,215	128,376	313,976	157,118	0,284	44,543
ESB-10	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	45,917	125,864	278,334	149,020	0,236	35,206
Total Estatístico				3,347,320	4,248,004	5,459,945	4,324,282	0,298	1,289,308
Soma Aritmética				2,009,176	3,862,204	7,252,207	4,324,282	0,298	1,289,308

Observações:

1. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média seguem as diretrizes da PRMS para recursos potenciais.
2. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P₉₀, P₅₀, e P₁₀, e média respectivamente.
3. O P₉₀ é definido como probabilidade da descoberta de reservatórios que apresenta um fluxo de Petróleo a uma taxa mensurável.
4. P₉₀ foi arredondada para efeitos de apresentação. Multiplicação usando esta P₉₀ apresentado leva a resultados imprecisos.
Dividindo a estimativa da P₉₀ média ajustada pela estimativa média leva uma P₉₀ precisa.
5. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não soluciona recursos potenciais em relação a recursos contingentes ou reservas.
6. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
7. Os somatórios aritméticos de estimativas probabilísticas produzem resultados inválidos, exceto para a estimativa média.
O somatório aritmético de estimativas probabilísticas é apresentado nesta tabela consoante as diretrizes PRMS.
8. Os somatórios podem variar em relação aos somatórios aqui mostrados, devido a algum arredondamento.
9. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta.
Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

Essas informações acompanham o relatório do DeGolyer e MacNaughton e são sujeitas às suas condições específicas.





TABELA 2
ESTIMATIVA DE RECURSOS POTENCIAIS
LÍQUIDO DE ÓLEO

31 de DEZEMBRO de 2010

para
em
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA

DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS DE
ÓLEO
nos VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS
BRASIL

Resumo de Recursos Potenciais Líquidos de Óleo

Prospecto	País	Bacia	Licença Bloco	Estimativa Baixa (10 ⁹ bbbl)	Melhor Estimativa (10 ⁹ bbbl)	Estimativa Alta (10 ⁹ bbbl)	Estimativa Média (10 ⁹ bbbl)	Probabilidade de Sucesso Geológico, P _g (decimal)	Estimativa Média Ajustada por P _g (10 ⁹ bbbl)
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	84,414	139,043	227,001	149,658	0,269	40,291
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	69,804	142,500	299,724	163,209	0,261	42,678
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	58,628	127,675	281,523	152,365	0,331	50,395
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	204,033	325,608	501,469	342,069	0,341	116,585
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	388,260	690,591	1,142,486	739,403	0,308	227,837
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	35,863	71,766	137,392	81,624	0,317	25,884
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	73,414	192,849	456,737	236,188	0,284	66,959
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	43,605	113,950	283,616	144,556	0,236	34,151
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	23,607	64,188	156,988	78,559	0,284	22,271
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	22,959	62,932	139,167	74,510	0,236	17,603
Total Estatístico				1,673,660	2,124,002	2,729,973	2,162,141	0,298	644,654
Soma Aritmética				1,004,588	1,931,102	3,626,103	2,162,141	0,298	644,654

Observações:

1. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média seguem as diretrizes da PRMS para recursos potenciais.
2. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P₉₀, P₅₀, e P₁₀, e média respectivamente.
3. O P₉ é definido como probabilidade da descoberta de reservatórios que apresenta um fluxo de Petróleo a uma taxa mensurável.
4. P₉ foi arredondada para efeitos de apresentação. Multiplicação usando esta P₉ apresentado leva a resultados imprecisos. Dividindo a estimativa da P₉ média ajustada pela estimativa média leva uma P₉ precisa.
5. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não soluciona recursos potenciais em relação a recursos contingentes ou reservas.
6. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
7. Os somatórios aritméticos de estimativas probabilísticas produzem resultados inválidos, exceto para a estimativa média. O somatório aritmético de estimativas probabilísticas é apresentado nesta tabela consoante às diretrizes PRMS.
8. Os somatórios podem variar em relação aos somatórios aqui mostrados, devido a algum arredondamento.
9. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

Essas informações acompanham o relatório do DeGolyer e MacNaughton e são sujeitas às suas condições específicas..





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁶⁰

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

ERA QUANTO SE CONTINHA NO DOCUMENTO QUE ME FOI EXIBIDO, ao qual me reporto E DE QUE DOU FÉ para que a presente tradução possa produzir todos os seus devidos e legais efeitos no Brasil.

FEITO E PASSADO nesta Cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, em 29 de Abril de 2011, para constar onde convier.

POR TRADUÇÃO CONFORME:



Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793

DEGOLYER AND MACNAUGHTON
5001 SPRING VALLEY ROAD
SUITE 800 EAST
DALLAS, TEXAS 75244

This is a digital representation of a DeGolyer and MacNaughton report.

This file is intended to be a manifestation of certain data in the subject report and as such are subject to the same conditions thereof. The information and data contained in this file may be subject to misinterpretation; therefore, the signed and bound copy of this report should be considered the only authoritative source of such information.



DEGOLYER AND MACNAUGHTON
5001 SPRING VALLEY ROAD
SUITE 800 EAST
DALLAS, TEXAS 75244

REPORT
as of
DECEMBER 31, 2010
on the
PROSPECTIVE RESOURCES
attributable to
CERTAIN PROSPECTS
owned by
PERENCO PETROLEO E GAS DO BASIL LTDA
in
CERTAIN PROSPECTS
BRAZIL

TABLE of CONTENTS

	<u>Page</u>
FOREWORD	458
Scope of Investigation.....	458
Authority.....	461
Source of Information.....	461
DEFINITION of PROSPECTIVE RESOURCES	462
ESTIMATION of PROSPECTIVE RESOURCES	466
Quantitative Risk Assessment and the Application of P_g	467
Application of P_e	468
VALUATION of PROSPECTIVE RESOURCES	470
SUMMARY and CONCLUSIONS	473
 GLOSSARY of PROBABILISTIC TERMS	
TABLES	
Table P1 – Prospect Portfolio Summary	
Table 1 – Estimate of the Gross Prospective Oil Resources	
Table 2 – Estimate of the Net Prospective Oil Resources	
Table 3 – Estimate of the Gross Prospective Oil Resources, Truncated TEFS-Adjusted	
Table 4 – Estimate of the Net Prospective Oil Resources, Truncated TEFS-Adjusted	
Table 5 – Potential Present Worth at 10 Percent, Net Prospective Resources	
Table 6 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-1 Prospect	
Table 7 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-2 Prospect	
Table 8 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-3 Prospect	
Table 9 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-4 Prospect	
Table 10 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-5 Prospect	
Table 11 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-6 Prospect	
Table 12 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-7 Prospect	
Table 13 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-8 Prospect	
Table 14 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-9 Prospect	
Table 15 – Gross Potential Quantities, Expenses, and Costs, ESB-10 Prospect	

DEGOLYER AND MACNAUGHTON
5001 SPRING VALLEY ROAD
SUITE 800 EAST
DALLAS, TEXAS 75244

REPORT
as of
DECEMBER 31, 2010
on the
PROSPECTIVE RESOURCES
attributable to
CERTAIN PROSPECTS
owned by
PERENCO PETROLEO E GAS DO BASIL LTDA
in
CERTAIN PROSPECTS
BRAZIL

FOREWORD

Scope of Investigation

This report presents estimates, as of December 31, 2010, of the prospective petroleum resources of various prospects located in various license blocks of Brazil. This report is being prepared on behalf of Perenco Petroleo E Gas Do Basil Ltda. (Perenco). Perenco represents that it currently owns 50-percent working interest and 45-percent net revenue interest in these prospects under the terms of the exploration and production licenses issued (Table P1).

Perenco has represented that upon completion of the primary term of any current exploration and/or production license, it intends to secure an extension or additional license for any discovered prospect. Also, Perenco intends to proceed with development and operation of any commercially viable discovered prospect. Based on these representations, we have included as prospective resources certain quantities that, if discovered, may be produced after the expiration of the current primary license.

The prospective resources estimates presented in this report have been prepared in accordance with the Petroleum

Resources Management System (PRMS) approved in March 2007 by the Society of Petroleum Engineers, the World Petroleum Council, the American Association of Petroleum Geologists, and the Society of Petroleum Evaluation Engineers. These prospective resources definitions are discussed in detail in the Definition of Prospective Resources section of this report.

The prospective resources in this report are expressed as gross and net revenue interest prospective resources. Gross prospective resources are defined as the total estimated petroleum that is potentially recoverable after December 31, 2010. Net revenue interest prospective resources are defined as the product of the gross prospective resources and Perenco's net revenue interest. The prospects are located in various license blocks of Brazil.

The prospective resources estimated herein are those quantities of petroleum that are potentially recoverable from accumulations yet to be discovered. Because of the uncertainty of commerciality and the lack of sufficient exploration drilling, the prospective resources estimated herein cannot be classified as contingent resources or reserves. The prospective resources estimates in this report are not provided as a means of comparison to contingent resources or reserves. Tables 1 through 15 summarize the estimated prospective resources for 10 prospects, as of December 31, 2010.

At the request of Perenco, a model was prepared to estimate potential values that might be realized from the prospective resources estimated herein should these prospective resources be successfully discovered and developed. A possibility exists that the prospects will not result in successful discoveries and development, in which case there could be no potential present worth at 10 percent. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

The potential values of the prospective resources estimated herein are expressed in terms of potential present worth at 10 percent. Potential present worth at 10 percent is defined as potential future net revenue discounted at a specified arbitrary discount rate compounded monthly over the expected period of realization. Potential future net revenue is that revenue that might be derived from the sale of the total estimated prospective resources recoverable after December 31, 2010, after deductions for operating expenses,

capital costs, taxes, and royalties. In this report, potential present worth values were estimated using a discount rate of 10 percent. Values of potential present worth at 10 percent have been estimated by field analogy, statistical analyses, and regional experience. A potential present worth at 10 percent per prospective resources quantity methodology was utilized to develop a potential present worth at 10 percent estimate for the prospective resources probabilistically modeled. This methodology is discussed in more detail in the Valuation of Resources section of this report.

Potential present worth at 10 percent estimates are shown in this report for the prospective resources after adjustment for the probability of geologic and economic success in discovering and developing a commercially viable field. These potential present worth at 10 percent estimates are provided as a means of comparison to the potential present worth at 10 percent estimates of other resources and do not provide a means of direct comparison to the present worth estimates attributable to reserves. The probability adjustment process takes into account the probability of an economically viable discovery and the probability of development of the petroleum prospect.

These potential present worth at 10 percent estimates do not take into consideration the uncertainties associated with market and political conditions. The estimates are expressed in terms of potential present worth discounted at 10 percent. All potential present worth at 10 percent estimates presented in this report are expressed in United States dollars (U.S.\$). The total failure scenario for potential present worth at 10 percent estimation recognizes the chance that zero wells encounter economic prospective resources. This probability of no positive present worth is intrinsic to all prospect portfolios.

Estimates of prospective resources should be regarded only as estimates that may change as additional information becomes available. Not only are such prospective resources estimates based on that information which is currently available, but such estimates are also subject to the uncertainties inherent in the application of judgmental factors in interpreting such information. Prospective resources quantities estimates should not be confused with those quantities that are associated with contingent resources or reserves due to the additional risks involved. The quantities that might actually be recovered, should they be discovered and developed, may differ significantly from the estimates presented herein.

Authority

This report was authorized by Duncan Wallace, General Manager, Perenco.

Source of Information

In the preparation of this report we have relied, without independent verification, upon information furnished by or on behalf of Perenco with respect to the property interests to be evaluated, subsurface data as they pertain to the target objectives and prospects, and various other information and technical data that were accepted as represented. This report was based on data available as of December 31, 2010.

DEFINITION of PROSPECTIVE RESOURCES

Petroleum resources included in this report are classified as prospective resources and have been prepared in accordance with the PRMS approved in March 2007 by the Society of Petroleum Engineers, the World Petroleum Council, the American Association of Petroleum Geologists, and the Society of Petroleum Evaluation Engineers. Because of the lack of commerciality or sufficient drilling, the prospective resources estimated herein cannot be classified as contingent resources or reserves. The petroleum resources are classified as follows:

Prospective Resources – Those quantities of petroleum that are estimated, as of a given date, to be potentially recoverable from undiscovered accumulations by application of future development projects.

The estimation of resources quantities for a prospect is subject to both technical and commercial uncertainties and, in general, may be quoted as a range. The range of uncertainty reflects a reasonable range of estimated potentially recoverable quantities. In all cases, the range of uncertainty is dependent on the amount and quality of both technical and commercial data that are available and may change as more data become available.

Low, Best, High, and Mean Estimates – Estimates of petroleum resources in this report are expressed using the terms low estimate, best estimate, high estimate, and mean estimate to reflect the range of uncertainty.

A detailed explanation of the probabilistic terms used herein and identified with an asterisk (*) is included in the Glossary of Probabilistic Terms bound with this report. For probabilistic estimates of petroleum resources, the low estimate reported herein is the P_{90}^* quantity derived from probabilistic analysis. This means that there is at least a 90-percent probability that, assuming the prospect is discovered and developed, the quantities actually recovered will equal or exceed the low estimate. The best (median) estimate is the P_{50}^* quantity derived from probabilistic analysis. This means that there is at least a 50-percent probability that, assuming the prospect is discovered and developed, the quantities actually recovered will equal or exceed the best (median) estimate. The high estimate is the P_{10}^* quantity derived from probabilistic analysis. This means

that there is at least a 10-percent probability that, assuming the prospect is discovered and developed, the quantities actually recovered will equal or exceed the high estimate. The expected value* (EV), an outcome of the probabilistic analysis, is the mean estimate.

Uncertainties Related to Prospective Resources – The quantity of petroleum discovered by exploration drilling depends on the number of prospects that are successful as well as the quantity that each success contains. Reliable forecasts of these quantities are, therefore, dependent on accurate predictions of the number of discoveries that are likely to be made if the entire portfolio of prospects is drilled. The accuracy of this forecast depends on the portfolio size, and an accurate assessment of the probability of geologic success* (P_g).

Probability of Geologic Success – P_g is defined as the probability of discovering reservoirs that flow petroleum at a measurable rate. P_g is estimated by quantifying the probability of each of the following individual geologic factors: trap, source, reservoir, and migration. The product of these four probabilities or chance factors is computed as P_g .

In this report estimates of prospective resources are presented both before and after adjustment for P_g . Total prospective resources estimates are based on the probabilistic summation of the quantities for the total inventory of prospects.

Application of P_g to estimate the P_g -adjusted prospective resources quantities does not equate prospective resources with reserves or contingent resources. P_g -adjusted prospective resources quantities cannot be compared directly to or aggregated with either reserves or contingent resources. Estimates of P_g are interpretive and are dependent on the quality and quantity of data currently made available. Future data acquisition, such as additional drilling or seismic acquisition, can have a significant effect on P_g estimation. These additional data are not confined to the study area, but also include data from similar geologic settings or technological advancements that could affect the estimation of P_g .

Predictability versus Portfolio Size – The accuracy of forecasts of the number of discoveries that are likely to be made is constrained by the number of prospects in the exploration portfolio. The size of the

portfolio and P_g together are helpful in gauging the limits on the reliability of these forecasts. A high P_g , which indicates a high chance of discovering measurable petroleum, may not require a large portfolio to ensure that at least one discovery will be made (assuming the P_g does not change during drilling of some of the prospects). By contrast, a low P_g , which indicates a low chance of discovering measurable petroleum, could require a large number of prospects to ensure a high confidence level of making even a single discovery. The relationship between portfolio size, P_g , and the probability of a fully unsuccessful drilling program that results in a series of wells not encountering measurable hydrocarbons is referred to herein as the predictability versus portfolio size relationship* (PPS). It is critical to be aware of PPS, because an unsuccessful drilling program, which results in a series of wells that do not encounter measurable hydrocarbons, can adversely affect any exploration effort, resulting in a negative present worth.

For a large prospect portfolio, the P_g -adjusted mean estimate of the prospective resources quantity should be a reasonable estimate of the recoverable petroleum quantities found if all prospects are drilled. When the number of prospects in the portfolio is small and the P_g is low, the recoverable petroleum actually found may be considerably smaller than the P_g -adjusted mean estimate would indicate. It follows that the probability that all of the prospects will be unsuccessful is smaller when a large inventory of prospects exist.

Prospect Technical Evaluation Stage – A prospect can often be subcategorized based on its current stage of technical evaluation. The different stages of technical evaluation relate to the amount of geologic, geophysical, engineering, and petrophysical data as well as the quality of available data.

Prospect – A prospect is a potential accumulation that is sufficiently well defined to be a viable drilling target. For a prospect, sufficient data and analyses exist to identify and quantify the technical uncertainties, to determine reasonable ranges of geologic chance factors and engineering and petrophysical parameters, and to estimate prospective resources.

Lead – A lead is less well defined and requires additional data and/or evaluation to be classified as a prospect. An example would be a poorly defined closure mapped using sparse regional seismic data in a basin containing favorable source and reservoir(s). A lead may or may not be elevated to prospect status depending on the results of additional technical work. A lead must have a P_g equal to or less than 0.05 to reflect the inherent technical uncertainty.

Play – A project associated with a prospective trend of potential prospects, but which requires more data acquisition and/or evaluation in order to define specific leads or prospects.

Threshold Economic Field Size – The threshold economic field size (TEFS) is the minimum amount of the producible petroleum required to recover the total capital and operating expenditure used to establish the potential accumulation as having a potential present worth at 10 percent equal to zero using the mid-price scenario.

Probability of Economic Success – The probability of economic success (P_e) is defined as the probability that a given discovery will be economically viable. It takes into account P_g , TEFS, P_{TEFS} , capital costs, operating expenses, the proposed development plan, the economic model (discounted cash flow analysis), and other business and economic factors. P_e is calculated as follows:

$$P_e = P_g \times P_{TEFS}$$

Probability of Threshold Economic Field Size – The probability of threshold economic field size (P_{TEFS}) is defined as the probability of discovering an accumulation that is large enough to be economically viable. P_{TEFS} is estimated by using the prospective resources potential recoverable quantities distribution in conjunction with the TEFS. The probability associated with the TEFS can be determined graphically from the potential gross recoverable quantities distribution.

ESTIMATION of PROSPECTIVE RESOURCES

Estimates of prospective resources were prepared by the use of standard geological and engineering methods generally accepted by the petroleum industry. The method or combination of methods used in the analysis of the reservoirs was tempered by experience with similar reservoirs, stage of development, and quality and completeness of basic data.

The probabilistic analysis of the prospective resources in this study considered the uncertainty in the amount of petroleum that may be discovered and the P_g . The uncertainty analysis addresses the range of possibilities for any given volumetric parameter. Low, best, high, and mean estimates of prospective resources were estimated to address this uncertainty. The P_g analysis addresses the probability that the identified prospect will contain petroleum that flows at a measurable rate. The P_e analysis addresses the probability that the prospective resources will be economically viable.

Standard probabilistic methods were used in the uncertainty analysis. Probability distributions were estimated from representations of porosity, petroleum saturation, net hydrocarbon thickness, geometric correction factor*, recovery efficiency, fluid properties, and productive area for each prospect. These representations were prepared based on known data, analogy, and other standard estimation methods including experience. Statistical measures describing the probability distributions of these representations were identified and input to a Monte Carlo simulation to produce low estimate, best estimate, high estimate, and mean estimate prospective resources for each prospect.

In this report, 10 potential accumulations are referred to as prospects to reflect the current stage of technical evaluation.

Nonassociated gas is gas at initial reservoir conditions with no crude oil present in the reservoir. Gas-cap gas is gas at initial reservoir conditions and is in communication with an underlying oil zone. Solution gas is gas dissolved in crude oil at initial reservoir conditions. In known accumulations, solution gas and gas-cap gas are sometimes produced together, and as a whole, referred to as associated gas. However, it is not certain whether prospective reservoirs will be gas bearing, oil bearing, or water bearing. Due to this uncertainty, potential prospective resources volumes are identified herein as oil.

Quantitative Risk

Assessment and the Application of P_g Minimum, modal, and maximum representations of productive area were interpreted from maps, available seismic data, and/or analogy. Low, mean, and high representations for the petrophysical parameters (porosity, petroleum saturation, and net hydrocarbon thickness), and engineering parameters (recovery efficiency and fluid properties) were also made based on available well data, regional data, analog field data, and global experience. Individual probability distributions for net rock volume and petrophysical and engineering parameters were produced from these representations.

The distributions for the variables were derived from (1) scenario-based interpretations, (2) the geologic, geophysical, petrophysical, and engineering data available, (3) local, regional, and global knowledge, and (4) field and case studies in the literature. The parameters used to model the recoverable quantities were productive area, net hydrocarbon thickness, geometric correction factor, porosity, petroleum saturation, formation volume factor, and recovery efficiency. Minimum, mean, and maximum representations were used to statistically model and shape the input P_{90} , P_{50} , and P_{10} parameters. Productive area and net hydrocarbon thickness were modeled using truncated lognormal distributions. Truncated normal and triangular distributions were used to model geometric correction factor, formation volume factor, and recovery efficiency. Porosity and petroleum saturation were modeled using truncated normal distributions. Latin hypercube sampling was used to better represent the tails of the distributions.

Each individual volumetric parameter was investigated using a probabilistic approach with attention to variability. Deterministic data were used to anchor and shape the various distributions. The net rock volume parameters had the greatest range of variability, and therefore had the greatest impact on the uncertainty of the simulation. The volumetric parameter variability was based on the structural and stratigraphic uncertainties due to the depositional environment and quality of the seismic data. Analog field data were statistically incorporated to derive uncertainty limits and constraints on the net pore volume. Uncertainty associated with the depth conversion, seismic interpretation, gross sand thickness mapping, and net hydrocarbon thickness assumptions were also derived from studies of analogous reservoirs, multiple interpretative scenarios, and sensitivity analyses.

A P_g analysis was applied to estimate the quantities that may actually result from drilling these prospects. In the P_g analysis, the P_g estimates were made for each prospect from the product of the probabilities of the four geologic chance factors: trap, reservoir, migration, and source.

Estimates of gross and net revenue interest prospective oil resources and the P_g estimates, as of December 31, 2010, evaluated herein are shown in Tables 1 and 2. The P_g -adjusted mean estimate of the prospective resources was then made by the probabilistic product of P_g and the resources distributions for the prospect. These results were then stochastically summed (zero dependency) to produce the total P_g -adjusted mean estimate prospective resources.

Application of the P_g factor to estimate the P_g -adjusted prospective resources quantities does not equate prospective resources with reserves or contingent resources. P_g -adjusted estimates of prospective resources quantities cannot be compared directly to or aggregated with either reserves or contingent resources. Estimates of P_g are interpretive and are dependent on the quality and quantity of data currently available. Future data acquisition, such as additional drilling or seismic acquisition can have a significant effect on P_g estimation. These additional data are not confined to the area of study, but also include data from similar geologic settings or from technological advancements that could affect the estimation of P_g .

Application of P_e

TEFS required for prospect success was estimated. TEFS was used to truncate and redistribute the estimated prospective resources probability distributions. The truncated, TEFS-adjusted, P_e -adjusted estimates of the prospective resources were then estimated by the probabilistic product of P_e and the truncated, TEFS-adjusted prospective resources distributions for each of the individual prospects. These results were then stochastically (zero dependency) summed and redistributed to produce the truncated, TEFS-adjusted, P_e -adjusted prospective resources estimates.

Estimates, as of December 31, 2010, of the truncated, TEFS-adjusted gross and net revenue interest prospective oil resources evaluated herein are summarized in Tables 3 and 4.

Application of the P_e factor to estimate the P_e -adjusted prospective resources quantities does not equate prospective resources with contingent resources or reserves. Estimates of P_e are interpretive and are dependent on the quality and quantity of data currently available. Future data acquisition, technical developments, or favorable economic scenarios can have a significant effect on P_e estimation. These additional data are not confined to the area of study, but also include data from similar geologic settings or technological advancements that could affect the estimation of P_e .

VALUATION of PROSPECTIVE RESOURCES

The estimates of potential present worth of future net revenue discounted at 10 percent that could be realized for the prospective resources estimated in this report are dependent on the successful discovery and development of the prospects evaluated herein. The estimated potential present worth at 10 percent of the prospective resources evaluated in this report is to be used for comparison and ranking of these prospective resources against other prospective resources only. The estimated potential present worth at 10 percent for the prospective resources cannot be compared directly to, equated with, or aggregated with the present worth estimates that could be realized from contingent resources or reserves, nor are these potential present worth at 10 percent estimates an assessment of the fair market value of the properties evaluated herein.

Deterministic and probabilistic methodologies were used to estimate potential present worth at 10 percent that could be realized should the prospective resources estimated herein be both successfully discovered and developed.

Probabilistic methods were used to estimate the potential prospective resources quantities. Deterministic models incorporated various economic factors and development practices based on the potential probabilistic prospective resources quantities estimated. The following were estimated deterministically: operating expenses, capital costs, prices (U.S.\$78 low-price scenario, U.S.\$104 mid-price scenario, and U.S.\$129 high-price scenario per barrel, not escalated, in 2010 U.S.\$), potential production, depreciation, taxes, time value of money, field life, exploration well costs, development timing, and abandonment costs, with consideration of other factors. These data inherently contain variation in the economic assumptions, transportation, drilling, and other infrastructure installation costs. These deterministically estimated economic schedules allowed for the deterministic estimation of potential present worth at 10 percent per unit of resources based on three prospective resources quantity estimates: low, mode, and high. These three deterministic-based potential present worth at 10 percent per unit of resources (low, mode, and high) estimates were used to construct potential present worth per unit of volume distributions. These distributions were used to assign potential value assuming the successful discovery and development of each respective prospect.

The estimates of potential present worth at 10 percent that could be realized for the truncated, TEFS-adjusted mean estimate prospective resources are presented after adjustment for P_e . Potential present worth at 10 percent per volume methodology was used in the quantitative risk assessment in conjunction with the truncated, TEFS-adjusted P_e -adjusted prospective resources to estimate potential present worth at 10 percent. (The Glossary of Probabilistic Terms bound with this report presents relevant equations and definitions).

The potential present worth at 10 percent per volume methodology is a probabilistic estimation. Therefore, the potential present worth at 10 percent per volume is expressed as a distribution rather than a single value. Probabilistic outcomes involve thousands of iterations using distributions. Deterministic estimations and related mathematical operations (addition, subtraction, multiplication, and division) cannot be performed on prospective resources distributions or potential present worth at 10 percent per volume distributions. Any such calculation produces invalid results that are not comparable to the probabilistic outcomes estimated herein. Such calculations and comparisons to these probabilistic outcomes must be avoided.

Potential present worth at 10 percent for the truncated, TEFS-adjusted, P_e -adjusted prospective resources has been estimated by deriving a potential present worth value at 10 percent versus various-sized field developments based on economic modeling results. Estimated potential present worth at 10 percent for the prospective resources considered the timing and costs of exploration, appraisal and development costs, and other information depending on the prospect.

Potential present worth at 10 percent estimation considers potential exploration success against potential exploration failure. Exploration success probabilistically incorporates TEFS, P_e -adjusted volumes, net ownership, and potential present worth at 10 percent per volume. Exploration failure probabilistically incorporates the probability of economic failure and the exploration dry hole cost. The resulting estimation of volumes, probabilities of economic success and failure, ownership, and exploration drilling costs can range from positive potential present worth at 10 percent to negative potential present worth at 10 percent. For example, a negative potential present worth at 10 percent could result for a prospect with a small truncated, TEFS-adjusted volume, a low P_e , a low-to-moderate positive potential present worth at 10 percent per volume, and a high exploration well cost. Consideration of the “failure leg” for any exploration

appraisal estimation is standard industry practice. A detailed explanation of the relevant variables and formula is presented under the definition of Potential Present Worth in the Glossary of Probabilistic Terms bound with this report.

The estimated TEFS for the prospects are summarized on Table P1. Distributions of potential present worth at 10 percent per barrel of oil equivalent were used in the simulation. For each prospect, the input modal potential present worth at 10 percent per barrel of oil equivalent is summarized in Table P1.

The estimated potential present worth at 10 percent, expressed in thousands of U.S.\$, of the truncated, TEFS-adjusted, P_e -adjusted prospective oil resources attributable to the license area if the prospects were successfully discovered and developed, is summarized in Table 6.

Application of P_e to estimate the P_e -adjusted prospective resources does not equate prospective resources and their associated values with contingent resources or reserves. P_e -adjusted prospective resources quantities and their associated values cannot be compared directly to or aggregated with either contingent resources or reserves and their associated values.

Estimates of P_e are interpretive and are dependent on the quality and quantity of data currently made available. Future changes in the fiscal environment and/or the infrastructure of the area can change these values significantly.

There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

SUMMARY and CONCLUSIONS

Prospective resources in 10 oil prospects have been identified in Brazil. Estimates of the gross and net revenue interest prospective oil resources, as of December 31, 2010, are summarized as follows, expressed in English units in thousands of barrels (10^3 bbl):

	<u>Low Estimate</u>	<u>Best Estimate</u>	<u>High Estimate</u>	<u>Mean Estimate</u>
Gross Prospective Resources				
Gross Prospective Oil Resources, 10^3 bbl	3,347,320	4,248,004	5,459,945	4,324,282
Net Prospective Resources				
Net Prospective Oil Resources, 10^3 bbl	1,489,558	1,890,362	2,429,676	1,945,927

Notes:

1. P_g and P_e have not been applied to the volumes in this table.
2. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
3. Low, best, and high estimates in this table are P_{90} , P_{50} , and P_{10} , respectively.
4. The prospective resources presented above are based on the statistical aggregation method.
5. Application of any geological or economic chance factor does not equate prospective resources with contingent resources or reserves.
6. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

Estimates of the gross and net revenue interest truncated, TEFS-adjusted prospective oil resources, as of December 31, 2010, are summarized as follows, expressed in English units in thousands of barrels (10^3 bbl):

	<u>Low Estimate</u>	<u>Best Estimate</u>	<u>High Estimate</u>	<u>Mean Estimate</u>
Gross Truncated, TEFS-Adjusted Prospective Resources				
Gross Truncated, TEFS-Adjusted Prospective Oil Resources, 10^3 bbl	3,516,663	4,463,328	5,664,830	4,541,215
Net Truncated, TEFS-Adjusted Prospective Resources				
Net Truncated, TEFS-Adjusted Prospective Oil Resources, 10^3 bbl	1,564,090	1,986,048	2,521,842	2,043,547

Notes:

1. P_g and P_e have not been applied to the volumes in this table.
2. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
3. Low, best, and high estimates in this table are P_{90} , P_{50} , and P_{10} , respectively.
4. The prospective resources presented above are based on the statistical aggregation method.
5. Application of any geological or economic chance factor does not equate prospective resources with contingent resources or reserves.
6. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

The gross and net revenue interest truncated, TEFS-adjusted, P_e-adjusted mean estimate prospective oil resources, as of December 31, 2010, are summarized as follows, expressed in English units in thousands of barrels (10³bbl):

	<u>Mean Estimate</u>
Gross Truncated, TEFS-Adjusted, P_e-Adjusted Prospective Resources	
Gross Truncated, TEFS-Adjusted, P _e -Adjusted Prospective Oil Resources, 10 ³ bbl	1,227,881
Net Truncated, TEFS-Adjusted, P_e-Adjusted Prospective Resources	
Net Truncated, TEFS-Adjusted, P _e -Adjusted Prospective Oil Resources, 10 ³ bbl	552,547

Notes:

1. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
2. The prospective resources presented above are based on the statistical aggregation method.
3. Application of any geological or economic chance factor does not equate prospective resources with contingent resources or reserves.
4. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

The following table summarizes the net potential present worth at 10 percent (50-percent working interest and 45-percent net revenue interest to Perenco), that might be realized from the production and sale of the truncated, TEFS-adjusted, P_e -adjusted prospective oil resources of the various prospects evaluated herein, using the potential present worth at 10 percent per prospective resources quantity methodology, as of December 31, 2010, expressed in thousands of U.S. dollars (10^3 U.S.\$):

	Potential Present Worth at 10 Percent			
	Low Estimate (10^3 U.S.\$)	Best Estimate (10^3 U.S.\$)	High Estimate (10^3 U.S.\$)	Mean Estimate (10^3 U.S.\$)
Net Truncated, TEFS-Adjusted, P_e - Adjusted Prospective Oil Resources	2,336,683	3,308,466	4,684,395	3,432,541

Notes:

1. Estimated potential present worth at 10 percent of prospective resources is not comparable to present worth estimates of contingent resources or reserves.
2. Estimates of potential present worth at 10 percent for prospective resources do not consider adjustments for political and/or environmental uncertainties.
3. A possibility exists that the prospects will not result in successful discovery and development, in which case there would be no positive present worth.
4. Low, best, and high estimates in this table are P_{90} , P_{50} , and P_{10} , respectively.
5. The prospective resources presented above are based on the statistical aggregation method.
6. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

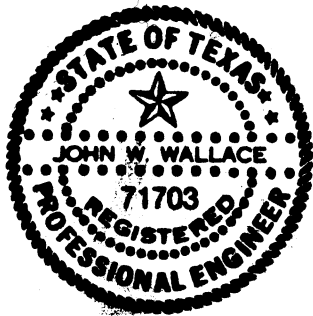
The PRMS guidelines suggest that the arithmetic summation method be used to aggregate resources quantities above the field, property, or project level. The prospective resources quantities aggregated by the arithmetic summation method for the prospects evaluated in this report are presented in the prospective resources tables bound with this report.

Submitted,

DeGolyer and MacNaughton

DeGOLYER and MacNAUGHTON
Texas Registered Engineering Firm F-716

SIGNED: April 26, 2011



John W. Wallace

John W. Wallace, P.E.
Executive Vice President
DeGolyer and MacNaughton

GLOSSARY of PROBABILISTIC TERMS

1C – Denotes low estimate scenario of contingent resources.

2C – Denotes best estimate scenario of contingent resources.

3C – Denotes high estimate scenario of contingent resources.

Accumulation – The term accumulation is used to identify an individual body of moveable petroleum. A known accumulation (one determined to contain reserves or contingent resources) must have been penetrated by a well. The well must have clearly demonstrated the existence of moveable petroleum by flow to the surface or at least some recovery of a sample of petroleum through the well. However, log and/or core data from the well may establish an accumulation, provided there is a good analogy to a nearby and geologically comparable known accumulation.

Arithmetic Summation – The process of adding a set of numbers that represent estimates of resources quantities at the reservoir, prospect, or portfolio level. Statistical aggregation yields different results.

Best (Median) Estimate – The best (median) estimate is the P₅₀ quantity. P₅₀ means there is a 50-percent chance that an estimated quantity, such as a prospective resources volume or associated value, will be equaled or exceeded.

Contingent Resources – Those quantities of petroleum estimated, as of a given date, to be potentially recoverable from known accumulations by application of development projects, but which are not currently considered to be commercially recoverable due to one or more contingencies.

Based on assumptions regarding future conditions and their impact on ultimate economic viability, projects currently classified as Contingent Resources may be broadly divided into three groups:

Marginal Contingent Resources – Those quantities associated with technically feasible projects that are either currently economic or projected to be economic under reasonably forecasted improvements in commercial conditions but are not committed for development because of one or more contingencies.

Sub-Marginal Contingent Resources – Those quantities associated with discoveries for which analysis indicates that technically feasible development projects would not be economic and/or other contingencies would not be satisfied under current or reasonably forecasted improvements in commercial conditions. These projects nonetheless should be retained in the inventory of discovered resources pending unforeseen major changes in commercial conditions.

Undetermined Contingent Resources – Where evaluations are incomplete such that it is premature to clearly define ultimate chance of commerciality, it is acceptable to note that project economic status is “undetermined.”

Expected Value – The expected value (EV) is the probability-weighted average of the parameter being estimated, where probability values from the probability distribution are used as the weighting factors. Parameter values (abscissa) and probabilities (ordinate) are the Cartesian pairs (e.g., gross recoverable volumes and P_{90}), which define the probability distribution. These parameters are probability-weighted and summed to yield the resulting expected value. The equation for computing the expected value is as follows:

$$EV = \sum_{i=1}^n (P_i)(V_i)$$

where: P = probability from probability distribution, ordinate
 V = parameter value, abscissa
 i = a specific value in an ordered sequence of values
 n = the total number of samples

The expected value is the algebraic sum of all of the products obtained by multiplying the parameter quantity and its associated probability of occurrence. The expected value is sometimes called the mean estimate or the statistical mean. In a probabilistic analysis, the expected value is the only quantity that can be treated arithmetically (by addition, subtraction, multiplication, or division). All other quantities, such as median (P_{50}), mode, P_{90} , and P_{10} , require probabilistic techniques for scaling or aggregation.

The probability associated with the statistical mean depends on the variance of the distribution from which the mean is calculated. The mean estimate is the statistical mean (the probability-weighted average), which typically has a probability in the P_{45} to P_{15} range. Therefore, if a successful discovery occurs, the

probability of the accumulation containing the statistical mean volume or greater is usually between 45 and 15 percent.

The expected value is the preferred quantity to use for the best estimate in probabilistic estimates of prospective resources. The P_{90} and P_{10} quantity is often used for the low and high estimates, respectively, of prospective resources. Aggregation or scaling of P_{90} , P_{50} , and P_{10} quantities should be done probabilistically, not arithmetically.

Geometric Correction Factor – The geometric correction factor (GCF) is a geometry adjustment correction that takes into account the relationship of the potential fluid contact to the geometry of the reservoir and trap. Input parameters used to estimate the geometric correction factor include trap shape, length-to-width ratio, potential reservoir thickness, and the height of the potential trapping closure (potential hydrocarbon column height).

High Estimate – The high estimate is the P_{10} quantity. P_{10} means there is a 10-percent chance that an estimated quantity, such as a prospective resources volume or associated value, will be equaled or exceeded.

Lead – A lead is less well defined and requires additional data and/or evaluation to be classified as a prospect. An example would be a poorly defined closure mapped using sparse regional seismic data in a basin containing favorable source and reservoir(s). A lead may or may not be elevated to prospect status depending on the results of additional technical work. A lead must have a P_g equal to or less than 0.05 to reflect the inherent technical uncertainty.

Low Estimate – The low estimate is the P_{90} quantity. P_{90} means there is a 90-percent chance that an estimated quantity, such as a prospective resources volume or associated value, will be equaled or exceeded.

Mean Estimate – In accordance with petroleum industry standards, the mean estimate is the probability-weighted average, which typically has a probability in the P_{45} to P_{15} range, depending on the variance of prospective resources volume or associated value. Therefore, the probability of a prospect or accumulation containing the probability-weighted average volume or greater is usually between 45 and 15 percent. The mean estimate is the preferred probabilistic estimate of resources volumes.

Median – Median is the P_{50} quantity, where the P_{50} means there is a 50-percent chance that a given variable (such as prospective resources, porosity, or water saturation) is equaled or exceeded. The median of a data set is a number such that half the measurements are below the median and half are above.

The median is an acceptable, and one of the preferred, quantities to use for the best estimate in probabilistic estimations of prospective resources.

Migration Chance Factor – Migration chance factor ($P_{\text{migration}}$) is defined as the probability that a trap either predates or is coincident with petroleum migration and that there exists vertical and/or lateral migration pathways linking the source to the trap.

Mode – The mode (MO) is the quantity that occurs with the greatest frequency in the data set and therefore is the quantity that has the greatest probability of occurrence. However, the mode may not be uniquely defined, as is the case in multimodal distributions.

The mode is an acceptable, but not preferred, quantity to use for the best estimate in probabilistic estimations of prospective resources.

Net Entitlement Interest – A production sharing agreement (PSA) or a production sharing contract (PSC) allows a company to be reimbursed for its share of the capital and operating expenses and to share in the profits. The reimbursements and profit proceeds (less the extraordinary profits tax (EPT)) are converted to a barrel-equivalent volume by dividing by the weighted-average price of oil or gas. The ratio of this barrel-equivalent volume and the gross volume is a *net entitlement interest*. As such, the resulting entitlement interest may vary with product price, costs, timing of production, and other factors.

P_e-adjusted Mean Estimate – The P_e -adjusted mean estimate, or “economic risk-adjusted mean estimate,” is a probability-weighted average of the hydrocarbon quantities potentially recoverable if a prospect portfolio were drilled, or if a family of similar prospects were drilled. The P_e -adjusted mean estimate is a “blended” quantity. It is a mean estimation of volumetric uncertainty, geologic (P_g), and economic risk (chance). This statistical measure considers and quantifies the economic success and economic failure outcomes. Consequently, it represents the average or mean “economic” volumes resulting from economically viable drilling and exploration. The P_e -adjusted best estimate is calculated as follows:

$$P_e\text{-adjusted mean estimate} = P_e \times \text{mean estimate}$$

P_g-adjusted Mean Estimate – The P_g-adjusted mean estimate, or “geologic risk-adjusted mean estimate,” is a probability-weighted average of the hydrocarbon quantities potentially recoverable if a prospect portfolio were drilled, or if a family of similar prospects were drilled. The P_g-adjusted mean estimate is a “blended” quantity. It is a mean estimation of both volumetric uncertainty and geological risk (chance). This statistical measure considers and quantifies the geological success and geological failure outcomes. Consequently, it represents the average or mean “geologic” outcome of a drilling and exploration program. The P_g-adjusted mean estimate is calculated as follows:

$$P_g\text{-adjusted mean estimate} = P_g \times \text{mean estimate}$$

P_n Nomenclature – This report uses the convention of denoting probability with a subscript representing the greater than cumulative probability distribution. As such, the notation P_n indicates the probability that there is an *n*-percent chance that a specific input or output quantity will be equaled or exceeded. For example, P₉₀ means there is a 90-percent chance that a variable (such as prospective resources, porosity, or water saturation) is equaled or exceeded.

Play – A project associated with a prospective trend of potential prospects, but which requires more data acquisition and/or evaluation in order to define specific leads or prospects.

Potential Present Worth at 10 percent – Potential present worth at 10 percent (PPW) is defined as potential future net revenue discounted at 10 percent compounded monthly over the expected period of realization. The estimation is probabilistically modeled using distributions (except NRI, a constant) in the following equation:

$$PPW_{10} = \left[\left(P_e \times EV_t \times NRI \times \frac{PW}{BOE} \right) - (P_e \times CWCE \times NRI) \right] - (P_f \times DHC \times NRI)$$

where:

PPW ₁₀	=	potential present worth at 10 percent
P _e	=	probability of economic success
EV _t	=	mean estimate, potential gross recoverable volume, truncated, TEFS-adjusted
NRI	=	net revenue interest
PW/BOE	=	present worth at 10 percent per barrel of oil equivalent

CWCE	=	completed well cost estimate
P _f	=	probability of economic failure
DHC	=	dry hole cost estimate

Predictability versus Portfolio Size – The number of prospects in a prospect portfolio influences the reliability of the forecast of drilling results. The relationship between predictability versus portfolio size (PPS) is also known in the petroleum industry literature as “Gambler’s Ruin.” The relationship of probability to portfolio size is described by the binomial probability equation given as follows:

$$P_{x^n} = (C_x^n)(p)^x(1 - p)^{n - x}$$

- where: P_{xⁿ} = the probability of x successes in n trials
 C_{xⁿ} = the number of mutually exclusive ways that x successes can be arranged in n trials
 p = the probability of success for a given trial (for petroleum exploration, this is P_g)
 x = the number of successes (e.g., the number of discoveries)
 n = the number of trials (e.g., the number of wells to be drilled)
 Note: For the case of n successive dry holes, C_{xⁿ} and p each equals 1, so the probability of failure is the quantity (1 – p) raised to the number of trials.

Probability of Economic Failure – The probability of economic failure (P_f) is defined as the probability that a given discovery will not be economically viable. It takes into account P_g, P_{TEFS}, TEFS, capital costs, operating expenses, the proposed development plan, the economic model (discounted cash flow analyses), and other business and economic factors. P_f is calculated as follows:

$$P_f = 1 - P_e$$

Probability of Economic Success – The probability of economic success (P_e) is defined as the probability that a given discovery will be economically viable. It takes into account P_g, P_{TEFS}, TEFS, capital costs, operating expenses, the proposed development plan, the economic model (discounted cash flow analyses), and other business and economic factors. P_e is calculated as follows:

$$P_e = P_g \times P_{TEFS}$$

Probability of Geologic Success – The probability of geologic success (P_g) is defined as the probability of discovering reservoirs that flow petroleum at a measurable rate. P_g is estimated by quantifying with a probability each of the following individual geologic chance factors: trap, source, reservoir, and migration. The product of the probabilities of these four chance factors is P_g .

Probability of TEFS – The probability of threshold economic field size (P_{TEFS}) is defined as the probability of discovering an accumulation that is large enough to be economically viable. P_{TEFS} is estimated by using the prospective resources recoverable volumes distribution in conjunction with the TEFS. The probability associated with the TEFS can be determined graphically from the prospective gross recoverable volumes distribution.

Prospect – A prospect is a potential accumulation that is sufficiently well defined to be a viable drilling target. For a prospect, sufficient data and analyses exist to identify and quantify the technical uncertainties, to determine reasonable ranges of geologic chance factors and engineering and petrophysical parameters, and to estimate prospective resources. In addition, a viable drilling target requires that 70 percent of the median potential production area be located within the block or license area of interest.

Prospective Resources – Those quantities of petroleum that are estimated, as of a given date, to be potentially recoverable from undiscovered accumulations by application of future development projects.

Reservoir Chance Factor – The reservoir chance factor ($P_{reservoir}$) is defined as the probability associated with the presence of porous and permeable reservoir quality rock.

Source Chance Factor – The source chance factor (P_{source}) is defined as the probability associated with the presence of a hydrocarbon source rock rich enough, of sufficient volume, and in the proper spatial position to charge the prospective area or areas.

Standard Deviation – Standard deviation (SD) is a measure of distribution spread. It is the positive square root of the variance. The variance is the summation of the squared distance from the mean of all possible values. Since the units of standard deviation are the same as those of the sample set, it is the most practical measure of population spread.

$$\sigma = \sqrt{\sigma^2} = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}}$$

where: σ = standard deviation
 σ^2 = variance
 n = sample size
 x_i = value in data set
 μ = sample set mean

Statistical Aggregation – The process of probabilistically aggregating distributions that represent estimates of resources quantities at the reservoir, prospect, or portfolio level. Arithmetic summation yields different results.

Threshold Economic Field Size – The threshold economic field size (TEFS) is the minimum amount of the producible petroleum required to recover the total capital and operating expenditure used to establish the potential accumulation as having a potential present worth at 10 percent equal to zero using the mid-price scenario.

Trap Chance Factor – The trap chance factor (P_{trap}) is defined as the probability associated with the presence of a structural closure and/or a stratigraphic trapping configuration with competent vertical and lateral seals, and the lack of any post migration seal integrity events or breaches.

Truncated Mean Estimate – The truncated mean estimate is the resulting expected value calculated from the truncation of the resources distribution by the threshold economic field size. This truncated distribution produces a new set of statistical metrics.

Variance – The variance (σ^2) is a measure of how much the distribution is spread from the mean. The variance sums up the squared distance from the mean of all possible values of x . The variance has units that are the squared units of x . The use of these units limits the intuitive value of variance.

$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}$$

where: σ^2 = variance
n = sample size
 x_i = value in data set
 μ = sample set mean

**TABLE P1
PROSPECT PORTFOLIO SUMMARY**
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
**CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL**

Prospect	Country	Basin	License Block	Working Interest (decimal)	Threshold Economic Field Size (10 ³ bbl)	Statistical Modal Exploration Dry Hole Well Cost Estimate (10 ³ U.S.\$)	Statistical Modal Potential Present Worth per Barrel at 10% (U.S.\$/bbl)	Net Revenue Interest (decimal)	Prospect Potential Fluid	Target Zone Depth (meters)	Water Depth (meters)
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	35,258	80,000	9.629	0.450	Oil	2,600-4,200	550
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	60,331	80,000	9.115	0.450	Oil	2,600-5,200	1,100
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	40,300	80,000	8.923	0.450	Oil	2,800-5,500	650
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	0.500	58,900	80,000	8.450	0.450	Oil	2,400-4,700	850
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	60,742	80,000	6.753	0.450	Oil	2,700-4,300	1,050
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	33,400	80,000	9.152	0.450	Oil	3,300-4,300	1,150
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	41,541	80,000	10.310	0.450	Oil	3,400-3,800	1,450
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	42,500	80,000	11.340	0.450	Oil	3,100-4,400	1,650
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	44,600	80,000	12.845	0.450	Oil	3,900-4,700	1,800
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	40,200	80,000	13.103	0.450	Oil	4,000-4,700	1,800

TABLE 1
ESTIMATE of the GROSS PROSPECTIVE OIL RESOURCES
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

Prospect	Country	Basin	License Block	Gross Prospective Oil Resources Summary					Probability	
				Low Estimate (10 ³ bbl)	Best Estimate (10 ³ bbl)	High Estimate (10 ³ bbl)	Mean Estimate (10 ³ bbl)	Success, P _g (decimal)	P _g -Adjusted Mean Estimate (10 ³ bbl)	
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	168,827	278,085	454,002	299,315	0.269	80,582	
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	139,607	284,999	599,447	326,418	0.261	85,356	
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	117,256	255,351	563,046	304,731	0.331	100,790	
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	408,067	651,216	1,002,938	684,138	0.341	233,170	
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	776,519	1,381,182	2,284,972	1,478,807	0.308	455,674	
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	71,727	143,532	274,784	163,248	0.317	51,768	
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	146,829	385,699	913,475	472,375	0.284	133,918	
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	87,211	227,901	567,233	289,111	0.236	68,303	
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	47,215	128,376	313,976	157,118	0.284	44,543	
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	45,917	125,864	278,334	149,020	0.236	35,206	
Statistical Aggregate				3,347,320	4,248,004	5,459,945	4,324,282	0.298	1,289,308	
Arithmetic Summation				2,009,176	3,862,204	7,252,207	4,324,282	0.298	1,289,308	

Notes:

1. Low, best, high, and mean estimates follow the PRMS guidelines for prospective resources.
2. Low, best, high, and mean estimates in this table are P₉₀, P₅₀, P₁₀, and mean respectively.
3. P_g is defined as the probability of discovering reservoirs which flow petroleum at a measurable rate.
4. P_g has been rounded for presentation purposes. Multiplication using this presented P_g yields imprecise results. Dividing the P_g-adjusted mean estimate by the mean estimate yields the precise P_g.
5. Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
6. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
7. Arithmetic summation of probabilistic estimates produces invalid results except for the Mean estimate. Arithmetic summation of probabilistic estimates is presented in this table in compliance with PRMS guidelines.
8. Summations may vary from those shown here due to rounding.
9. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

TABLE 2
ESTIMATE of the NET REVENUE INTEREST OIL PROSPECTIVE RESOURCES
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

Prospect	Country	Basin	License Block	Net Revenue Interest Prospective Oil Resources Summary					Probability of Geologic Success, P_g (decimal)	P_g -Adjusted Mean Estimate (10^3 bbl)
				Low Estimate (10^3 bbl)	Best Estimate (10^3 bbl)	High Estimate (10^3 bbl)	Mean Estimate (10^3 bbl)	P_g -Adjusted Mean Estimate (10^3 bbl)		
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	75,972	125,138	204,301	134,692	0.269	36,262	
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	62,823	128,250	269,751	146,888	0.261	38,410	
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	52,765	114,908	253,371	137,129	0.331	45,355	
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	183,630	293,047	451,322	307,862	0.341	104,927	
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	349,434	621,532	1,028,237	665,463	0.308	205,053	
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	32,277	64,589	123,653	73,462	0.317	23,295	
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	66,073	173,564	411,064	212,569	0.284	60,263	
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	39,245	102,555	255,255	130,100	0.236	30,736	
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	21,247	57,769	141,289	70,703	0.284	20,044	
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	20,663	56,639	125,250	67,059	0.236	15,843	
Statistical Aggregate				1,489,558	1,890,362	2,429,676	1,945,927	0.298	580,189	
Arithmetic Summation				904,129	1,737,992	3,263,493	1,945,927	0.298	580,189	

Notes:

1. Low, best, high, and mean estimates follow the PRMS guidelines for prospective resources.
2. Low, best, high, and mean estimates in this table are P_{90} , P_{50} , P_{10} , and mean respectively.
3. P_g is defined as the probability of discovering reservoirs which flow petroleum at a measurable rate.
4. P_g has been rounded for presentation purposes. Multiplication using this presented P_g yields imprecise results. Dividing the P_g -adjusted mean estimate by the mean estimate yields the precise P_g .
5. Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
6. Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
7. Arithmetic summation of probabilistic estimates produces invalid results except for the Mean estimate. Arithmetic summation of probabilistic estimates is presented in this table in compliance with PRMS guidelines.
8. Summations may vary from those shown here due to rounding.
9. There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

TABLE 3
ESTIMATE of the GROSS PROSPECTIVE OIL RESOURCES
TRUNCATED and ADJUSTED for TEFS

as of
DECEMBER 31, 2010

for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

Gross Truncated, TEFS-Adjusted Prospective Oil Resources Summary

Prospect	Country	Basin	Block	Low Estimate (10 ³ bbl)	Best Estimate (10 ³ bbl)	High Estimate (10 ³ bbl)	Mean Estimate (10 ³ bbl)	Probability	
								of Economic Success, P _e (decimal)	P _e -Adjusted Mean Estimate (10 ³ bbl)
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	197,541	291,922	464,671	312,201	0.243	75,742
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	173,290	305,758	621,194	346,708	0.236	81,858
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	147,895	274,692	583,261	323,802	0.300	97,004
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	475,140	680,389	1,022,540	711,534	0.307	218,468
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	933,660	1,451,126	2,334,860	1,544,122	0.279	430,838
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	88,822	152,547	282,999	171,738	0.288	49,381
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	192,953	414,194	942,752	500,192	0.261	130,315
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	114,783	246,337	587,200	307,558	0.216	66,462
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	62,420	138,022	324,550	166,720	0.261	43,494
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	60,832	133,931	285,478	156,642	0.219	34,319
Statistical Aggregate				3,516,663	4,463,328	5,664,830	4,541,215	0.270	1,227,881
Arithmetic Summation				2,447,336	4,088,917	7,449,505	4,541,215	0.270	1,227,881

Notes:

- TEFS is defined as the threshold economic field size.
- Low, best, high, and mean estimates follow the PRMS guidelines for prospective resources.
- Low, best, high, and mean estimates in this table are P₉₀, P₅₀, P₁₀, and mean respectively.
- P_e is defined as the probability of discovering economic resources.
- P_e has been rounded for presentation purposes. Multiplication using this presented P_e yields imprecise results. Dividing the P_e-adjusted mean estimate by the mean estimate yields the precise P_e.
- Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
- Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
- Arithmetic summation of probabilistic estimates produces invalid results except for the mean estimate. Arithmetic summation of probabilistic estimates is presented in this table in compliance with PRMS guidelines.
- Summations may vary from those shown here due to rounding.
- There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 4
ESTIMATE OF THE NET REVENUE INTEREST OIL PROSPECTIVE RESOURCES
TRUNCATED and ADJUSTED for TEFS

as of
DECEMBER 31, 2010

for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

Prospect	Country	Basin	Block	Net Revenue Interest Truncated, TEFS-Adjusted Prospective Oil Resources Summary					Probability	
				Low Estimate (10 ³ bbl)	Best Estimate (10 ³ bbl)	High Estimate (10 ³ bbl)	Mean Estimate (10 ³ bbl)	Success, P _e (decimal)	P _e -Adjusted Mean Estimate (10 ³ bbl)	
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	88,893	131,365	209,102	140,490	0.243	34,084	
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	77,980	137,591	279,537	156,018	0.236	36,836	
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	66,553	123,612	262,468	145,711	0.300	43,652	
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-418	213,813	306,175	460,143	320,190	0.307	98,311	
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	420,147	653,007	1,050,687	694,855	0.279	193,877	
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	39,970	68,646	127,349	77,282	0.288	22,221	
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	86,829	186,387	424,238	225,087	0.261	58,642	
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	51,652	110,852	264,240	138,401	0.216	29,908	
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	28,089	62,110	146,047	75,024	0.261	19,572	
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	27,375	60,269	128,465	70,489	0.219	15,443	
Statistical Aggregate				1,564,090	1,986,048	2,521,842	2,043,547	0.270	552,547	
Arithmetic Summation				1,101,301	1,840,013	3,352,277	2,043,547	0.270	552,547	

Notes:

- TEFS is defined as the threshold economic field size.
- Low, best, high, and mean estimates follow the PRMS guidelines for prospective resources.
- Low, best, high, and mean estimates in this table are P₉₀, P₅₀, P₁₀, and mean respectively.
- P_e is defined as the probability of discovering economic resources.
- P_e has been rounded for presentation purposes. Multiplication using this presented P_e yields imprecise results. Dividing the P_e-adjusted mean estimate by the mean estimate yields the precise P_e.
- Application of any geological and economic chance factor does not equate prospective resources to contingent resources or reserves.
- Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
- Arithmetic summation of probabilistic estimates produces invalid results except for the mean estimate. Arithmetic summation of probabilistic estimates is presented in this table in compliance with PRMS guidelines.
- Summations may vary from those shown here due to rounding.
- There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered. If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

TABLE 5
POTENTIAL PRESENT WORTH at 10 PERCENT
of the
NET PROSPECTIVE OIL RESOURCES
TRUNCATED, TEFS-ADJUSTED, and P_e -ADJUSTED
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
in
CERTAIN OIL PROSPECTS
VARIOUS LICENSE BLOCKS
BRAZIL

		Truncated, TEFS-Adjusted, P_e -Adjusted, Net Interest Oil Resources Potential Present Worth Summary			
Prospect	License Block	Low Estimate (10^3 U.S.\$)	Best Estimate (10^3 U.S.\$)	High Estimate (10^3 U.S.\$)	Mean Estimate (10^3 U.S.\$)
ESB-1	ES-M-416	80,258	180,284	404,972	220,065
ESB-2	ES-M-416	81,008	181,968	408,755	222,121
ESB-3	ES-M-416	99,568	223,660	502,408	273,012
ESB-4	ES-M-418	225,064	505,561	1,135,640	617,116
ESB-5	ES-M-472	360,713	810,270	1,820,107	989,060
ESB-6	ES-M-472	56,732	127,438	286,264	155,558
ESB-7	ES-M-472	154,732	347,575	780,757	424,269
ESB-8	ES-M-529	89,712	201,520	452,675	245,987
ESB-9	ES-M-529	58,044	130,385	292,883	159,155
ESB-10	ES-M-529	46,025	103,386	232,235	126,198
Statistical Aggregate		2,336,683	3,308,466	4,684,395	3,432,541
Arithmetic Summation		1,251,858	2,812,047	6,316,695	3,432,541

Notes:

- Low, best, high, and mean estimates follow the PRMS guidelines for prospective resources.
- Low, best, high, and mean estimates in this table are P_{90} , P_{50} , P_{10} , and mean respectively.
- Arithmetic summation of probabilistic estimates produces invalid results except for the mean estimate.
Arithmetic summation of probabilistic estimates is presented in this table in compliance with PRMS guidelines.
- Recovery efficiency is applied to prospective resources in this table.
- Negative potential present worth is denoted with parentheses.
- Potential present worth in this table refers to Perenco's net interest.
- Potential present worth values in this table do not represent a fair market value evaluation.
- Estimates of potential present worth at 10 percent for prospective resources do not consider adjustments for political and/or environmental uncertainties.
- A possibility exists that the prospects will not result in successful discoveries and development, in which case there would be no positive potential present worth.
- Estimated potential present worth of prospective resources is not comparable to present worth estimates of contingent resources or reserves.
- TEFS is defined as the threshold economic field size.
- P_e is defined as the probability of discovering economic resources.
- Summations may vary from those shown here due to rounding.
- There is no certainty that any portion of the prospective resources estimated herein will be discovered.
If discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources evaluated.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 6
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-1 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	86,667	43,333	130,000
2017	8,526	13,820	83,333	42,629	0	0	125,963	260,000	130,000	390,000
2018	16,424	26,624	100,000	82,122	0	0	182,122	693,333	346,667	1,040,000
2019	26,699	43,280	100,000	133,497	0	0	233,497	606,667	303,333	910,000
2020	27,320	44,285	100,000	136,598	0	0	236,598	0	0	0
2021	24,673	39,995	100,000	123,366	0	0	223,366	0	0	0
2022	22,746	36,871	100,000	113,730	0	0	213,730	0	0	0
2023	21,460	34,786	100,000	107,299	0	0	207,299	0	0	0
2024	20,023	32,457	100,000	100,115	0	0	200,115	0	0	0
2025	18,193	29,491	100,000	90,965	0	0	190,965	0	0	0
2026	16,042	26,004	100,000	80,209	0	0	180,209	0	0	0
2027	13,804	22,376	100,000	69,019	0	0	169,019	0	0	0
2028	11,878	19,255	100,000	59,391	0	0	159,391	0	0	0
2029	10,292	16,683	100,000	51,460	0	0	151,460	0	0	0
2030	9,001	14,591	100,000	45,006	0	0	145,006	0	0	0
2031	8,010	12,984	100,000	40,051	0	0	140,051	0	0	0
2032	7,235	11,728	100,000	36,175	0	0	136,175	0	0	0
2033	6,601	10,700	100,000	33,005	0	0	133,005	0	0	0
2034	6,064	9,830	100,000	30,322	0	0	130,322	0	0	0
2035	5,600	9,078	100,000	28,002	0	0	128,002	0	0	0
2036	5,192	8,416	100,000	25,960	0	0	125,960	0	0	0
2037	4,828	7,826	100,000	24,140	0	0	124,140	0	0	0
2038	4,501	7,296	100,000	22,506	0	0	122,506	0	0	0
2039	4,205	6,816	100,000	21,025	0	0	121,025	0	0	0
2040	3,933	6,376	100,000	19,667	0	0	119,667	0	0	0
2041	3,682	5,969	100,000	18,412	0	0	118,412	0	0	0
2042	2,956	4,792	100,000	14,782	0	0	114,782	0	0	0
2043	1,915	3,104	100,000	9,575	0	0	109,575	0	0	0
2044	396	641	100,000	1,713	0	0	101,713	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	190,000	190,000	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	312,201	506,078	2,783,333	1,560,741	0	190,000	4,534,074	1,646,667	823,333	2,470,000

Notes:

1. P_g and P_o have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
3. Application of P_g and P_o to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 7
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-2 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$				Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$			
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	2,972	3,780	66,667	14,860	0	0	81,526	346,667	173,333	520,000
2017	12,263	15,599	100,000	61,315	0	0	161,315	520,000	260,000	780,000
2018	23,760	30,223	100,000	118,799	0	0	218,799	520,000	260,000	780,000
2019	27,394	34,845	100,000	136,969	0	0	236,969	433,333	216,667	650,000
2020	27,394	34,845	100,000	136,969	0	0	236,969	0	0	0
2021	27,394	34,845	100,000	136,969	0	0	236,969	0	0	0
2022	27,035	34,389	100,000	135,177	0	0	235,177	0	0	0
2023	23,735	30,191	100,000	118,674	0	0	218,674	0	0	0
2024	20,188	25,679	100,000	100,940	0	0	200,940	0	0	0
2025	16,966	21,581	100,000	84,831	0	0	184,831	0	0	0
2026	14,295	18,183	100,000	71,474	0	0	171,474	0	0	0
2027	12,226	15,552	100,000	61,132	0	0	161,132	0	0	0
2028	10,683	13,589	100,000	53,416	0	0	153,416	0	0	0
2029	9,724	12,369	100,000	48,621	0	0	148,621	0	0	0
2030	9,109	11,587	100,000	45,545	0	0	145,545	0	0	0
2031	8,716	11,086	100,000	43,579	0	0	143,579	0	0	0
2032	8,257	10,503	100,000	41,285	0	0	141,285	0	0	0
2033	7,789	9,907	100,000	38,943	0	0	138,943	0	0	0
2034	7,378	9,385	100,000	36,891	0	0	136,891	0	0	0
2035	7,013	8,920	100,000	35,063	0	0	135,063	0	0	0
2036	6,672	8,486	100,000	33,358	0	0	133,358	0	0	0
2037	6,340	8,064	100,000	31,699	0	0	131,699	0	0	0
2038	6,031	7,671	100,000	30,153	0	0	130,153	0	0	0
2039	5,748	7,311	100,000	28,738	0	0	128,738	0	0	0
2040	5,490	6,984	100,000	27,452	0	0	127,452	0	0	0
2041	5,140	6,539	100,000	25,702	0	0	125,702	0	0	0
2042	3,794	4,826	100,000	18,968	0	0	118,968	0	0	0
2043	2,365	3,009	100,000	11,826	0	0	111,826	0	0	0
2044	839	1,067	100,000	4,028	0	0	104,028	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	210,000	210,000	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	346,708	441,013	2,866,667	1,733,376	0	210,000	4,810,043	1,820,000	910,000	2,730,000

- Notes:
1. P₉₀ and P₅₀ have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
 2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
 3. Application of P₉₀ and P₅₀ to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 8
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-3 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	2,975	7,934	100,000	14,874	0	0	114,874	346,667	173,333	520,000
2018	12,322	32,864	150,000	61,612	0	0	211,612	520,000	260,000	780,000
2019	24,245	64,661	150,000	121,224	0	0	271,224	520,000	260,000	780,000
2020	34,927	93,150	150,000	174,634	0	0	324,634	346,667	173,333	520,000
2021	36,525	97,412	150,000	182,625	0	0	332,625	0	0	0
2022	36,525	97,412	150,000	182,625	0	0	332,625	0	0	0
2023	34,448	91,874	150,000	172,242	0	0	322,242	0	0	0
2024	28,723	76,605	150,000	143,617	0	0	293,617	0	0	0
2025	22,907	61,093	150,000	114,536	0	0	264,536	0	0	0
2026	18,460	49,234	150,000	92,301	0	0	242,301	0	0	0
2027	15,108	40,292	150,000	75,538	0	0	225,538	0	0	0
2028	12,401	33,073	150,000	62,005	0	0	212,005	0	0	0
2029	10,094	26,921	150,000	50,470	0	0	200,470	0	0	0
2030	8,134	21,695	150,000	40,672	0	0	190,672	0	0	0
2031	6,502	17,341	150,000	32,511	0	0	182,511	0	0	0
2032	5,120	13,655	150,000	25,599	0	0	175,599	0	0	0
2033	3,902	10,408	150,000	19,512	0	0	169,512	0	0	0
2034	2,836	7,564	150,000	14,182	0	0	164,182	0	0	0
2035	1,967	5,246	150,000	9,835	0	0	159,835	0	0	0
2036	1,369	3,652	150,000	6,846	0	0	156,846	0	0	0
2037	1,064	2,836	150,000	5,318	0	0	155,318	0	0	0
2038	944	2,517	150,000	4,719	0	0	154,719	0	0	0
2039	862	2,298	150,000	4,309	0	0	154,309	0	0	0
2040	766	2,043	150,000	3,829	0	0	153,829	0	0	0
2041	675	1,801	150,000	3,311	0	0	153,311	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	200,000	200,000	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	323,802	863,580	3,700,000	1,618,946	0	200,000	5,518,946	1,733,333	866,666	2,599,999

Notes:

1. P_g and P_e have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
3. Application of P_g and P_e to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 9
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-4 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	3,864	3,929	125,000	19,319	0	0	144,319	260,000	130,000	390,000
2017	14,239	14,481	250,000	71,196	0	0	321,196	520,000	260,000	780,000
2018	30,579	31,099	250,000	152,895	0	0	402,895	693,333	346,667	1,040,000
2019	46,552	47,343	250,000	232,758	0	0	482,758	693,333	346,667	1,040,000
2020	60,861	61,895	250,000	304,303	0	0	554,303	433,333	216,667	650,000
2021	63,036	64,108	250,000	315,182	0	0	565,182	0	0	0
2022	61,386	62,430	250,000	306,931	0	0	556,931	0	0	0
2023	57,585	58,564	250,000	287,923	0	0	537,923	0	0	0
2024	51,566	52,443	250,000	257,832	0	0	507,832	0	0	0
2025	44,368	45,123	250,000	221,842	0	0	471,842	0	0	0
2026	37,774	38,416	250,000	188,871	0	0	438,871	0	0	0
2027	32,550	33,103	250,000	162,748	0	0	412,748	0	0	0
2028	28,356	28,838	250,000	141,779	0	0	391,779	0	0	0
2029	24,758	25,178	250,000	123,788	0	0	373,788	0	0	0
2030	21,644	22,012	250,000	108,219	0	0	358,219	0	0	0
2031	18,983	19,306	250,000	94,917	0	0	344,917	0	0	0
2032	16,782	17,067	250,000	83,911	0	0	333,911	0	0	0
2033	14,929	15,183	250,000	74,647	0	0	324,647	0	0	0
2034	13,349	13,576	250,000	66,745	0	0	316,745	0	0	0
2035	11,992	12,196	250,000	59,962	0	0	309,962	0	0	0
2036	10,822	11,006	250,000	54,112	0	0	304,112	0	0	0
2037	9,795	9,962	250,000	48,976	0	0	298,976	0	0	0
2038	8,865	9,016	250,000	44,325	0	0	294,325	0	0	0
2039	7,988	8,124	250,000	39,939	0	0	289,939	0	0	0
2040	7,111	7,231	250,000	35,553	0	0	285,553	0	0	0
2041	5,812	5,910	250,000	29,058	0	0	279,058	0	0	0
2042	4,100	4,170	250,000	20,502	0	0	270,502	0	0	0
2043	1,887	1,919	250,000	9,437	0	0	259,437	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	300,000	300,000	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	711,534	723,630	6,875,000	3,557,670	0	300,000	10,732,670	2,600,000	1,300,000	3,899,999

- Notes:
1. P_g and P_o have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
 2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
 3. Application of P_g and P_o to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 10
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-5 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	18,688	8,728	300,000	93,442	0	0	393,442	260,000	130,000	390,000
2018	60,376	28,195	600,000	301,878	0	0	901,878	693,333	346,667	1,040,000
2019	96,828	45,219	600,000	484,142	0	0	1,084,142	693,333	346,667	1,040,000
2020	118,946	55,548	600,000	594,728	0	0	1,194,728	693,333	346,667	1,040,000
2021	128,710	60,107	600,000	643,549	0	0	1,243,549	693,333	346,667	1,040,000
2022	146,100	68,229	600,000	730,500	0	0	1,330,500	693,333	346,667	1,040,000
2023	146,100	68,229	600,000	730,500	0	0	1,330,500	693,333	346,667	1,040,000
2024	146,100	68,229	600,000	730,500	0	0	1,330,500	693,333	346,667	1,040,000
2025	146,100	68,229	600,000	730,500	0	0	1,330,500	693,333	346,667	1,040,000
2026	145,100	67,762	600,000	725,500	0	0	1,325,500	86,667	43,333	130,000
2027	112,416	52,498	600,000	562,082	0	0	1,162,082	0	0	0
2028	79,767	37,251	600,000	398,835	0	0	998,835	0	0	0
2029	55,934	26,121	600,000	279,671	0	0	879,671	0	0	0
2030	38,289	17,881	600,000	191,445	0	0	791,445	0	0	0
2031	25,517	11,916	600,000	127,583	0	0	727,583	0	0	0
2032	17,849	8,335	600,000	89,244	0	0	689,244	0	0	0
2033	13,219	6,173	600,000	66,095	0	0	666,095	0	0	0
2034	10,106	4,719	600,000	50,528	0	0	650,528	0	0	0
2035	7,877	3,678	600,000	39,383	0	0	639,383	0	0	0
2036	6,216	2,903	600,000	31,079	0	0	631,079	0	0	0
2037	4,968	2,320	600,000	24,840	0	0	624,840	0	0	0
2038	4,062	1,897	600,000	20,312	0	0	620,312	0	0	0
2039	3,391	1,584	600,000	16,954	0	0	616,954	0	0	0
2040	2,932	1,369	600,000	14,661	0	0	614,661	0	0	0
2041	2,627	1,227	600,000	13,134	0	0	613,134	0	0	0
2042	2,316	1,081	600,000	11,579	0	0	611,579	0	0	0
2043	1,895	885	600,000	9,475	0	0	609,475	0	0	0
2044	1,694	791	600,000	7,895	0	0	607,895	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	680,000	680,000	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1,544,122	721,105	16,500,000	7,720,033	0	680,000	24,900,033	5,893,333	2,946,667	8,840,000

Notes:

1. P₉ and P₀ have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
3. Application of P₉ and P₀ to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 11
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-6 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	4,442	2,554	83,333	22,212	0	0	105,545	433,333	216,667	650,000
2019	10,299	5,922	100,000	51,496	0	0	151,496	346,667	173,333	520,000
2020	15,412	8,862	100,000	77,061	0	0	177,061	260,000	130,000	390,000
2021	16,873	9,702	100,000	84,366	0	0	184,366	0	0	0
2022	16,241	9,338	100,000	81,204	0	0	181,204	0	0	0
2023	14,558	8,371	100,000	72,788	0	0	172,788	0	0	0
2024	12,103	6,959	100,000	60,516	0	0	160,516	0	0	0
2025	10,022	5,762	100,000	50,108	0	0	150,108	0	0	0
2026	8,604	4,947	100,000	43,019	0	0	143,019	0	0	0
2027	7,580	4,359	100,000	37,902	0	0	137,902	0	0	0
2028	6,753	3,883	100,000	33,766	0	0	133,766	0	0	0
2029	6,032	3,468	100,000	30,159	0	0	130,159	0	0	0
2030	5,402	3,106	100,000	27,009	0	0	127,009	0	0	0
2031	4,857	2,793	100,000	24,286	0	0	124,286	0	0	0
2032	4,392	2,525	100,000	21,958	0	0	121,958	0	0	0
2033	3,991	2,295	100,000	19,953	0	0	119,953	0	0	0
2034	3,642	2,094	100,000	18,211	0	0	118,211	0	0	0
2035	3,337	1,919	100,000	16,685	0	0	116,685	0	0	0
2036	3,069	1,765	100,000	15,346	0	0	115,346	0	0	0
2037	2,833	1,629	100,000	14,166	0	0	114,166	0	0	0
2038	2,623	1,508	100,000	13,114	0	0	113,114	0	0	0
2039	2,435	1,400	100,000	12,174	0	0	112,174	0	0	0
2040	2,266	1,303	100,000	11,329	0	0	111,329	0	0	0
2041	2,114	1,215	100,000	10,568	0	0	110,568	0	0	0
2042	1,859	1,069	100,000	9,294	0	0	109,294	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	120,000	120,000	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	171,738	98,749	2,483,333	858,690	0	120,000	3,462,023	1,040,000	520,000	1,560,000

- Notes:
1. P_g and P_o have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
 2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
 3. Application of P_g and P_o to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 12
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-7 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	15,685	3,921	133,333	78,427	0	0	211,760	693,333	346,667	1,040,000
2019	48,012	12,003	200,000	240,060	0	0	440,060	520,000	260,000	780,000
2020	54,788	13,697	200,000	273,937	0	0	473,937	520,000	260,000	780,000
2021	54,788	13,697	200,000	273,937	0	0	473,937	520,000	260,000	780,000
2022	54,788	13,697	200,000	273,937	0	0	473,937	346,667	173,333	520,000
2023	54,788	13,697	200,000	273,937	0	0	473,937	0	0	0
2024	47,182	11,796	200,000	235,911	0	0	435,911	0	0	0
2025	31,771	7,943	200,000	158,857	0	0	358,857	0	0	0
2026	23,097	5,774	200,000	115,484	0	0	315,484	0	0	0
2027	17,896	4,474	200,000	89,478	0	0	289,478	0	0	0
2028	14,569	3,642	200,000	72,846	0	0	272,846	0	0	0
2029	12,301	3,075	200,000	61,505	0	0	261,505	0	0	0
2030	10,628	2,657	200,000	53,141	0	0	253,141	0	0	0
2031	9,336	2,334	200,000	46,680	0	0	246,680	0	0	0
2032	8,300	2,075	200,000	41,502	0	0	241,502	0	0	0
2033	7,461	1,865	200,000	37,307	0	0	237,307	0	0	0
2034	6,763	1,691	200,000	33,817	0	0	233,817	0	0	0
2035	6,169	1,542	200,000	30,843	0	0	230,843	0	0	0
2036	5,452	1,363	200,000	27,260	0	0	227,260	0	0	0
2037	4,670	1,167	200,000	23,349	0	0	223,349	0	0	0
2038	4,079	1,020	200,000	20,393	0	0	220,393	0	0	0
2039	3,138	784	200,000	15,688	0	0	215,688	0	0	0
2040	2,128	532	200,000	10,640	0	0	210,640	0	0	0
2041	1,438	359	200,000	7,190	0	0	207,190	0	0	0
2042	668	167	200,000	3,339	0	0	203,339	0	0	0
2043	298	75	200,000	1,396	0	0	201,396	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	300,000	300,000	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	500,192	125,048	5,133,333	2,500,863	0	300,000	7,934,197	2,600,000	1,300,000	3,900,000

Notes:

1. P_g and P_o have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
3. Application of P_g and P_o to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 13
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-8 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	7,723	1,931	75,000	38,615	0	0	113,615	346,667	173,333	520,000
2019	34,881	8,720	150,000	174,406	0	0	324,406	520,000	260,000	780,000
2020	36,525	9,131	150,000	182,625	0	0	332,625	520,000	260,000	780,000
2021	36,525	9,131	150,000	182,625	0	0	332,625	346,667	173,333	520,000
2022	36,525	9,131	150,000	182,625	0	0	332,625	0	0	0
2023	35,930	8,983	150,000	179,651	0	0	329,651	0	0	0
2024	25,682	6,421	150,000	128,411	0	0	278,411	0	0	0
2025	18,521	4,630	150,000	92,605	0	0	242,605	0	0	0
2026	14,439	3,610	150,000	72,193	0	0	222,193	0	0	0
2027	11,750	2,938	150,000	58,751	0	0	208,751	0	0	0
2028	9,852	2,463	150,000	49,260	0	0	199,260	0	0	0
2029	8,429	2,107	150,000	42,147	0	0	192,147	0	0	0
2030	7,308	1,827	150,000	36,542	0	0	186,542	0	0	0
2031	6,391	1,598	150,000	31,955	0	0	181,955	0	0	0
2032	5,617	1,404	150,000	28,084	0	0	178,084	0	0	0
2033	4,827	1,207	150,000	24,134	0	0	174,134	0	0	0
2034	3,681	920	150,000	18,407	0	0	168,407	0	0	0
2035	2,148	537	150,000	10,738	0	0	160,738	0	0	0
2036	803	201	150,000	3,961	0	0	153,961	0	0	0
2037	0	0	0	0	0	200,000	200,000	0	0	0
2038	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2041	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	307,558	76,890	2,775,000	1,537,735	0	200,000	4,512,735	1,733,333	866,667	2,600,000

- Notes:
1. P_g and P_o have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
 2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
 3. Application of P_g and P_o to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.



TABLE 14
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
 for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
 as of
DECEMBER 31, 2010
 for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 for the
ESB-9 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	4,683	4,215	33,333	23,417	0	0	56,750	86,667	43,333	130,000
2019	20,029	18,026	100,000	100,146	0	0	200,146	260,000	130,000	390,000
2020	25,874	23,286	100,000	129,369	0	0	229,369	260,000	130,000	390,000
2021	27,344	24,609	100,000	136,719	0	0	236,719	260,000	130,000	390,000
2022	27,394	24,654	100,000	136,969	0	0	236,969	173,333	86,667	260,000
2023	18,882	16,994	100,000	94,411	0	0	194,411	0	0	0
2024	11,326	10,193	100,000	56,628	0	0	156,628	0	0	0
2025	7,866	7,079	100,000	39,330	0	0	139,330	0	0	0
2026	5,760	5,184	100,000	28,799	0	0	128,799	0	0	0
2027	4,386	3,947	100,000	21,930	0	0	121,930	0	0	0
2028	3,455	3,110	100,000	17,276	0	0	117,276	0	0	0
2029	2,808	2,527	100,000	14,041	0	0	114,041	0	0	0
2030	2,331	2,098	100,000	11,654	0	0	111,654	0	0	0
2031	1,926	1,733	100,000	9,630	0	0	109,630	0	0	0
2032	1,408	1,267	100,000	7,040	0	0	107,040	0	0	0
2033	864	777	100,000	4,319	0	0	104,319	0	0	0
2034	385	346	100,000	1,923	0	0	101,923	0	0	0
2035	0	0	0	0	0	120,000	120,000	0	0	0
2036	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2037	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2038	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2041	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	166,720	150,048	1,633,333	833,600	0	120,000	2,586,933	1,040,000	520,000	1,560,000

Notes:

1. P_g and P_o have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
3. Application of P_g and P_o to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.

TABLE 15
GROSS POTENTIAL QUANTITIES, EXPENSES, and COSTS
for the
MEAN TRUNCATED VOLUME
as of
DECEMBER 31, 2010
for
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
for the
ESB-10 Prospect, URUCUTUCA Reservoir
BRAZIL

(All monetary values are expressed in thousands of U.S. dollars)

Year	Potential Oil and Condensate Quantities (10 ³ bbl)	Potential Separator gas Quantities (10 ⁶ ft ³)	Potential Operating Expenses, 10 ³ U.S.\$					Potential Capital Costs, 10 ³ U.S.\$		
			Fixed	Variable	Transport	Abandonment	Total	Drilling	Facility	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	6,695	6,025	25,000	33,473	0	0	58,473	260,000	130,000	390,000
2019	26,708	24,037	100,000	133,540	0	0	233,540	260,000	130,000	390,000
2020	26,786	24,107	100,000	133,928	0	0	233,928	260,000	130,000	390,000
2021	27,225	24,503	100,000	136,125	0	0	236,125	260,000	130,000	390,000
2022	21,260	19,134	100,000	106,299	0	0	206,299	0	0	0
2023	12,819	11,537	100,000	64,094	0	0	164,094	0	0	0
2024	8,721	7,849	100,000	43,607	0	0	143,607	0	0	0
2025	6,361	5,725	100,000	31,805	0	0	131,805	0	0	0
2026	4,881	4,393	100,000	24,406	0	0	124,406	0	0	0
2027	3,873	3,486	100,000	19,365	0	0	119,365	0	0	0
2028	3,118	2,806	100,000	15,588	0	0	115,588	0	0	0
2029	2,535	2,282	100,000	12,676	0	0	112,676	0	0	0
2030	2,075	1,868	100,000	10,376	0	0	110,376	0	0	0
2031	1,690	1,521	100,000	8,448	0	0	108,448	0	0	0
2032	1,123	1,010	100,000	5,614	0	0	105,614	0	0	0
2033	599	539	100,000	2,994	0	0	102,994	0	0	0
2034	175	157	100,000	940	0	0	100,940	0	0	0
2035	0	0	0	0	0	120,000	120,000	0	0	0
2036	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2037	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2038	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2041	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	156,642	140,978	1,625,000	783,277	0	120,000	2,528,277	1,040,000	520,000	1,560,000

- Notes:
1. P_g and P_o have not been applied to the quantities, expenses, or costs in this table.
 2. There is no certainty that any portion of the prospective resources summarized herein will be discovered; and, if discovered, there is no certainty that it will be commercially viable to produce any portion of the prospective resources estimated herein.
 3. Application of P_g and P_o to the quantities, expenses, or costs in this table, does not in anyway equate these to reserves or contingent resources.

These data accompany the report of DeGolyer and MacNaughton and are subject to its specific conditions.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAR. JUR. PPLA Nº 1671 - C/D 22709A447-54

**TRADUÇÃO
JURAMENTADA**

Eu, abaixo assinado, Tradutor Público Juramentado, nomeado pelo Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, certifico que me foi apresentado um documento exarado em idioma **Inglês**, a fim de traduzi-lo para o vernáculo, o que fiz como segue:

TRADUÇÃO Nº 19.626-2011

DeGolyer and MacNaughton
5001 Spring Valley Road
Suite 800 East
Dallas, Texas 75 244

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 2

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. PRO. R. A. N. - 162 - C. P. 22796447/04

DeGolyer and MacNaughton
5001 Spring Valley Road
Suite 800 East
Dallas, Texas 75 244

RELATÓRIO
de
31 de DEZEMBRO de 2010
sobre
RECURSOS POTENCIAIS
atribuíveis a
ALGUNS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS
de propriedade da
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
em
VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS
BRASIL

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 3

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. J. R. C. B. A. N.º 187 - C.T.F. 027094447-34

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	508
Escopo de Investigação.....	508
Autoridade.....	517
Fonte de Informações.....	517
DEFINIÇÃO de RECURSOS POTENCIAIS	518
ESTIMATIVA de RECURSOS	530
Avaliação de Risco Quantitativo e Aplicação de	534
Aplicação de Pe.....	539
AVALIAÇÃO de RECURSOS	541
RESUMO e CONCLUSÕES	550
GLOSSÁRIO DE TERMOS PROBABILÍSTICOS	
TABELAS	
Tabela P1 - Resumo de Portfólio de Prospecto Exploratório	
Tabela 1 - Estimativa de Recursos Potenciais Totais de Óleo	
Tabela 2 - Estimativa de Recursos Potenciais Líquidos de Óleo	

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 4

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N° 162 - CPF 297096447-34

- Tabela 3 - Estimativa de Recursos Prospectivos Brutos de Óleo Truncados e Ajustados para TEFS
- Tabela 4 - Estimativa de Recursos Prospectivos Líquidos de Óleo Truncados e Ajustados para TEFS
- Tabela 5 - Valor Presente Potencial a 10 Por Cento, Recursos Prospectivos Líquidos de Óleo
- Tabela 6 - Quantidades, Despesas e Custos Brutos em Potencial, ESB-1 Prospecto de óleo
- Tabela 7 - Quantidades, Despesas e Custos Brutos em Potencial, Prospecto ESB-2
- Tabela 8 - Quantidades, Despesas e Custos Brutos em Potencial, Prospecto ESB-3
- Tabela 9 - Quantidades, Despesas e Custos Brutos em Potencial, Prospecto ESB-4

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 5

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA Nº 162 - CPF 297096447-34

- Tabela 10 - Quantidades, Despesas e Custos
Brutos em Potencial, Prospecto
ESB-5
- Tabela 11- Quantidades, Despesas e Custos
Brutos em Potencial, Prospecto
ESB-6
- Tabela 12 - Quantidades, Despesas e Custos
Brutos em Potencial, Prospecto
ESB-7
- Tabela 13 - Quantidades, Despesas e Custos
Brutos em Potencial, Prospecto
ESB-8
- Tabela 14 - Quantidades, Despesas e Custos
Brutos em Potencial, Prospecto
ESB-9
- Tabela 15 - Quantidades, Despesas e Custos
Brutos em Potencial, Prospecto
ESB-10

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 6

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. A 11162 CPF 247296442-34

DeGolyer and MacNaughton
5001 Spring Valley Road
Suite 800 East
Dallas, Texas 75 244

RELATÓRIO
de
31 de DEZEMBRO de 2010
sobre
RECURSOS POTENCIAIS
atribuíveis a
ALGUNS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS
de propriedade da
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
em
VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS
BRASIL

APRESENTAÇÃO

Escopo de Investigação Este relatório
apresenta
estimativas, de

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 7

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAF JUCERJA N° 162 - CPF 297396447-34

31 de Dezembro de 2010, dos recursos de petróleo em potencial de vários prospectos exploratórios localizados em vários blocos licenciados do Brasil. Este relatório está sendo elaborado em nome de Perenco Petroleo E Gas Do Brasil Ltda. (Perenco). A Perenco representa atualmente 50% de participação de trabalhos e 45 por cento em participação de receita líquida nestes prospectos exploratórios sob os termos das licenças de exploração e produção emitidas (Tabela P1).

A Perenco declarou que mediante a conclusão do prazo primário de qualquer licença de exploração e/ou produção atual, a mesma pretende assegurar uma prorrogação ou licença adicional para qualquer prospecto exploratório descoberto. Ainda, Perenco pretende proceder com o desenvolvimento

Eseritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n° 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 8

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. Nº 18. AN.º 162. D. 1997/56347-2

e operação de qualquer perspectiva viável comercialmente descoberto. Com base nestas declarações, nós incluímos como recursos potenciais certas quantidades que, se descoberto, podem ser produzidas após o fim da vigência da licença primária atual.

As estimativas de recursos potenciais apresentadas neste relatório foram elaboradas de acordo com o Sistema de Gerenciamento de Recursos de Petróleo (PRMS) aprovado em Março de 2007 pela Sociedade de Engenheiros de Petróleo, o Conselho Mundial de Petróleo, a Associação Americana de Geólogos de Petróleo, e a Sociedade de Engenheiros de Avaliação de Petróleo. Essas definições dos recursos potenciais são detalhadamente discutidas na seção Definição de Recursos Potenciais deste relatório.

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 9

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. FICURJA N.º 112 - CPF 227096447/34

Os recursos potenciais neste relatório são expressos como recursos potenciais de participação em receita totais e líquidos. Recursos potenciais totais são definidos como o petróleo estimado total que seja potencialmente recuperável após 31 de Dezembro de 2010. Recursos potenciais de participação em receita líquidos são definidos como o produto dos recursos potenciais totais e participação em receita líquida da Perenco. Os prospectos exploratórios estão localizados em vários blocos licenciados do Brasil.

Os recursos potenciais aqui estimados são aquelas quantidades de petróleo potencialmente recuperáveis a partir de acumulações ainda a serem descobertas. Devido à incerteza de comercialização e falta de perfuração exploratória suficiente, os recursos potenciais

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 10

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. 1.102.974 Nº 162 CPF 277-996447-33

aqui estimados não podem ser classificados como recursos contingentes ou reservas. Os potenciais estimados neste relatório não são fornecidos como um meio de comparação com recursos contingentes ou reservas. Tabelas 1 a 15 resumem os recursos potenciais estimados para 10 prospectos exploratórios em 31 de Dezembro de 2010.

Mediante solicitação da Perenco, um modelo foi preparado para estimar valores em potencial que possam ser realizados a partir de recursos estimados neste caso tais recursos sejam descobertos e desenvolvidos com sucesso. Há uma possibilidade de que os prospectos não resultarão em descobertas e desenvolvimento bem-sucedidos, em cujo caso não poderia haver qualquer valor presente em potencial. Não há qualquer certeza de que qualquer parte dos recursos prospectivos

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ¹¹

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N° 162 - CPF 297096447-34

estimados será descoberta. Caso sejam descobertos, não há qualquer certeza de que serão viáveis comercialmente para produzir qualquer parte dos recursos prospectivos avaliados.

Os valores em potencial dos recursos prospectivos estimados neste estão expressos em termos de valor presente potencial a 10 por cento. O valor presente potencial a 10 por cento é definido como receita líquida futura potencial descontada a uma taxa de desconto arbitrária especificada composta mensalmente sobre o período estimado de realização. Receita líquida futura potencial é aquela receita que pode ser derivada da venda dos recursos prospectivos estimados totais recuperáveis após 31 de Dezembro de 2010, após deduções para despesas operacionais, custos de capital, impostos e *royalties*. Neste relatório,

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ¹²

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N° 162 - CPF 297096447-34

valores do valor presente potencial foram estimados utilizando uma taxa de desconto de 10 por cento. Valores do valor presente potencial a 10 por cento foram estimados pelo cenário com base em modelagem econômica probabilística e determinista, analogia de campo, análises estatísticas e experiência regional. Um valor presente potencial por metodologia de quantidade de recursos prospectivos foram utilizados para desenvolver uma estimativa de valor presente potencial para os recursos prospectivos modelados probabilisticamente. Esta metodologia é discutida em mais detalhes na seção Avaliação de Recursos deste relatório.

Estimativas de valor presente potencial a 10 por cento são mostradas neste relatório para os recursos prospectivos após ajuste para a probabilidade de sucesso econômico e geológico na descoberta e

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, n° 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 13

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. ERJA 12.11.62 - CMT 197096447-16

desenvolvimento de um campo comercialmente viável. As estimativas de valor presente potencial a 10 por cento são fornecidas como meio de comparação para estimativas de valor presente potencial a 10 por cento de outros recursos e não fornecem um meio de comparação direta com as estimativas de valor presente atribuíveis a reservas. O processo de ajuste de probabilidade considera a probabilidade de uma descoberta economicamente viável e a probabilidade de desenvolvimento do prospecto de petróleo.

As estimativas de valor presente potencial a 10 por cento não levam em consideração as incertezas associadas com condições políticas e de mercado. As estimativas estão expressas em termos de valor presente potencial descontado a 10 por cento. Todas as estimativas de valor presente potencial

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 14

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JURISDICA Nº 162 - CTT 297096447-14

a 10 por cento apresentadas neste relatório estão expressas em dólares dos Estados Unidos (US\$). O cenário de falha total para estimativa de valor presente potencial a 10 por cento reconhece a chance que zero poços encontrem recursos econômicos em potencial. Esta probabilidade de nenhum valor presente positivo é intrínseca a todos os portfólios de prospecto.

As estimativas dos recursos potenciais devem ser consideradas somente como estimativas que podem modificar-se à medida que informações adicionais são disponibilizadas. Não apenas tais estimativas dos recursos potenciais são baseadas naquelas informações atualmente disponíveis, mas tais estimativas também estão sujeitas às incertezas inerentes à aplicação de fatores de julgamento na interpretação de tais informações. As estimativas de quantidades de recursos

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 15

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. BRCELA Nº 143 - CPY 09702642-14

potenciais não devem ser confundidas com aquelas quantidades associadas e recursos contingentes ou reservas devido aos riscos adicionais envolvidos. As quantidades que poderiam ser de fato recuperadas, caso sejam descobertas e desenvolvidas, podem ser significativamente diferentes das estimativas aqui apresentadas.

Autoridade

Este relatório foi autorizado pelo Sr. Duncan Wallace, Gerente Geral, Perenco.

Fonte de Informações

Na elaboração deste relatório, confiamos, sem verificação independente, fornecidos por ou em nome da Perenco com relação às participações proprietárias a serem avaliadas, dados de sub-

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 16

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAJ. J. CÉRIA N.º 162 C/P. 29709447/34

superfície na medida em que sejam pertinentes aos objetivos alvo e prospectos em meta, e várias outras informações e dados técnicos que foram aceitos conforme declarados. Este relatório foi baseado em dados disponíveis em 31 de Dezembro de 2010.

DEFINIÇÃO DE RECURSOS POTENCIAIS

Recursos petrolíferos inclusos neste relatório são classificados como recursos potenciais e foram preparados de acordo com o PRMS aprovado em Março de 2007 pela Sociedade de Engenheiros do Petróleo, Conselho Mundial de Petróleo, a Associação Americana de Geólogos do Petróleo, e a Sociedade de Engenheiros de Avaliação do Petróleo. Por causa da falta de comercialidade ou perfuração suficiente, os recursos potenciais aqui estimados não podem ser classificados como

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 17

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

SAAL - FIC/PRJA Nº 152 - C/P 292396447/34

recursos contingentes ou reservas. Os recursos petrolíferos são classificados a seguir:

Recursos potenciais - Tais quantidades de petróleo que são estimadas, a partir de uma certa data, a serem potencialmente recuperáveis de acumulações não descobertas através de futuros projetos de desenvolvimento.

A estimativa de quantidade de volumes de recursos para um prospecto exploratório está sujeita a incertezas comerciais e técnicas e, geralmente, pode ser apresentada como intervalo de valores. O intervalo de variação de incerteza reflete um limite razoável de volumes potencialmente recuperáveis estimados. Em todos os casos, os intervalos da variação de incerteza depende da quantidade e qualidade dos dados comerciais e

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 18

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. Nº 162 - CPJ. 291096447-34

técnicos que estejam disponíveis e podem mudar a medida que mais dados tornem-se disponíveis.

Estimativas Baixas, Melhores, Altas e Médias - Estimativas de recursos petrolíferos neste relatório são expressas mediante a utilização dos termos de estimativa baixa, melhor estimativa, estimativa alta, e estimativa média para refletir os intervalos da variação de incerteza.

Uma explicação detalhada dos termos probabilísticos usados aqui e identificados com um asterisco (*) está incluída no Glossário de Termos Probabilísticos vinculados com este relatório. Para estimativas probabilísticas de recursos petrolíferos, a estimativa baixa é utilizada como P90*, quantidade derivada da análise probabilística. Isto significa que há pelo menos uma

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 19

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. BRZ/EX-6 N.º 162 - CPF 293.96447-34

probabilidade de 90% de que, supondo que o prospecto exploratório seja descoberto e desenvolvido, as quantidades realmente recuperadas serão iguais ou superiores à estimativa baixa. A estimativa melhor (mediana) é utilizada como P50*, quantidade derivada de análise probabilística. Isto significa que há pelo menos uma probabilidade de 50% que, supondo que o prospecto exploratório seja descoberto e desenvolvido, as quantidades realmente recuperadas serão iguais ou superiores à estimativa melhor (mediana). A estimativa alta é utilizada como P10*, quantidade derivada da análise probabilística. Isto significa que há pelo menos uma probabilidade de 10% que, supondo que o prospecto exploratório seja descoberto e desenvolvido, as quantidades realmente recuperadas serão iguais ou superiores à estimativa alta. O valor esperado* (EV), um

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 20

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJANº 182 - CEP 29.799-6447-34

resultado da análise probabilística, é utilizado para a estimativa média.

Incertezas Relativas a Recursos Potenciais - A Quantidade de petróleo descoberto através de perfuração exploratória depende do número de prospectos exitosos, assim como da quantidade que cada prospecto exploratório exitoso contém. Previsões confiáveis destas quantidades dependem, portanto, de previsões precisas do número de descobertas que provavelmente podem ser feitas se o portfólio completo de prospectos for perfurado. A precisão desta previsão depende do tamanho do portfólio e de uma avaliação precisa da probabilidade de sucesso geológico* (P_g).

Probabilidade de Sucesso Geológico - P_g é definida como a probabilidade de descobrir reservatórios que produzem petróleo a uma vazão

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 21

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

1987-2018 - N.º 112 - 1111/2018/14

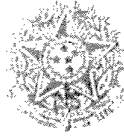
mensurável. P_g é estimada através da quantificação da probabilidade de cada um dos seguintes fatores geológicos individuais: trapa, geração, reservatório e migração. O produto destas quatro probabilidades ou fatores de chance é computado como P_g .

Neste relatório, estimativas de recursos potenciais são apresentadas antes e depois do ajuste pela P_g . As estimativas de recursos potenciais totais baseiam-se na soma probabilística das quantidades para o inventário total de prospectos.

A aplicação de P_g para estimar as quantidades de recursos potenciais ajustados pela P_g não iguala recursos potenciais a reservas ou recursos contingentes. As quantidades de recursos potenciais ajustados P_g não podem ser comparados diretamente ou agregados com as reservas e/ou

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cielândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 22

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAI 001 11/11/11 11:11:11

recursos contingentes. Estimativas da P_g são interpretativas e dependem da qualidade e quantidade dos dados atualmente disponíveis. A futura aquisição de dados, tais como aquisição sísmica ou perfuração adicional, pode ter um efeito significativo na estimativa da P_g . Estes dados adicionais não estão limitados à área de estudo, mas também incluem dados de arcabouços geológicos similares ou avanços tecnológicos que poderiam afetar a estimativa de P_g .

Previsibilidade versus Tamanho de Portfólio - A precisão das previsões do número de descobertas que são prováveis de serem feitas é restringida pelo número de prospectos no portfólio de exploração. O tamanho do portfólio juntamente com a P_g são úteis na medição dos limites de confiabilidade destas previsões. Uma alta P_g que indica uma grande chance de descoberta relevante de petróleo, pode não exigir um

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

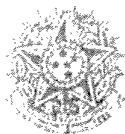
Paulo Fernando Santos de Lacerda 23

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAI 08 1994 Nº 162 - 1º DE 2º QUARTIL DE 94

portfólio grande para garantir que pelo menos uma descoberta será feita (supondo que a P_g não mude durante a perfuração de alguns dos prospectos). Em contraste, uma P_g baixa, que indica pouca chance de descoberta relevante de petróleo, pode exigir um grande número de prospectos para assegurar um alto nível de confiança para se fazer uma única descoberta. A relação entre tamanho de portfólio, P_g e a probabilidade de um programa de perfuração totalmente malsucedido que resulte em uma série de poços não encontrando volumes relevantes de hidrocarbonetos é aqui mencionada como a relação da previsibilidade versus tamanho do portfólio* (PPS). É crucial estar ciente da PPS, já que um programa de perfuração malsucedido, que resulte em uma série de poços que não encontrem volumes relevantes de hidrocarbonetos, pode afetar adversamente





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 24

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

VALORES NEGATIVOS

qualquer esforço de exploração, resultando em um valor presente negativo.

Para um vasto portfólio de prospectos exploratórios, a estimativa média ajustada pela P_g da quantidade de recursos potenciais deverá ser uma estimativa razoável dos volumes de petróleo recuperável encontrados se todos os prospectos forem perfurados. Quando o número de prospectos no portfólio for pequeno e a P_g for baixa, o petróleo recuperável realmente encontrado poderá ser consideravelmente menor do que indicaria a melhor estimativa ajustada pela P_g . Segue-se que a probabilidade de que todos os prospectos sejam malsucedidos é menor quando existe um grande inventário de prospectos.

Etapas de Avaliação Técnica de Prospecto Exploratório - Um prospecto exploratório,

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 25

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

DATA DE REGISTRO: 15/08/1994

muitas vezes, pode ser subcategorizado baseado na sua etapa corrente de avaliação técnica. As diferentes etapas da avaliação técnica relacionam-se à quantidade de dados geológicos, geofísicos, de engenharia e petrofísicos, bem como a qualidade dos dados disponíveis.

Prospecto Exploratório - Um prospecto exploratório é potencial acumulação que é suficientemente bem definida para ser um alvo viável para perfuração. Para um prospecto exploratório, existem suficientes dados e análises para identificar e quantificar as incertezas técnicas, para determinar limites razoáveis para fatores de chance geológica, e parâmetros petrofísicos e de engenharia e estimar os recursos potenciais.

Lead - Um *lead* é bem menos definido e requer dados adicionais e/ou avaliação para ser





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 26

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS

classificado como um prospecto exploratório. Um exemplo seria um fechamento mal definido, mapeado utilizando dados sísmicos regionais esparsos numa bacia que contenha geração e reservatórios favoráveis. Um *lead* pode ou não ser elevado ao status de prospecto exploratório, dependendo dos resultados de trabalho técnico adicional. Um *lead* deve ter uma P_0 igual ou menor que 0,05 para refletir a incerteza técnica inerente.

Play - Um projeto associado a uma tendência de prospectos potenciais, mas que requer mais aquisição de dados e/ou avaliação a fim de definir *leads* ou prospectos específicos.

Limite Econômico para Tamanho de Campo - O limite econômico para tamanho de campo (TEFS) é o valor mínimo do petróleo produzível exigido para recuperar o capital total e despesa





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 27

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

REG. Nº 1.111/1994 - C.P.F. Nº 97.744.734

operacional utilizados para estabelecer a acumulação potencial como tendo valor presente potencial igual a zero.

Probabilidade de Sucesso Econômico - A probabilidade de sucesso econômico (P_e) é definida como a probabilidade de que uma dada descoberta será economicamente viável. Leva em conta P_q , TEFS, P_{TEFS} , custos de capital, despesas operacionais, o plano de desenvolvimento proposto, o modelo econômico (análise de fluxo de caixa descontado) e outros fatores econômicos e comerciais. P_e é calculada a seguir:

$$P_e = P_q \times P_{TEFS}$$

Probabilidade de Limite econômico para Tamanho de Campo - A probabilidade de limite econômico para tamanho de campo (P_{TEFS}) é definida como a





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 28

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. INTER. A 02/1994-11/11/94/11/11

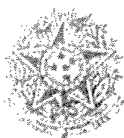
probabilidade de descoberta de uma acumulação que seja grande o suficiente para ser economicamente viável. P_{TEFS} é estimada mediante a utilização da distribuição de quantidades recuperáveis em potencial de recursos prospectivos em conjunto com TEFS. A probabilidade associada a TEFS pode ser determinada graficamente a partir da distribuição de quantidades recuperáveis brutas em potencial.

ESTIMATIVA de RECURSOS POTENCIAIS

As estimativas de recursos potenciais foram elaborados através de métodos de engenharia e padrões geológicos geralmente aceitos pela indústria do petróleo. O método ou a combinação de métodos usados na análise dos reservatórios foram enriquecidos com a experiência com reservatórios semelhantes, a

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 29

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. COPIA Nº 162.017.000487/13

etapa de desenvolvimento e qualidade e quantidades de dados básicos.

A análise probabilística dos recursos potenciais neste relatório considerou a incerteza na quantidade do petróleo que pode ser descoberto, e a P_q . A análise de incerteza considera a variedade de possibilidades de qualquer parâmetro volumétrico existente. As estimativas baixas, melhores, altas, e médias de recursos potenciais foram elaboradas considerando esta incerteza. A análise de P_q considera a probabilidade de que o prospecto exploratório identificado contenha o petróleo que produza a uma vazão mensurável. A análise de P_e considera a probabilidade de que recursos potenciais sejam economicamente viáveis.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

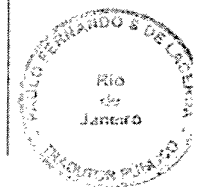
Paulo Fernando Santos de Lacerda 31

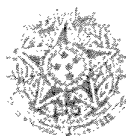
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

ATA DE REGISTRO Nº 162 - 17/09/2004

Neste relatório, 10 acumulações potenciais são denominadas como prospectos e estruturas geológicas para refletir o estágio atual de avaliação técnica.

Gás não associado é um gás em condições iniciais de reservatório sem petróleo bruto presente no reservatório. Gás com tampão de gás é um gás nas condições iniciais do reservatório e está em comunicação com a zona de óleo subjacente. Gás de solução é gás dissolvido em petróleo bruto em condições iniciais de reservatório. Em acumulações conhecidas, o gás de solução e o gás com tampão de gás são algumas vezes produzidos juntos, e, como um todo, são chamadas de gás associado. Porém, não há certeza de que o potencial reservatório seja portador de gás, óleo ou água. Por esta incerteza, os volumes de recursos potenciais são identificados aqui como óleo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 32

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

BRASIL, 1994

Avaliação de Risco

Quantitativo e Aplicação de P_g Indicativos

mínimos, modais e máximos da área produtiva foram obtidos de mapas, dados sísmicos disponíveis e/ou analogia. Indicativos baixos, médios e altos dos parâmetros petrofísicos (porosidade, saturação de petróleo, e espessura líquida de hidrocarboneto), dos parâmetros de engenharia (eficiência de recuperação e propriedades de fluidos) também foram obtidos baseados em dados disponíveis de poços, dados regionais, dados de campo análogos, e experiência global. As distribuições de probabilidade individual de volume líquido de rocha e de parâmetros de engenharia e

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 33

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

TRADUÇÃO DE: ...

petrofísica foram obtidas desses indicativos e estão resumidos na Tabela 5.

As distribuições das variáveis foram obtidas de (1) interpretações baseadas em cenários, (2) dados geológicos, geofísicos, petrofísicos, e de engenharia disponíveis, (3) conhecimento local, regional e global, e (4) estudos de campo e casos na literatura. Os parâmetros usados para modelar os volumes recuperáveis foram a área produtiva, a espessura líquida de hidrocarboneto, o fator de correção geométrica, a porosidade, a saturação de petróleo, o fator de volume de formação e a eficiência de recuperação. Indicativos mínimos, médios e máximos foram usados para modelar estatisticamente e delimitar os parâmetros P90, P50 e P10. A Área produtiva e espessura líquida de hidrocarboneto foram modeladas usando distribuições lognormais truncadas. As

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 34

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAI 2014, BR, A Nº 112, CPN 293/DAAZ/14

distribuições triangulares e normais truncadas foram usadas para modelar o fator de correção geométrica, o fator de volume de formação e a eficiência de recuperação. A porosidade e saturação de petróleo foram modeladas usando distribuições normais truncadas. A amostragem hipercúbica latina foi utilizada para melhor representar os limites das distribuições.

Cada parâmetro volumétrico individual foi investigado usando uma abordagem probabilística com atenção à variabilidade. Dados determinísticos foram usados para ancorar e modelar as várias distribuições. Os parâmetros de volume líquido de rocha tiveram o maior intervalo de variabilidade, e por isso tiveram maior impacto na incerteza da simulação. A variabilidade de parâmetro volumétrico foi baseada nas incertezas estratigráficas e estruturais devido ao ambiente

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cineândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 35

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. REG. CR. Nº 177 - D. 07/22/96447-01

deposicional e à qualidade dos dados sísmicos. Dados de campo análogos foram incorporados estatisticamente para obter limites de incerteza e restrições no volume líquido poroso. A incerteza associada a conversão de profundidade, interpretação sísmica, mapeamento de espessura bruta de areia, e premissas de espessura líquida de hidrocarboneto também foram obtidas de estudos de reservatórios análogos, múltiplos cenários interpretativos, e análises de sensibilidade.

Uma análise P_g foi aplicada para estimar as quantidades que podem resultar de fato da perfuração destes prospectos. Na análise P_g , as estimativas P_g foram obtidas para cada prospecto exploratório através do produto das probabilidades de quatro fatores de sucesso geológicos: trapa, reservatório, migração e geração.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 36

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

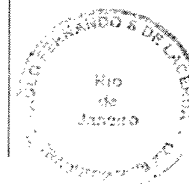
SELO DE AUTENTICIDADE DO ORIGINAL

As estimativas de recursos potenciais de participação em receita líquidos e totais de óleo, e as estimativas P_g , em 31 de Dezembro de 2010, aqui avaliadas são mostradas nas Tabelas 1 a 2. A estimativa média ajustada por P_g dos recursos potenciais foi então obtida pelo produto probabilístico de P_g e das distribuições de recursos para o prospecto exploratório. Esses resultados foram então somados estocasticamente (dependência zero) para obter as estimativas médias de recursos potenciais ajustadas pelo P_g .

A aplicação do fator P_g para estimar os volumes de recursos potenciais ajustados pela P_g não iguala recursos potenciais a reservas ou recursos contingentes. As estimativas ajustadas pela P_g de volumes de recursos potenciais não podem ser diretamente

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 38

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. PROCES. AN Nº 162 CPE 75096447/34

P_e , ajustadas-TEFS e truncadas dos recursos prospectivos foram então estimadas pelo produto probabilístico de P_e e pelas distribuições de recursos prospectivos ajustados-TEFS, truncados para cada um dos prospectos individuais. Estes resultados foram então somados estocasticamente (dependência zero) e redistribuídos para produzir as estimativas de recursos prospectivos ajustados P_e , ajustados-TEFS.

Estimativas de 31 de Dezembro de 2010 dos recursos prospectivos de óleo de participação em receita líquidos e brutos ajustados P_e , ajustados-TEFS avaliadas aqui estão resumidas nas Tabelas 3 e 4.

A aplicação do fator P_e para estimar os volumes de recursos prospectivos ajustados P_e não se iguala a recursos prospectivos com reservas potenciais ou

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 39

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. LACERDA Nº 140 - CPF 02796447-04

recursos contingentes. Estimativas de P_e são interpretativas e dependem da qualidade e quantidade de dados atualmente disponíveis. Aquisição de dados futuros, desenvolvimentos técnicos ou cenários econômicos favoráveis podem ter um efeito significativo sobre a estimativa P_e . Estes dados adicionais não estão confinados à área de estudo, mas também incluem dados de configurações geológicas semelhantes ou avanços tecnológicos que poderiam afetar a estimativa de P_e .

AVALIAÇÃO de RECURSOS PROSPECTIVOS

As estimativas de valor presente potencial de receita líquida futura descontada a 10 por cento que poderia ser realizada para os recursos prospectivos estimados neste relatório dependem da descoberta bem-sucedida e desenvolvimento dos prospectos

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 40

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. COPIA Nº 162 CPF 99.086.441-34

avaliados neste. O valor presente potencial estimado dos recursos prospectivos avaliados neste relatório a ser utilizado para comparação e classificação destes recursos prospectivos contra outros recursos prospectivos apenas. O valor presente potencial estimado para os recursos prospectivos não pode ser comparado diretamente a, igualado a, ou agregado às estimativas de valor presente que poderiam ser realizadas a partir de recursos contingentes ou reservas, nem as estimativas de valor presente potencial são uma avaliação do valor de mercado justo das propriedades aqui avaliadas.

Metodologias

probabilísticas e deterministas foram utilizadas para estimar o valor presente potencial a 10 por cento que poderia ser realizado caso os recursos prospectivos estimados neste sejam descobertos e desenvolvidos com sucesso.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 41

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. INSCRIÇÃO Nº 149 - CPF 07074447-4

Métodos

probabilísticos foram utilizados para estimar quantidades de recursos prospectivos. Modelos deterministas incorporaram vários fatores econômicos e práticas de desenvolvimento com base nas quantidades de recursos prospectivos probabilísticos. Os seguintes foram estimados deterministicamente: despesas operacionais, custos de capital, preços (US\$ 78,00 estimativa baixa, US\$ 104,00 estimativa média, US\$ 129,00 estimativa alta por barril para óleo cru Brent, não aumentado em US\$ de 2010), produção potencial, depreciação, impostos, valor temporário de dinheiro, vida em campo, custos de poço de exploração, tempo de desenvolvimento, o custos de abandono com consideração de outros fatores. Estes dados contêm inerentemente variação nas suposições econômicas, transporte, perfuração, e outros custos de instalação de

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 42

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. BR. N.º 142 - 1.º DE 207096442-34

infra-estrutura. Este valor presente potencial com base nestas três determinantes por unidade de estimativas de (baixa, média e alta) recursos foi utilizado para construir valor presente potencial por unidade de distribuições de recursos. Estas distribuições foram utilizadas para atribuir valor potencial supondo a descoberta e desenvolvimento bem-sucedido de cada prospecto respectivo.

As estimativas de valor presente potencial a 10 por cento que poderiam ser realizadas para os recursos prospectivos de estimativa média, ajustados-TEFS, truncados são apresentadas depois de ajuste para P_e . O valor presente potencial a 10 por cento por barril foi utilizado na avaliação de risco quantitativo em conjunto com os recursos prospectivos ajustados P_e , ajustados-TEFS, truncados para estimar valor presente

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 43

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAR 23, 1994 11:02 AM P. 2/09447 04

potencial. (O Glossário de Termos Probabilísticos anexado a esta avaliação apresenta equações e definições relevantes).

A metodologia de valor presente potencial a 10 por cento por barril é uma estimativa probabilística. Portanto, o valor presente potencial a 10 por cento por barril é expresso como distribuição ao invés de um valor individual. Resultados probabilísticos envolvem milhares de iterações utilizando distribuições. Estimativas deterministas e operações matemáticas relacionadas (adição, subtração, multiplicação e divisão) não podem ser realizadas sobre distribuições de recursos prospectivos ou valor presente potencial a 10 por cento por distribuições de barris. Qualquer tal cálculo produz resultados inválidos que não são comparáveis aos resultados probabilísticos

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 45

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. T. 1.º - 2.ª - C. P. 200794447 TM

de exploração em potencial. Sucesso de exploração mescla probabilisticamente TEFS, volumes ajustados- P_e , participação líquida, e valor presente potencial a 10 por cento por barril. Falha de exploração mescla probabilisticamente a probabilidade falha econômica e o custo de poço seco de exploração. A estimativa resultante de volumes, probabilidades de sucesso econômico e falha, participação, e custos de perfuração de exploração pode variar de valor presente potencial positivo a 10 por cento a valor potencial negativo a 10 por cento. Por exemplo, um valor presente potencial negativo a 10 por cento poderia resultar em um prospecto com volume ajustado-TEFS, truncado e pequeno, uma P_e baixa, um valor presente potencial positivo de baixo a moderado por barril de óleo equivalente, e um alto custo de poço de exploração. Consideração de "failure leg" (algo como brecha





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 46

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAE - BOEQUA Nº 162 - Fº 097026447-34

para falhas) para qualquer estimativa de avaliação de exploração é prática padrão da indústria. Uma explicação detalhada das variáveis relevantes e fórmula é apresentada sob a definição de Valor Presente Potencial no Glossário de Termos Probabilísticos anexado a este relatório.

Os TEFS de recursos prospectivos estimados para os prospectos brasileiros e namibianos estão resumidos na Tabela PI. Distribuições log-normais truncadas de valor presente potencial por barril foram utilizadas na simulação. Para cada prospecto, o valor presente potencial a 10 por cento de entrada por barril de óleo equivalente está resumido na Tabela Pl.

O valor presente potencial a 10 por cento estimado, expresso em

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 47

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. RJ Nº 192 - CPF 197096442-34

milhares de US\$ dos recursos prospectivos brutos ajustados- P_e , ajustados-TEFS, truncados atribuíveis à área de licença caso os prospectos tenham sido descobertos e desenvolvidos com sucesso, está resumido na Tabela 6.

A aplicação de P_e para estimar os recursos prospectivos ajustados P_e não se iguala a recursos prospectivos e seus valores associados com reservas ou recursos contingentes. Quantidades de recursos prospectivos ajustados P_e e seus valores associados não podem ser comparados diretamente a ou agregados a recursos ou reservas contingentes e seus valores associados.

Estimativas de P_e são interpretativas e dependem da qualidade e quantidade de dados atualmente disponíveis. Mudanças futuras nos ambiente fiscal e/ou infra-





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 48

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAE JUR/06/12/169 01179206644/34

estrutura da área podem modificar estes valores
significativamente. Não há certeza de que
qualquer parcela dos recursos potenciais
estimados aqui seja descoberta. Se descoberto,
não há certeza de que será comercialmente viável
a produção de qualquer parcela dos recursos
potenciais avaliados.

RESUMO e CONCLUSÕES

Recursos potenciais em 10 prospectos de óleo foram identificados no Brasil. Estimativas de recursos potenciais de participação de receita totais e líquidos de óleo em 31 de Dezembro de 2010, estão resumidos a seguir, expressos em milhares de barris (10³bb1):

	Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média
Unidades Inglesas				
Recursos Potenciais				
Totais de Óleo, 10 ³ bb1	3.347.320	4.249.004	5.459.945	4.334.282





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 49

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAI 2007/ERJA N.º 167 - C/PE 27396442 14

Recursos Potenciais				
Líquidos de Óleo, 10 ³ bb1	1.389.138	1.839.362	2.439.676	1.945.821

Observações:

1. P_n não foi aplicada aos volumes nesta tabela.
2. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
3. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P_{90} , P_{50} , e P_{10} , e média respectivamente.
4. Os recursos potenciais apresentados acima são baseados no método de agregação estatística.
5. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não soluciona recursos potenciais em relação a recursos contingentes ou reservas.
6. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

Estimativas de recursos potenciais de participação em receita de óleo, ajustados- P_n , ajustados-TEFS, truncados, líquidos e totais, em 31 de Dezembro de 2010, estão resumidas a seguir, expressas em milhares de barris (10³bb1):

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, n.º 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 50

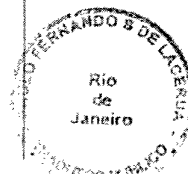
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

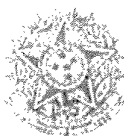
VALOR ESTIMADO DO P90, P50, P10 E MÉDIA

	Estimativa Baixa	Melhor Estimativa	Estimativa Alta	Estimativa Média
Recursos Potenciais Totais, ajustados-TEFS, truncados Recursos Potenciais Totais de Óleo, ajustados-P _e , ajustados-TEFS, truncados 10 ³ bbl	3.516.663	4.463.328	5.654.830	4.541.215
Recursos Potenciais líquidos, ajustados-TEFS, Truncados Recursos Potenciais Líquidos de Óleo, ajustados-P _e , ajustados-TEFS, truncados 10 ³ bbl	1.564.090	1.986.948	2.521.842	2.043.547

Observações:

1. P₉ não foi aplicada aos volumes nesta tabela.
2. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
3. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P90, P50, e P10, e média respectivamente.
4. Os recursos potenciais apresentados acima são baseados no método de agregação estatística.
5. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não soluciona recursos potenciais em relação a recursos contingentes ou reservas.
6. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 51

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

VALOR EM ANOS DO INTERPRETE

Recursos potenciais de participação em receita líquidos e totais de óleo p_g-ajustados médios estimados, em 31 de Dezembro de 2010, estão resumidos a seguir, expressos em unidades inglêsas, em milhares de barris (10³bb1):

	Estimativa Média
Recursos Potenciais Totais, Ajustados P_g, Ajustados-TEFS	1.2227.091
Recursos Potenciais Totais de Óleo P _g Ajustados, 10 ³ bb1	
Recursos Potenciais Líquidos, Ajustados P_g, Ajustados-TEFS	100.547
Recursos Potenciais Líquidos de Óleo P _g Ajustados, 10 ³ bb1	

Observações:

1. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
2. os recursos potenciais apresentados acima são baseados no método de agregação estatística.
3. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não soluciona recursos potenciais em relação a recursos contingentes ou reservas.
4. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 52

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. TRAN. Nº 1122 - 174.99709442-14

A seguinte tabela resume o valor presente potencial a 10 por cento (50% de participação de trabalhos e e 45 por cento de participação de receita líquida da Perenco) que pode ser realizado a partir da produção e venda de recursos prospectivos de óleo, ajustados-Pe, ajustados-TEFS, truncados, de vários prospectos avaliados nestes, utilizando o valor presente potencial a 10 por cento por metodologia de volume de recursos prospectivos de 31 de Dezembro de 2010, expresso em milhares de dólares dos EUA (10³ US\$):

	Valor Presente Potencial a 10 Por Cento			
	Estimativa Baixa (10 ³ U.S. \$)	Melhor Estimativa (10 ³ U.S. \$)	Estimativa Alta (10 ³ U.S. \$)	Estimativa Média (10 ³ U.S. \$)

Recursos Líquidos Potenciais de Óleo, Ajustados-Pe, Ajustados-TEFS, Truncados	2,336,693	3,308,466	4,664,395	3,432,541
---	-----------	-----------	-----------	-----------

1. O valor presente potencial estimado de recursos potenciais a 10 por cento não é comparável as estimativas de valor presente de recursos contingentes ou reservas.
2. Estimativas de valor presente potencial a 10 por cento para recursos potenciais não consideram ajustes devido a incertezas políticas e/ou ambientais.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 53

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

TRADUÇÃO DO RELATÓRIO DE PROSPECTAS

3. Há uma possibilidade de que os prospectos não resultarão em descobertas e desenvolvimento bem-sucedidos, em cujo caso não poderia haver qualquer valor presente positivo.
4. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P90, P50, e P10, e média respectivamente.
5. Os recursos potenciais apresentados acima são baseados no método de agregação estatística.
6. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta. Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.

As diretrizes PRMS sugerem que o método de soma aritmética seja utilizado para agregar quantidades de recursos acima do nível de campo, propriedade e projeto. As quantidades de recursos potenciais agregados pelo método de soma aritmética para os prospectos avaliados neste relatório são apresentadas nas tabelas de recursos anexadas a este relatório.

Apresentado,
(consta assinatura)
DeGOLYER and MacNAUGHTON

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁵⁴

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. Nº 12.012/2004-1/14

Texas Registered Engineering
Firm F-716

ASSINADO: 26 de Abril de 2011

John W. Wallace, P.E.
Vice Presidente Senior
DeGolyer and MacNaughton

GLOSSÁRIO de TERMOS PROBABILÍSTICOS

1C - Denota cenário de estimativa baixa de recursos contingentes.

2C - Denota cenário de melhor estimativa de recursos contingentes.

3C - Denota cenário de estimativa alta de recursos contingentes.

Acumulação - O termo acumulação é usado para identificar um corpo individual de petróleo móvel.

Uma acumulação conhecida (contem reservas ou

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 55

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

ATA DO PROCEL Nº 142 - CPT 28706442/34

recursos contingentes) deve ter sido penetrada por um poço. O poço deve ter demonstrado claramente a existência de petróleo móvel por fluxo até a superfície ou, pelo menos alguma recuperação de uma amostra de petróleo através do poço. Entretanto, perfis e/ou dados de testemunho do poço podem definir uma acumulação, desde que haja uma boa analogia a uma acumulação próxima conhecida geologicamente comparável.

Soma Aritmética - O processo de somar um conjunto de números que representam estimativas de quantidades e de recursos no reservatório, prospecto exploratório ou a nível de portfólio. A agregação estatística leva a resultados diferentes.

Melhor Estimativa (Mediana) - A melhor estimativa (mediana) é a quantidade P_{50} . O P_{50} significa que há uma chance de 50% que uma quantidade estimada, tais como, volumes de recursos potenciais ou um valor associado, será igualado ou excedido.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 56

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAF - INTERPRETE - 9106447-34

Recursos Contingentes - Aquelas quantidades de petróleo estimadas, a partir de uma determinada data, potencialmente recuperáveis de acumulações conhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento, mas que não são consideradas atualmente comercialmente recuperáveis devido a uma ou mais contingências.

Baseado nestas suposições referentes a condições futuras e seu impacto sobre a viabilidade econômica final, projetos atualmente classificados como Recursos Contingentes podem ser amplamente divididos em três grupos:

Recursos Marginais Contingentes - Aquelas quantidades associadas com projetos tecnicamente viáveis que sejam atualmente econômicos como projetados para serem econômicos sob melhoramentos previstos das condições comerciais, mas não estão planejados para serem desenvolvidos devido a uma ou mais contingências.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 57

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS

Recursos Contingentes Sub-Marginais - Aquelas quantidades associadas com descobertas para as quais uma análise indica que o desenvolvimento de projetos tecnicamente viáveis não seriam econômicos e/ou outras contingências não seriam satisfeitas sob melhoramentos atuais ou razoavelmente previstos nas condições comerciais. Estes projetos, no entanto, devem ser relidos no inventário de recursos descobertos com a pendência de mudanças importantes imprevistas em condições comerciais.

Recursos Contingentes Indeterminados - Onde avaliações são incompletas, de forma que seja prematuro definir claramente o chance final de comercialidade, final, é aceitável considerar que o status econômico do projeto seja "indeterminado".

Valor Esperado - O valor esperado (EV) é a média ponderada pela probabilidade do parâmetro que está sendo estimado, onde valores de probabilidade da distribuição de probabilidade são usados como fatores de peso. Valores do parâmetro (abscissa) e





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 58

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. INTER. PLAN. 1.62 - CPF 083976447-04

probabilidades (ordenada) são os pares Cartesianos (por exemplo, volumes recuperáveis totais e P_{90}), os quais definem a distribuição de probabilidade. Estes parâmetros são ponderados pela probabilidades e somados para obter-se o valor esperado resultante. A equação para calcular o valor esperado é a seguinte:

$$EV = \sum_{i=1}^n (P_i)(V_i)$$

onde: P = probabilidade de distribuição de probabilidade, ordenada

V = valor de parâmetro, abscissa

i = um valor específico em uma seqüência ordenada de valores

n = o número total de amostras

O valor esperado é a soma algébrica de todos os produtos obtidos pela multiplicação do valor do parâmetro e sua probabilidade associada de ocorrência. O valor esperado é, algumas vezes, denominado de estimativa média ou de média estatística. Em uma análise probabilística, o valor esperado é a única quantidade que pode ser tratada aritmeticamente (por adição, subtração, multiplicação





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 59

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

TRADUÇÃO DE: PAULO FERNANDO SANTOS DE LACERDA

ou divisão). Todas as outras quantidades, tais como mediana (P_{50}), modo, P_{90} , e P_{10} , requerem técnicas probabilísticas para ajustes ou agregação.

A probabilidade associada com a média estatística depende da variância da distribuição da qual a média é calculada. A estimativa média é a média estatística (a média ponderada pela probabilidade), a qual, tipicamente, tem uma probabilidade no intervalo de P_{45} a P_{15} . Por isto, se uma descoberta exitosa ocorre, a probabilidade da acumulação conter o volume de médio estatístico ou maior, é usualmente entre 45 e 15 por cento.

O valor esperado é a quantidade preferencial para ser utilizada como melhor estimativa em estimativas probabilísticas de recursos potenciais. A quantidade P_{90} e P_{10} é geralmente utilizada para estimativas baixa e alta, respectivamente, de recursos potenciais. Agregação ou ajustes de escala de quantidades de P_{90} , P_{50} , e P_{10} devem ser realizados probabilisticamente, e não aritmeticamente.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 60

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

PAULO FERNANDES DE LACERDA

Fator de Correção Geométrico - O fator de correção geométrica (GCF) é uma correção de ajuste geométrico que leva em consideração a relação do contato potencial do fluido e a geometria do reservatório e trapa. Parâmetros de entrada usados para estimar o fator de correção geométrico incluem forma de trapa, a razão entre comprimento-largura, a espessura potencial do reservatório e altura do fechamento vertical da potencial trapa (altura da coluna potencial de hidrocarbonetos).

Estimativa Alta - A estimativa alta é a quantidade P_{10} . P_{10} significa que há uma chance de 10 por cento de que uma quantidade estimada, como, por exemplo, o volume de recursos potenciais ou valor associado, será igualado ou excedido.

Lead - Um lead é bem menos definido e requer dados, informações e análises adicionais para ser classificado como prospecto exploratório. Um exemplo poderia ser um fechamento estrutural mal definido por dados sísmicos regionais esparsos numa bacia com

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ

Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 61

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

1943 1944 1945 1946 1947 1948

rochas geradoras e reservatórios favoráveis. Um lead pode ou não ser elevado ao *status* de prospecto exploratório dependendo dos resultados de trabalho técnico adicional. Um lead deve ter uma P_q igual ou menor a 0,05 para refletir a sua inerente incerteza técnica.

Estimativa Baixa - A estimativa baixa é a probabilidade P_{90} . P_{90} significa que há uma chance de 90% de que uma quantidade estimada, como, por exemplo, o volume de recursos potenciais ou valor associado, será igualado ou excedido.

Estimativa Média - De acordo com os padrões da indústria do petróleo, a estimativa média é a média probabilidade ponderada, que, tipicamente, varia entre o P_{45} e o P_{15} , dependendo da variação dos volumes de recursos potenciais ou volumes associados. Portanto, a probabilidade de um prospecto exploratório ou acumulação conter uma quantidade igual ou maior do que o volume médio ponderada probabilisticamente está usualmente entre





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁶²

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

ATA NOTARIAL Nº 1.179/2004/134

45 e 15 por cento. A estimativa média é a estimativa probabilística preferida de volumes de recursos.

Mediana - Mediana é o valor P_{50} , onde a probabilidade P_{50} significa que há uma chance de 50 por cento de que uma dada variável (tais como volumes de recursos potenciais, porosidade ou saturação de água) seja igualada ou excedida. A mediana de um grupo de dados é um número tal que a metade das medidas situa-se abaixo e metade acima da mesma.

A mediana é um valor aceitável, e um dos preferidos, para a melhor estimativa em estimativas probabilísticas de recursos potenciais.

Fator de Chance de Migração - Fator de chance de migração ($P_{\text{migração}}$) é definido como a probabilidade de que uma trapa ou foi formada anteriormente ou coincidentemente com a migração de petróleo, e de que existem rotas de migração verticais e/ou laterais conectando as rochas geradoras aos reservatórios/trapa.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 64

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAR 20 10 11 AM '96 227844134

participação resultante pode variar com preço de produto, custos, tempo de produção e outros fatores.

Estimativa Média ajustada- P_e - A estimativa média ajustada- P_e , ou "estimativa ajustada para o chance econômico" é uma média ponderada de probabilidade dos volumes recuperáveis de hidrocarbonetos, se um portfólio de prospecto exploratório forem perfurados, ou se uma família de prospectos semelhantes forem perfurados. A estimativa média ajustada- P_e é um valor "mesclado". É a estimativa média de incerteza volumétrica, chance econômico (chance) e geológico (P_g). Esta medida estatística considera e quantifica as possibilidades de sucesso e fracasso econômico. Conseqüentemente, representa a média ou volumes "econômicos" médios resultantes de exploração e perfuração economicamente viáveis. A melhor estimativa ajustada- P_e é calculada a seguir:

estimativa média ajustada- $P_e = P_e \times$ estimativa média

Estimativa Média ajustada- P_g - A estimativa média ajustada- P_g , ou "estimativa média ajustada a chance

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinclândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 65

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

geológico" é uma probabilidade média ponderada dos volumes recuperáveis de hidrocarbonetos, se um portfólio de prospectos forem perfurados, ou se uma família de prospectos semelhantes forem perfurados. A estimativa média ajustada- P_q para o chance geológico P_q é um valor "mesclado". É uma estimativa média tanto pela incerteza volumétrica, como pelo chance geológico (chance). Esta medida estatística considera e quantifica as possibilidades de sucesso e fracasso geológico. Conseqüentemente, representa a média ou resultado "geológico" médio resultantes de uma perfuração e programa exploratório. A estimativa média ajustada- P_q é calculada a seguir:

estimativa média ajustada- $P_n = P_q \times$ estimativa média

Nomenclatura P_n - Este relatório usa a convenção de notação da probabilidade com um subscrito representando a probabilidade subscrita seja igualada ou excedida. Como tal, a notação P_n indica a probabilidade de que há um n por cento de chance de que uma entrada específica ou uma quantidade de saída será igualada ou excedida. Por exemplo, P_{90}

Escritório de Traduções

Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁶⁶

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAI 1991 - Nº 62 - P. 29/143 16

significa que há uma chance de 90 por cento que uma variável (tais como recursos potenciais, porosidade ou saturação da água) seja igualada ou excedida.

Play - Um projeto associado a uma *tendência* de prospectos potenciais, mas que requer mais aquisição de dados e/ou avaliação a fim de definir *leads* ou prospectos específicos.

Valor Presente Potencial a 10 por cento - Valor presente potencial a 10 por cento (PPW) é definido como rendimento líquido potencial futuro descontado a uma taxa de 10 por cento aplicada mensalmente sobre o período de realização esperado. A estimativa é modelada probabilisticamente, usando distribuições (exceto NRI, uma constante) na seguinte equação:

$$PPW_{10} = \left[\left(P_e \times EV_t \times NRI \times \frac{PW}{BOE} \right) - (P_e \times CWCE \times NRI) \right] - (P_f \times DIIC \times NRI)$$

onde: PPW₁₀ = valor presente potencial a 10 por cento

P_e = probabilidade de sucesso econômico

EV_t = estimativa média, volume recuperável total potencial, truncado, ajustado-TEFS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 67

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

VAL. TORJAN Nº 192 - 11/11/2004/44734

NRI = juros de rendimento líquido
PW/BOE = valor presente a 10% por barril de
óleo equivalente
CWCE = estimativa de custo de poço concluído
 P_f = probabilidade de fracasso econômico
DHC = estimativa de custo de poço seco

Previsibilidade versus Tamanho do Portfólio - O número de prospectos em um portfólio de prospectos influencia o grau de segurança da previsão dos resultados de perfuração. A relação entre previsibilidade versus tamanho do portfólio (PPS) também é conhecido na indústria do petróleo como "Gambler's Ruin" [algo como Ruína do Apostador ou Jogador, literalmente]. O relacionamento entre probabilidade e tamanho de portfólio é descrita pela equação binomial dada a seguir:

$$P_x^n = (C_x^n) (p)^x (1-p)^{n-x}$$

onde: P_x^n = a probabilidade de x sucessos em n tentativas





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁶⁸

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

NOTA: A TRANSLAÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO CLIENTE

C_x^n = o número de formas mutuamente exclusivas que x sucessos possam ser arranjados em n tentativas

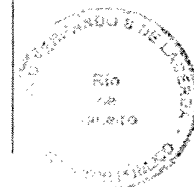
p = a probabilidade de sucesso para uma dada tentativa (para exploração de petróleo, isto é P_g)

x = o número de sucessos (e.g., o número de descobertas)

n = o número de tentativas (e.g., o número de poços a serem perfurados)

Observação: Para o caso de n poços secos sucessivos, C_x^n e p cada uma igual a 1, para que a probabilidade de fracasso seja a quantidade $(1-p)$ elevada ao número de tentativas.

Probabilidade de Falha Econômica -- A probabilidade de Falha econômica (P_f) é definida como a probabilidade na qual uma dada descoberta será economicamente viável. São considerados P_g , TEFS, P_{TEFS} , custos de capital,





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁶⁹

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MA. LICENÇA Nº 142.018/2020/447/34

despesas operacionais, o plano de desenvolvimento proposto, o modelo econômico (análise de fluxo de caixa descontado) e outros fatores de negócios e econômicos. P_f é calculada como segue:

$$P_f = 1 - P_e$$

Probabilidade de Sucesso Econômico - A probabilidade de sucesso econômico (P_e) é definida como a probabilidade na qual uma dada descoberta será economicamente viável. São considerados P_g , TEFS, P_{TEFS} , custos de capital, despesas operacionais, o plano de desenvolvimento proposto, o modelo econômico (análise de fluxo de caixa descontado) e outros fatores de negócios e econômicos. P_f é calculada como segue:

$$P_e = P_g \times P_{TEFS}$$

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

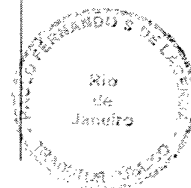
Paulo Fernando Santos de Lacerda 70

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. 1.131.131 Nº 07.117.641/04

Probabilidade de Sucesso Geológico - A probabilidade de sucesso geológico (P_g) é definida como a probabilidade de descobrir reservatórios com vazão de petróleo a uma taxa mensurável. P_g é estimada mediante a quantificação da probabilidade de cada um dos seguintes fatores de chance geológico individuais: trapa, geração, reservatório e migração. O produto das probabilidades destes quatro fatores de chance é P_g .

Probabilidade de TEFS - A probabilidade do limite econômico para tamanho de campo (P_{TEFS}) é definida como a probabilidade de descobrir uma acumulação que seja grande o suficiente para ser economicamente viável. P_{TEFS} é estimada usando a distribuição dos volumes recuperáveis dos recursos potenciais em conjunção com a TEFS. A probabilidade associada a TEFS pode ser





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 71

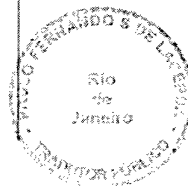
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. TIGERIA Nº 162 C.O. 297096447-34

determinada graficamente a partir da distribuição de volumes recuperáveis totais.

Prospecto Exploratório - Um prospecto exploratório é uma acumulação potencial que é suficientemente bem definida para ser um objetivo de perfuração viável. Para um prospecto exploratório, existem suficientes dados e análises para identificar e quantificar as incertezas técnicas, determinar variações razoáveis de fatores de chance geológicos e parâmetros petrofísicos, e engenharia e para estimar recursos potenciais. Além disso, um alvo de perfuração viável requer que 70 por cento da área de produção potencial mediana esteja localizada no bloco ou área de licença de participação.

Recursos potenciais - Tais quantidades de petróleo que são estimadas, para que em uma





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁷²

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. BR. Nº 42.119-277096447-34

determinada data, sejam potencialmente recuperáveis de acumulações não descobertas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuros.

Fator de Chance de Reservatório - O fator de chance de reservatório ($P_{\text{reservatório}}$) é definido como a probabilidade associada com a presença de rochas reservatório permeáveis e porosas.

Fator de Chance de Geração - O fator de chance de geração (P_{fonte}) é definido como a probabilidade associada com a presença de uma rocha geradora rica suficiente, para gerar volumes suficientes, e de estar em posição espacial para alimentar as áreas prospectáveis.

Desvio Padrão - Desvio padrão (SD) é uma medida de amplitude de distribuição. É a raiz quadrada positiva da variância. A variância é a soma do





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁷³

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N° 162 - CPF 297096447-34

quadrado da distância da média de todos os valores possíveis. Uma vez que as unidades de desvio padrão são as mesmas das do conjunto de amostras, é a medida mais prática da distribuição de uma população.

$$\sigma = \sqrt{\sigma^2} = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}}$$

onde: σ - desvio padrão

σ^2 = variação

n = tamanho de amostra

x_i = valor em conjunto de dados

μ = média de conjunto de amostras

Agregação Estatística - O processo de agregar probabilisticamente distribuições que representem estimativas de quantidades de recursos a nível de reservatório, prospecto exploratório, ou portfólio. A soma aritmética produz resultados diferentes.

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda ⁷⁴

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUCERJA N.º 162 - CPF 297096447-34

Limite Econômico para Tamanho de Campo - O limite econômico para tamanho de campo (TEFS) é a quantidade mínima de petróleo produzível necessária para recuperar todo o investimento utilizado capital total e despesa operacional usados para estabelecer a acumulação potencial como tendo valor presente potencial igual a zero.

Fator de Sucesso de Trapa - O fator de sucesso de trapa (P_{trap}) é definido como a probabilidade associada à presença de configurações de fechamento estrutural e/ou trapa estratigráfica, com vedações laterais e verticais competentes, e a falta de quaisquer eventos ou quebras de integridade de vedação pós-migração.

Estimativa Média Truncada - A estimativa média truncada é o valor esperado resultante do

Escritório de Traduções
Rua Santa Luzia, nº 799 - Conj. 402 Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2240-9271 - Tel. (21) 2262-1793





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 75

TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

TRADUÇÃO JURAMENTADA DE DOCUMENTOS

cálculo do truncamento da distribuição de recursos pelo limite econômico para tamanho de campo. Esta distribuição truncada produz um novo conjunto de métricas estatísticas.

Variância - A variância (σ^2) é a medida de quanto a distribuição está dispersa da média. A variância é o somatório do quadrado das distâncias da média de todos os valores possíveis de x. A variância possui unidades que são o quadrado de unidades de x. O uso destas unidades limita o valor intuitivo de variância.

$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n - 1}$$

onde: σ^2 = variância

n = tamanho de amostra

x_i = valor em conjunto de dados

μ = média de conjunto de amostras



TABELA P1
 SUMARIO DO PORTFOLIO DE PROSPECTOS EXPLORATORIOS
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 em
 DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATORIOS DE OLEO
 NOS VARIOS BLOCOS LICENCIADOS
 BRAZIL

Prospecto	País	Bacia	Licença Block	Participação Trabalho (decimal)	Límite do Tamanho do Campo Econômico (10 ⁹ bbl)	Estimativa Estatística de Custo de Poço Seco em Exploração (10 ⁶ U.S.\$)	Valor Potencial Estatístico Modal Atual per Barrel a 10% (U.S.\$/bbl)	Participação em Receita Líquida (decimal)	Fluido Potencial do Prospecto	Profundidade da Zona Alvo (metros)	Profundidade da Água (metros)
ESB-1	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	35.258	80.000	9.829	0.450	Óleo	2.800-4.200	550
ESB-2	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	50.331	80.000	9.116	0.450	Óleo	2.800-5.200	1.100
ESB-3	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	40.300	80.000	6.923	0.450	Óleo	2.800-5.500	850
ESB-4	Brazil	Espirito Santo	ES-M-416	0.500	55.908	80.000	8.450	0.450	Óleo	2.400-4.700	850
ESB-5	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	60.742	80.000	9.753	0.450	Óleo	2.700-4.300	1.550
ESB-6	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	33.400	80.000	9.152	0.450	Óleo	3.900-4.300	1.150
ESB-7	Brazil	Espirito Santo	ES-M-472	0.500	41.541	80.000	10.316	0.450	Óleo	3.400-3.800	1.450
ESB-8	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	42.500	80.000	11.340	0.450	Óleo	3.100-4.400	1.650
ESB-9	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	44.900	80.000	12.845	0.450	Óleo	3.900-4.700	1.800
ESB-10	Brazil	Espirito Santo	ES-M-529	0.500	40.200	80.000	13.103	0.450	Óleo	4.000-4.700	1.800



TABELA 1
ESTIMATIVA de RECURSOS POTENCIAIS TOTAIS DE ÓLEO
de
31 de DEZEMBRO de 2010
para
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
em
DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATORIOS de ÓLEO
nos VARIOS BLOCOS LICENCIADOS

Prospecto	País	Bacia	Licença Bloco	Resumo de Recursos Potenciais Totais de Óleo				Probabilidade de Sucesso Geológico, P_g (decimal)	Estimativa Média Ajustada (10^9 bbl)
				Estimativa Baixa (10^9 bbl)	Melhor Estimativa (10^9 bbl)	Estimativa Alta (10^9 bbl)	Estimativa Média (10^9 bbl)		
ESB-1	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	168.827	278.085	454.002	299.315	0.269	80.582
ESB-2	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	139.607	284.959	599.447	328.418	0.261	85.556
ESB-3	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	117.256	265.351	563.046	304.731	0.331	100.790
ESB-4	Brasil	Espirito Santo	ES-M-418	408.067	651.216	1.002.938	684.138	0.341	233.170
ESB-5	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	776.519	1.381.162	2.284.372	1.478.807	0.308	455.674
ESB-6	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	71.727	143.532	274.784	163.248	0.317	51.768
ESB-7	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	146.829	385.699	913.475	472.375	0.284	133.918
ESB-8	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	87.211	227.901	567.233	289.111	0.236	68.303
ESB-9	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	47.215	128.376	313.976	157.118	0.284	44.543
ESB-10	Brasil	Espirito Santo	ES-M-529	45.917	125.864	278.334	149.020	0.236	35.208
Total Estatístico				3.347.320	4.248.004	5.459.945	4.324.282	0.298	1.289.308
Soma Aritmética				2.009.176	3.862.204	7.252.207	4.324.282	0.298	1.289.308

Observações:

- 1 Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média seguem as diretrizes da PRMS para recursos potenciais
- 2 Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem ao P_{20} , P_{50} , e P_{10} , e média respectivamente.
- 3 O P_{10} é definido como probabilidade da descoberta de reservatórios que apresenta um fluxo de Petróleo a uma taxa mensurável
- 4 P_{10} foi arredondada para efeitos de apresentação. Multiplicação usando este P_{10} apresentado leva a resultados imprecisos.
Dividindo a estimativa da P_{10} média ajustada pela estimativa média leva uma P_{10} precisa
- 5 A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não solucionou recursos potenciais em relação a recursos cu reservas contingenciais.
- 6 A eficiência da recuperação e aplicada a recursos potenciais nesta tabela
- 7 Os somatórios aritméticos de estimativas probabilísticas produzem resultados inválidos, exceto para a estimativa média
- 8 O somatório aritmético de estimativas probabilísticas e apresentado nesta tabela consoante às diretrizes PRMS
- 9 Os somatórios podem variar em relação aos somatórios aqui mostrados, devido a algum arredondamento
- 9 Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta

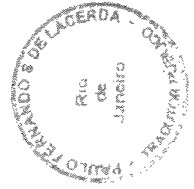


TABELA 2
ESTIMATIVA DE RECURSOS POTENCIAIS LÍQUIDOS DE ÓLEO
de
31 de DEZEMBRO de 2010
para
PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
em
DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATORIOS DE ÓLEO
NOS VARIOS BLOCOS LICENCIADOS

Prospecto	País	Bacia	Licença Bloco	Resumo de Recursos Potenciais de Participação em Receita Líquidos de Óleo				Probabilidade de Sucesso geológico, P_g (decimal)		Estimativa Média Ajustada por P_g (10' bbl)
				Estimativa Baixa (10' bbl)	Melhor Estimativa (10' bbl)	Estimativa Alta (10' bbl)	Estimativa Média (10' bbl)	P_g	P_g	
ESB-1	Brasil	Esprito Santo	ES-M-416	74.972	125.138	204.301	134.692	0,269	0,269	36.262
ESB-2	Brasil	Esprito Santo	ES-M-416	62.823	128.250	269.751	146.888	0,261	0,261	38.410
ESB-3	Brasil	Esprito Santo	ES-M-416	52.765	114.988	253.371	137.129	0,331	0,331	45.355
ESB-4	Brasil	Esprito Santo	ES-M-418	183.630	203.047	451.322	307.862	0,341	0,341	164.927
ESB-5	Brasil	Esprito Santo	ES-M-472	349.434	621.532	1.028.237	665.463	0,305	0,305	265.053
ESB-6	Brasil	Esprito Santo	ES-M-472	32.277	64.589	123.653	73.462	0,317	0,317	23.295
ESB-7	Brasil	Esprito Santo	ES-M-472	66.073	173.564	411.064	212.869	0,234	0,234	60.263
ESB-8	Brasil	Esprito Santo	ES-M-529	39.245	255.255	130.100	130.100	0,286	0,286	30.736
ESB-9	Brasil	Esprito Santo	ES-M-529	21.247	57.769	141.289	70.703	0,284	0,284	20.044
ESB-10	Brasil	Esprito Santo	ES-M-529	20.663	56.639	125.250	67.059	0,236	0,236	15.843
Total Estatístico				1.489.558	1.890.362	2.429.676	1.946.927	0,298	0,298	580.189
Soma Aritmética				904.129	1.737.952	3.263.403	1.945.927	0,298	0,298	580.189

Observações:

1. Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média seguem as diretrizes da PRMS para recursos potenciais
2. Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P_{10} , P_{50} , P_{90} e P_{100} , a média respectivamente
3. O P_{10} é definido como probabilidade da descoberta de reservatórios que apresenta um fluxo de Petróleo a uma taxa mensurável
4. P_{10} foi arredondado para efeitos de apresentação. Multiplicação usando esta P_{10} apresentado leva a resultados imprecisos.
Dividindo a estimativa da P_{10} média ajustada pela estimativa média leva uma P_{10} precisa
5. A aplicação de qualquer fator de chance geológico e econômico não solução recursos potenciais em relação a recursos ou reservas contingenciais
6. A eficiência de recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela
7. Os somatórios aritméticos de estimativas probabilísticas produzem resultados inválidos, exceto para a estimativa média
8. O somatório aritmético de estimativas probabilísticas e apresentado nesta tabela consoante as diretrizes PRMS
9. Os somatórios podem variar em relação aos somatórios aqui mostrados, devido a algum arredondamento
9. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta





TABELA 3
ESTIMATIVA DE RECURSOS POTENCIAIS TOTAIS DE OLEO TRUNCADOS e AJUSTADOS por TEFs de 31 de DEZEMBRO de 2010 para PERENCO PE TROLEO E GAS DO BRASIL LTDA DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATORIOS DE OLEO nos VARIOS BLOCOS LICENCIADOS BRASIL

Resumo de Recursos Potenciais Totais de Oleo Truncados, Ajustados-TEFs

ESB	Projeto	País	Bacia	Bloco	Estimativa Baixa (10 ⁹ bb)	Melhor Estimativa (10 ⁹ bb)	Estimativa Alta (10 ⁹ bb)	Estimativa Média (10 ⁹ bb)	Probabilidade de Sucesso Econômico, P _s (decimal)	Estimativa Média Ajustada P _s (10 ⁹ bb)
ESB 1	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		197 541	291 942	464 871	312 201	0,443	76 742
ESB 2	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		173 200	335 738	521 194	346 708	0,236	81 358
ESB 3	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		147 895	274 692	393 267	323 002	0,330	97 004
ESB 4	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		473 140	683 359	1 022 540	741 534	0,307	218 488
ESB 5	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		93 3 679	1 451 126	2 334 800	1 544 122	0,279	433 933
ESB 6	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		68 622	152 247	285 399	177 738	0,288	49 311
ESB 7	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		145 903	254 187	384 732	267 252	0,261	133 315
ESB 8	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		63 453	139 322	234 450	156 703	0,216	33 452
ESB 9	Esperito Santo	Brasil	ES-14 416		66 832	139 351	234 478	156 842	0,219	34 319
Total Estatístico					3 516 883	4 483 328	5 664 810	4 541 215	0,270	1 227 881
Soma Ajustada					2 447 339	4 088 917	7 446 509	4 341 215	0,270	1 227 881

Observações:

1. TEFs e outros dados estatísticos de origem de campo e controle
2. Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média seguem as ordens de P_s para cada um dos projetos
3. Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem às P_s, e P_s e Média respectivamente
4. P_s e Média foram a probabilidade de descoberta econômica
5. P_s foi arredondada para cima de três casas. Multiplicação usando esta P_s apresentado aqui a resultados imprecisos em algumas estimativas de P_s Média ajustada por P_s estatística Média e Média P_s Média
6. A aplicação de qualquer fator de chance geológica e econômica não adiciona recursos potenciais em relação a recursos contíguos ou adjacentes
7. A diferença da estimativa média e estatística Média e estatística Média e estatística Média
8. Os resultados aritméticos de estimativas probabilísticas produziram resultados negativos devido a estimativas médias
9. O somatório aritmético de estimativas probabilísticas e arredondamento nesta tabela e consistente as diferenças P_s e Média
10. As estatísticas estatísticas foram arredondadas para cima e arredondamento nesta tabela e a que é arredondamento
11. As estatísticas estatísticas foram arredondadas para cima e arredondamento nesta tabela e a que é arredondamento
12. As estatísticas estatísticas foram arredondadas para cima e arredondamento nesta tabela e a que é arredondamento

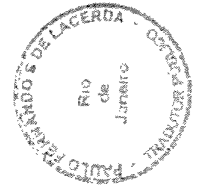


TABELA 4
ESTIMATIVA DE RECURSOS POTENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO EM RECEITA LÍQUIDOS DE ÓLEO
TRUNCADOS e AJUSTADOS por TEFS

31 de DEZEMBRO de 2010

para

PERENCO PETRÓLEO E GAS DO BRASIL LTDA

em

DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATORIOS DE ÓLEO

nos VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS

BRASIL

Resumo de Recursos Potenciais de Participação Líquidos de Óleo Truncados, Ajustados, TEFS

Prospecto	País	Bacia	Bloco	Estimativa Baixa (10 ⁹ bbl)	Melhor Estimativa (10 ⁹ bbl)	Estimativa Alta (10 ⁹ bbl)	Estimativa Média (10 ⁹ bbl)	Probabilidade de Sucesso Econômico, (decimal)	Estimativa Média Ajustada Pe (10 ⁹ bbl)
ESB-1	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	68.593	131.365	209.102	140.490	0,243	34.384
ESB-2	Brasil	Espirito Santo	ES-M-416	77.980	137.591	279.537	193.016	0,256	36.836
ESB-3	Brasil	Espirito Santo	ES-M-418	66.553	124.612	262.488	148.711	0,363	43.652
ESB-4	Brasil	Espirito Santo	ES-M-418	213.813	306.175	460.143	320.190	0,307	98.311
ESB-5	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	420.147	653.027	1.050.687	694.855	0,279	193.877
ESB-6	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	39.970	69.642	127.549	77.221	0,289	27.221
ESB-7	Brasil	Espirito Santo	ES-M-472	86.829	186.387	424.238	225.087	0,281	58.642
ESB-8	Brasil	Espirito Santo	ES-M-524	51.652	110.863	364.240	136.431	0,294	29.808
ESB-9	Brasil	Espirito Santo	ES-M-528	28.089	62.110	166.047	75.024	0,267	19.572
ESB-10	Brasil	Espirito Santo	ES-M-528	27.375	62.269	128.465	70.456	0,219	15.443
Total Estatístico				1.564.090	1.986.048	2.521.841	1.043.547	0,270	652.547
Soma Aritmética				1.110.301	1.863.013	3.262.277	2.043.567	0,278	652.547

Observações:

1. TEFS é dado obtido por análise de orientação de campo econômico.
2. Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média seguem as diretrizes da PRMS para recursos potenciais.
3. Estimativas Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem ao P_h, P_o, e P_o, e média respectivamente.
4. P_o é definida como a probabilidade de descobrir recursos econômicos.
5. P_h foi arredondada para a effects de apresentação. Multiplicação usando esta P_h apresentando leva a resultados diferentes. Dividindo a estimativa do P_h pela média para estimativa média leva uma P_o cresce.
6. A estimativa de melhor fator de campo geológico e econômico não solução recursos potenciais em "e ação" (recursos contingentes ou reservas).
7. A diferença de recuperação é atribuída a recursos potenciais desta tabela.
8. Os resultados aritméticos de estimativas probabilísticas apresentados nesta tabela correspondem aos recursos PRMS.
9. Os resultados apresentados em vermelho são recursos aqui mostrados devido a algum arredondamento.
10. Os recursos potenciais classificados como lead e ou play e atribuído uma P_o de 0,05, leads não são valorizados neste relatório.
11. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta.

TABELA 5
 POTENCIAL VALOR ATUAL a 10 POR CENTO
 dos
 RECURSOS POTENCIAIS LIQUIDOS de ÓLEO
 TRUNCADOS, TEFS-AJUSTADOS, e Pe-AJUSTADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 em
 DETERMINADOS PROSPECTOS EXPLORATÓRIOS de ÓLEO
 nos VÁRIOS BLOCOS LICENCIADOS
 BRASIL

Resumo do Valor Presente de Recursos Potenciais de Participação em
 Óleo, Truncados, TEFS-Ajustado, Pe-Ajustado

Prospecto	Licença Bloco	Estimativa Baixa (10 ³ U.S.\$)	Melhor Estimativa (10 ³ U.S.\$)	Estimativa Alta (10 ³ U.S.\$)	Estimativa Média (10 ³ U.S.\$)
ESB-1	ES-M-416	80.258	180.284	404.972	220.085
ESB-2	ES-M-416	81.008	181.968	408.755	222.121
ESB-3	ES-M-416	99.568	223.660	502.408	273.012
ESB-4	ES-M-418	225.064	505.561	1.135.640	617.116
ESB-5	ES-M-472	360.713	810.270	1.820.107	989.060
ESB-6	ES-M-472	56.732	127.438	286.254	155.558
ESB-7	ES-M-472	154.732	347.575	780.757	424.269
ESB-8	ES-M-529	89.712	201.520	452.675	245.987
ESB-9	ES-M-529	58.044	130.385	292.883	159.155
ESB-10	ES-M-529	46.025	103.386	232.235	126.198
Total Estatístico		2.336.683	3.308.466	4.684.395	3.432.541
Soma Aritmética		1.251.858	2.812.047	6.318.695	3.432.541

Observações

1. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média seguem as diretrizes da PRMS para recursos potenciais.
2. Estimativas, Baixa, Melhor, Alta e Média nesta tabela correspondem, ao P_{20} , P_{10} e P_{10} e média respectivamente.
3. Os somatórios aritméticos de estimativas probabilísticas produzem resultados inválidos, exceto para a estimativa média. O somatório aritmético de estimativas probabilísticas é apresentado nesta tabela consoante às diretrizes PRMS.
4. A eficiência da recuperação é aplicada a recursos potenciais nesta tabela.
5. O valor presente potencial negativa é indicado com parênteses.
6. O valor presente potencial nesta tabela refere-se à participação líquida da Galp.
7. O valor presente potencial nesta tabela não representa uma avaliação do valor justo de mercado.
8. Estimativas de valor presente potencial a 10 por cento para recursos potenciais não consideram ajustes devido a incertezas políticas e/ou ambientais.
9. Há uma possibilidade de que os prospectos não resultarão em descobertas e desenvolvimento bem-sucedidos, em cujo caso não poderia haver qualquer valor presente positivo.
10. O valor presente potencial estimado de recursos potenciais não é comparável as estimativas de valor presente de recursos contingentes ou reservas.
11. TEFS é definido como estatística de dimensão do campo econômico.
12. Pe é definida como a probabilidade de descobrir recursos econômicos.
13. Os somatórios podem variar em relação aos somatórios aqui mostrados, devido a algum arredondamento.
14. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta.
Se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.



TABELA 6
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-1, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ³ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ³ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$				
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono	Total	Perfuração	Instalação	Total	
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	86.067	43.333	130.000
2017	8.526	13.820	83.333	42.629	0	0	125.963	260.000	130.000	390.000	
2018	16.424	28.624	100.000	82.122	0	0	182.122	683.333	346.667	1.040.000	
2019	28.699	43.280	100.000	133.497	0	0	233.497	606.667	303.333	910.000	
2020	27.320	44.285	100.000	106.598	0	0	206.598	0	0	0	
2021	24.873	39.995	100.000	123.368	0	0	223.368	0	0	0	
2022	22.748	36.871	100.000	113.730	0	0	213.730	0	0	0	
2023	21.460	14.798	100.000	107.299	0	0	207.299	0	0	0	
2024	20.023	32.457	100.000	100.115	0	0	200.115	0	0	0	
2025	18.193	29.481	100.000	90.965	0	0	190.965	0	0	0	
2026	16.042	28.004	100.000	80.209	0	0	180.209	0	0	0	
2027	13.804	22.378	100.000	89.019	0	0	189.019	0	0	0	
2028	11.878	19.255	100.000	89.391	0	0	189.391	0	0	0	
2029	10.282	18.682	100.000	81.460	0	0	181.460	0	0	0	
2030	9.010	14.591	100.000	48.206	0	0	148.206	0	0	0	
2031	8.010	12.994	100.000	40.051	0	0	140.051	0	0	0	
2032	7.235	11.728	100.000	38.175	0	0	138.175	0	0	0	
2033	6.601	10.700	100.000	33.005	0	0	133.005	0	0	0	
2034	6.064	9.830	100.000	30.322	0	0	130.322	0	0	0	
2035	5.600	9.078	100.000	28.002	0	0	128.002	0	0	0	
2036	5.192	8.416	100.000	25.960	0	0	125.960	0	0	0	
2037	4.828	7.826	100.000	24.140	0	0	124.140	0	0	0	
2038	4.501	7.256	100.000	22.506	0	0	122.506	0	0	0	
2039	4.205	6.816	100.000	21.025	0	0	121.025	0	0	0	
2040	3.933	6.375	100.000	19.667	0	0	119.667	0	0	0	
2041	3.682	5.959	100.000	18.412	0	0	118.412	0	0	0	
2042	2.958	4.792	100.000	14.782	0	0	114.782	0	0	0	
2043	1.915	3.104	100.000	9.575	0	0	109.575	0	0	0	
2044	386	841	100.000	1.713	0	0	101.713	0	0	0	
2045	0	0	0	0	0	190.000	190.000	0	0	0	
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	312.201	506.078	2.783.333	1.560.741	0	190.000	4.534.074	1.646.667	823.333	2.470.000	

Observações:

1. P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta, e, se descoberto, não há certeza de que sera comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
3. Aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.



TABELA 7
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-2, Reservatório URUCUTUGA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ⁶ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ⁹ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$			
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono	Total	Perfuração	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	2.972	3.780	66.667	14.860	0	0	81.526	348.667	173.333	520.000
2017	12.263	15.599	100.000	21.315	0	0	121.315	520.000	280.000	799.000
2018	23.790	30.223	100.000	116.799	0	0	216.799	520.000	280.000	799.000
2019	27.394	34.845	100.000	136.969	0	0	236.969	493.333	216.667	746.667
2020	27.384	34.845	100.000	136.969	0	0	236.969	0	0	236.969
2021	27.384	34.845	100.000	136.969	0	0	236.969	0	0	236.969
2022	27.036	34.389	100.000	135.177	0	0	235.177	0	0	235.177
2023	23.735	30.191	100.000	118.874	0	0	218.874	0	0	218.874
2024	20.188	25.879	100.000	100.940	0	0	200.940	0	0	200.940
2025	16.996	21.581	100.000	84.831	0	0	164.831	0	0	164.831
2026	14.295	19.183	100.000	71.474	0	0	141.474	0	0	141.474
2027	12.226	15.552	100.000	51.132	0	0	101.132	0	0	101.132
2028	10.683	13.589	100.000	39.416	0	0	89.416	0	0	89.416
2029	9.724	12.369	100.000	36.821	0	0	86.821	0	0	86.821
2030	8.109	11.567	100.000	35.348	0	0	85.348	0	0	85.348
2031	8.716	11.086	100.000	35.579	0	0	85.579	0	0	85.579
2032	8.257	10.503	100.000	34.285	0	0	84.285	0	0	84.285
2033	7.789	9.907	100.000	32.943	0	0	82.943	0	0	82.943
2034	7.378	9.345	100.000	31.661	0	0	81.661	0	0	81.661
2035	7.013	8.820	100.000	30.433	0	0	80.433	0	0	80.433
2036	6.672	8.488	100.000	29.258	0	0	79.258	0	0	79.258
2037	6.340	8.064	100.000	28.139	0	0	78.139	0	0	78.139
2038	6.031	7.671	100.000	27.063	0	0	77.063	0	0	77.063
2039	5.748	7.311	100.000	26.030	0	0	76.030	0	0	76.030
2040	5.490	6.984	100.000	25.042	0	0	75.042	0	0	75.042
2041	5.140	6.539	100.000	24.102	0	0	74.102	0	0	74.102
2042	3.794	4.826	100.000	18.968	0	0	78.968	0	0	78.968
2043	2.385	3.009	100.000	11.826	0	0	111.826	0	0	111.826
2044	839	1.067	100.000	4.028	0	0	104.028	0	0	104.028
2045	0	0	0	0	0	210.000	210.000	0	0	210.000
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	346.708	441.013	2.866.667	1.733.376	0	210.000	4.810.043	1.820.000	910.000	2.730.000

Observações:

1. P₁ e P₂ não foram aplicadas a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta ou ao descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
3. Aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.



TABELA 8
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-3, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ³ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ³ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Total	Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$		
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono		Perfuração	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	2.975	7.934	100.000	14.874	0	0	114.874	346.667	173.533	520.000
2018	12.322	32.864	150.000	61.612	0	0	211.612	520.000	280.000	780.000
2019	24.245	64.661	150.000	121.224	0	0	271.224	520.000	260.000	780.000
2020	34.927	93.150	150.000	174.634	0	0	324.634	346.667	173.333	520.000
2021	38.525	97.412	150.000	182.625	0	0	332.625	0	0	0
2022	38.525	97.412	150.000	182.625	0	0	332.625	0	0	0
2023	34.448	91.874	150.000	172.242	0	0	322.242	0	0	0
2024	28.723	76.695	150.000	143.617	0	0	293.617	0	0	0
2025	22.907	61.093	150.000	114.595	0	0	264.595	0	0	0
2025	18.480	49.234	150.000	92.301	0	0	242.301	0	0	0
2027	15.108	40.292	150.000	75.536	0	0	225.536	0	0	0
2028	12.401	33.073	150.000	62.006	0	0	212.006	0	0	0
2028	10.094	26.921	150.000	50.470	0	0	200.470	0	0	0
2030	8.134	21.695	150.000	40.672	0	0	190.672	0	0	0
2031	6.592	17.341	150.000	32.511	0	0	182.511	0	0	0
2032	5.120	13.655	150.000	25.899	0	0	175.899	0	0	0
2033	3.902	10.408	150.000	19.512	0	0	169.512	0	0	0
2034	2.838	7.564	150.000	14.182	0	0	164.182	0	0	0
2035	1.967	5.246	150.000	9.835	0	0	159.835	0	0	0
2036	1.369	3.652	150.000	6.846	0	0	156.846	0	0	0
2037	1.084	2.836	150.000	5.318	0	0	155.318	0	0	0
2038	944	2.517	150.000	4.719	0	0	154.719	0	0	0
2039	862	2.298	150.000	4.309	0	0	154.309	0	0	0
2040	766	2.043	150.000	3.829	0	0	153.829	0	0	0
2041	675	1.801	150.000	3.311	0	0	153.311	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	300.000	200.000	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	323.002	863.580	3.700.000	1.618.946	0	200.000	5.518.946	1.733.333	866.666	2.599.999

Observações:

1. P₂ e P₃ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta, e, se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
3. Aplicação de P₂ e P₃ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.



TABELA 9
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-4, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ³ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gas (10 ³ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos de Capit., 10 ³ U.S.\$			
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono	Total	Perfuração	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	3.264	3.929	125.000	19.318	0	0	144.319	280.000	132.000	359.000
2017	14.239	14.491	250.000	71.196	0	0	321.196	520.000	263.000	790.000
2018	30.579	31.099	250.000	152.896	0	0	402.896	893.333	346.667	1.040.000
2019	48.552	47.343	250.000	232.758	0	0	482.758	693.333	146.667	1.040.000
2020	80.881	81.895	250.000	304.303	0	0	554.303	433.333	216.667	690.000
2021	63.036	64.108	250.000	315.182	0	0	565.182	0	0	0
2022	61.398	62.430	250.000	306.931	0	0	556.931	0	0	0
2023	57.595	58.564	250.000	287.923	0	0	537.923	0	0	0
2024	51.598	52.443	250.000	257.932	0	0	507.932	0	0	0
2025	44.368	45.123	250.000	221.942	0	0	471.942	0	0	0
2026	37.174	38.418	250.000	188.871	0	0	438.871	0	0	0
2027	32.550	33.103	150.000	162.748	0	0	412.748	0	0	0
2028	28.356	28.838	250.000	141.779	0	0	391.779	0	0	0
2029	24.758	25.178	250.000	123.788	0	0	373.788	0	0	0
2030	21.644	22.012	250.000	108.219	0	0	358.219	0	0	0
2031	18.983	19.306	250.000	94.917	0	0	344.917	0	0	0
2032	16.782	17.067	250.000	83.911	0	0	333.911	0	0	0
2033	14.929	15.183	250.000	74.647	0	0	324.647	0	0	0
2034	13.349	13.576	250.000	66.745	0	0	316.745	0	0	0
2035	11.992	12.198	250.000	59.962	0	0	309.962	0	0	0
2036	10.822	11.066	250.000	54.112	0	0	304.112	0	0	0
2037	9.795	9.982	250.000	48.976	0	0	298.976	0	0	0
2038	8.866	9.016	250.000	44.325	0	0	294.325	0	0	0
2039	7.988	8.124	250.000	39.939	0	0	289.939	0	0	0
2040	7.111	7.231	250.000	35.553	0	0	285.553	0	0	0
2041	5.812	5.910	250.000	29.058	0	0	279.058	0	0	0
2042	4.100	4.170	250.000	20.502	0	0	270.502	0	0	0
2043	1.887	1.919	250.000	9.437	0	0	259.437	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	711.534	723.839	6.875.000	3.397.670	0	300.000	10.732.670	2.600.000	1.300.000	3.899.999

Observações:

- 1 P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
- 2 Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta; e se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
- 3 Aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.



TABELA 10
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-5 Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ⁶ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ⁶ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$			
			Fixo	Varável	Transporte	Abandono	Total	Perfuração	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	18.888	6.728	300.000	93.442	0	0	383.442	260.000	130.000	390.000
2018	60.378	23.195	300.000	301.878	0	0	901.878	893.333	346.667	1.040.000
2019	96.828	45.219	300.000	484.142	0	0	1.084.142	893.333	346.667	1.040.000
2020	118.945	55.548	300.000	594.728	0	0	1.194.728	893.333	346.667	1.040.000
2021	128.710	60.107	300.000	643.649	0	0	1.243.649	893.333	346.667	1.040.000
2022	146.100	68.229	300.000	730.500	0	0	1.330.500	893.333	346.667	1.040.000
2023	146.100	68.229	300.000	730.500	0	0	1.330.500	893.333	346.667	1.040.000
2024	146.100	68.229	300.000	730.500	0	0	1.330.500	893.333	346.667	1.040.000
2025	146.100	68.229	300.000	730.500	0	0	1.330.500	893.333	346.667	1.040.000
2026	145.100	67.762	300.000	725.500	0	0	1.325.500	893.333	346.667	1.040.000
2027	112.416	52.498	300.000	582.082	0	0	1.162.082	0	0	0
2028	79.767	37.251	300.000	398.835	0	0	998.835	0	0	0
2029	55.934	26.121	300.000	279.671	0	0	879.671	0	0	0
2030	38.289	17.681	300.000	191.445	0	0	791.445	0	0	0
2031	25.617	11.916	300.000	127.583	0	0	727.583	0	0	0
2032	17.849	8.335	300.000	89.244	0	0	689.244	0	0	0
2033	13.219	6.173	300.000	66.095	0	0	606.095	0	0	0
2034	10.108	4.719	300.000	50.528	0	0	650.528	0	0	0
2035	7.877	3.978	300.000	39.383	0	0	639.383	0	0	0
2036	6.216	2.903	300.000	31.079	0	0	631.079	0	0	0
2037	4.968	2.320	300.000	24.840	0	0	624.840	0	0	0
2038	4.052	1.697	300.000	20.312	0	0	620.312	0	0	0
2039	3.391	1.584	300.000	16.954	0	0	616.954	0	0	0
2040	2.932	1.369	300.000	14.061	0	0	614.061	0	0	0
2041	2.627	1.227	300.000	13.134	0	0	613.134	0	0	0
2042	2.316	1.081	300.000	11.579	0	0	611.579	0	0	0
2043	1.895	885	300.000	9.475	0	0	609.475	0	0	0
2044	1.694	791	300.000	7.895	0	0	607.895	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	589.000	589.000	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.544.122	721.105	16.500.000	7.720.033	0	589.000	24.900.033	5.893.333	2.946.667	8.840.000

Observações:

1. P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta:
 - a. se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
3. Aplicação de P₃ e P₄ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.



TABELA 11
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-6, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL.

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ³ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ³ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$			
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono	Total	Perturação	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	4.442	2.554	83.333	22.212	0	0	105.545	433.333	218.667	650.000
2019	10.299	5.022	100.000	51.496	0	0	151.496	346.667	173.333	520.000
2020	15.412	8.862	100.000	77.061	0	0	177.061	290.000	130.000	390.000
2021	18.873	9.702	100.000	84.388	0	0	184.388	0	0	0
2022	16.241	9.338	100.000	81.204	0	0	181.204	0	0	0
2023	14.558	8.371	100.000	72.788	0	0	172.788	0	0	0
2024	12.133	6.959	100.000	60.516	0	0	160.516	0	0	0
2025	10.022	5.762	100.000	50.108	0	0	150.108	0	0	0
2026	8.604	4.947	100.000	43.019	0	0	143.019	0	0	0
2027	7.580	4.359	100.000	37.902	0	0	137.902	0	0	0
2028	6.753	3.883	100.000	33.706	0	0	133.706	0	0	0
2029	6.032	3.468	100.000	30.159	0	0	130.159	0	0	0
2030	5.482	3.108	100.000	27.059	0	0	127.059	0	0	0
2031	4.857	2.733	100.000	24.286	0	0	124.286	0	0	0
2032	4.392	2.525	100.000	21.958	0	0	121.958	0	0	0
2033	3.991	2.295	100.000	19.683	0	0	119.683	0	0	0
2034	3.642	2.094	100.000	18.211	0	0	118.211	0	0	0
2035	3.337	1.919	100.000	16.685	0	0	116.685	0	0	0
2036	3.089	1.765	100.000	15.346	0	0	115.346	0	0	0
2037	2.833	1.629	100.000	14.166	0	0	114.166	0	0	0
2038	2.623	1.508	100.000	13.114	0	0	113.114	0	0	0
2039	2.435	1.400	100.000	12.174	0	0	112.174	0	0	0
2040	2.268	1.303	100.000	11.329	0	0	111.329	0	0	0
2041	2.114	1.215	100.000	10.568	0	0	110.568	0	0	0
2042	1.858	1.059	100.000	9.264	0	0	109.294	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	120.000	120.000	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	171.738	98.749	2.483.333	858.690	0	120.000	3.462.023	1.040.000	520.000	1.560.000

Observações:

1. P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta.
3. A aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.



TABELA 12
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MEDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-7, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ⁶ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ⁶ m ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Total	Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$		Total
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono		Perturação	Instalação	
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	18.685	3.921	132.333	78.427	0	0	211.760	693.333	346.667	1.040.000
2019	48.012	12.003	200.000	240.090	0	0	440.090	520.000	260.000	780.000
2020	54.788	13.697	200.000	273.937	0	0	473.937	520.000	260.000	790.000
2021	54.788	13.697	200.000	273.937	0	0	473.937	520.000	260.000	790.000
2022	54.788	13.697	200.000	273.937	0	0	473.937	346.667	173.333	520.000
2023	54.788	13.697	200.000	273.937	0	0	473.937	0	0	0
2024	47.182	11.796	200.000	235.911	0	0	435.911	0	0	0
2025	31.771	7.943	200.000	158.857	0	0	358.857	0	0	0
2026	23.097	5.774	200.000	115.484	0	0	315.484	0	0	0
2027	17.896	4.474	200.000	89.478	0	0	289.478	0	0	0
2028	14.569	3.642	200.000	72.846	0	0	272.846	0	0	0
2029	12.301	3.075	200.000	61.505	0	0	261.505	0	0	0
2030	10.628	2.657	200.000	52.141	0	0	252.141	0	0	0
2031	9.336	2.334	200.000	46.680	0	0	246.680	0	0	0
2032	8.390	2.075	200.000	41.502	0	0	241.502	0	0	0
2033	7.461	1.865	200.000	37.307	0	0	237.307	0	0	0
2034	6.763	1.691	200.000	33.817	0	0	233.817	0	0	0
2035	6.169	1.542	200.000	30.843	0	0	230.843	0	0	0
2036	5.462	1.363	200.000	27.260	0	0	227.260	0	0	0
2037	4.870	1.157	200.000	23.349	0	0	223.349	0	0	0
2038	4.079	1.020	200.000	20.393	0	0	220.393	0	0	0
2039	3.138	784	200.000	15.688	0	0	215.688	0	0	0
2040	2.128	532	200.000	10.640	0	0	210.640	0	0	0
2041	1.438	359	200.000	7.190	0	0	207.190	0	0	0
2042	898	187	200.000	3.339	0	0	203.339	0	0	0
2043	298	75	200.000	1.395	0	0	201.395	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	500.192	125.048	5.133.333	2.500.863	0	300.000	7.934.197	2.600.000	1.300.000	3.900.000

Observações:

1. P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta; se, ao descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
3. Aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.



TABELA 13
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-8, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo	Quantidades Potenciais de Venda de Gás	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$			
	e Condensado (10 ³ bbl)	(10 ³ m ³)	Fixo	Varável	Transporte	Abandono	Total	Perfuração	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	7 723	1 931	75 000	38 815	0	0	113 815	346 667	173 333	520 000
2019	34 881	8 720	150 000	174 406	0	0	324 406	520 000	280 000	700 000
2020	38 525	9 131	150 000	182 625	0	0	332 625	520 000	280 000	730 000
2021	38 525	9 131	150 000	182 625	0	0	332 625	346 667	173 333	520 000
2022	38 525	9 131	150 000	182 625	0	0	332 625	0	0	0
2023	35 930	8 983	150 000	179 651	0	0	329 651	0	0	0
2024	25 882	6 421	150 000	126 411	0	0	276 411	0	0	0
2025	16 521	4 630	150 000	92 895	0	0	242 895	0	0	0
2026	14 439	3 610	150 000	72 193	0	0	222 193	0	0	0
2027	11 150	2 938	150 000	58 751	0	0	208 751	0	0	0
2028	9 862	2 463	150 000	49 260	0	0	199 260	0	0	0
2029	6 429	2 107	150 000	42 147	0	0	192 147	0	0	0
2030	7 308	1 827	150 000	36 542	0	0	186 542	0	0	0
2031	6 391	1 598	150 000	31 955	0	0	181 955	0	0	0
2032	5 617	1 404	150 000	28 084	0	0	178 084	0	0	0
2033	4 827	1 207	150 000	24 134	0	0	174 134	0	0	0
2034	3 681	920	150 000	19 407	0	0	168 407	0	0	0
2035	2 148	537	150 000	10 738	0	0	160 738	0	0	0
2036	803	201	150 000	3 961	0	0	153 961	0	0	0
2037	0	0	0	0	0	200 000	200 000	0	0	0
2038	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2041	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	307.568	76.890	2.775.000	1.537.735	0	200.000	4.512.735	1.733.333	866.667	2.600.000

Observações:

1. P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta;
3. se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
4. Aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas



TABELA 14
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MÉDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETRÓLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-9, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ⁶ bbl)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ⁶ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos Operacionais, 10 ³ U.S.\$			
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono	Total	Perfuração	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	4.683	4.215	33.333	23.417	0	0	56.750	88.667	43.333	130.000
2019	20.029	18.026	100.000	100.146	0	0	200.146	200.000	130.000	390.000
2020	25.874	23.286	100.000	129.359	0	0	229.359	260.000	130.000	390.000
2021	27.344	24.809	100.000	136.719	0	0	236.719	280.000	130.000	390.000
2022	27.394	24.854	100.000	136.969	0	0	236.969	173.333	86.667	260.000
2023	18.882	16.994	100.000	94.411	0	0	194.411	0	0	0
2024	11.326	10.193	100.000	58.628	0	0	158.628	0	0	0
2025	7.856	7.079	100.000	39.330	0	0	139.330	0	0	0
2026	5.760	5.184	100.000	28.799	0	0	128.799	0	0	0
2027	4.366	3.847	100.000	21.930	0	0	121.930	0	0	0
2028	3.455	3.110	100.000	17.276	0	0	117.276	0	0	0
2029	2.808	2.527	100.000	14.041	0	0	114.041	0	0	0
2030	2.331	2.098	100.000	11.654	0	0	111.654	0	0	0
2031	1.928	1.733	100.000	9.630	0	0	109.630	0	0	0
2032	1.408	1.267	100.000	7.040	0	0	107.040	0	0	0
2033	894	777	100.000	4.319	0	0	104.319	0	0	0
2034	385	346	100.000	1.923	0	0	101.923	0	0	0
2035	0	0	0	0	0	120.000	120.000	0	0	0
2036	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2037	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2038	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2041	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	166.720	150.048	1.633.333	833.600	0	120.000	2.586.933	1.040.000	520.000	1.560.000

Observações:

- 1 P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela
- 2 Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta, e, se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados
- 3 Aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas



TABELA 15
 QUANTIDADES POTENCIAIS TOTAIS, DESPESAS e CUSTOS
 para
 VOLUME MEDIO TRUNCADO
 em
 31 de DEZEMBRO de 2010
 para
 PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA
 para
 Prospecto ESB-10, Reservatório URUCUTUCA
 BRASIL

(Todos os valores monetários são expressos em milhares de dólares Norte Americanos)

Ano	Quantidades Potenciais em Petróleo e Condensado (10 ⁹ bbt)	Quantidades Potenciais de Venda de Gás (10 ⁹ ft ³)	Potenciais Despesas Operacionais, 10 ³ U.S.\$				Potenciais Custos de Capital, 10 ³ U.S.\$			
			Fixo	Variável	Transporte	Abandono	Total	Perfuração	Instalação	Total
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2018	6.695	6.025	25.000	33.473	0	0	68.473	260.000	130.000	390.000
2019	26.708	24.037	100.000	133.540	0	0	233.540	260.000	130.000	390.000
2020	26.796	24.107	100.000	133.928	0	0	233.928	260.000	130.000	390.000
2021	27.225	24.503	100.000	138.125	0	0	238.125	260.000	130.000	390.000
2022	21.260	19.134	100.000	108.299	0	0	208.299	0	0	0
2023	12.819	11.537	100.000	64.094	0	0	164.094	0	0	0
2024	8.721	7.849	100.000	43.807	0	0	143.807	0	0	0
2025	6.361	5.725	100.000	31.805	0	0	131.805	0	0	0
2026	4.881	4.393	100.000	24.408	0	0	124.408	0	0	0
2027	3.873	3.486	100.000	19.365	0	0	119.365	0	0	0
2028	3.118	2.806	100.000	15.588	0	0	115.588	0	0	0
2029	2.535	2.282	100.000	12.676	0	0	112.676	0	0	0
2030	2.075	1.868	100.000	10.376	0	0	110.376	0	0	0
2031	1.690	1.521	100.000	8.448	0	0	108.448	0	0	0
2032	1.123	1.010	100.000	5.614	0	0	105.614	0	0	0
2033	599	539	100.000	2.994	0	0	102.994	0	0	0
2034	175	157	100.000	640	0	0	100.940	0	0	0
2035	0	0	0	0	0	120.000	120.000	0	0	0
2036	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2037	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2038	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2041	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2042	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2043	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2046	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2047	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	156.642	140.978	1.625.000	793.277	0	120.000	2.528.277	1.040.000	520.000	1.560.000

Observações

1. P₁ e P₂ não foram aplicados a quantidades, despesas ou custos nesta tabela.
2. Não há certeza de que qualquer parcela dos recursos potenciais estimados aqui seja descoberta, e, se descoberto, não há certeza de que será comercialmente viável a produção de qualquer parcela dos recursos potenciais avaliados.
3. Aplicação de P₁ e P₂ para quantidades, despesas ou custos nesta tabela não iguala os mesmos a recursos contingentes ou reservas.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paulo Fernando Santos de Lacerda 92

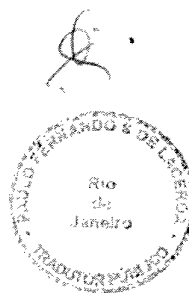
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN PUBLIC TRANSLATOR

MAT. JUR. DEB. Nº 1162 - C. T. 29209/487/34

ERA QUANTO SE CONTINHA NO DOCUMENTO QUE ME FOI EXIBIDO, ao qual me reporto E DE QUE DOU FÉ para que a presente tradução possa produzir todos os seus devidos e legais efeitos no Brasil.

FEITO E PASSADO nesta Cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, em 29 de Abril de 2011, para constar onde convier.

POR TRADUÇÃO CONFORME:



Estatuto Social da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., realizada em 14 de junho de 2011

**ESTATUTO SOCIAL DA
PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF 12.592.795/0001-53

NIRE 33.3.0029785-5

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração

Artigo 1º: A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelos termos do presente estatuto social (“Estatuto Social”) e pelas disposições de leis e regulamentos que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único: Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 2º: A Companhia tem a sua sede social na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 1301 (parte), Edifício Rio Sul, Botafogo, CEP 22290-160.

Parágrafo Único: A Companhia poderá abrir e/ou extinguir escritórios, agências, filiais, depósitos, estabelecimentos ou outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 3º: A Companhia tem por objeto social: (1) a participação em consórcios ou em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, independentemente de sua atividade; e (2) sujeito à obtenção de todas as eventuais licenças, autorizações e aprovações regulatórias: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) importação, exportação, comercialização, distribuição, transporte e armazenamento de petróleo e gás natural, bem como produtos derivados de petróleo; (iii) contratação de empréstimos e (iv) prestação de garantias.

Parágrafo Único: A Companhia poderá prestar os serviços e atividades aqui mencionadas por si só ou juntamente com quaisquer outras entidades, em associação, consórcio, contrato ou qualquer modalidade de relação de negócios, com empresas privadas ou estatais, mediante qualquer forma de concessão, autorização, permissão, inclusive investimentos e aquisição de participação em companhias que desenvolvam, direta ou indiretamente as atividades descritas nesta cláusula.

Artigo 4º: O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Ações

Artigo 5º: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$12.422.024,68 (doze milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), dividido em 693.422 (seiscentas e noventa e três mil, quatrocentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 1.386.845 (um milhão, trezentas e oitenta e seis mil, oitocentas e quarenta e cinco) novas ações ordinárias, independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

Parágrafo Terceiro: Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle, sem direito de preferência para os acionistas.

Artigo 6º: A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o Artigo 171, Parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Único: É vedado à Companhia emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 7º: As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo Único: Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 8º: O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação

ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º: A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito o acionista remisso em mora, de acordo com os Artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (“IGP-M”), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”), ou seu substituto, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis* e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III

Da Assembleia Geral

Artigo 11: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, terá competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que, por disposição legal ou por força do presente Estatuto Social, forem reservados à competência dos órgãos de administração.

Artigo 12: A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, implantar plataforma eletrônica visando à participação de acionistas em assembleias gerais através da *internet*, cabendo aos acionistas obedecer aos procedimentos para registro e certificação digital constantes do regulamento do sistema caso desejem utilizar esta ferramenta.

Artigo 13: As assembleias gerais deverão ser convocadas com um mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, e ser instaladas em conformidade com a lei, devendo ser presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este designar, cabendo também ao Presidente do Conselho de Administração designar o secretário.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de a Assembleia Geral tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas, o prazo de convocação será de até 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo: Assuntos não incluídos expressamente na ordem do dia constante dos editais de convocação somente poderão ser votados caso haja presença da totalidade dos acionistas.

Artigo 14: Ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto, as Assembleias Gerais deverão se instalar, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Artigo 15: Ressalvadas as disposições previstas neste Estatuto Social, todas as decisões da

Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 16: A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela competirá:

(a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(c) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no artigo 34, alínea “e”, deste Estatuto Social;

(d) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Artigo 17: Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos:

(a) fixar os honorários globais ou individuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(b) reformar o Estatuto Social;

(c) atribuição de bonificações em ações;

(d) grupamento ou desdobramento de ações em que se divide o capital subscrito e integralizado;

(e) qualquer regaste, recompra, amortização ou outra redução do capital de qualquer ação ou bônus de subscrição ou outros títulos conversíveis em ação da Companhia;

(f) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle;

(g) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou

incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como qualquer requerimento de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

(h) deliberar sobre a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação, através de uma única operação ou série de operações relacionadas, pela Companhia, de 75% (setenta e cinco por cento) ou mais, em valor contábil, de seus ativos operacionais; ou a venda ou alienação (seja através da incorporação, consolidação ou outra forma) de uma ou mais subsidiárias da Companhia, caso 75% (setenta e cinco por cento) ou mais, em valor contábil, dos ativos operacionais da Companhia sejam detidos pela subsidiária ou subsidiárias em questão, salvo casos em que a venda, arrendamento, transferência, licença exclusiva ou outra forma de alienação seja para outra subsidiária integral da Companhia;

(i) emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, observado o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e no Artigo 23, alínea "p" deste Estatuto Social;

(j) saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA, por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias;

(k) escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;

(l) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

(m) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, conforme previsto no Artigo 41 deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 18: A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e com este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: A fixação da remuneração dos administradores é de competência da Assembleia Geral, de forma individual ou global. Nesse último caso, cabe ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre os Conselheiros e Diretores. A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes e o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo: Os administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Seção II

Do Conselho de Administração

Artigo 19: O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) Conselheiros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) deles designado Presidente do Conselho de Administração e os demais sem designação específica, todos acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Poderão ainda ser eleitos suplentes para os membros do Conselho de Administração, a critério da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: A posse dos membros do Conselho de Administração estará condicionada à assinatura do termo respectivo, lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração e à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos no disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como o atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo: O Conselheiro deverá ter reputação ilibada e, salvo dispensa da Assembleia Geral, não poderá ser eleito Conselheiro aquele que: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado, funcionário ou prestador de serviços em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O Conselheiro não poderá exercer o direito de voto caso se configure, supervenientemente à eleição, qualquer um dos fatores de impedimento.

Parágrafo Terceiro: O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo Quarto: Na composição do Conselho de Administração, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo Quinto: Para fins deste Estatuto, considera-se “Conselheiro Independente” o membro do Conselho que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não for Acionista Controlador (conforme definido no Artigo 38, Parágrafo 2º, alínea “b” deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não for ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando

serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É considerado também Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º e Artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

Parágrafo Sexto: O membro do Conselho de Administração da Companhia que for eleito Presidente na forma do artigo 20 abaixo estará impedido de cumular este cargo com o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, conforme o disposto no Artigo 24, parágrafo quinto.

Parágrafo Sétimo: Ao Presidente do Conselho de Administração caberá o voto de qualidade no caso de empate na votação.

Parágrafo Oitavo: Os Conselheiros permanecerão nos seus cargos e exercício de suas funções até a investidura dos seus substitutos, exceto se de outra forma deliberado pela Assembleia Geral.

Artigo 20: Caberá à Assembleia Geral eleger, substituir ou destituir o Conselheiro Presidente, o qual será responsável por convocar as reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 21: O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação feita pelo Presidente do Conselho de Administração, através de carta registrada, entrega pessoal, correio eletrônico ou fac-símile enviado aos demais Conselheiros com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência das reuniões, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados na reunião.

Parágrafo Primeiro: Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo, serão consideradas regularmente convocadas as reuniões em que todos os Conselheiros em exercício estiverem presentes.

Parágrafo Segundo: Todas as resoluções ou deliberações serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo consideradas válidas e eficazes desde que suas atas sejam posteriormente firmadas por todos os presentes.

Parágrafo Quarto: O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de, no mínimo, 4 (quatro) membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião.

Artigo 22: Em caso de vacância do cargo de Conselheiro, caberá ao Presidente do Conselho

de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral. Para os fins deste Estatuto Social, considerar-se-á ocorrida a vacância em caso de morte, incapacidade permanente, renúncia, destituição ou ausência injustificada por mais de três reuniões consecutivas.

Artigo 23: O Conselho de Administração tem como função primordial a orientação geral dos negócios da Companhia, assim como a fiscalização de seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto:

(a) aprovar o planejamento anual da Companhia, estabelecendo objetivos, metas e planos de negócio para cada área de atuação da Companhia;

(b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

(c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(d) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembleia Geral Extraordinária, bem como determinar as situações em que deverá haver aumento do prazo de convocação, nos termos do Artigo 13, Parágrafo Primeiro deste Estatuto Social;

(e) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício social e examinar os balancetes mensais e deliberar sobre sua submissão à assembleia geral;

(f) apreciar a proposta da administração de distribuição anual de dividendos, cabendo sua aprovação final à assembleia geral;

(g) deliberar sobre a constituição de subsidiárias e a associação com outras sociedades para a formação de parcerias, consórcios ou *joint ventures*;

(h) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(i) deliberar sobre a emissão de ações da Companhia, nos termos do Artigo 5º, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto Social, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do Artigo 6º deste Estatuto Social;

(j) aprovar a emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*), *bonds*, *notes* e quaisquer outros instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, inclusive sobre suas condições de emissão e resgate;

(k) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de sua emissão, inclusive preço e prazo de integralização;

(l) elaborar proposta aos acionistas sobre qualquer regaste, recompra, amortização ou outra redução do capital de qualquer ação ou bônus de subscrição ou outros títulos conversíveis em ação da Companhia;

(m) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia, na forma prevista neste Estatuto Social e na lei;

(n) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia;

(o) escolher e destituir os auditores independentes;

(p) sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, conforme o artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações;

(q) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;

(r) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral;

(s) requerer a recuperação judicial ou extrajudicial ou a falência da Companhia;

(t) deliberar sobre a criação e supressão de controladas ou subsidiárias integrais, e a participação da Companhia em outras sociedades, ou empreendimentos no País ou no exterior;

(u) deliberar sobre qualquer transação ou transações sucessivas no período de 1 (um) ano cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) entre a Companhia e (i) seus Acionistas Controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado. Fica assegurado a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;

(v) aprovar a contratação de financiamentos bancários ou qualquer outra operação financeira e de crédito e, ainda, a celebração de contratos e outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público ou privado, desde que relativas à condução das atividades da Companhia, cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais); e

(x) manifestar-se, favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo Primeiro: A Companhia e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas.

Seção III

Da Diretoria

Artigo 24: A Diretoria será composta por, no mínimo, 4 (quatro) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros sendo: (i) 1 (um) Diretor Presidente (CEO); (ii) 1 (um) Diretor de Operações; (iii) 1 (um) Diretor Técnico; (iv) 1 (um) Diretor Financeiro e Administrativo (CFO); e (v) um Diretor de Relações com Investidores (DRI), todos acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º: Os Diretores da Companhia terão as seguintes atribuições:

(a) Cabe ao Diretor Presidente administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente: (i) fazer com que sejam observados o presente Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (ii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, juntamente com o relatório dos auditores independentes, bem como a proposta para alocação dos lucros auferidos no exercício fiscal precedente; (iii) elaborar e propor, para o Conselho de Administração, o orçamento anual e plurianual, os planos estratégicos, projetos de expansão e programas de investimento; (iv) coordenar a execução das operações e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração e (v) conduzir e coordenar as atividades dos Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto Social, convocando e presidindo as reuniões da Diretoria;

(b) Cabe ao Diretor Técnico: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) planejar e coordenar as atividades de desenvolvimento de novos negócios, avaliando o potencial de petróleo e gás em novas áreas que sejam do interesse da Companhia; e (iii) manter a Companhia com um portfólio exploratório balanceado e robusto;

(c) Cabe ao Diretor Operações: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) planejar e coordenar as atividades de Operações e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração, assim como descobrindo e delimitando acumulações de hidrocarbonetos, de acordo com as metas da Companhia; planejar e coordenar as atividades de Reservas e Reservatórios; (iv) manter o corpo técnico treinado e motivado, com pleno acesso às tecnologias que, associadas ao conhecimento, tragam os melhores resultados para a Companhia; (v) coordenar as atividades de Desenvolvimento da Produção e dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração; (iii) gerenciar a implantação dos projetos da Companhia; e (iv) planejar, coordenar, desenvolver e controlar as atividades e projetos que compõem o portfólio da Companhia de forma otimizada;

(d) Cabe ao Diretor Financeiro e Administrativo: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (iii) coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de finanças de acordo com as metas estabelecidas; (iv) otimizar e gerir as informações e os resultados econômico financeiros da Companhia; (v) administrar e aplicar os recursos financeiros, a receita operacional e não operacional; (vi) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas; (vii) coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; (viii) promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia; (ix) preparar as demonstrações financeiras da Companhia; (x) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais; (xi) coordenar as atividades administrativas da Companhia, como recursos humanos, sistemas e tecnologia da informação; e (xii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente;

(e) Cabe ao Diretor de Relações com Investidores: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iv) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. A função de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercida cumulativamente por qualquer outro Diretor.

(f) Os Diretores desempenharão as funções atribuídas a cada um de seus cargos, em conformidade com o disposto neste Estatuto Social e de acordo com as atribuições fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: Os diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração para cumprir mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A posse dos Diretores em seus respectivos cargos, contudo, fica condicionada à assinatura do termo respectivo, lavrado no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, e ao Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento do Novo Mercado, sem prejuízo das demais exigências legais.

Parágrafo Terceiro: Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo Quarto: Um diretor poderá acumular mais de um cargo, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações e neste Estatuto.

Parágrafo Quinto: Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos de Diretores, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo esta hipótese, ao Conselheiro-Diretor, “*ad honorem*”, caberá optar pela remuneração que fizer jus, como Conselheiro ou Diretor. O membro da Diretoria que for eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente, contudo, estará impedido de cumular este cargo com o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme o disposto no Artigo 19, parágrafo sexto.

Artigo 25: Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, observar-se-á o seguinte: (a) quando do Diretor Presidente, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo; e (b) nos demais casos, havendo ausência ou impedimento eventual de qualquer Diretor, caberá ao Diretor Presidente indicar um diretor substituto que cumulará as atribuições de seu cargo com as do diretor substituído, devendo ser realizada, dentro de 30 (trinta) dias no máximo, reunião do Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do diretor substituído.

Parágrafo Único: A ausência ou impedimento de qualquer diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no *caput* deste Artigo 25.

Artigo 26: A Diretoria, sempre mediante a assinatura de dois Diretores no mínimo, terá os poderes gerais de administração e gerência da Companhia, podendo praticar todos os atos necessários ao exercício normal das atividades sociais e que não sejam privativos da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele.

Parágrafo Primeiro: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e a reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos seus membros.

Parágrafo Segundo: As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

Parágrafo Terceiro: As deliberações da Diretoria em reunião, validamente instalada, serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

Artigo 27: Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º: Compete ainda à Diretoria:

- (a) solucionar as dúvidas e divergências suscitadas no exercício das competências de seus membros e conceder-lhes licenças;
- (b) autorizar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, dependências, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior;
- (c) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado, da Companhia e suas controladas;
- (d) apresentar anualmente ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (e) observar e fazer cumprir este Estatuto Social, bem como fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;
- (f) representar a Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do Poder Público;
- (g) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos que não sejam essenciais à condução das atividades da Companhia, desde que tal aprovação não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social;
- (h) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo permanente da Companhia ou essenciais à condução das atividades da Companhia, desde que tal aprovação não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social;
- (i) aprovar a outorga de garantias a terceiros, desde que tal aprovação não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social;
- (j) representar a Companhia nas empresas em que detém participação societária;
- (k) contratar financiamentos bancários ou qualquer outra operação financeira e de crédito e ainda a celebração de contratos e outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público ou privado, desde que relativas à condução das atividades da Companhia e que a aprovação de tais atos não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social; e

(l) deliberar sobre qualquer transação ou transações sucessivas no período de 1 (um) ano entre a Companhia e (i) seus Acionistas Controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária, desde que a aprovação de tal(is) ato(s) não seja de competência do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os limites estabelecidos neste Estatuto Social. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado. Fica assegurado a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso.

Artigo 28: O Relatório da Administração deve mencionar as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela Companhia.

Artigo 29: Compete aos Diretores assistir e auxiliar ao Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração e por este Estatuto Social.

Artigo 30: A Companhia poderá ser representada: (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) por procuradores nomeados por 2 (dois) Diretores em conjunto, para a prática de determinados atos ou série de atos da mesma espécie, inclusive os especificados no Artigo 27 acima, exceto nas hipóteses para os quais somente poderão ser outorgadas procurações se houver autorização prévia do Conselho de Administração da Companhia. O instrumento de mandato será outorgado com prazo de validade determinado, não superior a 1 (um) ano, com exceção dos mandatos para representação em juízo, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato poderão permitir que os procuradores utilizem o título ali indicado.

Parágrafo Único: A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

Artigo 31: Os membros da Diretoria ficam dispensados da prestação de caução.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 32: O Conselho Fiscal da Companhia será composto de, no mínimo 3 (três), e no máximo 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes nas condições e com as atribuições previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e

somente será instalado em Assembleia Geral mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo: Sem prejuízo das competências disciplinadas em lei, compete ao Conselho Fiscal:

(a) fiscalizar a contratação e a prestação dos serviços de auditoria independente, se houver;

(b) supervisionar o relacionamento da Companhia com os auditores independentes, se houver;

(c) reunir-se periodicamente com os auditores independentes da Companhia, se houver, sem a presença da Diretoria, para discussão e análise dos procedimentos e práticas contábeis, bem como das demonstrações financeiras da Companhia;

(d) propor à Assembleia Geral alterações nos procedimentos e práticas contábeis da Companhia ou nas demonstrações financeiras, para que reflitam adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, se for o caso;

(e) elaborar pareceres sobre práticas, procedimentos e/ou demonstrações financeiras da Companhia, a pedido de outros órgãos;

(f) solicitar reunião individual com Diretor ou auditores independentes, se houver, sempre que julgar necessário;

(g) revisar o documento de recomendações dos auditores independentes, se houver, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Geral, emitindo parecer sobre o mesmo; e

(h) certificar que as transações com partes relacionadas estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras e tenham sido feitas por escrito e em condições de mercado.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados

Artigo 33: O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Trimestralmente e ao fim de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, observadas as disposições legais vigentes.

Artigo 34: Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os

prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro; dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, se assim for determinado pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 18, Parágrafo Primeiro deste Estatuto Social. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Artigo 35; e

(e) no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 35, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 35: Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 0,001% (um milésimo por cento) do lucro líquido do exercício social, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

(a) importância destinada à constituição da reserva legal; e

(b) importância destinada à formação da reserva para contingências (Artigo 34, alínea “b”), e reversão da mesma reserva formada em exercícios sociais anteriores.

Parágrafo Primeiro: O pagamento do dividendo determinado nos termos do *caput* poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício em que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como Reserva de Lucros a Realizar.

Parágrafo Segundo: Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Parágrafo Terceiro: A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores e nem 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, nos casos, forma e limites legais. Caberá ao Conselho de Administração,

observado o limite disposto pela Assembleia Geral, a fixação dos critérios para a atribuição da participação nos lucros aos administradores.

Parágrafo Quarto: O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

Artigo 36: O Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 35 deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 35 deste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo: O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros forem pagos ou creditados, sempre como antecipação do dividendo obrigatório.

Artigo 37: Os dividendos não reclamados prescrevem no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterem em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII

Da Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 38: A alienação do Controle acionário da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do Controle.

Parágrafo Primeiro: A oferta pública referida neste Artigo também será exigida:

(a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações ou que dêem direito à sua subscrição que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e

(b) em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Parágrafo Segundo: Para fins deste Capítulo, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

(a) **“Acionista Adquirente”** significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas;

(b) **“Acionista Controlador”** tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

(c) **“Ações em Circulação”** tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

(d) **“Controle”** (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

(e) “**Grupo de Acionistas**” - significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

(f) “**Valor Econômico**” tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 39: Aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo anterior;

(b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado até a data do pagamento pelo IGP-M/FGV. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e

(c) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 40: A Companhia não registrará:

(a) quaisquer transferências de propriedade de suas ações para o(s) comprador(es) do Poder de Controle ou para aqueles que vierem a deter o Poder de Controle enquanto este(s) acionista(s) não inscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e

(b) Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não inscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referidos na alínea “a” acima.

Artigo 41: Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 43 deste Estatuto Social.

Artigo 42: A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser aprovada em Assembleia

Geral.

Parágrafo Único: Caso seja deliberada a saída do Novo Mercado, seja para que as ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado, ou seja, por operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o(s) acionista(s) que detiver(em) o Poder de Controle da Companhia deverá(ão) efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 43 deste Estatuto Social, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 43: O laudo de avaliação mencionado nos Artigos 41 e 42 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Artigo 8º, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Artigo 8º, Parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na assembleia geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 44: Na hipótese em que a saída do Novo Mercado ocorrer por descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, deverá ser efetivada oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 43 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto: Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo Segundo acima

delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 45: Na hipótese de não haver Acionista Controlador caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

(i) a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

(ii) na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 46: É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 47: A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 48: Não obstante o previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste estatuto.

CAPÍTULO VIII

Da Liquidação da Companhia

Artigo 51: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, elegendo o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO IX

Do Juízo Arbitral

Artigo 52: A Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, e do Regulamento de Arbitragem.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais

Artigo 53: A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

Artigo 54: As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas nos jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Artigo 55: Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela assembleia geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

* * *

Ata da assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, realizada em 28 de abril de 2011,
que aprova a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 12.592.795/0001-53

NIRE 33.3.0029785-5

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Realizada em 28 de abril de 2011

Data, Hora e Local: Às 10:00 horas do dia 28 de abril de 2011, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, 116 – Sala 1301 (parte), Botafogo, CEP 22290-160.

Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

Composição da Mesa: Verificada a presença da unanimidade dos acionistas, o Sr. Jean Michel Charles Runacher assumiu a presidência dos trabalhos e designou o Sr. Thiago Alonso de Oliveira para secretariar a assembleia.

Ordem do Dia: Em matéria ordinária: (i) apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; (ii) deliberar sobre a proposta da Diretoria de destinação do resultado apurado no exercício; (iii) fixar o limite do montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2011; (iv) definir o jornal de grande circulação no qual a Companhia faz suas publicações, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; Em matéria extraordinária: (v) deliberar sobre a abertura de capital e o pedido de registro de companhia aberta, emissor categoria A, a ser realizado perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); (vi) deliberar a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); (vii) deliberar a reformulação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (viii) autorizar a realização de distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta”); (ix) deliberar a criação do Conselho de Administração da Companhia e eleição de seus membros; (x) autorizar o Conselho de Administração da Companhia aprovar todos os termos e condições da Oferta, inclusive, mas não se limitando a (a) deliberar aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das ações objeto da Oferta; (c) aprovar o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações da Companhia (“Prospecto Definitivo”) e o *Offering Memorandum* da Oferta; (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a

destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; (xi) ratificar todos os atos praticados pelos membros da administração da Companhia em relação à Oferta; (xii) deliberar sobre a aprovação da Política de Divulgação de Informações da Companhia, que trata da divulgação de informações e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Política de Divulgação"); e (xiii) deliberar sobre a aprovação da Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia ("Política de Negociação").

Deliberações: Após discussão, foram aprovadas por unanimidade dos acionistas presentes as seguintes matérias:

Em matéria ordinária:

- (i) foram examinadas, discutidas e aprovadas as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010;
- (ii) tendo em vista que a Companhia registrou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não distribuirá dividendos;
- (iii) foi aprovado em R\$15.017.016,00 (quinze milhões, dezessete mil e dezesseis reais) o limite do montante anual da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2011, sendo que a distribuição da remuneração ora aprovada entre os membros da administração da Companhia será deliberada nos termos do Estatuto Social;
- (iv) foram aprovados os jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Valor Econômico" para a realização das publicações legais da Companhia;

Por fim, foram feitos esclarecimentos no sentido de que não foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o presente exercício social.

Em matéria extraordinária:

- (v) foi aprovada a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, emissor categoria A, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");
- (vi) foi aprovada a adesão da Companhia ao segmento de listagem da BM&FBOVESPA de Novo Mercado de Governança Corporativa, bem como a celebração com a BM&FBOVESPA do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado;

(vii) foi aprovada a reformulação do Estatuto da Companhia, especialmente mas não se limitando para: (a) adequá-lo às exigências de companhia aberta; e (b) adequá-lo às regras do segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar na forma consolidada constante do Anexo I;

(viii) foi aprovada a realização da Oferta, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder" ou "Itaú BBA"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BTG Pactual, os "Coordenadores da Oferta") e de instituições intermediárias da BM&FBOVESPA ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores "Instituições Participantes da Oferta") por eles convidadas. Simultaneamente serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, e para investidores nos demais países considerados *non U.S. persons*, com base no *Regulation S* ("Regulamento S") editado ao amparo do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil ou nos Estados Unidos da América, e em ambos os casos que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN nº 2.689") e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325") ou da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei nº 4.131" e "Investidores Institucionais Estrangeiros", respectivamente), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *United States Securities and Exchange Commission* ("SEC");

(ix) foi aprovada a criação do Conselho de Administração da Companhia, que será composto por no mínimo 5 (cinco) membros e no máximo 7 (sete) membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia e pela mesma destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

(a) Os Diretores da Companhia serão, a partir desta data, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia;

(b) Foi aprovada a eleição para o primeiro mandato do Conselho de Administração da Companhia, que se inicia na presente data e encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, dos Srs.:

Jean Michel Ives Gabriel Runacher, francês, divorciado, engenheiro, portador do passaporte nº 11AC73825, residente e domiciliado no Reino Unido, 102 Whitelands House, Cheltenham Terrace, Londres, SW3 4RA, como Presidente do Conselho de Administração;

Roland Fox, britânico, divorciado, advogado, portador do passaporte nº 093199513, residente e domiciliado no Reino Unido, 458 Kings Road, Londres, SW10 OLG, como membro do conselho de administração da Companhia;

Jean Michel Charles Denis Jacoulot, francês, casado, engenheiro, portador do passaporte nº 10AZ31898, residente e domiciliado no Reino Unido, 8 Whittingstall Road, Londres, SW6 4ED, como membro do conselho de administração da Companhia;

César Dias Ramos, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador de cédula de identidade RG nº 02.662.264-7, residente e domiciliado no Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rainha Guilhermina, 181/704, Leblon, como membro do conselho de administração da Companhia; e

Sebastião Rego Barros, brasileiro, casado, empresário, portador de cédula de identidade RG nº 01.464.205-2, residente e domiciliado no Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica, 1782/1104, Copacabana, como conselheiro independente da Companhia;

(c) o membro do conselho de administração Sr. Sebastião Rego Barros é conselheiro independente da Companhia, conforme definido no regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;

(d) A posse dos conselheiros ora eleitos fica condicionada à (i) transferência de uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade de cada um de seus acionistas, para cada um deles, mediante a assinatura dos respectivos termos de transferência constantes do Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia; e à (ii) assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia na forma da legislação aplicável, observada a prestação das declarações previstas em lei; e

(e) Mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, os Conselheiros ora eleitos tomaram posse de seus respectivos cargos e declararam, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por Lei especial ou por condenação criminal, ou ainda por se encontrar sob os efeitos dela, a

pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou ainda contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(x) foi concedida a autorização para o Conselho de Administração da Companhia aprovar todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando a (a) fixação do número de ações a serem emitidas em aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta; (b) a fixação do preço de emissão das ações objeto da Oferta; (c) o Prospecto Definitivo e o *Offering Memorandum* Internacional da Oferta; (d) a celebração de contratos e a atos relacionados à Oferta; e (e) a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta;

(xi) foi aprovada a ratificação de todos os atos praticados pelos membros da administração da Companhia com o fim de obter o registro da Oferta perante a CVM;

(xii) foi aprovada a Política de Divulgação de Informações da Companhia, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia, nos termos do Anexo II;

(xiii) foi aprovada a Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, cuja cópia foi arquivada na sede da Companhia, nos termos do Anexo III, que estabelece os procedimentos a serem observados na negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e as regras constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata de forma sumária. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, conferida, aprovada e por todos assinada.

Assinatura dos Presentes: Perenco Brazil Limited (p.p. Carlos Barbosa Mello) e Roland Fox (p.p. Carlos Barbosa Mello). **Mesa:** Sr. Jean Michel Charles Runacher - Presidente; Sr. Thiago Alonso de Oliveira – Secretário.

Certidão: Declaro que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011.



Thiago Alonso de Oliveira
Secretário da Mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Minuta da ata da reunião do Conselho de Administração a ser realizada para aprovar o preço de emissão das ações

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 12.592.795/0001-53

NIRE 33.3.0029785-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2011

I. **Data, Hora e Local:** Aos [•] dias do mês de [•] de 2011, às [•] horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua Lauro Muller, 116, nº.1301 (parte), Botafogo, CEP 22290-160.

II. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

III. **Composição da Mesa:** Presidente: [•]; Secretário: [•].

IV. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) aprovação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, no âmbito da oferta pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia ("Ações") realizada no Brasil e com esforços de venda no exterior ("Oferta"); (ii) fixação do preço de emissão das Ações objeto do aumento de capital social e respectiva justificativa; (iii) exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das novas ações; (iv) determinação da forma de subscrição e integralização das ações a serem emitidas; (v) determinação dos direitos das Ações; (vi) aprovação do Prospecto Definitivo e do *Offering Memorandum* utilizado na Oferta; e (vii) aprovação da destinação dos recursos a serem auferidos pela Companhia em decorrência do aumento de capital.

V. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração apreciaram a matéria constante da ordem do dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram:

(i) Foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$[•] ([•] reais) o qual passará de R\$[•] ([•] reais) para R\$[•] ([•] reais), mediante a emissão de [•] ([•] mil) novas Ações, que serão objeto de oferta pública de distribuição primária a ser realizada no Brasil por meio de distribuição pública em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou, para os fins da Instrução CVM 400, "Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley" e em conjunto com o Coordenador Líder "Coordenadores da Oferta"), sujeita a registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme o procedimento previsto na Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e ("Oferta"), a qual foi aprovada pela Companhia em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2011. Serão realizados esforços de venda nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule 144A* editada pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act of 1933* ("Securities Act"), dos Estados Unidos da América, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act* e, nos demais países, para investidores institucionais de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a *Regulation S* editada pela *SEC*;

(ii) Foi aprovado o preço por Ação de R\$[•] ([•] reais). O preço de emissão foi calculado com base no critério de valor de mercado, após a realização de *roadshow* e a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") realizado pelos Coordenadores, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das Ações da Oferta, em consonância com as disposições do §1º, III e §7º do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações da Oferta;

(iii) Foi aprovada a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172 da Lei das S.A.;

(iv) As Ações da Oferta deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;

(v) Foi aprovado que as Ações objeto da Oferta farão jus ao recebimento de dividendos que forem declarados pela Companhia a partir da data de sua subscrição e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia;

(vi) Foi aprovado o inteiro teor do Prospecto Definitivo utilizado na Oferta; e

(vii) Foi aprovada a utilização dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia para, principalmente, (a) [•]; (b) [•]; e (c) [•].

VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes e pelo Presidente e Secretário da Mesa. Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2011. Assinaturas: Mesa: Presidente: Sr. [•]; Secretário: Sr. [•]. Conselheiros presentes: Srs. Jean Michel Charles Denis Jacquolot, Roland Fox, Jean Michel Ives Gabriel Runacher, César Dias Ramos, Sebastião Rego Barros.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2011.

[•]
Secretário

Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 1301 (parte), Edifício Rio Sul, Botafogo, CEP 22290-160, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.592.795/0001-53, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") ou, para os fins da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Coordenador Líder") e do Banco BTG Pactual S.A. e do Banco Morgan Stanley S.A. ("BTG" e "Morgan Stanley", e em conjunto com o Coordenador Líder "Coordenadores"), com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e ainda, com esforços de colocação no exterior, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, em operações isentas de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ("Oferta"), sendo que as Ações objeto da Oferta serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("Lei das S.A."), dentro do limite de capital autorizado previsto no seu Estatuto Social, a Companhia declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

- (i) a Companhia e os Coordenadores constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em março de 2011 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações de emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia disponibilizou, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, a **Companhia declara que:**

- (vi) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(vii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 2011.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: CESAR DIAS RAMOS
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: THIAGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. ("Companhia" e "Oferta), cujo pedido de registro está sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 28 de fevereiro de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado; e
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

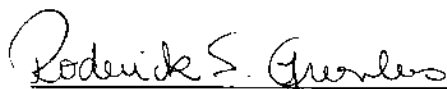


O Coordenador Líder declara que:

- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (c) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 15 de junho de 2011.

BANCO ITAÚ BBA S.A.



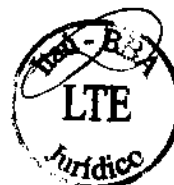
Nome:
Cargo:

Roderick Greenless
Diretor
Investment Banking Department



Nome:
Cargo:

Jean-Marc Etlin
Vice-Presidente Executivo



3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período de 13 de setembro de 2010 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2010 e Relatório dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e Relatório dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, incluindo informações sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e sobre o período de 3 de janeiro de 2008 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2008, e Relatório dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras Intermediárias da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período de 13 de setembro de 2010 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2010 e Relatório dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Perenco Petróleo e Gás
do Brasil Participações S.A.***

*(Anteriormente denominada V.A.N.S.P.E.
Empreendimentos e Participações S.A.)*

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Período de 13 de Setembro de 2010
(data da constituição da Sociedade)
a 31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administração da
Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. (“Sociedade” anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de 13 de setembro de 2010 (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não com fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e dos fluxos de caixa para o período de 13 de setembro de 2010 (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade


Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativas 1 e 7, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. foi adquirida em 1º de março de 2011 pela Perenco Brazil Limited, empresa sediada no Reino Unido e pertencente ao Grupo Perenco, com o propósito de ser uma Sociedade veículo com fins de emissão de ações no mercado brasileiro de ações, bem como de se tornar a controladora da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., empresa detentora dos direitos de concessão de 5 blocos exploratórios na bacia do Espírito Santo. Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$39. As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Sociedade, o recorrente suporte financeiro dos seus atuais acionistas e o êxito no processo de abertura de capital.

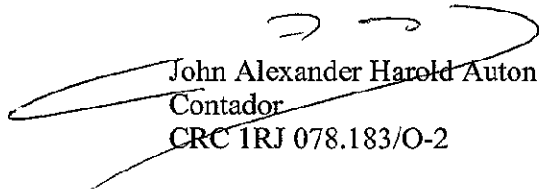
Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 13 de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "S" SP


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	
<u>ATIVO</u>		
CIRCULANTE		
Depósito bancário		50
Total do ativo circulante		<u>50</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>50</u>
<u>PASSIVO</u>		
Provisão para contribuição sindical	3	89
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>		
Capital social subscrito	4	500
Capital social a integralizar	4	(450)
Prejuízos acumulados		<u>(89)</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(39)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>50</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO PERÍODO DE 13 DE SETEMBRO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE)
A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativas</u>	
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesa com contribuição sindical	3	(89)
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(89)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO DO CAPITAL INTEGRALIZADO NO FIM DO PERÍODO EM REAIS		<u>(1,78)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DO PERÍODO DE 13 DE SETEMBRO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE)
A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>Capital</u> <u>social subscrito</u>	<u>Capital social a</u> <u>integralizar</u>	<u>Prejuízos</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
Capital social autorizado em 13 de setembro de 2010	1 e 4	500	(450)	-	50
Prejuízo do período		-	-	(89)	(89)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>500</u>	<u>(450)</u>	<u>(89)</u>	<u>(39)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO DE 13 DE SETEMBRO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE)
A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período		(89)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período		
Provisão para contribuição sindical	3	<u>89</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Capital integralizado	1 e 4	<u>50</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>50</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>50</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 13 de setembro de 2010		-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2010		<u>50</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>50</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO PERÍODO DE
13 DE SETEMBRO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE)
A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>-</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)		
Impostos, taxas e contribuições		
Contribuição sindical	3	(89)
Retenção de prejuízos		<u>89</u>
		<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO PERÍODO DE 13 DE SETEMBRO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Perenco Petróleo e Gás Participações do Brasil S.A. (“Sociedade” e/ou “Perenco” - anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.), com sede em São Paulo, SP, foi constituída em 13 de setembro de 2010, tendo como acionista a Perenco Brazil Limited, empresa sediada no Reino Unido e pertencente ao Grupo Perenco.

A Sociedade tem como principal atividade a participação em outras companhias, sendo o seu capital social em 31 de dezembro de 2010 representado por R\$500,00, dividido em 500 ações ordinárias, sem valor nominal. Essa entidade não detinha operações entre a data de sua constituição e 31 de dezembro de 2010 (tampouco até a data de sua aquisição em 1º de março de 2011). Em 31 de dezembro de 2010 foram efetuadas as provisões necessárias de competência do período entre 13 de setembro e 31 de dezembro de 2010 (nota explicativa 3).

Essa Sociedade foi adquirida para servir de veículo para emissão de novas ações no mercado brasileiro de ações, bem como para se tornar a controladora da Perenco Petróleo e Gás Brasil Ltda. (“Subsidiária” ou “Perenco Ltda.”), empresa detentora dos direitos de concessão de 5 blocos exploratórios na bacia do Espírito Santo. Suas posições patrimonial e financeira poderão ser significativamente alteradas por meio desse processo de abertura de capital.

Em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$39. As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Sociedade, o recorrente suporte financeiro dos seus atuais acionistas e o êxito no processo de abertura de capital.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando-se o real brasileiro, sendo essa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“moeda funcional”).

2.4. Classificação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.5. Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando aplicáveis, para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos àquela obrigação.

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos e avaliação da Sociedade. Quando a avaliação pressupõe chances de perda prováveis, são constituídas as devidas provisões relacionadas aos referidos riscos. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis, os riscos contingenciais são divulgados em nota explicativa, mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros.

2.7. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração (informação suplementar) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período. Está sendo apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, apenas para companhias abertas.

2.8. Prejuízo por ação

Calculado com base no número total de ações integralizadas na data do balanço.

3. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresentava em seu passivo circulante provisão para pagamento de contribuição sindical no montante de R\$89 com contrapartida a demonstração do resultado (despesas operacionais).

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Sociedade é de R\$500,00, dividido em 500 ações ordinárias subscritas, sem valor nominal (sendo 50 ações ordinárias integralizadas e 450 ações a integralizar). A composição societária é representada como a seguir:

	Quantidade de ações	Valor
Sucli de Fátima Ferretti	250	250
Cleber Faria Fernandes	250	250
(-) Capital a integralizar	<u>(450)</u>	<u>(450)</u>
Capital integralizado	<u>50</u>	<u>50</u>

5. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação, quando aplicável:

- a) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social.
- b) 50%, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a ser distribuído como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações.
- c) O saldo remanescente terá a destinação que for aprovada por Assembleia Geral, de acordo com a proposta submetida pela Diretoria.

6. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 18 de abril de 2011, estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade, a qual considera que os eventos subseqüentes ocorridos até esta data podem ter tido efeito sobre as demonstrações.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reorganização societária

Em 1º de março de 2011, os seguintes eventos ocorreram:

- Alteração da denominação social de V.A.N.S.P.E. para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. (Sociedade veículo com fins de emissão de ações no mercado brasileiro de ações – Comissão de Valores Mobiliários).
- Aumento do capital social da Sociedade para R\$69.342.296, totalmente subscrito pela Perenco Brazil Limited, entidade do Grupo Perenco.
- Em 1º de março de 2011, a Perenco passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Ltda. após reestruturação societária do Grupo Perenco, tornando-se então, a partir dessa data, sua acionista controladora.

- A Sociedade alterou sua sede, originalmente na cidade de São Paulo, para a cidade do Rio de Janeiro.
- Em 31 de março de 2011 foi efetuado ato societário de redução de capital de prejuízos acumulados no montante de R\$56.920. Este ato societário não tinha sido protocolado na Junta Comercial até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

b) Contratação de novos executivos

Em função do processo de pedido de registro de capital aberto na CVM, foram contratados dois novos executivos para assumir as funções de Presidente e Diretor-Financeiro/Relações com Investidores na operação brasileira.

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e Relatório dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.

***Demonstrações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes
ao Trimestre Findo em 31 de Março de 2011
e Relatório dos Auditores Independentes***

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administração da
Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2011, assim como o resumo das práticas contábeis e demais Notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais intermediárias

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas intermediárias

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo em 31 de março de 2011, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na Nota explicativa 1, no trimestre findo em 31 de março de 2011, a Sociedade ainda não está gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, apresentando capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$36.315.000. Adicionalmente, a Sociedade apresenta posição patrimonial e financeira individual e consolidada que reflete forte dependência de recursos advindos dos seus controladores no exterior na forma de empréstimos cujos valores montam R\$49.987.000. A recuperação dos valores registrados nos ativos não circulantes individuais e consolidadas depende do sucesso do seu programa exploratório e da viabilidade das reservas minerais. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Sociedade e recorrente suporte financeiro dos seus controladores no exterior. A falta dos referidos recursos financeiros pode levantar dúvidas quanto a continuidade dos negócios da Sociedade.

Propósito da emissão das demonstrações financeiras

Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

Práticas contábeis divergentes entre as adotadas no Brasil e as adotadas no IFRS


Conforme descrito na Nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sociedade, essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.


Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado intermediária

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC IRJ 078.183/O-2

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/3/11	31/12/10	31/3/11	31/12/10
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.384	-	11.715	-
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.380	-
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	143	-
Estoques	6	-	-	5.798	-
Despesas antecipadas	7	1.580	-	1.774	-
Conta corrente de blocos exploratórios	8	-	-	968	-
Outros ativos circulantes		-	-	52	-
Total do ativo circulante		4.964	-	22.830	-
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Depósitos e cauções	9	-	-	189	-
Investimento	10	8.131	-	-	-
Imobilizado	11	-	-	1.214	-
Intangível	12	-	-	49.095	-
Total do ativo não circulante		8.131	-	50.498	-
TOTAL DO ATIVO		13.095	-	73.328	-
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	1.580	-	2.558	-
Provisões para gastos com exploração	14	-	-	3.538	-
Contas a pagar com partes relacionadas	18	-	-	2.733	-
Empréstimos com parte relacionada	18	-	-	49.987	-
Impostos e contribuições a recolher	15	37	-	37	-
Outros passivos circulantes		-	-	292	-
Total do passivo circulante		1.617	-	59.145	-
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	2.705	-
Total do passivo não circulante		-	-	2.705	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	12.422	-	12.422	-
Prejuízos acumulados		(944)	-	(944)	-
		11.478	-	11.478	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.095	-	73.328	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ações)

	Notas explicativas	Controladora 31/3/11	Consolidado 31/3/11
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado de equivalência patrimonial	10	(643)	-
Despesas com atividades de exploração de petróleo	19	-	(714)
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(301)</u>	<u>(884)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(944)</u>	<u>(1.598)</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	21	-	930
DESPESAS FINANCEIRAS	21	-	(178)
		<u>(944)</u>	<u>(846)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(944)	(846)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	22	<u>-</u>	<u>(98)</u>
PREJUÍZO DO TRIMESTRE		<u>(944)</u>	<u>(944)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO DO CAPITAL BÁSICO E DILUÍDO EM REAIS	16d	<u>(0,04)</u>	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2011	1 e 17	-	-	-
Aumento de capital em 1º de março de 2011	17	69.342	-	69.342
Contribuição de investimento pela acionista controladora	10	-	8.774	8.774
Distribuição em caixa para acionista controladora	17	-	(65.694)	(65.694)
Redução de capital por absorção de prejuízos acumulados	17	(56.920)	56.920	-
Prejuízo do trimestre		-	(944)	(944)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2011		<u>12.422</u>	<u>(944)</u>	<u>11.478</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora 31/3/11	Consolidado 31/3/11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do trimestre		(944)	(944)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do trimestre com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	10	643	-
Depreciações e amortizações		-	17
Variação cambial, líquida		-	(854)
Despesa com juros		-	120
Imposto de renda diferido	22	-	98
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		-	(22)
Impostos e contribuições a recuperar		-	(7)
Conta corrente de blocos exploratórios		-	4.987
Depósito e cauções		-	(1)
Outros ativos circulantes		-	81
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	(7.832)
Provisões para gastos com exploração		-	120
Contas a pagar - Partes relacionadas		-	(77)
Impostos e contribuições a recolher		37	(1.026)
Outros passivos circulantes		-	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(264)</u>	<u>(5.326)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições:			
No imobilizado e intangível		-	(96)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>(96)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	17	69.342	69.342
Distribuição em caixa para acionista controladora		(65.694)	(65.694)
Empréstimos com parte relacionada		-	6.627
Caixa líquido oriundo da contribuição de investimento em controlada	27	-	6.862
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.648</u>	<u>17.137</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO TRIMESTRE		<u>3.384</u>	<u>11.715</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	4	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do trimestre	4	<u>3.384</u>	<u>11.715</u>
		<u>3.384</u>	<u>11.715</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora 31/3/11	Consolidado 31/3/11
RECEITAS			
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	128
		-	128
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Gastos com serviços prestados		-	(643)
Gastos com exploração		-	(204)
Despesas administrativas		-	(109)
Outras despesas		-	(5)
		-	(961)
VALOR CONSUMIDO BRUTO		-	(833)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	11	-	(17)
VALOR CONSUMIDO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		-	(850)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	10	(643)	-
Receitas financeiras	21	-	76
		(643)	76
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		(643)	(774)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)			
Pessoal		-	(125)
Impostos, taxas e contribuições			
Impostos		(301)	(593)
ANP (retenção de área)		-	(128)
Despesas financeiras e aluguéis		-	(178)
Variações cambiais	21	-	854
Retenção de prejuízos		944	944
		643	774

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

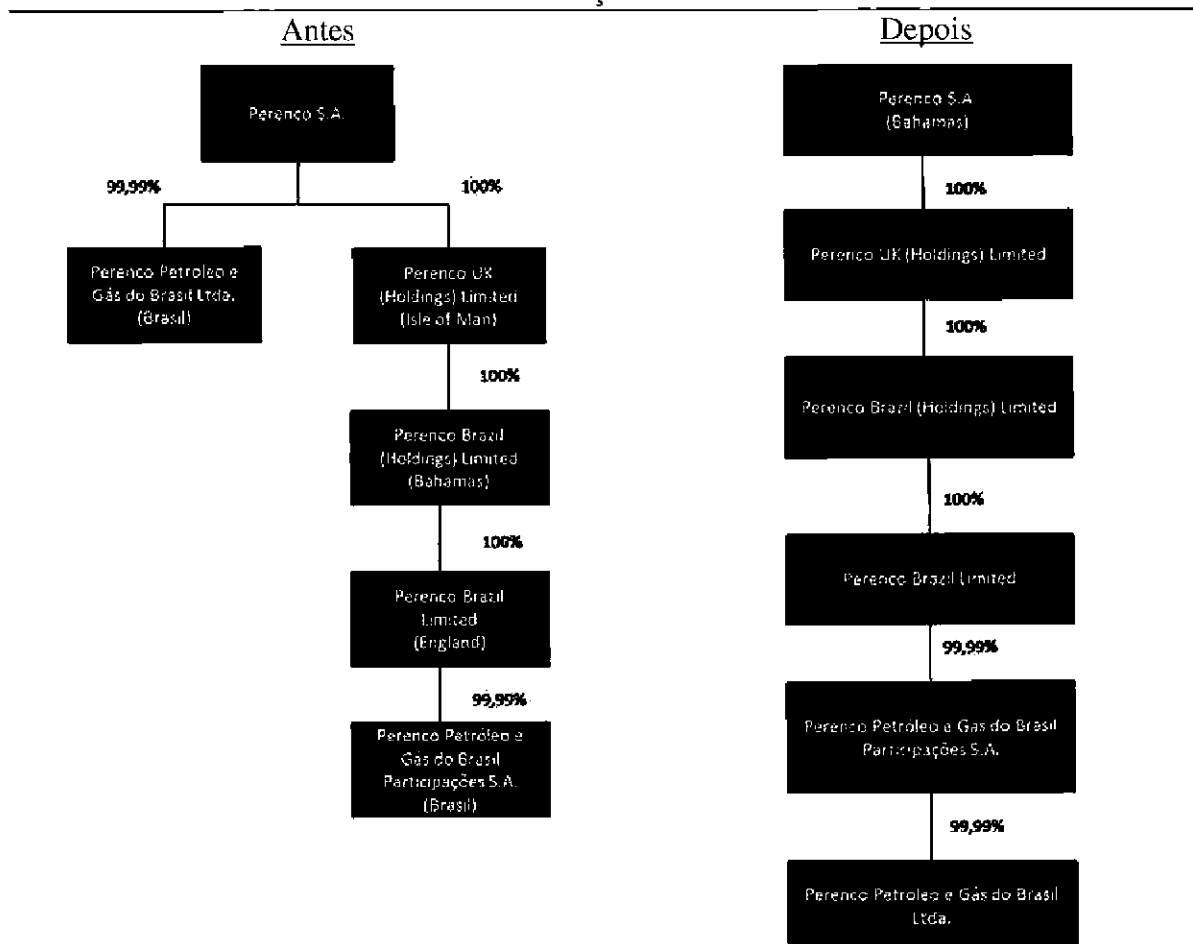
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Perenco Petróleo e Gás Participações do Brasil S.A. (“Sociedade” ou “Perenco”), com sede no Rio de Janeiro, RJ, foi constituída em 13 de setembro de 2010 (anteriormente denominada V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.), tendo como acionista a Perenco Brazil Limited, empresa sediada no Reino Unido e pertencente ao Grupo Perenco.

A Sociedade possui como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou quotista, no Brasil ou no exterior.

Em 1º de março de 2011, a Perenco passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. (“Perenco Ltda.”) após reestruturação societária no Grupo no Brasil, tornando-se então, a partir desta data, sua quotista controladora. Nesse sentido, as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade refletem as operações da subsidiária Perenco Ltda. de forma prospectiva, a partir desta data. Segue abaixo resumo da reestruturação societária ocorrida no trimestre:

Reestruturação Societária



A Perenco Ltda., única subsidiária da Sociedade e empresa operacional atuando no Brasil, apresenta os seguintes objetos sociais:

- (i) Exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- (ii) Importação, exportação, refino, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo, gás natural, biocombustíveis e de todas as formas de energia, bem como de produtos derivados de petróleo;
- (iii) Contratação de empréstimos;
- (iv) Prestação de garantias;
- (v) Participação em consórcios ou em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista.

Em função do estágio atual das operações da Sociedade e da Subsidiária (fase de exploração), todas as atividades acima estão em curso, exceto os tópicos (ii) e (iv).

Na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (“ANP”) ocorrida em 27 de novembro de 2007, a Perenco S.A., antiga controladora da Perenco Ltda., em consórcio com a OGX Petróleo e Gás Ltda. (“OGX”), adquiriu as concessões dos Blocos Exploratórios BM-ES-37, BM-ES-38, BM-ES-39, BM-ES-40, BM-ES-41, localizados na Bacia do Espírito Santo (BM-ES).

Em 12 de março de 2008, a Perenco Ltda., em conjunto com a OGX, obteve a adjudicação de concessão de cinco blocos exploratórios na bacia do Espírito Santo como resultado da licitação na nona rodada da ANP. Os contratos de concessão têm duração de até 33 anos, compreendendo duas fases: (1) exploração; e (2) produção. A fase de exploração pode durar até 6 anos, divididos em dois períodos (“primeiro período” e “segundo período”), enquanto a fase de produção, que inclui a etapa de desenvolvimento, pode durar até 27 anos (os prazos poderão ser reduzidos ou prorrogados, de acordo com os termos dos referidos contratos).

Em seguida, em 13 de março de 2008, a Perenco Ltda. e a OGX celebraram cinco contratos de consórcio, referentes aos blocos exploratórios adquiridos conjuntamente, a fim de estabelecer os termos e condições associados à participação de cada uma das partes nos direitos exploratórios nas concessões.

Abaixo descrevemos os principais aspectos definidos nestes contratos de consórcio:

- A Perenco Ltda. foi designada como operadora.
- Os adiantamentos serão realizados pela OGX ao operador Perenco Ltda. com base em estimativas de gastos para o mês subsequente.
- Constituição do Comitê de Operações composto por 1 membro indicado por consorciado (Perenco Ltda. e OGX).
- As decisões referentes à administração do consórcio são tomadas pelo Comitê de Operações.
- Os direitos aos ativos comuns, incluindo eventual produção de petróleo, devem seguir a participação de cada consorciado (50% cada).
- Os registros contábeis do consórcio serão mantidos pelo operador seguindo os princípios contábeis brasileiros, entretanto, os consorciados manterão seus registros contábeis em separado, seguindo as suas participações (50% cada).

- Os consorciados não poderão objetivar a separação ou venda dos ativos comuns sem acordo firmado entre as partes.
- Não existem limitações na venda de eventual produção de petróleo quando da fase de produção.

Como parte do programa exploratório apresentado a ANP, a Subsidiária é obrigada a realizar a perfuração de dois poços até março de 2012 (campanha de perfuração). A perfuração dos 2 poços é estimada para ocorrer ainda em 2011. Com esse objetivo, a Subsidiária iniciou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e manteve no trimestre corrente, compras de materiais e suprimentos (estoques). Outros compromissos já firmados encontram-se descritos na Nota explicativa 24.

A Perenco Ltda. figura como parte indiretamente afetada pela ação civil pública (Processo nº 2006.33.10.003529-0) movida pelo Ministério Público Federal contra a ANP, em trâmite perante a Vara Federal de Eunápolis, para impedir qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos, inclusive a fase sísmica, bem como a licitação de novos blocos e perfuração de novos poços, em um raio de 50 km em torno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e adjacências. Houve sentença em primeira instância dando provimento ao pedido do Ministério Público Federal, cujos efeitos encontram-se atualmente suspensos em razão de decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Embora não seja parte do processo, a Perenco Ltda. tem interesse no efeito na medida em que parte dos Blocos BM-ES-37 (ES-M 416) e BM-ES-38 (ES-M 418) está localizada dentro da área abrangida pela sentença de primeira instância. A Petrobras, ANP, IBAMA e ICMBio opuseram embargos de declaração à sentença de 1ª instância, pelos quais solicitaram esclarecimento, entre outros, sobre os blocos atingidos pela sentença em questão. Os embargos de declaração foram rejeitados pelo juiz de 1ª instância. Em razão da decisão preliminar do Presidente do Tribunal Regional Federal, a ação judicial não tem impacto em relação aos blocos BM-ES-37 e BM-ES-38 e respectivos processos de licenciamento ambiental para perfuração de poços, conforme cronograma de exploração para a área.

Em 31 de março de 2011, a Sociedade e a Subsidiária ainda não estão gerando receitas decorrentes do programa exploratório. As demonstrações financeiras consolidadas refletem capital circulante líquido negativo no montante de R\$36.315 e posição patrimonial e financeira individual e consolidada com forte dependência de recursos advindos dos seus controladores no exterior (Grupo Perenco) na forma de empréstimos cujos valores montam R\$49.987. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante consolidado depende do sucesso do seu programa exploratório e da viabilidade das reservas minerais. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Sociedade e a Subsidiária e recorrente suporte financeiro dos seus controladores no exterior. A falta dos referidos recursos financeiros pode levantar dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Sociedade e da Subsidiária.

Estas demonstrações financeiras precisam ser analisadas dentro deste contexto operacional.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Declaração de conformidade

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), incluindo os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade refletem as operações da subsidiária Perenco Ltda. de forma prospectiva, a partir de 1º de março de 2011, conforme reestruturação societária descrita na Nota explicativa 1.

Os resultados apresentados até o trimestre findo em 31 de março de 2011 não são necessariamente um indicativo do resultado do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011.

Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais da Sociedade foram preparadas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o BRGAAP, incluindo, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. Em 31 de dezembro de 2010 os saldos da controladora não refletem valores, pois tais saldos apresentados encontram-se em milhares de reais. Em 31 de dezembro de 2010 os saldos contábeis eram:

- Depósito bancário R\$50,00 (cinquenta reais);
- Capital social integralizado R\$50,00 (cinquenta reais);

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial a partir de 1º de março de 2011 (conforme reestruturação societária descrita na Nota explicativa 1), de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor histórico de custo.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro (R\$) como moeda funcional e de apresentação.

A demonstração do resultado abrangente não esta sendo apresentada tendo em vista não existirem transações registradas como outros resultados abrangentes e, conseqüentemente, o prejuízo apurado no período não divergir do resultado abrangente.

O resumo das principais políticas contábeis adotados pela Sociedade é como se segue:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Refletem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos da data de sua contratação e com risco insignificante de mudanças de valor. Refletem valores mantidos pela Administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou outros afins.

ii. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos e/ou utilizados na campanha de perfuração exploratória. Estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável (Nota explicativa 6).

iii. Investimento

Nas Demonstrações Financeiras Individuais as informações financeiras da controlada Perenco Ltda. são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, de forma prospectiva (desde a reestruturação societária ocorrida em 1º de março de 2011, conforme descrito na Nota explicativa 1) utilizando a mesma data-base de fechamento da controladora e práticas contábeis uniformes. Quando aplicável, lucros não realizados oriundos de transações entre a controladora e o consolidado são eliminados no cálculo de equivalência patrimonial.

iv. Imobilizado

Compostos principalmente por ativos imobilizados corporativos localizados no escritório do Rio de Janeiro que são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicáveis. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

v. Exploração e avaliação de reservas minerais

A Sociedade e a Subsidiária, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizam critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que, no seu melhor julgamento, representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão de área (bônus de assinatura) e respectivos gastos com sua retenção são capitalizados como ativo intangível;
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura e respectivos gastos com sua retenção são registrados na demonstração do resultado em despesas com atividades de exploração de petróleo (despesas com geologia e geofísica, sísmica, taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso, despesas com pessoal, outros).

Os atuais gastos exploratórios representados pelos bônus de assinaturas e gastos com retenção de área de concessão serão amortizados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas (se identificadas), limitadas ao período da concessão. Essas reservas serão estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Perenco Ltda., de acordo com padrões internacionais, e serão revisadas anualmente ou quando se identificarem alterações significativas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar “fatos e circunstâncias” que ensejariam a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses ativos, sendo estes:

- Período de concessão para exploração expirou ou expirará em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não se encontram orçados ou planejados pela Subsidiária ou parceiro;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais não geraram descobertas comercialmente viáveis e a Administração decidiu por descontinuar esses esforços em determinadas áreas/blocos específicos;
- Existência de informações suficientes que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com a avaliação qualitativa descrita acima e o estágio inicial da campanha exploratória nos blocos, a Administração entende que não existe a necessidade de se efetuar provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos exploratórios registrados como intangível.

vi. Custos de empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis à aquisição de ativos não circulantes qualificáveis, os quais podem levar necessariamente um período de tempo substancial para ficarem prontos para o uso pretendido, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. As receitas financeiras decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos ainda não despendidos com os ativos qualificáveis são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

vii. Tributação

A tributação sobre o lucro, quando aplicável, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ambos reconhecidos pelo regime de competência.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Estes são reconhecidos em função de diferenças intertemporais (sistemática variação cambial por “caixa”, reconhecimento de despesas de juros pelo método de juros efetivos decorrentes da mensuração dos empréstimos com parte relacionada ao seu valor justo na data de recebimento dos recursos financeiros, entre outras), diferenças entre base contábil e fiscal, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, e quando julgados pela Administração como realizáveis (créditos fiscais diferidos). Em face do histórico de prejuízos acumulados, a Administração reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social limitados apenas a 30% do saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferido. Os 30% refletem o limite de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas bases tributáveis, conforme legislação tributária brasileira.

A Sociedade e a Subsidiária têm como principais tributos os impostos sobre importação de serviços, principalmente referentes a partes relacionadas, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	15%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Imposto sobre Serviços (ISS)	5%
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	10%

viii. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos àquela obrigação.

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos e avaliação da Administração. Quando a avaliação pressupõe chances de perda prováveis, são constituídas as devidas provisões relacionadas aos referidos riscos. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis, os riscos contingenciais são divulgados em Nota explicativa, mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros (Nota explicativa 16).

ix. Empréstimos com parte relacionada

Empréstimos tomados com parte relacionada na subsidiária são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos ao seu valor justo, utilizando técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado tendo como premissas de mercado a taxa Libor anual estimada na data do recebimento dos recursos para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a.

Em seguida, são mensurados pelo custo amortizado, acrescidos de variação cambial e juros de mercado apropriados até a data do balanço (Nota explicativa 18). Esses encargos financeiros são registrados na conta de resultado financeiro (Nota explicativa 21).

A diferença entre o valor nominal e o valor justo dos empréstimos tomados com parte relacionada no recebimento do recurso é registrada contra patrimônio líquido na conta de prejuízos acumulados na subsidiária, líquida do correspondente efeito tributário (imposto de renda e contribuição social diferidos).

Na capitalização de empréstimos com parte relacionada na subsidiária, quando aplicável e relevante, na data do evento, o valor justo dos empréstimos é mensurado e a diferença entre esse valor e o valor contábil pelo custo amortizado é registrada na demonstração do resultado, líquido dos correspondentes reflexos tributários diferidos.

x. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Gastos exploratórios, tais como despesas com geologia e geofísica, sísmica, licenciamento ambiental e despesas com pessoal são registrados no resultado. As despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços de terceiros e partes relacionadas. As receitas registradas por competência referem-se aos rendimentos auferidos das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e variação cambial credora sobre os empréstimos com parte relacionada. As despesas financeiras refletem principalmente os juros apropriados e variação cambial devedora sobre os empréstimos com parte relacionada.

xi. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

I. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas Notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

II. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

- Vidas úteis dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota explicativa 2.b.iv, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

- Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota explicativa 23.f, a Administração usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

- Impostos diferidos

Imposto diferido ativo é apenas reconhecido na extensão em que existe passivo tributável diferido (maiores detalhes sobre impostos diferidos ativos e passivos na Nota explicativa 22) uma vez que não existe histórico de lucratividade. A Sociedade e subsidiária apresentam prejuízos fiscais acumulados em 31 de março de 2011. Esses prejuízos não prescrevem e a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

- Intangível

Gastos de exploração (bônus de assinatura e respectivos gastos de retenção de área) são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.b)v. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção é baseada no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejadas pelo comitê de operações do consórcio. Em 31 de março de 2011, o valor contábil dos gastos de exploração registrados como intangível era de R\$48.936.

xii. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade e a Subsidiária são partes das disposições contratuais do instrumento.

I. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, quando aplicáveis, nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros tais como títulos e valores mobiliários são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem aos ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda são usualmente reconhecidas em “Outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica “Reserva de reavaliação de investimentos”. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta “Reserva de reavaliação de investimentos” é reclassificado para o resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

II. Passivos financeiros

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros gerenciados em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

- Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos com parte relacionada) são mensurados pelo valor justo na data do recebimentos dos recursos e posteriormente pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

III. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar os juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita e despesas são reconhecidas com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

xiii. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza (ou consumo) da Sociedade e da Subsidiária e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

xiv. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8) requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Entidade que sejam regularmente revisados pelo principal gestor das operações, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. O principal gestor das operações da Sociedade e da Subsidiária é o Diretor Presidente que analisa os relatórios externos relacionados às campanhas exploratórias localizadas na bacia do Espírito Santo. Neste sentido, a Administração efetuou a análise e concluiu que a Perenco Ltda. opera com um único segmento, E&P (Exploração e Produção), e uma única área geográfica, bacia do Espírito Santo, não sendo aplicável a divulgação de uma Nota explicativa específica.

xv. CrITÉrios de Consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas (IAS 27) e incluem as demonstrações financeiras da controlada direta Perenco Ltda. de forma prospectiva, a partir de 1º de março de 2011 (reestruturação societária conforme descrito na Nota explicativa 1). Os principais procedimentos de consolidação são:

- Soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- Eliminação do investimento e correspondentes participação no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação de lucros são realizados entre empresas consolidadas, quando aplicável.
- Destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício, quando aplicável.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES DE IFRS

Modificações e melhorias em vigor no período corrente

As modificações e melhorias a seguir passaram a ser obrigatórias para a Sociedade a partir de 1º de janeiro de 2011 mas não impactaram as demonstrações financeiras ora apresentadas:

- Melhorias no IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*;
- Melhorias no IAS 27 – *Consolidated and Separate Financial Statements*;
- Modificação da IAS 32 sobre classificação de direitos, opções e garantias;
- Melhorias no IAS 34 – *Interim Financial Reporting*;
- Melhorias no IFRS 1 – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*;
- Melhorias no IFRS 3 – *Business Combinations*;
- Melhorias no IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*;
- Melhorias no IFRIC 13 – *Customer Loyalty Programmes*;
- Modificação da IFRIC 14 sobre pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento;

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórias para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC, até 31 de março de 2011 não havia editado os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas nesta Nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

a) Modificação da IFRS 7 para melhorias nos requerimentos de divulgações sobre transferências de ativos financeiros

Em 7 de outubro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* contendo melhorias que aumentam os requerimentos de divulgações sobre transferências de ativos financeiros. Não foi alterada a orientação para a baixa de ativos financeiros que consta na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, que foi incorporada na versão revisada da IFRS 9 – *Financial Instruments*. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida. Não são requeridas divulgações para qualquer período apresentado que inicia antes da data de adoção obrigatória das modificações.

As modificações na IFRS 7 requerem melhorias no atual nível de divulgação quando um ativo é transferido mas não é baixado, e introduz novas divulgações para ativos que são baixados, mas a Entidade continua a ter uma exposição contínua ao ativo após a venda. O objetivo das mudanças é permitir melhor entendimento da relação entre os ativos financeiros transferidos e as obrigações financeiras e riscos associados com esses ativos.

b) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (revisada em 2010)

Em novembro de 2009 foi emitida a IFRS 9 – *Financial Instruments* e, em 28 de outubro de 2010, o IASB emitiu uma versão revisada desta norma, mantendo os requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros conforme versão publicada em novembro de 2009 e incluindo orientação sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. Como parte da reestruturação da IFRS 9, o IASB também incorporou na norma revisada a orientação sobre baixa de instrumentos financeiros e o respectivo guia de implementação contidos na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A versão revisada da IFRS 9 tem a mesma data de adoção obrigatória que a sua versão anterior, 1º de janeiro de 2013. A versão revisada permite a adoção antecipada, mas se uma entidade decide aplicar a orientação relativa à classificação e mensuração de passivos financeiros antecipadamente, ela deve também aplicar qualquer outro requerimento da IFRS 9 que tenha sido anteriormente finalizado naquele momento. A norma revisada deve ser aplicada retrospectivamente de acordo com a IAS 8.

c) Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos: recuperação dos ativos subjacentes

Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 – *Income Taxes* denominada *Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

A Administração da Sociedade está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção das alterações acima descritas e dessas melhorias, não sendo esperados impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	3.384	-	4.874	-
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.841</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.384</u>	<u>-</u>	<u>11.715</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (“CDB”). Em 31 de março de 2011, a Subsidiária possuía aplicações em CDB com taxa de remuneração de 75% a 101,75% do CDI.

Estas aplicações financeiras refletem valores mantidos pela Administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou outros afins. Apresentam liquidez imediata (não superiores a 90 dias da data da sua contratação) e seus valores de mercado são similares aos seus valores registrados contabilmente.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de março de 2011, a Subsidiária possuía operações compromissadas lastreadas em debêntures com taxa de remuneração de 100% do CDI, sendo reconhecidas pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

	Consolidado	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Itaú - BFB Leasing S.A. Arrendamento	<u>2.380</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.380</u>	<u>-</u>

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Materiais e suprimentos	5.345	-
Adiantamentos a fornecedores	<u>453</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.798</u>	<u>-</u>

Adiantamentos a fornecedores refletem compras de materiais e suprimentos que serão utilizados na perfuração do primeiro poço exploratório, estimada para ocorrer em 2011, conforme mencionado na Nota explicativa 1.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Na controladora refletem os custos incorridos com a transação de abertura de capital (Pronunciamento Técnico CPC 08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários) que se encontram provisionados no passivo circulante no montante de R\$1.580 em 31 de março de 2011 (Nota explicativa 13).

No consolidado refletem, adicionalmente aos custos de transação descrita acima, o termo aditivo de autorização de uso do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) da ANP, firmado entre a subsidiária Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., e aquela autarquia em 13 de setembro de 2010, com período de vigência de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011. Essas despesas são apropriadas ao resultado pelo período de vigência do aditivo. Este saldo em 31 de março de 2011 monta R\$194 (zero em 31 de dezembro de 2010).

8. CONTA CORRENTE DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS (Consolidado)

Em conexão com os contratos de consórcio (Nota explicativa 1), estes saldos representam a participação do parceiro OGX nos gastos exploratórios incorridos nos blocos operados pela Subsidiária, líquida dos aportes de caixa recebidos (*cash calls*), quando aplicáveis. Esses saldos a receber são realizados pela OGX em curtíssimo prazo, não havendo incidência de juros.

Até o momento não existiu qualquer discussão entre os parceiros sobre a realização destes gastos exploratórios a serem reembolsados. Sendo assim, a Administração não registrou qualquer perda sobre quaisquer destes créditos com a OGX ao longo dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010.

9. DEPÓSITOS CAUÇÕES (Consolidado)

Representam basicamente garantias para o aluguel do escritório da subsidiária e para as residências de funcionários expatriados (Nota explicativa 24).

10. INVESTIMENTO (Controladora)

Em 1º de março de 2011, após reestruturação societária no Grupo no Brasil, a Perenco passou a deter 99,99% das quotas da Perenco Ltda. via contribuição deste investimento pela acionista/controladora no exterior ao custo histórico no montante de R\$8.774 (Notas explicativas 1 e 27b).

	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo de investimentos	8.131	-
<u>Resumo da movimentação do saldo de investimento:</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2010		-
Contribuição de investimento por acionista controladora em 1º de março de 2011		8.774
Equivalência patrimonial auferida no período entre 1º de março e 31 de março de 2011		<u>(643)</u>
Saldo em 31 de março de 2011		<u>8.131</u>

Informações financeiras resumidas da subsidiária avaliada por equivalência patrimonial a partir de 1º de março de 2011:

<u>Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.</u>	
Ativo total	68.364
Passivo total	60.233
Patrimônio líquido	8.131
Capital social integralizado	69.342
Prejuízo do Período (*)	(643)
Quantidade de ações ordinárias (milhares)	69.342
Participação %	99,99

(*) Período entre 1º de março e 31 de março de 2011.

11. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	Consolidado			
		<u>31/3/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	216	(23)	193	-
Equipamentos diversos	10	43	(13)	30	-
Veículos	20	369	(90)	279	-
Equipamentos de informática	20	499	(109)	390	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	<u>354</u>	<u>(32)</u>	<u>322</u>	<u>-</u>
Total		<u>1.481</u>	<u>(267)</u>	<u>1.214</u>	<u>-</u>

<u>Movimentação - Custo</u>	<u>31/12/2010</u>	Adições por contribuição da Subsidiária em				<u>31/3/2011</u>
		<u>1/3/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>		
Móveis e utensílios	-	212	4	-	216	
Equipamentos diversos	-	47	-	(4)	43	
Veículos	-	369	-	-	369	
Equipamentos de informática	-	407	92	-	499	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	<u>354</u>	-	-	<u>354</u>	
Total	-	<u>1.389</u>	<u>96</u>	<u>(4)</u>	<u>1.481</u>	

<u>Movimentação - Depreciação</u>	<u>31/12/2010</u>	Adições por contribuição da Subsidiária em				<u>31/3/2011</u>
		<u>1/3/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>		
Móveis e utensílios	-	(21)	(2)	-	(23)	
Equipamentos diversos	-	(15)	(1)	3	(13)	
Veículos	-	(84)	(6)	-	(90)	
Equipamentos de informática	-	(103)	(6)	-	(109)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	<u>(30)</u>	<u>(2)</u>	-	<u>(32)</u>	
Total	-	<u>(253)</u>	<u>(17)</u>	<u>3</u>	<u>(267)</u>	

Compostos principalmente por ativos imobilizados corporativos da Subsidiária localizados no escritório do Rio de Janeiro.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	<u>Taxas anuais de amortização (%)</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Bônus de assinatura (direitos de concessão)	-	44.400	-
Gastos com retenção de área de concessão	-	4.536	-
Direitos de uso de <i>software</i>	20%	210	-
Amortização acumulada de direitos de uso de <i>software</i>	-	<u>(51)</u>	-
Total		<u>49.095</u>	-

<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2010</u>	Adições por contribuição da subsidiária em				<u>31/3/2011</u>
		<u>1/3/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>		
Bônus de assinatura (direitos de concessão)	-	44.400	-	-	44.400	
Gastos com retenção de área de concessão	-	4.424	112	-	4.536	
Direitos de uso de <i>software</i>	-	210	-	-	210	
Amortização acumulada de direitos de uso de <i>software</i>	-	<u>(47)</u>	<u>(4)</u>	-	<u>(51)</u>	
Total	-	<u>48.987</u>	<u>108</u>	-	<u>49.095</u>	

Concessões obtidas em leilões da ANP

A Subsidiária, por meio dos consórcios especificamente constituídos com essa finalidade, obteve junto à ANP o direito de iniciar as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nos termos dos Editais de Licitação emitidos pela ANP, nas áreas mencionadas a seguir (atualmente em fase de exploração):

<u>Localização da área</u>	<u>Programa Exploratório Mínimo</u>	<u>Bônus de assinatura (parcela da Companhia – 50%) R\$</u>
BM-ES-37	Sísmica: 700km 3D - Aquisição Sísmica: 700km 3D - PSDM Poços 1º Período:1 Poços 2º Período:1	20.100
BM-ES-38	Sísmica: 700km 3D - Aquisição Sísmica: 700km 3D - PSDM Poços 1º Período:1 Poços 2º Período:1	20.100
BM-ES-39	Sísmica: 253km 2D - Aquisição Sísmica: 253km 2D - PSDM Sísmica: 500km 3D - Aquisição Sísmica: 500km 3D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período:1	1.800
BM-ES-40	Sísmica: 643km 2D - Aquisição Sísmica: 643km 2D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período:1	1.250
BM-ES-41	Sísmica: 757km 2D - Aquisição Sísmica: 757km 2D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período:1	<u>1.150</u>
Total		<u>44.400</u>

Em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, a Subsidiária para garantir essas obrigações relativas ao Programa Exploratório Mínimo forneceu à ANP quatro cartas de fiança de instituições financeiras no valor total de R\$ 37.222 para os Blocos BM-ES-37, BM-ES-38, BM-ES-39, BM-ES-40 e BM-ES-41. O montante de garantias financeiras para a segunda fase do programa exploratório será determinado antes do início da referida fase, de acordo com as práticas de mercado vigentes.

As seguintes participações governamentais deverão ser pagas pela Subsidiária (valores expressos em reais por km²):

BM-ES-37	BM-ES-38	BM-ES-39	BM-ES-40	BM-ES-41
<u>Royalties</u> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<u>Royalties</u> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<u>Royalties</u> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<u>Royalties</u> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<u>Royalties</u> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.
<u>Participação especial</u> – No montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – No montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – No montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – No montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – No montante definido no Decreto das Participações.
<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção - no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76(reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção - no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção - no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção - no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção - no montante de R\$7,787,60 (reais).

Em função da Subsidiária estar na fase de exploração, a única participação governamental devida é o gasto com retenção de área que totalizou, no trimestre findo de 31 de março de 2011, o montante de R\$128 (referente ao período entre 1º de março e 31 de março de 2011). O pagamento dessa obrigação é realizado anualmente sempre no exercício subsequente (Notas explicativas 24 e 27). A Subsidiária possui tal obrigação até março de 2012 onde será encerrado o primeiro período exploratório. A partir desta data o consórcio pode optar a entrar no segundo período exploratório ou devolver a concessão à ANP. Caso ocorra a confirmação do segundo período exploratório, esta obrigação continuará a ser devida dentro das condições atuais.

A rescisão do contrato de concessão se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial. O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ANP	-	-	766	-
Westerngeco Serviços de Sísmica Ltda.	-	-	89	-
AGR Peak Consultancy Services	-	-	88	-
Deloitte Touche Tohmatsu	980	-	980	-
DeGolyer & MacNaughton	350	-	350	-
Lefosse Advogados	250	-	250	-
Outros pulverizados	-	-	35	-
Total	<u>1.580</u>	<u>-</u>	<u>2.558</u>	<u>-</u>

Os saldos a pagar à Deloitte Touche Tohmatsu, DeGolyer & MacNaughton e Lefosse Advogados referem-se a serviços profissionais prestados pelos auditores independentes, perito independente de reservas de hidrocarbonetos e advogados no processo de pedido de registro de capital aberto na CVM. Estes custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, são mantidos em conta específica no ativo circulante – despesas antecipadas.

O saldo a pagar à ANP no consolidado refere-se à obrigação pela retenção das áreas de concessão durante o trimestre (Nota explicativa 12). Os outros passivos registrados apenas no consolidado referem-se a serviços prestados na primeira campanha exploratória com prazo máximo de pagamento de 30 dias a partir da emissão da nota fiscal pelo prestador de serviço.

14. PROVISÕES PARA GASTOS COM EXPLORAÇÃO (CONSOLIDADO)

	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Suporte operacional e administrativo prestado por parte relacionada	2.227	-
Impostos incidentes sobre suporte operacional	<u>1.311</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.538</u>	<u>-</u>

As provisões referem-se a: (i) suporte prestado pela Perenco Holdings às operações de exploração no Brasil em bases mensais, (ii) serviços prestados de estudos de sísmicas 2D e 3D ocorridos no mês de encerramento do balanço, e (iii) gastos incorridos com taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso e (iv) gastos administrativos. Estas provisões são constituídas de acordo com a campanha exploratória e por estas atividades ainda não se encontrarem sustentadas por notas fiscais emitidas pelos fornecedores e partes relacionadas.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo registrado na controladora em 31 de março de 2011 refere-se à contribuição sindical no montante de R\$37. Os impostos e contribuições a recolher inerentes às operações da subsidiária Perenco Ltda. foram liquidados antes de 31 de março de 2011.

16. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Administração, consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos, declara que a Sociedade e a Subsidiária não são partes, em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, de processos judiciais ou administrativos existentes que possam fluir para a Sociedade e a Subsidiária trazendo impactos às suas operações e às suas demonstrações financeiras intermediárias ora apresentadas. Adicionalmente, a Sociedade e a Subsidiária não tem ativos contingentes contabilizados ou em discussão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A Sociedade foi constituída em 13 de setembro de 2010 com a denominação de V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“V.A.N.S.P.E”) e com capital autorizado de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 ações ordinárias sem valor nominal, e capital total integralizado de R\$50,00 (cinquenta reais). Em 1º de março de 2011, a Sociedade foi adquirida pela Perenco Brazil Limited, empresa sediada no Reino Unido e pertencente ao Grupo Perenco.

Ainda em 1º de março de 2011, as seguintes transações foram realizadas: (i) alteração da denominação social de V.A.N.S.P.E para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) aumento do seu capital social para R\$69.342, totalmente subscrito por sua acionista majoritária Perenco Brazil Limited; e (iii) distribuição em caixa para acionista controladora do montante de R\$65.694.

Em 31 de março de 2011, os acionistas da Sociedade aprovaram a redução de capital por absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$56.920, sendo o novo capital social nesta data R\$12.422.

Em 31 de março de 2011, o capital social da Sociedade é representando pelas seguintes ações autorizadas e totalmente integralizadas (em 31 de dezembro de 2010 500 ações ordinárias autorizadas):

	<u>Quantidade de ações</u>
Perenco Brazil Limited	69.342.295
Roland Fox	<u>1</u>
Total	<u>69.342.296</u>

O capital social autorizado e totalmente integralizado em 31 de março de 2011 pelos acionistas estrangeiros encontra-se registrado junto ao Banco Central do Brasil como investimento de capital estrangeiro. Esse registro é requerido para futuras remessas de dividendos ao exterior.

b) Política de dividendos

De acordo com o Estatuto Social, os lucros apurados em cada exercício societário terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria e depois de serem realizadas as devidas apropriações estatutárias e societárias previstas em lei e no próprio estatuto social. O estatuto social não estipula dividendos mínimos.

c) Resultado por Ação Básico e Diluído (CPC 41 / IAS 33)

Resultado do trimestre findo em 31 de março de 2011	(944)
Número de ações (lote de mil) (*)	<u>23.885</u>
Resultado por ação em Reais	<u>(0,04)</u>

(*) Média ponderada do número de ações ao longo do trimestre.

A Sociedade não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir o resultado por ação.

18. PARTES RELACIONADAS

a) Operações mercantis

As transações com partes relacionadas referem-se a operações mercantis e empréstimos sustentados por contratos com a Perenco Ltda., sendo os saldos patrimoniais decorrentes de tais transações como se segue:

	Consolidado					
	Contas a pagar – Empresas ligadas		Provisões para gastos com exploração (Nota explicativa14)		Empréstimos	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Perenco Holdings (a)	2.585	-	2.227	-	-	-
Perenco S.A. (c) (d)	55	-	-	-	49.987	-
Perenco France (b)	<u>93</u>	-	-	-	-	-
Total	<u>2.733</u>	-	<u>2.227</u>	-	<u>49.987</u>	-

(a) Empresa sediada no Reino Unido. Contas a pagar e provisão indexados à variação do euro sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se ao suporte prestado pela Perenco Holdings às operações de exploração no Brasil e gastos administrativos refletindo custos incorridos pela parte relacionada no exterior a serem reembolsados pela Perenco Ltda.

(b) Empresa sediada na França. Contas a pagar indexada à variação do euro sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se a reembolsos de custos administrativos inerentes à operação no Brasil incorridos pela parte relacionada no exterior.

(c) Em 31 de março de 2011 o saldo de empréstimos entre a Perenco Ltda. e a Perenco S.A. (empresa do Grupo Perenco, antiga controladora da subsidiária e sediada em Bahamas) é indexado à variação do dólar norte-americano e reflete apropriação de juros (Libor + 2% a.a.). Esses empréstimos têm como objetivo financiar a campanha exploratória da Perenco Ltda., e têm vencimento em 13 de fevereiro de 2012. Em 1º de março de 2011, os quotistas da Perenco Ltda., naquela data, representados por Perenco S.A., aprovaram aumento de capital capitalizando parte do saldo passivo em aberto de empréstimos mantidos entre a subsidiária e a sua então controladora Perenco S.A. no valor de R\$15.187 (R\$260 de reversão de prejuízos acumulados, totalizando R\$15.447).

(d) Empresa sediada em Bahamas. Contas a pagar indexadas à variação do dólar norte-americano sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se a reembolsos de custos administrativos inerentes à operação no Brasil, incorridos pela parte relacionada no exterior.

Os correspondentes reflexos das operações mercantis e empréstimos com partes relacionadas nas demonstrações de resultado consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2011 (período de 1º de março a 31 de março de 2011 da Subsidiária) são como se segue:

	<u>Despesas com atividades de exploração de petróleo</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Resultado financeiro</u>
Perenco Holdings	(80)	-	51
Perenco S.A.	-	(23)	682
Perenco France	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(80)</u>	<u>(36)</u>	<u>733</u>

Em conexão com seu programa exploratório em curso, a Sociedade e a Subsidiária Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações Ltda., apresentam a seguir os contratos de prestação de serviços com partes relacionadas em 31 de março de 2011:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza do contrato</u>	<u>Valor</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Ano de expiração</u>
Perenco S.A.	Empréstimo da Perenco Petróleo e Gás Ltda.	49.987	04/11/2008	2012
Perenco S.A.	Cessão de empregado (executivo expatriado)	Sem valor	01/07/2008	2012
Perenco France	Cessão de empregado (executivo expatriado)	Sem valor	01/07/2008	2012
Perenco Holdings	Serviços técnicos e administrativos	Taxas individuais por profissional	04/01/2010	Sem prazo

b) Remuneração ao pessoal-chave

No trimestre findo em 31 de março de 2011 a remuneração total do pessoal-chave da Administração da Subsidiária foi de:

	<u>Consolidado 31/3/2011</u>
Salários e encargos	36
Benefícios indiretos	<u>58</u>
Total	<u>94</u>

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para o pessoal-chave e seus empregados.

c) Não operador OGX (parceiro nos blocos exploratórios)

Como descrito na Nota explicativa 1, os gastos incorridos pela operadora Perenco Ltda. na campanha exploratória dos blocos sob concessão são reembolsados pelo não operador OGX em percentual definido nos contratos de consórcio. Todos os gastos operacionais (despesas operacionais com atividades de exploração de petróleo, despesas gerais e administrativas e outras) são reembolsáveis na proporção de 50%. Conforme descrito na Nota explicativa 8, em 31 de março de 2011, o saldo a receber da OGX era de R\$968, não existindo nessa data quaisquer discussões sobre saldos de reembolso não realizáveis. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, não foram registradas perdas sobre essas transações com a OGX.

19. DESPESAS COM ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO
(CONSOLIDADO)

	<u>31/3/2011</u>
Geologia com terceiros	114
Pessoal	39
Suporte operacional de parte relacionada	80
Outros serviços prestados pessoas jurídicas	296
Despesas de tributos e taxas	66
Assinatura BDEP	32
Serviços de licenciamento ambiental	55
Outras	<u>32</u>
Total	<u>714</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2011</u>
Pessoal	-	87
Aluguel e outras despesas de ocupação	-	60
Despesas de viagem	-	28
Assessoria legal	-	3
Serviços contábeis	-	35
Outros serviços prestados pessoas jurídicas	-	198
Suporte administrativo de parte relacionada	-	36
Despesas de tributos e taxas	301	427
Outras despesas	<u>-</u>	<u>10</u>
Total	<u>301</u>	<u>884</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	<u>31/3/2011</u>
<u>Receitas</u>	
Variações cambiais	854
Rendimento de aplicações financeiras	74
Outras	<u>2</u>
Total de receitas	<u>930</u>
<u>Despesas</u>	
Variações cambiais	-
Despesas de juros	<u>(178)</u>
Total de despesas	<u>(178)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>752</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo demonstramos a reconciliação do imposto de renda e contribuição social a taxa efetiva para o trimestre findo em 31 de março de 2011:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(944)	(846)
Alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	321	288
 AJUSTES PARA APURAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA		
Exclusões permanentes	-	2
Equivalência Patrimonial	(219)	-
Imposto diferido ativo apurado e não reconhecido	<u>(102)</u>	<u>(388)</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>---</u>	<u>(98)</u>
Imposto corrente	<u>---</u>	<u>---</u>
Imposto diferido	<u>---</u>	<u>(98)</u>

A Perenco Ltda., apresenta em 31 de março de 2011 o saldo de R\$2.705 referente ao imposto de renda e à contribuição social passivos diferidos em função dos seguintes reflexos contábeis/tributários: (i) opção pela sistemática tributária de recolhimento “caixa” e variação cambial credora sobre empréstimos com parte relacionada apurada nos exercícios e (ii) impacto entre o valor justo e o valor nominal sobre os empréstimos com partes relacionadas na data de recebimento dos recursos financeiros pela Subsidiária (Nota explicativa 2 ix) cuja contrapartida foi no patrimônio líquido e respectiva apropriação dos juros ao resultado durante a vigência dos contratos de empréstimos.

Devido à existência de imposto de renda diferido passivo, a Administração registrou crédito tributário correspondente a 30% desse efeito (limitação dos 30% de compensação de prejuízos fiscais e contribuição social em lucros tributáveis).

Os reflexos no resultado de imposto de renda e de contribuição social diferidos para o período de 1º de março de 2011 a 31 de março de 2011, no montante de R\$98 (despesa), refletem os impactos contábeis/tributários mencionados acima, exceto pelo efeito do valor justo dos empréstimos com parte relacionada cujo efeito tributário diferido é registrado diretamente ao patrimônio líquido na data do recebimento dos recursos financeiros.

Em 31 de março de 2011, a controladora apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$264, não registrados contabilmente em função da ausência de lucratividade desde sua constituição. Em 31 de março de 2011, a subsidiária apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social consolidados no montante de R\$67.263, não registrados contabilmente em sua integridade em função da ausência de lucratividade desde a sua constituição (como descrito anteriormente, parte dos créditos fiscais na Subsidiária foi apenas registrada em função da existência de saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de março de 2011).

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Sociedade e a Subsidiária estão expostas a riscos de mercado, tais como câmbio e risco de crédito (fora os inerentes à viabilidade ou não de seu programa exploratório). Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas conservadoras, visando principalmente segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas vigentes no mercado para avaliação de eventual utilização de instrumentos financeiros para mitigar riscos, principalmente os relacionados as taxas de câmbio e juros.

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade normal dos seus negócios e maximizar os recursos para aplicação no programa exploratório requerido. A estrutura de capital consiste em passivos financeiros com parte relacionada divulgados na Nota explicativa 18, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, capital social e prejuízos acumulados. A Sociedade, por estratégia dos seus quotistas, pode mudar a forma e a estrutura de seu capital, dependendo da economia, com o objetivo de otimizar sua alavancagem financeira. Os acionistas analisam periodicamente a estrutura do capital e a capacidade de liquidar seus passivos e compromissos com o programa exploratório, tomando as providências necessárias para melhorar a liquidez e sua estrutura patrimonial.

Conforme descrito na Nota explicativa 1, as demonstrações financeiras consolidadas refletem o capital circulante líquido negativo no montante de R\$36.615 e posição patrimonial e financeira individual e consolidada com forte dependência de recursos dos seus controladores no exterior (Grupo Perenco) na forma de empréstimos. Enquanto não são gerados receitas decorrentes do programa exploratório, as operações serão mantidas pelos recorrentes empréstimos dos controladores no exterior. Adicionalmente, em conexão com o processo de pedido de registro de capital na CVM, a Administração espera obter também os recursos financeiros necessários para a manutenção de suas atividades exploratórias.

Os instrumentos financeiros da Sociedade e da Subsidiária Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., em 31 de março de 2011 são basicamente aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, conta corrente de blocos exploratórios com o não operador OGX, fornecedores e empréstimos com parte relacionada. A Sociedade e sua subsidiária não operam com instrumentos financeiros derivativos de nenhum tipo.

Em 31 de março de 2011, a classificação dos instrumentos financeiros pode ser resumida conforme tabela a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Conta corrente de blocos exploratórios	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado

b) Risco de câmbio

A Sociedade e a Subsidiária possuem passivos indexados em dólares norte-americanos e euros referentes principalmente a: (i) contas a pagar; (ii) provisões de serviços a liquidar; (iii) empréstimos com parte relacionada e; (iv) prestadores de serviços, para os quais não existem instrumentos de proteção (derivativos ou *hedges*) contra eventual flutuação cambial inesperada.

Análise de sensibilidade para variações nas taxas de câmbio em 31 de março de 2011

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada para 31 de dezembro de 2011:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do dólar em 31 de março de 2011	1,6287	1,6287	1,6287
Empréstimos na moeda estrangeira - US\$	30.691	30.691	30.691
Taxa do dólar estimada para 31 de dezembro de 2011	<u>1,6677</u>	<u>2,0846</u>	<u>2,5015</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em Reais	<u>(1,197)</u>	<u>(13,992)</u>	<u>(26,787)</u>

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada cujos vencimentos são em 13 de fevereiro de 2012:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do dólar em 31 de março de 2011	1,6287	1,6287	1,6287
Empréstimos na moeda estrangeira - US\$	30.691	30.691	30.691
Taxa do dólar estimada para 13 de fevereiro de 2012	<u>1,6936</u>	<u>2,117</u>	<u>2,5404</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em Reais	<u>(1,992)</u>	<u>(14,986)</u>	<u>(27,981)</u>

Adicionalmente, a Subsidiária, possui saldos passivos indexados em euros com partes relacionadas que são realizados em curto prazo (Nota explicativa 18). Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para estes saldos em aberto para 31 de dezembro de 2011 e para 31 de março de 2012:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do euro em 31 de março de 2011	2,3129	2,3129	2,3129
Contas a pagar na moeda estrangeira – Euro	1,118	1,118	1,118
Taxa do euro estimada para 31 de dezembro de 2011	<u>2,3561</u>	<u>2,9451</u>	<u>3,5341</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em Reais	<u>(48)</u>	<u>(707)</u>	<u>(1.365)</u>

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do euro em 31 de março de 2011	2,3129	2,3129	2,3129
Contas a pagar na moeda estrangeira – Euro	1,118	1,118	1,118
Taxa do euro estimada para 31 de março de 2012	<u>2,3867</u>	<u>2,9833</u>	<u>3,5800</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em Reais	<u>(83)</u>	<u>(750)</u>	<u>(1.417)</u>

As taxas de conversão utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 18 de abril de 2011.

c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Sociedade, seguindo diretrizes da acionista controladora. A Administração elabora um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação no curto, médio e longo prazos (monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais). A Sociedade e a Subsidiária mitigam o seu risco de liquidez por meio de captações recorrentes de empréstimos com parte relacionada conforme descrito na Nota explicativa 18. Estes recursos enquanto não utilizados na campanha exploratória são mantidos em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

As tabelas a seguir detalham o prazo remanescente da Sociedade e da Subsidiária para seus passivos financeiros com base no primeiro dia em que a Sociedade ou a Subsidiária poderão ser obrigadas a pagar (em 31 de março de 2011):

	<u>Menos de um mês R\$</u>	<u>De um a três meses R\$</u>	<u>De três meses a um ano R\$</u>	<u>De um a cinco anos R\$</u>	<u>Total R\$</u>
<u>Controladora</u>					
Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	3.384	-	-	-	3.384
Fornecedores	<u>(1.580)</u>	-	-	-	<u>(1.580)</u>
Total	<u>1.804</u>	-	-	-	<u>1.804</u>
<u>Consolidado</u>					
Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	11.715	2.380	-	-	14.095
Conta corrente de blocos exploratórios	968	-	-	-	968
Empréstimos e financiamentos	-	-	(49.987)	-	(49.987)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(2.733)	-	-	(2.733)
Fornecedores	(2.350)	-	(1.500)	-	(3.850)
Arrendamentos operacionais	<u>(72)</u>	<u>(105)</u>	<u>(267)</u>	<u>(396)</u>	<u>(840)</u>
Total	<u>10.261</u>	<u>(458)</u>	<u>(51.754)</u>	<u>(396)</u>	<u>(42.347)</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é aplicável basicamente às transações de reembolsos dos gastos exploratórios com o parceiro não operador OGX, conforme descrito nas Notas explicativas 8 e 18 c. No entendimento da Administração esse risco é minimizado pelo fato de o parceiro ser uma entidade com alto índice de liquidez e não possuir histórico de inadimplência ou atrasos em suas obrigações com a subsidiária.

Com relação às aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, a Administração procura adotar medidas conservadoras para exposições a crédito, operando com instituições financeiras julgadas pelos acionistas como de “primeira linha”.

Em relação ao risco de liquidez dos bancos, a Sociedade adota como prática a análise de *rating* das instituições financeiras divulgadas pelas principais agências classificadoras de risco (Standard & Poors, Fitch, Moody's e Austin), as informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em seu *site* e documentos e, também, relatórios disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - *Risk Bank*.

e) Risco de taxa de juros

Risco da Sociedade incorrer em perdas decorrentes de flutuações na taxa de juros Libor (empréstimos com parte relacionada – Nota explicativa 18). A Sociedade e a Perenco Ltda., não possuem contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitoram a taxa de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

Análise de sensibilidade para variações na taxa de juros Libor em 31 de março de 2011

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada (taxa Libor) para 31 de dezembro de 2011:

<u>Operação</u>	Cenário provável	Cenário I valorização de 25%	Cenário II valorização de 50%
Taxa Libor estimada até 31 de dezembro de 2011 - %	0,6230	0,7788	0,9345
Empréstimos em moeda estrangeira - R\$	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e patrimônio líquido até 31 de dezembro de 2011	<u>(311)</u>	<u>(389)</u>	<u>(467)</u>

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas de juros estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada cujos vencimentos são 13 de fevereiro de 2012:

<u>Operação</u>	Cenário provável	Cenário I valorização de 25%	Cenário II valorização de 50%
Taxa Libor estimada até o vencimento - %	0,684	0,855	1,026
Empréstimos em moeda estrangeira - R\$	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e patrimônio líquido até 13 de fevereiro de 2012	<u>(342)</u>	<u>(427)</u>	<u>(513)</u>

As taxas Libor utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no dia 18 de abril de 2011.

f) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, quando aplicáveis, a Administração estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são, substancialmente, similares a análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado, e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A Administração classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo utilizado pela Administração apresenta os seguintes níveis:

- i. Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- ii. Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- iii. Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os títulos e valores mobiliários, no montante de R\$2.380 em 31 de março de 2011, categorizados pela Administração como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, foram mensurados conforme a hierarquia Nível 2.

A Administração procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 31 de março de 2011 e suas considerações são as seguintes:

- Aplicações financeiras – estas são registradas contabilmente usando seus correspondentes valores de mercado. (Nota explicativa 4).
- Conta corrente blocos exploratórios e fornecedores - Operações mercantis efetuadas em bases usuais de mercado com terceiros e com recebimento e liquidação em curto prazo. Os saldos contábeis possuem valores similares aos seus valores justos devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar o período de 60 dias.

- Empréstimo com parte relacionada – empréstimos classificados como custo amortizado com apropriação de encargos financeiros (Libor + *spread* de 2% a.a.) as quais foram contratadas com parte relacionada no exterior. Para fins da divulgação do valor justo destes empréstimos em 31 de março de 2011 a Administração da subsidiária utilizou técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) tendo como premissas de mercado a taxa Libor anual estimada em 31 de março de 2011 para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a. O valor justo calculado pela Administração em 31 de março de 2011 foi de:

	<u>31/3/2011</u>
Valor justo do empréstimo com parte relacionada	49.848
Valor contábil do empréstimo com parte relacionada (*)	49.987

(*) Valorizado de acordo com o descrito na Nota explicativa 2 ix.

24. GARANTIAS E COMPROMISSOS

(i) Garantias solidárias

A Perenco Ltda., assinou Termo de Responsabilidade junto à União Federal, conforme definido no Decreto nº 3.161, de 2 de setembro de 1999, para prestação de garantia dos impostos em suspenso em razão da aplicação de regime de admissão temporária para os impostos incidentes sobre a aquisição de equipamentos importados (IPI e II) relacionados à operação de equipamentos utilizados para a exploração de reservas de hidrocarbonetos.

Em caso de acidentes, incêndio, naufrágio ou outros sinistros que ocorram durante a operação em que estão e que a Subsidiária não tenha dado causa, comprovados mediante laudo técnico emitido por pessoa ou entidade credenciada pela Secretaria da Receita Federal, é admitida a baixa do Termo de Responsabilidade, conforme previsto na legislação vigente.

Até a presente data, a Subsidiária não utilizou esse regime de admissão temporária para os impostos incidentes, e por isso não possui impostos suspensos.

(ii) Arrendamentos operacionais

A Subsidiária incorreu em gastos com aluguéis de seu escritório corporativo e da base operacional localizada em Vitória (ES) no período de 1º de março de 2011 a 31 de março de 2011 no montante de R\$27. Esses contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no indicador de inflação IGP-M e possuem prazos de 3 anos.

Em 31 de março de 2011, com base nas condições vigentes destes contratos descritos acima (vencimento entre junho de 2011 e 2013), os seguintes pagamentos anuais de aluguel são estimados:

	<u>Consolidado</u> <u>Despesas</u> <u>de aluguel</u>
9 meses findos em 31 de dezembro de 2011	518
2012	216
2013	<u>180</u>
Total	<u>914</u>

Conforme Nota explicativa 9, a Subsidiária possui cauções como garantias para os respectivos contratos de aluguel existentes. Adicionalmente, existem duas cartas de fianças no montante total de R\$591 em 31 de março de 2011 referentes a garantias solicitadas por proprietários de apartamentos alugados aos dois executivos expatriados.

(iii) Compromissos com atividades de exploração

Nos termos dos contratos de concessão com a ANP, a Perenco Ltda. se comprometeu a adquirir bens e serviços de fornecedores brasileiros da seguinte forma:

- Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a fase de exploração, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 70% em terra, 51% em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros e 37% em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do percentual global de conteúdo local contratado na fase de exploração, torna-se obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e subitens especificados na planilha fornecida pela Subsidiária.
- Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a etapa de desenvolvimento, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 77% em terra, 63% em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros, e 55% em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do percentual global de conteúdo local contratado na fase de desenvolvimento, torna-se obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e subitens especificados na planilha fornecida pela Subsidiária.

Em conexão com o programa exploratório em curso, apresentamos a seguir os principais contratos com fornecedores (não partes relacionadas) em aberto em 31 de março de 2011:

<u>Contratado</u>	<u>Natureza</u>	<u>Valor total</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Ano de expiração</u>
Schlumberger Serv. de Petróleo Ltda.	Serviços e materiais a perfuração	Não definido	30/11/2010	2012
Southern Schlumberger S.A.	Serviços e materiais a perfuração	Não definido	30/11/2010	2012

Adicionalmente, a Perenco Ltda., possui a obrigação referente ao gasto com retenção de área que monta aproximadamente R\$1.500 até março de 2012 (final do primeiro período exploratório) para todos os blocos. Conforme divulgado na Nota explicativa 12, o prazo desta obrigação é março de 2012 onde será encerrado o primeiro período exploratório. A partir desta data o consórcio pode optar a entrar no segundo período exploratório ou devolver a concessão à ANP. Caso ocorra a confirmação do segundo período exploratório, esta obrigação continuará a ser devida dentro das condições atuais, sendo aproximadamente R\$1.500 por ano até o encerramento desta fase. Caso a Subsidiária obtenha êxito em sua campanha exploratória e declare comercialidade em seus campos, novos compromissos serão assumidos nas fases de desenvolvimento e produção de acordo com o descrito na Nota explicativa 12.

25. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2011</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2011</u>
Serviços de geologia	-	114
Assinatura BDEP	-	32
Serviços de licenciamento ambiental	-	55
Pessoal	-	126
Aluguel e outras despesas de ocupação	-	60
Despesas de viagem	-	28
Suporte operacional de parte relacionada	-	116
Outros serviços prestados de pessoas jurídicas	-	532
Despesas de tributos e taxas	301	493
Outras despesas	-	42
	<u>301</u>	<u>1.598</u>

Classificadas como:

	<u>Controladora</u> <u>31/3/2011</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2011</u>
Despesas com atividades de exploração de petróleo	-	714
Despesas gerais e administrativas	<u>301</u>	<u>884</u>
	<u>301</u>	<u>1.598</u>

26. SEGUROS

Em 31 de março de 2011, a Sociedade e a Subsidiária detinham as seguintes coberturas de seguros:

<u>Tipo</u>	<u>Risco coberto</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil geral	Cobertura para consequências econômicas derivadas de responsabilidade civil por danos pessoais e materiais resultantes de situações vinculadas à atividade da Sociedade e da Subsidiária	1.000
Danos materiais e morais - residencial	Cobertura de danos materiais e morais referentes aos apartamentos de dois expatriados.	1.320
Danos materiais e morais - veículos	Cobertura de danos materiais e morais referentes aos veículos utilizados pelos dois expatriados.	130

27. DIVULGAÇÕES REQUERIDAS RELACIONADAS A DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

A demonstração de fluxo de caixa consolidada para o trimestre findo em 31 de março de 2011 reflete apenas as transações entre 1º e 31 de março de 2011, conforme reestruturação societária descrita na Nota explicativa 1.

a) Itens “não caixa”

	<u>31/3/2011</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Gastos com retenção de área de concessão – intangível (*)	-	128
Registro de custos da transação (Fornecedores - Despesas antecipadas)	1.580	1.580

(*) Gastos registrados por competência mas realizados em período subsequente.

- b) Efeito de contribuição de investimento pela acionista controladora (Notas explicativas 1 e 10):

Caixa e equivalentes de caixa	6.862
Títulos e valores mobiliários	2.358
Estoques	4.840
Conta corrente de blocos exploratórios	6.787
Outros ativos circulantes	621
Intangível	48.987
Imobilizado e outros ativos não circulantes	1.324
Empréstimos e financiamentos	(44.527)
Outros passivos	(18.478)
Total (*)	<u>8.774</u>

(*) Acervo líquido contábil da subsidiária Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em 1º de março de 2011.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de abril de 2011 em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foram aprovadas as seguintes matérias:

- Alteração na política de dividendos mínimos obrigatórios: pelo menos 0,001% do lucro líquido ajustado, seja na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.
- Aprovado em aproximadamente R\$15 milhões o montante anual da remuneração global dos administradores da Sociedade para o exercício findo de 31 de dezembro de 2011.
- Aprovada a abertura de capital da Sociedade e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, emissor categoria A, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.
- Foi aprovada a reformulação do estatuto social da Sociedade.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 28 de abril de 2011, estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade. Tais demonstrações financeiras foram preparadas para o propósito de abertura de capital no Brasil.

Demonstrações Financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, incluindo informações sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e sobre o período de 3 de janeiro de 2008 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2008, e Relatório dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Quotistas e Administração da
Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais Notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ênfase

Continuidade

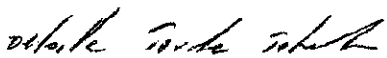
Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na Nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia ainda não está gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, totalizando prejuízos acumulados no montante de R\$59.466.000, e apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$2.474.000. Adicionalmente, a Companhia apresenta posição patrimonial e financeira que reflete forte dependência de recursos advindos dos seus atuais quotistas na forma de empréstimos cujos valores montam R\$54.338.000, contra um passivo a descoberto de R\$10.500.000. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso do seu programa exploratório e da viabilidade das reservas minerais. As demonstrações financeiras apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Companhia e recorrente suporte financeiro dos seus atuais quotistas. A falta dos referidos recursos financeiros pode levantar dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia.

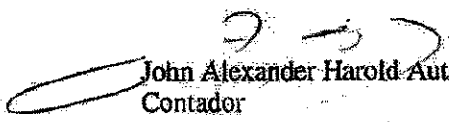
Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>ATIVO</u>				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	254	212	2.146
Títulos e valores mobiliários	5	4.619	3.607	-
Impostos e contribuições a recuperar		97	60	112
Estoques	6	1.748	-	-
Despesas antecipadas	7	292	227	231
Conta corrente de blocos exploratórios	8	5.249	3.347	9.981
Outros ativos circulantes		27	79	16
Total do ativo circulante		<u>12.286</u>	<u>7.532</u>	<u>12.486</u>
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos e cauções	9	185	102	90
Imobilizado	10	987	366	257
Intangível	11	48.723	47.107	45.578
Total do ativo não circulante		<u>49.895</u>	<u>47.575</u>	<u>45.925</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>62.181</u>	<u>55.107</u>	<u>58.411</u>
<u>PASSIVO</u>				
CIRCULANTE				
Fornecedores	12	5.775	3.757	11.485
Provisões para gastos com exploração	13	4.462	4.783	7.455
Contas a pagar com partes relacionadas	17	3.011	559	992
Impostos e contribuições a recolher	14	1.376	110	73
Outros passivos circulantes		136	64	22
Total do passivo circulante		<u>14.760</u>	<u>9.273</u>	<u>20.027</u>
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	3.583	2.830	83
Empréstimos com parte relacionada	17	54.338	35.520	2.665
Total do passivo não circulante		<u>57.921</u>	<u>38.350</u>	<u>2.748</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)				
Capital social	16	48.966	48.966	48.966
Prejuízos acumulados		(59.466)	(41.482)	(13.330)
		<u>(10.500)</u>	<u>7.484</u>	<u>35.636</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>62.181</u>	<u>55.107</u>	<u>58.411</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por quotas)

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas com atividades de exploração de petróleo	18	(15.839)	(32.108)	(11.016)
Despesas gerais e administrativas	19	(4.680)	(4.730)	(2.794)
Outras despesas		<u>(76)</u>	<u>(55)</u>	<u>(49)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(20.595)</u>	<u>(36.893)</u>	<u>(13.859)</u>
RECEITA FINANCEIRA	20	4.300	10.226	423
DESPESA FINANCEIRA	20	<u>(1.937)</u>	<u>(1.949)</u>	<u>(56)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(18.232)	(28.616)	(13.492)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferidos	21	<u>(413)</u>	<u>(1.655)</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		<u>(18.645)</u>	<u>(30.271)</u>	<u>(13.492)</u>
PREJUÍZO POR QUOTA DO CAPITAL BÁSICO E DILUÍDO EM REAIS	16d	<u>(0,38)</u>	<u>(0,62)</u>	<u>(0,30)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 3 DE JANEIRO DE 2008 (constituição da Companhia)	16	22.000	(22.000)	-	-
Aumento de capital social (20/02/2008)		26.966	(26.966)	-	-
Integralização de capital social (20/02/2008)	16	-	48.966	-	48.966
Efeito decorrente de transações com controladora	2.viii	-	-	162	162
Prejuízo do período		-	-	(13.492)	(13.492)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		48.966	-	(13.330)	35.636
Efeito decorrente de transações com controladora	2.viii	-	-	2.119	2.119
Prejuízo do exercício		-	-	(30.271)	(30.271)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		48.966	-	(41.482)	7.484
Efeito decorrente de transações com controladora	2.viii	-	-	661	661
Prejuízo do exercício		-	-	(18.645)	(18.645)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	16	48.966	-	(59.466)	(10.500)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício/período		(18.645)	(30.271)	(13.492)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício/período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	10	115	82	23
Juros		1.346	762	11
Variação cambial, líquida	20	(3.460)	(8.351)	13
Imposto de renda diferido	21	413	1.655	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	5	(1.012)	(3.607)	-
Impostos e contribuições a recuperar		(37)	52	(112)
Estoques	6	(1.748)	-	-
Conta corrente de blocos exploratórios		(1.902)	6.634	(9.981)
Depósito e cauções		(83)	(12)	(90)
Outros ativos circulantes		(13)	(59)	(224)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		1.985	(8.080)	10.347
Provisões para gastos com exploração		(321)	(2.672)	7.455
Contas a pagar com partes relacionadas		2.452	(433)	992
Impostos e contribuições a recolher		1.266	37	73
Outros passivos circulantes		72	42	22
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(19.572)</u>	<u>(44.221)</u>	<u>(4.963)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições:				
No imobilizado e intangível	10/11	<u>(2.319)</u>	<u>(1.368)</u>	<u>(44.720)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.319)</u>	<u>(1.368)</u>	<u>(44.720)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Integralização de capital	16	-	-	48.966
Empréstimos com parte relacionada	17	21.933	43.655	2.863
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>21.933</u>	<u>43.655</u>	<u>51.829</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO/PERÍODO		<u>42</u>	<u>(1.934)</u>	<u>2.146</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período		212	2.146	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período		<u>254</u>	<u>212</u>	<u>2.146</u>
		<u>42</u>	<u>(1.934)</u>	<u>2.146</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2010	2009	2008
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11	<u>1.525</u>	<u>1.492</u>	<u>45.538</u>
		<u>1.525</u>	<u>1.492</u>	<u>45.538</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Gastos com serviços prestados		(2.603)	(2.607)	(1.868)
Gastos com exploração	18	<u>(15.839)</u>	<u>(32.108)</u>	<u>(11.016)</u>
		<u>(18.442)</u>	<u>(34.715)</u>	<u>(12.884)</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO		<u>(16.917)</u>	<u>(33.223)</u>	<u>32.654</u>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	10	<u>(115)</u>	<u>(82)</u>	<u>(23)</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>(17.032)</u>	<u>(33.305)</u>	<u>32.631</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras		<u>606</u>	<u>690</u>	<u>330</u>
		<u>606</u>	<u>690</u>	<u>330</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u>(16.426)</u>	<u>(32.615)</u>	<u>32.961</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)				
Pessoal		(1.208)	(968)	(323)
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos		(750)	(2.286)	(325)
ANP (Bônus e retenção de área)		(1.525)	(1.492)	(45.538)
Despesas financeiras e aluguis		(2.196)	(1.261)	(254)
Variações cambiais		3.460	8.351	(13)
Retenção de prejuízos		<u>18.645</u>	<u>30.271</u>	<u>13.492</u>
		<u>16.426</u>	<u>32.615</u>	<u>(32.961)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. (“Companhia” ou “Perenco”), com sede no Rio de Janeiro, RJ, foi constituída em 3 de janeiro de 2008 e tem como seu principal quotista a Perenco S.A., empresa privada cuja sede localiza-se em Bahamas. Perenco S.A. é uma subsidiária do “Grupo Perenco”, este sediado no Reino Unido.

A Companhia tem os seguintes objetos sociais:

- (i) Exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- (ii) Importação, exportação, refino, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo, gás natural, biocombustíveis e de todas as formas de energia, bem como de produtos derivados de petróleo;
- (iii) Contratação de empréstimos;
- (iv) Prestação de garantias;
- (v) Participação em consórcios ou em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista.

Em função do estágio atual das operações da Companhia (fase de exploração), todas as atividades acima estão em curso, exceto os tópicos (ii) e (iv).

Na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (“ANP”) ocorrida em 27 de novembro de 2007, a Perenco S.A., antiga controladora da Companhia, em consórcio com a OGX Petróleo e Gás Ltda. (“OGX”), adquiriu as concessões dos Blocos Exploratórios BM-ES-37, BM-ES-38, BM-ES-39, BM-ES-40, BM-ES-41, localizados na bacia do Espírito Santo (BM-ES).

Em 12 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., em conjunto com a OGX, obteve a adjudicação de concessão de cinco blocos exploratórios na bacia do Espírito Santo como resultado da licitação na nona rodada da ANP. Os contratos de concessão têm duração de até 33 anos, compreendendo duas fases: (1) exploração; e (2) produção. A fase de exploração pode durar até 6 anos, dividida em dois períodos, enquanto a fase de produção, que inclui a etapa de desenvolvimento, pode durar até 27 anos (os prazos poderão ser reduzidos ou prorrogados, de acordo com os termos dos referidos contratos).

Em seguida, em 13 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e a OGX celebraram cinco contratos de consórcio, referentes aos blocos exploratórios adquiridos conjuntamente, a fim de estabelecer os termos e condições associados à participação de cada uma das partes nos direitos exploratórios nas concessões.

Abaixo descrevemos os principais aspectos definidos nestes contratos de consórcio:

- A Companhia foi designada como operadora.
- Os adiantamentos serão realizados pela OGX ao operador com base em estimativas de gastos para o mês subsequente.
- Constituição do Comitê de Operações composto por um membro indicado por consorciado (Companhia e OGX).
- As decisões referentes à administração do consórcio são tomadas pelo Comitê de Operações.
- Os direitos aos ativos comuns, incluindo eventual produção de petróleo, devem seguir a participação de cada consorciado (50% cada).
- Os registros contábeis do consórcio serão mantidos pelo operador seguindo os princípios contábeis brasileiros, entretanto, os consorciados manterão seus registros contábeis em separado, seguindo as suas participações (50% cada).
- Os consorciados não poderão objetivar a separação ou venda dos ativos comuns sem acordo firmado entre as partes.
- Não existem limitações na venda de eventual produção de petróleo quando da fase de produção.

Como parte do programa exploratório apresentado a ANP, a Companhia é obrigada a realizar a perfuração de dois poços até março de 2012 (campanha de perfuração). A perfuração dos 2 poços é estimada para ocorrer ainda em 2011. Com esse objetivo, a Companhia iniciou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, compras de materiais e suprimentos (estoques) a serem utilizados na perfuração do primeiro poço. Outros compromissos já firmados encontram-se descritos na Nota explicativa 23.

A Perenco Ltda. é parte indiretamente afetada pela ação civil pública (Processo nº 2006.33.10.003529-0) movida pelo Ministério Público Federal contra a ANP, em trâmite perante a Vara Federal de Eunápolis, para impedir qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos, inclusive a fase sísmica, bem como a licitação de novos blocos e perfuração de novos poços, em um raio de 50 km em torno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e adjacências. Houve sentença em primeira instância dando provimento ao pedido do Ministério Público Federal, cujos efeitos encontram-se atualmente suspensos em razão de decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Embora não seja parte do processo, a Perenco Ltda. tem interesse no efeito na medida em que parte dos Blocos BM-ES-37 (ES-M 416) e BM-ES-38 (ES-M 418) está localizada dentro da área abrangida pela sentença de primeira instância. A Petrobras, ANP, IBAMA e ICMBio opuseram embargos de declaração à sentença de 1ª instância, pelos quais solicitaram esclarecimento, entre outros, sobre os blocos atingidos pela sentença em questão. Os embargos de declaração foram rejeitados pelo juiz de 1ª instância. Em razão da decisão preliminar do Presidente do Tribunal Regional Federal, a ação judicial não tem impacto em relação aos blocos BM-ES-37 e BM-ES-38 e respectivos processos de licenciamento ambiental para perfuração de poços, conforme nosso cronograma de exploração para a área.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia ainda não está gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, totalizando prejuízos acumulados no montante de R\$59.466, e apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$2.474. Adicionalmente, a Companhia apresenta posição patrimonial e financeira que reflete forte dependência de recursos advindos dos seus atuais quotistas na forma de empréstimos cujos valores montam R\$54.338, contra um passivo a descoberto de R\$10.500.

A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso do seu programa exploratório e da viabilidade das reservas minerais. As demonstrações financeiras apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Companhia e recorrente suporte financeiro dos seus atuais quotistas. A falta dos referidos recursos financeiros pode levantar dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras precisam ser analisadas dentro deste contexto operacional.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), incluindo os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM de sua atual controladora Perenco Óleo e Gás do Brasil Participações S.A.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinação de determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro (R\$) como moeda funcional e de apresentação.

A demonstração do resultado abrangente não esta sendo apresentada tendo em vista não existem transações registradas como outros resultados abrangentes e, conseqüentemente, o prejuízo apurado no período não divergir do resultado abrangente.

O resumo das principais políticas contábeis adotados pela Companhia é como se segue:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Refletem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos da data de sua contratação e com risco insignificante de mudanças de valor. Refletem valores mantidos pela Administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou outros afins.

ii. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos e/ou utilizados na campanha de perfuração exploratória. Estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável (Nota explicativa 6).

iii. Imobilizado

Compostos principalmente por ativos imobilizados corporativos localizados no escritório do Rio de Janeiro que são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicáveis. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

iv. Exploração e avaliação de reservas minerais

A Companhia, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - "*Exploration for and evaluation of mineral resources*".

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu na "data de transição" sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão de área (bônus de assinatura) e respectivos gastos com sua retenção são capitalizados como ativo intangível;
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura e respectivos gastos com sua retenção são registrados na demonstração do resultado em despesas com atividades de exploração de petróleo (despesas com geologia e geofísica, sísmica, taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso, despesas com pessoal, outros).

Os atuais gastos exploratórios representados pelos bônus de assinaturas e gastos com retenção de área de concessão serão amortizados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas (se identificadas) limitadas ao período da concessão. Essas reservas serão estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia, de acordo com padrões internacionais, e serão revisadas anualmente ou quando se identificarem alterações significativas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar “fatos e circunstâncias” que ensejariam a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses ativos, sendo estes:

- Período de concessão para exploração expirou ou expirará em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não se encontram orçados ou planejados pela Companhia ou parceiro;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais não geraram descobertas comercialmente viáveis e a Administração decidiu por descontinuar esses esforços em determinadas áreas/blocos específicos;
- Existência de informações suficientes que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com a avaliação qualitativa descrita acima e o estágio inicial da campanha exploratória nos blocos, a Administração entende que não existe a necessidade de se efetuar provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos exploratórios registrados como intangível.

v. Custos de empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis à aquisição de ativos não circulantes qualificáveis, os quais podem levar necessariamente um período de tempo substancial para ficarem prontos para o uso pretendido, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. As receitas financeiras decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos ainda não despendidos com os ativos qualificáveis são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

vi. Tributação

A tributação sobre o lucro, quando aplicável, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Estes são reconhecidos em função de diferenças intertemporais (sistemática variação cambial por “caixa”, reconhecimento de despesas de juros pelo método de juros efetivos decorrentes da mensuração dos empréstimos com parte relacionada ao seu valor justo na data do recebimento dos recursos financeiros, entre outras), diferenças entre base contábil e fiscal, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, e quando julgados pela Administração como realizáveis (créditos fiscais diferidos). Em face do histórico de prejuízos acumulados, a Administração reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social limitados apenas a 30% do saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferido. Os 30% refletem o limite de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas bases tributáveis conforme legislação tributária brasileira.

A Companhia possui como principais tributos os impostos sobre importação de serviços, principalmente referentes a partes relacionadas, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	15%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Imposto sobre Serviços (ISS)	5%
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	10%

vii. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos aquela obrigação.

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos e avaliação da Administração. Quando a avaliação pressupõe chances de perda prováveis são constituídas as devidas provisões relacionadas aos referidos riscos. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis os riscos contingenciais são divulgados em Nota explicativa mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros (Nota explicativa 15).

viii. Empréstimos com parte relacionada

Empréstimos tomados com parte relacionada são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos ao seu valor justo (utilizando técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado tendo como premissas de mercado a taxa Libor anual estimada na data do recebimento dos recursos para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a.

Em seguida, são mensurados pelo custo amortizado, acrescidos de variação cambial e juros de mercado apropriados até a data do balanço (Nota explicativa 17). Estes encargos financeiros são registrados a conta de resultado financeiro (Nota explicativa 20).

A diferença entre o valor nominal e o valor justo dos empréstimos tomados com parte relacionada no recebimento do recurso é registrada contra patrimônio líquido na conta de prejuízos acumulados, líquido do correspondente efeito tributário (imposto de renda e contribuição social diferidos).

Na capitalização de empréstimos com parte relacionada, quando aplicável e relevante, na data do evento, novo valor justo dos empréstimos é mensurado e a diferença entre esse valor e o valor contábil pelo custo amortizado é registrada a demonstração do resultado, líquido dos correspondentes reflexos tributários diferidos.

ix. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Gastos exploratórios, tais como despesas com geologia e geofísica, sísmica, licenciamento ambiental e despesas com pessoal são registrados no resultado. As despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços de terceiros e partes relacionadas. As receitas registradas por competência referem-se aos rendimentos auferidos das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e a variação cambial credora sobre os empréstimos com parte relacionada. As despesas financeiras refletem principalmente os juros apropriados e a variação cambial devedora sobre os empréstimos com parte relacionada.

x. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

I. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas Notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

II. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

- Vidas úteis dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota explicativa 2.b)iii, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

- Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota explicativa 22 f), a Administração usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

- Impostos diferidos

Imposto diferido ativo é apenas reconhecido na extensão em que existe passivo tributável diferido (maiores detalhes sobre impostos diferidos ativos e passivos na Nota explicativa 21) uma vez que não existe histórico de lucratividade. A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$67.128 em 31 de dezembro de 2010. Esses prejuízos não prescrevem e a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

- Intangível

Gastos de exploração (bônus de assinatura e respectivos gastos de retenção de área) são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.b)iv. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção é baseada no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejadas pelo comitê de operações do consórcio. Em 31 de dezembro de 2010, o valor contábil dos gastos de exploração registrados como intangível era de R\$48.555.

xi. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, quando aplicáveis, quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

I. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, quando aplicáveis, nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros tais como títulos e valores mobiliários são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem aos ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda são usualmente reconhecidas em “Outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica “Reserva de reavaliação de investimentos”. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta “Reserva de reavaliação de investimentos” é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

II. Passivos financeiros

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros gerenciados em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

- Outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos com parte relacionada) são mensurados pelo valor justo na data do recebimentos dos recursos e posteriormente ao valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

III. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar os juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

As receitas e despesas são reconhecidas com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiro não caracterizados como ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

xii. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza (ou consumo) da Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

xiii. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8) requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Entidade que sejam regularmente revisados pelo principal gestor das operações, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. O principal gestor das operações da Sociedade e da Subsidiária é o Diretor Presidente que analisa os relatórios externos relacionados às campanhas exploratórias localizadas na bacia do Espírito Santo. Neste sentido, a Administração efetuou a análise e concluiu que a Perenco opera com um único segmento, E&P (Exploração e Produção), e uma única área geográfica, bacia do Espírito Santo, não sendo aplicável a divulgação de uma Nota explicativa específica.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES DE IFRS

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listados a seguir foram publicados e são obrigatórias para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2011 ou posteriores.

O CPC, até 31 de dezembro de 2010 não havia editado os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas nesta Nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

a) Modificação da IFRS 7 para melhorias nos requerimentos de divulgações sobre transferências de ativos financeiros

Em 7 de outubro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* contendo melhorias que aumentam os requerimentos de divulgações sobre transferências de ativos financeiros. Não foi alterada a orientação para a baixa de ativos financeiros que consta na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, que foi incorporada na versão revisada da IFRS 9 – *Financial Instruments*. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida. Não são requeridas divulgações para qualquer período apresentado que inicia antes da data de adoção obrigatória das modificações.

As modificações na IFRS 7 requerem melhorias no atual nível de divulgação quando um ativo é transferido mas não é baixado, e introduz novas divulgações para ativos que são baixados, mas a Entidade continua a ter uma exposição contínua ao ativo após a venda. O objetivo das mudanças é permitir melhor entendimento da relação entre os ativos financeiros transferidos e as obrigações financeiras e riscos associados com esses ativos.

b) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (revisada em 2010)

Em novembro de 2009 foi emitida a IFRS 9 – *Financial Instruments* e, em 28 de outubro de 2010, o IASB emitiu uma versão revisada desta norma, mantendo os requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros conforme versão publicada em novembro de 2009 e incluindo orientação sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. Como parte da reestruturação da IFRS 9, o IASB também incorporou na norma revisada a orientação sobre baixa de instrumentos financeiros e o respectivo guia de implementação contidos na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A versão revisada da IFRS 9 tem a mesma data de adoção obrigatória que a sua versão anterior, 1º de janeiro de 2013. A versão revisada permite a adoção antecipada, mas se uma entidade decide aplicar a orientação relativa à classificação e mensuração de passivos financeiros antecipadamente, ela deve também aplicar qualquer outro requerimento da IFRS 9 que tenha sido anteriormente finalizado naquele momento. A norma revisada deve ser aplicada retrospectivamente de acordo com a IAS 8.

c) Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos: Recuperação dos ativos subjacentes

Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 – *Income Taxes* denominada *Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

d) Modificação da IAS 32 sobre classificação de direitos, opções e garantias

As modificações da norma IAS 32 endereça os critérios para classificação de certos instrumentos expressos em moeda estrangeira como um instrumento patrimonial ou como um passivo financeiro.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010 e a adoção antecipada é permitida.

e) Modificação da IFRIC 14 sobre pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento

Modificação da interpretação IFRIC 14 ocorreu em novembro de 2009 para tratar das situações em que uma entidade adianta o pagamento das contribuições para atender a exigência do financiamento. Esses adiantamentos permitem que o benefício desse adiantamento seja reconhecido como um ativo.

A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

f) Melhorias para as IFRS 2010

Em 6 de maio de 2010, o IASB emitiu documento chamado Melhorias para as IFRSs 2010 (*Improvements to IFRSs 2010*), incorporando alterações em sete normas. Esse é o terceiro conjunto de alterações emitidas através do processo anual de melhorias, que é designado para efetuar melhorias necessárias, mas não urgentes às IFRSs.

A tabela a seguir resume todas as melhorias efetuadas em normas e interpretações existentes:

Norma	Objeto da Modificação	Adoção e Transição
IFRS 1 – <i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>	Mudanças de políticas contábeis no ano da adoção	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
	Reavaliação como custo atribuído	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
	Uso do custo atribuído para operações sujeitas a preços regulados	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IFRS 3 – <i>Business Combinations</i>	Mensuração de participações não controladoras	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Deve ser aplicada prospectivamente a partir da data em que a entidade adotar a IFRS 3 (2008). A adoção antecipada é permitida.
	Pagamento de prêmios baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Deve ser aplicada prospectivamente a partir da data em que a entidade adotar a IFRS 3 (2008). A adoção antecipada é permitida.
	Requerimentos de transição para contrapartidas contingentes de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data de adoção obrigatória da IFRS 3 (2008)	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. A adoção antecipada é permitida.
IFRS 7 – <i>Financial Instruments: Disclosures</i>	Esclarecimentos sobre divulgações	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IAS 1 – <i>Presentation of Financial Statements</i>	Esclarecimento sobre a demonstração das mutações do patrimônio líquido	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IAS 27 – <i>Consolidated and Separate Financial Statements</i>	Requerimentos de transição decorrentes das modificações introduzidas pela IAS 27 (2008)	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. A adoção antecipada é permitida.
IAS 34 – <i>Interim Financial Reporting</i>	Eventos e transações significativos	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IFRIC 13 – <i>Customer Loyalty Programmes</i>	Valor justo de créditos de prêmio	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.

A Administração da Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção das alterações acima descritas e dessas melhorias, não sendo esperados impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	160	126	345
Aplicações financeiras	<u>94</u>	<u>86</u>	<u>1.801</u>
Total	<u>254</u>	<u>212</u>	<u>2.146</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (“CDB”). Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008, a Companhia possuía aplicações em CDB com taxa de remuneração de 98,5% a 101,80%% do CDI.

Estas aplicações financeiras refletem valores mantidos pela Administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou outros afins. Apresentam liquidez imediata (não superiores a 90 dias da data de contratação) e seus valores de mercado são similares aos seus valores registrados contabilmente.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía operações compromissadas lastreadas em debêntures com taxa de remuneração de 100% do CDI, sendo reconhecidas pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado do exercício.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Itaú - BFB Leasing S/A Arrendamento	3.968	3.607	-
Itaú - Dibens Leasing S.A. Arrendamento	<u>651</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.619</u>	<u>3.607</u>	<u>-</u>

6. ESTOQUES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Materiais e suprimentos	962	-	-
Adiantamentos a fornecedores	<u>786</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.748</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Adiantamentos a fornecedores refletem compras de materiais e suprimentos que serão utilizados na perfuração do primeiro poço exploratório estimada para ocorrer em 2011, conforme mencionado na Nota explicativa 1.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Refletem o termo aditivo de autorização de uso do banco de dados de exploração e produção - BDEP da ANP, firmado entre a Companhia e aquela autarquia em 13 de setembro de 2010, com período de vigência de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011. Estas despesas são apropriadas ao resultado do exercício pelo período de vigência do aditivo.

8. CONTA CORRENTE DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS

Em conexão com os contratos de consórcio (Nota explicativa 1), estes saldos representam a participação do parceiro OGX nos gastos exploratórios incorridos nos blocos operados pela Companhia, líquida dos aportes de caixa recebidos (*cash calls*), quando aplicáveis. Esses saldos a receber são realizados pela OGX em curtíssimo prazo, não havendo incidência de juros.

Até o momento não existiu qualquer discussão entre os parceiros sobre a realização destes gastos exploratórios a serem reembolsados. Sendo assim, a Administração não registrou qualquer perda sobre quaisquer destes créditos com a OGX ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e para o período de entre 3 de janeiro e 31 de dezembro de 2008.

9. DEPÓSITOS CAUÇÕES

Representam basicamente garantias para o aluguel do escritório da Companhia e para as residências de funcionários expatriados (Nota explicativa 23).

10. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2010			2009	2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios	10	187	(18)	169	68	60	
Equipamentos diversos	10	34	(13)	21	21	23	
Veículos	20	369	(71)	298	133	-	
Equipamentos de informática	20	313	(91)	222	124	152	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	<u>304</u>	<u>(27)</u>	<u>277</u>	<u>20</u>	<u>22</u>	
Total		<u>1.207</u>	<u>(220)</u>	<u>987</u>	<u>366</u>	<u>257</u>	
Movimentação - Custo	2008	Adições	Baixas	2009	Adições	Baixas	2010
Móveis e utensílios	61	15	-	76	112	(1)	187
Equipamentos diversos	25	3	-	28	6	-	34
Veículos	-	157	-	157	212	-	369
Equipamentos de informática	169	6	-	175	141	(3)	313
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>25</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>35</u>	<u>269</u>	<u>-</u>	<u>304</u>
Total	<u>280</u>	<u>191</u>	<u>-</u>	<u>471</u>	<u>740</u>	<u>(4)</u>	<u>1.207</u>
Movimentação - Depreciação	2008	Adições	Baixas	2009	Adições	Baixas	2010
Móveis e utensílios	(1)	(7)	-	(8)	(10)	-	(18)
Equipamentos diversos	(2)	(5)	-	(7)	(6)	-	(13)
Veículos	-	(24)	-	(24)	(47)	-	(71)
Equipamentos de informática	(17)	(34)	-	(51)	(40)	-	(91)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(3)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(27)</u>
Total	<u>(23)</u>	<u>(82)</u>	<u>-</u>	<u>(105)</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>(220)</u>

Compostos principalmente por ativos imobilizados corporativos localizados no escritório do Rio de Janeiro.

11. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização (%)	2010	2009	2008
Bônus de assinatura (direitos de concessão)	-	44.400	44.400	44.400
Gastos com retenção de área de concessão	-	4.155	2.630	1.138
Direitos de uso de software	20%	208	92	44
Amortização acumulada de direitos de uso de software	-	(40)	(15)	(4)
Total		<u>48.723</u>	<u>47.107</u>	<u>45.578</u>

	Saldo			Saldo			Saldo
Movimentação	2008	Adições	Baixas	2009	Adições	Baixas	2010
Bônus de assinatura (direitos de concessão)	44.400	-	-	44.400	-	-	44.400
Gastos com retenção de área de concessão	1.138	1.492	-	2.630	1.525	-	4.155
Direitos de uso de software	44	48	-	92	116	-	208
Amortização acumulada de direitos de uso de software	(4)	(11)	-	(15)	(25)	-	(40)
Total	<u>45.578</u>	<u>1.529</u>	<u>-</u>	<u>47.107</u>	<u>1.616</u>	<u>-</u>	<u>48.723</u>

Concessões obtidas em leilões da ANP

A Companhia, por meio dos consórcios especificamente constituídos com essa finalidade, obteve junto à ANP o direito de iniciar as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nos termos dos Editais de Licitação emitidos pela ANP, nas áreas mencionadas a seguir (atualmente em fase de exploração):

Localização da área	Programa Exploratório Mínimo	Bônus de assinatura (parcela da Companhia – 50%) R\$
BM-ES-37	Sísmica: 700km 3D - Aquisição Sísmica: 700km 3D - PSDM Poços 1º Período:1 Poços 2º Período:1	20.100
BM-ES-38	Sísmica: 700km 3D - Aquisição Sísmica: 700km 3D - PSDM Poços 1º Período:1 Poços 2º Período:1	20.100
BM-ES-39	Sísmica: 253km 2D - Aquisição Sísmica: 253km 2D - PSDM Sísmica: 500km 3D - Aquisição Sísmica: 500km 3D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período:1	1.800
BM-ES-40	Sísmica: 643km 2D - Aquisição Sísmica: 643km 2D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período:1	1.250
BM-ES-41	Sísmica: 757km 2D - Aquisição Sísmica: 757km 2D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período:1	<u>1.150</u>
Total		<u>44.400</u>

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia para garantir essas obrigações relativas ao Programa Exploratório Mínimo forneceu à ANP quatro cartas de fiança de instituições financeiras no valor total de R\$37.222 para os Blocos BM-ES-37, BM-ES-38, BM-ES-39, BM-ES-40 e BM-ES-41 (R\$106.848 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008). O montante de garantias financeiras para a segunda fase do programa exploratório será determinado antes do início da referida fase, de acordo com as práticas de mercado vigentes.

As seguintes participações governamentais deverão ser pagas pela Companhia (valores expressos em reais por km²):

BM-ES-37	BM-ES-38	BM-ES-39	BM-ES-40	BM-ES-41
<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.
<u>Participação especial</u> – a ser paga apenas na fase de produção em montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – a ser paga apenas na fase de produção em montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – a ser paga apenas na fase de produção em montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – a ser paga apenas na fase de produção em montante definido no Decreto das Participações.	<u>Participação especial</u> – a ser paga apenas na fase de produção em montante definido no Decreto das Participações.
<u>Pagamento anual pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7.787,60 (reais).	<u>Pagamento anual pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76(reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7.787,60 (reais).	<u>Pagamento anual pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7.787,60 (reais).	<u>Pagamento anual pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7.787,60 (reais).	<u>Pagamento anual pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7.787,60 (reais).

Em função da Companhia estar na fase de exploração, a única participação governamental devida é o gasto com retenção de área que totalizou no exercício findo de 31 de dezembro 2010 o montante de R\$1.525 (R\$1.490 e R\$1.138 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e no período entre 3 de janeiro e 31 de dezembro de 2008, respectivamente). O pagamento dessa obrigação é realizado anualmente sempre no exercício subsequente (Notas explicativas 23 e 26). A Companhia possui tal obrigação até março de 2012 onde será encerrado o primeiro período exploratório. A partir desta data o consórcio pode optar a entrar no segundo período exploratório ou devolver a concessão à ANP. Caso ocorra a confirmação do segundo período exploratório, esta obrigação continuará a ser devida dentro das condições atuais.

A rescisão do contrato de concessão se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial. O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.

12. FORNECEDORES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
ANP	3.050	2.981	2.275
Westerngeco Serviços de Sísmica Ltda.	2.264	503	235
Southern Westerngeco (sísmica)	-	-	8.946
Outros pulverizados	<u>461</u>	<u>273</u>	<u>29</u>
Total	<u>5.775</u>	<u>3.757</u>	<u>11.485</u>

O saldo a pagar à ANP refere-se à obrigação anual pela retenção das áreas de concessão (Nota explicativa 11). Os outros passivos registrados referem-se a serviços prestados na primeira campanha exploratória com prazo máximo de pagamento de 30 dias a partir da emissão da nota fiscal pelo prestador de serviço.

13. PROVISÕES PARA GASTOS COM EXPLORAÇÃO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Suporte operacional e administrativo prestado por parte relacionada	1.288	2.679	866
Impostos incidentes sobre suporte operacional	760	1.589	514
Geologia e geofísica	908	515	6.014
Taxas de meio ambiente	1.143	-	-
Outras	<u>363</u>	<u>-</u>	<u>61</u>
Total	<u>4.462</u>	<u>4.783</u>	<u>7.455</u>

As provisões referem-se a: (i) suporte prestado pela Perenco Holdings às operações de exploração no Brasil em bases mensais, (ii) serviços prestados de estudos de sísmicas 2D e 3D ocorridos no mês de encerramento do balanço, (iii) gastos incorridos com taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso e (iv) gastos administrativos. Estas provisões são constituídas de acordo com a campanha exploratória e por estas atividades ainda não se encontrarem sustentadas por notas fiscais emitidas pelos fornecedores e partes relacionadas.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Referem-se basicamente aos impostos incidentes na importação de serviços (imposto de renda, PIS, COFINS, ISS e CIDE) com partes relacionadas e que já se encontram suportados por documentação legal (*invoices*).

15. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Administração, consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos, declara não ser parte, em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008, de processos judiciais ou administrativos existentes que possam fluir para a Companhia trazendo impactos às suas operações e às suas demonstrações financeiras ora apresentadas. Adicionalmente, a Companhia não possui ativos contingentes contabilizados ou em discussão.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital social

A Companhia foi constituída em 3 de janeiro de 2008 com o capital social no valor de R\$22.000, dividido em 22.000.000 de quotas, de valor nominal de R\$1,00 cada. Em 20 de fevereiro de 2008, os acionistas aumentaram o capital da Companhia no montante de R\$26.966, dividido em 26.965.797 quotas, de valor nominal igual a R\$1,00 cada, distribuído entre os quotistas. Ainda em 20 de fevereiro de 2008, os acionistas integralizaram o montante de R\$48.966. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008 o capital social é representado pelas seguintes quotas autorizadas e totalmente integralizadas:

Perenco S.A.	48.965.796
Roland Fox	<u>1</u>
	<u>48.965.797</u>

O capital social autorizado e totalmente integralizado dos quotistas estrangeiros encontrava-se registrado junto ao Banco Central do Brasil como investimento de capital estrangeiro. Esse registro era requerido para futuras remessas de dividendos ao exterior.

b) Política de dividendos

O contrato social da Companhia determina que a Assembleia Geral tem o poder de determinar a destinação do lucro líquido após a absorção de prejuízos acumulados e as deduções legais, apurado em cada exercício. Em função dos prejuízos acumulados existentes, a Companhia até esta data não efetuou qualquer distribuição de dividendos.

c) Prejuízo por quota básico e diluído ("Resultado por Ação" – CPC 41/IAS 33)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Prejuízo dos exercícios/ período	(18.645)	(30.271)	(13.492)
Número de quotas (lote de mil) (*)	<u>48.966</u>	<u>48.966</u>	<u>45.400</u>
Prejuízo por quota em Reais	<u>(0,38)</u>	<u>(0,62)</u>	<u>(0,30)</u>

(*) Média ponderada do número de quotas ao longo dos exercícios/período.

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por quotas.

17. PARTES RELACIONADAS

a) Operações mercantis

As transações com partes relacionadas referem-se a operações mercantis e empréstimos sustentados por contratos entre as partes, sendo os saldos patrimoniais decorrentes de tais transações como se segue:

	Contas a pagar – Empresas ligadas			Provisões para gastos com exploração (Nota explicativa 13)			Empréstimos - Controladora		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Perenco Holdings (a)	2.712	489	434	1.288	2.679	866	-	-	-
Perenco S.A. (c) (d)	178	36	272	-	-	-	54.338	35.520	2.665
Perenco France (b)	120	34	286	-	-	-	-	-	-
Perenco Peru	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	<u>3.011</u>	<u>559</u>	<u>992</u>	<u>1.288</u>	<u>2.679</u>	<u>866</u>	<u>54.338</u>	<u>35.520</u>	<u>2.665</u>

- (a) Empresa sediada no Reino Unido. Contas a pagar e provisão indexados à variação do euro sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se ao suporte prestado pela Perenco Holdings às operações de exploração no Brasil e gastos administrativos refletindo custos incorridos pela parte relacionada no exterior a serem reembolsados pela Companhia.
- (b) Empresa sediada na França. Contas a pagar indexada à variação do euro sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se a reembolsos de custos administrativos inerentes à operação no Brasil incorridos pela parte relacionada no exterior.
- (c) O saldo de empréstimos entre a Companhia e a Perenco S.A. (empresa sediada em Bahamas) são indexados à variação do dólar norte-americano e refletem apropriação de juros (Libor + 2% ao ano). Estes empréstimos têm como objetivo financiar a campanha exploratória da Companhia e tem como vencimento 13 de fevereiro de 2012 (Nota explicativa 28).
- (d) Empresa sediada em Bahamas. Contas a pagar indexada a variação do dólar norte-americano sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se a reembolsos de custos administrativos inerentes a operação no Brasil incorridos pela parte relacionada no exterior.

Os correspondentes reflexos das operações mercantis e empréstimos com partes relacionadas nas demonstrações de resultado são como se segue:

	Despesas com atividades de exploração de petróleo			Despesas gerais e administrativas			Resultado financeiro		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Perenco Holdings	(1.652)	(1.294)	(1.277)	(606)	(958)	(376)	228	16	-
Perenco S.A.	-	-	-	(536)	(295)	(164)	2.072	7.596	(46)
Perenco France	(189)	(186)	(34)	(394)	(368)	(144)	2	6	-
Total	<u>(1.841)</u>	<u>(1.480)</u>	<u>(1.311)</u>	<u>(1.536)</u>	<u>(1.621)</u>	<u>(684)</u>	<u>2.302</u>	<u>7.618</u>	<u>(46)</u>

Em conexão com seu programa exploratório em curso, a Companhia apresenta a seguir os contratos de prestação de serviços com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2010:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza do contrato</u>	<u>Valor</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Ano de expiração</u>
Perenco SA	Empréstimo	54.338	04/11/2008	2012
Perenco SA	Cessão de executivo expatriado	Sem valor	01/07/2008	2012
Perenco France	Cessão de executivo expatriado	Sem valor	01/07/2008	2012
Perenco Holdings	Serviços técnicos e administrativos	Sem valor	04/01/2010	Sem prazo

b) Remuneração ao pessoal-chave

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008, a remuneração total do pessoal-chave da Administração da Companhia foi de:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e encargos	1.078	836	335
Benefícios indiretos	<u>440</u>	<u>453</u>	<u>145</u>
Total	<u>1.518</u>	<u>1.289</u>	<u>480</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para o pessoal-chave e seus empregados.

c) Não Operador OGX (parceiro nos blocos exploratórios)

Como descrito na Nota explicativa 1, os gastos incorridos pela operadora Perenco na campanha exploratória dos blocos sob concessão são reembolsados pelo não operador OGX em percentual definido nos contratos de consórcio. Basicamente todos os gastos operacionais (despesas operacionais com atividades de exploração de petróleo, despesas gerais e administrativas e outras) são reembolsáveis na proporção de 50%. Conforme descrito na Nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2010, o saldo a receber da OGX era de R\$5.249 (R\$3.347 e R\$9.981 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008), não existindo nestas datas quaisquer discussões sobre saldos de reembolso não realizáveis. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para o período de 363 dias findo em 31 de dezembro de 2008 não foram registradas perdas sobre estas transações com a OGX.

18. DESPESAS COM ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Geologia e sísmica 2D e 3D	(11.153)	(28.184)	(9.032)
Geologia e sísmica 2D e 3D com partes relacionadas	(1.051)	(1.309)	(840)
Pessoal	(505)	(280)	(6)
Suporte operacional de parte relacionada	(790)	(171)	(471)
Despesas de tributos e taxas	(536)	(690)	(169)
Assinatura BDEP	(389)	(389)	(162)
Gravimetria e magnetometria	-	(501)	(175)
Serviços de licenciamento ambiental	(669)	(380)	(122)
Outras	<u>(746)</u>	<u>(204)</u>	<u>(39)</u>
Total	<u>(15.839)</u>	<u>(32.108)</u>	<u>(11.016)</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pessoal	(1.208)	(968)	(323)
Aluguel e outras despesas de ocupação	(493)	(497)	(234)
Despesas de viagem	(475)	(292)	(290)
Assessoria legal	(82)	(59)	(107)
Serviços contábeis	(104)	(60)	(32)
Outros serviços prestados pessoas jurídicas	(412)	(557)	(673)
Suporte administrativo de parte relacionada	(1.536)	(1.621)	(684)
Despesas de tributos e taxas	(337)	(631)	(325)
Outras	<u>(33)</u>	<u>(45)</u>	<u>(126)</u>
Total	<u>(4.680)</u>	<u>(4.730)</u>	<u>(2.794)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Receitas</u>			
Variações cambiais	3.694	9.536	93
Rendimento de aplicações financeiras	546	676	330
Outras	<u>60</u>	<u>14</u>	<u>-</u>
Total de receitas	<u>4.300</u>	<u>10.226</u>	<u>423</u>
<u>Despesas</u>			
Variações cambiais	(234)	(1.185)	(36)
Juros	(1.702)	(762)	(11)
Outras despesas bancárias	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(9)</u>
Total de despesas	<u>(1.937)</u>	<u>(1.949)</u>	<u>(56)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>2.363</u>	<u>8.277</u>	<u>367</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo demonstramos a reconciliação do imposto de renda e contribuição social a taxa efetiva:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(18.232)	(28.616)	(13.492)
Alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	6.199	9.729	4.587
AJUSTES PARA APURAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA			
Adições permanentes	(4)	(5)	(12)
Imposto diferido ativo apurado e não reconhecido	<u>(6.608)</u>	<u>(11.379)</u>	<u>(4.575)</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>(413)</u>	<u>(1.655)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(413)</u>	<u>(1.655)</u>	<u>-</u>

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$3.583 referente ao imposto de renda e contribuição social passivos diferidos (R\$2.830 e R\$83 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente) em função dos seguintes reflexos contábeis/tributários: (i) opção pela sistemática tributária de recolhimento “caixa” e a variação cambial credora sobre empréstimos com parte relacionada apurada nos exercícios, e (ii) impacto entre o valor justo e o valor nominal sobre os empréstimos com parte relacionada na data de recebimento dos recursos financeiros pela Companhia (Nota explicativa 2 viii) cuja contrapartida foi no patrimônio líquido e respectiva apropriação dos juros ao resultado durante a vigência dos contratos de empréstimos.

Devido a existência de imposto de renda diferido passivo, a Administração registrou crédito tributário correspondente a 30% desses efeitos (limitação dos 30% de compensação de prejuízos fiscais e contribuição social em lucros tributáveis).

Os reflexos no resultado de imposto de renda e contribuição social diferido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (R\$413 e R\$1.655) refletem os impactos contábeis/tributários mencionados acima, exceto pelo efeito do valor justo dos empréstimos com parte relacionada cujo efeito tributário diferido é registrado diretamente ao patrimônio líquido na data do recebimento dos recursos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008, a Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados nos montantes de R\$67.128, R\$47.217 e R\$4.713 não registrados contabilmente em sua integridade em função da ausência de lucratividade desde a sua constituição (como descrito acima parte dos créditos fiscais foram apenas registrados em função da existência de saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2010 e de 2009).

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como câmbio e risco de crédito (fora os inerentes a viabilidade ou não de seu programa exploratório). Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas conservadoras, visando principalmente segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas vigentes no mercado para avaliação de eventual utilização de instrumentos financeiros para mitigar riscos, principalmente os relacionados as taxas de câmbio e juros.

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade normal dos seus negócios e maximizar os recursos para aplicação no programa exploratório requerido. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com parte relacionada divulgados na Nota explicativa 17, caixa e equivalente a caixa, títulos e valores mobiliários, capital social e os prejuízos acumulados. A Companhia por estratégia dos seus quotistas pode mudar a forma e a estrutura de seu capital, dependendo da economia, com o objetivo de otimizar sua alavancagem financeira. Os quotistas analisam periodicamente a estrutura do capital e a capacidade de liquidar seus passivos e compromissos com o programa exploratório, tomando as providências necessárias para melhorar a liquidez e sua estrutura patrimonial (Nota explicativa 28).

Conforme descrito na Nota explicativa 1, as demonstrações financeiras refletem o capital circulante líquido negativo no montante de R\$2.474 e posição patrimonial e financeira com forte dependência de recursos dos seus controladores no exterior (Grupo Perenco) na forma de empréstimos. Enquanto não são gerados receitas decorrentes do programa exploratório, as operações serão mantidas pelos recorrentes empréstimos dos controladores no exterior. Adicionalmente, em conexão com o processo de pedido de registro de capital na CVM, da nova controladora Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A., a Administração espera obter também os recursos financeiros necessários para a manutenção de suas atividades exploratórias.

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são basicamente aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, conta corrente de blocos exploratórios com o não operador OGX, fornecedores e empréstimos com parte relacionada. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de nenhum tipo.

Em 31 de dezembro de 2010, a classificação dos instrumentos financeiros pode ser resumida conforme tabela a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Conta corrente de blocos exploratórios	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado
Empréstimos com parte relacionada	Custo amortizado

b) Risco de câmbio

A Companhia possui passivos indexados em dólares norte-americanos e euros referentes principalmente a: (i) contas a pagar, (ii) provisões de serviços a liquidar, (iii) empréstimos com parte relacionada e (iv) prestadores de serviços, para os quais não existem instrumentos de proteção (derivativos ou *hedges*) contra eventual flutuação cambial inesperada.

Análise de sensibilidade para variações nas taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2010

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada para 31 de dezembro de 2011:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do dólar em 31 de dezembro de 2010	1,6662	1,6662	1,6662
Empréstimos na moeda estrangeira - US\$	32.612	32.612	32.612
Taxa do dólar estimada para 31 de dezembro de 2011	<u>1,6677</u>	<u>2,0846</u>	<u>2,5015</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em Reais	<u>(49)</u>	<u>(13.646)</u>	<u>(27.242)</u>

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada cujos vencimentos são em 13 de fevereiro de 2012:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do dólar em 31 de dezembro de 2010	1,6662	1,6662	1,6662
Empréstimos na moeda estrangeira - US\$	32.612	32.612	32.612
Taxa do dólar estimada para 13 de fevereiro de 2012	<u>1,6936</u>	<u>2,117</u>	<u>2,5404</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em Reais	<u>(894)</u>	<u>(14.701)</u>	<u>(28.509)</u>

Adicionalmente, a Companhia possui saldos passivos indexados em Euros com partes relacionadas que são realizados em curto prazo (Nota explicativa 17). Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade para estes saldos em aberto para 31 de dezembro de 2011:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do Euro em 31 de dezembro de 2010	2,2280	2,2280	2,2280
Contas a pagar na moeda estrangeira - Euros	1.274	1.274	1.274
Taxa do Euro estimada para 31 de dezembro de 2011	<u>2,3561</u>	<u>2,9451</u>	<u>3,5341</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em Reais	<u>(163)</u>	<u>(914)</u>	<u>(1.664)</u>

As taxas de conversão utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no dia 18 de abril de 2011.

c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, seguindo diretrizes da quotista controladora. A Administração elabora um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação no curto, médio e longo prazos (monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais). A Companhia mitiga o seu risco de liquidez através de captações recorrentes de empréstimos com parte relacionada conforme descrito na Nota explicativa 17. Estes recursos enquanto não utilizados na campanha exploratória são mantidos em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

As tabelas a seguir detalham o prazo remanescente da Companhia para seus passivos financeiros com base no primeiro dia em que a Companhia poderá ser obrigada a pagar:

<u>31 de dezembro de 2010</u>	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Total R\$
Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	254	4.619	-	-	4.873
Conta corrente de blocos exploratórios	5.249	-	-	-	5.249
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(54.338)	(54.338)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(3.011)	-	-	(3.011)
Fornecedores	(4.250)	-	-	(1.500)	(5.750)
Arrendamentos operacionais	(72)	(145)	(347)	(396)	(960)
Total	<u>1.181</u>	<u>1.463</u>	<u>(347)</u>	<u>(56.234)</u>	<u>(53.937)</u>

<u>31 de dezembro de 2009</u>	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Total R\$
Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	212	3.607	-	-	3.819
Conta corrente de blocos exploratórios	3.347	-	-	-	3.347
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(35.520)	(35.520)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(559)	-	-	(559)
Fornecedores	(3.757)	-	-	(3.025)	(6.782)
Arrendamentos operacionais	(20)	(41)	(183)	(960)	(1.209)
Total	<u>(218)</u>	<u>3.007</u>	<u>(183)</u>	<u>(39.505)</u>	<u>(36.904)</u>

<u>31 de dezembro de 2008</u>	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Total R\$
Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	2.146	-	-	-	2.146
Conta corrente de blocos exploratórios	9.981	-	-	-	9.981
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(2.665)	(2.665)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(992)	-	-	(992)
Fornecedores	(3.403)	-	-	(4.517)	(7.920)
Arrendamentos operacionais	(19)	(38)	(169)	(1.204)	(1.430)
Total	<u>8.705</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(169)</u>	<u>(8.386)</u>	<u>(880)</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é aplicável basicamente às transações de reembolsos dos gastos exploratórios com o parceiro não operador OGX conforme descrito nas Notas explicativas 8 e 17 c. No entendimento da Administração este risco é minimizado pelo fato do parceiro ser uma Entidade com alto índice de liquidez e historicamente não possuir inadimplência ou atrasos em suas obrigações com a Companhia.

Com relação às aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários, a Administração procura adotar medidas conservadoras para exposições a crédito, operando com instituições financeiras julgadas pela quotista controladora como de “primeira linha”.

Em relação ao risco de liquidez dos bancos, a Companhia adota como prática a análise de *rating* das instituições financeiras divulgadas pelas principais agências classificadoras de risco (Standard & Poors, Fitch, Moody's e Austin), as informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em seu site e documentos e, também, relatórios disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - *Risk Bank*.

e) Risco de taxa de juros

Risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações na taxa de juros Libor (empréstimos com parte relacionada – Nota explicativa 17). A Companhia não tem contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora a taxa de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

Análise de sensibilidade para variações na taxa de juros Libor em 31 de dezembro de 2010

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada (taxa Libor) para 31 de dezembro de 2011:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa Libor estimada até 31 de dezembro de 2011 - %	0,7820	0,9775	1,1730
Empréstimos em moeda estrangeira - R\$	<u>54.338</u>	<u>54.338</u>	<u>54.338</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e patrimônio líquido até 31 de dezembro de 2011	<u>(425)</u>	<u>(531)</u>	<u>(637)</u>

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada (taxa Libor) cujos vencimentos são em 13 de fevereiro de 2012:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa Libor estimada até o vencimento - %	0,8040	1,0050	1,2060
Empréstimos em moeda estrangeira - R\$	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e patrimônio líquido até 13 de fevereiro de 2012	<u>(402)</u>	<u>(502)</u>	<u>(603)</u>

As taxas Libor utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no dia 18 de abril de 2011.

f) Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, quando aplicáveis, a Administração estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são, substancialmente, similares a análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado, e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A Administração classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo utilizado pela Administração apresenta os seguintes níveis:

- i. Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- ii. Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- iii. Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os títulos e valores mobiliários, no montante de R\$4.619 em 31 de dezembro de 2010 (R\$3.607 em 31 de dezembro de 2009), categorizados pela Administração como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, foram mensurados conforme a hierarquia Nível 2.

A Administração procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros nas datas-bases 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008 e suas considerações são as seguintes:

- Aplicações financeiras - estas são registradas contabilmente usando seus correspondentes valores de mercado (Nota explicativa 4).
- Conta corrente blocos exploratórios e fornecedores - Operações mercantis efetuadas em bases usuais de mercado com terceiros e com recebimento e liquidação em curto prazo. Os saldos contábeis possuem valores similares ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar o período de 60 dias.

- Empréstimo com parte relacionada – empréstimos classificados como custo amortizado com apropriação de encargos financeiros (Libor + *spread* de 2% a.a.) os quais foram contratadas com parte relacionada no exterior. Para fins da divulgação do valor justo destes empréstimos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008 a Administração da Companhia utilizou técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) tendo como premissa de mercado a taxa Libor anual estimada nas datas de balanço (31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008) para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a. O valor justo calculado pela Administração foi de:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor justo do empréstimo com parte relacionada	54.289	35.348	2.543
Valor contábil do empréstimo com parte relacionada (*)	54.338	35.520	2.665

(*) Valorizado de acordo com o descrito na Nota explicativa 2 viii.

23. GARANTIAS E COMPROMISSOS

(i) Garantias solidárias

A Companhia assinou termo de responsabilidade junto à União Federal, conforme definido no Decreto nº 3.161, de 2 de setembro de 1999, para prestação de garantia dos impostos em suspenso em razão da aplicação de regime de admissão temporária para os impostos incidentes sobre a aquisição de equipamentos importados (IPI e II) relacionados à operação de equipamentos utilizados para a exploração de reservas de hidrocarbonetos.

Em caso de acidente, incêndio, naufrágio ou outros sinistros que ocorram durante a operação em questão e a Companhia não tenha dado causa, comprovados mediante laudo técnico emitido por pessoa ou entidade credenciada pela Secretaria da Receita Federal, é admitida a baixa do Termo de Responsabilidade, conforme previsto na legislação vigente.

Até a presente data a Companhia não utilizou este regime de admissão temporária para os impostos incidentes e por isso não possui impostos suspensos.

(ii) Arrendamentos operacionais

A Companhia incorreu em gastos com aluguéis de seu escritório corporativo e da base operacional localizada em Vitória (ES) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008 nos montantes de R\$244, R\$225 e R\$130, respectivamente. Esses contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no indicador de inflação IGP-M e possuem prazos de 3 anos.

Em 31 de dezembro de 2010, com base nas condições vigentes destes contratos descritos acima (vencimento entre junho de 2011 e 2013), os seguintes pagamentos de aluguel são estimados:

	<u>Despesas de aluguel</u>
2011	564
2012	216
2013	<u>180</u>
Total	<u>960</u>

Conforme Nota explicativa 9, a Companhia possui cauções como garantias para os respectivos contratos de aluguel existentes. Adicionalmente, existem duas cartas de fianças no montante total de R\$591 (zero em 31 de dezembro de 2009 e de 2008) referentes a garantias solicitadas por proprietários de apartamentos alugados aos dois executivos expatriados.

(iii) Compromissos com atividades de exploração

Nos termos dos contratos de concessão com a ANP, a Companhia se comprometeu a adquirir bens e serviços de fornecedores brasileiros da seguinte forma:

- Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a fase de exploração, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 70% em terra, 51% em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros e 37% em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do percentual global de conteúdo local contratado na fase de exploração, torna-se obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e sub-itens especificados na planilha fornecida pela Companhia.
- Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a etapa de desenvolvimento, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 77% em terra, 63% em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros, e 55% em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do percentual global de conteúdo local contratado na fase de desenvolvimento, torna-se obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e subitens especificados na planilha fornecida pela Companhia.

Em conexão com o programa exploratório em curso, apresentamos a seguir os principais contratos com fornecedores (não partes relacionadas) em aberto em 31 de dezembro de 2010:

<u>Contratado</u>	<u>Natureza</u>	<u>Valor total</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Ano de expiração</u>
Schlumberger Serv. de Petróleo Ltda.	Serviços e materiais a perfuração	Não definido	30/11/2010	2012
Southern Schlumberger S.A.	Serviços e materiais a perfuração	Não definido	30/11/2010	2012

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação referente ao gasto com retenção de área que monta aproximadamente R\$1.900 até março de 2012 (final do primeiro período exploratório) para todos os blocos. Conforme divulgado na Nota explicativa 11, o prazo desta obrigação é março de 2012 onde será encerrado o primeiro período exploratório. A partir desta data o consórcio pode optar a entrar no segundo período exploratório ou devolver a concessão à ANP. Caso ocorra a confirmação do segundo período exploratório, esta obrigação continuará a ser devida dentro das condições atuais, sendo aproximadamente R\$1.500 por ano até o encerramento desta fase. Caso a Companhia obtenha êxito em sua campanha exploratória e declare comercialidade em seus campos, novos compromissos serão assumidos nas fases de desenvolvimento e produção de acordo com o descrito na Nota explicativa 11.

24. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Serviços de geologia e sísmica 2D e 3D (inclui terceiros e partes relacionadas)	(12.204)	(29.493)	(9.872)
Assinatura BDEP	(389)	(389)	(162)
Serviços de gravimetria e magnetometria	-	(501)	(175)
Serviços de licenciamento ambiental	(669)	(380)	(122)
Pessoal	(1.713)	(1.248)	(329)
Aluguel e outras despesas de ocupação	(493)	(497)	(234)
Despesas de viagem	(475)	(292)	(290)
Suporte operacional de parte relacionada	(2.326)	(1.792)	(1.155)
Despesas de tributos e taxas	(873)	(1.321)	(494)
Outras despesas	<u>(1.453)</u>	<u>(980)</u>	<u>(1.026)</u>
	<u>(20.595)</u>	<u>(36.893)</u>	<u>(13.859)</u>

Classificadas como:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Despesas com atividades de exploração de petróleo	(15.839)	(32.108)	(11.016)
Despesas gerais e administrativas	(4.680)	(4.730)	(2.794)
Outras despesas	<u>(76)</u>	<u>(55)</u>	<u>(49)</u>
	<u>(20.595)</u>	<u>(36.893)</u>	<u>(13.859)</u>

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tinha as seguintes coberturas de seguros:

<u>Tipo</u>	<u>Risco coberto</u>	<u>Importância segurada</u>
Reponsabilidade civil geral	Cobertura para consequências econômicas derivadas de responsabilidade civil por danos pessoais e materiais resultantes de situações vinculadas à atividade da Companhia	1.000
Danos materiais e morais - residencial	Cobertura de danos materiais e morais referentes aos apartamentos de dois expatriados.	1.320
Danos materiais e morais - veículos	Cobertura de danos materiais e morais referentes aos veículos utilizados pelos dois expatriados.	130

26. DIVULGAÇÕES REQUERIDAS RELACIONADAS A DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Conforme descrito na Nota explicativa 11, a Companhia capitaliza os gastos de retenção de área os quais são registrados por competência. Entretanto, a liquidação desta obrigação é realizada apenas no período subsequente. Abaixo descrevemos os valores considerados como “itens não caixa”:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Gastos com retenção de área de concessão	1.525	1.492	1.138

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 18 de abril de 2011, essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia. Tais demonstrações financeiras foram preparadas para o propósito do processo de abertura de capital no Brasil de sua atual controladora Perenco Participações.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reorganização societária

Em função do processo de abertura de capital no Brasil, foram implementadas as seguintes fases de reorganização societária:

- Em 1º de março de 2011, os quotistas da Companhia, naquela data representados por Perenco S.A., aprovaram um aumento de capital de R\$48.966 para R\$69.342, passando este a ser representado por 69.342.297 quotas. Este aumento de capital de R\$20.376 foi composto por: (i) numerário de R\$4.929, (ii) capitalização de parte dos empréstimos em aberto em 1º de março de 2011 cujo saldo contábil era de R\$15.187, e (iii) reversão de prejuízos acumulados de R\$260.
- Ainda em 1º de março de 2011, o Grupo Perenco decidiu adquirir a Entidade V.A.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“V.A.N.S.P.E”), constituída em 13 de setembro de 2010, que terá como propósito no processo de abertura de capital ser a Sociedade emissora das novas ações. Esta entidade não detinha operações entre a data de sua constituição e a data de sua aquisição pelo Grupo Perenco. Como parte dessa reorganização societária, entre outras providências, em 1º de março de 2011, os acionistas da V.A.N.S.P.E aprovaram: (i) a alteração da denominação social para Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.; e (ii) o aumento do seu capital social para R\$69.342, totalmente subscrito pela Perenco Brazil Limited.
- Por fim, ainda em 1º de março de 2011, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. passou a deter 99,99% das quotas da Companhia após a reestruturação societária no Grupo no Brasil, tornando-se então, a partir desta data, sua quotista controladora.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Intermediárias da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

*Demonstrações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo
em 31 de Março de 2011 e Relatório
de Revisão dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Quotistas e Administração da
Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.
Rio de Janeiro – RJ

Revisamos o balanço patrimonial da Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. (“Companhia”) em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas. A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias mencionadas anteriormente não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

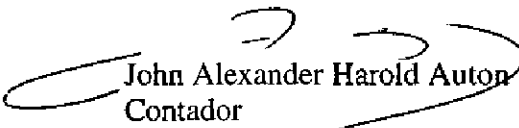
Ênfase

Continuidade

Sem modificar nossa conclusão, conforme descrito na Nota explicativa 1, no trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia ainda não está gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, totalizando prejuízos acumulados no montante de R\$61.211.000, e apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$39.662.000. Adicionalmente, a Companhia apresenta posições patrimonial e financeira que refletem forte dependência de recursos advindos dos seus controladores na forma de empréstimos, cujos valores montam a R\$49.987.000. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso do seu programa exploratório e da viabilidade das reservas minerais. As demonstrações financeiras intermediárias apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Companhia e recorrente suporte financeiro dos seus controladores no exterior. A falta dos referidos recursos financeiros pode levantar dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/3/2011 (não auditado)	31/12/2010
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.331	254
Títulos e valores mobiliários	5	2.380	4.619
Impostos e contribuições a recuperar		143	97
Estoques	6	5.798	1.748
Despesas antecipadas	7	194	292
Conta corrente de blocos exploratórios	8	968	5.249
Outros ativos circulantes		52	27
Total do ativo circulante		<u>17.866</u>	<u>12.286</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos e cauções	9	189	185
Imobilizado	10	1.214	987
Intangível	11	<u>49.095</u>	<u>48.723</u>
Total do ativo não circulante		<u>50.498</u>	<u>49.895</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>68.364</u></u>	<u><u>62.181</u></u>
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	978	5.775
Provisões para gastos com exploração	13	3.538	4.462
Contas a pagar com partes relacionadas	17	2.733	3.011
Empréstimos com parte relacionada	17	49.987	-
Impostos e contribuições a recolher	14	-	1.376
Outros passivos circulantes		292	136
Total do passivo circulante		<u>57.528</u>	<u>14.760</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	2.705	3.583
Empréstimos com parte relacionada	17	-	54.338
Total do passivo não circulante		<u>2.705</u>	<u>57.921</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	16	69.342	48.966
Prejuízos acumulados		<u>(61.211)</u>	<u>(59.466)</u>
		<u>8.131</u>	<u>(10.500)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u><u>68.364</u></u>	<u><u>62.181</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por quotas)

	Notas <u>explicativas</u>	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com atividades de exploração de petróleo	18	(1.805)	(2.617)
Despesas gerais e administrativas	19	(1.372)	(669)
Outras despesas		<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(3.179)</u>	<u>(3.288)</u>
RECEITA FINANCEIRA	20	1.173	121
DESPESA FINANCEIRA	20	(475)	(822)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(2.481)</u>	<u>(3.989)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferidos	21	<u>785</u>	<u>220</u>
PREJUÍZO DO TRIMESTRE		<u>(1.696)</u>	<u>(3.769)</u>
PREJUÍZO POR QUOTA DO CAPITAL BÁSICO E DILUÍDO EM REAIS	16d	<u>(0,03)</u>	<u>(0,08)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011**
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2010		48.966	(41.482)	7.484
Efeito decorrente de transação com controladora		-	189	189
Prejuízo do trimestre		-	(3.769)	(3.769)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2010 (não auditado)		48.966	(45.062)	3.904
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2011		48.966	(59.466)	(10.500)
Aumento de capital - Numerário	16	4.929	-	4.929
Aumento de capital - Capitalização de empréstimos	16	15.187	-	15.187
Aumento de capital - Reversão de prejuízos acumulados	2.ix	260	(260)	-
Efeito decorrente de transação com controladora	2.ix	-	211	211
Prejuízo do trimestre		-	(1.696)	(1.696)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 (não auditado)		69.342	(61.211)	8.131

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Notas <u>explicativas</u>	<u>31/3/2011</u> <u>(não auditado)</u>	<u>31/3/2010</u> <u>(não auditado)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do trimestre		(1.696)	(3.769)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do trimestre com o caixa aplicado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10	51	24
Juros		376	275
Variação cambial, líquida	20	(962)	507
Outros		2	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(785)	(220)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	5	2.239	-
Impostos e contribuições a recuperar		(46)	(33)
Estoques	6	(4.050)	-
Conta corrente de blocos exploratórios		4.281	(269)
Depósito e cauções		(4)	(3)
Outros ativos circulantes		10	(232)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	12	(3.655)	(2.574)
Provisões para gastos com exploração	13	(924)	3.896
Contas a pagar com partes relacionadas		(278)	389
Impostos e contribuições a recolher		(1.376)	(10)
Outros passivos circulantes		156	445
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(6.661)</u>	<u>(1.572)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições:			
No imobilizado e intangível	10/11	<u>(1.800)</u>	<u>(1.111)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.800)</u>	<u>(1.111)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	16	4.929	-
Empréstimo com parte relacionada	17	11.609	5.613
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>16.538</u>	<u>5.613</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO PERÍODO		<u>8.077</u>	<u>2.930</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	4	254	3.819
Caixa e equivalentes de caixa no fim do trimestre	4	<u>8.331</u>	<u>6.749</u>
		<u>8.077</u>	<u>2.930</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PERENCO PETRÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 (NÃO AUDITADO) (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. (“Companhia” ou “Perenco”), com sede no Rio de Janeiro, RJ, foi constituída em 3 de janeiro de 2008; seu principal quotista em 31 de março de 2011 é a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A. (“Perenco Participações”). A Perenco Participações é uma subsidiária da Perenco Brazil Limited. (“Grupo Perenco”), esta sediada no Reino Unido. A Companhia tem os seguintes objetos sociais:

- (i) Exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- (ii) Importação, exportação, refino, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo, gás natural, biocombustíveis e de todas as formas de energia, bem como de produtos derivados de petróleo;
- (iii) Contratação de empréstimos;
- (iv) Prestação de garantias;
- (v) Participação em consórcios ou em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista.

Em função do estágio atual das operações da Companhia (fase de exploração), todas as atividades listadas anteriormente estão em curso, exceto as dos tópicos (ii) e (iv).

Na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (“ANP”) ocorrida em 27 de novembro de 2007, a Perenco S.A., antiga controladora da Companhia, em consórcio com a OGX Petróleo e Gás Ltda. (“OGX”), adquiriu as concessões dos Blocos Exploratórios BM-ES-37, BM-ES-38, BM-ES-39, BM-ES-40, BM-ES-41, localizados na bacia do Espírito Santo (BM-ES).

Em 12 de março de 2008, a Perenco Ltda., em conjunto com a OGX, obteve a adjudicação de concessão de cinco blocos exploratórios na bacia do Espírito Santo como resultado da licitação na nona rodada da ANP. Os contratos de concessão têm duração de até 33 anos, compreendendo duas fases: (1) exploração e (2) produção. A fase de exploração pode durar até 6 anos, dividida em dois períodos, enquanto a fase de produção, que inclui a etapa de desenvolvimento, pode durar até 27 anos (os prazos poderão ser reduzidos ou prorrogados, de acordo com os termos dos referidos contratos).

Em seguida, em 13 de março de 2008, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. e a OGX celebraram cinco contratos de consórcio, referentes aos blocos exploratórios adquiridos conjuntamente, a fim de estabelecer os termos e as condições associados à participação de cada uma das partes nos direitos exploratórios nas concessões.

Abaixo descrevemos os principais aspectos definidos nesses contratos de consórcio:

- A Companhia foi designada como operadora.
- Os adiantamentos serão realizados pela OGX ao operador com base em estimativas de gastos para o mês subsequente.
- Constituição do Comitê de Operações composto por 1 membro indicado por consorciado (Companhia e OGX).
- As decisões referentes à administração do consórcio são tomadas pelo Comitê de Operações.
- Os direitos aos ativos comuns, incluindo eventual produção de petróleo, devem seguir a participação de cada consorciado (50% cada).
- Os registros contábeis do consórcio serão mantidos pelo operador seguindo os princípios contábeis brasileiros; entretanto, os consorciados manterão seus registros contábeis em separado, seguindo as suas participações (50% cada).
- Os consorciados não poderão objetivar a separação ou venda dos ativos comuns sem acordo firmado entre as partes.
- Não existem limitações na venda de eventual produção de petróleo quando da fase de produção.

Como parte do programa exploratório apresentado à ANP, a Companhia é obrigada a realizar a perfuração de dois poços até março de 2012 (campanha de perfuração). A perfuração dos 2 poços é estimada para ocorrer ainda em 2011. Com esse objetivo, a Companhia iniciou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e manteve no trimestre corrente, compras de materiais e suprimentos (estoques). Outros compromissos já firmados encontram-se descritos na Nota explicativa 23.

A Perenco Ltda. figura como parte indiretamente afetada pela ação civil pública (Processo nº 2006.33.10.003529-0) movida pelo Ministério Público Federal contra a ANP, em trâmite perante a Vara Federal de Eunápolis, para impedir qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos, inclusive a fase sísmica, bem como a licitação de novos blocos e perfuração de novos poços, em um raio de 50 km em torno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e adjacências. Houve sentença em primeira instância dando provimento ao pedido do Ministério Público Federal, cujos efeitos encontram-se atualmente suspensos em razão de decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Embora não seja parte do processo, a Perenco Ltda. tem interesse no efeito na medida em que parte dos Blocos BM-ES-37 (ES-M 416) e BM-ES-38 (ES-M 418) está localizada dentro da área abrangida pela sentença de primeira instância. A Petrobras, ANP, IBAMA e ICMBio opuseram embargos de declaração à sentença de 1ª instância, pelos quais solicitaram esclarecimento, entre outros, sobre os blocos atingidos pela sentença em questão. Os embargos de declaração foram rejeitados pelo juiz de 1ª instância. Em razão da decisão preliminar do Presidente do Tribunal Regional Federal, a ação judicial não tem impacto em relação aos blocos BM-ES-37 e BM-ES-38 e respectivos processos de licenciamento ambiental para perfuração de poços, conforme cronograma de exploração para a área.

Em 31 de março de 2011, a Companhia ainda não está gerando receitas decorrentes de seu programa exploratório, totalizando prejuízos acumulados no montante de R\$61.211, e apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$39.662. Adicionalmente, a Companhia apresenta posições patrimonial e financeira que refletem forte dependência de recursos advindos dos seus controladores no exterior (Grupo Perenco) na forma de empréstimos, cujos valores montam a R\$49.987.

A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso do seu programa exploratório e da viabilidade das reservas minerais. As demonstrações financeiras intermediárias apresentadas não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual não viabilidade futura dos programas exploratórios em curso, e foram preparadas considerando-se a continuidade normal dos negócios da Companhia e recorrente suporte financeiro dos seus controladores no exterior. A falta dos referidos recursos primários pode levantar dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia.

Conforme descrito na Nota explicativa 16, a Companhia, durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, passou por um processo de reestruturação societária que visa ao pedido de registro de capital aberto das operações brasileiras do Grupo Perenco.

Estas demonstrações financeiras precisam ser analisadas dentro desse contexto operacional.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Estas seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), incluindo os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Os resultados apresentados até o trimestre findo em 31 de março de 2011 não são necessariamente um indicativo do resultado do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011.

Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM de sua controladora Perenco Participações.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinação dos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro (R\$) como moeda funcional e de apresentação.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada tendo em vista não existirem transações registradas como outros resultados abrangentes e, conseqüentemente, o prejuízo apurado no período não divergir do resultado abrangente.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como se segue:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Refletem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos da data de sua contratação e com risco insignificante de mudanças de valor. Refletem valores mantidos pela Administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou afins.

ii. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos e/ou utilizados na campanha de perfuração exploratória. Estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável (Nota explicativa 6).

iii. Imobilizado

Composto principalmente por ativos imobilizados corporativos localizados no escritório do Rio de Janeiro que são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicáveis. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

iv. Exploração e avaliação de reservas minerais

A Companhia, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - *“Exploration for and evaluation of mineral resources”*.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão de área (bônus de assinatura) e respectivos gastos com sua retenção são capitalizados como ativo intangível;
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura e respectivos gastos com sua retenção são registrados na demonstração do resultado em despesas com atividades de exploração de petróleo (despesas com geologia e geofísica, sísmica, taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso, despesas com pessoal e outros).

Os atuais gastos exploratórios representados pelos bônus de assinaturas e gastos com retenção de área de concessão serão amortizados utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas (se identificadas), limitadas ao período da concessão. Essas reservas serão estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia, de acordo com padrões internacionais, e serão revisadas anualmente ou quando se identificarem alterações significativas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar “fatos e circunstâncias” que ensejariam a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses ativos, sendo estes:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiro;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais sem gerar descobertas comercialmente viáveis e decisão da Administração de descontinuar esses esforços em determinadas áreas/blocos específicos;
- Existência de informações suficientes que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com a avaliação qualitativa descrita e com o estágio inicial da campanha exploratória nos blocos, a Administração entende que não existe a necessidade de se efetuar provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos exploratórios registrados como intangível.

v. Custos de empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis à aquisição de ativos não circulantes qualificáveis, os quais podem levar necessariamente um período de tempo substancial para ficarem prontos para o uso pretendido, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos. As receitas financeiras decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos ainda não despendidos com os ativos qualificáveis são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

vi. Tributação

A tributação sobre o lucro, quando aplicável, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ambos reconhecidos pelo regime de competência.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Estes são reconhecidos em função de diferenças intertemporais (sistemática variação cambial por “caixa”, reconhecimento de despesas de juros pelo método de juros efetivos decorrentes da mensuração dos empréstimos com parte relacionada ao seu valor justo na data do recebimento dos recursos financeiros, entre outras), diferenças entre base contábil e fiscal prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, e quando julgados pela Administração como realizáveis (créditos fiscais diferidos). Em face do histórico de prejuízos acumulados, a Administração reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social limitados apenas a 30% do saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os 30% refletem o limite de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas bases tributáveis, conforme legislação tributária brasileira.

A Companhia tem como principais tributos os impostos sobre importação de serviços, principalmente referentes a partes relacionadas, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	15%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Imposto sobre Serviços (ISS)	5%
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	10%

vii. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos àquela obrigação.

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos e avaliação da Administração. Quando a avaliação pressupõe chances de perda prováveis, são constituídas as devidas provisões relacionadas aos referidos riscos. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis, os riscos contingenciais são divulgados em Nota explicativa, mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros (Nota explicativa 15).

viii. Empréstimos com parte relacionada

Empréstimos tomados com parte relacionada são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos ao seu valor justo, utilizando-se da técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado tendo como premissas de mercado a taxa Libor anual estimada na data do recebimento dos recursos para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a.

Em seguida, os empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, acrescidos de variação cambial e juros de mercado apropriados até a data do balanço (Nota explicativa 17). Esses encargos financeiros são registrados na conta de resultado financeiro (Nota explicativa 20).

A diferença entre o valor nominal e o valor justo dos empréstimos tomados com parte relacionada no recebimento do recurso é registrada contra patrimônio líquido na conta de prejuízos acumulados do correspondente efeito tributário (imposto de renda e contribuição social diferidos).

Na capitalização de empréstimos com parte relacionada, quando aplicável e relevante, na data do evento, o valor justo dos empréstimos é mensurado e a diferença entre esse valor e o valor contábil pelo custo amortizado é registrada na demonstração do resultado, líquido dos correspondentes reflexos tributários diferidos.

ix. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Gastos exploratórios, tais como despesas com geologia e geofísica, sísmica, licenciamento ambiental e despesas com pessoal são registrados no resultado. As despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços de terceiros e partes relacionadas. As receitas registradas por competência referem-se aos rendimentos auferidos das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e à variação cambial credora sobre os empréstimos com parte relacionada. As despesas financeiras refletem principalmente os juros apropriados e variação cambial devedora sobre os empréstimos com parte relacionada.

x. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

I. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas Notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

II. **Principais fontes de incertezas nas estimativas**

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

- **Vidas úteis dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na Nota explicativa 2.b.iii, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

- **Avaliação de instrumentos financeiros**

Conforme descrito na Nota explicativa 22.f), a Administração usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

- Impostos diferidos

Imposto diferido ativo é apenas reconhecido na extensão em que existe passivo tributável diferido (maiores detalhes sobre impostos diferidos ativos e passivos na Nota 21) uma vez que não existe histórico de lucratividade. A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$67.263 em 31 de março de 2011. Esses prejuízos não prescrevem e a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

- Intangível

Gastos de exploração (bônus de assinatura e respectivos gastos de retenção de área) são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.b.iv. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção é baseada no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejadas pelo comitê de operações do consórcio. Em 31 de março de 2011, o valor contábil dos gastos de exploração registrados como intangível era de R\$48.938.

xi. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

I. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, quando aplicáveis, nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros tais como títulos e valores mobiliários são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem aos ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda são usualmente reconhecidas em “Outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica “Reserva de reavaliação de investimentos”. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta “Reserva de reavaliação de investimentos” é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

II. Passivos financeiros

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros gerenciados em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

- Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos com parte relacionada) são mensurados pelo valor justo na data do recebimento dos recursos e posteriormente pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

III. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar os juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receitas e despesas são reconhecidas com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

xii. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento (IFRS 8) requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Entidade que sejam regularmente revisados pelo principal gestor das operações, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. O principal gestor das operações da Companhia e da Subsidiária é o Diretor Presidente, que analisa os relatórios externos relacionados às campanhas exploratórias localizadas na bacia do Espírito Santo. Neste sentido, a Administração efetuou análise e concluiu que a Perenco Ltda. opera com um único segmento, E&P (Exploração e Produção), e uma única área geográfica, bacia do Espírito Santo, não sendo aplicável a divulgação de uma Nota explicativa específica.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES DE IFRS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADOS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

Modificações e melhorias em vigor no período corrente

As modificações e melhorias a seguir passaram a ser obrigatórias para a Companhia a partir de 1º de janeiro de 2011 mas não impactaram as demonstrações financeiras ora apresentadas:

- Melhorias no IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*;
- Melhorias no IAS 27 – *Consolidated and Separate Financial Statements*;
- Modificação da IAS 32 sobre classificação de direitos, opções e garantias;
- Melhorias no IAS 34 – *Interim Financial Reporting*;
- Melhorias no IFRS 1 – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*;
- Melhorias no IFRS 3 – *Business Combinations*;
- Melhorias no IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*;
- Melhorias no IFRIC 13 – *Customer Loyalty Programmes*;
- Modificação da IFRIC 14 sobre pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento;

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listados a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC, até 31 de março de 2011 não havia editado os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas nesta Nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

a) Modificação da IFRS 7 para melhorias nos requerimentos de divulgações sobre transferências de ativos financeiros

Em 7 de outubro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, contendo melhorias que aumentam os requerimentos de divulgações sobre transferências de ativos financeiros. Não foi alterada a orientação para a baixa de ativos financeiros que consta na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, que foi incorporada na versão revisada da IFRS 9 – *Financial Instruments*. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em 1º de julho de 2011 ou após essa data, e a adoção antecipada é permitida. Não são requeridas divulgações para qualquer período apresentado que se inicia antes da data de adoção obrigatória das modificações.

As modificações na IFRS 7 requerem melhorias no atual nível de divulgação quando um ativo é transferido mas não é baixado, e introduz novas divulgações para ativos que são baixados, mas a Entidade continua a ter uma exposição contínua ao ativo após a venda. O objetivo das mudanças é permitir melhor entendimento da relação entre os ativos financeiros transferidos e as obrigações financeiras e os riscos associados com esses ativos.

b) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (revisada em 2010)

Em novembro de 2009 foi emitida a IFRS 9 – *Financial Instruments* e, em 28 de outubro de 2010, o IASB emitiu uma versão revisada dessa norma, mantendo os requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros conforme versão publicada em novembro de 2009 e incluindo orientação sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. Como parte da reestruturação da IFRS 9, o IASB também incorporou na norma revisada a orientação sobre baixa de instrumentos financeiros e o respectivo guia de implementação contidos na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao fim dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao fim dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo por meio do resultado) atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em, ou aumente, o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo por meio do resultado foi reconhecido no resultado.

A versão revisada da IFRS 9 tem a mesma data de adoção obrigatória que a sua versão anterior, 1º de janeiro de 2013. A versão revisada permite a adoção antecipada, mas se uma entidade decide aplicar a orientação relativa à classificação e mensuração de passivos financeiros antecipadamente, ela deve também aplicar qualquer outro requerimento da IFRS 9 que tenha sido anteriormente finalizado naquele momento. A norma revisada deve ser aplicada retrospectivamente de acordo com a IAS 8.

c) Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos: Recuperação dos ativos subjacentes

Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 – *Income Taxes* denominada *Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, e a adoção antecipada é permitida.

A Administração da Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção das alterações anteriormente descritas e dessas melhorias, não sendo esperados impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	1.490	160
Aplicações financeiras	<u>6.841</u>	<u>94</u>
Total	<u>8.331</u>	<u>254</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (“CDB”). Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía aplicações em CDB com taxa de remuneração de 75% a 101,75% do CDI.

Essas aplicações financeiras refletem valores mantidos pela Administração com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo no programa exploratório e não para investimentos ou afins. Apresentam liquidez imediata (não superiores a 90 dias da data de contratação) e seus valores de mercado são similares aos seus valores registrados contabilmente.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha operações compromissadas lastreadas em debêntures com taxa de remuneração de 100% do CDI, sendo reconhecidas pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>
Itaú - BFB Leasing S.A. Arrendamento	2.380	3.968
Itaú - Dibens Leasing S.A. Arrendamento	<u>-</u>	<u>651</u>
Total	<u>2.380</u>	<u>4.619</u>

6. ESTOQUES

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>
Materiais e suprimentos	5.345	962
Adiantamentos a fornecedores	<u>453</u>	<u>786</u>
Total	<u>5.798</u>	<u>1.748</u>

Adiantamentos a fornecedores refletem compras de materiais e suprimentos que serão utilizados na perfuração do primeiro poço exploratório estimada para ocorrer em 2011, conforme mencionado na Nota explicativa 1.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Refletem o termo aditivo de autorização de uso do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) da ANP firmado entre a Companhia e essa autarquia em 13 de setembro de 2010, com período de vigência de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011. Essas despesas são apropriadas ao resultado pelo período de vigência do aditivo.

8. CONTA CORRENTE DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS

Em conexão com os contratos de consórcio (Nota explicativa 1), esses saldos representam a participação do parceiro OGX nos gastos exploratórios incorridos nos blocos operados pela Companhia, líquida dos aportes de caixa recebidos (*cash calls*), quando aplicáveis. Esses saldos a receber são realizados pela OGX em curtíssimo prazo, não havendo incidência de juros.

Até o momento não existiu qualquer discussão entre os parceiros sobre a realização desses gastos exploratórios a serem reembolsados. Sendo assim, a Administração não registrou perda sobre quaisquer desses créditos com a OGX ao longo dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010.

9. DEPÓSITOS CAUÇÕES

Representam basicamente garantias para o aluguel do escritório da Companhia e para as residências de funcionários expatriados (Nota explicativa 23).

10. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	31/3/2011 (não auditado)		31/12/2010	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	216	(23)	193	169
Equipamentos diversos	10	43	(13)	30	21
Veículos	20	369	(89)	280	298
Equipamentos de informática	20	499	(110)	389	222
Beneficentárias em imóveis de terceiros	33	<u>354</u>	<u>(32)</u>	<u>322</u>	<u>277</u>
Total		<u>1.481</u>	<u>(267)</u>	<u>1.214</u>	<u>987</u>

Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

<u>Movimentação - Custo</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/3/2010</u> <u>(não auditado)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2010</u>
Móveis e utensílios	76	-	(1)	75	112	-	187
Equipamentos diversos	28	-	-	28	6	-	34
Veículos	157	-	-	157	212	-	369
Equipamentos de informática	175	-	(2)	173	141	(1)	313
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35</u>	<u>269</u>	<u>-</u>	<u>304</u>
Total	<u>471</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>468</u>	<u>740</u>	<u>(1)</u>	<u>1.207</u>

<u>Movimentação - Depreciação</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/3/2010</u> <u>(não auditado)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2010</u>
Móveis e utensílios	(8)	(2)	-	(10)	(8)	-	(18)
Equipamentos diversos	(7)	(1)	-	(8)	(5)	-	(13)
Veículos	(24)	(8)	-	(32)	(39)	-	(71)
Equipamentos de informática	(51)	(9)	-	(60)	(31)	-	(91)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(15)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>(27)</u>
Total	<u>(105)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(128)</u>	<u>(92)</u>	<u>-</u>	<u>(220)</u>

<u>Movimentação - Custo</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/3/2011</u> <u>(não auditado)</u>
Móveis e utensílios	187	29	-	216
Equipamentos diversos	34	15	(6)	43
Veículos	369	-	-	369
Equipamentos de informática	313	186	-	499
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>304</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>354</u>
Total	<u>1.207</u>	<u>280</u>	<u>(6)</u>	<u>1.481</u>

<u>Movimentação - Depreciação</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/3/2011</u> <u>(não auditado)</u>
Móveis e utensílios	(18)	(5)	-	(23)
Equipamentos diversos	(13)	(3)	3	(13)
Veículos	(71)	(18)	-	(89)
Equipamentos de informática	(91)	(19)	-	(110)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(27)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(32)</u>
Total	<u>(220)</u>	<u>(50)</u>	<u>3</u>	<u>(267)</u>

Compostos principalmente por ativos imobilizados corporativos localizados no escritório do Rio de Janeiro.

11. INTANGÍVEL

	<u>Taxas anuais de amortização (%)</u>	<u>31/3/2011</u> <u>(não auditado)</u>	<u>31/12/2010</u>
Bônus de assinatura (direitos de concessão)	-	44.400	44.400
Gastos com retenção de área de concessão	-	4.538	4.155
Direitos de uso de software	20%	208	208
Amortização acumulada de direitos de uso de software	-	<u>(51)</u>	<u>(40)</u>
Total		<u>49.095</u>	<u>48.723</u>

Movimentação	Saldo			Saldo			Saldo
	31/12/2009	Adições	Baixas	31/3/2010 (não auditado)	Adições	Baixas	
Bônus de assinatura (direitos de concessão)	44.400	-	-	44.400	-	-	44.400
Gastos com retenção de área de concessão	2.630	381	-	3.011	1.144	-	4.155
Direitos de uso de software	92	-	-	92	116	-	208
Amortização acumulada de direitos de uso de software	(15)	(5)	-	(20)	(20)	-	(40)
Total	<u>47.107</u>	<u>376</u>	-	<u>47.483</u>	<u>1.240</u>	-	<u>48.723</u>

Movimentação	Saldo			Saldo		
	31/12/2010	Adições	Baixas	31/3/2011 (não auditado)		
Bônus de assinatura (direitos de concessão)	44.400	-	-	44.400		
Gastos com retenção de área de concessão	4.155	383	-	4.538		
Direitos de uso de software	208	-	-	208		
Amortização acumulada de direitos de uso de software	(40)	(11)	-	(51)		
Total	<u>48.723</u>	<u>372</u>	-	<u>49.095</u>		

Concessões obtidas em leilões da ANP

A Companhia, por meio dos consórcios especificamente constituídos com essa finalidade, obteve junto à ANP o direito de iniciar as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nos termos dos Editais de Licitação emitidos pela ANP, nas áreas mencionadas a seguir (atualmente em fase de exploração):

Localização da área	Programa exploratório mínimo	Bônus de assinatura (parcela da Companhia – 50%) R\$
BM-ES-37	Sísmica: 700km 3D - Aquisição Sísmica: 700km 3D - PSDM Poços 1º Período: 1 Poços 2º Período: 1	20.100
BM-ES-38	Sísmica: 700km 3D - Aquisição Sísmica: 700km 3D - PSDM Poços 1º Período: 1 Poços 2º Período: 1	20.100
BM-ES-39	Sísmica: 253km 2D - Aquisição Sísmica: 253km 2D - PSDM Sísmica: 500km 3D - Aquisição Sísmica: 500km 3D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período: 1	1.800
BM-ES-40	Sísmica: 643km 2D - Aquisição Sísmica: 643km 2D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período: 1	1.250
BM-ES-41	Sísmica: 757km 2D - Aquisição Sísmica: 757km 2D - PSDM Poços 1º Período:- Poços 2º Período: 1	<u>1.150</u>
Total		<u>44.400</u>

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia, para garantir essas obrigações relativas ao Programa Exploratório Mínimo, forneceu à ANP quatro cartas de fiança de instituições financeiras no valor total de R\$37.222 para os Blocos BM-ES-37, BM-ES-38, BM-ES-39, BM-ES-40 e BM-ES-41. O montante de garantias financeiras para a segunda fase do programa exploratório será determinado antes do início da referida fase, de acordo com as práticas de mercado vigentes.

As seguintes participações governamentais deverão ser pagas pela Companhia (valores expressos em reais por km²):

BM-ES-37	BM-ES-38	BM-ES-39	BM-ES-40	BM-ES-41
<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.	<i>Royalties</i> – No montante de 10% da produção de petróleo e gás natural em cada campo na área de concessão, a partir da data de início da produção.
Participação especial – No montante definido no Decreto das Participações.	Participação especial – No montante definido no Decreto das Participações.	Participação especial – No montante definido no Decreto das Participações.	Participação especial – No montante definido no Decreto das Participações.	Participação especial – No montante definido no Decreto das Participações.
<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7,787,60 (reais).	<u>Pagamento pela retenção da área de concessão</u> – (I) Na fase de exploração - no montante de R\$778,76 (reais) por km ² ou fração de área de concessão. (II) No período de desenvolvimento da fase de produção - no montante de R\$1.557,52 (reais). (III) Na fase de produção – no montante de R\$7,787,60 (reais).

Em função da Companhia estar na fase de exploração, a única participação governamental devida é o gasto com retenção de área que totalizou, no período de três meses findo em 31 de março 2011, o montante de R\$383 (R\$381 para o trimestre findo em 31 de março de 2010). O pagamento dessa obrigação é realizado anualmente sempre no exercício subsequente (Notas explicativas 23 e 26). A Companhia possui tal obrigação até março de 2012, quando será encerrado o primeiro período exploratório. A partir dessa data, o consórcio pode optar por entrar no segundo período exploratório ou devolver a concessão à ANP. Caso ocorra a confirmação do segundo período exploratório, essa obrigação continuará a ser devida dentro das condições atuais.

A rescisão do contrato de concessão se dará (i) na hipótese de o concessionário incorrer em inadimplemento grave de suas obrigações e não saná-lo dentro do prazo fixado pela ANP (mínimo de 90 dias); ou (ii) na hipótese de o concessionário, ou algum de seus integrantes, ser declarado falido, insolvente ou requerer recuperação judicial. O concessionário responderá pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e rescisão, bem como deverá devolver a área de concessão que detiver.

12. FORNECEDORES

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>
ANP	766	3.050
Westerngeco Serviços de Sísmica Ltda.	89	2.264
AGR Peak Consultancy Services	88	-
Outros pulverizados	<u>35</u>	<u>461</u>
Total	<u>978</u>	<u>5.775</u>

O saldo a pagar à ANP refere-se à obrigação pela retenção das áreas de concessão durante o trimestre (Nota explicativa 11). Os outros passivos registrados referem-se a serviços prestados na primeira campanha exploratória com prazo máximo de pagamento de 30 dias a partir da emissão da nota fiscal pelo prestador de serviço.

13. PROVISÕES PARA GASTOS COM EXPLORAÇÃO

	<u>31/3/2011</u> <u>(não auditado)</u>	<u>31/12/2010</u>
Suporte operacional e administrativo prestado por parte relacionada	2.227	1.288
Impostos incidentes sobre suporte operacional	1.311	760
Geologia e geofísica	-	908
Taxas de meio ambiente	-	1.143
Outras	-	363
Total	<u>3.538</u>	<u>4.462</u>

As provisões referem-se a: (i) suporte prestado mensalmente pela Perenco Holdings às operações de exploração no Brasil, (ii) serviços prestados de estudos de sísmicas 2D e 3D ocorridos no mês de encerramento do balanço, (iii) gastos incorridos com taxas de licença ambiental relacionadas às atividades exploratórias em curso e (iv) gastos administrativos. Essas provisões são constituídas de acordo com a campanha exploratória e pelo fato de essas atividades ainda não se encontrarem sustentadas por notas fiscais emitidas pelos fornecedores e partes relacionadas.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Referem-se basicamente aos impostos incidentes na importação de serviços (imposto de renda, PIS, COFINS, ISS e CIDE) com partes relacionadas e que já se encontram sustentados por documentação legal (*invoices*).

15. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Administração, consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos, declara não ser parte, em 31 de março de 2011 (não auditado) e 31 de dezembro de 2010, de processos judiciais ou administrativos existentes que possam fluir para a Companhia trazendo impactos às suas operações e às suas demonstrações financeiras intermediárias ora apresentadas. Adicionalmente, a Companhia não tem ativos contingentes contabilizados ou em discussão.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital social

As seguintes alterações societárias foram realizadas entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011:

- Em 1º de março de 2011, os quotistas da Companhia, naquela data representados por Perenco S.A., aprovaram aumento de capital de R\$48.966 para R\$69.342, passando este a ser representado por 69.342.297 quotas. Esse aumento de capital de R\$20.376 foi composto por: (i) numerário de R\$4.929, (ii) capitalização de parte dos empréstimos com parte relacionada em aberto em 1º de março de 2011 cujo saldo contábil era de R\$15.187, e (iii) reversão de prejuízos acumulados de R\$260.

- Também em 1º de março de 2011, a Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A., após reestruturação societária no Grupo no Brasil, passou a deter 99,99% das suas quotas, tornando-se então, a partir dessa data, sua controladora.

Em 31 de março de 2011 (não auditado), o capital social da Companhia é representado pelas seguintes quotas autorizadas e totalmente integralizadas:

Perenco Petróleo e Gás do Brasil Participações S.A.	69.342.296
Roland Fox	<u>1</u>
	<u>69.342.297</u>

b) Política de dividendos

O contrato social da Companhia determina que a Assembleia Geral tem o poder de decidir sobre a destinação do lucro líquido, após a absorção de prejuízos acumulados e as deduções legais, apurado em cada exercício. Em função dos prejuízos acumulados existentes, a Companhia, até essa data, não efetuou qualquer distribuição de dividendos.

c) Prejuízo por quota básico e diluído (“Resultado por Ação” – CPC 41/IAS 33)

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
Prejuízo dos trimestres	(1.696)	(3.769)
Número de quotas (lote de mil) (*)	<u>55.984</u>	<u>48.966</u>
Prejuízo por quota em Reais	<u>(0,03)</u>	<u>(0,08)</u>

(*) Média ponderada do número de quotas ao longo dos trimestres.

A Companhia não tem instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por quotas.

17. PARTES RELACIONADAS

a) Operações mercantis

As transações com partes relacionadas referem-se a operações mercantis e empréstimos sustentados por contratos entre as partes, sendo os saldos patrimoniais decorrentes de tais transações como se segue:

	Contas a pagar – Empresas ligadas		Provisões para gastos com exploração (Nota explicativa 13)		Empréstimos - Controladora	
	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>
Perenco Holdings (a)	2.585	2.712	2.227	1.288	-	-
Perenco S.A. (c) (d)	55	178	-	-	49.987	54.338
Perenco France (b)	93	120	-	-	-	-
Perenco Peru	-	<u>1</u>	-	-	-	-
Total	<u>2.733</u>	<u>3.011</u>	<u>2.227</u>	<u>1.288</u>	<u>49.987</u>	<u>54.338</u>

Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda.

- (a) Empresa sediada no Reino Unido. Contas a pagar e provisões indexados à variação do euro sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se ao suporte prestado pela Perenco Holdings às operações de exploração no Brasil e gastos administrativos refletindo custos incorridos pela parte relacionada no exterior a serem reembolsados pela Companhia.
- (b) Empresa sediada na França. Contas a pagar indexadas à variação do euro sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se a reembolsos de custos administrativos inerentes à operação no Brasil incorridos pela parte relacionada no exterior.
- (c) Em 31 de março de 2011 o saldo de empréstimos entre a Companhia e a Perenco S.A. (empresa sediada em Bahamas) é indexado à variação do dólar norte-americano e reflete apropriação de juros (Libor + 2% a.a.). Esses empréstimos têm como objetivo financiar a campanha exploratória da Companhia e têm vencimento em 13 de fevereiro de 2012. Em 1º de março de 2011, os quotistas da Companhia, naquela data representados por Perenco S.A., aprovaram aumento de capital capitalizando parte do saldo passivo em aberto de empréstimos mantidos entre a subsidiária e a sua entidade controladora Perenco S.A. no valor de R\$15.187 (R\$260 de reserva de capital, totalizando R\$15.447).
- (d) Empresa sediada em Bahamas. Contas a pagar indexadas à variação do dólar norte-americano sem incidência de juros e outras taxas com liquidação em curto prazo. Referem-se a reembolsos de custos administrativos inerentes à operação no Brasil, incorridos pela parte relacionada no exterior.

Os correspondentes reflexos das operações mercantis e empréstimos com partes relacionadas nas demonstrações de resultado são como se segue:

	Despesas com atividades de exploração de petróleo		Despesas gerais e administrativas		Resultado financeiro	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)
Perenco Holdings	(282)	(381)	-	-	58	43
Perenco S.A.	-	-	(139)	(79)	591	(825)
Perenco France	-	-	(97)	(68)	-	2
Total	<u>(282)</u>	<u>(381)</u>	<u>(236)</u>	<u>(147)</u>	<u>649</u>	<u>(780)</u>

Em conexão com seu programa exploratório em curso, a Companhia apresenta a seguir os contratos de prestação de serviços com partes relacionadas em 31 de março de 2011 (não auditado):

Parte relacionada	Natureza do contrato	Valor	Data de assinatura	Ano de expiração
Perenco SA	Empréstimo	49.987	4/11/2008	2012
Perenco SA	Cessão de executivo expatriado	Sem valor	1/7/2008	2012
Perenco France	Cessão de executivo expatriado	Sem valor	1/7/2008	2012
Perenco Holdings	Serviços técnicos e administrativos	Sem valor	4/1/2010	Sem prazo

b) Remuneração ao pessoal-chave

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, a remuneração total do pessoal-chave da Administração da Companhia foi de:

	31/3/2011 (não auditado)	31/3/2010 (não auditado)
Salários e encargos	150	135
Benefícios indiretos	129	139
Total	<u>279</u>	<u>274</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para o pessoal-chave e seus empregados.

c) Não operador OGX (parceiro nos blocos exploratórios)

Como descrito na Nota explicativa 1, os gastos incorridos pela operadora Perenco na campanha exploratória dos blocos sob concessão são reembolsados pelo não operador OGX em percentual definido nos contratos de consórcio. Todos os gastos operacionais (despesas operacionais com atividades de exploração de petróleo, despesas gerais e administrativas e outras) são reembolsáveis na proporção de 50%. Conforme descrito na Nota explicativa 8, em 31 de março de 2011, o saldo a receber da OGX era de R\$968 (não auditado) (R\$5.249 em 31 de dezembro de 2010), não existindo nessas datas quaisquer discussões sobre saldos de reembolso não realizáveis. Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 (não auditados), não foram registradas perdas sobre essas transações com a OGX.

18. DESPESAS COM ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
Geologia e sísmica 2D e 3D (*)	245	1.924
Pessoal	218	146
Suporte operacional de parte relacionada	282	381
Outros serviços prestados pessoas jurídicas	596	-
Assinatura BDEP	97	97
Serviços de licenciamento ambiental	177	65
Despesas de tributos e taxas	145	4
Outras	<u>45</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.805</u>	<u>2.617</u>

(*) No trimestre findo em 31 de março de 2011 não houve despesas com sísmica e geologia de terceiros com partes relacionadas

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
Pessoal	414	265
Aluguel e outras despesas de ocupação	172	98
Despesas de viagem	74	28
Assessoria legal	8	9
Serviços contábeis	79	19
Outros serviços prestados pessoas jurídicas	146	71
Suporte administrativo de parte relacionada	236	147
Despesas de tributos e taxas	208	20
Outras despesas	<u>35</u>	<u>12</u>
Total	<u>1.372</u>	<u>669</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
<u>Receitas</u>		
Variações cambiais	1.025	40
Rendimento de aplicações financeiras	144	75
Outras	<u>4</u>	<u>6</u>
Total de receitas	<u>1.173</u>	<u>121</u>
<u>Despesas</u>		
Variações cambiais	-	(547)
Juros	<u>(475)</u>	<u>(275)</u>
Total de despesas	<u>(475)</u>	<u>(822)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>698</u>	<u>(701)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstramos a seguir a reconciliação do imposto de renda e da contribuição social a taxa efetiva:

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.481)	(3.989)
Alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	844	1.356
AJUSTES PARA APURAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA		
Adições permanentes	(11)	-
Imposto diferido ativo apurado e não reconhecido	<u>(48)</u>	<u>(1.136)</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>785</u>	<u>220</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>785</u>	<u>220</u>

A Companhia apresenta, em 31 de março de 2011, o saldo de R\$2.705 (não auditado) referente ao imposto de renda e à contribuição social passivos diferidos (R\$3.583 em 31 de dezembro de 2010) em função dos seguintes reflexos contábeis/tributários: (i) opção pela sistemática tributária de recolhimento “caixa” e variação cambial credora sobre empréstimos com parte relacionada apurada nos exercícios e (ii) impacto entre o valor justo e o valor nominal sobre os empréstimos com partes relacionadas na data de recebimento dos recursos financeiros pela Companhia (Nota explicativa 2.viii) cuja contrapartida foi reserva de capital no patrimônio líquido e respectiva apropriação dos juros ao resultado durante a vigência dos contratos de empréstimos.

Devido à existência de imposto de renda diferido passivo, a Administração registrou crédito tributário correspondente a 30% desses efeitos (limitação dos 30% de compensação de prejuízos fiscais e contribuição social em lucros tributáveis).

Os reflexos no resultado de imposto de renda e de contribuição social diferidos para o trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, nos montantes de R\$785 e R\$220, respectivamente, não auditados, refletem os impactos contábeis/tributários mencionados anteriormente, exceto pelo efeito do valor justo dos empréstimos com parte relacionada cujo efeito tributário diferido é registrado diretamente ao patrimônio líquido como reserva de capital na data do recebimento dos recursos financeiros.

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados nos montantes de R\$67.263 (não auditado) e R\$67.128, respectivamente, não registrados contabilmente em sua integridade em função da ausência de lucratividade desde a sua constituição (como descrito anteriormente, parte dos créditos fiscais foi apenas registrada em função da existência de saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010).

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como câmbio e risco de crédito (fora os inerentes à viabilidade ou não de seu programa exploratório). Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas conservadoras, visando principalmente a segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas vigentes no mercado para avaliação de eventual utilização de instrumentos financeiros para mitigar riscos, principalmente os relacionados a taxas de câmbio e juros.

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade normal dos seus negócios e maximizar os recursos para aplicação no programa exploratório requerido. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com parte relacionada divulgados na Nota explicativa 17, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, capital social e prejuízos acumulados. A Companhia, por estratégia dos seus quotistas, pode mudar a forma e a estrutura de seu capital, dependendo da economia, com o objetivo de otimizar sua alavancagem financeira. Os quotistas analisam periodicamente a estrutura do capital e a capacidade de liquidar seus passivos e compromissos com o programa exploratório, tomando as providências necessárias para melhorar a liquidez e sua estrutura patrimonial.

Conforme descrito na Nota explicativa 1, as demonstrações financeiras refletem o capital circulante líquido negativo no montante de R\$39.662 e posições patrimonial e financeira com forte dependência de recursos dos seus controladores no exterior (Grupo Perenco) na forma de empréstimos. Enquanto não são geradas receitas decorrentes do programa exploratório, as operações serão mantidas pelos recorrentes empréstimos dos controladores no exterior. Adicionalmente, em conexão com o processo de pedido de registro de capital na CVM, da nova controladora Perenco Petróleo e Gás do Brasil S.A., a Administração espera obter também os recursos financeiros necessários para a manutenção de suas atividades exploratórias.

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2011 são basicamente aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, conta corrente de blocos exploratórios com o não operador OGX, fornecedores e empréstimos com parte relacionada. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de nenhum tipo.

Em 31 de março de 2011, a classificação dos instrumentos financeiros pode ser resumida conforme tabela a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Conta corrente de blocos exploratórios	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado
Empréstimos com parte relacionada	Custo amortizado

b) Risco de câmbio

A Companhia possui passivos indexados em dólares norte-americanos e euros referentes principalmente a: (i) contas a pagar, (ii) provisões de serviços a liquidar, (iii) empréstimos com parte relacionada e (iv) prestadores de serviços, para os quais não existem instrumentos de proteção (derivativos ou *hedges*) contra eventual flutuação cambial inesperada.

Análise de sensibilidade para variações nas taxas de câmbio 31 de março de 2011

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada para 31 de dezembro de 2011:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do dólar em 31 de março de 2011	1,6287	1,6287	1,6287
Empréstimos na moeda estrangeira - US\$	30.691	30.691	30.691
Taxa do dólar estimada para 31 de dezembro de 2011	<u>1,6677</u>	<u>2,0846</u>	<u>2,5015</u>
Efeito negativo acumulado no resultado no patrimônio líquido em reais	<u>(1.197)</u>	<u>(13.993)</u>	<u>(26.787)</u>

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada cujos vencimentos são em 13 de fevereiro de 2012:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do dólar em 31 de março de 2011	1,6287	1,6287	1,6287
Empréstimos na moeda estrangeira - US\$	30.691	30.691	30.691
Taxa do dólar estimada em 13 de fevereiro de 2012	<u>1,6936</u>	<u>2,117</u>	<u>2,5404</u>
Efeito negativo acumulado no resultado no patrimônio líquido em reais	<u>(1.992)</u>	<u>(14.987)</u>	<u>(27.981)</u>

Adicionalmente, a Companhia possui saldos passivos indexados em euros com partes relacionadas que são realizados em curto prazo (Nota explicativa 17). Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para esses saldos em aberto para 31 de dezembro de 2011 e para 31 de março de 2012:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do euro em 31 de março de 2011	2,3129	2,3129	2,3129
Contas a pagar na moeda estrangeira – Euro	1.118	1.118	1.118
Taxa do euro estimada para 31 de dezembro de 2011	<u>2,3561</u>	<u>2,9451</u>	<u>3,5341</u>
Efeito negativo acumulado no resultado no patrimônio líquido em reais	<u>(48)</u>	<u>(707)</u>	<u>(1.365)</u>

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa do euro em 31 de março de 2011	2,3129	2,3129	2,3129
Contas a pagar na moeda estrangeira – Euro	1.118	1.118	1.118
Taxa do euro estimada para 31 de março de 2012	<u>2,3867</u>	<u>2,9833</u>	<u>3,5800</u>
Efeito negativo acumulado no resultado no patrimônio líquido em reais	<u>(82)</u>	<u>(749)</u>	<u>(1.416)</u>

As taxas de conversão utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 18 de abril de 2011.

c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, seguindo diretrizes da quotista controladora. A Administração elabora um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação no curto, médio e longo prazos (monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais). A Companhia mitiga o seu risco de liquidez por meio de captações recorrentes de empréstimos com parte relacionada conforme descrito na Nota explicativa 17. Estes recursos enquanto não utilizados na Campanha exploratória são mantidos em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

As tabelas a seguir detalham o prazo remanescente da Companhia para seus passivos financeiros com base no primeiro dia em que a Companhia poderá ser obrigada a pagar:

<u>31 de março de 2011</u>	<u>Menos de um mês R\$</u>	<u>De um a três meses R\$</u>	<u>De três meses a um ano R\$</u>	<u>De um a cinco anos R\$</u>	<u>Total R\$</u>
Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	8.331	2.380	-	-	10.711
Conta corrente de blocos exploratórios	968	-	-	-	968
Empréstimos e financiamentos	-	-	(49.987)	-	(49.987)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(2.733)	-	-	(2.733)
Fornecedores	(978)	-	-	(1.500)	(2.478)
Arrendamentos operacionais	<u>(72)</u>	<u>(105)</u>	<u>(266)</u>	<u>(396)</u>	<u>(840)</u>
Total	<u>8.249</u>	<u>(458)</u>	<u>(50.244)</u>	<u>(1.896)</u>	<u>(44.359)</u>

<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>Menos de um mês R\$</u>	<u>De um a três meses R\$</u>	<u>De três meses a um ano R\$</u>	<u>De um a cinco anos R\$</u>	<u>Total R\$</u>
Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	254	4.619	-	-	4.873
Conta corrente de blocos exploratórios	5.249	-	-	-	5.249
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(54.338)	(54.338)
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(3.011)	-	-	(3.011)
Fornecedores	(4.250)	-	-	(1.500)	(5.750)
Arrendamentos operacionais	<u>(72)</u>	<u>(145)</u>	<u>(347)</u>	<u>(396)</u>	<u>(960)</u>
Total	<u>1.181</u>	<u>1.463</u>	<u>(347)</u>	<u>(56.234)</u>	<u>(53.937)</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é aplicável basicamente às transações de reembolsos dos gastos exploratórios com o parceiro não operador OGX, conforme descrito nas Notas explicativas 8 e 17 c. No entendimento da Administração, esse risco é minimizado pelo fato de o parceiro ser uma entidade com alto índice de liquidez e não possuir histórico de inadimplência ou atrasos em suas obrigações com a Companhia.

Com relação às aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários, a Administração procura adotar medidas conservadoras para exposições a crédito, operando com instituições financeiras julgadas pela quotista controladora como de “primeira linha”.

Em relação ao risco de liquidez dos bancos, a Companhia adota como prática a análise de *rating* das instituições financeiras divulgadas pelas principais agências classificadoras de risco (Standard & Poors, Fitch, Moody's e Austin), as informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em seu *site* e documentos e, também, relatórios disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - *Risk Bank*.

e) Risco de taxa de juros

Risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações na taxa de juros Libor (empréstimos com parte relacionada – Nota explicativa 17). A Companhia não tem contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora a taxa de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

Análise de sensibilidade para variações na taxa de juros Libor em 31 de março de 2011

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada (taxa Libor) para 31 de dezembro de 2011:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa Libor estimada até 31 de dezembro de 2011 - %	0,6230	0,7788	0,9345
Empréstimos em moeda estrangeira - R\$	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e patrimônio líquido até 31 de dezembro de 2011	<u>_(311)</u>	<u>_(389)</u>	<u>_(467)</u>

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito às variações acumuladas de despesas de juros estimadas associadas aos empréstimos com parte relacionada cujos vencimentos são 13 de fevereiro de 2012:

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário I valorização de 25%</u>	<u>Cenário II valorização de 50%</u>
Taxa Libor estimada até o vencimento - %	0,684	0,855	1,026
Empréstimos em moeda estrangeira - R\$	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>	<u>49.987</u>
Efeito negativo acumulado no resultado e patrimônio líquido até 13 de fevereiro de 2012	<u>_(342)</u>	<u>_(427)</u>	<u>_(513)</u>

As taxas Libor utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 18 de abril de 2011.

f) Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, quando aplicáveis, a Administração estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são, substancialmente, similares à análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado, e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A Administração classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo utilizado pela Administração apresenta os seguintes níveis:

- i. Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- ii. Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- iii. Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os títulos e valores mobiliários, no montante de R\$2.380 (não auditado) em 31 de março de 2011 (R\$4.619 em 31 de dezembro de 2010), categorizados pela Administração como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, foram mensurados conforme a hierarquia Nível 2.

A Administração procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros nas datas-bases 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, e suas considerações são as seguintes:

- Aplicações financeiras - Estas são registradas contabilmente usando-se seus correspondentes valores de mercado (Nota explicativa 4).
- Conta corrente blocos exploratórios e fornecedores - Operações mercantis efetuadas em bases usuais de mercado com terceiros e com recebimento e liquidação em curto prazo. Os saldos contábeis possuem valores similares aos seus valores justos devido ao fato de o giro de recebimento/pagamento desses saldos não ultrapassar o período de 60 dias.

- Empréstimo com parte relacionada – Empréstimos classificados como custo amortizado com apropriação de encargos financeiros (Libor + *spread* de 2% a.a.) os quais foram contratados com parte relacionada no exterior. Para fins da divulgação do valor justo desses empréstimos em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia utilizou técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) tendo como premissas de mercado a taxa Libor anual estimada nas datas dos balanços (31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010) para a data de vencimento (13 de fevereiro de 2012) mais *spread* de 2% a.a. Os valores justos calculados pela Administração foram os seguintes:

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/12/2010</u>
Valor justo do empréstimo com parte relacionada	49.848	54.289
Valor contábil do empréstimo com parte relacionada (*)	49.987	54.338

(*) Valorizado de acordo com o descrito na Nota explicativa 2 viii.

23. GARANTIAS E COMPROMISSOS

(i) Garantias solidárias

A Companhia assinou Termo de Responsabilidade junto à União Federal, conforme definido no Decreto nº 3.161, de 2 de setembro de 1999, para prestação de garantia dos impostos em suspenso em razão da aplicação de regime de admissão temporária para os impostos incidentes sobre a aquisição de equipamentos importados (IPI e II) relacionados à operação de equipamentos utilizados para a exploração de reservas de hidrocarbonetos.

Em caso de acidente, incêndio, naufrágio ou outros sinistros que ocorram durante a operação em questão e que a Companhia não tenha dado causa, comprovados mediante laudo técnico emitido por pessoa ou entidade credenciada pela Secretaria da Receita Federal, é admitida a baixa do Termo de Responsabilidade, conforme previsto na legislação vigente.

Até a presente data, a Companhia não utilizou esse regime de admissão temporária para os impostos incidentes, e por isso não possui impostos suspensos.

(ii) Arrendamentos operacionais

A Companhia incorreu em gastos com aluguéis de seu escritório corporativo e da base operacional localizada em Vitória (ES) nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, nos montantes de R\$83 e R\$27, respectivamente (não auditados). Esses contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no indicador de inflação IGP-M, e têm prazos de 3 anos.

Em 31 de março de 2011, com base nas condições vigentes desses contratos descritos anteriormente (vencimento entre junho de 2011 e 2013), os seguintes pagamentos anuais de aluguel são estimados:

	<u>Despesas de aluguel</u> (não auditado)
9 meses findos em 2011	518
2012	216
2013	<u>180</u>
Total	<u>914</u>

Conforme Nota explicativa 9, a Companhia tem cauções para os respectivos contratos de aluguel existentes. Adicionalmente, existem duas cartas de fianças no montante total de R\$591 em 31 de março de 2011 (não auditado) referentes a garantias solicitadas por proprietários de apartamentos alugados aos dois executivos expatriados.

(iii) Compromissos com atividades de exploração

Nos termos dos contratos de concessão com a ANP, a Companhia se comprometeu a adquirir bens e serviços de fornecedores brasileiros da seguinte forma:

- Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a fase de exploração, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 70% em terra, 51% em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros e 37% em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do percentual global de conteúdo local contratado na fase de exploração, torna-se obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e subitens especificados na planilha fornecida pela Companhia.
- Para cada bloco integrante da área de concessão, durante a etapa de desenvolvimento, comprará de fornecedores brasileiros um montante de bens e serviços, de forma que a porcentagem dos investimentos locais mínimos sejam, respectivamente, 77% em terra, 63% em águas rasas com profundidade menor ou igual a 100 metros, e 55% em águas rasas com profundidade entre 100 e 400 metros e em águas profundas. Para o cumprimento do percentual global de conteúdo local contratado na fase de desenvolvimento, torna-se obrigatória a realização dos percentuais de conteúdo local dos itens e subitens especificados na planilha fornecida pela Companhia.

Em conexão com o programa exploratório em curso, apresentamos a seguir os principais contratos com fornecedores (não partes relacionadas) em aberto em 31 de março de 2011:

<u>Contratado</u>	<u>Natureza</u>	<u>Valor total</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Ano de expiração</u>
Schlumberger Serv. de Petróleo Ltda.	Serviços e materiais a perfuração	Não definido	30/11/2010	2012
Southern Schlumberger S.A.	Serviços e materiais a perfuração	Não definido	30/11/2010	2012

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação referente ao gasto com retenção de área que monta a aproximadamente R\$1.500 até março de 2012 (fim do primeiro período exploratório) para todos os blocos. Conforme divulgado na Nota explicativa 11, o prazo dessa obrigação é março de 2012, quando será encerrado o primeiro período exploratório. A partir dessa data, o consórcio pode optar por entrar no segundo período exploratório ou devolver a concessão à ANP. Caso ocorra a confirmação do segundo período exploratório, essa obrigação continuará a ser devida dentro das condições atuais, de aproximadamente R\$1.500 por ano até o encerramento dessa fase. Caso a Companhia obtenha êxito em sua campanha exploratória e declare comercialidade em seus campos, novos compromissos serão assumidos nas fases de desenvolvimento e produção, de acordo com o descrito na Nota explicativa 11.

24. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
Serviços de sísmica 2D e 3D (*)	-	1.630
Serviços de geologia	245	294
Assinatura BDEP	97	97
Serviços de licenciamento ambiental	177	65
Pessoal	632	411
Aluguel e outras despesas de ocupação	172	98
Despesas de viagem	74	28
Suporte operacional de parte relacionada	518	528
Despesas de tributos e taxas	353	24
Outros serviços prestados pessoas jurídicas	829	99
Outras despesas	<u>82</u>	<u>14</u>
Total	<u>3.179</u>	<u>3.288</u>

(*) No trimestre findo em 31 de março de 2011, não houve despesas com sísmica e geologia de terceiros com partes relacionadas.

Classificadas como:

	<u>31/3/2011</u> (não auditado)	<u>31/3/2010</u> (não auditado)
Despesas com atividades de exploração de petróleo	(1.805)	(2.617)
Despesas gerais e administrativas	(1.372)	(669)
Outras despesas	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
	<u>(3.179)</u>	<u>3.288</u>

25. SEGUROS

Em 31 de março de 2011, a Companhia tinha as seguintes coberturas de seguros:

<u>Tipo</u>	<u>Risco coberto</u>	<u>Importância segurada (não auditado)</u>
Responsabilidade civil geral	Cobertura para consequências econômicas derivadas de responsabilidade civil por danos pessoais e materiais resultantes de situações vinculadas à atividade da Companhia	1.000
Danos materiais e morais - residencial	Cobertura de danos materiais e morais referentes aos apartamentos de dois expatriados	1.320
Danos materiais e morais - veículos	Cobertura de danos materiais e morais referentes aos veículos utilizados pelos dois expatriados	130

26. DIVULGAÇÕES REQUERIDAS RELACIONADAS A DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Descrevemos a seguir os valores considerados como “itens não caixa”:

	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>
Capitalização de empréstimos e reserva – Integralização de capital	15.477	-
Gastos com retenção de área de concessão – Intangível (*)	383	381

(*) Gastos registrados por competência mas realizados em período subsequente.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 18 de abril de 2011, essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria da Companhia. Tais demonstrações financeiras foram preparadas para o propósito do processo de abertura de capital no Brasil de sua controladora Perenco Participações.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)